CANTÃO

PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO



Fonte: Thiago Portelinha

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO
OFICINAS DE REVISÃO

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CANTÃO

PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO
OFICINAS DE REVISÃO

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

APA ILHA DO BANANAL CANTÃO

Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

Cledson da Rocha Lima
Presidente

Perla Oliveira Ribeiro
Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Victor Danilo Moreto
Gerente das Unidades de Conservação

Associação para o desenvolvimento sustentável do Tocantins – ADSTO

Arnardino dos Santos Gabriel
Presidente

Hércules Jackson Moreira Santos
Advogado

Pedro Igor Galvão Gomes
Arquiteto e Urbanista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

Luis Eduardo Bovolato
Reitor

Marcelo Leineker Costa
Vice-reitor

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Estado do Tocantins - FAPTO

Leo Araújo da Silva
Diretor Presidente

Equipe Técnica – Instituto de Atenção às Cidades - UFT
Coordenação e Acompanhamento

Humberto Xavier de Araujo
Doutor em Engenharia Elétrica – Professor de Engenharia Elétrica e no PpgMCS/UFT
Coordenador Geral

Maria Carolina D'Oliveira
Doutora em Biotecnologia – Professora de Engenharia Civil da UFT
Coordenadora Técnica

Thiago Costa Gonçalves Portelinha
Doutor em Ciências Biológicas – Professor da Engenharia Ambiental e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Físico

Elineide Eugênio Marques
Doutora em Ambientes Aquáticos – Professora da Biologia e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Meio Biótico

Fernando Sérgio de Toledo Fonseca
Doutor em Economia – Professor da Economia da UFT
Especialista Sênior em Socioeconomia

Rodolfo Alves da Luz
Doutor em Geografia Física – Professor da Geografia e no PpgDR/UFT
Especialista Sênior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Fernan Enrique Vergara Figueroa
Doutor em Recursos Hídricos – Professor da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Sênior em Recursos Hídricos

Sarah Afonso Rodovalho
Doutora em Desenvolvimento Regional – Prof. da Arquitetura e Urbanismo e no PpgCiamb/UFT
Especialista Sênior em Leitura Comunitária

Polliana Gomes Lopes
Doutora em Ecologia – Professora da Engenharia Ambiental da UFT
Especialista Júnior em Meio Físico

Ana Lívia de Macêdo Arouca de Lima
Mestre em Propriedade Intelectual – Professora da Engenharia Civil da UFT
Especialista Júnior em Leitura Comunitária

Clara Silva Gonçalves
Geógrafa – Mestranda na Geografia UFT
Especialista Júnior em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Erlan Silva de Sousa
Mestre em Ciências do Ambiente PpgCiamb/UFT

Murillo Barros de Carvalho
Mestre em Agroenergia – Doutorando PpgCiamb/UFT

Juliana Barros Martins Coelho
Assistente Administrativo

Erika Torres Salles
Estagiária - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UFT

Lucilene Leite Pereira
Estagiária – Graduanda em Geografia UFT

Paulo Palmeira de Souza Júnior
Estagiário – Graduando Economia UFT

Mariana Alves da Silva
Estagiária – Graduanda UFT

DIREITOS AUTORAIS

Copyright@2025 de Instituto de Atenção às Cidade – IAC da Universidade Federal do Tocantins. Todos os direitos reservados. Este documento ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem a autorização expressa, por escrito, dos autores, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha do documento. Maria Carolina de Paula Estevam D'Oliveira; Dr. Thiago Costa Gonçalves Portelinha; Humberto Xavier de Araujo. Primeira edição, 2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8
1. REUNIÃO COM O CONSELHO 8
2. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO REALIZADAS 13
3. ATAS DAS OFICINAS DE REVISÃO 38
3.1. Assentamento Onalício Barros (Caseara) 38
3.2. Caseara 50
3.3. Araguacema 62
3.4. Assentamento Santa Clara (Araguacema) 78
3.5. Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins) 88
3.6. Dois Irmãos do Tocantins 108
3.7. Abreulândia 121
3.8. Chapada de Areia 135
3.9. Pium 150
3.10. Assentamento Manchete (Marianópolis do Tocantins) 162
3.11. Assentamento Macaúba (Pium) 177
3.12. Marianópolis do Tocantins 191
3.13. Divinópolis do Tocantins 207
3.14. Monte Santo do Tocantins 223
4. LISTA DE PRESENÇA DAS OFICINAS DE REVISÃO 231
4.1. Assentamento Onalício Barros (Caseara) 231
4.2. Caseara 235
4.3. Araguacema 238
4.4. Assentamento Santa Clara (Araguacema) 242
4.5. Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins) 244
4.6. Dois Irmãos do Tocantins 248
4.7. Abreulândia 258
4.8. Chapada de Areia 260
4.9. Pium 265
4.10. Assentamento Manchete (Marianópolis do Tocantins) 270
4.11. Assentamento Macaúba (Pium) 275
4.12. Marianópolis do Tocantins 282

4.13. Divinópolis do Tocantins 288
4.14. Monte Santo do Tocantins 292
5. REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS OFICINAS DE REVISÃO 298
5.1. Assentamento Onalício Barros (Caseara). 298
5.2. Caseara 314
5.3. Araguacema 326
5.4. Assentamento Santa Clara (Araguacema) 337
5.5. Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins) 346
5.6. Dois Irmãos do Tocantins 354
5.7. Abreulândia 366
5.8. Chapada de Areia 373
5.9. Pium 379
5.10. Assentamento Manchete (Marianópolis do Tocantins) 384
5.11. Assentamento Macaúba (Pium) 392
5.12. Marianópolis do Tocantins 397
5.13. Divinópolis do Tocantins 402
5.14. Monte Santo do Tocantins 407
5.15. Registros da repercussão nas páginas oficiais após as oficinas 417

APRESENTAÇÃO

Este é o RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO, que apresenta os documentos que comprovam as atividades referentes as OFICINAS DE REVISÃO realizadas no âmbito da revisão do Plano de Manejo da **APA Ilha do Bananal/Cantão.** Os documentos aqui apresentados consideram os princípios de avaliação do contexto; participação social contínua; promoção da inclusão; consideração das necessidades das partes interessadas; diálogo de saberes; incentivo ao engajamento social e o pertencimento; aprendizado adaptativo; construção de relações de confiança mútua; transparência e comunicação.

1. REUNIÃO COM O CONSELHO

Reunião com o Conselho - Aprovação do Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação
Data: 09.07.2025
Início: 14:00h
Fim: 17:00h
Local: Centro de Convenções - Divinópolis

Histórico:

O Conselho iniciou a reunião com a leitura da ata da última reunião, que havia sido realizada para a posse do conselho em 26 de maio de 2025. Após a leitura, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade pelos presentes. Em seguida, os participantes passaram para a formação do grupo de trabalho do Conselho. Foi pontuado que o mínimo para a composição do GT era de três pessoas, e Fábio Dias sugeriu que o grupo fosse composto por seis pessoas. Foram listados todos os interessados e a votação foi iniciada. Os interessados em compor o GT do Poder Público eram: Naturatins, Prefeitura de Dois Irmãos, Prefeitura de Monte Santo, SEMARH e Seagro. Os interessados da Sociedade Civil eram: ADSTO, APROSOJA, Sindicato de Dois Irmãos, Fundação ABC, STTR Caseara, ACIM e Frísia. Após a votação e discussão entre os conselheiros, foram escolhidos e aprovados para a composição do grupo, representando o Poder Público: a Prefeitura de Dois Irmãos, a SEAGRO, a Prefeitura de Monte Santo e o Naturatins. Da sociedade civil, foram escolhidos: ADSTO, Sindicato de Dois Irmãos (Relator), APROSOJA (Relator) e STTR Caseara. A prefeitura de Dois Irmãos foi definida como a coordenadora do GT. Durante a discussão, as datas das reuniões ordinárias foram mencionadas, mas foi decidido aguardar a apresentação do cronograma do IAC para conciliar as datas. A Professora Maria Carolina, representando o IAC, assumiu a palavra para apresentar o plano de trabalho. Ela iniciou sua fala apontando as duas tarefas do dia para o conselho: a aprovação do plano de trabalho e do plano de

comunicação. A apresentação foi realizada por meio de slides. Em seguida, a Professora Maria Carolina chamou a Professora Sarah para apresentar o plano de comunicação. Francisco, do Sindicato de Dois Irmãos, questionou o roteiro das oficinas e a participação da população. A Professora Maria Carolina explicou que haveria uma parte inicial de nivelamento de conhecimento e, depois, uma parte dedicada à escuta da população. Poliana afirmou que, de fato, nunca havia sido explicado o motivo da criação da APA e porque ela existia. Ela pontuou que o objetivo era justamente fazer a leitura comunitária que não havia sido feita nos documentos anteriores, e que, com isso, o plano teria validade, pois contaria com a opinião da comunidade. Ela informou que, a princípio, as primeiras audiências de agosto seriam apenas sobre o diagnóstico, pois o plano de manejo era um documento muito longo e precisava ser feito por partes. Segundo ela, eles tentariam explicar por que a APA foi criada na região e por que a área era importante. Ela mencionou que as primeiras oficinas de agosto serviriam para repassar a caracterização ambiental e para obter o feedback dos participantes. Ela reiterou que haveria um momento para a opinião da população, sendo o diagnóstico a primeira etapa e o zoneamento a segunda. Francisco reforçou sua preocupação, afirmando que, para a população se envolver, ela precisava ter um conhecimento mínimo, pois as pessoas não faziam ideia do que era um plano de manejo ou um corredor ecológico. Ele ressaltou que, para obter o envolvimento da comunidade, as pessoas precisavam conhecer o projeto. Ele defendeu que o conhecimento sobre o que estava sendo feito e sobre o que a população poderia ganhar ou perder deveria ser levado à comunidade. Poliana respondeu que eles já estavam utilizando o Instagram para a comunicação, mas que as prefeituras também precisavam ajudar, e que toda a comunidade deveria ser ouvida. Ela informou que a mobilização já estava sendo feita pelo IAC. Sarah iniciou sua fala definindo o objetivo do plano de comunicação, e a apresentação seguiu o que estava nos slides. Eude, de Dois Irmãos, comentou que era difícil explicar a criação da APA a uma população que já morava na região. Ele disse que era preciso explicar de forma simples, por exemplo, por que a rodovia TO-64 era a divisa da APA. Ele questionou como explicar a um morador simples que de um lado ele podia fazer algo e do outro não. Ele sugeriu que a cartilha, que é o guia do participante, precisava explicar isso. Ele ressaltou que o assunto era "indigesto" para quem estava dentro da APA, pois as pessoas perdiam seus bens. Eude reforçou que a APA foi criada em cima da casa das pessoas, que já moravam ali. Ele sugeriu abrir espaço para as principais dúvidas da população, e com base nessas dúvidas, elaborar a cartilha. Sarah retomou a palavra para explicar que a Constituição de 1988 foi um marco importante no Brasil, pois trouxe um princípio que era difícil de entender, o de que o direito público é maior que o direito privado. Ela disse que, dentro desse processo do direito público, se entendia que a vida de todos era mais importante que a do indivíduo. Ela deu um "spoiler" do motivo da guia do participante, explicando que a Professora Poliana havia falado sobre a importância da APA e como a água influenciava a economia fora da área de proteção. Ela ressaltou que era necessário, nesse processo participativo e técnico, garantir que o manejo atendesse a maioria das pessoas. Ela afirmou que era válido trazer as discussões para a mesa. Eude reafirmou que era necessária uma explicação simples que

mostrasse por que em um lado da rodovia as pessoas podiam fazer algo e no outro não. Ele também disse que deveria haver uma resposta para a pergunta que surgiria durante o trabalho: "Se minha propriedade for imobilizada, serei indenizado?". Ele disse que isso também precisava constar na cartilha. Sarah comentou que a proposta da equipe é fragmentar as ações. Segundo ela, nas próximas oficinas, será apresentado um resumo de gestão, um de caracterização e a cartilha, que tentará explicar todo o processo do diagnóstico. Ela explicou que a metodologia será discutir o diagnóstico enquanto for o momento do diagnóstico, e o zoneamento enquanto for o momento do zoneamento. Ela afirmou que a UFT faz isso muito bem, colocar método no trabalho. Sarah voltou a falar sobre o cronograma. Ela pontuou que o cumprimento do cronograma dependia de todos os fatores. Ela informou que Araguacema ainda não estava agendada e pediu para pegar o telefone do prefeito Marcos. A prefeita de Monte Santo ligou para o prefeito de Araguacema, e passou o telefone para Ana Lívia. Ana Lívia, após falar com o prefeito, disse que ele pontuou que era final de temporada de praia na cidade na data prevista para a oficina, mas que poderia ser confirmado (04.08.2025, das 16h às 19h). Dr. Hercules falou que as prefeituras não são formalmente obrigadas a fazer a mobilização. Sarah respondeu que eles já estavam respeitando as formalidades, mas que precisavam ir atrás das informalidades. A Professora Maria Carolina disse que, naquele momento, o foco era entrar em contato com os assentamentos e com os municípios para articular a data e o local possível para as reuniões. Posteriormente, a partir da publicidade, haveria 20 dias para a mobilização, período no qual colocariam carro de som e falariam com as escolas. A prefeita de Monte Santo, Nezita, defendeu que as datas devem ser respeitadas, pois, se fossem alteradas, eles não conseguiriam finalizar o plano. Fábio Dias comentou que em Araguacema a situação só voltaria ao normal após o dia 15 de agosto. Nezita respondeu que o público da praia era diferente do público interessado na APA. Arnardino sugeriu eleger um agente em cada município para ser a ponte oficial. Ele também sugeriu que, se houvesse um empecilho para um município, a data poderia ser trocada com outro. A Professora Maria Carolina explicou a importância da logística e que se uma prefeitura ficasse com a data para setembro, o diagnóstico não seria finalizado no prazo. Ela pontuou que se um município trocasse a data, outros teriam que ser alterados também. Arnardino voltou atrás e disse que o prefeito de Araguacema (Marquinho) já estava ciente e havia dado o "ok", então a data estava confirmada. Ana Carolina Flores falou do grupo que foi criado em Dois Irmãos do Tocantins e sugeriu a criação de mais grupos para a organização das oficinas. Professora Maria Carolina disse que eles poderiam criar esses grupos. Francisco Assis tentou fazer contato com o prefeito de Chapada de Areia por telefone. A prefeita Nezita mencionou que as reuniões do assentamento Grota de Pedra são no primeiro sábado de cada mês. Professora Maria Carolina disse que era uma possibilidade. Professora Maria Carolina pontuou que Araguacema havia confirmado a data. Francisco Assis afirmou que o prefeito de Chapada de Areia também confirmou a data prevista. A apresentação dos slides foi encerrada. Professora Maria Carolina pediu para avisarem que o pessoal do Retificar estava ali atrás e agradeceu, em nome de Gabriela, a presença deles. A reunião foi aberta para dúvidas.

Márcio sugeriu que a comunicação não poderia ser muito técnica, e que a própria apresentação estava muito técnica. Ele afirmou que o conteúdo precisava ser transmitido com uma linguagem menos técnica. Ele também sugeriu o uso de vídeos para a divulgação das oficinas. Professora Maria Carolina disse que Márcio havia tocado em um ponto que eles conversavam o tempo todo, que era a necessidade de transformar as informações complexas do plano para que ficassem mais didáticas e acessíveis. Ela concordou que havia uma diferença entre a apresentação para o conselho, que tinha familiaridade com o assunto, e a apresentação para outras áreas. Ela disse que as oficinas precisavam ser dinâmicas e que eles precisavam saber como tirar a informação necessária do público que estaria presente. Ela mencionou que, às vezes, eles podem planejar de uma forma, mas quando chegarem, o público pode ser outro e a adaptação precisará ser feita na hora. Márcio Messias de Paula, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caseara, citou o assentamento Onalício, em Caseara. Ele relatou que os agricultores não têm noção de onde estão e do porquê de não poderem fazer certas coisas. Professora Maria Carolina disse que seria necessário puxar a população para a temática do diagnóstico, e explicar que em novembro, falariam sobre o zoneamento. Fábio Dias disse que além de reclamar da parte técnica, o pessoal reclamou da parte dos slides, que não dava para ver. Sarah explicou que o material era genérico porque eles não sabiam se teriam 30, 150 ou 300 pessoas, e por isso o material seria adaptável para o momento. Arnardino sugeriu que o material fosse programado para atender 300 pessoas. Professora Maria Carolina disse que o material seria único, mas a dinâmica dependeria da quantidade de pessoas. Nezita pontuou novamente a reclamação dos slides que não davam para serem visualizados. Polliana lembrou que o objetivo da oficina não é a apresentação, mas sim algo mais dinâmico, como uma conversa para falar e receber contribuições. O Dr. Hercules Jackson pontuou a importância de colocar a obediência ao prazo do regimento interno. Fábio Dias pediu desculpas e disse que, na convocação, não estava esperando que a aprovação fosse votada, e sim apresentada. Ele disse que, como o material já havia sido divulgado no grupo no prazo, ele colocaria a votação naquele momento. O plano de trabalho e de comunicação foi aprovado de maneira unânime. Fábio Dias disse que as próximas reuniões do conselho seriam agendadas mais para frente, e o pessoal confirmou.

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

LISTA DE PRESENÇA – Reunião com Conselho Deliberativo da APA Ilha do Bananal/Cantão

Apresentação do Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação

DATA: **09/07/2025** HORÁRIO: **14:00** horas LOCAL: **Centro de Convenções João Ribeiro (Divinópolis do Tocantins)**

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ioanna Fatima Gonçalves		Prefeitura Municipal	
Alice Nascimento Costa Martins		Ruraltins	
Ubiraí Carvalho Lima		Prefeitura Caseara	
Marcos Carvalho Lima		Prefeitura Caseara Prefeit.	
TACYANO [illegible]		ADSTO	
Ana Carolina P.C. Flores		ADSTO	
Evide Cesar Pires Martins dos Santos		Prof. Dois Irmãos	
ARMISTAN DIAS DE FONSECA BARRETO		RIBEIROPOLIS RURAL	
Guilherme Pinheiro Nunes		Prefeitura Abreulândia	
Francisco de Assis Filho		ADAPEC/TO	
Karina Antunes Reis		Prefeitura Divinópolis	
Darcy Dorvo Drews		SINDICATO	
Claudio Caixeiro Santana Junior		SEMARH/TO	
David Araujo Macedo		Fruísa	
Paula Oliveira Ribeiro		Naturatins	
Ulysses Souza Pimentel		ADSTO	
Leandro Rodrigues de Almeida		NATURATINS	
Maria Carolina D'Alcântara		IAC/UFT	
Polliana Gomes Lopes		IAC/UFT	
Paulo Palmeira de Souza Júnior		IAC/UFT	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES
CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – Reunião com Conselho Deliberativo da APA Ilha do Bananal/Cantão

Apresentação do Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação

DATA: **09/07/2025** HORÁRIO: **14:00** horas LOCAL: **Centro de Convenções João Ribeiro (Divinópolis do Tocantins)**

Presentes:

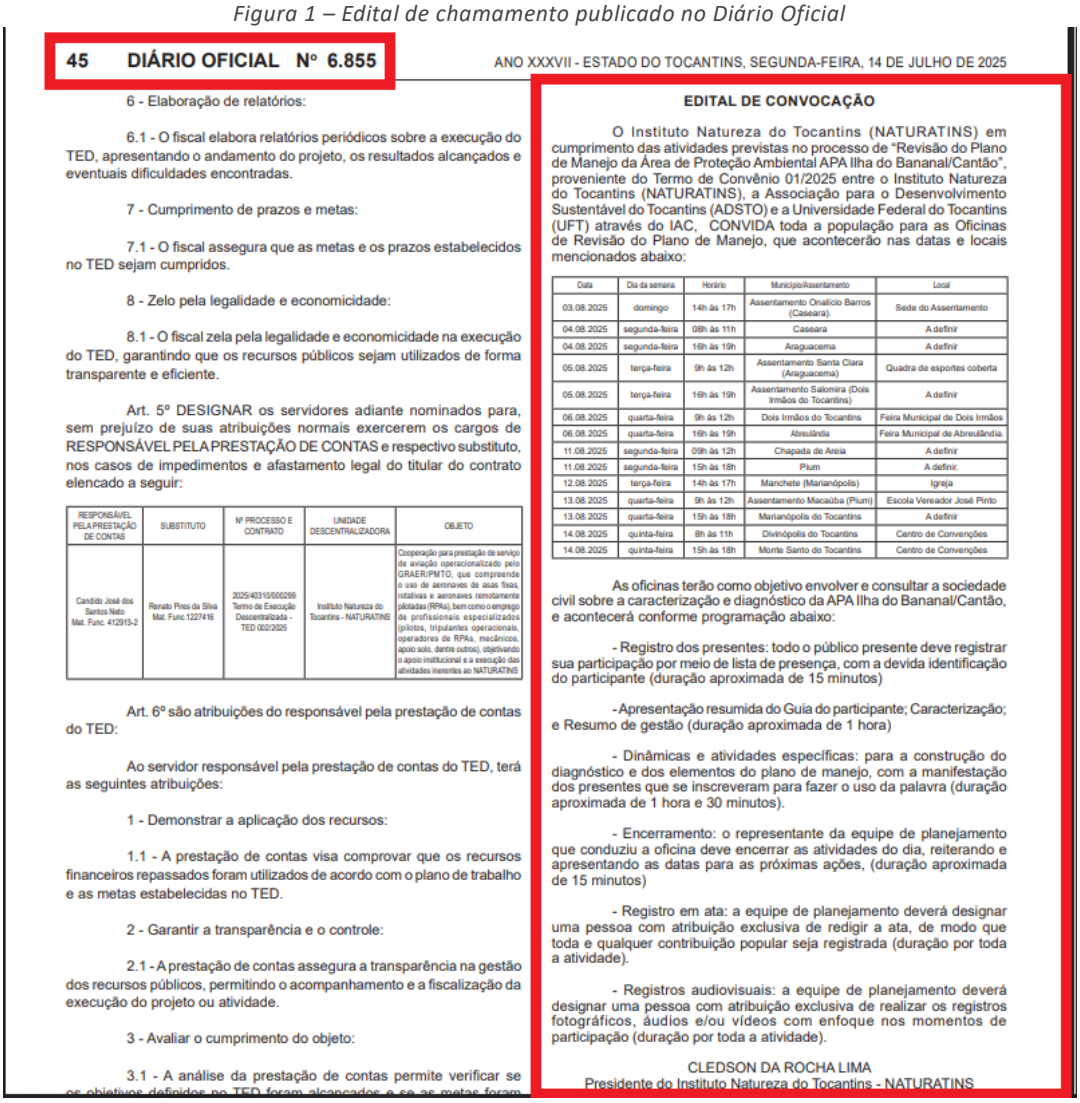
NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ana Paula Oliveira Lobo		Mun. Divinopolis-TO	
Rivia Patricia Nascimento Costa		Ruraltins	
Gabriela Queiroz Cavalcante		Agricultor	
Ismael Júnior Melo Coelho		Agricultor do Coreto	
Mateus Lima Neves		Prefeitura Pium-TO	
Tarcisio Cardoso Fabião		Prefeitura de Pium-TO	
Jonas Israel Siqueira Gil		APROSOJA -TO	
Gerardo Bonfim Sá Leitão Jr.		APROSOJA-TO	
Wilker Dias Santos Sobral		ADSTO	
Nezila Martins Neta		Pref. Monte Santo	
Maria Eduarda Carvalho		Sindicato. S. R. Caseara	
maria de fátima de Carvalho		STTR CASEARA TO	
Wanessa Neves de Brito		STTR CASEARA TO	
José de Melo Santana		Pium	
Rosa A. de Deus		MARIANÓPOLIS/ASIM	
Fernando Dorta Mendes de Souza		SEAGRO	
Wesley dos Santos Mota		F. AZEC	
Hercules Jackson M. Soares		ADSTO	
SARAH [illegible] RODOVALHO		IAC/UFT	
Ana Lívia Orouco		IAC/UFT	

2. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO REALIZADAS

Este item se dedica a apresentar as estratégias de divulgação e mobilização realizadas para as OFICINAS DE REVISÃO. Inicia-se com edital de chamamento, organização de grupos com as prefeituras, convites divulgados, ofícios enviados, divulgação em carro de som, publicações em sites e redes sociais e repercussão na mídia.

O edital de chamamento, conforme pode ser verificado na Figura 1, foi publicado no Diário Oficial nº 6.855, no dia 14 de Julho de 2025.

Figura 1 – Edital de chamamento publicado no Diário Oficial



45 DIÁRIO OFICIAL Nº 6.855 ANO XXXVII - ESTADO DO TOCANTINS, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2025

6 - Elaboração de relatórios:

6.1 - O fiscal elabora relatórios periódicos sobre a execução do TED, apresentando o andamento do projeto, os resultados alcançados e eventuais dificuldades encontradas.

7 - Cumprimento de prazos e metas:

7.1 - O fiscal assegura que as metas e os prazos estabelecidos no TED sejam cumpridos.

8 - Zelo pela legalidade e economicidade:

8.1 - O fiscal zela pela legalidade e economicidade na execução do TED, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma transparente e eficiente.

Art. 5º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais exercerem os cargos de RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS e respectivo substituto, nos casos de impedimentos e afastamento legal do titular do contrato elencado a seguir:

RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS	SUBSTITUTO	Nº PROCESSO E CONTRATO	UNIDADE DESCENTRALIZADORA	OBJETO
Candido José dos Santos Neto Mat. Func. 412913-2	Renato Pires da Silva Mat. Func.1227416	2025/4031/000299 Termo de Execução Descentralizada - TED 002/2025	Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Cooperação para prestação de serviço de aviação operacionalizado pelo GRAER/PMTO, que compreende o uso de aeronaves de asas fixas, rotativas e aeronaves remotamente pilotadas (RPAs), bem como o emprego de profissionais especializados (pilotos, tripulantes operacionais, operadores de RPAs, mecânicos, apoio solo, dentre outros), objetivando o apoio institucional e a execução das atividades inerentes ao NATURATINS

Art. 6º são atribuições do responsável pela prestação de contas do TED:

Ao servidor responsável pela prestação de contas do TED, terá as seguintes atribuições:

1 - Demonstrar a aplicação dos recursos:

1.1 - A prestação de contas visa comprovar que os recursos financeiros repassados foram utilizados de acordo com o plano de trabalho e as metas estabelecidas no TED.

2 - Garantir a transparência e o controle:

2.1 - A prestação de contas assegura a transparência na gestão dos recursos públicos, permitindo o acompanhamento e a fiscalização da execução do projeto ou atividade.

3 - Avaliar o cumprimento do objeto:

3.1 - A análise da prestação de contas permite verificar se os objetivos definidos no TED foram alcançados e se as metas foram

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) em cumprimento das atividades previstas no processo de "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins (ADSTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do IAC, CONVIDA toda a população para as Oficinas de Revisão do Plano de Manejo, que acontecerão nas datas e locais mencionados abaixo:

Data	Dia da semana	Horário	Município/Assentamento	Local
03.08.2025	domingo	14h às 17h	Assentamento Onalício Barros (Caseara).	Sede do Assentamento
04.08.2025	segunda-feira	08h às 11h	Caseara	A definir
04.08.2025	segunda-feira	16h às 19h	Araguacema	A definir
05.08.2025	terça-feira	9h às 12h	Assentamento Santa Clara (Araguacema)	Quadra de esportes coberta
05.08.2025	terça-feira	16h às 19h	Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins)	A definir
06.08.2025	quarta-feira	9h às 12h	Dois Irmãos do Tocantins	Feira Municipal de Dois Irmãos
06.08.2025	quarta-feira	16h às 19h	Abreulândia	Feira Municipal de Abreulândia.
11.08.2025	segunda-feira	09h às 12h	Chapada de Areia	A definir
11.08.2025	segunda-feira	15h às 18h	Pium	A definir.
12.08.2025	terça-feira	14h às 17h	Manchete (Marianópolis)	Igreja
13.08.2025	quarta-feira	9h às 12h	Assentamento Macaúba (Pium)	Escola Vereador José Pinto
13.08.2025	quarta-feira	15h às 18h	Marianópolis do Tocantins	A definir
14.08.2025	quinta-feira	8h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Centro de Convenções
14.08.2025	quinta-feira	15h às 18h	Monte Santo do Tocantins	Centro de Convenções

As oficinas terão como objetivo envolver e consultar a sociedade civil sobre a caracterização e diagnóstico da APA Ilha do Bananal/Cantão, e acontecerá conforme programação abaixo:

- Registro dos presentes: todo o público presente deve registrar sua participação por meio de lista de presença, com a devida identificação do participante (duração aproximada de 15 minutos)

- Apresentação resumida do Guia do participante; Caracterização; e Resumo de gestão (duração aproximada de 1 hora)

- Dinâmicas e atividades específicas: para a construção do diagnóstico e dos elementos do plano de manejo, com a manifestação dos presentes que se inscreveram para fazer o uso da palavra (duração aproximada de 1 hora e 30 minutos).

- Encerramento: o representante da equipe de planejamento que conduziu a oficina deve encerrar as atividades do dia, reiterando e apresentando as datas para as próximas ações, (duração aproximada de 15 minutos)

- Registro em ata: a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de redigir a ata, de modo que toda e qualquer contribuição popular seja registrada (duração por toda a atividade).

- Registros audiovisuais: a equipe de planejamento deverá designar uma pessoa com atribuição exclusiva de realizar os registros fotográficos, áudios e/ou vídeos com enfoque nos momentos de participação (duração por toda a atividade).

CLEDSON DA ROCHA LIMA
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

Fonte: https://doe.to.gov.br/diario/5468/download

Após a publicação do edital de chamamento, enviamos à todas as Prefeituras, via e-mail, ofício com o convite e solicitação de apoio para a divulgação, mobilização e organização das oficinas de Revisão do Plano de Manejo. Além disso, nesse momento, também foi enviado em anexo o guia do participante. O modelo de ofício enviado às entidades pode ser verificado nas Figuras 2 e 3. Já os convites, personalizados por evento, estão aqui disponíveis nas Figuras 4 e 5.

Figura 2 – Modelo de ofício enviado às Prefeituras

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 48/2025

Palmas – TO, 15 de julho de 2025.

Ao Senhor
Manoel Francisco de Moura
Prefeito
Prefeitura Municipal de Abreulândia

Assunto: Convite e solicitação de apoio na divulgação, mobilização e organização das oficinas de Revisão do Plano de Manejo.

Após cumprimentá-lo cordialmente, na condição de Coordenador Geral do Projeto "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins- NATURATINS, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins - ADSTO e a Universidade Federal do Tocantins por meio do Instituto de Atenção às Cidades, SOLICITO o apoio para a divulgação, mobilização e organização da Oficinas de Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão.

O evento está agendado para acontecer no dia **06 de agosto de (quarta-feira), das 16h às 19h, na Feira Municipal de Abreulândia**. Terá como objetivo envolver e consultar a sociedade civil sobre a caracterização e diagnóstico da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Considerando a importância deste momento participativo, solicito o apoio da Prefeitura nas seguintes ações:

1. Divulgação do convite nos canais oficiais da Prefeitura, como Site institucional, Redes sociais, outros meios de comunicação disponíveis;
2. Mobilização dos servidores municipais como agentes comunitários multiplicadores das informações, principalmente professores e diretores da rede de educação, agentes de saúde e equipe ligada ao meio ambiente e a agropecuária;
3. Organização do espaço físico e apoio logístico para a realização das oficinas, com disponibilização de cadeiras para a população, aparelho de data show,

Figura 3 - Modelo de ofício enviado às Prefeituras (parte 2)

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

som e microfone. E se possível um servidor que possa realizar o cerimonial da abertura do evento; e

4. Disponibilização de pelo menos uma cópia impressa do Guia do Participante na sede da Prefeitura para consulta da população e em outros locais de interesse no município.

Encaminho em anexo convite oficial e o Guia do Participante. Estes também estão disponíveis no site do projeto: https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/.

Agradeço a colaboração e parceria, reiterando nossa disponibilidade para esclarecimentos adicionais e contando com vossa compreensão e agilidade no tratamento deste encaminhamento.

Atenciosamente,

HUMBERTO XAVIER DE ARAUJO:79656682004

Humberto Xavier de Araujo
Coordenador Geral

Figura 4 – Convites das oficinas



Figura 5 – Convites das oficinas



A partir da Figura 6 até a Figura 14 são os registros dos envios dos e-mails com o convite, ofício e guia do participante, conforme mencionado anteriormente. Todos os endereços de e-mail foram confirmados diretamente com colaboradores da Prefeitura antes do envio.

Figura 6 – Convite enviado para a Prefeitura de Divinópolis do Tocantins

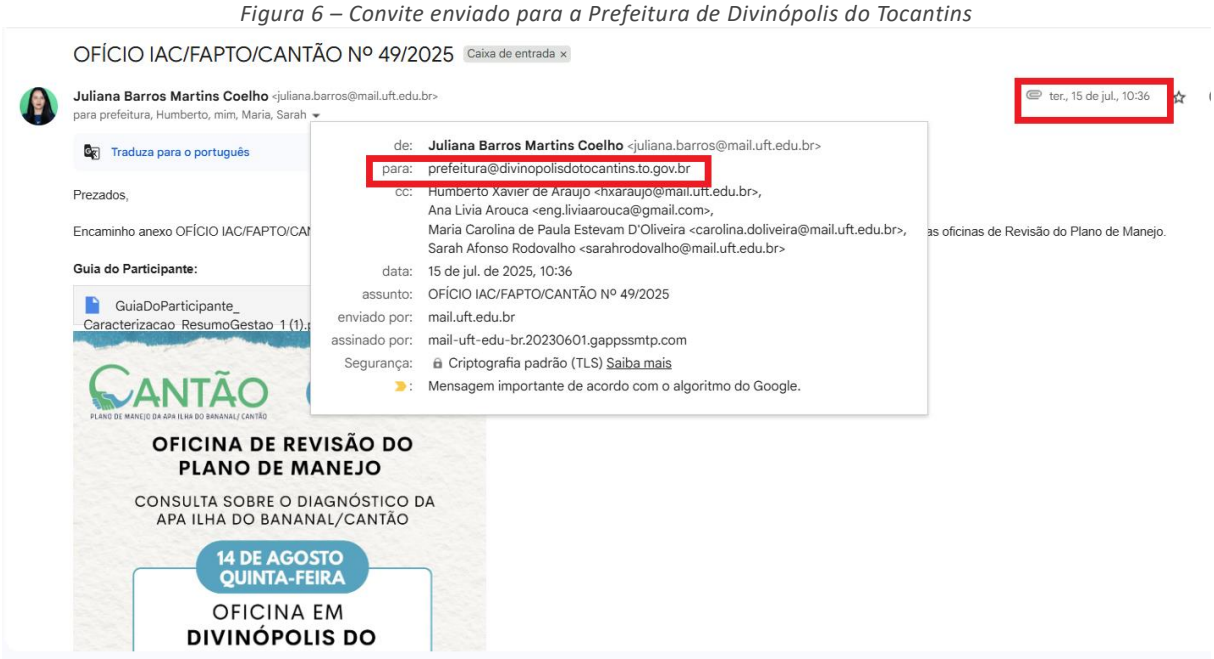


Figura 7 - Convite enviado para a Prefeitura de Monte Santo

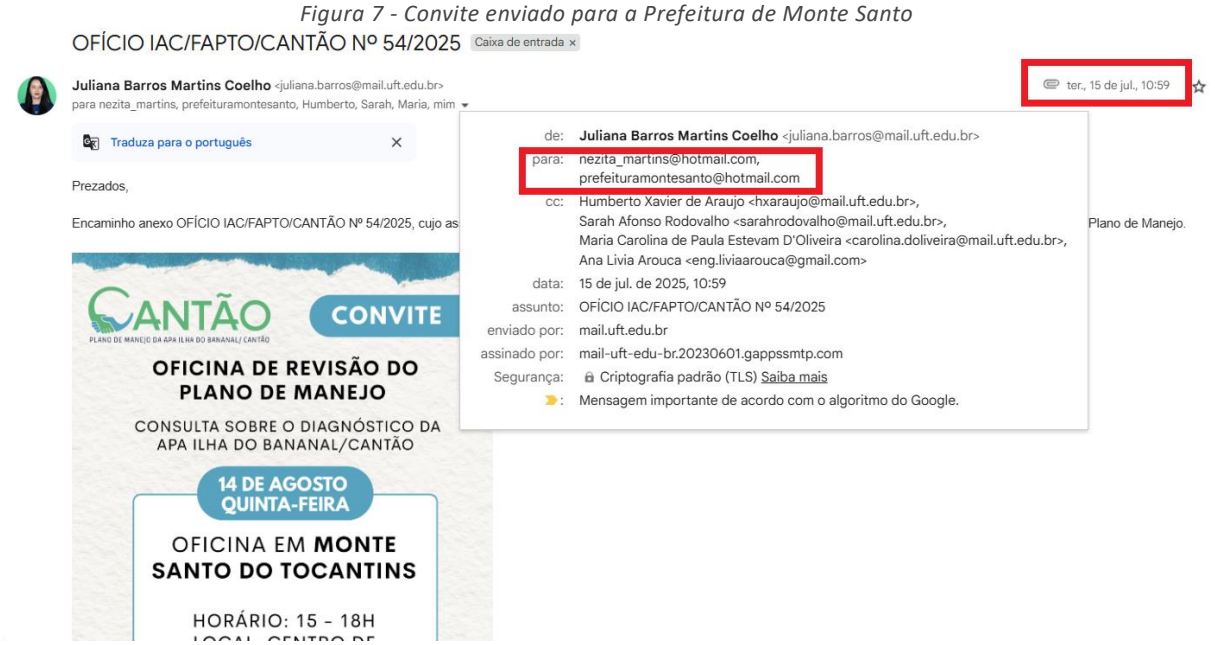


Figura 8 - Convite enviado para a Prefeitura de Dois Irmãos do Tocantins

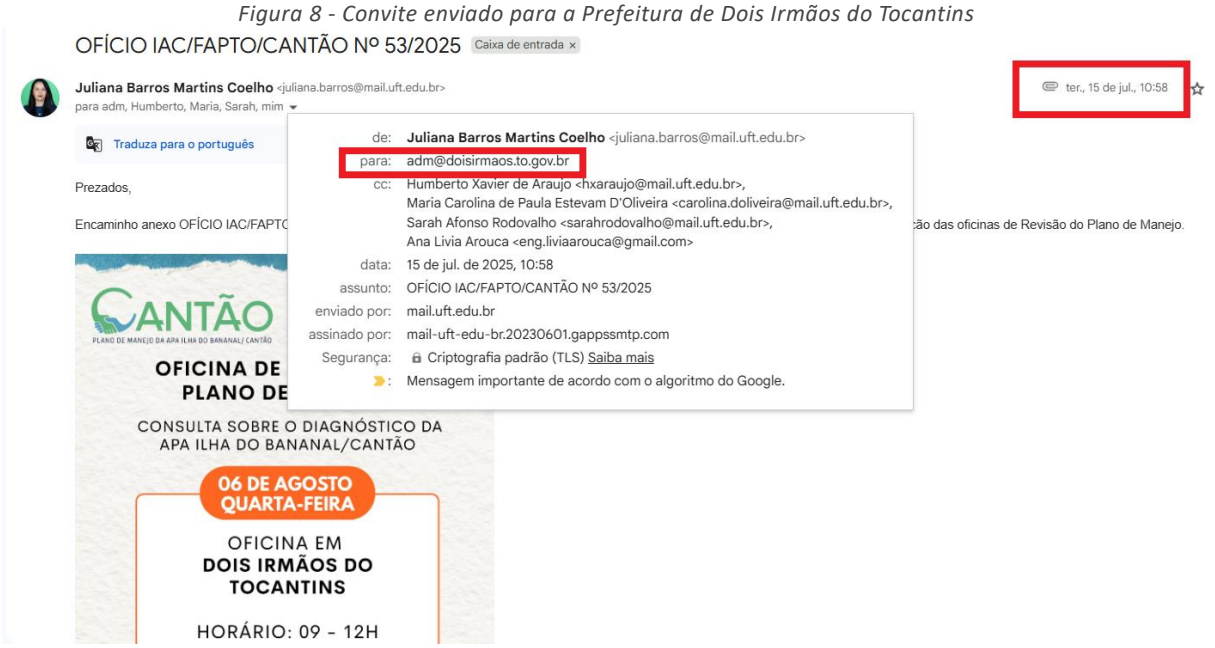


Figura 9 - Convite enviado para a Prefeitura de Chapada de Areia

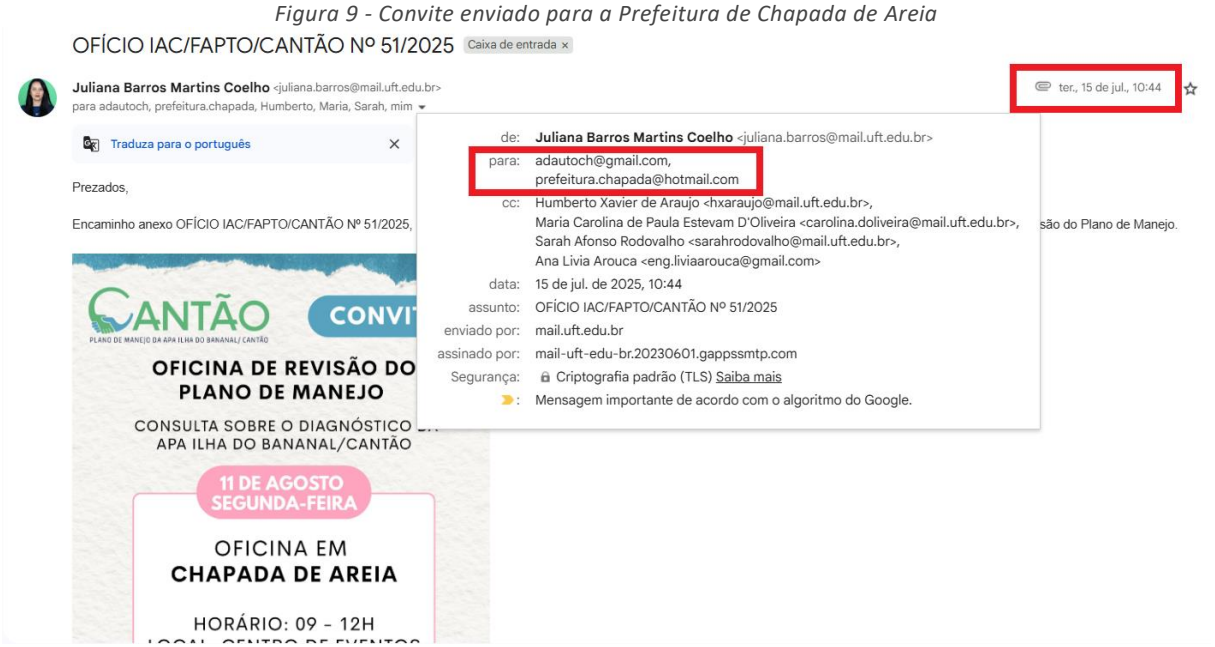


Figura 10 - Convite enviado para a Prefeitura de Araguacema

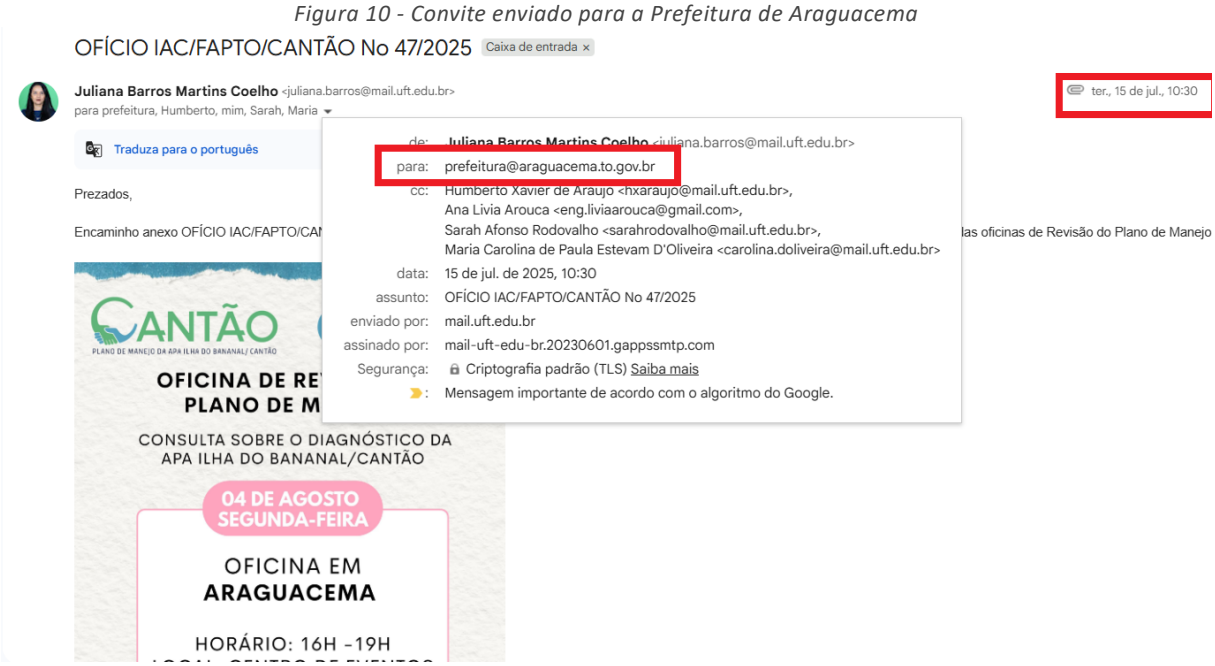


Figura 11 - Convite enviado para a Prefeitura de Pium

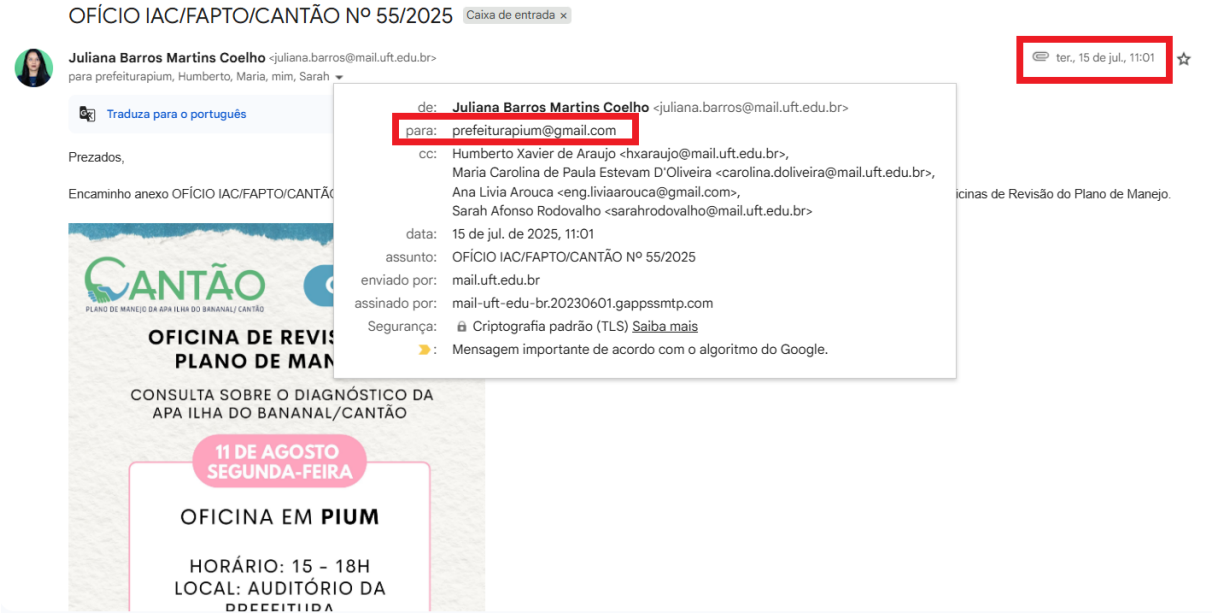


Figura 12 - Convite enviado para a Prefeitura de Abreulândia

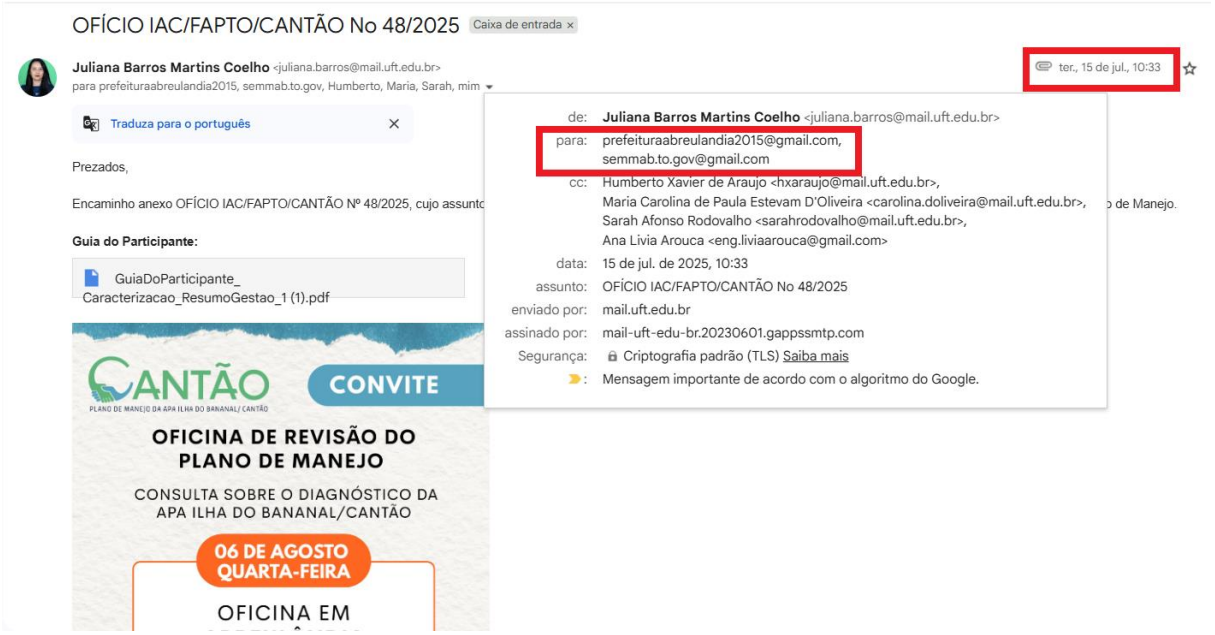


Figura 13 - Convite enviado para a Prefeitura de Caseara

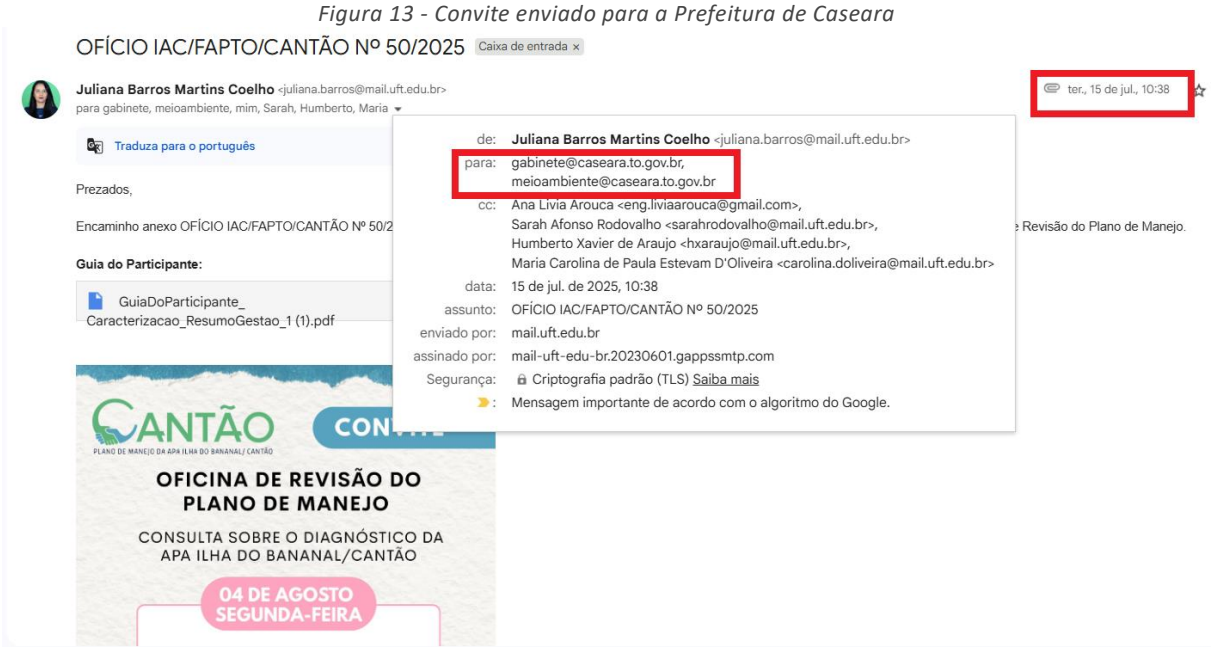
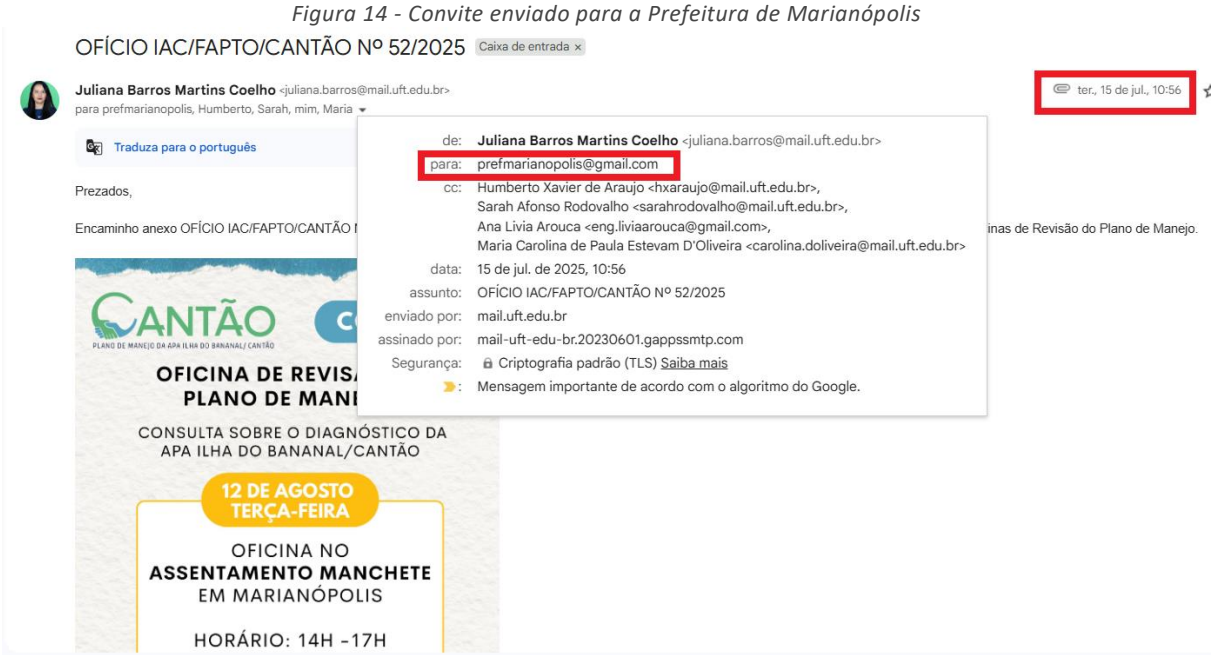


Figura 14 - Convite enviado para a Prefeitura de Marianópolis



Já a Figura 15 é o modelo de ofício que foi enviado para o Ministério Público do Estado do Tocantins, Procuradoria Estadual, CEJUSCAF, Conselho Gestor da APA, e INCRA. Esse ofício contava com a programação completa das 14 oficinas.

Figura 15 – Modelo de ofício enviado Às Entidades mencionadas

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

OFÍCIO IAC/FAPTO/CANTÃO Nº 61/2025

Palmas – TO, 31 de julho de 2025.

Ao Senhor
Dr. JORGE JOSÉ MARIA NETO
Promotor de Justiça
Ministério Público do Estado do Tocantins

Assunto: Convite para oficinas de Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão.

Após cumprimentá-lo cordialmente, na condição de Coordenador Geral do Projeto "Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental APA Ilha do Bananal/Cantão", proveniente do Termo de Convênio 01/2025 entre o Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Tocantins - ADSTO e a Universidade Federal do Tocantins por meio do Instituto de Atenção às Cidades, CONVIDO para as **Oficinas de Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão**, que acontecerão nas datas e locais relacionados abaixo:

Data	Dia da semana	Horário	Município/Assentamento	Local
03.08.2025	domingo	14h às 17h	Assentamento Onalício Barros (Caseara)	Sede do Assentamento
04.08.2025	segunda-feira	08h às 11h	Caseara	Câmara Municipal
04.08.2025	segunda-feira	16h às 19h	Araguacema	Cabo Chico
05.08.2025	terça-feira	9h às 12h	Assentamento Santa Clara (Araguacema)	Quadra de esportes coberta
05.08.2025	terça-feira	16h às 19h	Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins)	Antiga Escola Aurélio Buarque
06.08.2025	quarta-feira	9h às 12h	Dois Irmãos do Tocantins	Feira Municipal de Dois Irmãos
06.08.2025	quarta-feira	16h às 19h	Abreulândia	Feira Municipal de Abreulândia.
11.08.2025	segunda-feira	09h às 12h	Chapada de Areia	Centro de Evento Osvaldo Martins
11.08.2025	segunda-feira	15h às 18h	Pium	Auditório da Prefeitura Municipal

Figura 16 – Modelo de ofício enviado parte 2

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

12.08.2025	terça-feira	14h às 17h	Manchete (Marianópolis)	Igreja
13.08.2025	quarta-feira	9h às 12h	Assentamento Macaúba (Pium)	Escola Vereador José Pinto
13.08.2025	quarta-feira	15h às 18h	Marianópolis do Tocantins	Centro de Convenções
14.08.2025	quinta-feira	8h às 11h	Divinópolis do Tocantins	Centro de Convenções
14.08.2025	quinta-feira	15h às 18h	Monte Santo do Tocantins	Centro de Convenções

Encaminho em anexo convite oficial e o Guia do Participante. Estes também estão disponíveis no site do projeto: https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/.

Agradeço a colaboração e parceria, reiterando nossa disponibilidade para esclarecimentos adicionais e contando com vossa compreensão e agilidade no tratamento deste encaminhamento.

Atenciosamente,

HUMBERTO XAVIER DE ARAUJO:79656668200

Humberto Xavier de Araujo
Coordenador Geral

A partir da Figura 17 até a Figura 21 são os registros dos envios dos e-mails com os convites, ofício e guia do participante, conforme mencionado anteriormente, para o Ministério Público do Estado do Tocantins, Procuradoria Estadual, CEJUSCAF, Conselho Gestor da APA, e INCRA.

Figura 17 – Convites enviados para o Conselho Gestor da APA

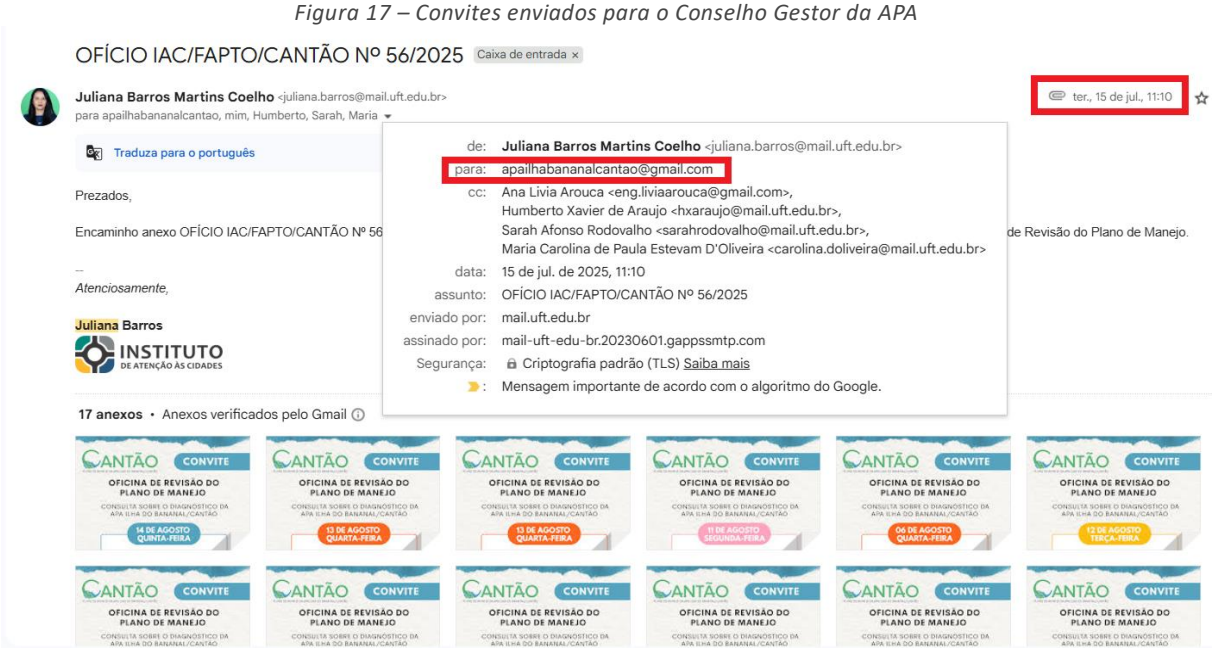


Figura 18 - Convites enviados para o INCRA



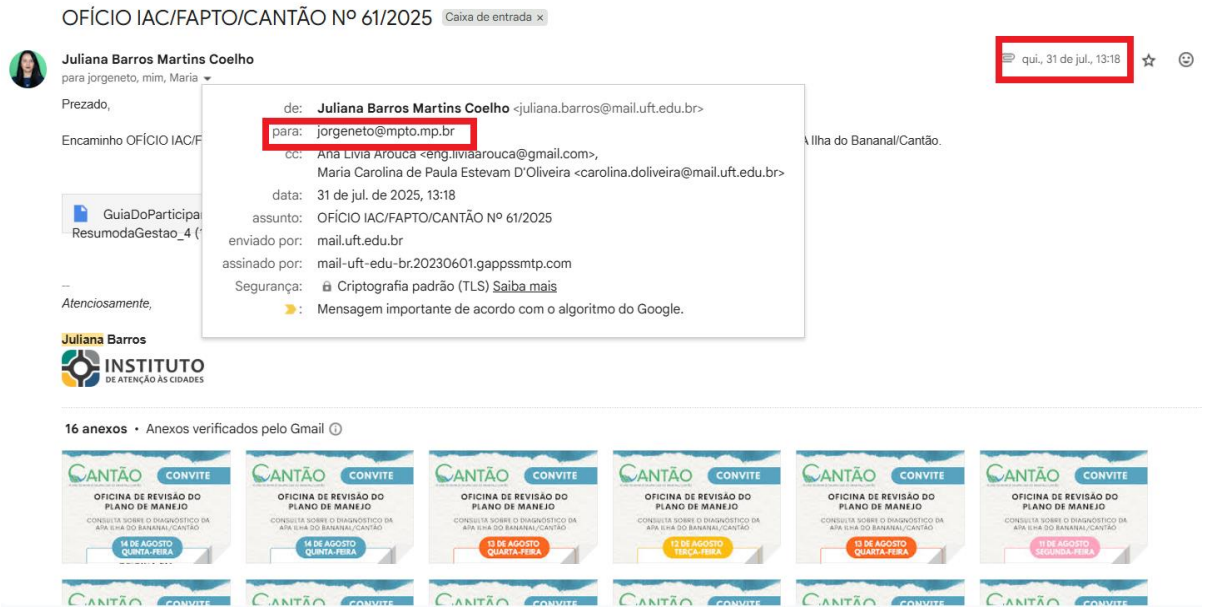
Figura 19 - Convites enviados para o CEJUSCAF



Figura 20 - Convites enviados para a Procuradoria Estadual

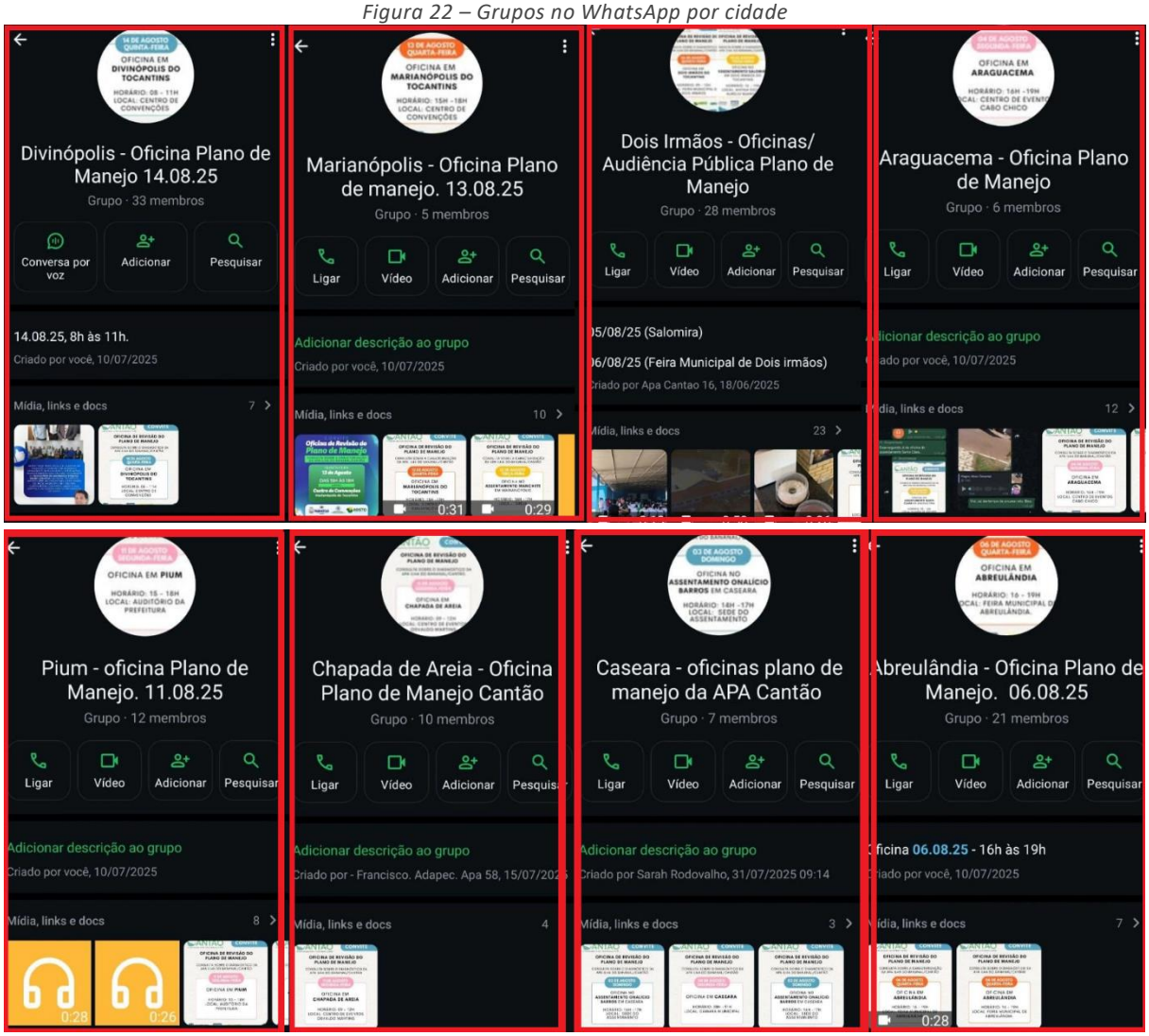


Figura 21 - Convites enviados para o Ministério Público do Estado do Tocantins



Outra estratégia de mobilização foi a criação de grupos no WhatsApp por cidade, para que assim a comunicação ficasse mais rápida. O único local que não teve grupo foi Monte Santo do Tocantins, por opção da Prefeita, que preferiu a comunicação direta com ela. A Figura 22 evidencia esses grupos.

Figura 22 – Grupos no WhatsApp por cidade



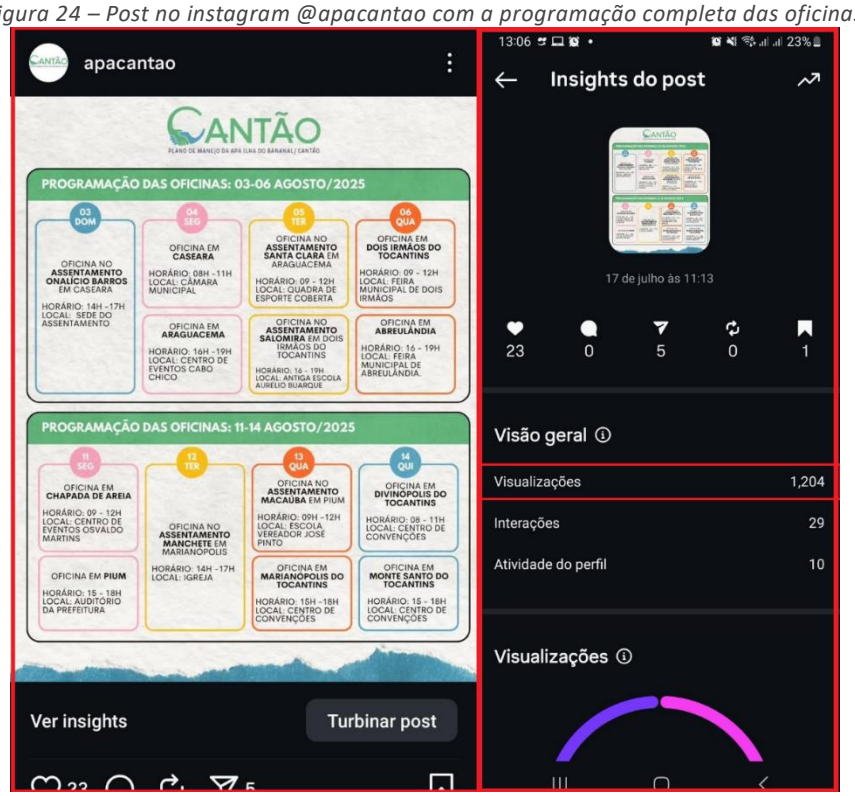
Todos os convites também foram divulgados no site oficial da Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão (https://planodemanejocantao.iacuft.com.br/participe/), conforme ilustra a Figura 23.

Figura 23 – Convites divulgados no site oficial



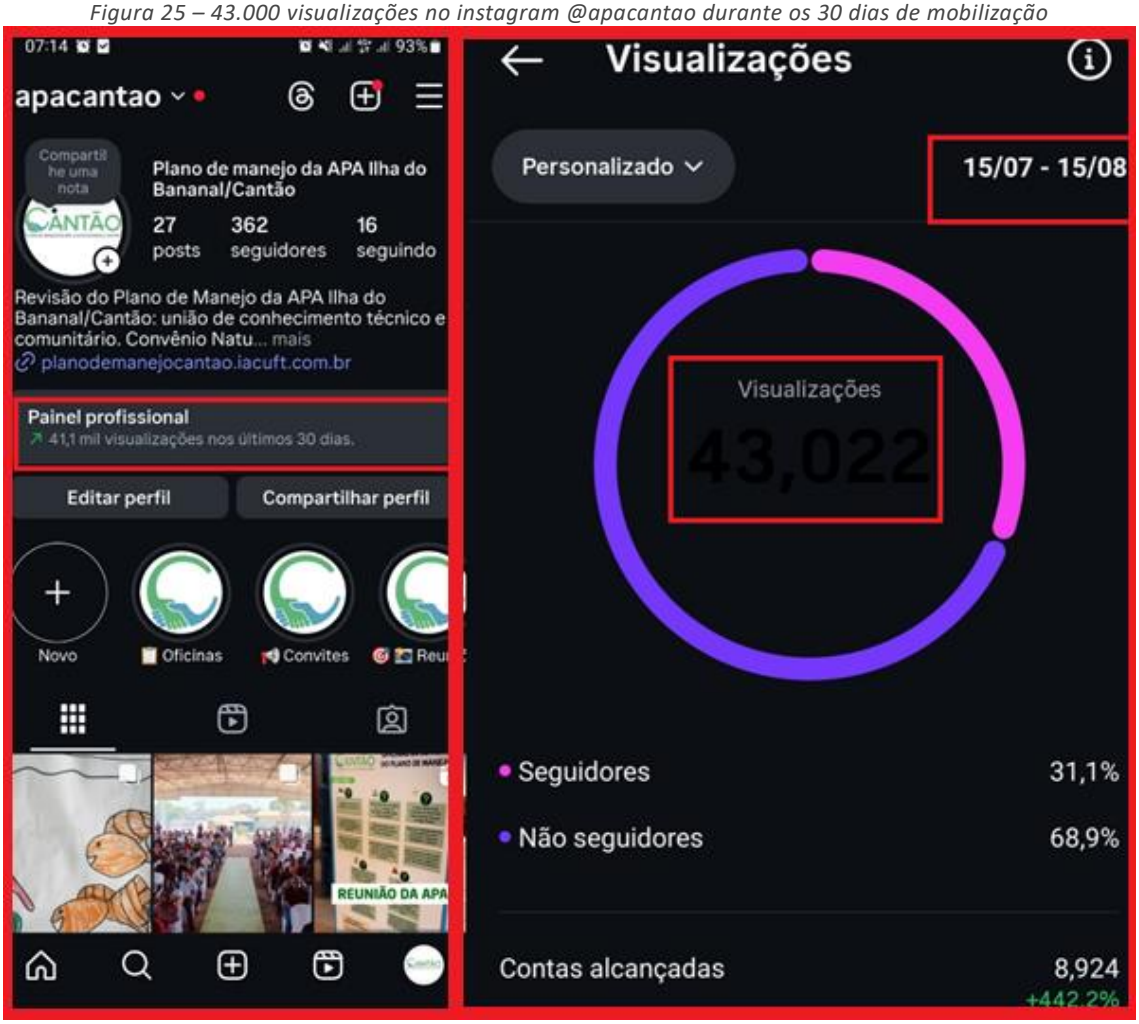
Além disso, eles também foram publicados no Instagram oficial da Revisão do Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão @apacantao (no feed e/ou story). A Figura 24 mostra a imagem publicada com toda a programação das oficinas de caracterização. Essa imagem, conforme ainda a Figura 24, teve um alcance de mais de 1200 visualizações.

Figura 24 – Post no instagram @apacantao com a programação completa das oficinas



Já a Figura 25 mostra o número de visualizações que o perfil @apacantao teve entre o período do dia 15.07.2025 e 15.08.2025, ou seja, durante os 30 dias de divulgação e realização das oficinas. Conforme pode ser observado na imagem, nesse período o perfil oficial do projeto teve mais de 43.000 visualizações.

Figura 25 – 43.000 visualizações no instagram @apacantao durante os 30 dias de mobilização



Uma outra estratégia de mobilização foi a criação de cards informativos que foram postados no grupo oficial de informes e no perfil do Instagram. Alguns modelos utilizados podem ser vistos na Figura 26.

Figura 26 – Modelos de cards informativos utilizados



Também foi criado um grupo no WhatsApp para informes gerais, conforme pode ser visto na Figura 27. Neste grupo foram enviados os cards informativos, convites, e outras informações pertinentes a fase de caracterização e realização das oficinas.

Figura 27 – Grupo de Informes



Os perfis oficiais das Prefeituras no Instagram também foram bem ativos nesse momento de mobilização, conforme evidenciam as Figuras 28 e 29.

Figura 28 – Evidências de convites postados nos perfis oficiais das Prefeituras

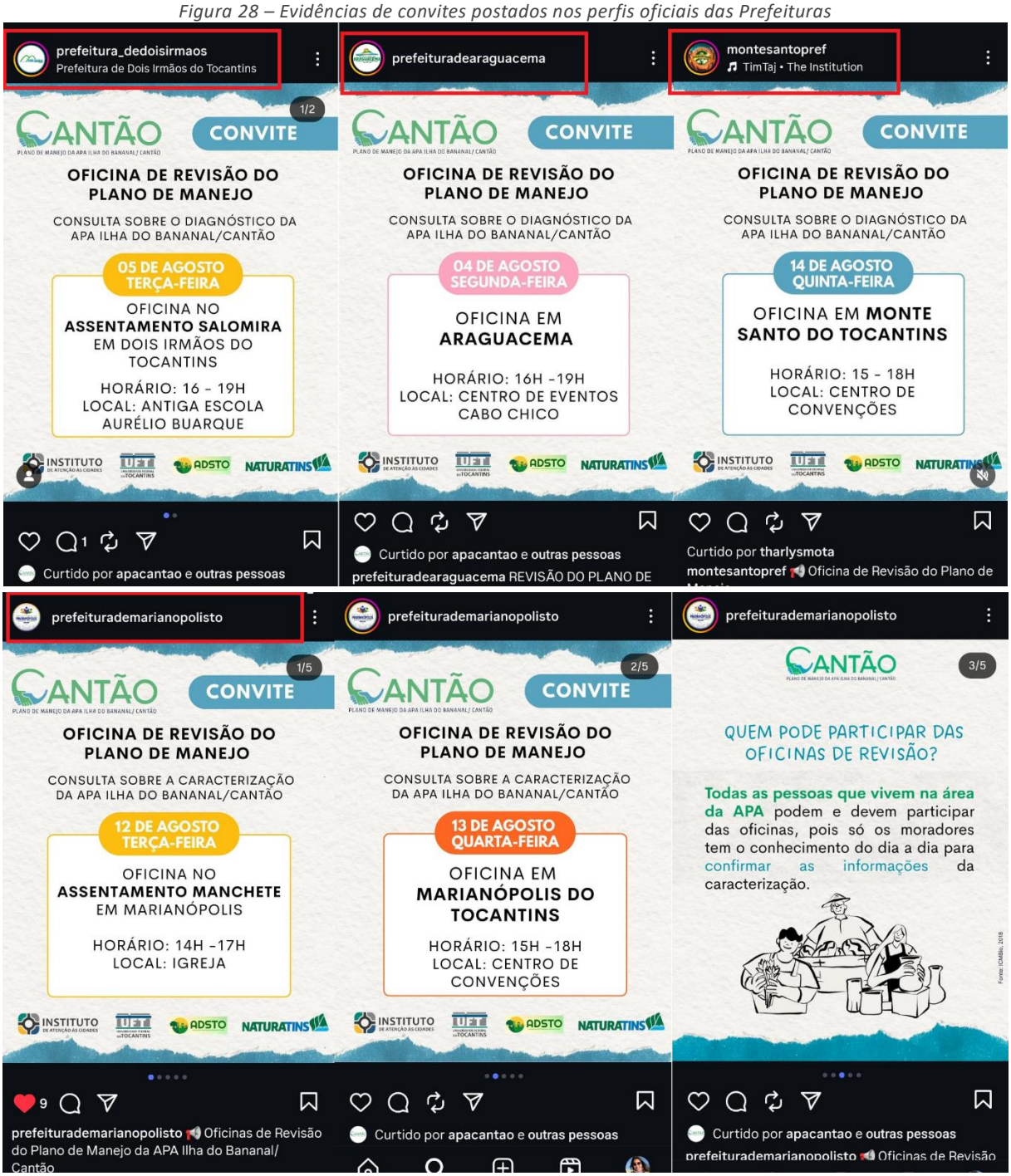


Figura 29 - Evidências de convites postados nos perfis oficiais das Prefeituras (parte 2)



Outra estratégia utilizada em alguns locais, por iniciativa das Prefeituras, foi o transporte gratuito até o local da oficina, conforme pode ser visto na Figura 30.

Figura 30 – Transporte gratuito para a oficina em Marianópolis

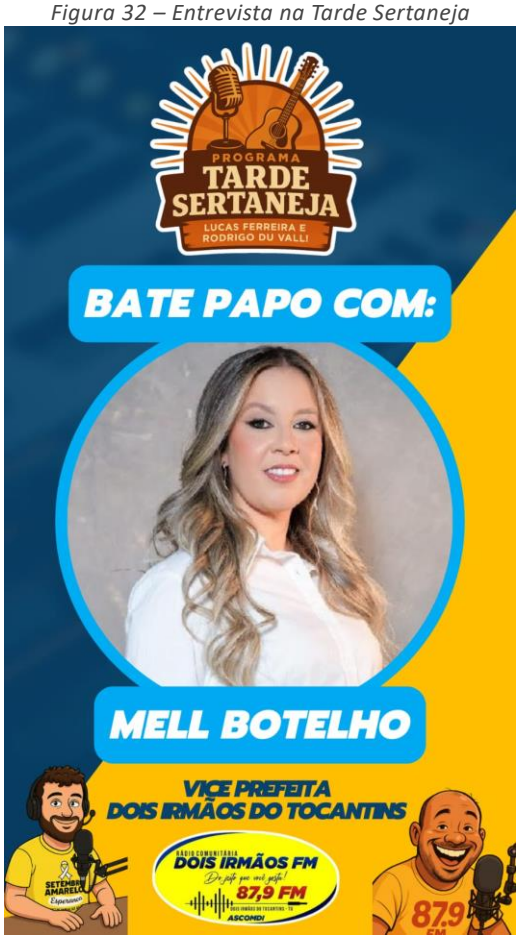


Entrevistas em rádios também fizeram parte da mobilização (Figuras 31 e 32). A Figura 31 também destaca a importante participação do Naturatins na mobilização e divulgação da programação. Além de entrevistas, o Órgão fez várias postagens em suas páginas oficiais.

Figura 31 – Entrevista no Tribuna Tocantins



Figura 32 – Entrevista na Tarde Sertaneja



Já as Figuras 33 e 34 redirecionam para as evidências da utilização de carro de som no processo de divulgação.

Figura 33 – Divulgação via carro de som em Caseara

Figura 34 – Divulgação via carro de som em Divinópolis

As prefeituras também fizeram reuniões internas para alinharem detalhes da organização das oficinas, como se pode observar na Figura 35 (vídeo elaborado e divulgado pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Tocantins). O uso de jornais locais para o compartilhamento das informações referentes aos eventos também foi bastante visto (Figura 35 https://surgiu.com.br/2025/07/30/gestao-municipal-de-dois-irmaos-discute-organizacao-da-oficina-de-revisao-do-plano-de-manejo-da-apa-ilha-do-bananal-cantao/; Figura 36 e Figura 37).

Figura 35 – Divulgação no site "Surgiu"

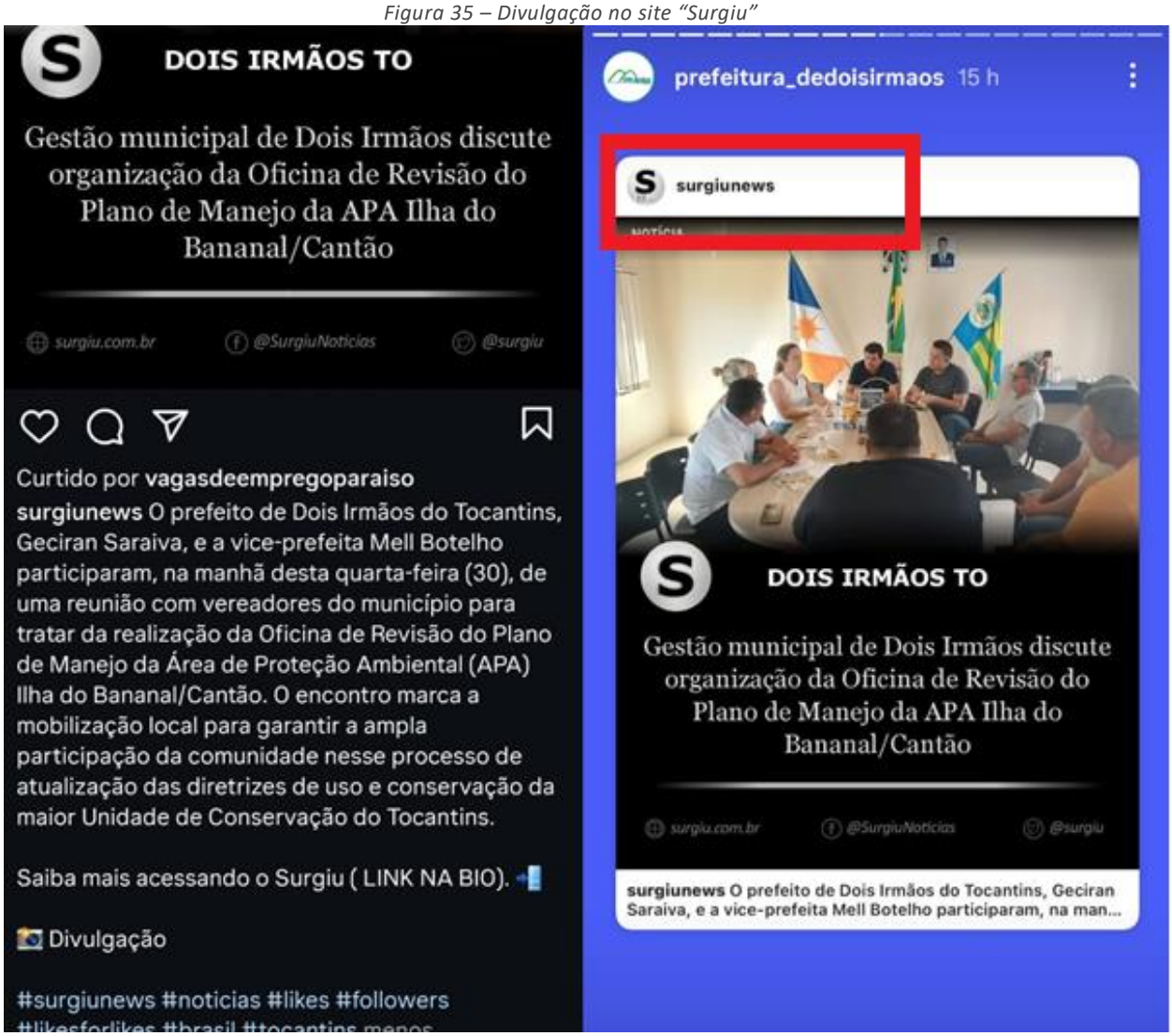


Figura 36 - Registro de reunião interna em Dois Irmãos do Tocantins para alinhamento

Figura 37 – Divulgação no Instagram @casearanewstocantins



A ADSTO também atuou diretamente na divulgação dos eventos, como é possível verificar na Figura 38.

Figura 38 – Evidência de divulgação via ADSTO



Os sites oficiais das Prefeituras Municipais também foram importantes veículos de divulgação, conforme Figura 39 (Fonte: https://www.divinopolisdotocantins.to.gov.br/noticia/convite-oficina-de-revisao-do-plano-de-manejo-da-apa-ilha-do-bananal-cantao).

Figura 39



3. ATAS DAS OFICINAS DE REVISÃO

3.1. Assentamento Onalício Barros (Caseara)

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 03.08.2025
Início: 14:00h
Fim: 17:00h
Local: Sede do Assentamento Onalício Barros (Caseara)

Histórico:

Sarah deu início à reunião agradecendo os presentes e convidou Maurício (Naturatins) e o gestor do parque a falar. Maurício (Naturatins) começou enfatizando a importância de manter o foco em assuntos relacionados ao plano de manejo. Sobre o desmatamento, ele mencionou a legislação brasileira e as restrições impostas por ser uma Área de Proteção Ambiental (APA). Ele afirmou que, mesmo se a APA fosse extinta, ainda haveria a reserva legal e a Área de Preservação Permanente (APP). Maurício ressaltou que este é o momento de propor mudanças e defender as necessidades, e caso não seja possível incluí-las no plano, a alternativa seria analisar a possibilidade de se criar um programa específico. Ele disse que esta é uma oportunidade para todos expressarem suas opiniões, pois, após a aprovação do plano de manejo, não haverá mais chance. O gestor do parque, Cleber Cavalcante, cumprimentou a todos e disse que estão ali para discutir melhorias. Ele mencionou que está na gestão há cinco dias e afirmou que o Naturatins não é um inimigo, mas sim um amigo. Ele também disse que as brigadas estão presentes e orientou os presentes a não fazerem queimadas sem autorização, pois isso pode prejudicar não apenas as pessoas próximas, mas também o parque. Sarah convidou o professor Humberto (IAC) a falar. O professor Humberto expressou sua alegria em estar presente, sabendo que as pessoas esperaram muito por este momento. Ele destacou que a ocasião é fundamental para tirar dúvidas e fazer sugestões. Ele explicou que, se as pessoas presentes ficarem caladas, a oportunidade passará. O professor também informou que tudo estará disponível no site, que serve para acompanhar o plano, e ressaltou que o plano não será finalizado “da noite para o dia”. Ele enfatizou o papel da universidade em criar um plano de manejo que seja adequado

(personalizado) para a região. Ele explicou que o processo é participativo e que, embora a equipe vá fornecer orientações básicas, a participação de todos é o ponto principal do dia. Em seguida, ele chamou a professora Maria Carolina. Professora Maria Carolina se apresentou e explicou em qual etapa o projeto se encontra. Ela mencionou que é necessário entender os animais da APA, vegetais, solo, população (e etc), e que isso é chamado de caracterização. Ela explicou que o trabalho a ser realizado nessas duas semanas, a "leitura comunitária," finaliza a parte do diagnóstico. Maria Carolina pediu a Sarah para distribuir o guia do participante, descrevendo-o como um resumo da parte técnica. Ela também explicou a necessidade do diagnóstico e como ele impacta no zoneamento. A professora disse que a equipe entende as perguntas e angústias, mas que o foco será mantido na pauta do diagnóstico. A professora Sarah retomou a palavra, reforçando a importância do plano de manejo. Ela explicou como funcionaria a lista para a fala e apresentou o primeiro banner, que explica o que é uma APA. Ela esclareceu que o Código Florestal se aplica em todo o país e explicou a diferença entre a Área de Código Florestal, o parque e a APA. Sarah também mostrou a área da APA em destaque e descreveu o processo como um "projeto de negociação". Ela apresentou um segundo banner com o conceito da APA, como ela foi criada (por lei estadual) e o que ela abrange. Sarah então questionou o propósito da criação da APA, citando que a própria lei o justifica. Ela convidou os presentes a refletir sobre como as coisas eram em relação aos animais, plantas, solo e chuva. Valdir (Macaúba) expressou sua dúvida sobre o propósito da APA. Ele questionou se ela foi criada para fortalecer os moradores financeiramente ou para penalizá-los, e se os seres humanos que já moravam na área foram considerados. Ele chegou à Macaúba em outubro de 2006 e, desde então, o Naturatins, por exemplo, não permite que se corte árvores para construir casas. Valdir afirmou que é "amigo da natureza, mas antes temos que ser amigos do ser humano". Ele enfatizou a necessidade de o plano de manejo proteger as pequenas famílias que dependem da terra para sobreviver. Ele quer saber qual será o próximo capítulo de suas vidas e disse que é preciso pensar primeiro nos moradores carentes. Valdir defendeu as áreas já consolidadas e mencionou que seu assentamento tem 12 famílias que foram orientadas e ajudadas pelo Naturatins em alguns momentos. Ele disse que é “amigo” de ambas as partes, mas que só recentemente teve conhecimento sobre a APA Cantão. Ele concluiu sua fala afirmando que tem ciência do Código Florestal e que o ser humano deve ser a prioridade. Sarah retomou a fala, citando as duas expressões de Valdir: "fator humano" e "futuras gerações". Alex de Sousa (da região do Bico da Manchete) disse que ele, como agricultor e

pecuarista, já faz sua parte na preservação. Ele expressou a opinião de que o assentamento Maracanã, que foi colocado pelo órgão, deveria ser retirado do plano de manejo, assim como outros assentamentos, pois já existem áreas de preservação. Ele mencionou os “maiores fazendeiros”: cabeceira, Bonfim, canguçu: tem agricultor que está sendo muito afetado. Na visão dele, continuar, liberar mais.. “tinha que parar”. E finalizou sua fala pontuando que “os assentamentos tinham que ser retirados do plano de manejo”. Sarah informou que o guia do participante está disponível em arquivo digital, enviado para muitos grupos, e que quem não o recebeu pode solicitar, e pontuou que ele tem dúvidas frequentes e explicações. Ela mostrou no banner físico um QR code que leva ao site. Sarah esclareceu que o plano de manejo não tem o poder de decidir o que está ou não dentro da APA, pois isso foi definido por lei. Ela disse que o caminho é outro: entender o motivo da criação da APA e pensar em usos possíveis, de maneiras diferentes em lugares diferentes. Ela lembrou da fala de Valdir e mencionou que entender quem vive na APA também é importante. O objetivo, segundo ela, é sair do genérico e pensar no que é específico para a região. Maria do Socorro, extrativista, moradora e brigadista do PA Onalício e membra do conselho, afirmou que o único pedido é que o assentamento Onalício Barros seja retirado da área de conservação. Ela disse que é isso que a população quer, e que eles já conservam a área. Ela mencionou a lei de 1997, afirmando que quem a criou jamais esteve no assentamento. Ela agradeceu a Deus e disse que só quem vive ali sabe o que eles passam e querem. Maria do Socorro relembrou que participou de reuniões em Palmas e Marianópolis onde não foi permitido que falassem. Ela afirmou que estão ali para "mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher" e reiterou a necessidade de retirar o assentamento Onalício Barros da zona de conservação. Márcio, membro do conselho da APA, agradeceu a todos e disse que há anos lutam para que esse momento chegasse. Ele concordou com Maria do Socorro e criticou o Ministério Público, que de acordo com ele, notificou e multou 130 famílias por desmatamento, e agora o Naturatins aguarda um comando para que isso aconteça. Marcio disse que, embora existam vários assentamentos dentro da APA, nem todos estão sendo impactados como o Onalício. Ele argumentou que a maioria produz para a própria sobrevivência e que as leis criadas pelo Estado são interessantes, mas que as comunidades deveriam ter sido consultadas e ouvidas. Ele concluiu que o problema foi criado porque as famílias não foram ouvidas. Ele esclareceu que sabem que não têm como sair da APA, mas que os assentamentos não querem fazer parte da zona de conservação da APA, pois já têm áreas de preservação suficientes para compensar. Sarah disse que o papel

deles ali é exatamente esse: ouvir. Ela mencionou que esta etapa é a mais "dolorida," pois as pessoas estão reclamando e lutando pelo que acreditam, mas que estão tendo a oportunidade de serem ouvidas. Ela explicou que seu papel no projeto é lembrar aos técnicos que as pessoas são parte do processo e que o objetivo é encontrar um equilíbrio. Sarah expressou a crença de que o resultado será bom, mesmo que seja difícil agradar a todos, e que em alguns anos o plano de manejo poderá ser revisado de outra forma. João Barreira Ramos questionou sobre a falta de madeira para trabalho nas parcelas. Ele disse que já foi discutido no Naturatins a liberação de madeira para fazer cercas, mas que a retirada de madeira seca da reserva é proibida, mesmo havendo madeira suficiente. Ele questionou o que os moradores devem fazer, já que ele, como pequeno produtor, depende da terra para seu sustento. Ele comparou a burocracia para obter licenças, dizendo que para ele pode levar 10 anos, enquanto para o dono da fazenda Macaba leva minutos. Ele demonstrou a situação no chão, mostrando que o assentamento de 130 famílias ficou apenas com a margem na beira do asfalto. Ele explicou que, mesmo com a reserva conservada, a burocracia para obter licença para trabalhar em sua pequena parcela de terra é grande. Ele pontuou que é inviável toda que for plantar um pé de mandioca precisar tirar uma licença que sairá daqui 2 ou 3 anos. Ele afirmou que não veio para a região para trabalhar em fazenda grande, mas sim na sua terra. Ele concluiu, concordando com Maria do Socorro, que não concorda com a parte de conservação e que, ou tira as famílias do assentamento e colocar em algum lugar que dê para trabalhar tranquilo. Arnardino Gabriel (ADSTO) assumiu a palavra e explicou o propósito da criação da ADSTO, que busca o desenvolvimento da qualidade de vida para todos. Ele falou sobre a pluralidade necessária para o equilíbrio ambiental e criticou a tentativa de justificar "coisas erradas do Estado" colocando o pequeno contra o grande. Arnardino contou que se mudou para o Tocantins em 1995, que não tinha APA na época e ele veio trabalhar como vaqueiro, afirmando que veio com “uma mochila nas costas”. Afirmou que já trabalhou com tudo que as famílias do local trabalham, e que entende o sofrimento de cada família lá de dentro. Ele alegou que se a parcela de terra foi dada para as famílias trabalharem e se a porcentagem de conservação já foi destinada desde o início, não faz sentido eles não poderem trabalhar. Ele afirmou que "lei não se discute, se cumpre," e que a parcela de terra é para a família trabalhar. Arnardino lamentou que o brasileiro não valorize quem vive no campo e que, se a reunião se transformar em um embate entre grupos, não haverá um plano de manejo equilibrado. Ele ressaltou a necessidade de um ponto de equilíbrio e de ver o Naturatins como parceiro. Ele pontuou que a redução da burocracia

para o pequeno, tal como João Barreira Ramos mencionou, obter licença em uma área já destinada ao trabalho, é algo a ser estudado dentro do plano de manejo, visto que a terra deles já está em comodato. Arnardino disse que é a favor sim de algumas licenças para evitar atividades que danifiquem os rios, por exemplo, e que acha "quase impossível" retirar os assentamentos de dentro do plano da APA (“não que eu seja a favor”). Ele compartilhou sua satisfação em ver a fauna em sua fazenda, o que ele considera "equilíbrio sustentável" (os animais vão comer soja, milho). Arnardino pediu para que não haja uma "divisão de classes," pois tanto o pequeno quanto o grande produtor sofrem com a situação. Ele disse que um vizinho se mudou por causa do plano de manejo que não foi aprovado e que o desenvolvimento se faz com dinheiro. Ele concluiu que não existe "pequeno e grande," e que o objetivo de ouvir as vozes da comunidade é para complementar um projeto que traga dignidade e equilíbrio, e que ninguém quer viver isolado sem desenvolvimento. Arnardino mencionou o caso de uma produtora que teve sua terra embargada por fazer farinha. Ele incentivou a todos a falar sobre seus anseios, e que aqui todos são iguais. Ele exemplificou: “Às vezes uma pessoa aqui vai ganhar 1000 reais vendendo alface na feira, mas precisa ir em palmas tirar licença quando vê já gastou mais do que vai ganhar”. Ele afirmou que precisamos inibir as pessoas de fazer os crimes ambientais, e disse que países desenvolvidos querem colocar o peso da sustentabilidade no Brasil, mas que o trabalho ambiental no Brasil já é melhor que o deles. Mariângela expressou a preocupação de que a discussão estivesse indo para outro lado, sem focar na pergunta de Sarah sobre como as coisas eram antes e como estão agora. Ela disse que, quando chegaram, havia muita água e as estradas ficavam cheias de água. Sua maior preocupação atual são os mananciais e córregos, e ela espera que os produtores estejam preservando. Ela disse que estão "entupindo" as nascentes com madeira, pedra e entulho. O que “a gente pede”, de acordo com ela, é que se inclua dentro do plano de manejo cuidado consciente com as nascentes, córregos (...). Mariângela disse que como extrativista elas usam buriti, pequi, mangaba, alegando que vê muitos locais que foram derrubados todos os muricizais (...). Ela afirmou que todos precisam desses recursos, que isso é o que os fortalece, traz chuva. Ela encerrou a sua fala pedindo para que o plano de manejo tenha o olhar para isso, em busca dessa solução, para que possam ser cuidadas e preservadas as nascentes, que de acordo com ela, estão sendo destruídas. Maurício, do Naturatins, abordou a questão do zoneamento e dos assentamentos que estão dentro da zona de conservação. Ele disse que há um consenso no Naturatins de que a retirada dos assentamentos de dentro da zona de conservação é uma prioridade, pois alguns foram

criados por erro do Estado ou do governo federal em áreas já zoneadas. Ele tranquilizou os presentes, afirmando que já existe um acordo de que os assentamentos sairão dessa zona. Ele ressaltou que as áreas foram destinadas à produção, portanto precisam produzir. Maurício também explicou que há questões de legislação que vão além do Naturatins ou do plano de manejo, sendo determinadas por lei. Ele pontuou que o plano de manejo será aprovado pelo conselho e Naturatins. Ele sugeriu que o plano de manejo poderia incluir um sistema de autorização simplificada para alguns casos. Sobre a retirada de madeira na reserva, ele explicou que em propriedades particulares é permitido, mas em assentamentos, por serem coletivos, precisa do acordo coletivo (já que, por exemplo, por ocorrer de uma pessoa ir lá, tirar demais, e o outro ficar sem). Ele mencionou que, no Parque do Cantão, os torrãozeiros, em caso de necessidade, entram em contato com um técnico para obter autorização, e que isso seria possível em assentamentos se houver um acordo coletivo. Ele comparou que fazendas grandes têm grandes reservas legais, enquanto o pequeno também tem a sua, evidenciando que a luta é de todos. Um representante do Macaúba que está junto com Valdir, perguntou sobre a legislação que, de acordo com ele, exige a obediência de 3.000 metros da margem do rio. Maurício esclareceu que essa regra está no Código Florestal desde 1965 e que, quanto mais largo o córrego, maior a APP, mas mencionou que o código traz o máximo também. Sarah disse que irão verificar estudos anteriores, mas que a ideia agora é organizar um novo plano de manejo, e que sabe que essa ideia traz insegurança. O professor Thiago Portelinha pontuou que as falas de Arnardino, Mariângela e Maurício trouxeram informações importantes. Ele explicou que a APA é uma área de proteção ambiental criada por lei, o que isso não tem como discutir. Continuou a sua fala dizendo que a APA foi criada para proteger a natureza, mas permite que as pessoas vivam e usem a terra de forma organizada, e o plano de manejo é o que organiza isso. Ele usou a fala de Mariângela como exemplo para ilustrar que a diminuição da água e o aumento das queimadas (outro problema que, de acordo com ele, é recorrente na região) e desmatamento ilegal são problemas que a APA ajuda a combater. Ele pontuou, em cima da fala de Mariângela, que afirmou que antes a terra tinha muita chuva, e que hoje mudou, e perguntou: “Porque?” “Possivelmente estamos tendo problema de nascente” Ele reforçou que o plano de manejo é importante para definir as regras. Professor Thiago Portelinha comentou também sobre a fala de Maurício: que o assentamento foi criado após a APA, o que é um problema, que isso tem que ser conversado, mas que nem coisa que não pode ser mudada por ser lei. Ele incentivou a não ver a APA somente com desvantagens. Ele continuou a sua

fala afirmando que é importante o que a Mariângela falou das nascentes, o que o Maurício trouxe sobre o Código Florestal, que produção e dinheiro também são importantes. E seguiu seu raciocínio afirmando que a produção depende da chuva e os pescadores dependem dos peixes, e que por isso é chamado de "uso sustentável": todos podem morar e usar, mas há regras. Ele mencionou que um dos pontos da APA é ser um corredor ecológico importantíssimo, citando que tem vários lagos, berçários importantes para os peixes, e que por isso o uso precisa ser organizado. Professor Thiago Portelinha então começou a fazer perguntas para entender a percepção da comunidade. Ele perguntou se eles conhecem o solo e o potencial de erosão, e se viram áreas com erosão ou "voçoroca". Definiu voçoroca como um processo erosivo, e que o aumento dele é causado pelo desmatamento, já que nessa situação a água vem com mais força. Daí perguntou: Quem já viu ou sabe, dentro das áreas que vocês frequentam, erosão ou voçoroca? Uma pessoa presente, que não se identificou, questionou se eles não são donos da terra, porque não podem usá-la. Marilucia (PA Macaúba) disse que o Rio do Coco está ficando mais "entupido" e assoreado a cada ano, especialmente nas regiões do PA Macaúba e Manchete. Valdir comentou que as vezes andavam de moto e que tinham que esperar a água baixar, mas disse que a diminuição da água não é por conta do uso da terra (os fatores que fizeram a chuva diminuir “só Deus sabe”), e afirmou que os mananciais secaram naturalmente. Marilucia afirmou que o rio não secava antes, mas que de “4 anos para cá” seca todos os anos. Valdir afirmou que antes da pandemia já secava, que diminui a chuva, muda a estação, e aí vai diminuindo a água do solo. Professor Thiago Portelinha perguntou sobre as áreas boas para roçagem e pastagem. Uma pessoa presente, que não se identificou, respondeu "áreas primárias". Maria do Socorro disse que em sua terra ela produz mandioca, abacaxi, melancia, caju e manga, mas que é preciso trabalhar com a terra. Professor Thiago Portelinha mencionou uma das vantagens de estar na APA é que as pessoas também são beneficiadas com assistência técnica, comentando que existem editais e planos de financiamento para quem vive dentro da APA. E questionou se tinha mais alguém para comentar sobre as áreas boas/produtivas. Após isso, perguntou sobre áreas e alagamentos na época da chuva. Uma pessoa presente, que não se identificou, afirmou que antes alagava, mas que agora não está alagando mais, que não tem mais chuva. Maria do socorro afirmou que algumas pessoas aqui têm um cantinho que ficam com mais água, mas não prejudicam a moradia. Marilucia afirmou que essa questão está relacionada com as grandes plantações, e que os pequenos pagam o preço por isso. Professor Thiago Portelinha perguntou quais são os principais rios/córregos utilizados na região. A

resposta coletiva foi: Rio do Coco, Javaé, Caiapó, Piranha, Araguaia, Córrego Santana, Lagos para fazer hortas. Professor Fernan perguntou se esses lagos têm mantido ou diminuído. Valdir respondeu que tem mantido. Professor Thiago Portelinha questionou quais locais as pessoas presentes têm identificado nascentes que estão secando. Mariângela respondeu que as nascentes entre Marianópolis e Caseara são as que estão com mais problemas. Maria do socorro afirmou que o córrego na reserva da fazenda já seca normalmente, dentro da reserva, dentro da natureza, já seca naturalmente. Professor Thiago Portelinha questionou se quem usa essas águas para uso doméstico está achando a normal ou não. Maria do Socorro disse que a água é "uma maravilha", que já passou pelos períodos de chuva/seco e “Graças a Deus” é bastante água (porém neste momento ela estava se referindo a água do poço), que a região tem muito peixe e que o povo vem pecar muito na região. Outra pessoa, que não se identificou no momento da fala, relatou que “nossa represa ano passado, não secava (...), tinha que abrir, fazer um dreno para não arrebentar o aterro”, mas que o ano passado a represa quase secou totalmente. Afirmou também que não podem usar a água da represa porque “dá coceira”, é preta (Assentamento 1º de Maio, do outro lado do asfalto, rios próximos: Santana e Caiapó). Finalizou a fala dizendo: na seca passada quase secou, e tem dreno de fazenda dentro. Outra pessoa afirmou que teve um ano que “o fogo passou dentro”. Professor Thiago Portelinha foi questionado sobre os pontos que estão sendo secos, se vai ser analisado algo profundo (com coordenada geográfica). A pessoa que questionou disse que é natural da região, e cogitou que Thiago nunca houvesse não conhecesse a região. A pessoa, que não se identificou no momento da fala, afirmou que se tiver algum dreno que chegue é em uma “cabeceira lá em cima” em uma fazenda que já foi aberta há muito tempo (8 a 10 anos). Professor Thiago Portelinha respondeu que o que está sendo feito hoje é com base em um diagnóstico já realizado, e que hoje, o IAC está na comunidade para entender a percepção dos moradores locais. Thiago questionou se mais alguma pessoa tem percebido que a seca está sendo mais intensa (durando mais tempo). Valdir disse que a extensão do verão está menor, com mudanças há seis anos. Outra pessoa, que não se identificou no momento da fala, disse isso já vem de 20 anos, sendo que tem ano que chove mais cedo, tem ano que chove mais tarde, e que tem o controle dessas chuvas pois mora há 21 anos na região. Mariângela disse que o inverno na região terminou em maio. Mais uma pessoa, que não se identificou no momento da fala, afirmou que “a chuva está maior”, e que não estão percebendo diminuição. Outra pessoa afirmou: “Tem gente que perdeu soja pelo excesso se chuva”. Thiago perguntou quais áreas deveriam ser mais

protegidas por conta da importância das nascentes e tipo de solo, e as pessoas responderam APP, beira de rio e nascentes do cerrado. Houve um debate sobre a definição de "cerrado" entre os participantes. Maria do Socorro disse que, além da reserva legal, todos têm uma reserva dentro de seu próprio lote. Sarah chamou a professora Maria Carolina, que reforçou a importância da participação de todos para subsidiar as propostas, visto que tudo está sendo registrado em ATA por Ana Lívia. Ela mencionou também sobre os questionários do Professor Fernando, pontuando que a equipe não está ali para fazer fiscalização de terras, por exemplo, e que as perguntas do questionário do Professor Fernando, que é responsável pela área de socioeconomia, são importantes para conhecê-los melhor. Valdir disse que a assinatura na lista de presença é importante para provar que o lugar é habitável. Ana Lúcia Rodrigues cantou uma música e leu uma poesia (Vivências e resistências de Fátima Ribeiro). Ela disse que o assentamento Onalício Barros é resultado da luta do MST de 2006 e que foram colocados lá por necessidade de subsistência (pelo Governo Federal), e que estão ali para cuidar do cerrado, das nascentes, florestas e "de nós, porque acima de tudo somos humanos", somos extrativistas, militantes de direitos humanos. Ela se apresentou como graduada em serviço social (UFT/Miracema) e disse que, quando chegaram (2006), havia muitas nascentes e cerrados ao redor que foram soterrados. E seguiu sua fala dizendo: "é isso que a Mariângela trouxe para nós: se tanto chove, por que que as nascentes não têm água? Alguma coisa está errada. Nós não queremos guerra e nem conflito com ninguém. E afirmou que "o companheiro trouxe uma fala muito bonita sobre a divisão de classes". Pontuou que estão ali para falar disso sim: "porque se a grande monocultura sair daqui ele disse que não vamos ter estrada, como que não vamos falar de divisão de classes?" Ana Lúcia também disse que em audiências anteriores foram convidados, porém não tiveram voz, e afirmou: que bom que os companheiros que estão aqui disseram: nós não somos maiores. Comentou que esse é o modo de vida deles, que não querem conflitos, mas querem respeito ao modo de vida e à cultura. Estar dentro do assentamento, queremos produção de alimentos saudáveis. Pediu respeito a "nossa produção", e disse que não querem que suas parcelas sejam derrubadas, mas sim que possam produzir. Queremos sair da unidade de conservação, mas é muito nesse sentido de não ter dinheiro para pagar multas, como os grandes têm. Ana Lúcia concluiu que eles já têm suas reservas, pedindo mais uma vez respeito ao "nosso modo de vida" e ao ciclo da natureza. Vanderlei pediu para que o assentamento saia da zona de conservação. Ele disse que ninguém quer destruir a natureza e que trabalham com responsabilidade, afirmando que cada um que ali trabalha em suas

terras nunca pegaram multa por desmatamento. Ele pediu que a situação seja revista, pois eles não são culpados, afirmando que o INCRA que os colocou lá em 2006.Edio, que mora na região desde 1987 (“viemos para cá ficar 15 dias, e já vão 38 anos”), disse que todos estão certos, mas que é preciso se adequar, e que confia que vai ter um estudo muito certo. Ele disse que desde que conhece a região, de 10 em 10 anos acontece um ciclo (enchente), dando alguns exemplos como esse: nosso clima aqui é todo diferente, mudei para Caseara em 1989, em 1990 passamos o Araguaia a pé, em 1992 deu enchente, então são ciclos. Ele falou: vou questionar a Ângela: água é complicado, o cara que desmata a beira do córrego, app, deve ser preso. Edio questionou o percentual da APA que é ZC e ZP, e deu a sua ideia: “se eu tenho 35% da minha propriedade, porque não faz essas áreas de reserva ZC e ZP, justificando a sua ideia com o argumento de que provavelmente não vai diminuir o exigido de ZC e ZP, e “por isso teremos que nos adequar. Em 1992, de acordo com ele, não tinha assentamento, só o Caiapó, e nessa mesma época, fazendo uso de suas palavras “passamos com o trator por dentro”. “Eu tinha uma empresa de prestação de serviço, na verdade desmatei bastante, 500 hectares em um serviço, mas eram tempos diferentes”. Edio continuou a sua fala afirmando que em 1992 já secava, tinha ano que não passava. Mariângela pontuou: por isso a importância de voltar atrás, em 1992 eu não morava aqui. Edio continuou a sua participação afirmando que será complicado quando chegar na parte política, e que quem está dentro da APA terá que brigar. Também pontuou que muita gente fala do grande agricultor sobre o desmatamento, mas que tudo é proporcional, a beira do córrego segue preservada. Reafirmou mais uma vez que a APA dá para conciliar natureza e biodiversidade, e que não existe em lugar nenhuma biodiversidade igual existe na APA.E que o agricultor vai ter que se enquadrar, principalmente de grande porte, citando o exemplo, do “veneno”, mas que dá para resolver, porque hoje já tem coisas biológicas, mais naturais, que tem tudo para dar certo. Sarah perguntou por que o clima aqui é diferente? Edio respondeu afirmando que o clima da região tem microrregiões desde sempre, e que tem região que chove (exemplo: bacaba), e outra região que não chove. E isso, de acordo com ele, não foi porque desmatou. “Nada mudou”. Temos terras baixas na beira do rio do Coco, aqui é bem diversificado. Sarah questionou Edio novamente: deixa eu ver se eu entendi: essa APA tem algumas características específicas que fazem aqui ser diferente Edio respondeu afirmando: todos nós precisarmos de água para sobreviver e a região da APA é onde mais chove, possibilitando duas lavouras por ano, e que não seriam três porque provavelmente não conseguiriam outorga. Professor Thiago Portelinha esclareceu que havia

entendido errado o que o Sr Edio falou, e que como ainda não temos plano, não temos o percentual de ZC e ZP ainda, e que os dados que comentou são de outros planos. Edio comentou que a maioria da reserva vai passar de 40%, e que esses 40% cobrem. Professor Thiago Portelinha disse que são coisas diferentes, e comentou que o Edio estava se referindo ao Código Florestal, que exige 35% de reserva legal, enquanto o zoneamento da APA será definido no plano de manejo. Edio respondeu que se referia à "relocação da zc zp," questionando a necessidade de deixar "chapadões" como ZC. Tassiano: Tem 40 e poucos por cento de reserva. É uma ideia do plano. Professor Thiago Portelinha explicou que a ideia é justamente estudar a questão com a comunidade para que essas zonas sejam definidas da maneira correta. Uma pessoa, que não se identificou, perguntou: qual área chove mais, área de mata ou área aberta? Professor Fernan respondeu: isso depende de muitos fatores, essa árvore tem a capacidade muito alta de evapotranspiração. As folhas soltam água que amenizam a temperatura. A mesma pessoa anterior, que não havia se identificado, perguntou novamente: Nordeste não tem área desmatada, e por que é seco? Professor Thiago Portelinha respondeu comentando que lá é outro clima, e consequentemente outro contexto. A professora Elineide apresentou um mapa que mostra o aumento do desmatamento na APA ao longo dos anos, pontuando que as vezes a gente olha só para um recorte, e interpreta de um jeito, mas que a realidade da APA como um todo é que o desmatamento vem aumentando. Ela explicou que as pessoas fazem parte da área de conservação e que a vegetação e os animais dependem do solo e da água, apontando que é tudo interligado, e que a área é muito diversa. Ela perguntou se alguns animais desapareceram. Maria do Socorro respondeu: cachorro que a onça comeu. Professora Elineide questionou se a onça tem aparecido com filhotes. Maria do socorro afirmou que aumentou as onças. Outros presentes responderam que a onça e outros animais, como porcos-do-mato, capivaras, caititu, porco queixada, aumentaram. Professora Elineide pontuou se as plantas não dão semente, e que se os animais não aparecem com filhotes, é porque algo de errado está acontecendo. E que daqui uns anos essa conversa volta porque o plano de manejo é revisto. Uma pessoa, que não se identificou, comento que se você ficar perdido no cerrado, você "chega gordo em casa", porque é um local muito rico, tanto em animais, quanto em frutas. Djalma Tenório, médico veterinário, que está na região desde 1988, disse que quando chegou aqui só existia um assentamento. Afirmou também que o processo de desenvolvimento que "estamos disfrutando" é resultado de toda uma movimentação da sociedade. Ele comentou que também é servidor público, e que a arrecadação do agro vai

para os cofres públicos. Ele disse que a região tem duas grandes populações, a da agricultura familiar e a do "agro tecno ficado,". Afirmou que assistiu a criação de cada assentamento, e que também viu o agronegócio chegando ao município, e que ambos chegaram com o aval do governo, pontuando que temos que refletir um pouco mais com calma. Afirmou que é “meio natureba”, que tem terra em Caseara, mas entende que em determinados momentos percebem um "jogo político" para colocar uma classe contra a outra, o que não é bom. Ele disse que tem um dado interessante: o Parque do Cantão tem 90 mil hectares, já a região da APA tem 1.650.000 hectares, e que há pessoas aqui, na região da APA, que quando ela foi criada já moravam ali há muito tempo, e tem gente que nunca foi notificado, até hoje não sabe. Ele afirmou: a água, todo mundo sabe disso, a sazonalidade, existem períodos de extrema seca na terra no Brasil, que tinha pouco gente habitando. Ele disse que os índices pluviométricos de Caseara não mudaram muito nos últimos 50 anos, mas que é preciso respeitar os limites da natureza, mencionado margem dos córregos, nascentes. Pontuou também que o novo plano de manejo precisa ser elaborado porque a região está impossibilitada de avançar no desenvolvimento, e que os assentados já estavam quando a região foi criada com o aval do governo. Ele concluiu que o bom senso é o melhor caminho. Sarah encaminhou para o encerramento, agradecendo e mencionando as diversas oficinas que ainda ocorrerão durante a semana e reforçando o convite para a participação.

3.2. Caseara

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 04.08.2025
Início: 08:00h
Fim: 11:00h
Local: Câmara Municipal de Caseara

Histórico:

Sarah iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e convidou o prefeito para falar. Ele cumprimentou a todos, agradeceu a presença e se colocou à disposição para oferecer o apoio que fosse necessário. O prefeito reconhece a importância de apoiar o produtor e de cuidar do meio ambiente. O vice-prefeito Diogo também deu as boas-vindas. Ele disse que, para quem é produtor, a dificuldade é grande, mas o governo e a população estão dispostos a encontrar uma solução. Ele ressaltou que estão em um momento de convergência de interesses e que a presença de todos é muito importante, pedindo que essa mensagem seja levada a quem não pôde comparecer. A agricultura está passando por um momento difícil e eles precisam resolver a situação, sempre pensando em preservar a APP (Área de Preservação Permanente) e as nascentes, pois percebe que os produtores são conscientes, e reforçou que esse é o objetivo deles. Maurício, representante do Naturatins, informou que a APA foi criada em 1997 e seu primeiro plano de manejo, em 2000, o que reflete uma realidade diferente da atual. Afirmou que agora é o momento de tentar ajustar a situação, que é polêmica em alguns casos, como o dos assentados, em que houve erros na elaboração do plano de manejo e por parte do governo federal. A situação das propriedades maiores também é uma questão a ser discutida para se chegar a um consenso. Ele disse que não é hora de brigar, mas de colaborar para serem mais produtivos. Lembrou que o Código Florestal, que se aplica a todo o Brasil, continuaria em vigor mesmo que a APA não existisse. Márcio Jeová, do sindicato dos trabalhadores rurais disse que respeita o meio ambiente e sabe de sua importância, mas que as pessoas também precisam sobreviver. Agradeceu a presença de todos e pediu para que ficassem até as 11 horas, pois o

debate se estenderia até esse horário. O Presidente da Câmara agradeceu o empenho de todos e parabenizou o IAC pelo trabalho. Ele disse que esteve no assentamento Onalício Barros e acredita que estão no caminho certo, pois é preciso preservar, mas também produzir. Ele ficou grato por terem solicitado o plenário da Câmara. Enfatizou que a APP é importante, mas é preciso encontrar uma solução para que todos possam viver do negócio onde moram. Relatou que o pessoal do Onalício Barros reclamou no dia anterior que, apesar de já terem sua reserva, precisam tirar licença, o que ele considera "o cúmulo". Regiane, presidente da AMA Cantão (extrativistas), declarou que eles são da região e a conhecem "como a palma da mão". Pediu respeito para as pessoas que já estavam lá antes de quem veio para produzir. Mencionou que o pequi pode não ter valor para quem chegou, mas para eles é um meio de sobrevivência. Afirmou que não são contra quem veio para produzir, mas que eles, que não precisavam nem de ventilador para sobreviver, veem os impactos, como as flores das plantas caindo antes do tempo e a vegetação sendo queimada. Ela afirmou que a sua fala é em defesa da APA Cantão, que não é só dela e das extrativistas, mas também dos pescadores e ribeirinhos, e ela pede o olhar de todos para eles. “Não tenho como falar isso sem chorar”. Expressou a dor de ver a quantidade de doenças no município, pois viveu na região sem desmatar uma árvore, e ver tudo isso é sofrido. Em nome da comunidade tradicional de Caseara, defende a APA e pede uma forma de produzir sem agredir, pois não é possível produzir “com veneno” sem agredir o meio ambiente, de acordo com ela. Alertou que, se não houver mudança, eles farão o mesmo que os europeus e continuarão destruindo tudo. Expressou gratidão e a esperança de que cheguem a um consenso que seja bom para todos que vivem e amam essa terra. A professora Luzia, que mora em Caseara há 35 anos, deu as boas-vindas e afirmou participar de vários segmentos, como a Ampril, rural e educação. Considera o tema relevante e importante ouvir ambos os lados da população. Compartilhou uma experiência pessoal, dizendo que quando chegou à cidade, chegou "puxando a cadela pelo rabo", pois não tinha dinheiro para a corda. Defendeu que é preciso ver ambos os lados, pois é preciso preservar e sobreviver, mas o mundo mudou e não é mais possível sobreviver apenas do extrativismo. Destacou que os jovens de hoje (filhos dos torrãozeiros, dos assentados...) não estão dando continuidade ao trabalho de seus pais e não gostam de Caseara; quem gosta são os idosos e o pessoal do agronegócio para investir. Considerou a chegada do agronegócio positiva e maravilhosa, exemplificando o raciocínio de alguns alunos: estudar para que? Para ganhar salário de professora? Se eu posso ganhar em uma semana o mesmo salário trabalhando como operador de máquina. Concordou que a fala de Regiane é importante, mas que é preciso um equilíbrio entre o grande, o médio e o pequeno. Disse que não é porque está

no agro, que está defendendo o agro, mas que vê o agro buscando pelo equilíbrio também. Alertou que, se o dono do agronegócio se sentir pressionado, ele venderá a propriedade e irá para onde tiver liberdade de trabalhar, e questionou do que o povo viverá. Levantou a reflexão: Será se os filhos de vocês querem ir para o torrão, cortar macaúba com faca? E ressaltou que é preciso trabalhar com sustentabilidade, que é o equilíbrio entre produzir e preservar o meio ambiente. Afirmou que as propriedades rurais possuem reservas e que precisamos preservar as margens de rios, córregos e lagos, e que essas propriedades estão preservando. Sobre a questão do fogo, disse que é preciso "deixar de teatro e ter mais ação", visitando as comunidades para saber do que elas precisam. O professor Humberto agradeceu a presença de todos e reforçou que o plano de manejo não pode acontecer sem a participação da comunidade. Ressaltou a necessidade de harmonizar a convivência, pensando no ambiente, nas pessoas e na produção, e que o papel da universidade é compatibilizar tudo. Informou que estão com o IAC, um instituto criado para apoiar o desenvolvimento da cidade. Lembrou que a comunidade conhece a realidade local, e que o plano de manejo deve ser sustentável. Ele percebe que a menção à APA gera uma sensação de "gosto amargo na boca", como se estivessem em um lugar ruim. Lembrou que, assim como tudo na vida, a APA tem seu lado bom e ruim, e que eles têm a bênção de estar nela, o que lhes dá acesso a recursos e financiamentos que outras pessoas não têm. Questionou se sabiam disso, e apenas uma pessoa levantou a mão. Disse que o objetivo é ouvir, e que não querem que as pessoas vão embora após a aprovação do plano, nem que o meio ambiente morra. Afirmou que quem vive da terra, cuida da terra, e que é preciso cuidar da preciosidade que possuem, ou precisarão trabalhar com outra coisa. O papel da universidade é mediar e ouvir, e o objetivo é chegar a um consenso que seja o melhor para todos, pois não é possível agradar a todos (individualmente), mas pontuou que o objetivo é chegar em algo que para o todo seja o melhor. Reforçou que o plano deve ser sustentável, pensando nas pessoas em primeiro lugar. Alertou que o plano será concluído em fevereiro/março, e que esse é o momento de falar, expressando o desejo de que o próximo evento não tenha lugar para se sentar, de tanta gente que compareça. Incentivou a todos a participarem sem se intimidarem ou terem vergonha.

A Professora Maria Carolina abriu a fala lembrando que a APA tem uma configuração intermediária entre um parque e o código florestal, por isso a necessidade do plano de manejo. Destacou que o plano precisa de desenvolvimento sustentável em três eixos, e que a análise da vivência da população é tão importante quanto a análise técnica. Explicou que, quando eles perguntam, não é por desconhecimento, mas para saber a visão da população. O plano é participativo, e é importante que todos assinem a lista de presença para comprovar que

estiveram lá. Pontuou que Ana Lívia estava fazendo a Ata, e que o professor Fernando está aplicando questionário com o objetivo de entendermos melhor a situação. Explicou que a universidade está ali para fazer pesquisa, não para fiscalizar ou punir, e pediu para que assinem a lista de presença e respondam ao questionário. Sarah mostrou um banner e explicou o que é uma APA. Disse que o Brasil criou leis para proteger e preservar o meio ambiente, com diferentes escalas de proteção. Em parques, a proteção é integral, permitindo apenas pesquisa e visitação, por se entender que a área é muito rica. Em outras áreas, há mais liberdade, e a APA é um meio-termo, sendo uma área de uso sustentável. Serão realizadas 14 oficinas nos nove municípios que compõem a APA, que foi criada pela Lei 907 em 1997. O plano de manejo não pode alterar essa lei, mas pode orientar o uso sustentável e dar segurança a todos. A lei de criação da APA tem como objetivo garantir a conservação da fauna, flora e solo, e proteger a qualidade e vazão das águas. Sarah mencionou que um senhor em Onalício disse algo interessante, que a APA é diferente, com um clima distinto e que, junto ao Parque Nacional do Araguaia, forma um mosaico, com uma vegetação e animais especiais, no encontro do cerrado com a floresta amazônica, e que todos os recursos precisam estar em harmonia para que as coisas funcionem. Duas pessoas pediram para falar. O presidente da Câmara apresentou os vereadores que o acompanhavam. Cleber Cavalcante disse que estão ali para discutir e chegar a algo que seja melhor para todos. Esdras questionou sobre o banner, perguntando como as fazendas do agronegócio podem falar que trouxeram prosperidade em termos de saúde etc., quando não é o que ele vê. Afirmou que a prefeitura é quem tem mais funcionários, mais de 500, e não o agronegócio. Lembrou que a agricultura da soja, praticamente dentro da cidade, tem leis específicas para agrotóxicos, e que muitas pessoas e crianças já estão com doenças por causa disso (Setor Belenzinho). Disse que o plano diretor da cidade deve ser cumprido. Afirmou que não é contra o agricultor de soja, mas sim contra aqueles que não cumprem as leis. Reconheceu que existem fazendas de soja que são sustentáveis, e que o Brasil tem aquelas que até possuem lagos para turismo. Sugeriu que eles, da região, poderiam agregar seus funcionários para a área do turismo. Sarah achou interessante, pois o turismo é pouco falado na região, mas tem muita relação com o local. O professor Fernando explicou que seu papel é fazer um levantamento das comunidades vulneráveis. Observou que a produção pecuária elevou o crescimento do PIB nos nove municípios da APA, mas os indicadores sociais, como a pobreza, não acompanharam esse desenvolvimento. Isso significa que há algo errado, e a APA pode ser importante para fazer um levantamento que possibilite que o desenvolvimento econômico e social caminhe juntos. Tassyano, produtor rural e diretor da ADSTO, disse que a visão do

produtor não é de briga entre grandes e pequenos. Defende que cada um, independentemente do tamanho de sua "engrenagem", é muito importante no processo, pois se uma engrenagem pequena faltar, o sistema não funciona, e reafirmou que não é uma disputa entre grande e pequeno, bem e mal. Ele vê isso como uma grande responsabilidade dos técnicos, pois estão discutindo o futuro das próximas gerações, como o de uma criança presente, e que a carga de não os obrigar a sair da região deve ser dividida por todos. Acredita que a região é a mais rica do Tocantins por causa da quantidade de chuva. Disse que, apesar de terem escutado a AMA Cantão, 40% da área deles não foi tocada, e que os técnicos estão ali para trazer harmonia e transformar isso em desenvolvimento humano e social, A miséria, para ele, é um problema ambiental, se não o maior. Expressou felicidade por ouvir a palavra "pessoas" ser a primeira coisa discutida nas reuniões (de hoje e de Onalício Barros). Reiterou mais uma vez que a principal mensagem que quer deixar é que isso não é uma briga, e que é necessário transformar o que o professor falou, IDH em saúde, estrada, hospital. Pediu para focarmos em um plano de manejo que traga para a sociedade esse desenvolvimento humano, principalmente de pessoas. Ângela, que é professora no município e trabalha com a parte de produção, disse que o tema é muito importante. Ela viu a produção aumentar e a qualidade de vida das pessoas melhorar, tanto no campo quanto na cidade, nos 12 anos em que está na região. Lembrou que, quando chegou, em agosto e setembro, havia muito fogo, que entrava no Cantão, e que não era culpa dos produtores. Disse que a lei foi criada em 1997, quando se pensava que a região era apenas areia e não produzia nada. Para a surpresa de todos, a terra produz e emprega. Acredita que para um lugar ser desenvolvido, as pessoas não podem depender apenas do setor público e precisam ter outra forma de trabalho. Relatou que 80% dos alunos em 2023 e 2024 recebiam Bolsa Família, e que o agronegócio tem grande dificuldade em encontrar mão de obra qualificada. Disse que as pessoas precisam querer se desenvolver, e que o fogo, na opinião dela, é uma das coisas que mais prejudicam o meio ambiente, e não é colocado pelo agronegócio, pois isso seria "suicídio". Comentou que citou o agro como exemplo porque é a sua área, mas a mesma coisa se aplica aos assentados. Disse que, quando compram uma área (igual estão encostados na cidade) usam materiais biodegradáveis e fazem plantio sustentável. Mencionou que o clima é diferente do sul e que as folhas não se decompõem no verão. Pediu que todos pensem em como fazer as coisas sem prejudicar ninguém. Sugeriu que a lei de 1997, que não previa a capacidade de produção da região, precisa ser adaptada. Relatou que ouviu que não se pode trazer industrialização para a região por causa do Cantão, e que ela sempre defende a implantação de uma usina de reciclagem, que é, de acordo com ela, o maior problema em uma APA,

justificando que lixo no mato e nos rios é um problema muito grande. Disse que precisamos de refeição, mas de água e sombra também, então que é uma construção coletiva. Sarah chamou o professor Thiago Portelinha para fazer perguntas, já que não havia mais ninguém inscrito para falar. Thiago agradeceu as falas, explicou o objetivo do plano de manejo, e reafirmou que o propósito é ouvir. Informou que o meio físico está tentando entender aspectos como clima, solo e geologia, e que um diagnóstico de campo já foi feito. Perguntou se havia áreas com erosão ou voçorocas na região, mas ninguém levantou a mão. Perguntou sobre áreas consideradas boas para roçagem e pastagem e que tipo de ambiente eles consideram adequado. Esdras respondeu que a maioria das nascentes está no cerrado, e que a maioria dos plantadores de soja está com as nascentes. Disse que eles fazem valas em direção aos córregos, e que ele sente que o solo desce todo para os rios do Coco e Araguaia, o que causa a morte dos peixes. Também afirmou que as abelhas foram as mais afetadas. Thiago perguntou se as áreas de plantio seriam as das nascentes. Um dos presentes respondeu que, hoje, praticamente não há área ruim para plantio no cerrado, e que é possível plantar até em áreas com pedras. Verena, produtora rural, comentou que a própria história mostrou o que é produtivo ou não, e que há 10 ou 20 anos, a concepção era diferente, e que hoje a gente vê uma realidade atrás que ninguém via, não só do parque, mas da região do Estado como um todo. Disse que se criou uma "rixa" muito grande entre quem pode e quem não pode usar a terra. Afirmou que ninguém aplica defensivos por achar bonito, pois é caro, e que é como tomar um remédio, que só se usa quando precisa. Disse que é preciso parar de "crucificar" e que as pesquisas sobre defensivos estão avançadas, e que há muitos produtos biológicos, afirmando que reaplicam o que vem da natureza. Destacou que a erosão é um prejuízo "gigantesco" para o agronegócio e que a fiscalização em propriedades de médio e grande porte é muito rigorosa. Perguntou aos pequenos produtores quantas vezes eles já receberam a visita de um técnico para olhar as nascentes. Disse que, para eles, isso acontece com frequência, e que mesmo assim há um "choque", como se estivessem fazendo tudo errado. Afirmou que produzem para sobreviver e gerar riqueza, e que ninguém quer destruir nada; pelo contrário, o produtor é o primeiro a precisar de sua área preservada e cuidada, caso contrário não produz. Disse que as pesquisas mostram que o produtor é o mais prejudicado, e que é preciso caminhar lado a lado com a conservação, caso contrário não conseguem continuar a atividade, e vão embora. Finalizou dizendo que não estão ali para competir com ninguém, pois o que ela produz, o extrativismo não consegue e vice-versa, e que, cada um está dentro do seu segmento. Afirmou que se ajudarem uns aos outros, as coisas vão para a frente. Jociel, professor, disse que há várias narrativas e que cada segmento usa a que mais lhe convém. Ele,

como filho de Caseara, que nasceu em 1977, afirmou ver a cidade mudar em 30 anos e acredita que tudo foi voltado para a exploração do meio ambiente. Afirmou que vê muitos discursos, e intolerância entre as partes. Citou a revolução industrial e a revolução tecnológica. E afirmou que o que está acontecendo é uma "queda de braço", em que os produtores querem produzir e a comunidade quer se desenvolver. Questionou para onde vai o dinheiro, já que o PIB é de R$ 100 mil por habitante. Citou um relatório oficial que aponta que os recursos hídricos estão sumindo, e que a água em Onalício Barros vai acabar. Questionou se já tem poço em Onalício. Uma representante de Onalício, Socorro, confirmou que o poço existe, mas não tem energia para funcionar. Jociel relatou ter visto uma fazenda atear fogo um dia antes de vencer o prazo para queimar e que também há assentados que queimam. Disse que é preciso criar um plano de manejo que seja "a contento". Eles querem conviver com o agronegócio, mas precisam que eles aprendam a ver as necessidades da população. É preciso ser tolerante e desenvolvermos junto. Caseara tem uma das melhores pluviometrias. Comentou que tem casos que é mais barato pagar a multa do desmatamento do que perder a produção, e que precisam de um plano de manejo que haja desenvolvimento econômico e social. Questionou o uso indiscriminado de fósforo e nitrogênio que "detona o solo", em vez de usar bioinsumos. Reafirmou que as políticas públicas precisam ser voltadas para o setor, e que assumam a bandeira do desenvolvimento sustentável. Disse que tem nascentes que já foram destruídas, e que a água da superfície é fácil monitorar, questionando em seguida: e a subterrânea? Pediu uma discussão verdadeira e que todos convirjam para uma solução pacífica e viável (e ressaltou que o agro também precisa de água limpa e um solo saudável). Reafirmou: vamos preservar a água. Citou que a AMA faz uso de produtos naturais (exemplificando com pé de pequi, pé de macaúba), e que tem propriedades que vão “arracando um aqui”, “outro amanhã”, para não serem pegos pela fiscalização. Pediu para que o agronegócio use defensivos mais biológicos, que agridam menos o meio ambiente. Disse que muitos defensivos usados no Brasil são proibidos na União Europeia e que o Naturatins sabe de tudo o que está acontecendo. Mantura, que possui propriedade na região, complementou a fala de Verena, dizendo que a pior coisa que vê é a "ignorância de ambas as partes". Disse que o governo impregnou que agricultura familiar seriam as pequenas propriedades, e para ela, agricultura familiar é sua propriedade com sua família, é o assentamento. Afirmou que eles, na fazenda, precisam dos "pequenos produtores", exemplificando que compram deles porco e verduras para comerem. Disse que sua fazenda está de portas abertas para que as pessoas vejam o que realmente acontece. Questionou se as pessoas compram remédio que não seja aprovado pela Anvisa e afirmou que eles não compram nada

que não seja aprovado por lei, sendo que tudo é dosado como remédio. Questionou os presentes se eles devolvem as embalagens de remédios que fazem uso na farmácia, explicando que os produtores são obrigados a fazer a "tríplice lavagem" das embalagens e devolvê-las em locais permitidos (o mais próximo em Silvanópolis, e os agricultores que pagam o frete). Afirmou que os produtores são obrigados a manter a reserva legal de 35% mais a APP. Sugeriu que os produtores visitem os assentamentos e que os assentados visitem as fazendas. O Naturatins, segundo ela, vai à fazenda deles toda semana e eles são obrigados a ter licenças e seguir as leis trabalhistas. Afirmou que cuidam de pessoas, empregam 300 funcionários, sendo mais de 90% de Caseara, e que a maioria dos comércios seria "exterminada" se o agronegócio fosse destruído. Questionou se todos deveriam reflorestar tudo e viver como os índios. Disse que possuem um "mural só de documentos" e que são obrigados a fazer análise de água a cada semestre. Afirmou que as pessoas do agronegócio que ela conhece pensam na população (“Eu e Rodrigo somos coordenadores do Hospital do Amor”), e citou exemplos de investimentos em educação, doações de computadores e cestas básicas, além de oferecerem plano de saúde Bradesco (médico e odontológico) e bolsa de estudo de 50% para os funcionários. Finalizou questionando: Isso não é cuidar de pessoas? Disse que se sentar e não olhar para o outro é ignorância, e que esse é o maior problema. Após o lanche, Sarah retomou a fala e pediu a Esdras para explicar melhor a questão das nascentes no cerrado. Esdras reiterou que a maioria das nascentes está no cerrado e que poucas estão em terras de assentados, que as protegem. Disse que a "galera da soja" tampou a maioria das nascentes, e que um drone mostraria apenas uma "tira de APP" nas fazendas. Relatou que muitos turistas não querem passar pelas plantações de soja para não verem o impacto ambiental. Reforçou que não é contra a soja, mas que é preciso cumprir a lei. Paulo, outra pessoa presente, pontuou que nascentes não nascem apenas no cerrado, mas também em montanhas, áreas úmidas e florestas. Regiane disse que o cerrado é o "coração do Brasil", pois é o elo entre todos os biomas e libera as águas que nascem nele. Defendeu que é preciso proteger não só os rios, mas todas as águas no cerrado. Relatou que o Rio Escondido, que é local de desova de peixes (piau), está desmatado, e que parece que jogaram até terra nele. Luis Cesar Priori, que também estava presente, disse que "falar, todo mundo fala" e que pode ter acontecido o que foi relatado em algum canto, mas que em sua fazenda o Rio Escondido não está desmatado. Disse que "cadê as provas?" e que "falar até papagaio fala". Afirmou que o solo em sua propriedade fez foi melhorar, e que veio para cá há 15 anos, afirmando que tem nascentes perenes e tem nascentes intermitentes. Para ele, é mais produtivo trazer dados e fatos. Ele, que é de Jataí, disse que quem visitar a região vai querer o

nível de desenvolvimento de lá, que é consequência de preservação, renda e produção. Regiane concluiu, dizendo que, mesmo sem dados, é só ir lá para ver o que está acontecendo, pois o rio, que não costumava secar, de acordo com ela, está secando nos últimos três anos. Pontuo que assim como Mucura falou, que cuida das pessoas, pediu que busquem conhecer quando tiverem "jogando veneno", pois, de acordo com Regiane, as águas estão secando, os muricizais não enchem como enchiam, as flores e plantas estão acabando. Mencionou que as pessoas que andam de moto estão sendo jogadas para fora da estrada, porque o que segura o vento são as árvores, e que é muito fácil andar dentro de camionete e não ver a força que o vento está fazendo. Questionou para não respeita a vegetação próxima à estrada, e se isso está de acordo com a legislação. Finalizou dizendo que, se o veneno é biológico, algo está errado, pois os pássaros estão morrendo, e que ela tem uma amiga que perdeu todo o bananal. Finalizou dizendo que o que for feito ali vai impactar o resto do Brasil. José Maria Campos perguntou quem estava na reunião do Ministério Público. Disse que a sociedade não vive sem o agronegócio, sem a agricultura familiar e sem o meio ambiente. Disse que o plano de manejo é para decidir "isso aí" para poder trabalhar. Pediu explicações sobre como está o plano de manejo e o que precisa ser feito, pois na reunião do Ministério Público, a briga era só sobre isso, e com ele tudo se resolve. Afirmou que não conseguem fazer empréstimos em banco, e que sem dinheiro não dá para trabalhar. Afirmou que chegou em 2006 sem estradas para nada. Sarah respondeu que o projeto dura dez meses e se encerrará em fevereiro/março do próximo ano. Ela explicou e respondeu à pergunta anterior sobre o plano de manejo. Moisés, advogado que representa a Ampril, disse que a comunidade tradicional conviveu na região até 1998, quando o parque estadual do Cantão foi criado. Na época, a área era 95% idônea, com 86 famílias morando dentro da terra. Com a criação do parque, o povo foi retirado, mas não foram desapropriados. Disse que o pessoal só começou a retornar em 2021. Afirmou que, apesar do Estado ter assumido a fiscalização, não sobrou 35% da floresta, pois há fogo na região todo ano, e questionou quem estava colocando o fogo, já que não havia gente morando lá. Para ele, o Parque do Cantão "só existe no papel", pois não foi preservado, e agora há um projeto de reflorestamento. Disse que o Estado não se preocupou com a preservação, e que as pessoas que foram retiradas eram as verdadeiras responsáveis pela conservação por mais de 50 anos, e que em pouco tempo o Estado transformou a área em um "cemitério". Esdras comentou que as voçorocas acontecem quando as pessoas plantam soja, e que basta reparar a estrada para Palmas. Márcio disse que é o momento de pensar juntos, pois o problema foi criado em 1997/2000. Muitas pessoas compraram terras sem saber que existia área de proteção, e o grande responsável

é o governo do Estado. Respondeu a José Maria Campos que os assentamentos não farão mais parte da zona de conservação. Disse que a luta não pode ser isolada, pois é preciso preservar e produzir, e que se o barco afundar para um, afundará para todos. Jociel, que se considera um pioneiro, disse que seu pai veio na "onda do desenvolvimento" e que o Rio Araguaia, que antes era profundo no inverno e verão, o desenvolvimento trouxe a erosão do mesmo. Disse que agora aprenderam a gerar renda com as praias e que é preciso maturidade para se colocar no lugar do outro. Afirmou que não adianta lutar por dinheiro e depois ficar em uma terra arrasada. E disse que é fácil para o grande produtor deixar a região. Tassyano, discordando, disse que não é fácil ir embora e ficou triste com os ataques ao agronegócio. Afirmou que veio do Paraná tentar desenvolver o município, não pensando somente nele, e que todo mundo está ali com discursos acalorados, e muitos atacando o agro. Disse que o agronegócio e a comunidade estão no mesmo barco e que a discussão não pode ser levada para o lado de "bandido". Ressaltou que não há culpa de um ou de outro, mas sim um desconhecimento da atividade. Exemplificou que cloreto não estraga lavoura e nem solo, que isso aconteceu na década de 70, e que hoje, as práticas vêm buscando sempre a melhoria do solo. Afirmou que os danos que aconteceram no passado, aconteceram, e que eles, dentro da atividade, estão revertendo isso. Disse que, enquanto os nativos nasceram ali, eles escolheram estar ali e trouxeram seus filhos, que também estão produzindo, igual os filhos dos demais, e que não é fácil escutar que é fácil abandonar tudo aqui e ir para outro lugar. Finalizou pedindo união, e que nem pode ser levado em consideração discursos. Jociel disse que se expressou mal e que seu discurso é de união. Pediu para que as pessoas se aproximem da realidade política do município e questionou: por que não aprovar o plano de agricultura sustentável? Afirmou ser necessário aproximar os atores. Disse que foi surpreendido a primeira vez que foi no Rodrigo/Mucura, e que quando chega lá já percebe o ar de preservação, e que eles participam e ajudam a comunidade. “Venham todos, participem todos”, para que a comunidade conheça de fato os prós e contras, afirmando que falta participação ativa. Comentou que em conversa com o Diogo, disse ser muito simples resolver a questão do agro no município, questionando: por que não fazer um "cinturão verde"? Finalizou a sua fala afirmando que está na hora de participarem ativamente da vida da comunidade, e que as pessoas sonham em ver o município se desenvolver e progredir para todos. Maria do Socorro, extrativista do Onalício e da AMA Cantão, agradeceu a Deus e disse que é a sexta reunião de plano de manejo que participa. Relatou que foram barrados no fórum de Palmas, mas não desistiram. Disse que a nascente do Rio do Coco, que passa em seu assentamento, passa no cerrado de Paraíso do Tocantins. Agradeceu a Márcio de Jeová por ter

sido a primeira pessoa a falar com ela sobre uma "Zona de Conservação" (ZC), na qual seu assentamento se encontra. Criticou a lei de 1997, chamando-a de "burrice", pois os deputados que a fizeram nunca foram aos assentamentos. Disse que as pessoas precisam conhecer a agricultura familiar, e que ela não se considera pequena, mas grande. Questionou qual o impacto que vai acontecer em Onalício Barros, e que não há culpados entre eles, mas sim quem fez as leis e teve a coragem de colocar seu assentamento na zona de conservação. Relatou que 11 lotes de seu assentamento pegaram fogo no ano passado no mês de Agosto, mas que as fazendas ajudaram e ajudam. Reafirmou que não está ali para colocar a culpa em ninguém, que é “cada um no seu quadrado”, e pediu ajuda para sair da zona de conservação. Verena disse que a falta de informação é o maior desafio. Explicou que as faixas de produção que a “senhora” comentou são de domínio da Ageto, não do produtor. Disse que em algumas regiões, o governo do Estado dá conceção para os produtores manterem as beiradas das rodovias limpas para evitar acidentes. Neste momento, uma pessoa que não se identificou, complementou que isso é muito importante também para que o fogo não se espalhe. Verena prosseguiu defendendo que as pessoas devem ser punidas de acordo com a lei. Mencionou sobre a questão técnica do solo levantada: é em 70 anos a região que mais se produz milho naquele solo, porque foi um solo construído com riqueza. Afirmou que o produtor não estraga o solo, primeiro, de acordo com ela, porque ele é o principal interessado no solo. Ela, que veio do Paraná, disse que não é fácil ser "taxada de bandida" por escolher vir atrás de um sonho. Afirmou que estão ali pelo mesmo motivo: poder produzir e ter vida digna. Disse que estão um passo à frente, discutindo o Z.E no legislativo. Alertou que, se o Z.E for aprovado como está, terão que "fazer as malas e ir embora desse Estado". Finalizou dizendo que, ou eles se abraçam, ou "vai todo mundo para o buraco". Maurício (Naturatins) disse que é importante ver e entender a situação, e que é construtivo quando alguém diz que um córrego está sendo assoreado, mas que não se pode colocar todos "no mesmo balaio". Disse que o plano de manejo não consegue abraçar tudo, mas os programas podem ser uma possibilidade de resolver. Disse que toda atividade humana causa impacto, e comentou que o “grande” usa mais defensivo porque a proporção é maior, mas que de fato ninguém quer jogar desnecessariamente, pois é caro. Defendeu o "mosaico de conservação com produção" e pontuou que a questão do fogo é grave, chamando todos para a colaborar para resolver. Disse que trabalha com fiscalização e que há produtores grandes sem irregularidades e outros que são uma "bagunça", assim como os pequenos produtores. Levantou a importância de se estudar os impactos, como a drenagem, que de acordo com ele, é um ponto de preocupação, porque se não for feito da maneira correta, os córregos sofrerão os impactos, e

consequentemente todo mundo. Ressaltou a possibilidade de tentar colocar situações nos programas do plano para amenizar o problema, para que todos vivam da melhor maneira possível. Mencionou o problema dos assentamentos em área irregular, que sabe que é um problema, que o Naturatins não pode emitir licença, e disse que essa é uma oportunidade para mudar isso e conhecer mais. O prefeito agradeceu e parabenizou a todos pelas colocações, ressaltando a importância do agronegócio, que é responsável pelo "pão na mesa" de mais de 700 famílias. Disse que o imposto pago pelos empresários e fazendeiros retorna para a saúde e estradas do município. Reconheceu a riqueza do município e que há espaço para todos, e que o município não consegue viver sem a agricultura familiar e o agronegócio. Afirmou que Caseara é rica, e tem que ficar mais rica. Afirmou que todos são importantes e que a prefeitura está do lado deles para apoiar. Disse que o governo do Estado também apoia, pois sabe que a situação é um atraso, e que acredita na competência dos órgãos envolvidos. Uma pessoa, que não se identificou, questionou o prefeito sobre o FPM. O prefeito respondeu que era mais ou menos 1,5 milhão por mês. Essa mesma pessoa que questionou fez um cálculo afirmando que o ICMS que ela daria para o Estado com sua produção agropecuária seriam 12 milhões por ano. O prefeito disse que esse valor é muito importante para a sobrevivência e pediu desculpas se alguma colocação não foi bem entendida. Afirmou que não querem que ninguém se sinta prejudicado. Professor Humberto fez o fechamento, agradecendo a presença, e ressaltando mais uma vez a imparcialidade do IAC.

3.3. Araguacema

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 04.08.2025
Início: 16:00h
Fim: 19:00h
Local: Centro de Eventos Cabo Chico (Araguacema)

Histórico:

Jhon iniciou a reunião compondo a mesa para a abertura. Fizeram parte da mesa: Humberto Xavier (Presidente do IAC/UFT), Marcus Martins (Prefeito de Araguacem), Gilberto (ADSTO), Maurício (representante do Naturatins) e representante do conselho. Jhon falou a definição e a importância do plano de manejo e passou a palavra para Mauricio (Naturatins). Mauricio iniciou a sua fala afirmando que é um prazer fazer parte desse momento e que "estamos esperando" isso há tempos. Pontuou que isso é um momento para todo mundo dar sua contribuição. De acordo com ele, "a gente sabe" que muita coisa precisa ser revista, a APA foi criada em 1997, e sabemos que era outra realidade. Continuou a sua fala afirmando que foi feito um plano de manejo em 2000, sem consulta, "então, já começou errado", mas naquele tempo a legislação era daquele jeito mesmo, de acordo com Maurício. Naquele momento já tinham vários assentamentos. E teve erro do governo federal em relação a esses planos de manejo. Foi um erro, ninguém tem culpa, os assentados não têm culpa. Uma série de situações que precisam ser revistas. Os tempos mudaram, precisamos de indústria, mas temos que manter uma área comum mínima de preservação. Não dá para acusar: "ah porque é grande, está fazendo errado". Quem é grande, tem o que faz certo e o que faz errado, mesma coisa em relação ao pequeno. Maurício encerrou a sua fala comentando que no presente dia, pela parte da manhã, em Caseara, houve conflitos, e ressaltou a importância falar sua opinião, mas ter atenção ao que fala para ser produtivo. Marquinhos (prefeito) iniciou sua fala agradecendo aos presentes, e ressaltando que viu que a plateia está representando bem a cidade, tendo presente comerciantes, grandes produtores,

assentados, servidores públicos. Cumprimentou os produtores e a mesa. De acordo com Marquinhos (prefeito), o momento é muito importante, e disse que "a grosso modo" é o documento que vai reger o que pode e o que não pode em relação ao agronegócio. Pontuou que os gestores sabem da importância do agronegócio para o desenvolvimento econômico da região. De acordo com Marquinhos (prefeito), o plano de manejo serve para que o agro possa voltar a crescer, e que isso é muito importante. Pontuou que então precisamos respeitar a opinião de cada um, mas conseguir um plano de manejo que seja equilibrado, respeitando o nosso ecossistema, mas também fazendo a gente explorar o que a gente possa explorar para crescer economicamente. Marquinhos (prefeito) também externalizou a sua gratidão ao governador Wanderlei Barbosa por essa luta. Jhon retomou a fala afirmando que gostaria de fazer menção ao Presidente da Câmara, que se faz presente, Vereador Zé Luis, ao representante dos pescadores e ao Vereador Zé Galinha (representante de assentamento). Humberto iniciou sua fala agradecendo todos presentes. Pontuou que para a universidade é um motivo de muita alegria estarmos aqui hoje. De acordo com Humberto, o motivo é muito nobre: todos vocês estão dentro de uma APA. Pontuou que o plano é para compatibilizar as ações dessa área, alertando que as vezes a gente pensa que é apenas ruim fazer parte de uma APA. De acordo com Humberto, por exemplo, quem faz parte da APA pode ter acesso ao crédito por vias que muitos outros não tem. Pontuou que as pessoas presentes são guardiãs de uma área muito nobre, importante, do Brasil e do mundo. De acordo com Humberto, o objetivo enquanto universidade é compatibilizar pessoas que tiram seu sustento da terra, independentemente do tamanho da propriedade com o meio ambiente. Afirmou que se nós não preservarmos o que traz o nosso sustento, vai acabar. Humberto continuou a sua fala afirmando que por outro lado também não podemos morrer de fome. Reafirmou que nós, enquanto universidade, traremos o que for melhor para a sociedade, e que passaremos nas cidades da APA porque quem é da região que a melhor conhece. Comentou que o Márcio está presente em todas as reuniões desde ontem, e exemplificou a fala dele: todos nós estamos dentro do mesmo barco, até nós que estamos em Palmas. Humberto afirmou que "ou a gente cede um pouco daqui, e outro um pouco dali", visto que essa situação já tem 30 anos, e se não fizermos isso (cada um ceder um pouco), a população vai continuar sofrendo. Humberto fez o comparativo entre a doença/ida ao médio e o processo de elaboração do plano de manejo, e falou novamente que a Universidade está na oficina para ouvir a população e diagnosticar. Professor Humberto comentou sobre o site, e disse que tudo está disponível lá (fotos, documentos), além de comentar sobre o guia do participante. De acordo

com Professor Humberto, o momento de dar opinião, perguntar, é agora. Professor Humberto finalizou a sua fala pontuando que as vezes as pessoas escutam “umas fake News”, que deixa as pessoas confusas. De acordo com Professor Humberto, é um efeito dominó, se algo der errado, todos irão sofrer. Jhon fez menção a Vereadora Vilma (associação dos pecadores) e ao Vereador Robson Oliveira e desfez a mesa. Professor Humberto retomou a fala para perguntar se alguém ainda não havia assinado a lista de presença, e comentou que a lista vai para o site. Aproveitou o momento também para apresentar a equipe, falar do questionário que estava sendo aplicado pelo professor Fernando e Estagiário Paulo. Sarah iniciou sua fala comentando sobre a inscrição da fala para os que quisessem falar. Pontuou que seriam 3 minutos o tempo de fala para possibilitar que mais pessoas participassem. Ela explicou em qual etapa do plano de manejo a gente se encontra, além de comentar sobre o guia do participante. Sarah fez também o link entre diagnóstico e zoneamento, sobre o conceito da APA e a diferença entre o parque, a APA e a outra área do país. Sarah explicou que a APA é o “meio termo”. Ressaltou também para a importância do diálogo coletivo, e que o zoneamento acontece porque os locais dentro da APA também são diferentes. Comentou o fato de ter municípios que tem área fora da APA, e outros que estão inteiros dentro da APA. Relembrou os presentes que o plano de manejo não vai desfazer a APA, mas que ele tem a atribuição de dizer como será o manejo. Chamou o público para reflexão ao questionar sobre o propósito da APA, ou seja, o porquê de a APA existir. De acordo com Sarah, a resposta é: já está na lei, pontuando que o Jhon provavelmente leu uma parte desse propósito no início da oficina. Sarah afirmou que queria ouvir os presentes, começando sobre isso: como que é, como estão, que que a gente observa quando está olhando para os animais, para o solo, para água da APA. De acordo com Sarah, e aí eu já abro fala. Em seguida, ela questionou se havia alguma inscrição para fala? E naquele momento não havia ninguém inscrito ainda. Sarah disse que havia recebido uma convocação, e em seguida perguntou aos presentes quem, deles, era presidente de assentamento. Severino levantou a mão. Severino iniciou sua fala afirmando que no papel é fácil, mas na prática não. De acordo com Severino, “no mato não vai, na cidade vem”. Pontuou que não se pode derrubar o mínimo, e é multado. Questionou: O Lula esteve no Bico do Papagaio: está aqui as terras para você trabalhar, e como que vai trabalhar? Pontuou que o pequeno não pode trabalhar, o grande também não. De acordo com Severino, falam “Brasil sem fome”, mas na visão dele “é mentira”. Afirmou que é “petista de carteirinha”, mas diz ter vergonha de dizer isso. De acordo com Severino, está com 3 anos para ele tirar

licença, e ele vivo da terra, nunca morou na cidade. Questionou: Me explica direitinho, cidadão de lá, o governo tem funcionário: e o homem fica lá sentado? De acordo com Severino, ninguém vai no assentamento dizer "você não vai fazer isso", "não vai fazer aquilo" (ninguém vai levar informação). Pontuou que o informado é bem-informado. Severino falou para Maurício (Naturatins): "bota seus funcionários para trabalhar" (fez referência ao órgão Ruraltins nesse momento, pontuando que não conhece ninguém de lá. Perguntou novamente ao Maurício: Quantos metros de madeira nós temos direito? E finalizou a sua fala afirmando em seguida "nós temos direito a 90 m2 de madeira". Marietta (Assentamento Nova Canaã) iniciou sua fala direcionando uma pergunta ao professor de engenharia ambiental. Ressaltou que estamos falando sobre biodiversidade, e que ela mora lá no Canaã, afirmando que lá é muito seco. De acordo com ela, a terra dela ainda tem uma nascente, mas a parte toda é muito seca (só poeira e formiga), e eles precisam ter conhecimento do que fazer para ter água, e se é possível. Sarah respondeu que a dúvida da Marieta foi anotada, e que logo mais um dos técnicos iria respondê-la. Rodrigo (engenheiro agrícola) assumiu a fala, e afirmou que iria "aproveitar o gancho" da fala do Severino. Ressaltou que não sabe quantos assentamentos/mil hectares de terra tem, mas afirmou que não orientaram as pessoas, e que consequentemente elas não sabem tirar licença (por falta de orientação), questionando como as pessoas vão sobreviver nessa terra, e que por isso, às vezes, essas pessoas têm que fazer de forma ilegal (por falta de orientação). De acordo com Rodrigo (engenheiro agrícola), não adianta ficar na cidade falando que tem que proteger, tem que vir no local explicar/ ensinar. Pontuou que isso tem que partir de quem sabe (técnicos). De acordo com Rodrigo (engenheiro agrícola), não é pegar os assentados, e deixar eles "sentados, esperando". Afirmou que vê o abandono que o pessoal dos assentamentos passa, e que isso, na visão dele, é vergonhoso. Professor Thiago Portelinha iniciou sua fala afirmando que a pergunta da Marieta é muito importante, e reafirmou que essa é a função de hoje (tentar identificar esses lugares, quais lugares de nascente estão secando, por exemplo?). Pontuou que essa informação é preciosa. De acordo com Professor Thiago Portelinha, o diagnóstico é feito, mas a área da APA é de 1.700.000 hectares, e que por isso, obviamente algum lugar não foi visitado. Explicou como que se busca solucionar esse problema das nascentes dentro do plano de manejo: primeiro existem as zonas, então nós precisamos entender como está o estado do ambiente para justamente alocar essas zonas da melhor forma possível, e que por isso precisamos entender o que está acontecendo para propor dentro do plano algo real, que vá ajudar o problema das pessoas. De acordo com

Professor Thiago, sobre a fala do Severino a respeito da necessidade de suporte técnico, é muito importante levantar-se isso. Afirmou que essa é uma vantagem de estar dentro da APA: nos planos de manejo podem existir os programas com diferentes focos, e deu exemplos: pode existir programas para recuperação das nascentes; pode existir programa para apoio técnico do governo, porque é obrigação legal do governo, dentro do plano de manejo, facilitar esse acesso técnico. De acordo com Professor Thiago Portelinha, esses programas só vão ser pensados e adequados a realidade da APA Ilha do Bananal/Cantão se a equipe conseguir extrair essas informações dos presentes. Sarah iniciou sua fala afirmando que eu estava ouvindo a fala do Thiago e pensando como essa dificuldade em ter um plano de manejo ativo, funcionando, é um problema. De acordo com Sarah, é difícil que um documento, que é único, preencha as expectativas de todo mundo, mas é um documento que busca um equilíbrio. Ela mencionou a possibilidade de instituições para serem mais parceiras. E finalizou a sua sala dizendo que a expectativa dela é que nos próximos anos a gente tenha uma relação com a APA muito mais interessante. Robson Almeida (se identificou como irmão do Rodrigo) iniciou sua fala afirmando que estão há 11 anos na região e que são agricultores. Pontuou que gostaria de colocar algumas informações: o código florestal que rege o Brasil traz alguns pontos muito interessantes, de acordo com ele. Continuou a sua fala exemplificando: temos no Brasil vários biomas diferentes, e em cada bioma tem a sua configuração de reserva legal. De acordo com Robson Almeida, além dessas preservações obrigatórias, ainda temos as app. Ele afirmou que o código florestal brasileiro é o código florestal mais rigoroso que existe no mundo, fazendo em seguida um comparativo do Brasil com a união europeia: na união europeia, de acordo com ele, não tem obrigatoriedade nenhuma de se fazer preservação, tem os parques. Pontuou que se compararmos com os EUA, a legislação varia conforme os estados: federal não há obrigação de reserva legal em terras privadas. De acordo com Robson Almeida na Austrália não tem código florestal, e com isso fez uma conclusão: o código florestal obriga o proprietário a ser guardião da reserva. De acordo com Robson Almeida, em resumo, nós compramos, pagamos, e somos obrigados a cuidar daquilo. Pontuou que e cuidamos de muito bom gosto. Robson almeida continuou a sua fala alegando que o território nacional de 851 mihões de hectares, tem 7% em agricultura e +- 13% em pecuária de todo o território nacional. De acordo com Robson Almeida nós preservamos muito mais do que desmatamos. Pontuou que desmatamos aqui o que o nosso código, que segundo ele, é tão rígido nos permite, e muitas vezes somos penalizados. Robson Almeida exemplificou: se entra um fogo,

independentemente de onde ele veio, e for em reserva legal você será responsabilizado por isso. Sobre a questão dos assentamentos e anseio em produzir ele afirmou que realmente falta assistência e informação. De acordo com Robson Almeida além dos produtores (assentamentos), você não tem acesso ao documento, não tem acesso a inscrição estadual para poder comprar e vender. Finalizou a sua fala comparando a APA e o código florestal e reafirmando que somos regidos pelo código florestal mais forte e penoso do mundo. De acordo com Robson Almeida, pensando em um bom plano de manejo, é um bom plano que já temos constituído que é o código florestal. Maria Januária iniciou sua fala comentando sobre o pessoal do agro (ressaltou que não faz referência a todos, que tem uns que cuidam da natureza, não agridem a nascente, respeita a APP), mas tem outros que não. Ela pediu cuidadosamente que olhem com o coração humano para não aterrar as nascentes, afirmando que são as pequenas veias que alimentam as grandes. De acordo com Maria Januária tem uns (não são todos) que entopem as nascentes, passam, não respeitam a cabeceira. Pediu para que quando forem gradear e desmatar, olhem essa parte. De acordo com Maria Januária, água é vida, e a água potável tem fim, se justificando que a gente pensa que não tem (fim), mas já tem países que já estão passando por grandes dificuldades. De acordo com Maria Januária, há possibilidade de usar "veneno" menos agressivo. Ela afirmou que tem várias amigas que tem sítios ao lado de lavouras que já não tem mais nada, exemplificando que as laranjas, frutas, tudo já morreram. De acordo com Maria Januária, então há prejuízo, para pássaros, vida humana. Pontuou que já foi em uns 9 sítios que conhece pessoalmente, e que comprava laranja e hoje não tem mais (morreram os pés). De acordo com Maria Januária, "veneno" é muito agressivo, se há possibilidade de usar outro... Pontuou que não danifique as plantas. Leonete Mesquita iniciou sua fala afirmando que faz parte da APA Cantão com muito orgulho. Pontuou que Araguacema, Caseara, Pium e Marianópolis são as 4 cidades 100% dentro da APA Cantão. De acordo com Leonete Mesquita, ela é a favor, e acredita que dará certo de que o plano de manejo venha ajudar. Pontuou que pela explicação "da colega" ela entendeu que as possibilidades não será o único para todos, repetiu o mapa que a Sarah utilizou para diferenciar código florestal, APA e parque. Ressaltou que Araguacema se construiu pelo turismo, água limpa traz os turistas. Plantar traz comida para a mesa, trabalhar voltado para o turismo também traz comida para a mesa. Pontuou que o Pequi leva comida para a mesa para o pessoal da AMA Cantão, e que o agro traz o feijão a soja para nossa mesa também. De acordo com Leonete Mesquita, temos cuidado só com uma colocação: precisamos ter orgulho por fazermos parte da nossa APA. Pontuou que nós

temos que sim, ser maleáveis com algumas coisas, mas o pessoal vem de fora procurar o nosso pequi, buriti, feijão, carne. De acordo com Leonete Mesquita, EUA está “fazendo essa loucura, mas a laranja vai para lá, e o café/grão também”. Pontuou que precisamos bater no coração e dizer que a APA Cantão é protegida sim, mas as rigorosidades tem que ser maleáveis. Não podemos também olhar esse plano de manejo como o que vai acabar com a soja, com o plantio, e com o turismo. Pediu para os araguacemenses clicarem no qr code (link do site), olharem e estudarem a plataforma. Pediu para as pessoas saberem o que a equipe técnica está falando e planejando. De acordo com Leonete Mesquita, só depois que veio a soja, o plantio, que o povo começou a se alarmar. Ressaltou que desmatamento tem que ter para plantar, mas que não podemos sumir as nossas frutas do cerrado. Pediu mais uma vez para as pessoas estudarem sobre o assunto. Pontuou que morou na cidade de Formoso, onde tem plantio de melancia, e que o índice de câncer em Formoso do Araguaia é altíssimo, porque de tardezinha, de acordo com ela, “o veneno” vinha para a cidade. Segundo Leonete Mesquita, agora é hora de todo mundo participar, não é hora de atacar b ou c. Afirmou que o Brasil só é verde e amarelo porque o Brasil é um país rico por conta do verde. Pontuou que as fazendas são do dono, mas as nascentes não são. De acordo com Leonete Mesquita, tem que ser cuidadas. Pontuou que os rios têm que estar cheios. Seguiu a sua fala afirmando que a vaca procura é um pé de arvore mais fresco para ela ficar se refrescando, e disse que não é contra o agro, e nem contra o desmatamento controlado, mas que é contra olharmos com raiva do plano de manejo, ódio de plano de manejo. De acordo com Leonete Mesquita, se o plantador quer vir do Paraná, ou outro lugar, ele tem que estudar para a onde ele quer vir. Relembrou que Araguacema é cidade turística. E finalizou a sua fala dizendo que escutou uma frase “infelizmente faço parte da APA”. De acordo com Leonete Mesquita, felizmente a gente faz parte da APA! Pontuou que a arvore tem que ficar em pé. De acordo com Leonete Mesquita, ela nasceu em Araguacema, quer mostrar para meus filhos os rios, mas quer comida na mesa. Pediu aos araguamacemenses: estudem isso aqui, ainda está na moda estudar, para poder defender essa bandeira verde amarelo, e concluiu afirmando que tem orgulho de morar nele. Sarah retomou a fala afirmando que iria voltar “nesse banner” aqui: reexplicou o mapa (apa/demais áreas/código florestal). Ressaltou que sabe que não estamos acostumados a ver mapa, mas tentou explicar de uma maneira mais didática: comparando mapa com mais vegetação, e marcação em azul (solo específico). Pontuou que dentro das APAS tem locais diferentes, se justificando que não é todo bicho que a gente vê em todo local, não é todo tipo de vegetação que a gente vê em

todo lugar. De acordo com Sarah, (comparou solo azul clarinho (vereda) com o mesmo local que tem mais vegetação. Pontuou que vão ter zonas que vão estar mais perto do 8, e vão ter zonas que vão estar mais perto do 80. De acordo com Sarah, na fala do Severino a gente pode entender: a APA tem uma quantidade interessante, considerável, além da média nacional, na área rural. Pontuou que são mais de 40 assentamentos rurais. De acordo com Sarah, somam quase 3000 famílias assentadas, e finalizou afirmando a APA tem características específicas que a diferem. Uma pessoa, que não se identificou, questionou se Sarah sabia o porquê de ter mais pessoas na zona rural? Sarah afirmou que não, mas que pode passar a pergunta para a especialista. Afirmou que a gente entende que as pessoas precisam de qualidade de vida, e concluiu a sua fala dizendo que pensa que quando a gente para planejar estamos buscando melhoria da qualidade de vida. João José da Silva (Terra da mata) iniciou sua fala afirmando que é vizinho do Severino, e que a explicação estava ótima. Pontuou que eles moram no assentamento, que querem produzir, exemplificando que criam porco, galinha, tem problema com água no verão. De acordo com João José da Silva (Terra da mata) foi uma máquina da prefeitura levar água para eles em Fevereiro. Citou "a mas não pode cavar na beira do córrego, porque o Naturatins não deixa", e concluiu que ninguém, a gente e nem nossos bichos, não vivem sem água. De acordo com João José da Silva isso é um problema sério, e que se o municio os ajuda, eles produzem. Questionou: Esse negócio desse plano é bom, mas se nós formos esperar isso para produzir não vamos criar nada, e aí vamos viver de que? Falou que precisam liberar para eles trabalharem. Concluiu a sua fala dizendo que se o Naturatins quiser ir lá para ajudar, pode ir, mas tem que ir para ajudar, e afirmou que assim como o Severino falou, se eles ficarem sentados, vão morrer de fome. Sarah iniciou sua fala afirmando que concorda com o Sr. João José da Silva, e que o plano precisa ser nosso, já que a gente está no mesmo barco, ainda que com as dores diferentes para cada um de nós. Ana Paula iniciou sua fala afirmando que vive na chácara, e vive da agriculta e das coisas da natureza (citou pequi, babaçu). Afirmou que são extrativistas, e fez um pedido: grandes produtores deixem o nosso pequi, oiti, araçá, puçá, finalizando a sua fala dizendo que querem todas essas frutas, e reforçando o pedido para que quando as pessoas desmatarem, deixarem para elas as frutas ("nós somos as protetoras das frutas"). Juliano Humberto Cunha, que afirmou ter vindo de Florianópolis, iniciou sua fala afirmando que hoje está ali trabalhando em um projeto de preservação, em um projeto que talvez possa ser usado nesse plano de manejo. Pontuou que hoje trabalha com um projeto que está no Caiapó com o rio Araguaia (foz), e que é uma área preservada. De acordo

com Juliano Humberto Cunha, o proprietário não mora aqui, mas ele está investindo em crédito de carbono que, além da preservação, também considera o envolvimento de comunidades. Afirmou que já trabalhou em um plano de manejo, menor, mas trabalhou. De acordo ele, então seria interessante nesse contexto de produção, todo mundo que tem sua terra de produção (...). Afirmou que o Brasil faz seu papel muito importante na preservação, e que essa questão de crédito de carbono é uma alternativa que vê como fator mitigador para o proprietário. Afirmou que eles têm a intenção de trabalhar também com o envolvimento da comunidade. Continuou a sua fala pontuando que o pessoal dos assentamentos, que precisam do apoio, também é um elemento importante, que poderia ser aproveitado no projeto. Juliano Humberto Cunha deixou uma sugestão: considerar essa situação, aproveitando já a legislação estadual (lei federal foi sancionada no final do ano passado, que deve em torno de 4 anos estar em plena operação). Pontuou que as empresas vão ter seus compromissos. De acordo com Juliano Humberto Cunha, é um mercado que está chegando, e que acha interessante, que pode casar com o plano de manejo. Professora Elineide iniciou sua fala afirmando que veio do Paraná e que é professora há uns 30 anos, justificando o porquê de conhecer um pouco do que está acontecendo ali. Pontuou que essa mudança já viu no Paraná também e que seus pais são agricultores. De acordo com Professora Elineide pelo mapa vemos como o desmatamento vem sendo muito rápido, até pelas ferramentas que passaram a ser usadas (por exemplo: correntão). Questionou: Como esses animais têm se comportado? O que vocês têm percebido de mudança? Ao longo do tempo, como vamos trabalhar isso? De acordo com Professora Elineide, o mapa ilustra de 2000 a 2023 como a vegetação vem sendo tirada. Ressaltou que as vezes a gente olha os recortes e perde a dimensão do todo. Questionou: Os animais estão chegando mais próximos? Tem mais animais? Esses animais têm filhotes? Não tem filhotes? Professora Elineide citou uma fala anterior que mencionou o turismo e afirmou que a gente tem que pensar em um conjunto de alternativas, temos que valorizar isso, e valorizar as pessoas que conhecem isso. Questionou: Quem daqui é pescador, tem algum aqui? Duas pessoas levantaram a mão. Finalizou a sua fala questionando: Será se vai ter peixe para o turismo? Será se vai ter peixe para a alimentação? Será se vai ter água para o peixe? Concluiu que nós estamos juntos. Sarah retomou a sua fala perguntando quem levantou a mão da associação dos pescadores, e perguntou: deem uma palavra para a gente, como que estão as coisas lá? José Luiz iniciou sua fala afirmando que é pescador profissional desde 96, e que de lá para a cá, realmente “sentiram o baque”. Afirmou que o estoque pesqueiro na região

diminuiu muito. De acordo com José Luiz, não tem como dizer que o pescador profissional produz hoje, como produzia em 2000/2001/2002, anos 90. E afirmou que inclusive aqui muitas espécies já desapareceram, dando o exemplo: "de couro". De acordo com José Luiz a culpa não é só do pescador, justificando que o pescador profissional tem o cuidado, pesca o tamanho certo, cuida da preservação, respeita a piracema. Ressaltou que tem os problemas em alguns casos, mas que a maioria entende que tem que preservar. Falou que defende o projeto de pesca esportiva no Caiapó. De acordo com José Luiz, eles estão sendo pressionados para arrumar outro caminho para continuar vivendo do que gostam de fazer. Disse que é vereador, mas que continua com seu direito de pescar. Seguiu a sua fala dizendo que não tem direito é de receber financiamento, em receber seguro-desemprego, mas que pode continuar pescando e continua até hoje, mas dentro das áreas permitidas (Araguaia, rio Chicão), e pegando peixe do tamanho certo. Pontuou que muitas vezes quando se fala em pescador "pinta ele" como um monstro, mas que isso não é a realidade. De acordo com José Luiz, os pescadores profissionais são muito mais preocupados com o desaparecimento de várias espécies, do que as pessoas que estão fora e pescam clandestinamente, porque o profissional sabe o que pode fazer e o que não pode. Pontuou que os profissionais sabem a malha adequada para utilizar (diferentes malhas são usadas pelos diferentes tamanhos de peixe). De acordo com José Luiz, espécies que desapareceram aqui, principalmente no Rio Araguaia: a dourada de couro não existe mais, pargata é muito difícil encontrar alguma por aí, surubim de canal também não existe mais, afirmando novamente que várias espécies desapareceram, e que não foi o pescador. Disse que quando construíram Tucuruí, não construíram escada para ele subir, e eles não deram conta mais de subir para desovar aqui. De acordo com José Luiz, tem mais problema por trás (não é o pescador profissional que é o vilão). Concluiu dizendo que não é que 100% porcento dos pescadores profissionais fazem tudo corretamente, mas que a maioria (citou 90%) é preocupada, porque se acabar o estoque, acabou a profissão deles, e eles já entenderam isso (citou o projeto criado pela associação do Caiapó em parceria com o município/Naturatins). De acordo com José Luiz, de agosto a novembro o pescador quase não consegue produzir para sobreviver, pois é muita gente "tirando", e diminui muito o estoque. Citou o mês de julho com muitos turistas pescando. Reafirmou que muitos peixes que existiram aqui, não existe mais. Sarah perguntou se mais alguém gostaria de falar? Relembrou a agenda prevista do dia seguinte, destacando que as oficinas são semelhantes, mas como o público muda, as discussões mudam. Professora Maria Carolina iniciou sua fala afirmando que está muito feliz com as oficinas, disse que

essa é a terceira da rodada, e é a terceira que tem casa cheia. De acordo com Professora Maria Carolina isso é muito importante para a gente ter a validação do nosso trabalho. Pontuou que sem a visão da comunidade, a gente não consegue validar o nosso trabalho, pois não adianta a gente ter um trabalho "bonito" apenas tecnicamente. De acordo com Professora Maria Carolina, Ana Lívia está fazendo as atas, e essa etapa de diagnóstico é importante para a fase do zoneamento. De acordo com Professora Maria Carolina quando voltarmos para as próximas audiências, essas informações vão ser a base do zoneamento que será apresentado. Concluiu dizendo que não será um zoneamento imposto, será proposto. Cláudio André (Assentamento Nova Canaã) disse que foi presidente do PA Nova Canaã por 4 anos, e que em 2016, quando estava na presidência, foi no INCRA. E lá, o pessoal do INCRA perguntou o que que era "esse clarão" na terra dele? Ele respondeu que não sabia, mas que ia voltar e dar a resposta. Disse que entraram lá, e viram que "tinham uns companheiros de torrões" que mataram muita mata, e falou para o pessoal: colocar o gado. Em seguida, fez um documento falando que estão preservando, área recuperando. De acordo com ele, o Órgão ambiental de novo: "tira o gado", e ele orientou para não tirar. Em 2022 comentou que tiveram uma invasão na reserva deles, e que fizeram um ofício para o Órgão ambiental tirar essas pessoas de lá. Porém, de acordo com ele, ninguém veio. Dessa forma, acionaram o Ministério Público, e com isso o "pessoal veio na hora". Eles falaram que iam multar todo mundo na hora, e que não iam conversar com a gente. Afirmou que o Deputado Zé Roberto o ajudou e conseguiu agendar reunião com o Naturatins. Na reunião o representante do Naturatins, falou que a lei não permitia, e que era para a tirar o gado de lá, apresentando a multa. E Cláudio André o questionou: aonde Naturatins estava em 2016 quando mataram parte da terra? Onde o Naturatins estava em 2019? Cláudio André comentou que é muito fácil falar para tirar o gado, sendo que eles gastaram 11 anos recuperando a mata. Disse que quando eles tiveram um embargo, com problema na areia, não conseguiram tirar financiamento em banco nenhum. Afirmou fazendo referência a uma fala anterior: acontece o que o parceiro falou: nós preservamos, e depois somos punidos. Continuou contanto da reunião presencial com o Naturatins: "vocês falam aqui sentados na mesa, mas nós assentados conhecemos cada pedra... não é olhando satélite que vai resolver a situação". Por que não vem aqui conversar e entender a situação? sabe por que que a degradação aumenta? Porque não tem carne em casa, afirmou. Então por que que o órgão ambiental não chega mais perto? "Queria eu estar com essa equipe lá no Canaã, para fazer um projeto para turismo e ganharmos 10x mais". Ressaltou que defende o diálogo, e afirmou

que eles não têm condição de ter profissionais para desenvolver projetos que vão desenvolver mais ainda, mas que o governo tem. E questionou: “Custava os caras irem lá na nossa reserva, ver o que queimaram em 2016, e o que recuperou?” Ressaltou que a sua preocupação é que de tanta pressão do Órgão, metade do gado foi vendido e deve ser vendido o restante. E quando vender o restante, de acordo com ele, a mata vai morrer. Pontuou também que a solução para o fogo tem que ser para evitar, e não que ele acenda. Frisou mais uma vez a importância do diálogo. Se o governo não chegar mais perto com os órgãos para dialogar, “não existe... não tem para onde”. O turismo vem e acaba com tudo. De acordo com ele, ele na beira do rio, e o Órgão vem fiscalizar, mas para o turista não há essa mesma fiscalização. Ressaltou que não está falando mal do turista, mas está dizendo que não tem fiscalização. Afirmou que no Canaã eles não sabem se o órgão ambiental é parceiro/amigo. Alegou que de tanto cobrarem isso, teve uma reunião, que piorou a situação. Concluiu a sua fala dizendo que para ele não existe preservação ambiental sem diálogo. E questionou: você acha mesmo que o pessoal vai entrar para a pegar um manco, se ele pudesse ganhar dinheiro com o turista lá? Claro que não, todo mundo gosta da facilidade. Sabe por que que criamos gado? Financeiramente não dá lucro, mas é a única coisa em Araguacema que você pode trocar por uma consulta. Alberico iniciou sua fala afirmando que eu não ia falar nada, mas que gostaria de fazer algumas provocações para quem vai finalizar o plano de manejo. Pontuou que 1º: acha muito importante a participação. E em seguida disse agora vem a provocação: quem é daqui antes de 1978? (5 pessoas levantaram a mão). De acordo com Alberico, a propriedade deles é de 77, oficializada em 78, ele assumiu em 94, mas ressaltou que ela está na família desde 78. Pontuou que era estado de Goiás, virou Tocantins, em 97 Cantão mudou, não estava em área de preservação. Leu o propósito da APA presente em um dos banners, e questionou: mas isso em Palmas, não? no Pará não? Nos outros lugares não? Lá não tem fauna/flora, não precisa preservar a água? Seguia sua fala dizendo que qualquer um dos presentes, que exercem a profissão, que tem diploma, ficariam muito contrariado se o governo caçasse o diploma deles. E alegou que é isso o que o produtor está correndo risco, porque, de acordo com ele, “alguém inventou uma área de preservação”. Falou sobre garantia jurídica e respeito aqueles que vieram fazer as coisas antes. Ressaltou que o pessoal investiu, e de repente a situação muda, e que isso não está certo. Pontuou que o que queria exaltar em sua fala era o seguinte: ao elaborar isso, coloquem a mão na consciência para a ver se existe ou não existe respeito aquelas pessoas que vieram fazer as coisas, que vieram construir, que vieram tocar um negócio. Questionou:

Que segurança temos hoje? Porque hoje estamos fazendo esse plano, mas e daqui 10/20 anos? De acordo com Alberico, daqui 10 anos pode vir uma outra pessoa e mudar tudo. Pontuou que precisamos achar uma maneira, que tem que preservar, e que ninguém é contra isso. Mas ressaltou: mas peraí, você comprou área, tirou licença, teve autorização, trabalhou 50/60 anos. Ressaltou mais uma vez o pedido de respeito e segurança jurídica. De acordo com Alberico, é isso que ele acha que o grupo deverá levar em conta, para que não se cometa esse tipo de injustiça. Comentou que estava falando de seu caso, mas assim como ele tem muitas pessoas na mesma situação. Concluiu a sua fala dizendo que várias pessoas vieram do Sul, do Paraná, trouxeram família. E Questionou: "e agora: o que vamos fazer?" Pontuou que deu para "sentir o espírito" que a equipe realmente quer fazer algo legal, mas pediu novamente para que seja levado em consideração a colocação de encontrar alguma maneira de que aquilo que foi construído seja preservado. Artur Oliveira (Secretário de agricultura) afirmou que é produtor e pecuarista, e disse que concorda com o Sr. Alberico, ressaltando que o produtor preserva o meio ambiente com seu dinheiro. Afirmou que o plano tem que ser feito com muito cuidado, e exemplificou: tem que ter cuidado com alguns posicionamentos levianos, o que foi colocado aqui, do mapa de evolução de desmatamento, que agora é com correntão, coloca o produtor rural como vilão. Afirmou que O PIB de Araguacema é gerado principalmente pela agricultura, e que 1000 famílias moram na zona rural. Quem é de Araguacema lembra, de acordo com ele, o quanto Araguacema mudou "de 15, 20 anos para a cá". Hoje, de acordo com ele, não falta emprego em Araguacema, e quem abriga esse pessoal é o agro. De acordo com ele, todo mundo quer o bem do meio ambiente, mas precisa que o estudo técnico seja feito de forma muito sensata. Artur Oliveira comentou que quando se fala em mudanças, essas mudanças acontecem mesmo, e que não são só os produtores rurais que provocam essas mudanças. São muitas variáveis que causam essas mudanças. Comentou que é funcionário de carreira também do Ruraltins, estando licenciado para estar à frente da pasta de Agricultura, e afirmou que realmente esse problema de falta de comunicação do Estado e os produtores é complicado. Disse que conhece as duas realidades, e que o Estado não é parceiro do pequeno, alegando que é "a maior burocracia do mundo" para o produtor rural conseguir, principalmente o pequeno. E pediu que essa demanda seja enviada para o governo do Estado. Uma das vantagens necessárias que devem existir na APA, de acordo com ele, é o aporte técnico necessário para os produtores. Concluiu a sua fala dizendo que o Ruraltins só funciona pela parceria com a prefeitura, e que até o combustível é colocado por eles, e que em defesa do Ruraltins, essa é a grande

dificuldade. Afirmou que pode fazer o que quiser, zoneamento, mas se não tiver na prática conhecimento e informação, não mudará nada. E finalizou pedindo também que explicassem um pouco melhor o que é zoneamento e as mudanças que podem acontecer. Sarah falou que a equipe está atenta a essas situações. Ela disse que o zoneamento não existe ainda, e que a equipe acredita muito no processo, e que de fato está sendo considerado tudo que está sendo dito aqui. Sarah finalizou afirmando que a equipe só vai começar a fazer o zoneamento depois que terminar essa etapa de diagnóstico. Mas ressaltou que mas será uma decisão multidisciplinar: pensando nas pessoas, e sustentabilidade de todos os recursos para buscar o melhor equilíbrio possível. Mauricio (Naturatins) iniciou sua fala afirmando que o Naturatins é muito batido. Pontuou que na revisão desse plano de manejo a espinha dorsal dela vai ser o zoneamento. De acordo com Mauricio, hoje já existe um zoneamento feito em 2000, sabe que muita gente é afetada e que a revisão do plano de manejo já é para trazer soluções para isso. Pontuou que isso já existe e a gente está fazendo esse trabalho para melhorar isso. De acordo com Mauricio, tem que tentar atender todo mundo. Ressaltou que é de conhecimento que as propriedades têm sua reserva e tudo, mas lembrou que a APA tem um nível de proteção maior que o código florestal. De acordo com Maurício, essas áreas que são criadas são criadas no Brasil todo, e no mundo. Pontuou que EUA libera mais, não tem APP, mas tem áreas muito grandes de reserva (parques). Sobre o Pará, afirmou que o governo jogou as APP para outras áreas mais protegidas. De acordo com Maurício, aqui no Tocantins temos 9 APAS Estaduais, e que a da Ilha do Bananal/Cantão, por ficar em uma área bem produtiva, está tendo pressão maior, mas afirmou vamos tentar chegar em um entendimento. Ressaltou que estão abertos para resolver esses problemas que eles já sabem. Relembrou que é uma lei, e que não tem como acabar com a APA por aqui, que isso seria em outra instância, e que ali não era o local para discutirmos legislação que é feita pelo executivo/legislativo. Getúlio Martins (professor, barqueiro, filho de lavrador) iniciou sua fala afirmando que não queriam perguntar por que não estavam entendendo a situação, mas que agora, já caminhando para o final “a gente vai entendendo”. Aproveitou a fala para parabenizar a UFT, dizer que vai sair uma boa revisão do plano de manejo. Disse que ia deixar umas palavras porque sua menina escaneou uma mensagem. Ressaltou que acredita que não devemos comparar nosso país com países europeus, EUA, porque temos a nossa lei e um código excelente. Disse que outro dia viu um correntão, e que nunca imaginava que uma corrente tinha um gomo daquele tamanho, e pensou: coitada das árvores que vão ser arrastadas pelo correntão. De acordo com Getúlio Martins então não é mentira o que está

sendo colocado aqui, não é mentira que estão acabando com o pequi. Pontuou que o puçá, oiti, bacaba: tudo que é do cerrado está acabando. Leu o recado que "sua menina" escaneou: Pode ser que exista alguém que te queira, como eu quero, minha doce Araguacema, minha vida te venero (...), disse que assim serve para os demais municípios da APA, e finalizou a leitura do poema: (...) "Desde o início desses versos, tantos janeiros passaram, muitos "amantes do progresso", entraram aqui sem ingresso, muitas árvores já mataram, estão acabando o cerrado (...), resta nós fazermos o mínimo na contra mão dos vilões (...). O sertão está morrendo, a nobreza enriquecendo, e matando as futuras gerações (...)''. E assim também seremos nós: se não nos cuidarmos, nos juntarmos os pequenos e os grandes, para defender, vamos também caminhar para essa triste partida para o colo da morte. Ressaltou que os peixes, como José Luís colocou, muitos não existem mais. De acordo com Getúlio Martins quem está aqui, vivo, com saúde, é quem tem que lutar. Ressaltou a necessidade de criar boas oportunidades e normas para que o futuro melhor seja dado para os filhos. Pontuou que "Graças a Deus" tem emprego, o agro está aí, é forte, mas tem como trabalhar sem degradar tanto o ambiente. E finalizou pedindo atenção aos frutos do cerrado. Márcia (esposa do Alberico) iniciou afirmando que achou muito interessante a oficina. Pontuou que na percepção dela, a oficina é: quais são as dificuldades que todos nós temos, independentemente do tamanho, e que de maneira podemos fazer esse plano de manejo dar certo. Márcia pontuou para não esquecer daquelas pessoas que vieram, compraram a terra, dando oportunidade de negócio e das pessoas que moram aqui. Afirmou que há 10 anos o prefeito pedia para as pessoas virem para a cidade ocupar a região. De acordo com Márcia (esposa do Alberico), essa discussão é para ver a melhor maneira possível para entrar em consenso: população como um todo, alunos, comércio, hotel, produtores. Finalizou dizendo que achou muito interessante, que gostou da discussão/ provocação para a população saber o que está acontecendo. Severino retomou a fala pedindo palmas para o Marquinho (prefeito) e para o Zé galinha e questionou: temos a reserva nossa separada, e o INCRA falou que podia usar a terra. Por que que o povo não respeita a lei do INCRA? O INCRA não é federal? Pontuou que Ruraltins tinha que respeitar a lei do INCRA. Seguiu sua fala afirmando que o Marquinho (prefeito) "não vai aguentar sustentar o povo do município". E questionou: o que que falta? Respondeu que na visão dele o que falta ir lá no assentamento e fazer uma mesa redonda e discutir. De acordo com Severino tem que acabar com "fofoca de assentamento". Sarah chamou Gilberto (ADSTO), que iniciou a sua fala. de acordo com ele, com um resumo da reunião: todo mundo quer regularizar sua situação. Afirmou que

está todo mundo errado aqui se for ver, porque não temos plano de manejo. Afirmou que foi criada uma lei em 97, Siqueira Campos "criou uma lei para pegar dinheiro do inglês, Príncipe Charles mandou dinheiro, delimitou área de 9 município, e cá estamos". Disse que o sentimento que vê de todos (assentado, pequeno, grande, pescador, extrativista: é regularizar). Exemplificou que o assentado precisa vender o produto dele com nota fiscal, e ele não tem. Citou Sr. Darci que tem projeto de abelhas, Cláudio que tem projeto de pequi sem semente que é mandado para fora. Disse que nós temos uma região muito rica aqui, e devido a esse plano de manejo que não temos, foi feito todo irregular nas 3 vezes que foi feito. Usou um exemplo de dificuldade com água citada na reunião, para comentar que para os assentamentos poderia ter uma regularização para fazer cacimba mais fácil. A missão do dia não tem lado a/lado b, de acordo com ele. Frisou que está todo mundo no mesmo barco, e que precisamos do plano de manejo para todo mundo se licenciar e trabalhar dentro da lei. Finalizou afirmando que ninguém que ser irregular, ninguém quer desmatar irregular, mas se for direito de ele desmatar x%, vai desmatar, assim como o pescador, extrativista. Disse que as pessoas têm que se unir em prol de uma causa única para a região expandir em todos os setores.

3.4. Assentamento Santa Clara (Araguacema)

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 05.08.2025
Início: 09:00h
Fim: 12:00h
Local: Assentamento Santa Clara (Araguacema)

Histórico:

O Vereador Marcos deu abertura ao evento, ressaltou a importância do mesmo e agradeceu a presença de cada um. Jhon Secretário de administração também falou da importância "do projeto" e da equipe vim em loco, além de pontuar a importância do balanço: "´precisamos conservar, mas eles precisam produzir". Afirmou que todos tem o direito de falar. Citou a reunião de ontem e justificou a ausência do prefeito, que de acordo com ele, tinha um compromisso em Palmas – Tocantins, e por isso não conseguiu estar presente. Reafirmou que a oportunidade de falar é hoje, incentivando o pessoal a deixar a timidez de lado e falar, porque de acordo com ele, a hora é agora. Professora Maria Carolina agradeceu a presença de todos. Falou da importância do trabalho técnico com participação coletiva. Explicou o que que é o plano de manejo, ressaltando que dentro da área tem pessoas, produção e meio ambiente. Afirmou que isso está tudo interligado, e que precisam existir simultaneamente, ressaltando a importância de fazer com que as coisas trabalhem em conjunto. Fez o levantamento de qual fase do projeto que estamos, e frisou que hoje, eles estão ali, para ouvir o pessoal, que o intuito não é fazer uma palestra. Pontuou que em novembro será a parte de zoneamento e propostas. Falou da comprovação de participação via fotos, filmagens, listas de presença, e ata. Explicou da importância do questionário que o professor Fernando aplicará naquele momento, explicou que ele não precisa ser identificado, mas que precisa que ser respondido, ressaltando que a equipe não está ali para multar/fiscalizar. Finalizou a sua fala afirmando que somos da Universidade, e que viemos para atender todo mundo, evidenciando que é claro que todo mundo quer alguma coisa, e que será necessário balancear, pontuando, dessa forma, que todo mundo tem que ceder um

pouco. Sarah agradeceu a presença dos estudantes das escolas. Falou que vai tentar explicar de uma maneira para todos entenderem, mas se eles não estiverem entendendo, para falarem, que ela explicará melhor. Mostrou no mapa onde está localizado Santa Clara. Falou a definição de APA, pontuando que o município de Araguacema está todo dentro da APA. Explicou a diferença entre código florestal/APA/parque. Falou que a APA foi criada por lei, e a partir disso fez o link com o porquê existe o plano de manejo. Explicou o propósito da APA perante a lei "proteger a fauna, flora (…)", ressaltou a importância da água, e chamou professor Thiago Portelinha para complementar a explicação). Professor Thiago Portelinha iniciou pontuando que é necessário ressaltar o quão importante é existir uma APA, quais as vantagens as pessoas têm de estarem na APA. Reafirmou que é importante preservar a fauna e a flora, e que todas as APAs vão ter esse objetivo. Porém, mencionou que a APA Ilha do Bananal/Cantão está em uma área de transição de biomas (ecótono), dando o exemplo da existência de espécies de pássaros que migram, e usam essa região. Ressaltou que é uma APA muito especial em suas características e que ela é diferente do resto do Estado. Afirmou que aqui temos aves que migram, que vem da Argentina, passa um tempo aqui, e vão embora, pontuando que muitas vezes essas aves se alimentam e reproduzam nessa região. E que por isso, se não tivermos as condições adequadas, esses animais vão desaparecer, citando que eles podem mudar a rota deles, mas que podem também não sobreviver. Professor Thiago Portelinha citou várias nascentes e exemplos de rios da região: "Todo mundo sabe que temos o Javaés, Rio Coco, Rio Araguaia (…) todos eles são abastecidos por nascentes, e se a gente não cuidar dessas nascentes, o reflexo vai acontecer lá no rio grande, e as pessoas dependem dessa água". Continuou a sua fala afirmando que por isso, o trabalho da equipe é entender a população, ressaltando mais uma vez que a equipe está trabalhando de forma imparcial ("não estamos apontando, não tem nenhum culpado"). Finalizou a sua fala reforçando: essa APA tem uma característica muito importante, então quem está dentro dela também tem benefícios, exemplificando que o plano de manejo pode vir para fornecer assessoria técnica. Citou também a existência de linhas de crédito específicas para quem está dentro de uma APA. E finalizou desejando a todos uma ótima reunião, e afirmando que esse é o momento de os presentes opinarem. Sarah retomou a fala e frisou que se as crianças tiverem alguma dúvida, para ficarem à vontade para perguntarem. Maria da Paz iniciou a sua fala afirmando que é um motivo de alegria estarmos aqui. Comentou que esteve na gestão (da escola) alguns anos, e que levaram alunos para conhecer o Cantão (fazendo referência ao parque). Comentou que o ambiente do parque é muito bom

e que sempre levam os alunos, e que lá no parque sempre tem palestra para eles. Comentou que muitas pessoas não conhecem o parque, se referindo até as pessoas que moram no assentamento. Agradeceu a palestra, e encerrou falando que vai ser de grande satisfação. Sarah disse que ia fazer só um apontamento, e relembrou o que é o parque, (local onde pode ser visitação e pesquisa), e que naquele momento eles estariam discutindo sobre o plano de manejo da APA. Na APA, de acordo com Sarah, pode fazer muita coisa, como por exemplo, pode ter cidade e assentamento. Frisou que a equipe quer saber como é viver na região, ressaltando, que por exemplo, onde os rios estão, aonde a arvore está, já é de conhecimento, visto que conseguem ter essa informação por satélite, por exemplo, falou também que a equipe sabe quantas famílias vivem ali porque o INCRA já deu essa informação. E finalizou ressaltando que a equipe precisava saber como é viver ali. Cinara iniciou a sua participação falando que iria contar um pouco como é viver ali sob a perspectiva dela. Ela afirmou que moro na região desde os 9 anos, e de acordo com ela, a região já tem mudado muito, afirmando que muita coisa que era visto, eles não veem mais, principalmente na fauna e flora. Ressaltou que acha muito importante esse trabalho "para a gente ter conscientização". Finalizou a sua fala dizendo que por mais que a gente precise da produção/evolução (agro), a gente precisa também conhecer os nossos limites, cuidar da natureza. Segundo Cinara, na beira do rio o rio está desmoronando os barrancos, "o rio já mudou muito". Ressaltou que a região está mais quente, mais seca. E que está difícil respirar quando começa as queimadas. Manoel (presidente do assentamento), parabenizou o pessoal que está participando. Afirmou já ter participado de uma "reunião dessa" em Palmas ("fui com o Cezinha). E ressaltou que o que se discute aqui não é querer proibir ninguém de produzir, prosseguiu dizendo que é uma conscientização. Mencionou a fala da Cinara: "igual Cinara falou, muitas vezes vão lá e desmatam a beirada do rio, como os peixes vão sobreviver? Reafirmou que é tudo uma questão de conscientização. Pontuou que na região tem mais de 30 P.A., que foram colocados pelo governo federal, e questionou: como que eles não vão produzir? Como que ele vai comer? Ressaltou que todos precisam ter consciência. E finalizou pedindo para que os presentes prestem atenção e participem, alegando que gostaria muito que todos tivessem ido. Fez menção ao Marcos para afirmar que a oficina foi bastante divulgada. Sarah perguntou se havia alguém que não era do Santa clara, mas sim de outro assentamento. César (mora no Assentamento Baroneza e trabalha como colaborador da Fazenda riqueza) iniciou a sua fala dizendo que estamos vendo aqui o plano de manejo, e exemplificou que tem 50% de reserva na Fazenda Riqueza e que estão produzindo, porém, mencionou o caso

de um vizinho, como exemplo, que tem a sua reserva legal, porém foi impactado pelo plano de manejo. E ressaltou: muitas propriedades foram impactadas por caírem nessa linha vermelha. Pontuou que espera como produtor (tem uma chácara no assentamento) e como colaborador da fazenda, que esse plano seja bem-sucedido e não prejudique os produtores. Afirmou que todos os produtores respeitam a fauna e flora, até mais que quem está na cidade. Mencionou que o "pessoal" diz: "O produtor quer acabar com tudo, que derrubar mata, pé de pequi", mas que não é assim que tem que ser visto, e finalizou a sua fala ressaltando que tudo que as pessoas compram na cidade é produzido pelo produtor (fruta, carne), e o produtor, de acordo com ele, não está produzindo isso com coisa ilegal. Concluiu dizendo: a gente produz em cima do que é legal. Sarah retomou a fala reafirmando que a equipe técnica está lendo os documentos. Ela comentou que a sua área de formação é arquitetura, e que trabalha muito com plano diretor nessa parte de leitura comunitária. Comentou sobre o guia do participante, afirmando que existe a versão digital dele. Pontuou que também mandou para o Jhon o link do grupo dos informes. Relembrou aos presentes que essa é a 4ª oficina dessa rodada de diagnóstico, e que tem se ouvido bastantes opiniões como se o plano de manejo fosse muito prejudicial, principalmente para a produção agropecuária, e não é essa a visão do deles trabalho. Citou como exemplo o fato de os estudos anteriores trazerem muito sobre atividades conflitantes, e a expansão urbana ser uma área conflitante. Ressaltou que trouxe o exemplo para "a gente" lembrar de ver a APA como ela é. Reafirmou que o plano precisa vim adequado para essa realidade, frisando que existem 9 cidades envolvidas, 40 assentamentos, muitos produtores, e que cada um tem um desejo e um sonho do future. Prosseguiu a sua fala afirmando que quanto mais pessoas "a gente" conseguir atingir, mas o resultado será parecido com a visão do todo. Falou da particularidade de a presente região ter população urbana quase que igual a rural em quantidade, e que tem cidade que a rural é maior que a urbana. E finalizou afirmando que as pessoas que vivem na região têm um modo de vida que eles precisam entender, compreender e considerar, pontuando que fala desde o extrativista, todos os produtores, e até as pessoas que estão na cidade. Israel disse que queria fazer uma pergunta: eles que são pequeno agricultor, e o lote, que muitas vezes não tem nascente, "preservando o pé de pequi", por exemplo, pode derrubar tudo para plantação de gado? Sarah respondeu afirmando que é essa questão que o plano de manejo precisa conseguir responder. Ressaltou que como havia falado anteriormente, precisamos olhar para a realidade como ela se apresenta. Então o plano de manejo precisa dar conta. Explicou a questão do zoneamento,

programa, e comentou que a equipe está focando em cada etapa, e que ainda não chegou nessa parte, mas que confia nesse processo. Afirmou, exemplificando, que sabemos que existe um assentamento, o "assentamento de área de reserva", e que ele tem suas necessidades especificas, então esse olhar é o que vai fazer a equipe tentar encaixar a realidade. Mencionou mais uma vez que esse plano trará programas, e deu um exemplo do dia anterior: uma moça do assentamento comentou que a nascente dela está mais frágil, e isso pode ser reorganizado com algum programa. Finalizou dizendo que o plano quer dar conta de responder à pergunta dele (não apenas para Santa Clara). João Lima afirmou que tem 27 anos que moro na região e perguntou: a APA foi criada dentro do estado do Tocantins em 1997? Os moradores podem extrair algo, por exemplo, madeira, mas queria saber esses limites de extração. Afirmou que uma vez, no IBAMA, protocolou um ofício, e "quase apanhou lá". Finalizou perguntando: como vou fazer? Afirmando em seguida que não tem dinheiro, mas que precisa de madeira. Concluiu: "A gente tem direito de extrair pequi, pescar, mas queria saber até que ponto Podemos ir. Sarah disse que não sabia responder, mas que ia passar a fala para o Mota (Naturatins). Mota (Naturatins) afirmou que pode extrair madeira seca, mas tem que fazer um projeto com associação (CNPJ), ir ao Naturatins para ser feito todo o acompanhamento, e finalizou: "essa madeira também é bom se ela já tiver caída, porque o nome já fala: reserva". Israel assumiu a fala e afirmou que mora na região desde 2002 e que criou os filhos dele ali. "Eu cheguei aqui e meu coração já abriu para esse lugar". De acordo com ele, a chegada do agronegócio foi um grande desenvolvimento para eles, melhorou muito. Ressaltou que antes tinham dificuldade com a questão de fogo, pontuando que já pegou fogo até em uma casa. Hoje, de acordo com ele, quando acontece essa situação do fogo, o agro tem ajudado a combater. Ressaltou que o agro são parceiros deles, que melhorou a situação de empregos e desenvolveu muito o plantio de abacaxi. Finalizou dizendo que ali é um lugar bom de viver, que pode melhorar mais ainda, basta "a gente acreditar". Zimalda (professora da escola) iniciou a sua fala questionando: O Naturatins que é o responsável para liberar o desmatamento? E complementou: porque os agricultores, lógico que vão querer que o Naturatins deixe desmatar o quanto eles quiserem. Afirmou que tem uma chácara, e que lá aparecem vários animais, de acordo com ela, porque estão desmatando tudo e os animais vão procurar casas para ver se tem alimento para eles. Afirmou: temos que olhar fauna e flora. Alegou que quando vieram morar aqui, na entrada tinha "tanta mata", depois de repente sumiu tudo, "não tem uma arvore para ficarmos embaixo esperando um ônibus". Até que ponto o

Naturatins tem acesso a esse desmatamento? Zimalda questionou. Comentou novamente que "não temos uma arvore deixada". De acordo com ela, o setor "agro" pensa só na soja. Ressaltou que sabe que dependemos da agricultura e tudo mais, mas frisou que também precisamos pensar na fauna e flora. Relatou que ficou horrorizada quando viu aquele desmatamento na beira da estrada sem deixar nenhuma árvore. E finalizou dizendo: "quer plantar, planta! Mas vamos deixar o local dos animais, afirmando ser defensora dos animais porque tem dó, já que os bichinhos são indefesos. E concluiu dizendo que queria ver até que ponto o Naturatins vê essa parte de desmatamento. Sarah a questionou sobre quais bichos tem chegado na chácara. Zimalda (professora da escola) respondeu que o que mais aparece é a cutia, e comentou que não sabe muito os nomes dos animais, mas ressaltou que são vários. Pontuou também sobre as árvores: "caju, mamão os bichinhos estão lá comendo". Disse que fica encantada. Afirmou que aparece paca, e pediu mais uma vez para pensarmos nos bichinhos. "Não vamos desmatar tudo não". Pediu para serem deixados os pés de pequi, e finalizou dizendo: vamos pensar nos animais também, eles não sabem fazer, eles não sabem plantar, vamos cuidar deles. Mota (Naturatins) iniciou a sua fala dizendo que a APA é dividida em zonas (zona de produção x zona de preservação). Na zona de produção é liberada a licença para eles anualmente, de acordo com ele. Ele mencionou a pergunta anterior sobre o porquê de não ter uma arvore, e disse que é feito um planejamento no Naturatins, mas que a maioria opta por tirar ali, e replantar em outro local. E esse plano de manejo que está sendo feito agora, segundo Mota é para isso. Finalizou a sua fala afirmando que muitas pessoas reclamam que tem dois anos que tentam licença, e não conseguem. E isso se justifica porque aqui eles estavam dentro da área de preservação, "temos que passar para a área de produção". Joao Lima abriu a sua fala comentando sobre a questão do CAR. De acordo com João Lima, 10 anos atrás foi criado o CAR coletivo, mas eles não estão tendo respaldo, e estão tendo que tirar o CAR individual. E finalizou falando que queria saber se é obrigatório tirar o CAR individual. O Presidente do assentamento respondeu que quem já está apto a tirar, é só ir ao cartório, justificando que é importante o CAR individual porque com isso a pessoa vai ter muito mais acesso a recurso federal. Marco (produtor rural) iniciou a sua fala afirmando que não faz parte do município onde está acontecendo a oficina, mas que fica ali perto (em Dois Irmãos do Tocantins). Sobre a questão das árvores que foi falada pela Zimalda, ele pontuou que iria falar da fazenda dele: as partes que estão sendo ocupadas para plantio foram dadas as licenças pelo Naturatins. De acordo com ele, na fazenda dele ele preserva as apps (que são 30 metros na beira dos córregos). Ele afirmou

que tem a liberação dentro do código florestal brasileiro dos 35% de reserva, e que ele optou por deixar a reserva em um local só. Marco afirmou que dentro da fazenda dele, ele tem 50% da fazenda preservada, e ressaltou que as nascentes estão preservadas. A água da fazenda dele seca, fica só os poços. Sobre os animais ele afirmou que lá apareceu essa semana duas capivaras com filhotes, perdiz, pombas, veados. Comentou que no dia anterior, a noite, vindo de dois irmãos viu lobo guará, e afirmou "nós temos onça, e porcos selvagens". Ressaltou que lá não se mata, e se der algum problema, falam com o Naturatins para fazerem a gaiola e levarem para outro local. Reafirmou que a fazenda dele é preservava, e que o Naturatins e Ibama fiscalizam lá. Finalizou a sua fala afirmando que hoje não tem mais pra onde fugir, até por satélite eles são monitorados. Sarah afirmou que gostou dos relatos dos bichos, e questionou se alguém tinha mais algum relato de quais bichos são encontrados na região? Maria da paz respondeu que "o pessoal" estava falando que tinha uma onça nas proximidades, e que 15 dias atras foi andar de bicicleta e viu um animal na pista, e que ela foi se aproximando. Até então ela nunca tinha visto uma onça, mas afirmou que naquele momento era uma onça, e que o animal entrou no mato. Finalizou dizendo que já viu onça (era a vermelha), lobo guará, porco, veado, e vários outros animaizinhos pequenos. Lorena (professora) afirmou que todo mês fazem prova em Araguacema, e contou que a professora Vitória vinha de moto e eles atrás de carro, afirmando que ela viu uma onça preta. Finalizou dizendo que já ouviram relatos de pessoas vendo a onça preta perto da represa "em uma baixada depois da descida". O Presidente do assentamento se manifestou mais uma vez afirmando que apareceu uma ariranha bem grande em casa, e tiveram que chamar o Naturatins para resgatar. Mota (Naturatins) complementou: "ligaram no Naturatins falando que tinha animal atrás da geladeira, achei que era um animal comum, e era ariranha atrás da geladeira. Lacei, e soltei na lateral da vila". Sarah afirmou: ariranha é um dos animais bem importantes dessa região. Mais alguém? Antônio Nilton iniciou a sua fala dizendo que foi o primeiro presidente ali da época e que tudo ali era cerrado. Mencionou "tem uma planta ali nativa, mas foi reflorestado". Continuou a sua fala contando que produz abacaxi, cria um pouco de gado. De acordo com ele, os pastos deles tem pé de pequi, e os gados se dão bem com os pés de pequi. Concluiu falando que "o agro" é muito bom para eles, justificando que hoje, o fogo quase não entra, eles têm emprego. Reafirmou que acha bom, que estão aprendendo a mexer com maquinário. E finalizou afirmando que se viesse só "pessoas fraquinhas" aqui, todo mundo iria passar necessidade. Rodrigo (engenheiro agrônomo, da Fazenda Cerrado verde) afirmou que estão na região há 11 anos. Disse que

quando foi criada a APA de 97, foi feito um plano de manejo que considero que não se preocupou com o futuro. E ressaltou: o que que a gente precisa realmente nessa conversa: estabelecer novas regras. Pontuou que todo proprietário é obrigatório ter 35% de reserva + APP, afirmando que toda propriedade praticamente tem APP, e todo córrego tem que ser protegido 30 metros. De acordo com ele, tudo isso forma um corredor ecológico onde os bichos convivem em harmonia. É impossível, segundo ele, ele abrir 100% da fazenda. Toda propriedade vai ter 40%, 50% ou até mais de área protegida. Disse Rodrigo. Continuou a sua fala afirmando que com a chegada da agricultura muitos bichos aumentaram a quantidade: "pode passar e ver o tanto de ema que tem por aí. A ema sai com 20, 30 filhotes, pode ver". De acordo com Rodrigo, o agro deixa alimentos caírem no chão e os animais aproveitam. Completou dizendo: "Nós estamos vivendo em harmonia". Rodrigou prosseguiu dizendo que o que precisam é uma regulamentação, já que de acordo com ele, está todo mundo perdido, sem saber o que fazer direito, alegando que Naturatins não sabe dizer, Ibama só vem multar. Sobre o IDH exposto em um dos banners, Rodrigo comentou: os municípios da APA representam média abaixo do normal do restante do Tocantins, o que, de acordo com ele, não está certo. Afirmou que somos uma região rica (falou que não está certo no sentido de não estar regularizado). Pontuou que precisamos viver em melhoria com a natureza, mas melhorar a qualidade de vida de cada ser humano, afirmando que nós não somos inimigos uns dos outros, e ressaltando que precisam se unir. Deu o exemplo dos assentados: as pessoas têm que tirar seu sustento, seu alimento, produzir. De acordo com Rodrigo um dos melhores abacaxis saem daqui a melancia é boa. Sobre a questão de "temperatura mudou", Rodrigo afirma que isso é relativo, argumentando que não é o microclima quem regula a chuva, não é o lago, é o oceano. Complementou dizendo que isso precisa ser ensinado nas escolas (proteção e desenvolvimento humano). Colocar assentamento dentro da APA? Refletiu. Afirmou que quando chega na beira do rio em Araguacema, fala: esse lugar é formidável. Disse que Araguacema, é uma cidade antiga, mas que nos últimos 10 anos melhorou demais: bem cuidada, ruas limpas, praias bem-organizadas, para o turista ver que é organizado, preservado. De acordo com ele, uma pessoa falou "um negócio" de desmatar app, e na opinião dele, por falta de informação as vezes um assentamento desmata, e se dentro da fazenda ele tirar 300 metros de app a fiscalização identifica, e o bloqueia. O europeu, segundo ele, para comprar grão rastreia isso, e concluiu dizendo que o produtor cuida da preservação, e que se ele não cuidar ele não consegue vender um saco de nada. Rodrigo reafirmou que o produtor é o maior preocupado com o

meio ambiente. E comentou: ano passado aconteceu um episódio: um carro veio dar uma assistência para a gente, e aconteceu um acidente, o carro pegou fogo, pegou na reserva, foi para a nossa reserva, ninguém conseguiu apagar. Todo mundo veio ajudar, risco de vida envolvida. Carro na estrada causou um problema, e depois de 5 meses o Ministério Público mandou uma cartinha querendo saber e multar. Tivemos que fazer um relatório mostrando que a culpa não foi nossa. Ressaltou que é diferente, "você tacou um fogo ali, outro aculá, ninguém vem atrás". Finalizou dizendo que temos que trabalhar em conjunto, um plano de manejo viável, efetivo, que funcione, que preserve, mas que seja efetivo, de orientação. O governo tem que "mostrar a cara", dar assistência. São 40 assentamentos, quantas pessoas estão aqui. Vim de uma região de Goiás, lá são os pequenos produtores que fazem grãos, organizam cooperativa e vendem. Sarah retomou a fala comentando sobre o que Rodrigo falou: vamos aprovar um plano de manejo, e depois a gestão da APA tem que auxiliar nessa implantação. Gilberto (produtor rural de Araguacema) assumiu a fala afirmando que faz parte do conselho, e que fez um resumo: Se referiu a Maria da Paz e Cinara, e disse: precisamos do emprego e da natureza. Continuou dizendo que fez um resumo do que cada um falou. Disse que precisamos entender que o que passa na mídia muitas vezes não é a realidade. E ressaltou: com fé em Deus trabalharemos dentro da lei, todo mundo certo. Continuou dizendo: A gente vê aqui muitas crianças lindas, e "o agro" dando emprego para essas famílias. Concluiu afirmando que precisamos trabalhar tranquilos e ter o orgulho de ter o selo da APA cantão. Deixou a sugestão para o presidente buscar um selo para quem produz aqui. E finalizou dizendo: Nós somos um só, precisamos comer, viver, precisamos nos unir. Ninguém é inimigo de ninguém. Marcos (vereador) comentou que lá na Câmara fez o pedido para eles estarem tirando as notas do abacaxi aqui do assentamento, porque até então, de acordo com ele, as notas do abacaxi do município são de Miranorte. Citou que anualmente produzem 4 milhões de frutas, e não são reconhecidos, além de ir imposto para outra região. Afirmou que veio de Miranorte, morava lá, e que lá eles têm o reconhecimento de produção, e receberam uma fábrica de suco. Contou que na época que morava lá eram 3 turnos trabalhando, 24 horas por dia. E finalizou dizendo: olha o tanto de emprego. Hoje temos essa condição. Presidente do assentamento assumiu a fala para comentar sobre a questão do abacaxi. Disse que perguntou para os produtores, e eles não querem tirar nota para não serem pegos "pelo leão". Afirmou que hoje o pessoal da região, não quer desmatar. De acordo com o Presidente do Assentamento, eles querem ter segurança jurídica. Citou o exemplo do "Cezinha" em Palmas. Afirmou que perdem muito investimentos por conta

disso (“áreas que do nada são embargadas”). Concluiu dizendo: quem tiver mais perguntas, faça logo. Ressaltou que existe o grupo de informes e o Instagram. Pessoa que não se identificou questionou: eu moro na beira da represa, posso fazer alguma ação lá? Sarah disse que não sabia responder, mas que iríamos passar a pergunta para o Naturatins. Pessoa que não se identificou afirmou que iria perguntar ao Naturatins. A oficina foi finalizada.

3.5. Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins)

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 05.08.2025
Início: 16:00h
Fim: 19:00h
Local: Assentamento Salomira (Antiga Escola Aurélio Buarque)

Histórico:

O cerimonial da prefeitura deu início ao evento, cumprimentando os presentes, entre os quais estavam o pessoal de Salomira, entidades municipais, o prefeito Geciran e a vice-prefeita. Em seguida, convidou o prefeito para fazer a sua fala. O Prefeito Geciran deu boas tarde a todos e expressou a sua satisfação em estarem juntos em uma ação que buscava o desenvolvimento da região e do município. Ele agradeceu a todos os envolvidos na audiência pública e fez menção especial à vice-prefeita Mell Botelho, a Ana Carolina e a todos os que estavam presentes, incluindo os vereadores, secretários, Arnardino, presidente da ADSTO, e Chicão, presidente do sindicato rural, além do pessoal do assentamento Salomira e do IAC. O prefeito afirmou que a oficina vinha para ajudá-los a ter um melhor entendimento, ouvindo as pessoas e as dificuldades que eles têm enfrentado. Ele ressaltou que estavam dentro de um assentamento e que a prefeitura estava se esforçando para investir ali, citando a escola que havia sido inaugurada há um mês. Ele destacou que, para que isso pudesse continuar a acontecer, os produtores precisam ter segurança. Geciran compartilhou uma experiência pessoal, relatando que é filho de um pequeno produtor, que faleceu e deixou 10 alqueires. Ele explicou que esses 10 alqueires estavam dentro da APA e que, para regularizar o documento, foram gastos 30 mil reais. Ele disse que, mesmo sabendo que precisa deixar o que a lei ambiental requer, ainda existe a APA, e em seguida: o que restou para o produtor? e o que ele pode fazer lá dentro. Ele afirmou que esses eram os questionamentos que eles precisavam de resposta, e que essa era a preocupação de toda a comunidade. Ele agradeceu a todos pela participação e informou que a reunião continuaria no dia seguinte às 9h da manhã, convidando a todos a estarem lá, e garantindo que haveria almoço. Ele incentivou aqueles que tivessem a oportunidade a falarem sobre suas

experiências e as dificuldades de investimento que têm enfrentado. Ele citou o caso do dono de uma propriedade na região da Matinha, que foi a um banco e soube que podia levantar uma grande quantia, mas ao ser verificada a situação, constatou-se que a propriedade estava dentro da APA, impedindo o financiamento. O prefeito concluiu sua fala pedindo que eles dedicassem tempo para o evento, pois ele era muito importante. O cerimonial cumprimentou os vereadores presentes, incluindo o presidente da câmara, e em seguida convidou a vice-prefeita, Mell Botelho, a fazer uso da palavra. Mell Botelho iniciou sua fala agradecendo a presença de todos. Ela disse que, desde o dia da inauguração da escola, eles começaram a convidar a população. Afirmou que farão o que estivesse ao seu alcance, tanto como prefeitura quanto como comunidade. Ela agradeceu a Arnardino, representante da ADSTO, e ressaltou que aquele era um momento de união, de dar as mãos, pois eles se sentem muito limitados. Ela mencionou as limitações, como bancos que não liberam financiamento, o Naturatins que não libera licença, e o frigorífico que não compra gado. A vice-prefeita afirmou que eles sabem que é necessário defender as áreas de mata, fauna e flora, e ressaltou que o produtor rural é quem mais defende o ambiente, pois por si só ele já preserva 35% de suas áreas. Ela disse que agora é o momento de a comunidade ter o entendimento do que eles estavam passando, e que o município estava ficando limitado, com os investidores indo embora. Ela ressaltou que os investidores não queriam comprar terra porque ela estava dentro da APA. Ela também mencionou a questão dos limites confrontantes, explicando que pelo memorial descritivo o limite era até o 64, mas muitas vezes usavam até o 62. Ela questionou por que não tentar realocar as zonas de conservação dentro das áreas de reserva legal, pois, como o prefeito havia dito, eles ficavam muito limitados, já que tinham que reservar 35%. Mell Botelho concluiu sua fala afirmando que eles contavam com a presença de todos no dia seguinte, e pediu que eles levassem os convites a outras pessoas. Ela disse que era a hora de a população participar, reclamar e, se tivessem dúvidas, perguntar. O presidente da câmara de vereadores, Gustavo Cabeção, iniciou sua fala agradecendo a Deus pela oportunidade e dando as boas-vindas aos presentes. Ele afirmou que o assunto é sério e expressou sua crença de que grande parte da comunidade do assentamento não tinha noção dos riscos que estavam correndo. Ele disse que sua preocupação atual não era com ele, mas com seus filhos. Em seguida, ele expressou sua gratidão ao prefeito, que deu total suporte, à vice-prefeita, ao Chicão e ao Arnardino. Ele fez menção especial a Ana Carolina e ao Eude, mencionando que eles têm lutado muito. Ele finalizou sua fala expressando o reconhecimento da câmara de vereadores pelo trabalho deles. O presidente do sindicato

rural de Dois Irmãos, Chicão, iniciou sua fala dando boa tarde a todos e expressando sua satisfação com a oportunidade de estarem reunidos no assentamento de Salomira. Ele concordou com o vereador Gustavo, afirmando que o assunto é sério, e agradeceu o empenho da prefeitura. Chicão disse que, assim como Gustavo e o prefeito Geciran haviam mencionado, os municípios estavam ficando limitados, e as pessoas não tinham interesse em investir ali por não saberem o que iria acontecer. Ele apontou que o pior IDH entre os municípios da APA era fruto da falta de oportunidade de geração de emprego. Ele reforçou que ninguém vive de conservação, mas sim de atividade econômica, que gera emprego, renda, saúde e educação. O presidente do sindicato expressou seu prazer em ter o IAC ali, pois percebe a forma dedicada, paciente e competente com que eles estavam tratando o assunto. Ele afirmou que o trabalho é uma grande responsabilidade e que ele sabe que eles já haviam percebido o quanto é importante encontrar uma solução definitiva para o município. Chicão disse que há pessoas que estão ali há 10, 20, 30, 40 ou até 50 anos, e que não sabem o que será do dia de amanhã, e que isso era injusto. Ele expressou sua certeza de que, com a participação de todos, eles chegariam a um consenso. Ele finalizou sua fala incentivando as pessoas a perguntarem e a se manifestarem caso não concordassem com algo, pois a oportunidade era agora. A presidente do assentamento, Rosimeire, cumprimentou a todos e expressou sua felicidade com a reunião, a qual descreveu como "tão sonhada". Ela relatou que todos estavam se questionando: “E agora, meu Deus? Como vamos viver?”. Ela enfatizou que aquela era a oportunidade para todos fazerem perguntas, pois havia pessoas prontas para responder a todas as dúvidas. Rosimeire incentivou o público a explorar a oportunidade para perguntar. Ela disse que se concordassem, "beleza", mas se não concordassem, deveriam discordar e perguntar. Ela afirmou que o importante é tirar as dúvidas, pois as pessoas frequentemente só ouvem dizer: “Está dentro da APA, não posso pegar um tatu, não posso pegar um peixe.” Ela questionou: “E aí, como sobreviver?”. Rosimeire ressaltou que o momento é agora e que, caso restasse alguma dúvida, a reunião continuaria no dia seguinte em Dois Irmãos, das 9h às 12h. O presidente da ADSTO, Arnardino Gabriel, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e expressando seu prazer em participar de uma comunidade tão unida e lutadora. Ele se identificou como produtor da ADSTO, tendo chegado à região em 1995. Ele disse que conhecia muitas pessoas na área e que, infelizmente, ainda via a região lutando para se desenvolver, enquanto o estado travava esse desenvolvimento em alguns aspectos. Ele mencionou que a APA foi criada em 1997 e que, para ser criada, era preciso justificar os ambientes. Ele afirmou que existia um plano

de manejo que foi feito naquela época, mas que tinha um cunho muito parecido com o financeiro. Arnardino argumentou que alguns países desenvolvidos estão aproveitando para responsabilizar o Brasil pelo dano ambiental que eles mesmos causaram no planeta. Ele destacou que o Brasil tem 65% de mata preservada e que cada agricultor já preserva no mínimo 35% com seus próprios recursos e responsabilidade. Ele fez uma comparação sobre a quantidade que um produtor europeu podia produzir em relação a um produtor brasileiro. Arnardino questionou o conceito de "sustentabilidade", perguntando "sustentar quem?" e "o quê?". Ele argumentou que, se um país já tinha 65% de suas reservas nativas e, adicionalmente, as propriedades privadas preservavam 50%, não seria o Brasil que deveria cobrar dos demais países? Ele concluiu sua fala afirmando que isso estava errado. O nome "plano de manejo", por si só, já não é um "bicho-papão" tão grande quanto parece, desde que haja a ação que o IAC está promovendo: um planejamento que permite que as próprias populações possam manejar. Ele ressaltou que é necessário ter essa parte comunitária. Ele disse que o Naturatins, o IAC e a ADSTO têm equipes técnicas para conseguir um equilíbrio que esteja de acordo com as vozes e com o que for colhido ali. Ele afirmou que Rosimeire havia falado muito bem: era a hora de a comunidade dar um "grito" e perguntar: "E o meu quintal? E a minha galinha?". Ele disse que a grande maioria dos assentamentos tem uma reserva em comodato, então eles já tinham uma reserva, assim como qualquer produtor, que já tem 35%, mais a área de preservação permanente (APP), mais 5% porque ele planta soja, o que dava uma média de 50%. Ele explicou que esse é o Código Florestal, que, em sua opinião, é melhor que as leis de todos os países que ele conhece. Ele argumentou que o Brasil deveria estar ensinando os outros países a produzir com respeito à natureza, e não o contrário, que eles jogassem essa carga em cima do Brasil. Ele fez uma comparação financeira: se alguém compra 100 mil lá fora, usa 100 mil, mas se compra 100 mil aqui, usa apenas 50 mil, mas no mercado, o preço é o mesmo. O governo brasileiro coloca a população no campo para pagar imposto, mas não a ajuda. O presidente da ADSTO afirmou que eles não precisam de ajuda ou "esmola", pois sabem trabalhar e produzir, mas que precisam de respeito. Ele concordou com Chicão, que havia dito que o IDH é uma régua, e que essa régua é uma barreira. Ele explicou que um IDH é considerado razoável quando está acima de 0,8, enquanto o de Tocantins está em 0,7, e o de Dois Irmãos é o município com o IDH mais baixo. Ele ressaltou a necessidade de dar o direito de produzir com dignidade. Questionou o motivo de estarem lutando por um plano de manejo da APA de forma sustentável, e respondeu que era para lhes dar a segurança jurídica de continuar crescendo.

Ele afirmou que todos, independente do tamanho, trabalham para melhorar. Ele disse que o desenvolvimento é o que traz saúde, educação de qualidade, médico, enfermeiro e professor. Ele parabenizou o prefeito e a vice-prefeita por trazerem dignidade os filhos dos presentes estudarem, referindo-se à escola recém-inaugurada. Ele seguiu sua participação afirmando que, na cadeia produtiva, não existe grande nem pequeno produtor. Ele compartilhou sua história pessoal, dizendo que foi para a região para trabalhar como gerente de uma fazenda, mas que, na verdade, era vaqueiro. Ele disse que veio com sua esposa e seu filho de 6 meses, e que o primeiro dinheiro que investiu ali foi em uma vaquinha do seu vizinho. Citou que a sua esposa fazia queijo para vender na feira de Paraíso. Seis meses depois, ele comprou a segunda vaquinha. Ele contou que, em uma reunião em Palmas, se emocionou ao falar sobre uma das "burradas" que fez na vida: ter levado seus filhos, advogado e engenheiro, para a roça. Ele disse que fez isso porque viu os filhos sofrerem, e que eles não estavam sendo respeitados para crescer. Ele ressaltou que, para que isso aconteça, eles têm que entender que, enquanto sociedade, são todos iguais perante o mesmo problema. Arnardino afirmou que essa luta não era dele, mas de todos, incluindo os que estavam no assentamento, nas fazendas e no comércio da cidade. Ele explicou que o desenvolvimento acontece com a produção. Ele concluiu dizendo que o governo não dá dinheiro, pois o dinheiro que ele devolve é o que foi recebido da própria sociedade. Não precisamos que ninguém nos dê nada, pois aqui não há preguiçosos, mas sim trabalhadores. O presidente da ADSTO afirmou que eles só precisam de respeito, e isso se faz por meio da reclamação. Ele disse que o plano de manejo é justamente isso: ouvir o que a população aceita. Ele enfatizou que, na região da APA, eles precisam, sim, preservar. Mencionou que como animais racionais, eles têm que aprender a conviver com os animais irracionais, até mesmo com a onça que come as galinhas. Ele concluiu que era preciso equilibrar essa relação, e que o plano de manejo servia exatamente para isso. A ideia era proteger nascentes, fauna, flora e as reservas legais, mas ele ressaltou que preservar e ter sustentabilidade têm a ver com a sustentação da dignidade da população. Ele prosseguiu a sua fala dizendo que não adiantava proteger a árvore se o ser humano estivesse com fome. A dificuldade do pequeno produtor também se reflete no grande, pois ela é proporcional ao tamanho de cada um. Ele afirmou que não existe divisão de classe, pois todos são o mesmo povo brasileiro, e que esse povo precisa ser respeitado. O presidente da ADSTO disse que o povo brasileiro precisa parar de receber "migalhas de fora" e, em vez disso, dizer: "Nos respeitem. Nós plantamos com responsabilidade e sustentabilidade. Venham para o Brasil conhecer." Ele argumentou que

a maior poluição está na energia de outros países, que não é renovável. Ele incentivou a todos a aproveitarem o momento para contribuir e perguntar, para que eles pudessem construir o plano de manejo da maneira que deveria ser. O comércio e as estradas só vêm com o desenvolvimento. O presidente da ADSTO alertou que, se a região se tornar uma área de preservação para a Europa, eles terão que voltar a viver como em 1500. Ele parabenizou Chicão e Ana, e disse que considerava Dois Irmãos o município que teve mais garra e mais preocupação com sua população. Ele também elogiou o prefeito e a vice-prefeita, que, segundo ele, estavam trabalhando juntos na construção do plano de manejo para dar qualidade e dignidade humana. Ele explicou que o plano de manejo irá acontecer com ou sem a participação da população. Ele ressaltou que este era o momento, pois o governador havia aberto as portas para isso, e uma vez que o plano fosse aprovado, ele seria fiscalizado como lei. O Professor Doutor Humberto Xavier cumprimentou a todos e agradeceu o apoio do prefeito, da vice-prefeita e de Ana Carolina. Ele expressou satisfação em ver a sala cheia. Ele se apresentou como membro do IAC, um instituto que foi criado há 10 anos para ajudar pessoas. Ele explicou que o IAC foi convidado pelo tribunal de justiça para trazer uma solução e que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) é isenta, sem viés político ou ideológico, e participa do processo para ajudar as pessoas. Ele mencionou que, como Arnardino havia dito, eles já estavam trabalhando desde domingo na região de Caseara. Uma frase que o marcou bastante foi a de Márcio: "Nós estamos todos no mesmo barco. Aqui não é o momento de brigas, é o momento de nos unirmos". Ele disse que se algo de ruim acontecesse na região do Cantão, em termos de produção ou meio ambiente, todos seriam impactados. Quando fazemos um plano, o nome já diz, precisamos de estratégias. O Professor Humberto perguntou se havia produtores de gado e explicou para que servia o manejo de pastagem. Ele disse que, se não houvesse manejo, o gado comeria a plantinha e ela acabaria. Ele afirmou que, ao se fazer um plano de manejo de uma APA, a primeira coisa que eles precisam compatibilizar são as pessoas, pois elas vivem ali e tiram o seu sustento dali. Com isso, há geração de renda, e as pessoas têm dignidade, o que gera um efeito em cadeia. Ele ressaltou, no entanto, que havia outro ponto importante: o meio ambiente, e que o plano buscava o equilíbrio entre esses pontos. Vocês sabem disso, pois se não cuidarmos do meio ambiente, quem vive da terra não vai conseguir produzir. Em seguida, ele apresentou a equipe do IAC. Ele explicou que eles fariam questionários e perguntas para entender um pouco mais do processo, e que o objetivo não era multar, mas sim saber a verdade, que era o mais importante. O Professor Humberto afirmou que está rodando o

Estado há muitos anos, que já foi em todas as cidades e em vários assentamentos, e que já se deparou com realidades muito difíceis e diferentes. Ele ressaltou a necessidade de harmonia entre produção, pessoas e o meio ambiente. Ele mencionou o site do IAC e, em seguida, perguntou se alguém poderia dizer a importância de estarem ali naquele dia. Segundo Eude, está faltando segurança jurídica para a população, pois todos se sentem inseguros sobre o que podem ou não fazer. Esse é o sentimento de quem vive na APA. Ele expressou a preocupação de que eles trabalham a vida toda e podem acordar um dia sem saber o que fazer. O Professor Humberto afirmou que entendia a dor de Eude, e perguntou se havia algo mais complicado do que ter um lixão quando se está em uma APA sem um plano de manejo definido. Ana Carolina Flores aproveitou a fala do Professor Humberto para abordar a questão do lixão, que, segundo ela, está na zona urbana. Ela explicou que esse sentimento de preocupação não era apenas dela, mas sim de todos. Ela ressaltou que era necessário que todos participassem, pois o IAC iria apresentar o que era a APA. Ela afirmou que o Professor Humberto estava ali com sua equipe para trazer respostas, para que pudessem elaborar um plano que refletisse a realidade da população e os respeitasse. Ela finalizou sua fala dizendo que eles precisam trabalhar e produzir para ter dignidade, mas que para isso, precisam de segurança jurídica. A Sra. Ana Carolina ressaltou que era preciso agir com agilidade, pois o tempo estava correndo. Ela afirmou que o plano precisava respeitar o assentado e o produtor, definindo "produtor" como todo aquele que produz, sem separar ninguém. Ela compartilhou que sua filha, em 2013, estudou no assentamento e expressou sua felicidade ao ver a escola nova. Ela disse que era necessário unir forças e defender o que era deles, e que o problema não era só do produtor, mas de toda a comunidade. Em seguida, ela perguntou se o comércio, as empresas e os matadouros poderiam funcionar ali dentro, e respondeu que o plano de manejo iria definir isso. Por fim, ela perguntou à plateia o que eles esperavam para Dois Irmãos, se ela crescesse ou desaparecesse. Todos responderam em coro: “Cresçam!”. Ela finalizou sua fala com a frase: “Vamos juntos!”. O Professor Humberto, do IAC, quis comentar sobre identidade e questionou aos presentes se um plano de manejo de São Paulo serviria para a região do Cantão. Os presentes responderam que não. O Professor Humberto afirmou que um plano de manejo de São Paulo não serviria para a região de Dois Irmãos, pois a realidade era outra. Por isso, eles estavam ali para ouvir a população. Ele fez uma comparação entre a ida ao médico e o diagnóstico, explicando que, às vezes, o remédio pode ser um pouco amargo, mas irá curar. Ele mencionou isso porque, quando o processo envolve várias pessoas e

atividades diferentes, é possível que eles não consigam agradar a todos. Ele usou a analogia do casamento, questionando se o marido e a mulher poderiam estar 100% certos o tempo todo. Ele concluiu sua fala afirmando que o papel dos técnicos era equilibrar os diferentes interesses: um perde um pouquinho aqui, outro ali. O nosso papel é fazer o máximo, Professor Humberto afirmou que percebe que a população tem um ranço de estar dentro da APA. E questionou: Quem tem? Muitas pessoas levantaram a mão. O Professor Humberto afirmou que tudo na vida tem parte boa e parte ruim, e que estar dentro da APA também tem os seus benefícios. Ele questionou se a plateia queria saber um desses benefícios. Ele explicou que, dentro do plano de manejo, as metas e ações podem incluir que as pessoas recebam orientações de técnicos de forma gratuita e que possam ter acesso a linhas de financiamento diferentes de quem está fora da APA. Ele concluiu dizendo que a população não estava ciente desses benefícios porque o plano de manejo ainda não havia sido aprovado. A Professora Elineide explicou, em Araguacema, que há uma mancha de evolução dentro do desmatamento. A população é guardiã de uma terra muito bonita. Portanto, tudo tem o seu lado bom e o seu lado ruim. Ele disse que é preciso produzir, mas que também é necessário preservar os recursos naturais, pois sem eles não seria possível produzir. Ele reforçou que o trabalho não terminava naquele dia, nem no dia seguinte, pois eles voltariam em novembro, depois em fevereiro, e o plano seria fechado em março. Por isso, ele afirmou que o momento de participar e contribuir era agora. A Professora Maria Carolina agradeceu a ADSTO, em nome do Arnardino, por estarem juntos nessa empreitada. Ela disse que eles começaram a falar sobre o plano de manejo no início do ano passado e agradeceu a Ana Carolina por ter ajudado a mobilizar e planejar a leitura comunitária, algo que, segundo ela, não era fácil. Ela mencionou que as meninas da equipe disseram que a região que mais os ajudou foi a de Dois Irmãos. Ela falou sobre o guia do participante e sobre o site do projeto. Ela explicou que o plano de manejo era algo grande e que eles já haviam realizado o diagnóstico técnico, feito por uma equipe especializada e avaliado pelo IAC. O objetivo agora era ouvir a população para saber se tudo o que eles tinham em mãos era válido, e as vezes o que a gente não tem, pois o diagnóstico técnico não passa por todos os lugares. Ela disse que às vezes a população tinha informações que eles ainda não tinham, e que, para que o zoneamento que será apresentado em novembro seja bom, eles precisam de conhecimento, e para isso, precisam ouvir a população. O plano será efetivamente apresentado em fevereiro. Com a aprovação do plano, a região da APA terá uma característica legalizada, o que resolverá a questão da segurança jurídica que estava sendo

discutida. A Professora Maria Carolina reforçou que, com o plano, pode haver possibilidade de financiamentos muito melhores para quem está na APA e a possibilidade de um selo sustentável. Ela enfatizou a importância da participação da população nesse processo. A Professora Sarah cumprimentou a todos e disse que achou muito legal a fala de Rosimeire, que afirmou: "hoje estamos aqui, amanhã estamos na cidade." Ela disse que passar a noite pensando faz com que eles pensem em coisas diferentes, e que, por isso, o dia seguinte seria uma ótima oportunidade. Ela mencionou o grupo de informes. Ela destacou a fala de Ana Carolina sobre identidade, e reiterou que não era possível pegar um plano de manejo de outro lugar e trazê-lo para a região. Ela comparou os mapas a exames que a equipe já havia feito e disse que agora eles precisavam ouvir a população para saber como aqueles números impactavam em suas vidas e como as pessoas estavam percebendo aquelas informações. Ela concluiu sua fala convidando todos a se sentirem à vontade para se expressar, e enfatizou que gostaria de ouvir principalmente quem morava ali, frisando, porém, para todos ficarem a vontade. A Professora Sarah afirmou que sabia que os assentamentos e municípios não eram iguais. Ela mostrou a todos um mapa da região onde se encontravam: o quadrado número 3, que representava o Assentamento Salomira. Ela falou sobre o conceito de APA, o Código Florestal e o Parque Estadual do Cantão, e fez uma comparação entre os três. Ela também abordou a questão dos solos e da vegetação, e perguntou quais lugares mereciam ter mais conservação. Ela explicou que a APA também era diferente em todo o seu território, por conta dos zoneamentos, e, por fim, perguntou se alguém ali não sabia quais eram os 9 municípios que compunham a APA. Uma pessoa se manifestou, e Professora Sarah apresentou os 9 municípios. Ana Carolina Flores pediu para fazer uma contribuição para a fala de Sarah, e pediu para que o IAC pensasse em uma forma de se expressar melhor. Ela explicou que o Código Florestal não era a restrição mínima, mas sim a lei superior, a Constituição Ambiental. Ela usou a analogia de uma pirâmide, explicando que qualquer lei que for criada precisa obedecer ao Código Florestal, que é o máximo para o Brasil. O Código Florestal é a lei superior, ele é o máximo para o nosso Brasil. Mencionou que essa era uma contribuição para que eles tivessem o entendimento de que não estavam fora da "régua", pois o Tocantins segue o Código Florestal. Ela afirmou que a APA tem que obedecer ao mínimo que está no código de maneira sustentável e que a parte sustentável significa preservar a dignidade das pessoas. Sarah reassumiu a sua fala, explicando que a APA havia sido criada por uma lei estadual. Ela afirmou que eles estavam ali discutindo o plano de manejo porque uma lei maior havia criado a APA, e que o plano de manejo era menor que

a lei estadual. Ela ressaltou que, com a criação do plano, eles poderiam pensar, organizar e ter propostas, metas e financiamentos. Ao final, ela disse que chamaria a próxima pessoa para fazer a sua fala. Natanael Morais expressou sua curiosidade e pediu para voltar ao começo, pois ele sabia que havia muita gente em várias etapas do processo. Ele relatou que tinha uma fazenda praticamente inativa e queria saber como ele poderia organizar a documentação para tornar a propriedade produtiva para o agronegócio e a pecuária. Sarah disse que ia ver se havia entendido a pergunta de Natanael e, infelizmente, não havia ninguém do Naturatins presente para responder dessa parte da gestão. Ela o lembrou das etapas do processo, afirmando que em novembro haveria a segunda rodada do zoneamento e em fevereiro o plano de manejo. Ela afirmou que a dúvida dele seria mais bem sanada em fevereiro, pois eles já teriam as metas, os planos e os programas, mas que ela não poderia dizer como seria o zoneamento naquele momento, pois ele ainda não existia. Ela concluiu dizendo que o maior problema não era estar em uma APA, mas sim estar em uma APA sem um plano de manejo. Ela afirmou esperar e acreditar que, ao término do presente trabalho, eles terão um plano muito mais seguro. Ela finalizou dizendo que havia provavelmente mais de cem pessoas na plateia. Uma pessoa ao lado, sem se identificar, disse que a pergunta de Natanael era a dúvida de muita gente, e que hoje tudo estava paralisado. Ela afirmou que eles estavam ali para "votar", e que lá no final os conselheiros e a ADSTO aprovariam, mas que o plano de manejo não seria o que o IAC quisesse. Ivanete Riberito, do Assentamento de Salomira, afirmou que eles têm 10 alqueires cada um, e que 3,5 alqueires eram de reserva. Ela disse que queria saber o que eles poderiam fazer nesses 6,5 alqueires restantes. Sarah afirmou que eles ainda não sabiam, mas que em fevereiro saberiam, com a apresentação do plano. Ela recordou o que lhe disseram em Santa Clara: naquela etapa, eles precisam fazer o diagnóstico, que é um olhar para a realidade. Ela usou uma analogia para explicar a situação, comparando o processo a uma pessoa que vai a uma costureira para fazer uma roupa sob medida. Ela disse que, para fazer a roupa na medida certa, a costureira precisava saber o que estava difícil para a pessoa e o quanto ela precisava. Ressaltando a importância de a população falar. Ela concluiu afirmando que eles entendiam que o plano precisava de equilíbrio. Ivanete Ribeiro, do Assentamento Salomira, perguntou se eles só poderiam trabalhar depois que o plano de manejo existisse. Ela ressaltou que, dos 10 alqueires que cada um tinha, 6,5 eram para trabalhar e 3,5 para reserva. Ela disse que a sua pergunta era se, antes do plano de manejo, eles não poderiam fazer nada, pois ela tinha gado. A Professora Maria Carolina explicou que o assentamento de Ivanete estava na Zona de

Desenvolvimento Econômico (ZDE), e não na Zona de Conservação (ZC). Ela disse que a ZC provavelmente barraria atividades como pastagem e plantio, mas que a área de Ivanete era uma ZDE. Ela disse que estava explicando isso porque não havia ninguém do Naturatins presente, e que eles seriam os mais indicados para dar uma resposta mais precisa. Ela afirmou que se Ivanete pedisse uma licença ao Naturatins, eles teriam que analisar o pedido, o que era diferente do caso de Onalício, que estava na ZC e não conseguia tirar licença para nada. Eude respondeu que só licenciamentos de atividades para abertura de novas áreas estava suspenso. A Professora Maria Carolina fez um adendo à fala de Eude, explicando que, embora não pudessem abrir novas áreas, podiam utilizar as que já estavam abertas. Ela disse que se ela tivesse 4 alqueires abertos, e pudesse trabalhar em 6,5, ele não deveria se preocupar com os 4 que já tinha até que o plano de manejo fosse aprovado. Ana Carolina Flores usou o exemplo da costureira que a professora Sarah havia mencionado. Ela perguntou à plateia o que eles produzem na região (citando pecuária de leite, pecuária, mandioca). Ela disse que a equipe do IAC precisa coletar essas informações para saber o potencial produtivo do assentamento, ou seja, o que eles produziam ou o que queriam produzir. Ela afirmou que a parte de licenças será com o Naturatins. Ela pediu a Ivanete para voltar e falar como queria produzir, pois, a partir disso, a equipe do IAC, ao analisar o mapa do assentamento Salomira, poderia entender a realidade deles. Ela finalizou mencionando que o assentamento também tinha pessoas que produziam aves e que entregavam na cidade, o que gerava renda e sustento para as famílias. Ivanete, por sua vez, mencionou que havia pessoas que produziam farinha, que plantavam mandioca, que trabalhavam com leite e peixe. Ela afirmou que eles tinham muitas coisas, mas que estavam todos perdidos e com medo, assim como todos os outros. Ela finalizou dizendo que as dificuldades eram grandes, principalmente em relação à água. Eu, particularmente, não tenho água. No final deste mês, eu agradeço ao prefeito, foi ele quem me ajudou. Quando tem, a água vem da represa. O prefeito manda um trator com os comboios, e é ele quem socorre, senão a produção seria perdida. No período de chuva, é tranquilo. Na maioria das vezes, se usa uma bomba. Eu tenho uma represa, mas não resolve nada, pois vaza por baixo. Professora Maria Carolina questionou: então o que você precisa? seria apoio de assistente técnico para melhorar a sua represa? Ivanete, por sua vez, respondeu que sim e mencionou a possibilidade de um poço artesiano. Ela relatou que, em uma época, a prefeitura havia fornecido uma máquina para fazer poços para as pessoas, mas que ela foi prejudicada, pois o responsável pela perfuração não sabia como fazer o serviço e tentou por três vezes sem

sucesso. Ivanete destacou que o problema não era apenas dela, mas de muitos outros. Ela mencionou também Ana Lúcia, a quem ela admirava, e que vivia sozinha. Professora Maria Carolina perguntou a dificuldade novamente. Ana Lúcia afirmou que produz farinha, através de uma produção manual (tachos puxando com rodinho de madeira), e ela disse que a dificuldade dela seria sanada se tivesse uma casa de farinha com uma produção menos manual. Ela vende hoje a produção em saquinho toda no assentamento, mas se ela tivesse uma casa de farinha conseguiria fazer uma produção maior. Professora Maria Carolina perguntou se tinha mais gente que fazia farinha no assentamento e perguntou se uma cooperativa para essa parte da farinha seria uma solução viável. E as pessoas responderam que sim para ambas as perguntas. Ivanete questionou se não teria como eles ficarem fora da APA. A Professora Maria Carolina afirmou que a APA estava ali por um motivo, pois ela tem nascentes, fauna, flora e é um ecótono, ou seja, um ponto de encontro de biomas. Ela disse que a população precisa entender que eles estão em uma zona muito rica e que o sofrimento se deve à ausência de um plano de manejo. Ela ressaltou que, quando se está em uma APA, deve-se dizer: "É uma bênção estar dentro de uma APA." Ela explicou que o problema já existe há 27 anos e que a solução não era fazer um recorte, mas sim regularizar a situação para que todos pudessem ter o seu sustento. Lucia Vania Carvalho dos Santos mencionou que a lei da APA foi criada em 1997, e o Assentamento PA Salomira foi criado em 2007. Ela questionou se cabia a eles recorrerem, pois teria havido um equívoco, e perguntou se o assentamento já não deveria estar fora da APA. Ela explicou que o PA foi criado para amparar pessoas que precisavam de um lugar para ter sua sustentabilidade, mas que agora eles se deparavam com uma situação em que seriam bloqueados. Ela concluiu dizendo que se sente insegura. Ela deu um exemplo de como a situação os bloqueava, mencionando que, no futuro, queria colocar a filha na faculdade. Ela relatou a sua falta de água e disse que seu projeto era a criação de peixe, mas que havia parado a atividade por falta de água. Voltando à produção de farinha, ela afirmou que havia mulheres interessadas, mas que precisavam se sentir seguras para dar continuidade aos projetos. Professora Maria Carolina concordou que se o INCRA assentou o pessoal de Salomira em 2007, 10 anos depois da criação da APA, eles erraram. 3 presentes, que não estavam na inscrição para fala, comentaram algo que não deu para identificar. A Professora Maria Carolinha respondeu que, independentemente de a APA ter aumentado ou diminuído, ou de o plano não estar em vigor, o Naturatins já o utilizava, mesmo sem gerenciamento ou zoneamento. Ela disse que o Incra, antes de assentar as pessoas, não conversou com o governo, e que isso aconteceu em mais

de 40 casos. A Professora Maria Carolina afirmou que eles tentariam resolver o problema a partir do dia 31 de março de 2025, pois se eles ficassem tentando mudar algo que não era de responsabilidade deles, não conseguiriam resolver a situação. Ela ressaltou que, enquanto universidade, ela não legislava e que, portanto, eles só podiam mudar o futuro, e não o passado. Ela concluiu dizendo que eles estavam empenhados naquele trabalho desde o dia 31 de março de 2025 e que só conseguiriam lamentar os erros que aconteceram antes disso. Sarah relembrou os presentes que o diagnóstico serve para olhar a realidade, e que eles entendem a situação. Ela disse que a APA Ilha do Bananal/Cantão tem cidades e quase 3 mil famílias assentadas, e que essa diversidade de pessoas que vivem ali é um valor. Ela explicou que a APA é especial de acordo com o roteiro metodológico, e uma das razões para isso é a quantidade de pessoas que vivem na zona rural. Ela explicou que o mapa mostra a população rural por município. Em seguida, ela questionou quais recursos seriam mais importantes para que a APA desse certo, e respondeu que a sustentabilidade era o mais importante, pois eles estavam ali olhando para todas as pessoas presentes. Ela disse que era por isso que a equipe estava ali, e pediu para que todos confiassem no processo para que pudessem ouvir mais. José Carlos disse que a discussão era importante. Ele afirmou que a população estava em uma área que provavelmente continuaria na Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE), e que, quando o plano fosse definido, ao se dirigir ao órgão, provavelmente conseguiriam o licenciamento e poderiam realizar suas atividades ali. Ele expressou sua maior preocupação, que era a de que o plano de manejo havia sido feito "nas coxas". Ele citou um pequeno exemplo: a Zona de Conservação. Ele continuou descrevendo uma região imensa: a estrada que vai para Abreulândia, do rio Lajeado à direita, até Curralinho, de Curralinho até o Piranha, e depois até a ponte de Araguacema. Ele afirmou que essa região tinha várias propriedades com áreas consolidadas, mas que elas estão em uma zona de conservação, pois o plano havia sido mal-feito. Ele explicou que, se uma propriedade inteira for colocada dentro de uma zona de conservação, ela se tornará igual a um parque, o que é inviável para qualquer produtor rural. Ele afirmou que ter limitações era aceitável, mas que era um absurdo colocar uma propriedade rural inteira dentro de uma zona de conservação, pois eles já tinham o Parque do Cantão. Ele disse que, infelizmente, não houve uma discussão com a população local durante a criação da APA. Ele relatou que pegam a área de ZC, dizem que é uma ZC, mas que ela tem licença ambiental emitida pelo Naturatins. Ele concluiu dizendo que esperava que os técnicos fossem bem criteriosos e que conseguissem o máximo de amostragem possível para que os mesmos erros não fossem

cometidos. Ele finalizou sua fala agradecendo a todos. Arnardino chamou as pessoas que estavam atrás para participar também. Ele disse que queria voltar ao assunto e que o IAC foi indicado por meio de uma audiência pelo Dr. Juiz Wellington para fazer o acompanhamento e a "leitura" do local, para entender o que a população considerava o melhor. Ele afirmou que o IAC não estava ali para defender o plano de manejo antigo, nem o novo, mas sim para construir um novo, pois o anterior foi criado em 1997 e já havia "caducado". Ele concluiu que eles precisavam de um novo plano que respeitasse o desenvolvimento, as pessoas e o meio ambiente. Arnardino afirmou que o IAC é parceiro, com ótimos profissionais, e que eles estão buscando o equilíbrio para construir um plano de manejo de acordo com a região, em respeito às leis locais, principalmente o Código Florestal. Ele se referiu à fala de uma pessoa que havia dito que tinha 10 alqueires e podia produzir em 6,5. Ele explicou que, após a retirada de áreas de córrego e outras, sobrariam cerca de 5 alqueires. Ele questionou: “se tirar mais 2,5, o que a senhora vai fazer?”. Ele ressaltou que a discussão era sobre o que poderia ser feito naquela área, respeitando a água. Ele respondeu à pergunta feita anteriormente, dizendo que sem o plano de manejo não se podia fazer nada, mas com o plano de manejo, poderá se fazer tudo. Ele afirmou que, se alguém quiser agir de forma diferente do Código Florestal, eles têm uma equipe jurídica para isso e vão lutar. Ele ressaltou que é claro que algumas áreas precisam de um cuidado especial para não depredar a maior riqueza, que é o meio ambiente. Ele explicou que o próprio plano de manejo é de uso sustentável, e não restritivo, e que o que é restritivo é o parque. Ele concluiu dizendo que a APA é para uso sustentável, onde se trabalha e usa a propriedade, mas com responsabilidade. Ele disse que a região é como outras no Estado, reconheceu a existência de algumas contribuições maiores, e o fato da população ter que respeitar ainda mais a natureza. Ele afirmou que, quando a população estivesse dentro da APA, eles teriam o selo verde de produção. Ele disse que a primeira prioridade que buscam é legalizar a área de uso, e que isso será determinado pelo novo zoneamento que eles iriam fazer. Arnardino afirmou que eles estão trabalhando nisso com total respeito. Ele disse que, independentemente do tamanho do produtor, a situação deve ser avaliada, e que, quando isso acontecer, trará a segurança jurídica para todos. Ele questionou o que cada um podia fazer e respondeu que a melhor opção era o que a aptidão da pessoa trouxesse de melhor. Ele mencionou que conversou com o professor Humberto e que Sarah estava ali perguntando o que a população queria produzir. Ele sugeriu um estudo que precisa ser adequado. Ele perguntou quantos dos presentes tinham um poço artesiano na região, e oito

poços em um grupo de 50 manifestaram positivamente. Ele ressaltou que, embora não há água em curso na época da seca, o que, de acordo com ele, é comum no Tocantins, a diferença está em estudar a realidade para entender que eles precisam respeitar a riqueza da natureza. Ele considerou a existência dos poços um ponto positivo, pois lhes dará a condição de produzir. Ele contou que, em sua fazenda, ele tem cinco poços artesianos, que perfurou sem conhecimento. Por isso, ele afirmou que, com instrumentos, eles precisam enriquecer o plano de manejo para que essas informações sejam incluídas. Arnardino, dirigindo-se a Ivanete, disse com absoluta certeza que ela deveria desistir da vaca e que precisava descobrir uma atividade que fosse compatível com a geração de renda que ela necessitava. Ele afirmou que seria muito benéfico trazer atividades como a horticultura e a fruticultura para a região. Ele disse que o primeiro passo é determinar a área necessária para que ela pudesse ser produtiva. Ele continuou dizendo que o segundo ponto é o que produzir. Ele afirmou que, no assentamento, a produção não deveria ser de vacas, mas sim de frutas e verduras. Ele explicou que essa era a direção que precisavam seguir, pois, enquanto ele conseguia produzir R$ 25 mil por hectare por ano com a soja, ele conseguia R$ 1 milhão por hectare se plantasse uma planta medicinal. Ele disse que o custo de manutenção para criar vacas é muito alto, e que uma propriedade com 40 vacas daria um lucro de apenas R$ 200 por ano, o que não é lucro. Ele aconselhou a esquecerem essa ideia, pois não havia cooperativa para vender o leite, e que, embora todos soubessem que houve várias empresas de laticínios, essa não era mais a realidade. Arnardino prosseguiu afirmando que a aptidão de todos precisa da ajuda dos técnicos para que eles pudessem ter algo sustentável. Ele definiu "coisa sustentável" como aquilo que coloca comida na mesa, compra roupa para festas e carros. Ele disse que as escolhas são o que determinam o futuro de todos e que, independentemente da escolha, a vida continua. Ele perguntou aos presentes (sem esperar uma resposta) quantos gostariam de produzir banana, pequenos animais ou formar parcerias para criar ovinos e suínos. Ele prosseguiu dizendo que a região tem o potencial de se tornar muito rica nos próximos anos. Comentou que seu vizinho irá construir uma indústria de etanol em Miranorte, o que irá melhorar o plantio de milho. Ele explicou que a indústria traz subprodutos do etanol, como o DDG, que ajuda na alimentação dos animais. Ele afirmou que, quando a legalidade da parte física das terras for resolvida, eles precisam parar de pensar na divisão entre ricos e pequenos produtores. Ele contou que consume os produtos do pequeno produtor na feira, e que se eles não estiverem lá, ele ficará sem, pois não tem condições de produzir. Ele concluiu dizendo que cada um trabalha no seu nicho, e que o que

a população precisa mostrar aos técnicos o que querem produzir. Dalvino Rosa disse que não sabe ler e nem escrever, e que gostaria de saber por que o assentaram ali, sabendo que era um erro. Ele afirmou que são 118 famílias naquele PA, e que hoje precisam ir ao banco para conseguir recursos, e não conseguem. Ele pediu para que a equipe leve a mensagem de que eles estão sofrendo não porque querem. Ele ressaltou que "paciência não enche barriga" e que queria que eles levassem a mensagem para que a equipe prestasse atenção para que a população pudesse ter dignidade. Ele disse que o Incra os colocou ali, e que eles só pagavam imposto, mas que nunca saía nada. Ele pediu que eles olhassem para a situação para valorizar a população, pois todos ali eram sofredores. Ele finalizou dizendo que gostaria que levassem a mensagem para a "mesa do governo", e não para uma mesa de escritório. Sarah afirmou ao Dalvino que isso seria levado. Cláudio disse que queria falar sobre a cadeia do leite. Ele contou que, em 2010, eles começaram com 16 pessoas e chegaram a 26, mas com o tempo, faltaram recursos, conhecimento, incentivo e apoio. Ele afirmou que, no momento, o grupo era de apenas 6 pessoas. Ele relatou que não conseguem financiamento e que estavam ali para saber o que os impedia de obtê-lo. Ele mencionou outras atividades, como a produção de mandioca e ovos. Ele disse que, em sua área, ele tem um poço de 45 metros de profundidade, mas que não pode utilizá-lo. Ele finalizou dizendo que eles têm dificuldade com a pastagem e que precisam de maquinário para poderem atender às suas necessidades. Ângela, produtora e professora, ressaltou a dificuldade que as pessoas têm de lidar com a papelada dentro da APA. Ela concordou com a fala de um dos presentes, afirmando que "paciência não enche barriga e não paga imposto". Ela disse que uma terra parada na APA, mesmo que estiver em um estado de conservação muito bonito, está gerando impostos altíssimos. Ela relatou que boa parte de sua família foi para a cidade, e que ela estava retornando porque a situação estava gerando custos. Ela afirmou que a geração passada perdeu a vida tentando produzir e não conseguiu desenvolver uma terra produtiva e riquíssima. Ela concluiu que as propriedades nessas áreas estão inadimplentes com o governo. Ela continuou dizendo que todos os anos há impostos altíssimos. Ela afirmou que, naquele ano, em seu município, várias pessoas foram notificadas. Ela disse que, ao procurar o Naturatins, eles informaram que não estavam expedindo nenhuma licença. Ela questionou como as pessoas iriam trabalhar e disse que quem estava trabalhando ainda conseguia plantar alguma coisa ou criar gado, mas que a carga tributária era alta e que eles tinham que pagá-la para não ficarem com o nome sujo. Ela continuou dizendo que muita gente tem dificuldade em arcar com a carga tributária, e que a sua fazenda atualmente sobrevive de

outras rendas, e não da própria fazenda. Ela afirmou que a situação a fazia sentir que "tudo o que se vai fazer está totalmente errado." Ela contou que, há dois anos, iniciou um curso de gestão de agronegócio para tentar fazer o negócio girar, e se colocou na situação do Sr. Dalvino, que fica isolado ali. Ela questionou como ele iria sustentar a sua família. Ela concluiu sua fala dizendo que todos ali precisam pagar contas. Ela pediu que a urgência em definir o plano de manejo fosse registrada na ata, e que, enquanto o plano não é definido, fossem fornecidos meios de subsistência, que é o principal. Ela finalizou seu discurso com a frase: "porque se vai um ano, precisamos viver." Dilma Carneiro compartilhou o que ela entendeu sobre a APA, e pontuou que eles tinham pouca informação e que estavam "correndo sem ver o bicho". Ela expressou sua crença de que a APA os ajudaria, e que o estudo estava sendo feito com eles para estabilizá-los e levá-los para a frente. Ela disse que, como produtores de leite, eles precisavam de ajuda para melhorar. Ela agradeceu a todos e disse que não deveriam se apavorar por enquanto, pois acreditava que não seriam prejudicados. Ela disse que muitas pessoas tinham medo da APA antes do assunto ser esclarecido e pediu a Deus para que todos saíssem mais esclarecidos. Ela afirmou que eles dariam um jeito de trabalhar nos 6,5 alqueires e comentou o Sr. Dalvino que acredita que vão encontrar uma luz no fim do túnel. Ela agradeceu novamente e pediu que o estudo desse certo e prosperasse para todos, tanto para os grandes quanto para os pequenos. Cleomar Ferreira disse que chegou em 2008, com seu filho caçula ainda engatinhando. Ele afirmou que não consegue manter o filho no assentamento porque a sua renda não é suficiente. Ele relatou que sua segunda e sua primeira filha estão em Palmas, e que ele se via obrigado a ir para Palmas ou outro lugar. Citou que mais da metade das pessoas já havia ido embora por conta da dificuldade, financiamento e dívidas. Ele disse que foi um dos que entrou no negócio do leite e que lhe disseram que haveria ajuda, mas que hoje ele só tem uma vaca em casa porque ela não aguentou o clima. Cleomar continuou afirmando que metade das pessoas que pegaram projetos como o deles estavam inadimplentes, pois não tinham renda. Ele disse que, quando seu documento foi emitido, já vinha com cinco ou seis anos de pagamento em processo, e que ele já estava pagando sem saber. Ele questionou como alguém pode pagar uma conta que não sabe que tem. Ele lamentou que até fevereiro ainda faltavam seis ou sete meses e disse que eles precisavam de ajuda. Ele relatou que trabalhava como motorista, mas parou sua profissão quando lhe disseram para ir para lá, e que ele não sabia o que iria enfrentar. Ele citou que as máquinas que iam para lá não conseguiam perfurar o solo. Ele disse que o que resolve o problema é falar a verdade, e que ele não era

teimoso. Ele afirmou que a equipe precisava trazer uma solução, e que a população estava cansada de ouvir, e que "no papel tudo se resolve". Ele lamentou que as pessoas falavam que "ano que vem melhora", mas que ele já estava ali há muitos anos e já estava cansado. Ele disse que, se estava em um lugar onde não conseguia sustentar sua esposa e filhos, e se foram eles que os colocaram ali, eles deveriam apresentar uma solução. Ele relatou que seu filho estava em Dois Irmãos pagando aluguel, e que ele já estava há 17 anos no assentamento. Ele finalizou dizendo que se soubessem que teriam a oportunidade de apresentar seus problemas, eles teriam sentado, conversado e trazido mais informações. Sarah, por sua vez, abordou as últimas três falas, focando no aspecto financeiro. Ela afirmou que, com o plano, no final, com seus projetos e programas, eles estavam trabalhando para que, ao término de tudo, pudessem conseguir a segurança financeira para a população. Mencionou que A Ângela e o Cleomar falaram uma coisa interessante: rever a tributação em área de preservação pode ser uma proposta. Citou que a Ivanete falou a questão do poço. Sarah disse que concordava com Cleomar e que reconhecia que a situação era muito difícil, pois o país impunha muitos problemas e burocracia. Ela afirmou que, como equipe, eles estavam tentando entender o que poderiam fazer da melhor forma possível. Ela explicou que, dentro da metodologia, as oficinas eram obrigatórias e que a parte participativa era importante, algo que os outros planos não tiveram. Ela finalizou ressaltando que a aprovação do plano de manejo é responsabilidade do conselho gestor da APA, e que depois eles precisariam ficar de olho na implementação. Dione afirmou que o que estava sendo discutido era o direito à propriedade. Ele disse que estava conversando sobre isso com uma das professoras, que o posicionou bem, dizendo que o que ficou para trás, ficou, e que era preciso olhar para a frente. Ele ressaltou que juntos eles precisavam buscar entender a situação de cada um e de cada imóvel. Ele explicou que o IAC não iria apenas estudar e impor algo, e que a população precisava participar, dar a sua voz e dizer: "Olha, estou aqui, a situação é insustentável, por causa disso e disso." Dione continuou afirmando que, em comparação a nove anos atrás, a melhoria de vida na região era visível. Ele disse que, se o vizinho não havia comparecido, era preciso ir até ele e dizer que ele precisava participar. Ele ressaltou que via dois problemas principais: o primeiro era o de saber qual era o seu direito, e o segundo, o de saber quais eram os seus deveres. Ele afirmou que a falta de participação iria penalizá-los de alguma forma, e que era preciso expor o que eles queriam produzir. Citou a escola onde estavam como um exemplo disso. Ele seguiu ressaltando que era isso que eles tinham que buscar: o direito de trabalhar e produzir, seja o produtor

pequeno ou grande, pois os problemas eram proporcionais. Ele pontuou que quem tem pouco, perde pouco, e quem tem muito, perde muito. Ele afirmou que todos eram iguais como produtores rurais. Ele explicou aos assentados que, no dia em que recebessem o título da terra, receberiam também a dívida, mostrando que todos eram iguais. Ele pediu que se unissem, mencionando que o prefeito estava com eles. Ele finalizou dizendo que, se quisessem desenvolver suas vidas e suas terras, eles precisavam participar. Ele citou Ana Carolina, que representa a ADSTO, e disse que a população deveria procurar a associação e se filiar, pois eles precisavam de força. Ele afirmou que eles estavam ali porque um fardo os estava impedindo de ter o que sempre tiveram e que, mesmo assim, eles estavam no caminho. Ele disse que a região é altamente produtiva e chuvosa, ressaltando que, embora estivesse faltando muita água naquele momento, na chuva, a água brotava nas estradas. Dione disse que ninguém fica tranquilo quando está buscando um objetivo. Ele afirmou que eles estavam em busca da sustentabilidade, que ele definiu como algo que dura por muitos anos. Ele pediu que eles não pensassem que a situação era apenas uma fase que seria resolvida rapidamente, e que todos ficariam bem logo em seguida, pois não existe estabilidade para quem tem um objetivo de vida. Ele finalizou sua fala pedindo que os presentes animassem quem não havia comparecido. Sarah disse que eles estavam falando sobre o plano de manejo, e que a palavra "manejo" não era comum. Ela afirmou que Dione deu um exemplo muito bom sobre a água, e que o plano de manejo lidaria com essa questão para os animais, as pessoas e a vegetação. O Vereador Thiago disse que a situação da APA precisava ser reavaliada. Ele afirmou que, em 2016, várias licenças foram liberadas, o que gerava uma situação de instabilidade. Ele considerou a situação muito errada, pois o governo havia dado a terra à população. Ele mencionou uma propriedade de '81 que teve muito gado, mas que não prosperou. Ele disse que, hoje, os donos daquela terra não podiam sequer "tirar um pau" dela. Ele deu o exemplo de uma terra que foi avaliada em R$ 17 milhões, mas o banco não liberou o financiamento porque ela estava dentro da APA. O Vereador Thiago continuou afirmando que o estudo da equipe precisava ter responsabilidade para não penalizar as pessoas. Ele disse que a região era uma das mais ricas do Tocantins, com chuvas de 800 a 2.000 mm. Ele ressaltou que ser considerada uma "área vermelha" atrasou muito o desenvolvimento do local e que, embora vários investidores fossem a Dois Irmãos, a situação os "freava". Ana Carolina pediu que a sociedade aplaudisse o IAC. Ela disse que eles estavam construindo o que a população desejava, o plano de manejo, e convidou o prefeito, a vice-prefeito, e Arnardino para se juntarem a ela. Ela agradeceu a

Deus por tê-los permitido estar ali, e disse que era muito importante dar voz a todos para que pudessem expressar suas angústias. Ela afirmou que é isso que eles precisam para que o plano saia da forma que necessitam. Ela agradeceu ao prefeito e à Mell, que, segundo ela, têm sido muito importantes nesse processo. Ela fez uma homenagem a João Carlos, que participou fortemente, e disse que Mell assumiu o projeto e o tem honrado com muita dedicação. Ela finalizou sua fala pedindo ao IAC que eles realmente olhassem para as pessoas, pois era preciso cuidar delas. Ela disse que todos foram criados e educados para respeitar o que é estabelecido por norma, e que todos ali já sabiam o que precisava ser preservado. Ela ressaltou que a falta de água no Tocantins durante o período da seca era um problema de todos. Por fim, afirmou que, entre a vida de um animal e a de um ser humano, a vida do ser humano era mais importante. Ressaltou que a população precisa de respeito, dignidade e segurança jurídica. Ela agradeceu a todos que compareceram e falaram, e informou que, para aqueles que não puderam se manifestar, Rosimeire estava se comprometendo a ouvir suas demandas. Ela disse que Rosimeire iria repassar as necessidades da população e que eles teriam outras oficinas. Prefeito Geciran agradeceu todos presentes, afirmando que sabe das demandas. Pontuou que o município é extenso, e que a a falta de água é um problema. Afirmou que tem mais de 100 poços furados, e que já estão com outra empresa contratada para tal finalidade. Mell agradeceu os presentes e finalizou os convidando para a oficina do dia seguinte na cidade.

3.6. Dois Irmãos do Tocantins

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 06.08.2025
Início: 09:00h
Fim: 12:00h
Local: Feira Municipal - Dois Irmãos do Tocantins

Histórico

Em 06 de agosto de 2025, foi realizada a Oficina de revisão do plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão no município de Dois Irmãos do Tocantins. Cerimonial Rodrigo deu abertura, agradecendo a todos presentes. A mesa foi composta por: Geciran Saraiva (Prefeito), Mell Botelho (vice-prefeita), Victor Moreto (representante do Naturatins), Gustavo (vereador e presidente da Câmara), Arnardino Gabriel (presidente da ADSTO), Marcelo (gerente executivo da Frísia), Manoel (presidente da comunidade quilombola), Francisco Chicão (Presidente do sindicato rural de dois irmãos), Cirlene e Professor Humberto (Presidente do IAC/UFT). Houve a execução do hino nacional, e em seguida, Jadson (secretário municipal), foi convidado para fazer uma oração. Na sequência chegou o presidente do Naturatins Cledson da Rocha Lima e o deputado Moisemar Marinho que foram convidados para compor a mesa. Rodrigo destacou a importância de não perder tempo e em seguida convidou o prefeito de Dois Irmãos do Tocantins para fazer o uso da palavra. O prefeito Geciran agradeceu, cumprimentou os presentes e afirmou “unidos que vamos vencer”. Ressaltou que aquele dia é de muita importância para o município, e pediu para que aconteça da melhor forma possível. Agradeceu ao deputado por estar presente e poder levar ao governador as necessidades da comunidade. Em seguida agradeceu a cada um da mesa. E destacou que a prefeitura não tem a condição que a ADSTO tem, também ressaltou a importância da presença da Frísia, visto que as pessoas confiam na cooperativa e sabem que ela faz estudos. Ressaltou que fica preocupado porque, de acordo com ele, as pessoas de outros municípios talvez ainda não tenham entendido a importância desse momento, mas

afirmou que a população de Dois Irmãos do Tocantins entendeu. Agradeceu a população presente. Evidenciou sua grande preocupação com a APA, que foi criada, mas não regularizada. Explicou que os produtores estavam sendo punidos e a sociedade está aqui querendo uma resposta, querendo saber por que que não conseguimos tirar mais licença, ressaltando que estão de mãos atadas, citando também a dificuldade com direito a crédito. Querendo a regularização, pontuou. Completando em seguida: “Eu estava no PA Salomira, dei um exemplo de 10 terras de alqueires... temos menos da metade para usar, o resto é reserva...e ainda diz não, mas você não pode mais “tanto” porque está dentro da APA. E aí o que sobrou para nós? E os outros? aqueles que compraram propriedade grande... no início de 2021 o povo descobriu essa região, vamos construir... frísia chegando para cá, todo mundo comprando terras, propriedades, e foram surpreendidos”. O que queremos, de acordo com Geciran, é uma resposta ao que podemos fazer com nossas terras. Ressaltou que pedem socorro ao governo, afirmando que o município não pode ficar parado. Afirmou que precisamos ter segurança jurídica para que as pessoas possam acreditar na região, e que o preço que eles têm pagado é um preço muito alto. As pessoas não querem mais investir em nosso município, as pessoas perguntam e queremos uma resposta. Vocês vão ter o direito de falar, de questionar, de colocar a sua opinião, as suas ideias... Concluiu dizendo: “Juntos é que nós vamos avançar”. Mell Botelho agradeceu a presença. Ressaltou que a missão do IAC é muito grande, e destacou que muitas vidas “estão nas mãos de vocês”. Pediu a Deus que abençoe os estudos para que venha o melhor resultado. Cumprimentou todos da mesa, e comentou que é um momento ímpar para relatarem as dificuldades que as pessoas têm passado. Incentivou as pessoas a perguntarem e indagarem, ressaltando que é um momento especial porque agora Dois Irmãos do Tocantins tem voz. Disse que iria aproveitar o momento para já pontuar situações que a preocupam: como Dois Irmãos do Tocantins é quase o último município que está dentro da APA, ela pediu um olhar mais atento. Pontuou que tem muitas propriedades no município que estão inativas, e que não conseguem serem vendidas. Reafirmou que tem muitos produtores que estão limitados sem conseguir produzir porque estão em área de conservação, áreas que foram liberadas pelo Naturatins. Fez menção a sua mãe, bióloga, afirmando que sabemos do nosso compromisso com o meio ambiente, afirmando em seguida que o produtor rural é quem mais preserva. Frisou que sabem de suas responsabilidades, e que sim: temos que sustentar, mas também temos que produzir. Finalizou falando para a população perguntar por que o momento é agora. Cledson da Rocha Lima (presidente do Naturatins): cumprimentou, agradeceu. Parabenizou pela

organização, ressaltando que viu que a mobilização foi muito grande. Explicou que é um trabalho técnico e complexo, e muito esperado pela sociedade. Ressaltou que esse é um momento importante, e que a sociedade esperou por muito tempo. Cledson afirmou que assumiu o cargo em 16.01.2025, e quando teve reunião com o governador, ele disse que um dos pontos principais seria ver as APAS. Começando com a APA Ilha do Bananal/Cantão. Pontuou que já temos uma data de término: fevereiro de 2026. E continuou a sua fala afirmando que é um momento muito importante para que os presentes possam participar, e que é um processo participativo. Mais uma vez ressaltou a importância de a população dar a sua opinião, para que o plano fique o mais justo possível: aquele que junte preservação e produção de maneira equilibrada, afirmando que o plano não pode estar nos extremos. Completou dizendo que a ideia de que as zonas fiquem justas, e afirmou que hoje temos discrepância no plano de manejo, citando casos de zonas de conservação onde não faz sentido, zonas de desenvolvimento onde não faz sentido. Agradeceu os presentes, e pediu que compareçam nas próximas oficinas. O Deputado Moisemar Marinho comentou que era um momento ímpar para o Estado do Tocantins. Ressaltou que muitas vezes passa despercebido, pela falta de informações. Ele disse ser um tema tão importante para a economia do município e do Estado, afirmando que sabem que quando falamos em APA estamos falando de toda uma conjuntura que atinge principalmente o pequeno produtor. Pontuou que acredita que é importante rever essa situação. Comentou também que muitos pedem socorro na Assembleia. Cumprimentou o Governo do Estado, representado por Cledson, por dar andamento a centenas de processos que estavam engavetados. Marinho disse que teve uma conversa com o prefeito sobre o projeto 5, que impacta os produtores, e ressaltou que hoje é mais fácil ter acesso às informações. Ele desejou boa sorte com a oficina. Presidente da ADSTO, Arnardino Gabriel, assumiu a fala cumprimentando a todos pelo trabalho, pelo empenho, e citou ser uma pauta que decide a vida das pessoas. Ele fez questão de dar uma salva de palmas ao grupo de estudantes e professores, afirmando que o que estavam construindo era um legado para entregar nas mãos deles. Explicou que a ADSTO foi criada em 2021 para representar toda a sociedade do Vale do Araguaia (não importando a cor, tamanho e nem atividade que desempenha), e não só o produtor rural, visto que, o produtor rural sozinho, de acordo com ele, não é ninguém. Arnardino Gabriel agradeceu os quilombolas e sindicato dos trabalhadores, e em nome deles alertou a comunidade que a audiência tratava tanto da zona rural quanto da urbana, citando que o comércio e as famílias na APA estão estagnados. Questionou: como que se desenvolve em

um Estado que vive principalmente do PIB do agronegócio? Respondendo em seguida que é através da segurança jurídica para produzir. Ele afirmou que, nos últimos cinco anos, tem certeza de que o município tem perdido arrecadação, com comércios fechando e investidores indo embora ao descobrirem a situação da APA, ele deu o exemplo de uma empresa, que veio para ver a região, mas quando viram a situação da APA optaram por ir embora. Ressaltou que é uma oportunidade ímpar, e que por 27 anos esperam por isso. Ele disse que a culpa não é dos técnicos da Naturatins, mas sim do governo anterior que não deu a oportunidade de eles trabalharem, e agradeceu ao governo atual por isso. Humberto expressou a alegria da universidade em participar, e pontuou que estavam fazendo história. Refletiu que a população está há muitos anos esperando pelo plano de manejo. Ele afirmou que a equipe técnica trabalha para compatibilizar, pessoas, produção e ambiente. Citou a fala da vice-prefeita sobre a grande responsabilidade que a equipe, enquanto técnica, tinha. E afirmou: "junto com vocês, nesse processo participativo, não queremos que daqui 5 anos, 10 anos, depois que esse plano de manejo já estiver em execução, não queremos levar a responsabilidade de que a produção acabou, e nem que o ambiente foi prejudicado. Então é um equilíbrio que estamos buscando". Questionou os presentes: para vocês que estão aqui, quem acha que é bom estar dentro da APA? (mais pessoas levantaram a mão falando que era ruim). Humberto respondeu que o ruim de estar dentro da APA é quando você não tem segurança jurídica, é quando você não tem o plano de manejo. Ressaltou que o que estamos fazendo aqui é justamente construir um plano de manejo. E completou: o plano é montar uma estratégia, pensar certinho o que pode, o que não pode, essa etapa é muito importante: começamos nossas oficinas no domingo. Reafirmou que o processo é participativo, e ao prefeito, vice-prefeita e Ana Carolina pela mobilização, afirmando ser necessário nos juntarmos e deixarmos nossas diferenças de lado. Disse que o ponto chave é algo que atenda o que é comum. Nesse momento, para explicar de maneira mais didática, Humberto fez analogia da ida ao médico com a construção do plano de manejo, e afirmou que, assim como em um casamento, as pessoas teriam que ceder um pouco. Humberto comentou que estar na APA também tem seu lado positivo, como a possibilidade de acesso a técnicos especializados e recursos diferenciados. Apresentou uma imagem que mostrou que o desmatamento dentro da APA foi menor do que fora dela, dentro temos o encontro de dois biomas, temos animais que só se produzem aqui. E afirmou que quando vivemos em comunidade, vivemos com os animais aqui também. Ressaltou que cada um tem o seu papel dentro da cadeia, e que se não tiver equilibrado, algum gargalo vai ter. Ressaltou que a

palavra-chave é equilíbrio. Falou do professor Fernando, do formulário, que é importante que participe. Apresentou a equipe do IAC, falou dos questionários que estavam sendo aplicados pelo Professor Fernando, pontuando a importância de as pessoas participarem, e evidenciando que não estamos apontando erros e nem culpados, mas que precisamos entender e conhecer. E continuou, não conhecemos mais aqui que vocês. Apresentou a equipe. Afirmou que a equipe da universidade é imparcial. Destacou a importância da lista de presença, afirmando que achava que era o maior público que já haviam tido durante as oficinas. Ele perguntou se um plano de manejo de São Paulo funcionaria ali, e a plateia respondeu que não. E completou: o plano de manejo que não tem a participação de pessoas não serve. Professora Maria Carolina explicou que eles estavam construindo um plano para manejar a área dos 9 municípios. Ela falou que esse plano não é construído sozinho, mas que precisava da participação de todos. Ressaltou que o IAC é o facilitador de unir todas essas angústias, e afirmou que o IAC não faz isso sozinho, falou que precisa da colaboração das pessoas, do Naturatins e da ADSTO. Ela falou que isso está sendo possível, porque lá atrás teve uma audiência com o Dr. Wellington do CEJUSCAF. Ela falou da ata, que estão sendo ouvidos e registrado tudo. Professora Maria Carolina afirmou que após a assinatura do termo já foi feita muita coisa técnica, mas que isso não bastava. É necessário, de acordo com ela, ouvir das pessoas as dificuldades que elas têm, e ressaltou a importância de conhecer para depois zonear. Falou que após isso o plano fica pronto em fevereiro. Sarah assumiu a fala citando o guia do participante (impresso e digital), e reforçou a necessidade de ouvir a população, sobre como era viver ali e as dificuldades que enfrentavam, comparando o processo a uma "entrevista com o médico". Falou da lista de presença. Ressaltou a importância de participar, tirar as dúvidas, e orientou sobre como iria funcionar a inscrição para a fala. Sarah explicou o que é APA, o que é o parque (unidade de conservação de proteção integral). Falou sobre a definição de uso sustentável (APA), frisando que a quantidade, o jeito, o período e os detalhes do uso da APA são aqueles que o professor Humberto falou: tem que ser ajustável, específico. Destacou que a presente etapa se tratava da caracterização. Ela reforçou a ideia de que era necessário saber dos presentes como era viver ali, o que que é bom, o que é difícil, no que que precisam de ajuda dos órgãos. Dalvino (Salomira) assumiu a fala e afirmou que estão ali para defender seus direitos. E perguntou quantos vieram de sua comunidade. Ele chamou o presidente do Naturatins para conversar: “chega pra cá meu patrão faz favor, conversar olhando na cara do cidadão. Moro no PA Salomira há 19 anos só sofrimento, cheguei lá em 12.08.2007,

cheguei lá já existia essa APA e ninguém falou nada, fui assentado pelo próprio Incra. Só vem sofrimento e nós pagamos imposto...qual é o nosso direito de trabalhar? O governo nos assentou para a gente passar fome e passar necessidade... se o governo quer matar, manda matar na bala...o homem tem que trabalhar para honrar a sua família". Ele afirmou que o governo disse que eles iam ter sustento, mas que hoje ele não tem condição de dar sustento para sua família, precisou todo mundo sair de lá, e ele ficou largado. É erro do governo. Finalizou falando que quer que Cledson leve isso para a mesa do governo. E afirmou estar no mesmo barco. Cledson (Naturatins) afirmou que está no Governo desde 16.01.2025, e desde esse dia, sabe que a prioridade do governador é priorizar o plano de manejo dessa APA para que quem está lá na sua terra, não precise sair de lá, mas sim que consiga produzir lá. Citou que já tem um prazo para terminar (fevereiro de 2026), e que a ordem, de acordo com Cledson, é por um plano equilibrado, mas que existam condições de produzir na sua terra. Dalvino questionou: e a gente vai conseguir fazer um projeto para trabalhar? Cledson comentou da instrução normativa que permite o licenciamento na APA, até que se tenha o novo plano de manejo, e que isso já permitiria o acesso ao crédito. Cledson afirmou que pegaria o contato dele para o ajudar nessa situação, e o orientou para depois passar a solução para os amigos dele. Mell explicou para o Cledson que o Sr Dalvino tinha toda razão, mas afirmou que "esse presidente nosso é diferenciado" (fazendo referência ao Cledson), e afirmou que ele está com o olhar para o produtor rural. Manoel assumiu a fala comentando sobre a dificuldade de trabalhar com tantas autoridades regulando. Ele questionou: como é que vamos trabalhar para nos manter? Acha a situação crítica. Afirma ter família, e que fica triste vendo pessoas sendo punidas pelos órgãos (Ruraltins, Ibama) enquanto trabalham, e que não deveria ser desse jeito, sendo o certo conversar/entender. E afirmou que a comunidade Mangueiras só tinha recebido promessas desde 2009 (ano em que foi fundada), e que até agora estão lá com as mãos abanando. Concluiu dizendo que isso é difícil pra eles conseguirem avançar. E questionou: E aí vamos ficar sempre nessa? Marcos (Agrosil) disse ser produtor rural no município de Dois Irmãos. Explicou que comprou sua propriedade há 15 anos e não havia registro de que estava dentro da APA. Disse que conseguiu licenças de abertura para produzir soja, preservando. Disse que a sua propriedade dentro do código florestal, pode usar ela dentro de 35%. E Resumiu afirmando que a sua propriedade hoje tem 50% de área preservada, mas ressaltou que está produzindo com um grande problema. Ele disse que não consegue pegar financiamentos nos bancos para dar andamento, pontuando que pega em nome próprio, mas pela fazenda não consegue. Ele disse que suas

Los estão vencidas, e não tem como resolver. Comentou que de Curralinho até o Lajeado (asfalto de Dois irmãos até o rio Piranha) está dentro de uma UC (área de proteção integral). O presente município, de acordo com ele, tem 3 tipos de zoneamento. Perguntou se mais pessoas da região estavam presentes, as pessoas levantaram a mão. Ele pediu ao IAC que olhasse, e os colocasse na zona intermediária. Eude César reforçou a fala de Marcos, pedindo ao IAC para manter também a segurança jurídica de quem comprou a propriedade, afirmando que a maioria dos produtores fez estudos antes de comprar suas terras e que o IAC deve ter o cuidado de "não modificar para pior", para não causar insegurança jurídica para esses casos. Ele disse que na sua região e na do Marcos a maior parte do pessoal não sabe o que está acontecendo, a grande maioria, de acordo com ele, está dentro da ZDE e eles não podem ser surpreendidos. Afirmou que o município não pode ficar travado por conta de insegurança jurídica. Pediu ao IAC não alterar para pior, explicando que o pedido era para não transformar as zonas de desenvolvimento econômico (ZDE) em zonas de conservação e preservação. Citou o caso do Rafael: “ele comprou a propriedade dentro de uma zona de desenvolvimento econômico, ele pediu a documentação no Naturatins, eles falaram: olha, está sendo feito um estudo, e você não pode trabalhar na área. Não pode acontecer do Rafael ser surpreendido negativamente, pois para comprar a terra ele estudou”, e finalizou dizendo: não piore uma coisa, tem que melhorar. Álvaro Fernando disse ter vindo para o Tocantins em 2021 para trabalhar. Comentou ter conhecido a APA após esse período. E afirmou que se a produção for reduzida drasticamente, haverá um grande impacto social, pois a maioria dos 52 funcionários reside na cidade de Divinópolis. Ele disse que a empresa precisa de segurança e que a área de desenvolvimento econômico deve se manter como tal. Afirmou que isso tem que ficar bem claro para ser estudado muito tecnicamente o que está sendo feito. Ele disse que a fauna e flora vieram para nosso uso, mas deixou bem claro sua opinião: uso racional. Área de desenvolvimento econômico deve se manter desenvolvimento econômico. Comentou imagine se cortar cerca de 30% ou 40% do quadro de funcionários dessas empresas de campo. E em seguia questionou: o que vai acontecer com a cidade? Temos que fazer da forma correta, claro, dois muito importantes: social e econômico. e ressaltou que de nada adianta ter mato, e ter pessoas passando fome. É nesse sentido. Finalizou afirmando que a dignidade do poder de trabalhar e trazer sustento para sua família é essencial. Italvino iniciou a sua participação mencionando que a Professora Maria Carolina falou que eles já analisaram os documentos da região, e dessa forma, ele gostaria de saber qual o critério utilizado para definir o que é área da Amazônia, o que é

área de cerrado. Ele disse estar em uma área ZDE, hoje conservação. No código florestal, de acordo com ele, fala bem claro isso, então não está sendo obedecido neste novo mapeamento. Segundo: nossa maior parte de propriedades foram abertas no período anterior de 2008. Ele afirmou que na época era 20%, e que hoje somos obrigados a mais. Disse que o pessoal do ICMBIo não tem como conhecer nossa região toda e saber o que cada propriedade tem, e o que está preservado. Ele alegou que fala isso porque preserva mais do que a lei pede e disse estar sendo impactado 100%. Sarah comentou em relação aos limites da APA, ressaltando que tem uma lei, e que houve 3 estudos de zoneamento antes. Mencionou haver divergências nesses estudos, e que há documentos diferentes que estão cientes e estão vendo. E falou sobre a segunda pergunta: foco é a parte comunitária, e o organizar, analisar, separar os estudos que foram feitos antes. Thiago Portelinha explicou que a definição é regida por normas federais e que a área está em uma região de transição, com influência da Amazônia no Cerrado (ecótono). Ele falou que é necessário ver o percentual dentro da fazenda, o que é considerado floresta amazônica (nesse caso será considerado 80% de preservação, se for cerrado 35%). Ele disse que existem delimitações geográficas desses biomas, e outras ferramentas. Como que a gente sabe que ali é floresta amazônica: tem espécies de animais e da fauna. Thiago Portelinha citou que o código florestal vai falar quantos metros a app precisa ter de acordo com a largura do rio, por exemplo. Regina (Fleury – produtora rural de Dois Irmãos do Tocantins) afirmou que já sabemos que teremos ZC e zona de proteção. E afirmou que precisamos que todo mundo dívida essa responsabilidade, para que não fique só em um município, só no grande, só no pequeno. E comentou ser difícil um município inteiro ser dentro da proteção. Ela exemplificou: vamos pegar só os “grandes”, só os pequenos, fica difícil. E sugeriu: vamos dividir por porcentagem, tanto a parte ambiental, quanto financeira, concluindo que se todo mundo contribuir com pouco, ficará fácil de se adequar. Cilene iniciou a sua fala comentando que até chegar nas oficinas, com certeza todo um trabalho foi feito. Destacou que as pessoas possam contribuir, mas também falar da soberania. Reforçou o seu papel e a preocupação, por estar nas comunidades tradicionais. Reforçou não querer o que já está pronto. Ela disse: não avançamos em nada na questão do crédito. Ela acredita que a terra ainda é o melhor lugar para se viver, é onde planta, colhe. Ela falou que recentemente o Brasil saiu do mapa da fome, e que isso era importante. Concluiu dizendo que iremos trazer um levantamento dos empreendimentos no território, como as pessoas vivem lá. Concluiu dizendo que sabemos o caminho, e que precisamos é respeitar o espaço e a vivência.

Afirmou que eles, agricultores familiares, sempre preservaram. Patrícia (filha de produtor rural) destacou que traria seu anseio: De acordo com ela, quando chega essa época, falta água, bastante. E falou que para trabalhar o plano tem que ver essa questão hídrica, afirmando que sem ela não se pode produzir. Ela disse que sofre muito, e citou que de uns cinco anos pra cá é a primeira a secar. Ela mencionou que muitos produtores estão tendo dificuldade de produzir a sua horta e cuidar do gado. Ela afirmou que cacimbas é importante também. Ela falou que o cerrado já está começando a virar caatinga, e que era úmido, e já está começando a ficar árido. Reforçou que deve trazer solução para essa questão, citando como exemplo poços artesianos, cacimbas e cisternas. Sarah disse que está de olho, e pontuou que esse tipo de contribuição é muito importante. Reforçou que a ideia do plano de manejo é que traga mesmo proposta e programas. Edson Miranda disse ser um momento muito importante para Dois Irmãos, agradeceu a todos os envolvidos. Ele falou que Dois Irmãos é extenso territorialmente, e ainda tem muitos pequenos proprietários de terra, e esse é o momento de esclarecer e compreender onde estamos e onde queremos chegar. Ele reforçou que as pessoas precisam compreender a importância da mudança que Dois Irmãos precisa ter. Ele disse ser pequeno produtor de terra, e afirmou que concorda com Marcos. Concluiu dizendo que estamos amarrados em desenvolvimento, e que já decidiu em relação a sua terra: irá tentar trabalhar e vender gás carbono para todos. Lourenço, técnico do Ruraltins, disse conhecer, e afirmou que em relação aos financiamentos que eles hoje estão travando, na verdade não trava quando chega ao banco. Ele falou dos resultados dos atendimentos que deixaram de aparecer nos últimos cinco anos. E disse que todos estão querendo saber quando a propriedade vai voltar a ter valor. Ressaltou que está dentro APA, e quando você entra no app terras para concluir projeto, é sinalizado que a região está dentro da APA, e que isso só será resolvido quando resolver a questão da APA. Enfatizou que grandes e pequenos estão com necessidade de buscar recursos e, que esses pequenos só vão ter condição de produzir alguma coisa quando os projetos começarem a rodar e o dinheiro começar a girar. Ele disse ser um absurdo a questão do embargo pelo Naturatins, exemplificando pequeno produtor que recebe multa de 80 mil, e a propriedade fica embargada. Ele disse que tem pessoas que ficaram 12 anos para conseguir tirar o embargo. E disse em esperar que a nova pessoa do Naturatins tome atitude. Ele disse que Dois Irmãos se desenvolveu bem até cinco anos atrás, mas afirmou que agora ninguém pega mais recurso. E comentou que o Ruraltins está plantando aqui há mais de 30 anos, e que estamos ao lado do produtor. Maria Lima (Rosinha), assumiu a palavra e disse ser filha dessa terra.

Afirmou que é formada em arquitetura, e que sempre trabalhou em Dois irmãos. Ela disse ter percebido que tudo isso que foi falado é muito válido. Só que tem uma coisa muito séria: a capacitação das pessoas principalmente na parte de fiscalização, enfatizou que há um viés político muito forte e isso não existe. Ela disse não gostar da divisão entre pequeno, médio e grande. E falou de separatismo. Ressaltou a necessidade de fiscalização e capacitação, pontuando que a lei existe, mas não é aplicada. Tem muitos problemas, que de acordo com ela, existem porque não teve fiscalização ou porque teve, porém, com viés político. Concluiu dizendo que é importante colocar capacitação para as pessoas e técnicos. Marcelo (representante da Frísia) afirmou liderar o projeto da Frísia, e disse estar quase três anos morando aqui, ressaltando, entretanto, que há 7/8 anos que vem para cá. Agradeceu em nome da Frísia, e afirmou que ela é a cooperativa mais antiga do Brasil (100 anos). Ele ressaltou sobre o tamanho do município e sua disponibilidade de mão de obra. Ele falou que a cooperativa tem uma responsabilidade muito grande junto com o prefeito para conduzir o desenvolvimento da região. Ele falou ser 25/26 agricultores, pontuou que tem agricultores no entorno, cooperados que entregam produtos, 125 funcionários em média, e que alimenta 400 pessoas (pensando na média familiar). E reforçou que está preocupado com o negócio e a produção, pontuando que se não acontecer nada de diferente não vai dar resultado em mais um ano. Ele comentou que o Vale do Araguaia se desenvolveu por último por conta da viabilidade, frisando que os solos são muito pobres e é preciso investir muito. Ele falou que entendem de forma muito clara o equilíbrio entre os 3 pontos da sustentabilidade, mas afirmou que entendem muito claro também a necessidade de o agro trabalhar. Mencionou a quantidade de prestadores de serviço por fazenda, e afirmou que estão sentindo que nos últimos três anos é hora de "segurar o freio de mão firme". Pediu com carinho para trabalhar com o olhar técnico para a parte ambiental, mas também para a viabilidade da região (econômica). Citou o que Eude falou: preocupação com as áreas ainda não abertas, afirmando que eles, como cooperativa, trouxeram investidores, que foram dentro do Naturatins, e que nesse meio tempo as coisas mudaram. Citou casos de fazendas compradas há 2, 3 anos, e que estão paradas até agora, mencionando a título de exemplo que tem pessoa que colocou aqui 20 milhões de reais e até agora não conseguiu sair do lugar. Afirmou que isso pode piorar, e que caso piore, as pessoas irão atrás de seus direitos contra o Estado. Ele finalizou dizendo que áreas de conservação em cima de ZDE é uma preocupação, principalmente áreas que já tem projeto pronto. José Heluandir falou que é formado em engenharia ambiental, e mencionou o prazer de ter ali alguns professores. Ele disse que está

representando dois produtores. Ele apontou que alguns produtores já alinharam suas áreas em uma condição que era existente na época que ele foi fazer a aquisição. Dentro desse planejamento, ele exemplificou sobre uma zona de preservação próxima de uma APP do rio, e junto com o produtor fizeram o reconhecimento para que essas áreas que já tinham características predominantes para conservação, que estivessem dentro da reserva, porque entenderam também que não eram áreas produtivas. Ele ressaltou que já foi feito esse planejamento, e que a execução foi barrada. E destacou que fosse considerado, essas características que os produtores ao fazerem seu CAR, da forma correta, já consideram áreas que já tem características de serem preservadas e não são de interesse de produção. Sobre a construção do zoneamento, afirmou: existem várias características que são consideradas, e dentro delas existe uma matemática que na lei, na época, considerou que tinha uma porcentagem de áreas de preservação e conservação, e que isso não poderia voltar atrás. Então a preocupação de alguns dos nossos clientes é: se faltou na matemática uma quantidade de área que era para atingir o nível de preservação, vai jogar isso para a minha área? Ele reforçou que isso tem que ser observado de maneira cuidadosa para não comprometer uma área produtiva. Dione falou que o estudo do IAC está sendo bem conduzido, e que todas as palavras colocadas só nos levam a entender que ele precisa ser democrático. Ele disse que não vamos colocar tudo em uma área, ou outra área. Ele colocou que dentro do código florestal já somos praticamente obrigados a preservar 50%. Ele disse que dentro da sua propriedade precisa preservar 50%. Ele afirmou, estruturar o estudo para que o ambiente seja preservado, mas que todos possam ter a responsabilidade de cuidar, preservar, mas também produzir. Ele disse que a sustentabilidade passa pela economia. Ele ressaltou que não podem deixar que um produza 50% e outro nada, que nesse caso estaríamos com 150% de preservação. Ele comentou sobre vender carbono, pontuando que, na visão dele, quem tem essa ideia tem que realmente saber o que é essa ideia, e afirmou que é mais uma esmola para que sua propriedade fique inviável, e você nunca mais possa vender esse imóvel. Ele afirmou que o estudo precisa ser democrático, onde todos tenham direitos e todos tenham deveres, mas que todos possam de fato viver do suor do seu bolso, e poder criar seus filhos, netos e que essa região não seja inviabilizada por um projeto injusto. Com relação ao carbono disse mais uma vez para conhecerem melhor sobre isso, e comentou: “inclusive presidente Arnardino, na questão tributária não existe isenção nenhuma fiscal, porque de fato, de acordo com ele, não estamos produzindo nada. Não existe atividade agrícola na produção de carbono. Finalizou dizendo: “vamos participar, é a

nossa vida, é o nosso negócio, é o município de Dois Irmãos do Tocantins. Que a minha área sirva sim, como já serve, para a preservação, mas que meu vizinho também sirva, e que também tenha área de produção. Quem todos possam pagar o preço da preservação, mas que também tenham o bônus de produzir". Italvino falou que em outros Estados quem preserva, recebe bonificação sobre a preservação. José Carlos iniciou a sua fala exemplificando uma região de 60 km de raio x, que tem cento e tantos propriedades, que já são consolidadas há muitos anos como ZC. Ele disse que a responsabilidade é de todos, e que não dá para colocar em cima só de alguns. Ele falou ser um absurdo afirmando que se já tem o código florestal, e Estado realmente quer colocar uma área 100% de ZC, compre isso e faça parque. Outra coisa: sobre a zona de unidade especial (em torno de Dois Irmãos) ele alegou que foram lá no mapa e fizeram um perímetro sem conhecer a realidade da cidade. Ele falou que colocaram parte do assentamento Nova Vida, as chácaras no entorno quase todas estão dentro da área. Ele afirmou que nesse zoneamento de unidade especial não pode desenvolver atividade agropecuária, essa zona tem que ficar dentro do plano diretor do município. Ele comentou sobre uma pessoa chamada Alcides que está produzindo há mais de quarenta anos, há um km e pouco. Ele disse que alguns não conhecem a realidade, mas a participação é importante. Arnardino Gabriel falou que iria se expressar agora como produtor rural. Ele comentou sobre o código florestal ser o mais restritivo do mundo por si só, pontuamos que lá temos como lei determinante: 35% das propriedades em cerrado é reserva legal, temos mais 5% de APP. Ele ressaltou que não existe nenhuma legalidade de restrição nas áreas de uso que possa vir a retroagir o direito de propriedade. Ele falou das três equipes técnicas, que precisam fazer o melhor equilíbrio. Ele afirmou que não é porque moram nos nove municípios da APA que tem que pagar a conta de outros, e que se eles quiserem, tem que criar lei de desapropriação e indenização. Alegou que precisamos estudar as reais situações, dando o exemplo: se houver um estudo determinante que certa área corre risco de extinção, ou de "sumiço", com estudo sério, vamos avaliar. Ele afirmou que a ADSTO foi criada para defender o produtor independente do tamanho, e que respeitamos a natureza. Ele afirmou que o Brasil é o país que mais preserva no mundo. Ele pediu para participar para que essa construção seja feita por nós, quem está lá em cima, para legislar, estão lá para nos ouvir. Ele afirmou que ouviu muita gente falar em 50%, mas que não é 50%. De acordo com ele, a obrigação é de 35%, e esses 15% é uma variável, que pode chegar em média a 50%. Ele comentou que por direito legal temos que preservar o que o código florestal nos obriga, e ter estudo com responsabilidade, não criar um estrago

ambiental. De acordo com ele, como alguns professores muito bem mencionaram, estar dentro da APA hoje é um problema, quando tivermos o plano de manejo aprovado, podemos ser premiados e reconhecidos, termos selo verdes dos produtos e eles terem valor agregado que é o que o mundo inteiro quer. Sarah agradeceu a todos. Ana Carolina Flores assumiu a fala pedindo que a equipe do IAC se colocasse em pé, e que a nossa comunidade pudesse aplaudir. Ela disse em valorizar a importância, mencionando em seguida o Naturatins e ADSTO. Ela disse que todos são importantes, que eles estão recebendo com muito cuidado e muito carinho. Agradeceu a comunidade de Dois Irmãos, a cada pessoa que estava presente. Ressaltou o sucesso do evento, não apenas pela qualidade técnica das discussões, mas também pela presença ativa da comunidade local, e afirmou que ver a sociedade envolvida e dialogando, reafirma que estamos no caminho certo de construção de um plano de manejo participativo, democrático e comprometido com a realidade. Ela ressaltou que a APA Cantão não é apenas uma área protegida, ela é parte da vida e da história das pessoas, reafirmando a importância de ouvir a população. De acordo com ela, durante a oficina também ficou evidente a importância de reconhecer e assegurar novas áreas de abertura legal, dentro dos limites do Código Florestal, para permitir que o município continue crescendo, citando a importância das áreas para geração de empregos, por exemplo, sempre aliadas ao uso racional dos recursos naturais. Agradeceu a prefeitura, ao IAC/UFT, Naturatins, ADSTO, ao poder judiciário e às demais instituições parceiras. Ela destacou o potencial produtivo gigante no município, mencionando a Frísia e outras empresas que estão estudando a possibilidade de vir para a região, trazendo emprego e oportunidade. Agradeceu a comunidade escolar presente. Agradeceu a todos. E disse que esse processo só está acontecendo realmente porque o poder judiciário solicitou que fosse feito o plano de manejo. Ela falou que a construção do futuro sustentável já começou, e está sendo feito com as mãos e vozes da população. Geciran, agradeceu e falou que o IAC pode levar como referência para as demais. Ele destacou que a atividade principal de Dois Irmãos é a pecuária e o agronegócio, e afirmou que precisam de uma solução. Ele mencionou a presença da Kátia, gestora da Adapec municipal e afirmou que ela está atuando ativamente lá.

3.7. Abreulândia

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 06.08.2025
Início: 16:00h
Fim: 19:00h
Local: Feira Municipal de Abreulândia

Histórico:

A mesa foi composta por Ana Carolina, representando a ADSTO, Suelma, secretária de meio ambiente e membro do conselho da APA, Victor Moreto, do Naturatins, o anfitrião, o prefeito Manoel, e o prof. Humberto, do IAC/UFT. O evento foi considerado, pelo cerimonialista, um momento muito importante para o município e para o Vale do Araguaia, uma vez que se tratava da oficina do plano de manejo, tão sonhado e esperado. Ana Carolina Flores, da ADSTO, cumprimentou a todos e disse que eles estavam vivendo um momento ímpar na APA do Cantão, realizando a revisão do plano de manejo. Ela ressaltou a importância da participação da população de Abreulândia, pois, a partir disso, o plano de manejo conseguiria identificar da cidade e resultaria em um documento adequado. Ela afirmou que era preciso que o plano trouxesse segurança jurídica para todos. Mencionou que, naquele dia, em Dois Irmãos, eles tiveram a primeira oficina na sede da cidade, e que a sociedade participou de forma atuante, expressando as angústias que sentiam. Ela disse que confiava muito no trabalho que o IAC estava desenvolvendo e que o instituto tinha o acompanhamento do Ministério Público por meio do juiz Dr. Wellington e do Dr. Jorge. Ela explicou que tudo seria validado através da participação da comunidade e pediu para que, na próxima oficina, as pessoas chamassem mais gente, para que a voz de Abreulândia ecoasse dentro do plano de manejo. Finalizou deixando um abraço a todos e afirmando que a ADSTO estava sempre lutando pelo desenvolvimento. Victor Moreto, do Naturatins, agradeceu a presença de todos, dizendo que eles são os atores principais do trabalho que está sendo feito. Ele afirmou que estava ali em nome do presidente Cledson, com os

parceiros IAC e ADSTO, para que conseguissem concluir os estudos. Ele pediu que nas próximas reuniões, eles precisavam estar presentes. Ele disse que aquele era o momento de ouvir, e que tudo o que fosse discutido seria levado aos técnicos, e trazido de volta para ser discutido novamente, buscando aliar o desenvolvimento sustentável, preservação, meio ambiente. Ele contou com a presença e a participação de todos, pedindo que se sentissem à vontade para perguntar, questionar e tirar dúvidas. O prefeito Manoel Francisco de Moura desejou boa tarde a todos e agradeceu a Deus pela oportunidade. Ele disse que eles estavam reunidos com os produtores rurais e com o pessoal do município. Afirmou que era a primeira oficina em Abreulândia, e que ele queria parabenizar a ADSTO, que era uma parceira. Cumprimentou Victor, do Naturatins, Humberto, do IAC, os secretários e o presidente do sindicato rural. Ele destacou a importância da presença de todos e lamentou que não houvesse a presença do pessoal dos assentamentos, que poderiam estar ali, mas que não foi por falta de aviso, já que um carro de som passou na cidade. Ele disse que nas próximas oficinas, eles precisavam buscar o pessoal. Mencionou que 87% do município de Abreulândia estava dentro da APA, e que eles precisavam conhecer o que era o plano de manejo. Para o prefeito, sem a presença da população, não existiria plano de manejo nos municípios, e por isso a importância das pessoas. Ele disse que sabia que o IAC era um instituto sério e que eles teriam êxito nesse plano. Ele reconheceu que o município era muito impactado, e que não era apenas o produtor, mas toda a população. Afirmou que, preservando o meio ambiente e trabalhando com sustentabilidade, eles trabalhavam de forma mais segura. Ele disse que muitos tipos de empresas não podiam ser instalados no município por causa da APA, por isso, era importante que as pessoas soubessem o que estava impactando o município. Após a fala do prefeito, a mesa foi desfeita, e o professor Humberto continuou. O professor Humberto agradeceu e desejou boa tarde. Ele disse que eles estavam fazendo história, e que a história estava acontecendo. Ele questionou quantos anos eles não esperavam por aquilo, desde 1997. Afirmou que era a primeira vez que uma oficina estava sendo realizada em Abreulândia. Agradeceu o prefeito Manoel pela recepção e por ter mobilizado as pessoas, e agradeceu a todos. Ele disse que a primeira impressão que eles tinham por onde passavam era de que as pessoas achavam que estar na APA era algo ruim, e muitas levantaram a mão e disseram "não posso fazer nada". Ele afirmou que eles eram uma universidade e que o instituto tinha dez anos de existência, e que já haviam desenvolvido vários projetos com a imparcialidade e o olhar técnico necessários. Ele disse que estar dentro da APA não precisava ser algo ruim e que se olhassem para o pedaço de

terra que tinham, veriam que eram muito abençoados. O que trazia a angústia, segundo ele, era a falta de um plano de manejo, que gerava a insegurança jurídica, como a dos assentados que foram colocados em uma zona de conservação e dos investidores que investiam e depois não podiam usar a área. Ele disse que isso era ruim, e que o plano de manejo era para trazer clareza e seria a "regra do jogo". A partir daí, as pessoas teriam segurança para comprar, vender, e até conseguir financiamento. Ele disse que, por estarem em uma APA, as pessoas tinham acesso a benefícios que quem estava fora não tinha. Dentro do plano de manejo, por exemplo, poderia haver uma proposta de consultoria técnica gratuita. Ele disse que havia benefícios em estar em uma área protegida. Ele perguntou quem ali tinha um pedaço de terra, criava gado e plantava grãos. Para quem criava gado, ele explicou que havia o manejo para o gado não comer tudo, para que o pasto pudesse se recuperar. Sem o manejo, ficaria sem alimento nos próximos meses. O plano de manejo, disse ele, era planejar, ver o que podiam fazer, desenvolver a área sem ferir o meio ambiente, pois se o negócio fosse "ladeira abaixo", não teriam mais como produzir. Ele disse que as pessoas daquela região viviam da terra e sabiam mais disso do que ele. Mesmo eles, que moravam em Palmas, precisavam comer, e ele disse que em seu apartamento em Palmas ele não criava nada, e que precisava comprar de alguém que produzisse. Mas, da mesma forma, todos precisavam respirar e beber água. A palavra-chave de um plano de manejo, disse ele, era equilíbrio, mas que não era fácil. Se fosse fácil, já teria sido feito. Ele reforçou que o plano de manejo era participativo porque tinha que atender às demandas locais, e não funcionaria trazer o plano de manejo de outro lugar. Ele disse que as pessoas ali eram guardiãs de uma região única, o encontro de dois biomas (Cerrado e Amazônia), e que eles precisavam fazer algo que atendesse às necessidades da região e que o povo conseguisse produzir. O objetivo deles era fazer o equilíbrio entre pessoas, produção e meio ambiente, que era o que tornava a existência humana real. Ele fez uma analogia com o casamento do prefeito, dizendo que às vezes o prefeito queria uma coisa e a esposa outra, e que cada um cedia um pouco. Ele disse que dentro daquela área de proteção havia várias pessoas, famílias e animais, e que o papel deles era compatibilizar, mas que às vezes a solução não ficaria 100% como as pessoas queriam. Ele usou o exemplo do diagnóstico médico. Ele disse que o projeto era um processo e que quem fiscalizava era o Ministério Público, e que eles não podiam fazer a regra do jeito que queriam, pois tinha que ter validade. Ele apresentou a equipe, começando pelo professor Fernando, que aplicaria questionários e entrevistaria alguns deles, e disse que não era fiscalização, mas sim o diagnóstico. Apresentou o site e o Instagram e disse que

aqueles que não vieram poderiam mandar mensagens ou entrar no site ou no Instagram. Ele afirmou que o objetivo deles era que, quanto mais gente participasse, a chance de o plano de manejo sair atendendo a mais pessoas seria maior e melhor. Por fim, convidou a professora Maria Carolina para falar. Iniciando sua fala, Maria Carolina desejou boa tarde e situou a plateia na metodologia do projeto. Ela explicou que a equipe não estava trabalhando apenas naquele dia, pois já haviam feito estudos, avaliando-os, assinado um convênio e que agora era a hora de fazer a leitura comunitária. Ela disse que eles estavam na fase de diagnóstico (reconhecimento do local), e que, embora tivessem dados técnicos, precisavam comprová-los para saber se eram bons ou suficientes, pois poderiam aparecer dados diferentes. Ela pediu que as pessoas trouxessem suas dores, necessidades e contribuições para que eles tivessem êxito no diagnóstico. Mencionou a existência do guia do participante. Ela deu alguns exemplos que poderiam ajudar a professora Sarah, como o problema de falta de água na zona rural, que eles ouviram nas duas últimas oficinas. Explicou que o plano de manejo poderia incluir projetos para ajudar na construção de poços artesianos e cacimbas, que seriam executados em um determinado prazo. Outra questão que eles avaliaram foi a dificuldade de muitos locais em ter acesso a conhecimento técnico, e que essa era uma outra proposta que poderiam fazer, prevendo no plano de manejo a assistência técnica e direcionando o órgão para isso. A fala das pessoas, disse ela, traria subsídio para pensarem nesse tipo de oficina. Sarah tomou a fala e disse que que gostava de sempre mostrar onde estavam, principalmente com o mapa da APA, que não era uma imagem tão consolidada na cabeça da população. Ela apresentou o mapa e disse que queriam fazer um plano, mas que não fosse um "plano de gaveta", mas sim que fosse executado. As oficinas, explicou, serviam para confirmar as informações que eles tinham e havia também um caráter educativo, pois, todos saíam de uma oficina como aquela sabendo muito mais do que sabiam antes. Ela disse que eles gostavam muito de ouvir outros pontos de vista, pois isso trazia o conceito de diversidade. Ela falou sobre a diferença entre parques e APAs, dizendo que fazia sentido pensar em uma relação de complementaridade entre os dois, mas que não eram a mesma coisa, já que um era de proteção integral e o outro de uso sustentável. Como a APA era de uso sustentável, podia ter diversos usos, até mesmo a cidade. Ela disse que quem quisesse fazer uso da palavra, que levantasse a mão para se inscrever. Ela agradeceu a presença do gerente do BASA. O sr. Antônio Pedro, que era pecuarista, disse que eles, como produtores, não tinham conhecimento do que estava acontecendo. Ele afirmou que todos os órgãos governamentais tinham déficit de funcionários e não

conseguiam atender à população. No caso dos produtores, isso se refletia no fato de que eles apresentavam o CAR, mas como o Naturatins não tinha gente suficiente para analisar, o documento se tornava apenas uma "apresentação formal". Ele deu um exemplo de uma propriedade rural que ele adquiriu. Antes da aquisição, eles pesquisaram nas secretarias do meio ambiente e sabiam que era em área da APA. No entanto, ele explicou que, no decorrer da aquisição e para preparar toda a documentação, nem sempre a situação era a mesma que o produtor havia declarado. Ele disse que o produtor havia colocado uma atividade que, na sua visão, estava "toda errada", e que eles pensavam que tinham que retificar o CAR, mas não tinha como ficar 10 anos sem fazer nada. A propriedade, segundo ele, tinha 99% da área dentro de uma zona de conservação, e o órgão dizia: "é, realmente não deveria estar em área de conservação", e a pessoa pensava que tudo se resolveria em seis meses. Mas, os anos passavam e nada se resolvia, e o Naturatins não lhes dava a licença, e ele questionou o que fazer. Ele disse que já era uma cultura em sua família não fazer desmatamento ilegal, e que eles também não tinham a informação de que o Naturatins levava o CAR a sério. Eles resolveram dar uma roçada na propriedade apenas para o animal não ficar doente, e nesse meio tempo, a polícia civil, o Naturatins e o IBAMA apareceram, resultando em uma multa enorme, que era impossível de se pagar. Eles retificaram o CAR. O que ele queria dizer, segundo ele, era que o IAC e o Naturatins, quando terminassem o plano de manejo, deveriam considerar que eles já sabiam que não havia um plano de manejo aprovado, mas que era um "meio plano de manejo" que o Naturatins considerava como legal. Ele sugeriu que, se houvesse justiça, houvesse algum tipo de remissão das multas quando o plano de manejo fosse aprovado. Ele disse que falava isso, mas que deveria haver muitas pessoas na mesma situação que ele. Victor Moreto, do Naturatins, disse que, em relação ao CAR, era uma normativa que se aplicava a todos os proprietários. Ele mencionou a questão dos proprietários anteriores, mas ressaltou que era preciso ter cuidado. Afirmou que, dentro do plano de manejo e do Naturatins, havia uma enorme vontade de sanar a questão da agilidade no CAR. Ele disse que o fato de o CAR ser declaratório era um problema para eles também. Como ele havia sido técnico, antes de assumir o cargo atual, ele sabia que eles estavam "andando em solo mole" e que o documento não estava validado. Ele disse que o Naturatins vinha buscando mais servidores para conseguir atender a essa demanda. Contou que vinha conversando com Cledson para que eles pudessem focar no CAR das unidades de conservação. Sobre a questão de relacionar o problema das multas de um plano de manejo com outro, ele disse que precisavam discutir melhor, para ver se cabia juridicamente. Ele

afirmou que o que eles buscam de fato, com a revisão do plano de manejo, é atender às demandas. Ele, como técnico, afirma que também encontra vários equívocos e pontos questionáveis. Ele disse que haviam reunido uma equipe do Naturatins, montado uma comissão para trabalhar da mesma forma. Ele reconheceu que, querendo ou não, a unidade de conservação foi colocada para o Naturatins tomar conta, mas o órgão não criou a unidade de conservação. Ele finalizou dizendo que a questão das multas precisava ser vista juridicamente. Eude deu uma ideia, sugerindo que a situação das multas de todos fosse colocada como uma questão a ser vista após o plano de manejo. Marcos, da ADSTO, disse que ia trazer esse assunto para a conversa. Afirmou que a questão não era só a da propriedade de um colega, mas a de vários assentamentos, e que o problema também foi trazido pelo pessoal do Salomira, que havia sido multado em valores que eram maiores que o valor da própria parcela do assentamento. Ele sugeriu que, quando o IAC fosse fazer o estudo, fizesse um estudo sobre isso, porque se aprovarmos o plano de manejo e darmos a parte jurídica para o andamento, mas os proprietários com esses entraves da multa vão ficar com a propriedade "travada". Ele disse que está com um problema na sua fazenda, mencionando que abriu 30 hectares, veio o Ibama, multou. Ele fez o pagamento, acertou tudo, comprou área reserva de carbono, mas não está podendo usar a área embargada (área de lavoura parada porque o CAR está parado no Naturatins por ausência do plano de manejo). Ele disse que essa era uma questão que tinha que ser observada e muito bem pontuada, pois é um ponto que atinge principalmente os assentamentos, que as pessoas por falta de conhecimento têm a app, e ele entra e abre a app achando que é uma questão que ele poderia. Ana Carolina Flores fez uma observação em relação ao assunto: sugeriu que eles usassem a situação como referência durante o período, pois, para ela, não era culpa do produtor que aquelas divergências, que resultavam em multas, estavam acontecendo. A culpa, disse ela, era da falta de um plano de manejo. Ela afirmou que durante esse período, o Código Florestal deveria ser considerado, criando-se possibilidades dentro dele e conversando com as pessoas. Ela disse que essa situação existia em toda a comunidade, tanto para os pequenos, médios e grandes produtores. Afirmou que o código federal já era uma lei superior. O representante do Naturatins disse que a ideia era justamente essa, fazer as sugestões. Ele disse que eles tinham que se lembrar que, bem ou mal, a unidade de conservação foi criada. Era uma unidade intermediária, e por mais que tivessem a vontade de fazer como se fosse o Código Florestal, eles, enquanto técnicos, não poderiam não atender à legislação.

Ana Carolina questionou: “Mas qual legislação, se estamos fazendo agora?”. O representante do Naturatins respondeu que mesmo se ele considerasse o plano de manejo não existente, ele garantia que eles teriam um problema muito maior, pois era mais fácil considerar o plano de manejo de 2000 do que falar que não existia, o que os levaria a um problema de insegurança jurídica muito maior. Ele afirmou que eles queriam ouvir e entender, mas que também tinham que seguir algumas regras. A revisão, segundo ele, vinha para colocar esses pontos e para que ficasse o mais robusto possível para todos. Sarah disse que achava a fala de Victor importante, porque ele havia dito que não foi o Naturatins quem criou a APA, e de fato, foi uma lei estadual. Ela explicou que a lei dizia que cabia ao Naturatins cuidar e preservar, mas que também cabia aos demais órgãos ambientais do governo estadual e às prefeituras municipais, ou seja, era uma responsabilidade coletiva. Ela leu o trecho da lei que trazia o "propósito" pelo qual a APA foi criada, e disse que não era surpresa o quanto a região era rica, por exemplo, em mananciais. Ela afirmou que a quantidade de vazão das nascentes não era importante apenas para aquela área, pois contribuía para a irrigação de muitas outras áreas. Outro ponto, quando a lei falava de fauna, flora e solo, era o encontro de dois biomas: o Cerrado, onde eles estavam, e que se aproximava da área da Floresta Amazônica. Ela disse que essa mistura fazia com que eles tivessem bichos e flora das duas regiões. Ela contou que quando começou a trabalhar no projeto, ela, passou a estudar muito mais a área ambiental, e que quando leu o texto, pensou: "nossa, esse texto parece tão genérico". Ela disse que em Araguacema, uma pessoa falou isso, e no dia que ela contou para Pollyana, Pollyana lhe disse o que ela acabara de dizer para eles. Por isso, ela afirmou que a oficina tinha um caráter educativo. Ela deu um exemplo de que na primeira oficina, a primeira fala de alguém foi: "está faltando a gente falar das pessoas também nesse lugar", e ela concordou. Ela citou o banner que mostrava o que tornava a APA especial (de declaração de significância) e deu ênfase ao componente humano. Richard, da Fazenda São Bento, disse que estava há cinco anos plantando ali e que a opção por Abreulândia foi justamente porque o local tinha um clima bastante favorável e abundância de água da chuva. Ele contou que, quando chegaram, um dos pontos que lhe chamou a atenção foi que, quando fizeram a primeira amostragem do solo, o solo estava com baixíssima matéria orgânica em 0,5%. Ele disse que suas áreas no Sul tinham áreas com 6% e até 8% de matéria orgânica. Mas, investindo no solo, eles já conseguiram chegar a 2,5% e 3% de matéria orgânica. Ele afirmou que eles já tinham um ensaio de muitos anos no qual o professor João Carlos comparou uma área de lavoura com uma de mata nativa, e

ele comprovou que a deles tinha muito mais carbono, ou seja, o solo estava muito melhor. Ele relatou que em uma visita à Holanda no ano passado, eles viram as vacas, mas não havia uma árvore plantada nas beiras dos canais, e a Holanda era um dos países que mais os julgavam. Contou que tinha um amigo que produzia na Dinamarca, e que o governo lá queria que eles tivessem 5% de reserva legal, e o produtor dizia que seria inviável. Ele disse que também tinha um amigo produtor nos Estados Unidos, e que em uma visita recente, o amigo resolveu derrubar uma árvore, e ele disse: "você não pode derrubar essa árvore", mostrando que eles queriam "nos apontar", mas que o Brasil tinha a lei que mais protegia no mundo. Ele disse que estava mostrando o pouco que fez em sua trajetória. Afirmou que eles mantinham 50% de reserva em suas áreas e que estavam inserindo carbono no solo. Disse que pensava como agricultor, e que também era ambientalista. Ele era a pessoa mais preocupada em preservar o solo e cuidar da natureza, pois eles precisavam se preocupar. Ele criticou a divisão que existia, como "ou eu sou Flamengo, ou eu sou Fluminense", e que eles tinham que trabalhar juntos, pois eram Brasil contra China, Europa e o resto do mundo. Afirmou que não existia "meio certo", pois o "meio certo é meio errado", e que existia o caminho de trabalharem juntos. Ele disse que eles iriam criar um plano de manejo que fosse sustentável para todos: para o pequeno, para o médio e para o grande. Por último, ele disse que todos eles eram produtores de alimento e que um em cada cinco pessoas no mundo era alimentado por eles. Victor, do Naturatins, disse que a fala de Richard foi muito boa e que o que o órgão queria, de fato, era aquilo que ele havia dito. Ele afirmou que havia conversado com o prof. Thiago Portelinha, do IAC/UFT, sobre tratar de forma diferente os proprietários grandes e os pequenos. Ele disse que havia começado nas oficinas naquele dia e que o que tinha observado era que os proprietários falavam muito em reservar as reservas legais e as APPs. Ele sabia que boa parte dos proprietários estava preservando, mas também sabia que não era 100%. Por isso, como técnico, ele acreditava que não podia tratar como iguais aqueles que estavam fazendo diferente. Ele disse que não podia tratar quem estava fazendo tudo certo da mesma forma que os outros produtores que não faziam. Ele concordou que era preciso pensar de forma diferente para quem estava respeitando a lei e quem não estava. Ele disse que naquele dia era gerente do Naturatins, mas que amanhã não seria, e que o plano de manejo estaria em sua mesa e ele voltaria a analisar projetos novamente. Ele acreditava que aquele era o momento de ouvir a população. Fernando, gerente do setor agrícola do Banco da Amazônia em Paraíso, explicou o que era o banco. Ele disse que naquela situação, todos os municípios da APA do Cantão são atendidos pela agência de

Paraíso, e que eles tinham alguns clientes ali presentes. Ele explicou que a situação do plano de manejo é muito importante e urgente, porque eles veem no dia a dia, nas operações de crédito, clientes que estão produzindo, que eles sabem que estão tudo certo, mas que como não há um plano de manejo adequado, o crédito acabava sendo inviabilizado. Ele afirmou que o banco tem um fundo enorme voltado para fomentar a região norte do Tocantins, e que eles tentam aplicar desde o crédito para o pequeno até para os grandes produtores. Mas a situação de não terem o plano de manejo faz com que o produtor fique "desamparado" de crédito, ou, se consegue, talvez é com juros mais caros, o que talvez inviabilize o negócio dele. Ele ressaltou que hoje o que mais atrapalha a viabilização do crédito é não ter o plano de manejo. Ele considerou o projeto muito importante e acredita que irá gerar frutos, pois eles têm muitos processos parados, de crédito, que não conseguem viabilizar pois não tem o plano de manejo. Esse era o recado que ele queria dar, e disse que o Banco da Amazônia apoia todos os produtores da região. Eude, disse que a universidade estava fazendo pesquisa para trazer segurança jurídica. Ele afirmou que o município de Abreulândia era impactado em torno de 80%, e que todos eles tinham que ser multiplicadores do que estava acontecendo ali. Ele disse que a oficina estava ali para ouvi-los e que era muito importante para equilibrar o meio ambiente, a produção e as pessoas que viviam na região. Ele disse que haveria muitas oficinas em Abreulândia e que era importante que nas próximas, viessem mais pessoas para falar o que eles queriam para o município. O fato de 80% do município estar na APA significava que era quase a totalidade do município. Ele reforçou que eles precisavam de segurança jurídica e que só a teriam quando o plano de manejo estivesse consolidado. Ele disse que o presidente do Naturatins afirmou que, se tudo corresse bem, a previsão era depois do dia 26 de fevereiro. Ele disse que, sem segurança jurídica, o banco acabara de afirmar que não liberaria crédito, e que isso valia para todos, pois todo mundo estava no mesmo barco. Ele pediu para que todos fossem multiplicadores, para que na próxima oficina tivesse muita gente falando a demanda verdadeira de praticamente todo o município. Ele lembrou que a professora Carol havia falado da situação hídrica em Dois Irmãos, e que ali sempre que era seca, era seca, e na chuva, era chuva. Ele contou que o que acontecia era que as prefeituras vinham fazer cacimbas e contratar máquinas para fazer poços, mas do ano passado para cá, o Naturatins havia começado a multar. Ele disse que o prefeito estava em uma situação de insegurança jurídica, pois se ele fizesse as cacimbas, poderia ser multado, e o proprietário da terra reclamava para o prefeito. Ele disse que o prefeito poderia correr o risco de insegurança jurídica. Ele mencionou que o professor Humberto havia

comentado sobre as linhas de crédito específicas para a APA, e que eles viam no celular que havia um desconto de 0,5% para o CAR validado. O que ele via, no entanto, era que a linha de crédito era para o extrativismo, e que essa não era a realidade de Dois Irmãos e Abreulândia. Ele disse que, na sua visão, era importante não "vender a ideia" de que a APA, uma vez aprovada, teria uma linha de crédito específica para ela, pois isso não existia. Ele disse que havia uma dificuldade do Naturatins em validar o CAR. Por isso, ele via que os produtores e as demais pessoas tinham que se unir. Ele deu o exemplo de que em Dois Irmãos, eles tinham um grupo de produtores rurais, e a ADSTO tratava a todos, do pequeno ao grande, de forma igual. Ele disse que, quando o plano de manejo estivesse consolidado, ele teria que ter a "leitura deles", pois não tinha como ser feito um plano sem ouvir a demanda da população. Ele reforçou a importância da participação de todos e do que o Richard havia falado. Ele questionou o que acontecia: os países desenvolvidos, que tinham indústrias e poluíam com energia não renovável. No Brasil, eles usavam apenas 35% da área total, e os outros 60 e poucos por cento já eram preservados por todos. Dentro das propriedades, todos reservavam. Ele citou a reserva legal de 35% e de 15% e questionou se iriam aumentar aquilo. Ele disse que o pessoal do Salomira deu um exemplo: eles tinham 10 alqueires, e com a reserva de 3,5%, não estavam conseguindo usar nem dois. Ele relembrou o exemplo que Richard deu sobre o americano que queria derrubar uma árvore, e disse que no Brasil, o direito à propriedade vinha da Constituição, mas que não estava sendo respeitado. Ele não estava dizendo que o Brasil estava errado, mas que nos Estados Unidos, se o proprietário quisesse deixar uma reserva legal, ele a deixava e recebia por isso. Ele disse que o exemplo que Richard deu sobre o Naturatins, de pequenos, médios e grandes, parecia com a situação no Rio de Janeiro, em que as pessoas tinham medo da polícia e do bandido. Ele reforçou que não tinha nada contra o Naturatins, mas que a fiscalização era algo complicado no Brasil. Ele concluiu dizendo que eles eram o Brasil e pediu para que as pessoas participassem e convocassem outras pessoas, pois o IAC estava junto, fazendo o plano com eles e os ouvindo. Ele finalizou dizendo que sem segurança jurídica, eles não conseguiam trabalhar. Humberto explicou que, quando um plano de manejo era criado, ele incluía diversos planos. Ele deu o exemplo do Paraná, que tem um programa que incentivou a criação de abelhas. Ele afirmou que, dentro do plano de manejo, se algo fosse planejado e organizado, o produtor de dentro da APA poderia acessar. Ele disse que o Banco, exemplificando o BASA, ao ver que há um plano de manejo na APA e que o produtor conseguirá produzir mais e pagar, emprestará o dinheiro. Mencionou a APA da Fazendinha,

em Macapá, onde o governo do Estado subsidia a produção de mel e a floricultura. Com isso, ele quis dizer que estar dentro da APA não é algo ruim. Ele usou o ditado de que, "quando a vida te dá um limão, você faz uma limonada". Ele citou outro programa, o Bolsa Verde, que oferece incentivo financeiro para famílias de baixa renda que desenvolvem atividades dentro da APA. Ele concluiu que o que ele queria dizer era que a forma como eles enxergava a situação era o que fazia a diferença. Ele questionou se eles iriam reclamar por mais 27 anos ou se iriam buscar uma solução. Disse que o Bolsa Verde poderia não ajudar o grande produtor, mas ajudaria o assentado a começar. Fernando, do Banco BASA, concordou com a fala de Humberto. O professor Thiago Portelinha do IAC/UFT complementou a fala do professor Humberto sobre as vantagens da APA. Ele disse que eles sabiam de todos os benefícios ambientais, como ter mais água, e que, por se tratar de uma unidade de conservação, as famílias produtoras podem ter acesso a linhas de crédito específicas, às vezes pelo BASA, às vezes por outras fontes. Ele pontuou que isso irá depender de alguns editais, do Governo Federal, mas afirmou que existem linhas específicas para quem está em uma unidade de conservação de uso sustentável. Citou exemplos para o extrativismo, alguns programas do PRONAF e do BNDES. Muitas vezes, havia um PRONAF voltado para a agroecologia para quem está dentro da APA. Ele disse que, ao falarem sobre isso, estão tentando mostrar que existiam algumas saídas, mas que não estão garantindo, pois, essa é a função do banco. O Sr. Romilson Ribeiro, representando a associação comercial de Abreulândia, disse que o tema era muito pertinente. Ele afirmou que tudo o que estava sendo dito ali impactava diretamente quem vivia na cidade. Ele leu o propósito de uma área de conservação ambiental, e disse que era muito importante, mas que, além disso, era importante preservar vidas. É aí, segundo ele, que entrava o papel do comerciante, pessoas que vieram de fora, investindo em pessoas, construindo patrimônio e qualidade de vida. Ele disse que, quando chegou, há cinco anos, ele entendeu que, para se reivindicar, eles precisavam se organizar. A associação, disse ele, representava mais de 60 comerciantes. O maior parceiro, afirmou, era o poder público municipal, porque, assim como o prefeito, eles entendiam que não era necessário apenas se encontrarem ali. Ele fez uma analogia rápida, dizendo que o estado do Tocantins tinha 30 e poucos anos, e a APA 27. A APA estava chamando a população para discutir e revisar um plano que foi criado talvez sem nenhuma discussão há 27 anos. Ele questionou quantas pessoas vieram ali e foram embora por não terem sido ouvidas. Ele via agricultores ali, dizendo que estavam colaborando, produzindo alimentos, e o maior temor era a fiscalização. Ele disse que o ser

humano vivia em sociedade e que era necessário fiscalizar, mas que, antes de fiscalizar, era preciso dar oportunidade. Ele disse que investiu na cidade porque acreditava nela, mas, acima de tudo, acreditava nas pessoas. Sua fala, disse ele, era a fala de todos eles, e que não estavam preocupados em perder apenas dinheiro, mas com a estagnação em que a cidade já se encontrava. Ele afirmou que o Estado não tinha que chamá-los para punir, mas para lhes estender a mão. Ele disse que a oficina tinha que permanecer, e que uma lei era criada para o ser humano cumprir, mas que o Estado também precisava cumprir. O Naturatins era um órgão de fiscalização, mas ele queria pedir para o pessoal do Naturatins a sensibilidade para que se atentassem ao clamor de todas as falas. Ele disse que eles não queriam ser punidos, e que para isso, era necessário que a sociedade. Ele disse que era proprietário de uma pequena loja de agropecuária, mas que tinha certeza de que, no dia em que mudou a fachada de sua loja, havia muitas pessoas humildes que os procuravam. Ele finalizou deixando o recado para a associação comercial de Abreulândia, que eles tinham que discutir e falar, e não punir. Ele disse que havia multas que eram maiores que o valor da própria propriedade, e que havia uma distorção muito grande. Ele disse que quando uma criança nascia, os pais queriam dar-lhe uma identidade, e que era isso que eles queriam, uma identidade para que todos pudessem viver em paz. Alexandre Teodoro, vice-presidente do sindicato, disse que ele e seu companheiro Edilson eram filhos e pioneiros da região e estavam à disposição, em nome dos produtores, para redigir uma carta com as demandas de todos. Eles acompanhavam o desenvolvimento desde o começo, e ele, que havia nascido em Goiânia, veio para o Tocantins ainda criança. Ele afirmou que, quando a APA surgiu, eles já estavam na região trabalhando. A APA, disse ele, foi criada sobre propriedades já implantadas, e as pessoas morreram lutando por isso. Ele disse que havia uma responsabilidade ainda maior com as pessoas de fora que vieram para o estado escutando a promessa de que era um lugar forte. A APA existia há muito tempo, mas a "dor" dela começou a latejar há cerca de dez anos, e de uns cinco anos para cá, estava "doendo bastante". Ele falou como produtor e disse que a situação os emocionava às vezes, mas que estava muito feliz em ver o empenho daquela equipe que estava trabalhando com dedicação, porque sem o plano de manejo, eles estariam desprotegidos. Ele afirmou que o produtor rural no Brasil era quem preservava, cuidando de todos os aspectos legais. Mencionou uma nova lei sobre o fogo, que era muito pesada. Ele disse que a região passava por uma seca severa, e que havia um grande risco, mas que um sempre ajudava o outro. Muitas vezes, em determinadas épocas, eles só conseguiam controlar o fogo depois que uma grande área já havia sido queimada. Ele se

colocou à disposição, disse que eles iriam abrir um canal de comunicação e que quem tivesse alguma "dor" ou quisesse complementar algo, poderia procurá-lo e a Edilson na sede do sindicato, ou até mesmo escrever uma carta. Eles entrariam em contato com o pessoal e passariam a "dor" de cada um. Por fim, ele pediu a Deus que pudesse dar muita sabedoria para quem estava trabalhando no projeto. Edilson parabenizou toda a equipe e falou do grande impacto que eles sofriam na região, que era composta por municípios de pequenas propriedades. Ele disse que a atividade de leite era muito importante, mas que laticínios não podiam ser abertos por causa da APA. Eles queriam que Abreulândia pudesse implantar pequenas indústrias. Ele disse que o impacto para o pessoal da zona rural era muito complicado, e que era "difícil demais" tirar licença. Ele pediu que eles fortalecessem o convite para que o pessoal participasse. As pessoas, disse ele, sabiam reclamar muito, mas não queriam participar. Ele se comprometeu a se reunir e chamar o pessoal dos assentamentos. Ele citou os presentes e disse que eles iriam trabalhar naquilo e fazer um plano de manejo com segurança jurídica. Sarah disse que tudo estava sendo registrado em ata e que aquele "chamamento" de Edilson era muito positivo. Ela informou que eles tinham um grupo com a prefeitura, e que era possível repassar as informações por ali. Mencionou também o grupo de "informes" como um bom canal para ter acesso às informações. O Álvaro Fernando disse que era do Paraná e que veio para o Tocantins a trabalho. Ele contextualizou que trabalhava em uma empresa, e o que mais os preocupava como funcionários, dentro das tomadas de decisão, era o capital social e econômico. Ele disse que era a necessidade de organizar o econômico para que chegasse no social. Ele usou uma analogia, dizendo que quando uma família reformava a casa, ela movimentava o pedreiro e o pintor, mas que, se não houvesse investimento por falta de capital interno, que por sua vez faltava por falta de uma certidão, a economia não girava. Mas, se a loja de alguém aumentava o recebimento, o prefeito também se beneficiava, e a saúde e educação melhoravam. Ele disse que eles tinham que tratar a questão de uma forma em que a participação dos pequenos e médios produtores fosse mais representativa. Ele acreditava que na próxima reunião, teriam mais pessoas. Ele citou o exemplo de Richard e de quanto ele faturava e levava para a cidade para movimentar o comércio, e disse que se não fosse assim, o capital externo acabava saindo. Eles precisavam de mais pessoas que acreditassem na capacidade dos municípios da APA do Cantão, trazendo segurança jurídica. Ele também anotou que o produtor rural era quem mais apagava fogo no país, e que o fogo era o que destruía grande parte da fauna e flora. Ele fez um apelo para que na próxima reunião mais

pessoas participassem e deu a sugestão de disponibilizarem um ônibus para que mais pessoas pudessem ir e trazer suas realidades. Ele concluiu dizendo que tudo era importante para a comunidade e para que eles permanecessem unidos naquelas decisões. Sarah finalizou dizendo que o lugar parecia ter pouca gente, mas não era, e que já havia registro de 82 pessoas. Ela disse que ficava bem feliz com a presença de todos, agradeceu e falou sobre a programação da semana seguinte. Elineide agradeceu a todos e disse que havia aprendido muito com o grupo. Ela afirmou que também vinha aprendendo muito com aquele processo da APA Cantão. Uma das coisas que considerou importante dizer era que eles precisavam considerar as pessoas, e que, às vezes, ao falarem em pensar nas pessoas, eles pensavam em si mesmos. Ela disse que, quando se tratava de questões ambientais, era importante pensar de forma coletiva. Deu o exemplo dos serviços ambientais, dizendo que eles pensavam na mata, mas se perguntavam qual era o retorno da mata em termos de água, e que mesmo que isso não resultasse em dinheiro no bolso, resultava em outras coisas, como qualidade de vida. Ela disse que não sabia como fazer isso, nem se seria possível no plano de manejo. Um de seus aprendizados, olhando para o banner, foi que fora da APA eles já haviam tirado muita coisa, mas que dentro da APA, ainda existia a oportunidade de pensarem de forma diferente. Ela disse que era interessante, além de falar o que eles faziam e o que precisavam, falar sobre o que vivenciavam, talvez um banho de cachoeira, por exemplo, porque, às vezes, eles corriam o risco de perder isso também. Ela disse que quando o pessoal de fora vinha para a região, ficavam deslumbrados com o que viam ali, até mesmo com o encontro com uma onça. Ela disse que era apenas para eles refletirem sobre o outro lado. Por fim, agradeceu imensamente a oportunidade de estarem ali. O prefeito Manoel desejou um bom retorno a todos que vieram, e agradeceu a presença dos municípios vizinhos que estavam ali para enriquecer a oficina. Ele disse que eram nove municípios impactados, e que acreditava que todos os gestores estavam comprometidos, pois os proprietários, sejam pequenos, médios ou grandes, eram impactados. Ele mencionou que ali era onde eles moravam e se referiu a Richard, que havia pegado o avião para ir para o Tocantins, dizendo que ele era um parceiro e uma pessoa com grande experiência que viajava o mundo todo, e que era uma pessoa muito esclarecida. Ele agradeceu a todos e se comprometeu a trazer mais gente. Ele também se comprometeu a levar um ônibus para que os assentados pudessem participar. Ele afirmou que a partir de março o plano de manejo estaria revisado e aprovado, e que eles confiavam no IAC e na ADSTO. Ele concluiu dizendo que era assim que eles tinham que construir o plano de manejo: com a presença da sociedade.

3.8. Chapada de Areia

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 11.08.2025
Início: 09:00h
Fim: 12:00h
Local: Chapada de Areia (Centro de Eventos Osvaldo Martins)

Histórico:

Em 11 de Agosto de 2025, às 9h45, teve início a oficina com um café da manhã. Laudemiro, secretário de meio ambiente, iniciou a fala agradecendo, pontuando que nem todos os proprietários impactados estavam presentes. Ele incentivou que o pessoal tirasse todas as dúvidas, falou que esse era o momento. O Prefeito Municipal, Adauto Mendes, agradeceu a Deus. Falou que todos estavam ali para tratar de um assunto muito importante, junto com a equipe organizadora/governo/Naturatins, estavam buscando uma saída. Agradeceu a presença de todos. Falou que estavam todos ali para discutir e tirar todas as dúvidas de qualquer proprietário. Pediu a participação de todos e finalizou sua fala agradecendo. Em seguida, Angélica Beatriz deu bom dia a todos. Falou que a ideia era estar colaborando com o esclarecimento de dúvidas, tendo como entendimento como esse processo de revisão do plano de manejo está acontecendo, e afirmou que estão esperando que finalize com bons resultados para todos. O Professor Humberto falou que era motivo de muita alegria estar ali naquele dia. Falou que o objetivo era ouvir os presentes, o que eles produzem, o que eles precisam. Pontuou a parceria com o Naturatins e ADSTO. Ressaltou que todos sabem que a produção, pessoas e meio ambiente precisam de harmonia. Exemplificou falando que todos precisam comer, mas também precisam de ar puro, assim como precisam de água para se hidratar e para os animais. Reforçou que o objetivo não é fácil, mas afirmou que com a ajuda de todos ele acredita que podemos encontrar a solução. Fez o comparativo com a ida ao médico para explicar que estávamos, no momento da oficina, na fase de diagnóstico. Continuou a sua fala afirmando que a ideia é equilibrar. Definiu o que é plano de manejo,

onde “plano” significa planejar, organizar e pensar em uma estratégia para que algo aconteça da melhor forma possível. Definiu o conceito de “manejo”, questionando aos presentes o que significa. Perguntou como é que faz, se solta o gado todo na pastagem, e em seguida ele mesmo respondeu: não, tem que fazer o manejo, porque senão o animal vai comer só a ponta da folha, e pisar em tudo. Reafirmou que se deve fazer o manejo porque se não daqui a pouco não se tem mais nada, impossibilitando a população a tirar o sustento da terra, já que não teriam mais nada. Falou que quando se faz algo que é coletivo uns vão ficar mais ou menos satisfeitos. Comparou a situação com o contexto dentro de casa, para que os presentes entendessem que sempre alguém tem que ceder um pouco. Pediu para os presentes imaginarem uma área de proteção que tem 9 municípios participando, e cada um com o seu interesse. Ressaltou que é difícil, mas não é impossível, e que a equipe acredita que seja possível. Ressaltou ver muitos estudantes ali, agradeceu a presença destes, pois isso faz parte do futuro deles. Falou da lista de presença, do formulário. Esclareceu que o formulário não servirá para investigar e nem fazer nada de errado. Citou por onde a equipe já passou. Afirmou que até o momento tiveram mais de 1000 pessoas participando. E pontuou que quando a pessoa não participa, e não escolhe, alguém escolherá por ela. Ressaltou ser o momento de todos os presentes falarem. Mencionou que o objetivo não era fazer política, mas sim construir algo que seja útil para a vida dos participantes, e pediu que as falas fossem breves para realmente ajudarem. Sarah assumiu a fala afirmando que trouxeram o guia do participante impresso, e falou que iriam passar um para cada lado do local do evento. Lembrou que tem o mesmo arquivo em pdf, sugerindo que fosse reencaminhado para que ele alcançasse mais pessoas. Também convidou o público para participar de um grupo de informes e citou também o site. Falou que era como se tivessem todos os exames (que a equipe tem a parte técnica), mas que estavam ali para ouvir as pessoas, como elas vivem nesse lugar. Reafirmou dizendo que a ideia era que entendessem como é viver na cidade de Chapada de Areia, como é a relação dessa cidade com a parte do município que está dentro da APA. Sarah mostrou onde está Chapada de Areia e falou que o município tem uma parcela dentro da APA. Citou que existem 9 APAs estaduais no Tocantins. Falou a definição de APA. Explicou que o país tem o instrumento de unidade de conservação e que existem duas modalidades: proteção integral, citou como exemplo o parque do Cantão, e em seguida mencionou que a APA é diferente, e que ela é classificada como unidade de conservação de uso sustentável. Prosseguiu dando o exemplo que no parque ninguém pode morar lá dentro, e que em contrapartida, na APA, já é possível viver

de maneira harmônica algumas atividades. Ressaltou que é preciso que o plano de manejo crie zonas do que pode ser feito em cada região. Afirmou que essa etapa serve para a equipe confirmar as informações para que o zoneamento seja bem-feito. Explicou que a biodiversidade faz com que seja necessário diferentes abordagens para cada um deles. Contextualizou então que a APA Ilha do Bananal/Cantão foi criada por uma lei estadual em 1997, e teve um primeiro estudo que fez o primeiro plano de manejo em 2000. Falou que a proposta de zoneamento vem no final de Novembro, e depois, em Fevereiro, vem o plano de manejo (explicou que no plano de manejo tem uma parte destinada a metas e programas). Leu o texto do propósito da APA. Destacou que essa APA é muito importante porque ela é muito grande, tem muitos municípios e envolve muitas pessoas. Explicou que muitos municípios têm população rural muito grande (médias maiores que as médias nacionais). Citou que tem quase 3000 famílias vivendo em assentamentos rurais. Pontuou que reconhece que quando se está falando da fauna e flora é uma região muito importante porque tem cerrado e floresta amazônica se aproximando, ou sela, ela explicou que na região tem uma mistura/encontro de dois biomas. Ressaltou que esse local é muito rico em biodiversidade, e que isso faz da APA um local muito importante até no contexto nacional. Ressaltou que a APA tem alta disponibilidade de água. Questionou então como que era exatamente na região de Chapada, como era viver em Chapada de Areia, como era a relação com a APA, no que a APA ajuda cada um, o que a APA traz de dificuldades, o que produzem ali e quais as dificuldades nessa produção, o que gostariam de produzir no futuro, no que os programas/metas da APA poderiam ajudar, o que estava faltando para cada um conseguir produzir o que deseja, como era a questão da água para essa produção, se a produção estava crescendo, quais informações as pessoas gostariam de ter para produzir mais ou melhor, se percebem alguma ameaça essa produção. Pedro Vaqueiro, um produtor rural, questionou a situação de que tem propriedades há mais de 30 anos abertas, pontuando que inclusive quando ele comprou a sua já era aberta, ou seja, afirmou que a área já estava desmatada, e que não foi ele quem desmatou. Ele citou uma Lei de 2008, que de acordo com ele, diz que "se desmatou para trás, não tem problema nenhum". Perguntou então como fica a situação em relação ao direito adquirido que, segundo ele, também é lei. Sarah perguntou a ele se a sua terra estava dentro da APA. Pedro (vaqueiro) respondeu que todas estavam dentro da APA. Edilson, que é contador e tem propriedade na região, reforçou que a sua pergunta seguia o mesmo sentido da do Pedro. Questionou qual o impacto da APA para os produtores rurais, que já têm suas propriedades desmatadas (obedecendo as leis de reserva legal, APP),

finalizando a sua fala perguntando o que vai acontecer com eles que já possuem suas propriedades produzindo, que já seguem as normas vigentes? Sarah iniciou a resposta explicando do ponto de vista que, de acordo com ela, cabe a universidade. Ela afirmou que é importante frisar e repetir que a APA não era algo novo, mas sim que era de 1997. E que o que estava chegando "agora" para a equipe é tentar organizar o plano de manejo. Destacou que quando se pergunta como que fica agora com "esse negócio da APA", prosseguiu dizendo: mais impactante do que ter uma terra em uma área de APA, é ter a terra em área de APA sem o plano de manejo. Ela comentou que as produções estão mudando, e o modo de vida também. Ela afirmou que 25 anos é bastante tempo, e que o plano de manejo precisa ser sempre atualizado. Ressaltou que a equipe espera que a realidade da APA seja mais próxima possível da observada, e que uma coisa é olhar para a APA de casa, outra coisa é ouvir da população. Afirmou que o trabalho da equipe do IAC só vai até um ponto, ressaltando que a UFT está contribuindo com a parte comunitária. Frisou que a ideia é que esse plano de manejo venha com seus programas e metas ajustados para a realidade dos presentes. Ela prosseguiu afirmando que o trabalho da equipe é limitado, porque quando terminarem em fevereiro, o trabalho passará pelo Naturatins e depois pelo conselho, que aprova. Depois que aprova, tem a parte de colocar o plano em prática. Ela afirma ainda não saber dizer como vai ser esse plano porque ainda está no processo, e que a equipe espera é que se integre a APA e a APA faça parte da vida de todos de maneira mais positiva possível. Ressaltou que se precisa levantar as potencialidades de viver em APA. Fez então uma analogia comparando a fazer uma roupa na costureira, ressaltando que neste comparativo a ideia das oficinas é tirar as medidas. Alertou que por isso precisam contar a realidade, que se nada ali der certo, irá continuar como está, com insegurança. E que se espera um caminho trilhado. Alberino disse: "a gente vai ter uma propriedade nova", e questionou: quantos porcento dela poderemos usar, e quanto ficará para a APA? Finalizando a sua fala comentando que antes era 35% pro produtor e 65% para a APA. Sarah explicou a Alberino que estão fazendo a metodologia por etapas. Citando a analogia do médico feita por Professor Humberto, Sarah afirmou que o remédio vai vir ainda e pontuou que estavam fazendo o diagnóstico. Sarah continuou sua fala dizendo que só vão conseguir saber do zoneamento, que vai poder dar essas respostas, quando a equipe tiver feito ele. Ressaltou que querem considerar as respostas de todos para tomarem as decisões. Falou que a medida que o Alberino estava falando é o que está no código florestal, e ele vale para todas as áreas nacionais. Explicou que essas são as regras gerais, mas que tem a camada extra (APA), e o

que vai definir o que acontece será o plano de manejo. Alberto iniciou a sua fala dizendo que iria apresentar um exemplo que não existe, de alguém que tem uma propriedade, sendo que essa propriedade concluiu todas as reservas, obedeceu todas as regiões da APA, e essa propriedade está impedida de obter licença de desmatamento. Falou que essa propriedade está paralisada há muito tempo em decorrência dessas medidas do plano de manejo da mata. Citou que o produtor está sofrendo prejuízo. E questionou então: O que que está de errado, se está tudo certo? De acordo com Alberto, o produtor, nesse caso, está preso em uma proposta que não é dele, é do Estado. Prosseguiu perguntando: quem pagará o prejuízo dele? E finalizou dizendo: ele é o produtor, o direito de produtor, o direito de propriedade é constitucional. E se esse produtor faz o desmatamento ele será preso. Sarah então falou que iria pedir ajuda pra Beatriz, do Naturatins, ressaltando que essa situação hipotética era a que estava atualmente, pontuando que se não mexer nada, a região continuará assim. Ela prosseguiu dizendo que por isso ela iria chamar a Beatriz (Naturatins) para responder Alberto em nome do Estado. Sarah ressaltou que a equipe do IAC chegou nessa história em Março desse ano, e que o que esperam com o plano de manejo é que isso seja bastante melhorado na medida do possível. Beatriz se apresentou, falou que trabalha no Naturatins desde 2000. Relembrou que o professor Humberto comentou que não estavam ali para fazer política, mas que APA, na visão dela, é fazer política pública (ressaltando que se trata de um mecanismo que o governo utiliza para benefício da sociedade). Complementou dizendo que política pública que usa como referência o código florestal, e que quando se está falando dele, estão falando de um regramento federal, que a primeira versão dele foi de 1965, atualizado em 2012. Afirmou que o que as pessoas da zona rural mais sentem é a porcentagem de reserva, para o cerrado, que de acordo com o código, é 35%. Destacou que quando se fala de APA se está falando de outra política, que por sua vez, cria áreas protegidas, adotada em todo o país, e o Estado vai aderindo e criando sua própria política. Ela informou que em 1997 o Tocantins começou a criar áreas protegidas, e que quando essas políticas públicas são discutidas em cada governo, o Estado ou município se espelha na federal. Falou que o meio ambiente, geralmente, também é um dos assuntos que as pessoas as vezes omitem e não consideram tão importante quanto os outros, afirmando que muitas vezes as pessoas pensam que as políticas de meio ambiente existem para atrapalhar o desenvolvimento, mas destacou que quando essa política chega propondo reserva, área de proteção, continuem tendo. Disse que já ouviu o produtor falar que a reserva é do Ibama / Naturatins, quando na verdade, de acordo com a Beatriz, a reserva é uma garantia para que

o próprio produtor possa garantir sua produção, e que com isso se protege a água, vegetação, o solo, afirmando que é o conjunto dessas coisas todas o que permite a vida. Ela destacou que o produtor que precisa da água para irrigar o plantio, matar a sede do gado, sabe a importância de uma nascente, então ele preserva. Mencionou que as políticas públicas vêm para fortalecer essa proteção, e que a APA não faz por porcentagem geral igual ao código florestal, ela usa o zoneamento para ordenar o território, ou seja, verificar qual é o potencial das áreas que estão nesse território e propor normas de uso. Ela explicou ainda que essa categoria APA é a mais democrática de todas, se justificando que ela pode ter até a sede do município. Falou que é o trabalho do IAC ouvir quais sugestões os presentes trazem para compor as regras do zoneamento, pontuando que pode ser que o do ano 2000 exija mudanças e alterações. Ela pontuou que o zoneamento não traz uma situação de "a, vai mudar tudo: são coisas separadas". Lembrou que o Estado do TO começou a se integrar em programas e projetos do governo federal para captar recursos, e que foi a partir desses estudos que o Estado olhou e falou que iria captar recursos. De acordo com Beatriz, no ano 2000, quando o plano de manejo foi criado, a APA já existia há 3 anos, e o órgão ambiental não tinha nem a estrutura para fazer a gestão da APA. Ela seguiu a sua fala afirmando que Chapada de Areia não convive diariamente com o Naturatins, e que o escritório mais próximo do presente município deve ser o de Paraíso. Ressaltou que a população tem um órgão ambiental que cuida do Estado inteiro, mas que ainda é um órgão que não tem estrutura suficiente para tanta demanda. Ela citou novamente que está no Naturatins desde 2000 (mencionando que já passaram, durante esse tempo, 7 governadores e 14 presidentes do Naturatins), ressaltando que quando muda a gestão, a nova equipe tem um jeito diferente de conduzir o processo. Caminhou para o final de sua fala dizendo que se tem a política de meio ambiente executada por uma instituição que está fragilizada, pode haver muitas lacunas. Pontuou que quem faz a instituição ser forte, é a sociedade. Ela faz falou ser importante que esse cenário seja bastante compreendido, e que todos esclareçam suas dúvidas. Alberto retornou ao seu questionamento, e disse: "a hipótese desse produtor que comentei, ele tem que recorrer a quem?" Beatriz respondeu que o produtor em questão deveria procurar o setor específico do Naturatins, que cuida da qualidade ambiental/fiscalização e licenciamento propriamente dito. Ela explicou que não conseguiria informar para ele sem ver o número do processo. E que atualmente, se tiver uma situação pontual, o setor de licenciamento que verifica. Ela falou para supor que o produtor está legal, cumpriu o código florestal, mas se a propriedade dele alcançar por exemplo, a zona

de conservação, tem que observar se existe alguma regra nesse sentido. Ela ressaltou que o zoneamento define vários tipos de uso na APA, na zona de conservação da APA, exemplificando: uso de agrotóxico vão ter restrições, por exemplo, não será proibido de usar todos, mas alguns sim. O plano na zona de conservação é permitido, mas com algumas regras, pontuou. Informou que dúvida sobre zoneamento é no setor que ela trabalha, e que é nesse setor que são acolhidas essas demandas. A equipe técnica, de acordo com ela, avalia qual a questão está a sua propriedade. Explicou que isso que tem que observar: zona de conservação, zona de uso sustentável. Seguiu sua explicação dando o exemplo de assentamentos rurais que foram implantados pelo governo federal. Ressaltou que existe dificuldade de comunicação entre os órgãos, e o governo federal não observou que na região onde esses assentamentos seriam implantados tinha regras. Com isso, criou o assentamento e o assentamento tem dificuldades de produção nessa região. Seguiu afirmando que nesse momento é hora de todos trazerem essas questões, porque a equipe técnica vai analisar e avaliar o que pode ser trocado dentro das normas, obviamente sem comprometer os recursos naturais, ressaltou Beatriz. Comentou que os presentes estão na região de maior índice pluviométrico do Estado, e que não é à toa que os grãos vêm sendo muito forte na região. Afirmou que pessoas vieram para cá: terra plana, água com fatura. E por último: desde que o Estado foi construindo essa política, mencionou a existência de 3 instâncias: Secretaria do meio ambiente, Coema (última instância para tomar decisões), e Naturatins: órgão que executa essas políticas. Julião agradeceu a equipe e disse que no seu ponto de vista, (1ª reunião que ele participa), ele achou muito interessante as explicações porque podem tirar muitas dúvidas. Ele então fez uma pergunta, alegando que a outra pergunta que iria fazer a Beatriz já deixou bem claro. A pergunta foi: Chapada de Areia não pega toda a APA de Cantão? Ou só uma parte? Sarah mostrou direto no mapa a resposta da pergunta. Julião disse que era só isso que queria saber, ressaltando que viu o Pedro (vaqueiro) falando que a área dele está inclusa, mas concluiu que no caso da área dele: está ficando fora. Edilson (contador e representante do Sindicado Rural de Paraíso) agradeceu e questionou: nessas tomadas de decisão vão ser criadas a comissão de decisão? Mencionando que ele acredita que isso é importante: as pessoas levarem suas sugestões e reinvindicações. Sarah respondeu que se trata de uma atividade participativa, então precisavam criar oportunidades para todos participarem. Ela falou que vai acontecer em 3 etapas, e frisou que a ideia não era só fazer pergunta, mas que era algo natural como todos "estavam conhecendo agora". Ela ressaltou a importância de todos ficarem à vontade para fazerem qualquer sugestão, explicando que

o que a equipe conseguisse iria responder, e o que não conseguissem estava sendo colocado em ata e iriam procurar. Ela informou que o documento vai para o conselho gestor da APA, que é responsável pela aprovação. Ela falou que não tem certeza do número exato, mas pontuou que metade do Conselho é formado pelos municípios. Explicou que o prefeito tem uma cadeira no Conselho, e que além do prefeito tem o suplente do município também. Reafirmou que no Conselho tem os municípios e representantes da sociedade civil. Disse que no site tem o plano de comunicação, e que no guia do participante também tem. Leu o guia falando todo mundo que está presente no Conselho. E reafirmou que que são eles que de fato vão aprovar esse trabalho todo. Ela contou o que que a equipe combinou na reunião do conselho: foi que lá foi montado um grupo de trabalho, e eles ficaram responsáveis por acompanhar esse processo. Sarah afirma não saber se tem alguém do grupo de trabalho presente no momento. Ela falou que então é possível organizar mesas e oficinas internamente no município, mas que a equipe não tem controle sobre isso. E reforçou que quem tiver sugestões e colocações, pode fazer também. Laudemiro (secretário) perguntou o que o produtor do município quer saber: se tem propriedade que foi toda desmatada, se ele adquirir essa propriedade, o ônus vai ficar no CPF dele ou no terreno? Beatriz respondeu que o proprietário que vai adquirir, ele vai ter que organizar documentação, e vai ser verificado se ele tem reserva legal. E que ele vai ficar com esse ônus de reverter isso. Pedro (vaqueiro) retomou a sua fala citando o que havia perguntado anteriormente: tem uma lei federal, de acordo com ele, que diz que protege “a gente”, prosseguiu explicando a lei afirmando que, de acordo com ela, quem desmatou antes de 2008, não é passível de multa. De acordo com Pedro (Vaqueiro) eles querem saber se essa lei federal vai para a região. Mencionou que eles sabem como isso aconteceu, afirmando que Siqueira vendeu para Inglaterra e eles, moradores da região, que pagam o preço. Finalizou questionando: essa lei deixará de existir, e essa que está sendo criada que vai existir? Beatriz explicou que o que está sendo feito é revisão do plano de manejo. Ela citou que quando o Sr. Pedro menciona o perdão dos passiveis anteriores a 2008, isso está atrelado ao código florestal. Ela continuou a sua fala afirmando que o código florestal de 2012 já trouxe várias alterações e uma reivindicação disso. Em relação ao nível federal, de acordo com Beatriz não têm, claro, nenhuma intervenção. Quando a regra é federal, Estados e Municípios estão subordinados. Ela alegou que a regra do código florestal está trazendo esse “perdão”, e que nesses casos, quem cumpriu a legislação até então, acaba ficando prejudicado, porque quando se renuncia a quem cometeu o crime, ele acaba não tendo a obrigação de fazer. Finalizou a sua fala

pontuando que lá no código florestal tem essa discussão, mas que não é um assunto nesse contexto de plano de manejo, então ela não teria como responder. Pedro perguntou algo novamente que não deu para ouvir. Beatriz perguntou se o Sr. Pedro já havia ido até o Naturatins para levar essa reinvindicação, e falou que o que ela poderia orientá-lo era que ele buscasse uma conversa na instituição para esclarecer esses aspectos. A equipe técnica, segundo Beatriz, recebe pedido de análise de revisão, e vai olhar tudo desde o início. Beatriz finalizou afirmando que não teria a menor condição de explicar isso para o Pedro sem conhecer o processo dele. Pedro, então, repetiu a pergunta referente a situação do desmatamento que aconteceu antes de 2008. Beatriz explicou que quando falou para ele ir ao Órgão, pensou que o questionamento era do processo dele em específico. Sarah falou que a equipe entende que existem muitas dificuldades nesse processo de gestão de unidade ao mesmo tempo que o Estado está se organizando, e pontuou que passaram muitos anos. Ela afirmou que sabe que tem muito mais questões do que as que todos estavam colocando e que tem muitas outras coisas que a equipe precisava ouvir. Ela falou que sabe que as pessoas ficavam ansiosas, mas esclareceu: o que a equipe faz aqui não tem lei, quem faz lei é o legislativo. Ela explicou por que que estava dizendo isso: tem uma lei que diz isso, ela vai continuar dizendo isso. A equipe, de acordo com Sarah, dá conta "só de um pedacinho", fazer o plano de manejo porque a APA foi criada por lei. Nesse documento (guia do participante) tem a pergunta: podemos mexer na lei da APA? Em seguida ela respondeu que não, porque a equipe não tem essa atribuição. Afirmou que eles ficam com vontade mesmo de dar conta de uma série de questões que não dão conta. Falou que sabe também que está todo mundo interessado nas situações hipotéticas já que cada terra tem sua história, cada terra aconteceu de um jeito. Ela concluiu a sua fala afirmando que a equipe não dá conta de dar essas respostas, e repetiu de novo: não iremos mexer em nenhuma das leis aqui. Laísa informou que os alunos presentes teriam que se retirar porque tinham que ir para a fazenda. Sarah agradeceu a presença de todos, e pediu que se na escola for trabalhar algo disso, para encaminharem para o prefeito e ele encaminhar para a equipe. Laísa iniciou a sua participação fazendo referência, de acordo com ela, principalmente aos municípios que estão todos dentro da APA. Ela pontuou que os clientes vivem disso, eles têm área desmatada e estão trabalhando há 9/10 anos para restituírem. Ela questionou como poderia defendê-los, se justificando que eles precisam de financiamento. E finalizou perguntando: ou eles vão ficar penalizados por 9/10 anos até isso ser regenerado? Hatus, que é consultor ambiental, iniciou afirmando o que seria um imóvel que está regularizado, com licença

vigente, parecer emitido, e em seguida questionou se esse tipo de imóvel terá uma prioridade dentro do plano. Alegou que hoje a área é autorizada, e se ela será considerada? Visto que já foi autorizada pelo Naturatins, de acordo com ele. Caminhou para o fim da sua fala questionando: ou o meu proprietário, mesmo estando todo regularizado, terá algum impacto de forma negativa perdendo sua área de produtividade? Sarah respondeu a ele que existem dois momentos: o que se vive atualmente (zoneamento de 2000, com a insegurança que as pessoas trazem). E tem o que está se mirando no futuro. Ela relembrou a analogia de quando falou da costureira, pois, de acordo com ela, essa informação é importante. Falou que quando se considera que a APA está há 27 anos existindo, tem licença, tem operação, tudo isso é informação, e afirmou que tudo será levado em consideração. Ela informou que como não estavam olhando CNPJ, a APA busca algo no caminho do equilíbrio, porque as propriedades não são iguais. Esclareceu que está tudo sendo considerado, mas ressaltou que há necessidade de haver um equilíbrio nesse processo. Ela retomou a analogia do Professor Humberto e citou o princípio básico sustentável: modo de vida protegendo os recursos. Sarah mostrou outro banner de recursos fundamentais, e comentou que além do plano de manejo de 2000 tem outros dois estudos (2019 e 2025). Exemplificou que uma das atividades conflitantes que citam no estudo são as cidades, mas finalizou ressaltando que ninguém irá tirar a cidade do local onde ela está. Com isso, fez provocações: quem é produtor? O que produz? Quais as principais dificuldades? Beatriz relembrou a presença do prefeito e secretário. Então tentou trazer a resposta para o Pedro vaqueiro, afirmando que a questão do código florestal, quando ele traz o "perdão" anterior a 2008, era o perdão de quem havia sido multado, mas ressaltou que a responsabilidade de reflorestar não muda. Ela então evidenciou e ressaltou a importância do Prefeito e Secretário de meio ambiente terem um instrumento de recepção de execução da política ambiental. Falou que era mérito deles e que reconhecia como uma vantagem. Falou que as questões ambientais andam em paralelo com quem produz, frisando que isso é um desafio para todos. Ressaltou a importância de compreender que é a reserva que garante a produção. Citou que a presente APA tem 9 municípios, e comentou sobre a fragilidade da implantação em boas partes das vezes porque o órgão ambiental não é fortalecido. Mencionou que a sede da APA está em Araguacema, afirmando que a equipe consegue atender mais fácil quem está perto da sede. Deu uma sugestão: as pessoas têm força para reivindicar que o escritório da APA possa ter seguimentos. Falou que acha muito grande a APA em questão para ter uma sede só. Pontuou que em federais costumam fazer isso, porque é uma forma de todos estarem mais próximos

da instituição que executa a política do meio ambiente. Em Paraíso tem o escritório do Naturatins (está em 14 municípios). Mas concluiu afirmando estar se referindo em relação a gestão da APA, porque a equipe de gestão é quem está mais envolvido diariamente com essa rotina, de acordo com ela. Fernando (ADSTO) assumiu a fala dizendo que estava ali em nome do Arnardino Gabriel. Ressaltou que a professora Sarah estava trazendo ali algo que estavam construindo há anos, e que então foi uma vitória muito grande estarem todos ali naquele dia. Afirmou que tinham muitas perguntas que só irão ser esclarecidas ao desenrolar de todo o processo. Falou que se alguém tiver dúvida sobre o que foi construído, para "colar" no prefeito, para entender o que está acontecendo em seu município. Por exemplo, comentou que acha que ali não possui a ZE. Fernando comentou que têm muitos profissionais que tem base de dados que podem trazer essa segurança para todos. Relembrou o que foi visto na oficina que participou em Caseara (citando que se referia a primeira que aconteceu no assentamento). Deu então um exemplo questionando: quem tem fazenda? Chove? Sobre a fauna, ainda existem os animais? Ainda estão aqui? Ressaltou que essas perguntas que a Sarah estava fazendo ela precisa ter o retorno para ter embasamento técnico. Relembrou então que o guia do participante que foi distribuído tem muita informação. Falou que o que estava sendo construído ali não era só a vontade do Estado, mas sim de toda a comunidade. Afirmou que estão buscando um bem comum, que proteja o meio ambiente, para que traga sustentabilidade. E questionou dizendo: Principalmente quem é da reunião: como é a água? Reafirmando que isso precisava do engajamento de todos ali, e que ninguém iria ser comprometido por falar algo. Afirmou que estavam revisando e estudando tudo que foi implantado, ressaltando que não concordam com tudo que foi colocado, mas que precisam construir isso em comum acordo com todas as áreas. Silvano perguntou se dentro dessa particularidade, nos municípios que ficam fora da área de APA, se ficaria como está a lei. Sarah respondeu mostrando no banner que hipoteticamente a área dele está fora, e afirmou que essa situação seria guiada pelo código florestal. Sarah questionou novamente quem era produtor rural. Josival informou não ser do município, que era produtor, mas que via que isso vai impactar todos os municípios (em sua opinião negativamente). Lembrou que cada um ali tem uma atividade, e ressaltou que está todo mundo assustado. Falou que participam dessas oficinas para sair com informações, mas que até então não viu nada seguro para eles entenderem. Falou que o que veem é que serão prejudicados, porque estão preocupados com o amanhã as vezes. E questionou então sobre os produtores de hoje, que estão dando alimentos, saindo das propriedades. Citou que a propriedade dele é no

município de Miracema, e que lá produzem boi, ovo, galinha de postura. Frisou que cada um tem uma preocupação porque vai mudar alguma coisa, é para o bem ou para o mal. Ressaltou que isso que querem ouvir da equipe, que não vieram do campo como eles que estão no campo todos os dias. Questionou se eles serão impactados, respondeu em seguida que sim, que tem certeza. Falou que gostaria de ouvir da seguinte forma: "vocês vão ser impactados assim, assim e assim". Falou que é agrimensor também e que passou muito tempo legalizando áreas para esse povo. Em seguida perguntou: e agora legalizados, o que vai acontecer com a sua área? Finalizou citando a fala, de acordo com ele, "da Dra." sobre 2008, que o pessoal vai ter que cumprir reflorestamento, e a lei falava que eles seriam dispensados. "Hoje está sendo uma série de perguntas, e isso está pairando nosso meio para saber se isso vem para o bem ou para o mal", afirmou Josival. Sarah informou que naquele momento, dia 11, tinham uma APA que já foi criada, e que ela não tem plano de manejo vigente. Pontuou que a equipe já estava há duas semanas no trecho, e que eles têm entendido que esse é o pior cenário, porque é muito inseguro mesmo. Professor Humberto reconheceu que ruim já estava, que o que acontece é, a pessoa chega no banco e tenta pegar um financiamento, e é barrado porque ele está em uma área dentro da APA. Professor Humberto prosseguiu dizendo que isso está desde 1997. Citou um outro exemplo: pessoa produz grão, na hora de vender, trade cancela venda. Professor Humberto externalizou que na sua opinião, pior que está não fica. Mas ressaltou que se o melhor cenário para todos é acabar com APA, isso não vai acontecer. Afirmou que entende a ansiedade de todos que estão produzindo, "na lida no sol quente". Fez a analogia do processo de elaboração do plano de manejo com a ida ao médico, e explicou que essa pergunta vai ficar mais clara quando fizerem o zoneamento. Mas questionou como que irão chegar no zoneamento sem isso que estava acontecendo ali, afirmando que se o zoneamento já tivesse pronto naquele momento, a equipe estaria fingindo. Prosseguiu dizendo que faz parte do processo. Informou que foi iniciado esse trabalho no final de março para resolverem esse problema que vem desde 1997. Citou que o plano de manejo de 2019 não foi aprovado porque não teve a participação popular. Relembrou que quem mora na região são os ali presentes, e reafirmou que eles têm que dizer para a equipe, reconhecendo que é valido eles apresentarem as suas dores. Concluiu falando novamente que ali era o momento de falar mesmo. Mas reforçou novamente que não tem nada "fechado" e que a equipe tem uma ideia. Josival retomou a fala dizendo que o que está acontecendo no Brasil leva a pensar que todos estavam ali servindo só para uma legalidade do que está pronto, externalizando em seguida o seu desejo:

"tomara que não", "acredito que não". Disse que querem o bem da sociedade, querem ver a economia crescer. Querem sim o bioma, querem o peixe, querem produzir, comer, querem a educação. Mas finalizou ressaltando que o medo deles é que isso venha para que atrapalhe a produção e que não consigam levar alimento para a população. Reafirmou que a preocupação das pessoas é que esse zoneamento já esteja pronto, e eles tenham só que assinar ali para legalizar. Professor Humberto falou que entende, que é brasileiro também. E afirmou que por isso que a universidade é contratada, ressaltando que a equipe é formada por servidores federais de carreira. Ressaltou que estavam ali nessa posição, que eles estudaram um pouquinho, pontuando que ninguém é melhor do que ninguém. Afirmou não querer ser a pessoa que daqui cinco anos digam que foi o culpado pela produção ter acabado, e um monte de gente ter ido embora. Mas também não quer ouvir falar que por conta da equipe acabou o meio ambiente. Continuou exemplificando que "a gente precisa comer o boi", reafirmando que quer que o"sr." continue produzindo, porque ele também come. Concordou com a fala de que o que está sendo debatido ali impacta outras cidades, afirmando que se trata de efeito dominó, não sendo só eles que ali vivem os únicos impactados. Exemplificou: Se o Sr. tem dificuldade, a planta não nasce mais, o boi não come, o valor da carne já sobe, a soja não nasce mais porque acabou a água. E disse que quem faz o negócio certinho estava ali, já quem faz errado não estava. Ressaltou que o problema são os que não vem ("ele quer passar o trator em tudo"). Continuou a sua fala afirmando que todos sabem muito bem: se não preservar a mata beirando o rio, acontecerá erosão até acabar com tudo. Afirmou ter a certeza de que os que estavam ali preservam, mas afirmou que tem o que não preserva que não estava ali. Falou que o que vão fazer é equilibrar: Finalizou dizendo que não querem ser responsáveis por acabar com produção nenhuma, e nem acabar com alimento de ninguém, evidenciando que a equipe entende que o desenvolvimento acontece, mas ressaltou que também não querem acabar com o recurso ambiental. Josival retomou a fala dizendo que a sua preocupação é esse estudo estar só nos laboratórios, e questionou em seguida se esse laboratório não iria para lá. Professor Humberto procurou então pelo Fernando (ADSTO). E Explicou que o exame já foi feito, que não foi a equipe da universidade que fez. Falou que foi feito estudo dentro das fazendas, observações, números. E que estavam ali para saber se o que estavam vendo era isso mesmo ou não. Afirmou que a equipe não fica só no ar-condicionado. Ressaltou que se a equipe não vestir a camisa de cada ator, o negócio não sairá bonito. Falou que pode ser que a equipe faça um plano e o ministério público "chegue e fale: não dá". Explicou que para construírem

o mais equilibrado possível precisam ouvir a população. Reafirmou que a APA é muito grande, deixando claro que os técnicos não estiveram em todas as propriedades, e que por isso a equipe estava ali. Julião contou que chegou na região em 1975. Falou que ali funcionavam duas coisas produtivas: 1ª agricultura, 2ª pecuária. Todas essas duas coisas caíram, afirmou 50%. Agricultura, de acordo com Julião, parou, afirmando em seguida que ninguém colhe mais roça de arroz. A pecuária, segundo ele, diminuiu bastante, e o pessoal não tem mais onde criar quase nada, porque as pessoas que têm pedaço de terra tem que furar poço ou fazer pequena represa para poder manter o pouco gado que tem, e finalizou dizendo: "o que eu vejo no meu ponto de vista os grandes desmatamentos que tem: no córrego que a gente mora, a gente ia e pescava bastante piau. Hoje, vamos lá, nesse poço, e está seco. Já disse para os meus cunhados que moram lá, o pessoal desmata na beira do córrego, a terra vai para dentro, acaba os poços. Se não tem a impossibilidade desse povo, nosso mundo já estava todo desmatado. É necessário que tenha essa impossibilidade. Não vem chuva, aí no nosso terreno tem que fazer buraco". Liba Brasil iniciou dizendo que iria falar a respeito do Sr. Batista, e afirmou: Sr. Batista é proprietário de 97 alqueires, terra toda bruta. Atualmente, de acordo com ela, ele não vive da pecuária porque é impossibilitado, e nem para venda ele consegue vender. Hoje ele tem essa terra e não pode viver, não pode roçar pasto, não pode criar represa, afirmou Liba Brasil. E os compradores não querem porque está dentro da APA. Ela relembrou o que Pedro (vaqueiro) mencionou, que é muito prejuízo para quem vive da agricultura. "Uns sofrem pelos outros, é claro que tem quem faz coisa irregular". Ela finalizou então fazendo um pedido, de acordo com ela, em nome de todos os produtores: distribuam mapa para cada proprietário, informando se a propriedade dele está dentro da APA ou não, frisando que tem muitos que nem sabem. Sarah retomou falando que como Professor Humberto mencionou, esse mapa ainda não existe. De acordo com ela, existirá em novembro. Ela afirmou que irão buscar um jeito de trabalhar de uma forma que seja bem clara. E citou que mesmo que tenha uma área que seja de conservação, dentro dela pode haver vários tipos de programas. Programas, políticas e metas podem ser diferentes inclusive na mesma zona. Sarah perguntou se mais alguém gostaria de falar. Lembrou sobre as próximas oficinas e agradeceu a organização. O Prefeito fez a fala final, e iniciou agradecendo a equipe. Ressaltou que algumas dúvidas não ficaram sanadas, mas que todos sabem que esse plano é feito por etapa. Afirmou que com certeza nas outras etapas o plano já estará mais adiantado. Lembrou que no início temos muitas dúvidas a serem sanadas, mas que já foram colocados alguns pontos. Deu o exemplo do Pedro (vaqueiro),

afirmando que reconhece a realidade dele. Uma coisa também que tiveram em Marianópolis, de acordo com o prefeito: licenças estavam suspensas, anos atras não estavam nem licenciando, mas “naquele dia o presidente do Naturatins falou que já estavam”, e o prefeito ressaltou o quão isso é importante. Falou que crê que nas próximas já estarão mais sanadas as dúvidas. Informou que naquele momento iriam ter um almoço ali no prédio mesmo. E finalizou dizendo que acredita que pior que isso não fica, pois impactados já estão. Então, de acordo com o prefeito, é necessário melhorar.

3.9. Pium

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 11.08.2025
Início: 15h
Fim: 18
Local: Pium – Auditório da Prefeitura

Histórico:

Cerimonial agradeceu presença do UFT, ADSTO, Ministério Público, Vereadores, Presidente da Câmara de Cristalândia, Vereador de Paraíso. Diego Vieira, secretário municipal de turismo e meio ambiente, iniciou a sua fala agradecendo a Deus, e cumprimentando todos. Mencionou que o município sofre com a APA do cantão. Falou que o secretário de agricultura e ambiente tem que andar junto para Pium desenvolver. Roberval Paulo (secretário de agricultura) expressou sua satisfação em ver o auditório tão cheio, e por uma causa tão importante para o município, região e Tocantins. Informou que o Padre Fernando (prefeito) estava em viagem, e infelizmente ainda não tinha conseguido chegar. Mencionou que aquele momento era muito importante para a biodiversidade, produtores e todos os moradores. Afirmou que a APA é a maior do Tocantins, com extensão de mais de 1,6 milhão de hectares. Ele explicou que o plano de manejo já vem de muito tempo, mas que ainda não haviam chegado a um denominador comum visto que é melindroso o processo. Declarou ser preciso muita sabedoria, inteligência, para chegarem à definição de um documento, afirmou que o plano de manejo não vai atender a 100% de todos... que toda a região precisa de desenvolvimento. Ele ressaltou que a região é altamente centrada na produção agropecuária. Os agricultores reivindicam, acredita ele, uma gestão mais participativa para eles colocarem suas necessidades em pauta, os ambientalistas também esperam, por outro lado, a preservação dos recursos. Informou que haverá mais reuniões para que logo cheguem a um documento que atenda a produtores e moradores. Edvan Gomes (Secretário de administração) deu boa tarde a todos. Agradeceu a presença de cada um.

Afirmou que o evento foi feito com carinho para todos aprenderem o que estavam passando, porque os produtores estavam preocupados. Agradeceu e falou que o prefeito deixou um abraço, que ele iria fazer um esforço para estar presente até às 17h. Ressaltou que essa parte da APA influencia na vida de cada um ali, produtores, comerciantes, estudantes. Angélica Beatriz (Naturatins) em nome do presidente agradeceu a presença de todos, para essa discussão que, segundo ela, é tão importante. Ressaltou que a participação de cada município significa muito, e informou estar ali a disposição para contribuir com as dúvidas e esclarecimentos. Professor Humberto Xavier expressou que para os membros da equipe da universidade é motivo de muita alegria estarem ali naquele dia. Relatou que a equipe começou a "caravana" no domingo passado. Ressaltou a importância de deixar claro que o IAC estava ali para mediar/equilibrar, de forma independente, não partidária. Pontuou que o objetivo é compatibilizar a produção, pessoas, e o meio ambiente. Agradeceu todo mundo. Falou que queria fazer duas perguntas: se os presentes sabiam o que significa APA (nesse momento poucas pessoas levantaram a mão). E a 2ª pergunta: isso é bom ou ruim? Poucas pessoas se manifestaram. Ele afirmou que estar dentro da APA não significa que é algo ruim, que existem políticas que quem está dentro da APA pode acessar, diferente de quem está fora. Questionou: "O que que temos nessa região? E então respondeu que se tem o encontro de dois biomas bem importantes: cerrado e Amazônia. Destacou que ter uma APA nessa região é para cuidar do que é de todos, que todos precisam respirar, todos precisam de água, e ressaltou que tem o outro ponto também: todos precisam comer. Falou que tem a produção, e que isso leva o desenvolvimento de uma região. Ressaltou que o plano de manejo tem que ser feito com muito cuidado. Falou que a equipe da UFT, formada por servidores federais, estudaram um pouquinho, que ninguém é melhor do que ninguém. e perguntou: até que ponto a gente consegue fazer isso sem prejudicar o meio ambiente, sem prejudicar as pessoas? Toda APA precisa de um plano de manejo. Produtor precisa acessar recurso no banco, e não consegue, por isso existe plano de manejo. Questionou então: o que que é um plano? E quando se fala em manejo, que que é o manejo? Perguntou quem cria animal ali. Uma pessoa respondeu falando que tem a divisão na criação de animal, e que isso se chama manejo ("porque se deixar tudo solto vai bagunçar tudo"). Humberto explicou que se aqueles, que estão dentro de uma APA, não construírem de forma sustentável: daqui 5, 10 anos, tudo acaba se tender para um lado, e se tender para o outro lado: da mesma forma. Destacou que já completaram mais de 1000 pessoas participando. Fez um comparativo afirmando que planejar uma viagem dentro de casa já é difícil, imagine um plano de manejo.

Afirmou que se precisa construir juntos algo que seja equilibrado: produção, pessoas e meio ambiente. Falou da importância da lista de presença. Questionou se todos ali sabiam que o plano de manejo já tem um site, e afirmou que todo material fica lá. Fez o comparativo do processo de construção do plano com a ida ao médico. Afirmou ser exatamente isso que seria feito naquele dia, escutar todos ali. Expressou ficar feliz em ver os alunos ali, porque isso tem muito a ver com o futuro deles. Informou que boa parte do levantamento em campo já foi feito há alguns anos por técnicos, mas que não podem fechar o diagnóstico sem ouvir os pacientes: aqueles que moram ali. Falou que a equipe veio de Palmas. Pontuou que gostaria muito que todos falassem: o que produzem, o que fazem, o que já viram. Falou que o que ele já percebeu ao longo de todas essas oficinas é que quem faz as coisas "bonitinho" participa, e quem faz as coisas mal-feitas não vão. Pediu que aqueles que sabem que seu vizinho faz as coisas erradas, que "desse um cutucão nele". Falou que o objetivo ali naquele dia era ouvir a todos: Questionou: "como é a vida de vocês?" Afirmou ser ruim estar dentro da APA quando não tem segurança jurídica, e que por isso estavam criando o plano de manejo. Falou do formulário do Paulo e o objetivo do formulário. Apresentou a equipe. Ressaltou que não acaba ali, que as vezes a pensa: o fulano devia estar aqui e não veio: ele entra no site e pode enviar dúvidas/sugestões. Sarah afirmou que o objetivo não é ser uma palestra, afirmando que é para ser uma conversa. Ouvir contribuições dores, o que produz, o que que está dando certo, o que pode melhorar. Sarah falou que iria dizer algo bem curto só pra se ter um parâmetro. Falou do guia do participante/grupo dos informes, falou dos contatos e do instagram. Afirmou que na oficina de diagnóstico estão querendo ouvir a população para complementar, e isso vai encaminhar para outra atividade: zoneamento. Explicou que quanto melhor fosse o conhecimento ali, melhor será o zoneamento. Falou que Pium é um município muito interessante do ponto de vista da conservação, mostrou a localização (tem parte dentro e parte fora da APA). Dentro da terra de Pium tem verde escuro (proteção integral, pode acontecer só visitação), a APA não é de proteção integral, ela é de uso sustentável. Sarah pontuou que o zoneamento diz quais são as zonas e como ela se estabelecem. Até de uso comum (código florestal). E Pium convive com as 3 realidades. Ela esclareceu que a APA foi criada por lei estadual. Falou que estavam discutindo o plano de manejo, ressaltando que este, por sua vez, não tem peso de lei. Ele é um documento administrativo. Falou que o objetivo ali era: informar, tirar dúvidas, consultar a população, o que que eles desejavam, o que que podia melhorar. Falou que a equipe, principalmente no papel da universidade, acredita muito do método. Afirmou não ter como dizer para todos

como será o zoneamento, porque ainda não chegaram nessa parte. Citou que a APA foi criada com um propósito e o explicou. Falou da importância dos rios não só ali, mas também em outros locais. Marcelo (Frisia) parabenizou prefeitura e IAC pelo evento, e os presentes nessa discussão tão importante. Pium, de acordo com ele, tem extensão enorme (4º maior), e a economia está estagnada. Afirmou terem cerca de 20 cooperados, ressaltando que metade da produção fica dentro da APA. Falou que têm várias propriedades que estão paradas, e que estudos de viabilidades foram feitos, e não acontece devido a insegurança jurídica fortíssima que há. Exemplificou citando que atualmente uma fazenda tem 30 pessoas da cidade que trabalham lá. Falando em nome dos cooperados, fez um apelo: pediu que todos falassem, expusessem suas dores, afirmando que aquele era o momento em que a equipe estava coletando informação, para na próxima vinda apresentar o plano de manejo. Falou para os jovens que aquele era o futuro/emprego/empreendimento deles. Falou em nome da cooperativa: Pium sempre foi pilar chave para o desenvolvimento da empresa, que fizeram aquisição de terreno ali na cidade, projetando fazer ali um armazém. E esse projeto está parado há quase 2 anos. Parabenizou novamente ao IAC, relembrou o que Humberto falou: equilibrar, afirmando que esse equilíbrio é essencial para conseguirem produzir. Falou que tinham um desafio de solo muito forte que demanda muito investimento (solos que não tem fertilizante natural). Pediu para olharem com carinho a viabilidade econômica da agricultura da região. Falou que a empresa estava super a disposição, muito preocupado, e torcendo. Citou um ponto muito importante para chegarem no equilíbrio: a região é nova, precisa desenvolver, e para que isso aconteça, não podem deixar influências externas, exemplo: países que já desenvolveram, quererem proibir as pessoas ali de produzir. Afirmou já estarem deixando metade das propriedades, a outra metade precisam usar (com base no código florestal). Marcio Nicodemo afirmou que Pium era o município que escolheu para ir viver com a sua família, citou o comentário do Marcelo sobre insegurança jurídica. Afirmou que chegou em 2013, e o que lhe chamou muita atenção foi a documentação. Que esteve trabalhando, foi ao Naturatins, tirou licenças, investiram nas áreas, deu emprego para muita gente nas fazendas. Contou que há dois anos fez uma compra de adubo, tudo certinho, e que quando chegou a hora de assinar o documento para entregar o adubo, o jurídico da empresa ligou para ele dizendo que ele estava dentro da APA. Prosseguiu contando que em seguida ele foi lá e provou que estava dentro da Z.D.E. (Zona de Desenvolvimento Econômico). Porém, ressaltou que tentou e não funcionou, já que o jurídico deles não entenderam. Perguntou aos estudantes presentes: dentro da APA eles podem vender queijo?

vocês podem “montar um negocinho” e vender ovo? “Pode ou não pode?” Ninguém sabe. Por isso é tão importante aprovar o manejo. Afirmou ser isso o que travava a Frísia e outros investimentos ali dentro. A hora que o manejo for aprovado é um CPF da região (“hoje nós estamos sem CPF”). Questionou se um homem sem CPF vive. Respondeu em seguida: vive, mas trava. A APA sem CPF trava investimentos nos municípios. Afirmou serem pessoas inteligentes, e reconheceu ter muita gente empenhada. Afirmou que prosperidade trás prosperidade, e dinheiro trás dinheiro. Ninguém pensa em sustentabilidade se não conseguir comer, pontuou Márcio. Falou que estavam discutindo ali o uso sustentável com apoio jurídico para trabalhar, mencionando que uma vez o plano de manejo aprovado a região irá ter segurança jurídica. Novos investimentos virão para o município, e isso melhorará para todo mundo. Contou já ter ouvido relatos de vizinhos seus: que depois que começou a abrir lavoura, nunca mais queimou seu pasto. Falou que eles têm grupo do fogo, se alguém falou alguma coisa: tem fumaça. Acionou: o povo se junta. Falou que o prefeito, Padre Fernando, está muito empenhado, isso é um benefício para todos. João Paraná relatou ter participado dessa oficina há mais de 20 anos, e que entrou alguém com má intenção que não sabe que o produtor trabalha de graça para o Estado sem receber nada, mantendo áreas de preservação sem receber nada. Questionou se alguém ali tinha coragem de trabalhar de graça, afirmando que o proprietário de área trabalha de graça. Afirmou que depois de Deus, é o homem. Ele fez essa região abençoada. Falou que tinham que aproveitar o que havia ali. Falou então com os professores: nunca deem um passo para frente, sem dar um passo para trás. Isso tem que ser bem estudado. Contou que em 1955 deu uma seca ali, e não tinha nenhuma arvore caída. Afirmou já estar ali há mais de 40 anos. Contou que para se fazer uma cacimba tem que tirar licença e pagar. Então pagando pode fazer? Questionou. Ressaltou que era preciso mudar essa mentalidade. Afirmou que o governo não trabalha pra fazer dinheiro, quem trabalha para fazer dinheiro são as pessoas. Disse já estar chegando nos 80 anos e nunca parou de trabalhar. Pediu para observarem o que o professor passa para todos, porque muitas vezes ele não passa a verdade. Contou ser analfabeto de pai e mãe, e teve a oportunidade de voltar para lá, e Deus foi tão caprichoso que seu filho é secretário de agricultura do Estado. Reafirmou que precisam de alimento, que se eles pararem de plantar seis meses o mundo passa fome. O Brasil, de acordo com ele, é o único país no mundo que consegue sustentar o mundo, afirmando que o Brasil é um gigante adormecido, não sabe seu valor. Jonny, proprietário de fazenda, afirmou que sua fazenda contribui demais para o município, e que se ele não é o maior arrecador, é um deles. Ele disse ter mais de 120 pessoas trabalhando

com ele, a maioria do município. Falou já ter participado do conselho da APA há um tempo. Afirmou que a região é impactada por todas as formas: região protegida tem uma série de limitações, sejam impositivas ou não. Ele argumentou que para tirar licenciamento e prosperar é muito difícil, que o Estado estava travado. Há muito tempo não sai uma licença para quem está dentro da APA. Há muito tempo as pessoas não conseguem segurança jurídica para trabalhar. Todo mundo fica inseguro se vai ter emprego amanhã ou não. A região toda é afetada. Contou que para comprar insumos/vender produção são necessárias as licenças. Nenhuma empresa, hoje, compra seu produto se não tiver legalizado. Hoje, para ter as licenças, não é fácil. Falou que não estava criticando, mas as exigências são muitas. Falou que já tem o código florestal que já tem todas as prerrogativas de cuidar do meio ambiente, e que vão ter mais uma sobrecarga (APA). Preservar 35% + app + tudo que os impõem a cuidar, não chegam a 50% de uso. E ainda tem essa problemática que se arrasta por mais de 25 anos. Fez então uma pergunta: quem comprou a fazenda no tempo de Goiás, que tinha legislação totalmente diferente? Para quem está há 40 anos ou mais abrindo, dando emprego? Então assim, as leis mudaram, mas e os direitos lá de trás, como que ficam? Questionou. Afirmou não serem contra a APA, mas que precisam ser ouvidos, visitados, afirmando que garantia que ninguém os foi visitar. Afirmou que quem o conhece sabe que ele cumpre. Hoje para manter uma cacimba para água precisa de uma licença. As dificuldades são muito grandes. Esse plano de manejo tem que ser revisado com muita clareza, tem que ter equilíbrio, tem que ter o tripé da produção, ambiental e pessoas, mas todos tem que ser ouvidos também. Falou que eles são poucos ouvidos, e sofrem muita pressão. Se não tiver equilíbrio, são fardados a não existir, perder tudo: ambientalistas, fazenda, APA, comércio. Falou que estavam lá ajudando a apagar fogo que não compete a ele. Mencionou que a ocorrência estava dentro do assentamento, que não caberia a eles, mas que tem responsabilidade e ajudam porque sabem que a natureza precisa ser cuidada. Sarah falou que lhe foi perguntado e ela iria recapitular uma parte: que o plano de manejo é um documento que vai ordenar atividades que serão possíveis e aonde, programas e metas para serem desenvolvidos, mas ele é um documento administrativo. E a partir daí ele precisa ser implementado. Ele não é uma lei, a lei que criou a APA é de 1997. O plano de manejo não tem condições de mudar o que está na lei. Ele organiza. Vereador Osvaldinho agradeceu a todos. Disse que queria dizer que, como cidadão de Pium, representante da comunidade, conhece a região desde que nasceu, pontuando que há “13 anos ele ficava todinho na fazenda Jan”. Fez um alerta para todos: será que é possível, só a APA vai resolver todos os problemas

da Amazônia e cerrado? Afirmou que são privilegiados porque estão dentro da APA, mas não podem ser penalizados por isso. Fez então uma pergunta: com relação ao desmatamento... afirmou que ele passa na transbrasiliana e vê o produtor que não está produzindo nada, que não tem atividade nenhuma na beira da BR, e ele desmata toda a beira da BR que não é deles. Questionou se não tem ninguém para falar isso? Que ele passa ali não tem um feijão, gado, e não tem ninguém corrigindo isso. Questionou que precisam do clima, "não é isso?" Falou que há pessoas gradeando solo sendo que não estão usando para nada (cadê a universidade para conversar com eles). Então assim, fica essa colocação: é bom os alunos estarem aqui, o que não está na APA, está nos parques... por causa de uma lei, a lei foi feita, ok. Foi bom na época, mas precisa ser revista. Mencionou a fala de Humberto: os produtores que estão aqui já fazem certo. O município é o 4º maior do estado, tem toda a capacidade de produzir, então não adianta segurar o povo aqui do meio, e os da beiradinha fazer o que quer, afirmou. Onde pode deixar o pé de pequi, que deixe. Mas soja está junto. Falou que aonde vão as BRs estaduais são degradadas e não falam nada. É ambiental do mesmo jeito. Ressaltou que pedem que entre em um consenso: que precisam produzir, mencionou a presença da Frísia. Relembrou uma fala, afirmando que ele paga imposto por quem produz e não. Pediu para deixarem a região desenvolver, afirmando que "ninguém vai secar não". Disse que pelo que conhece, o município de Pium não tem nenhuma bomba puxando 24 horas água igual tem outros municípios. Pediu para cuidarem de todo mundo, não apenas daquela região. Falou que entende que são privilegiados por estarem na APA, mas ressaltou para que o plano seja feito de maneira que não engesse os produtores e que não atrapalhe o desenvolvimento. Raimundo se apresentou dizendo ser um assentado, e citou a presença de mais assentados ali. E questionou por que os produtores maiores podiam fazer o desmatamento para plantar, e o pequeno assentado não podia derrubar uma arvore? Contou que eles, do PA Pericatu, quando falam de derrubar, o outro vizinho já chega e fala que eles vão ser processados. Afirmou que ele não iria ali naquele dia, mas só foi por causa disso. Relembrou que em 1999, quando entraram no PA, o primeiro presidente do INCRA que pisou lá dentro, de cinco em cinco dias/de dez em dez dias, fazia assembleia com eles. Na época, questionou: "Sr. Nonato como que nós ganhamos 10 alqueire cada um, e ficou 1000 alqueira pra fora?", e ele virou para eles e falou que os 1000 ficaram de reserva, e que quem quisesse derrubar os 10 poderia derrubar. Pontuou, entretanto, que "de 2020 para cá" não podiam derrubar um pau. Fez uma pergunta: por que que tem essa APA, e a gente não pode derrubar uma árvore, plantar um pé de caju? Falou

que eles, os pequenos produtores, “só ficam com o cheiro”, e não podem derrubar uma árvore. O pequeno não pode plantar uma soja, não pode plantar um feijão. então vai plantar o que? Perguntou. Questionou: onde iremos criar os filhos? Onde iremos criar os netos? Sarah disse que não tinha nenhuma inscrição para falar, perguntou se Beatriz queria falar algo. Beatriz disse poder observar a partir das falas de todos, que todas as reivindicações deles eram legítimas. Que eles estavam ali com a expectativa de resolver questões. E era a coisa mais natural. Ressaltou que não só no Tocantins, mas no Brasil inteiro, convivemos com as normas ambientais. E afirmou que as normas ambientais vão exigir um custo, mas o que é mais importante, e ela achava bastante válido quando eles traziam questionamentos: uma APA, uma reserva, são políticas públicas do meio ambiente. Falou que eles de fato estavam em uma APA que reúne políticas públicas não só do meio ambiente, mas da reforma agrária. Afirmou ser um desafio mesmo compreender tudo isso, e as instituições conciliarem todas as demandas. E o mais importante, de acordo com ela, fazendo uma observação da fala de todos: vejo uma grande lacuna de informação, e geralmente isso está relacionado com dificuldade dos órgãos de executar essas políticas. Disse poder falar pelo Naturatins (outras instituições podem ter situações similares, de acordo com ela). Atualmente eles estão em uma APA com 9 municípios, e a sede da APA está em Araguacema. Essa APA é muito grande para ter uma única equipe de gestão, quando se está nessa fase de ouvir demandas que serão analisadas pelo corpo técnico, e que vão avaliar necessidades de fazer ajustes ao zoneamento da APA. O zoneamento: definição dentro da APA de zonas, onde cada zona tem regras. Esse zoneamento e regras não é engessado, afirmou Beatriz. Prosseguiu dizendo que à medida que se vai implantando programas pode ir fazendo revisão, e aí é nessa revisão que se vai fazer uma reivindicação. Quando a equipe fala que não sabe como será esse zonamento, por outro lado as reivindicações de todos está sendo coletada, para verificar sobre os ajustes necessários, obviamente com cuidado pela preservação. Questionou se não seria uma sugestão interessante para eles terem mais envolvimento com o órgão ambiental? se não seria interessante, por exemplo, ter uma segunda sede da APA ali na região. Pium sempre participou muito do processo, e eles pediram na época que a sede do parque fosse ali em Pium. Disse que queria provocar eles nesse sentido, da mesma forma que o órgão ambiental tem essa dificuldade, existe o propósito de ouvir a todos. Afirmou estar no Naturatins desde 2000, ressaltando que nesse período já passaram 14 presidentes. Pontuou que para eles também tem dificuldade de continuidade de processos. Reafirmou que queria fortalecer: a participação de todos é muito importante, mas eles podem fazer outras

provocações: presença da equipe técnica para tirar todas as dúvidas: se sua propriedade está nessa zona, o que podia fazer? Contou que lá na Chapada saíram em um combinado entre prefeito, secretários e produtores: pretendem fazer uma conversa mais específica com esses proprietários que querem entender em qual zona da APA estão, e se eles têm uma proposta elas serão incorporadas nesse estudo. A informação e o fortalecimento do diálogo é o melhor caminho, finalizou Beatriz. Getúlio de Abreu (eng. agrônomo, empresário, com sede em Palmas, e proprietário de terra no município). Iniciou a sua participando falando que o produtor é o mais penalizado atualmente no Brasil com relação aos danos ambientais no país. Recentemente, de acordo com ele, Marina Silva criou a lei chamada de floresta pública. Questionou: se a APA está em dois biomas: cerrado e Amazônia. As florestas públicas estão impactando dentro da APA também, ou não? Ricardo (produtor rural em Pium e eng. agrônomo) afirmou ser extremamente importante todo esse esforço de todas as partes. Citou que desde 1997 foi criada a APA sem consultar ninguém, e são mais de 20 anos esperando... é muita espera, afirmou. As pessoas que produzem, que dependem da receita do que produz não podem esperar tanto. Então a expectativa é que possa chegar em um ponto de equilíbrio, ressaltou Ricardo. Não existe rivalidade entre governo, produtor rural, ambientalista, não existe isso. Falou que precisam chegar em um denominador comum para fechar esse processo. Sarah falou que a equipe está em um processo que é quase o começo, uma vez que o plano de manejo tiver feito, será hora de implementar. E as oficinas tem essa função também educativa. Heleniel (P.A Macaúba) disse estar cadastrado desde o ano de 2010, e afirmou que é uma preocupação de todos os assentados: quando foi criado o assentamento, foram dadas todas as áreas com reserva fora, ou seja, poderiam usar todas as suas áreas. Atualmente estão querendo impor reserva dentro da área de cada um. A APA foi criada em 97, o assentamento foi em 2007, pontuou Helienel. Se o órgão era do governo federal, questionou por que colocaram os assentados lá. E afirmou que quando os grandes caírem, os pequenos já afundaram. As empresas grandes são quem mantem os pequenos trabalhando, afirmou ele. Tem que haver uma preocupação por parte de todo mundo nessa decisão. Sarah citou um ponto importante, essa questão demonstra um pouco o que estavam falando: insegurança jurídica, mencionando o fato de o assentamento ser colocado dentro da APA. Afirmou que irão observar isso. Pium quase metade da população é rural. Isso é uma média muito diferente do que se vê no resto do país. Falou do propósito da APA, ou seja, o porquê que a APA é importante. São mais de 40 assentamentos, o que dá mais de 3000 famílias assentadas, é muito. Sarah reafirmou que estão de olho nisso. Prosseguiu

afirmando que tem também os recursos e valores fundamentais. Falou que não estão partindo da ideia de que ali era uma terra vazia. Que sabiam e entendiam que há diversidade de população. Falou que não esqueceram disso, que fazia parte do processo. Yasmin (eng. agrônoma/regulamentação) relatou que há dúvidas que alguns de seus clientes tinham citado casos de produtores que tiveram licenças autorizadas pelo órgão: eles desmataram, estavam plantando... com dois anos após abertura, requereram uma outra área nessa mesma propriedade, e receberam uma cartinha dizendo que tinham que parar as atividades. Antigamente não falava em APA, quando estourou foi de uma vez. Afirmou ser a favor da regularização porque aí todo mundo sabe. Perguntou se nesses casos, o produtor que já teve custo de abertura, foi autorizado, ele será penalizado? ou irá ser feito um olhar mais crítico em relação a isso? Citou terem produtores também perto do P.A macaúba que aconteceu o mesmo. Contou que ficaram até sem ter o que falar para o produtor. Perguntou se essas áreas que já foram abertas irão receber um olhar mais cauteloso para esse pessoal, ou esse pessoal que está dentro da zona de conservação irá ser penalizado? Sarah respondeu que tem a lei, tem um plano de manejo em 2000, e a partir daí aconteceu muitas coisas, sendo um histórico bastante extenso. Quando a UFT foi convidada a participar do processo... e parece muito tempo, mas de fato o plano de trabalho da equipe é de 10 meses. Informou que tem estudos técnicos que foram feitos antes do trabalho da equipe começar, que a sua parte de fato do trabalho é aplicar a metodologia participativa, conferindo os dados anteriores. Ressaltou que estão tentando olhar para a realidade como ela é, que inclui esses casos que ela (Yasmin) comentou. E como eles são específicos. Abel contou que mora em Cristalândia, e não faz parte da APA. Disse que essas questões ambientais tinham que ser mais ágil e apoiar mais o produtor (“porque se não fica enrolado”). Afirmou passar por um processo parecido em Cristalândia. Contou que há cinco anos comprou uma propriedade e ela tinha uma parte desmatada sem licença, mas parte pequena. E tinha notificação do ministério público. Prosseguiu dizendo que comprou e levou para a sua engenheira ambiental, teve licença concedida para desmatar outra parte. Represa para gado beber ele fez. E o ministério público não libera para ele tirar licença da outra parte. Ministério lhe aconselhou deixar quieto para a vegetação crescer de novo. Contou que seu vizinho, que comprou na mesma época, era uma fazenda abandonada com a “juquira” super alta, e ele conseguiu limpar toda a área, porque considerou aquele juquira como pastagem. E ele que tinha cerrado nativo, beira de córrego, tudo regulado, querem que ele faça isso. O órgão tem que ter um peso só, e não dois pesos duas medidas, afirmou Abel. Pediu para os órgãos olharem com carinho quem

está certo. Sarah perguntou se mais alguém queria falar. Professor Portelinha explicou que a UFT recebeu a missão de revisar esse plano para tentar justamente organizar o uso do território, pensar em todos que usam: pequeno, médio, grande, extrativista, assentado, pescador, ribeirinho... todas essas pessoas precisam ser vistas dentro desse plano, afirmou Portelinha. Ele disse ser comum que se tenha esse tanto de questionamento, incerteza... falou que a missão da equipe ali é trabalhar de forma imparcial, e tentando entender o que todos colocavam, e afirmou que ele queria tirar algumas dúvidas: 1º que existe o código florestal (legislação) da década de 60, e foi revisado em 2012. Falou que estão em uma APA, ou seja, que além do código florestal existem outras exigências. Onde estão essas exigências? Questionou, e em seguida respondeu: nas zonas. Citou as zonas e o que que pode fazer em cada uma dessas zonas. O ICMbio descreve as atividades que podem ser feitas em cada uma das áreas. Falou que entende a situação dos assentamentos porque é um problema muito sério, eles foram alocados dentro da zona de conservação e isso tem que ser organizado. Disse que a função da equipe é essa: tentar entender a complexidade da história e tentar organizar da melhor maneira possível. Dentro da Z.D.E e da Z.C existe a possibilidade de usos. Questionou qual a vantagem de estar dentro de uma APA? O pequeno produtor, por exemplo, o assentado, ele tem o direito de receber assessoria técnica. Para o pequeno produtor que não tem condição de pagar pelo serviço isso é uma prerrogativa legal. Outra questão: linha de crédito específica para quem está dentro da APA. Reforçou que não é um trabalho muito fácil, mas precisam lembrar que existe uma base legal, e a partir disso se constrói um plano de uso sustentável. Reafirmou que ali existem várias nascentes importantes para abastecer os corpos hídricos, e que quando falam de Pium, tem que pensar em um pescador que está lá no caiapó, Javaés, afirmando que as ações que fazem em qualquer uma das áreas dos 9 municípios vão impactar outros lugares. Falou que tem algumas questões que não sabem resolver/dar uma resposta porque ainda não tem o plano de manejo. Que não sabem ainda, mas que estão tentando balancear tudo e colocar no papel. Getúlio, por sua vez, falou para os produtores rurais prestarem atenção que existe sistema alerta brasil: toda propriedade ali dentro do Tocantins tem alerta de desmatamento irregular. Existe uma secretaria nacional que criou a portaria do alerta bioma. Os senhores que são gestores do plano de manejo: atente as florestas públicas. Questionou se onde a marina colocou, quem tem a floresta em cima vai fazer o que? Afirmou ter 30 anos trabalhando na área ambiental, que é filho da terra, e pediu para terem cuidado para não prejudicar. Na Macaúba: deu um exemplo que teve todas as licenças expedidas pelo Naturatins e agora

ameaçaram ele para ele replantar sobre pena de ser multado. David (eng ambiental – ponto focal dentro da Frisia) falou que a atual norma de diretrizes do plano de manejo prevê que a zona de desenvolvimento econômico prevê as atividades, e dentro das atividades fala que o desmatamento é permitido desde que tivesse avaliação. Disse querer propor trazer mais clareza quando for escrever, por que o que é uso especial? Questionou. Isso, de acordo com ele, traz insegurança para o produtor rural. Queria propor trazer isso mais claro no plano de manejo: trazer mecanismos, que áreas que eles podem abrir, para que ele tenha a certeza de que possa abrir. Sarah lembrou o cronograma. Adauto disse que não existe extensão rural no Brasil, pontuando que Adapec e Ruraltins existem, mas extensão rural não existe. Thiago Portelinha reconheceu que realmente, existe essa dificuldade, mas ressaltou como isso poderia ser implementado dentro da APA: a função dos programas é justamente preencher as lacunas que estamos encontrando, ressaltou Thiago. Então pode ter um programa específico da APA Cantão. Comentou o exemplo em Onalício Barros, onde existe parceria com ONG, com fornecimento de sementes e recuperação das áreas. Thiago finalizou a sua afirmando que dá para prever no programa algo específico para isso, e que isso sendo previsto no programa, o governo vai ter que executar. E ressaltou: o programa precisa ser pensado, mas a execução fica a cargo do governo. Sarah lembrou que o trabalho da equipe também acabava em fevereiro do ano que vem, pontuando que a equipe entregará o plano de manejo pronto para o conselho aprovar, e aí o conselho, em parceria com o governo, Naturatins e prefeituras precisarão implementar. Sarah agradeceu e fez o encerramento.

3.10. Assentamento Manchete (Marianópolis do Tocantins)

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 12.08.2025
Início: 14:00h
Fim: 17:00h
Local: Assentamento de Manchete

Histórico:

A reunião sobre o plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão teve início com a fala do cerimonial, que destacou a importância do tema e da participação de todos para a pauta de desenvolvimento e meio ambiente. A mesa inicial foi composta por Rosimar (presidente do assentamento Manchete); o vereador Valmir da Manchete; o prefeito Saulo Barbosa; Victor Moreto e Cleber Cavalcante (Naturatins); Humberto Xavier (IAC); e o presidente da ADSTO, Arnardino Gabriel. O cerimonial registrou ainda a presença do secretário de educação e do meio ambiente, o presidente do sindicato rural, a presidente da associação do pequizeiro, o vereador Luís Jonatas, a vereadora Maninha, o ex-prefeito, além de diretores e estudantes. Rosimar Azevedo, presidente do Assentamento Manchete, iniciou sua fala agradecendo a Deus pela união de todos em prol do meio ambiente e agradeceu a presença de todos. Ele expressou satisfação em ver o empenho de cada um, mas afirmou que não falaria muito, pois não tinha um conhecimento aprofundado sobre o tema, e que as pessoas mais preparadas iriam explicar tudo. O vereador Valmir da Manchete agradeceu a Deus pela oportunidade e o convite, mas pediu desculpas por não poder participar de toda a reunião, pois teria outro compromisso. Cleber Cavalcante, do Naturatins, também agradeceu a Deus e afirmou que está como gestor do Parque do Cantão e deseja fazer um bom trabalho em conjunto com todos. Ele colocou a equipe à disposição de cada um, ressaltando que a oficina era de grande valia e que esperava que todos participassem e saíssem dali capacitados, “com fé em Deus”. Victor Moreto, do Naturatins, iniciou a sua fala afirmando que a equipe do

Naturatins vem se revezando e ressaltou que ficou muito feliz com a adesão do assentamento Manchete. Ele pontuou que a equipe está ali presente para colaborar com a revisão do plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão, a qual afirmou que é a maior do estado, ressaltando que sabem o que acontece ali. Victor Moreto declarou que a revisão era uma missão enorme e importante e pediu que todos assistissem com atenção e carinho. Ele enfatizou que era o momento de tirarem dúvidas, fazerem questionamentos, darem sugestões e falarem o que acreditavam que deveria ou não ter no plano, para demonstrarem seus anseios. Humberto Xavier cumprimentou e agradeceu a todos, falando sobre a importância da revisão do plano. Ele afirmou que "todo mundo estava no mesmo barco". Humberto explicou que a universidade estava ali de forma imparcial para ouvir as pessoas que vivem no local, tiram seu sustento e levam comida para a mesa de vários tocantinenses. Ele disse que a equipe queria entender o que os moradores produzem, quais são as principais dores e de que forma a equipe poderá criar um equilíbrio entre as pessoas, a produção e o meio ambiente. Humberto declarou que a equipe não quer ser responsabilizada por ouvir que a produção acabou, que todo mundo teve que ir embora, que as pessoas estão morrendo de fome, ou que os animais morram por falta de água. Ele reforçou que o equilíbrio é um ponto muito importante, e que isso só será possível se todos participassem de forma efetiva. Ele incentivou que aqueles que quisessem falar se inscrevessem com a sua equipe, para que pudessem construir um plano de manejo sustentável. Humberto explicou que um plano de manejo era para planejar e que a área de proteção ambiental existia desde 1997. Finalizou afirmando que cabe a equipe trazer segurança jurídica para as pessoas que dependem da região. O vice-prefeito James Braga abordou a importância do trabalho de Arnardino Gabriel e afirmou que a questão afetava, direta ou indiretamente, cada cidadão do município. O prefeito Saulo Barbosa expressou a sua satisfação em participar da oficina de criação do plano de manejo da APA Cantão. Ele agradeceu a presença de todos os interessados em participar e dar a sua opinião para que pudessem construir um plano sustentável. Saulo afirmou que, do grande ao pequeno produtor, a preocupação era grande. Ele parabenizou o governador Wanderlei Barbosa, que também tinha interesse em que a questão acontecesse de forma sustentável, sem prejudicar nem o produtor, pequeno ou grande, e nem o meio ambiente. Ele pontuou que era necessário fortalecer essas oficinas para que, com certeza, saia um plano que não prejudique nenhuma das partes. O prefeito mencionou que Manchete era um dos maiores assentamentos do Brasil e que era preciso trabalhar de forma a não prejudicar também o turismo, exemplificando com a existência do

Rio do Coco, de acordo com ele, muito bonito. Arnardino Gabriel, da ADSTO, destacou a importância da temática usando o mapa do banner como exemplo, afirmando que a área verde clara representava cada um que estava na sala. Ele comparou a área a um barco, no qual todos estavam juntos, e que não havia grande, pequeno, comércio ou prefeito que escapasse se não trabalhassem em conjunto. Arnardino Gabriel declarou que o objetivo era equilibrar um plano para que cada um tivesse a certeza do que podia ou não fazer em suas propriedades. Ele explicou que cada terra já tinha a sua reserva incorporada e que a equipe do IAC estava no local para coletar todas as informações pertinentes para a elaboração do plano de manejo. Ele incentivou a população a mostrar as suas dores, incertezas e dificuldades, pois a equipe não estava ali para ditar regras, e sim para coletar informações. Neste momento destacaram a presença da Escola João Braga com os alunos. A professora Maria Carolina apresentou a sua equipe e explicou o que era o plano de manejo, dizendo que precisava da colaboração de todos. Ela disse que o plano era um documento que diria a toda a população como usar cada área, citando como exemplo se poderiam criar gado, fazer plantações ou gerenciar a área. Ela também exemplificou com o contexto das prefeituras e a criação de aterros sanitários. Ela afirmou que o plano de manejo impacta a vida de todos de maneira diferente, mas que impacta. Professora Maria Carolina explicou que o guia do participante já continha a parte técnica de todas as áreas com dados técnicos, mas que esses dados muitas vezes precisam ser complementados, pois algo específico do local pode não ter sido contemplado. Ela reforçou a importância de os moradores falarem sobre suas dúvidas e problemas da região, pois o plano de manejo teria uma etapa para sugerir como solucionar esses problemas. Ela informou que a equipe estava na fase de diagnóstico, ressaltando que o plano havia começado em 31 de março do presente ano, em uma audiência pública com o Dr Welligton (CEJUSCAF) em Marianópolis. Afirmou que o diagnóstico percorreria os nove municípios e assentamentos, finalizando no final de agosto ou início de setembro. Mencionou que a próxima etapa será o zoneamento, onde fariam a mesma coisa, para então finalizar o plano de manejo. Citou que a última etapa será a criação de programas para solucionar os problemas. A professora enfatizou que, quanto mais falassem sobre seus problemas, maior seria a probabilidade de a equipe trazer soluções no plano. Sarah, também da equipe do IAC, disse que a intenção não era que a reunião fosse uma palestra, e que ela falaria apenas um pouco no começo, para depois anotar os nomes dos interessados em falar. Ela explicou sobre a lista de presença e o questionário, afirmando que era para ajudar na análise socioeconômica, que não era fiscalização e que os dados não seriam publicados

pessoalmente. Ela agradeceu o apoio na organização e falou sobre o site e o grupo de informações, pedindo para que o guia do participante fosse reenviado. Ela iniciou a sua apresentação mostrando o mapa e onde estavam localizados, mostrando que Manchete ficava bem perto do Parque do Cantão. Sarah explicou que o parque era de proteção integral, onde era permitido fazer poucas coisas, como visitação e pesquisa, sendo bem restrito. Continuou a sua fala afirmando que, por outro lado, a APA não era um parque, e sim uma unidade de uso sustentável. Ela informou que o município inteiro de Marianópolis estava dentro da APA, criada por uma lei estadual, assim como o Parque Estadual do Cantão. Essa lei afirma, de acordo com Sarah, que o motivo da criação da APA é a conservação da fauna, flora, solo e para proteger a qualidade e a quantidade de água dos rios. Ela então fez algumas perguntas para iniciar o diálogo, como: "Como estão os bichos aqui?", "Que bichos costumamos ver?", "Como está a flora?", "Quais são as vegetações que a gente vê?" e "Como é a vida com esse rio?". Ela também perguntou sobre o que sentiam falta. Sarah explicou que a maioria da população brasileira vivia em áreas urbanas, mas que em Marianópolis a distribuição era quase meio a meio. Ela então perguntou como era viver ali, o que produziam, quais as vantagens e dificuldades e o que poderia haver para ajudar a produção a funcionar melhor. Ela incentivou que alguém começasse a falar, mas como ninguém se manifestou, ela disse que falaria um pouco mais, mas que precisava que eles falassem. Rosimar, o presidente da Manchete, tomou a palavra e disse que morava ali há 24 ou 25 anos e que a dificuldade de produzir era muito grande por não conseguirem financiamento, já que não tinham a licença. Ele declarou que eles eram impedidos de produzir e que, e mencionou, como exemplo, a vontade de alguns em plantar arroz, mas que não podem. Ele disse que não tem acesso a financiamento, e que o banco pedia o CAR coletivo e o CAR individual, mas o meio ambiente não liberava porque estavam na APA. Rosimar afirmou que eles têm a sua reserva, e que ela está intacta. Ele ressaltou que a população conta com a equipe para que o assentamento não acabe, mencionando que muitas pessoas já foram embora porque não podem produzir. Ele disse que ninguém seria multado por falar, e que todos precisavam falar, pois cada um sentia uma dor diferente, embora soubessem da dificuldade do assentamento como um todo. Citou que até para pegar areia na beira do rio, tem dificuldade. Ele se queixou de que moram ali há 25 anos e que hoje não podem pedir uma máquina ao prefeito para tirar areia, refletindo: então nossa casa tem que cair? porque não temos condição de comprar areia de outro local, sendo que temos aqui com abundância. Rosimar mencionou que algumas pessoas dizem que Manchete é o lugar de

gente mais preguiçosa, mas que não sabiam da realidade local. Ressaltou mais uma vez que muitas pessoas desanimaram e foram embora porque não tem como produzir nada. Sarah perguntou se havia mais alguém que estava ali desde o início do assentamento, que começou em 1999. Antônio, que se identificou como um dos primeiros moradores do assentamento, disse que ele e outros haviam ficado na casa do prefeito junto com o Incra. Ele relatou que a área era toda ocupada e que eles trabalharam por três meses para tirar o pessoal. Ele afirmou que o Incra dizia que ia dividir as terras e não dividia com ninguém dentro, e que depois da divisão o pessoal voltaria. Antônio disse que estava ali desde o dia 3 de agosto de 1999 e que nunca mais tinha saído, e que morava ali. Ele confirmou que o que Rosimar tinha relatado era de fato o problema que eles enfrentavam em relação à produção. Antônio afirmou que trabalha com abelhas (apicultor), disse que não trabalhava mais com lavoura por conta da idade, mas que via a dificuldade de quem trabalha na lavoura. Ele pontuou que a terra deles não é ruim, mencionando que a terra deles é ligada à terra do pessoal da soja, onde tudo dá certo, e que o que falta para eles é recurso. Ele expressou a sua esperança de que, com o plano de manejo, consigam trabalhar de forma normal, sem prejudicar o ambiente. Sarah o questionou há quanto tempo ele trabalha com abelha. Antônio respondeu que ele exercia a atividade havia cerca de 30 anos. Sarah perguntou como era trabalhar com abelhas. Ele respondeu elogiando a organização das abelhas, dizendo que se os humanos tivessem 1% dessa organização, estariam muito bem. Ele falou que tinha mel para vender. Heitor, um vizinho de Manchete, disse que participava do assentamento e que ia ali duas vezes por semana. Como produtor, ele afirmou que sentia a mesma dor que o senhor Antônio. Heitor disse que as pessoas não conseguiam dinheiro no banco, e que o Incra dava a terra produtiva, mas se não tinham dinheiro, o que iam fazer? Ele relatou que estavam investindo, mas que era desanimador, porque toda hora aparece algo, como "você não pode fazer isso" ou "você não pode pegar dinheiro". Ele afirmou que muito que está acontecendo ali é por causa do desenvolvimento. Heitor mencionou que com certeza havia lugares que os criticavam, dizendo que "o pessoal da soja chegou e está acabando com tudo". Ele disse que sua fazenda é aberta desde 1980 (São Miguel), que não havia desmatado nada e que, inclusive, tinha deixado 70 hectares se regenerarem. Heitor afirmou que tem moradores do assentamento trabalhando com ele e ganhando de 5 a 10 mil reais. Ele questionou se o morador queria ficar ali “atrás de um peixinho”, respondendo em seguida que não, que o morador quer estar ganhando dinheiro na fazenda e investindo esse dinheiro na sua própria terra. Ele reforçou a questão do impasse do investimento e do dinheiro, dizendo que ele e o

senhor Antônio eram parceiros. Heitor mencionou a fala do senhor Antônio de que o que faltava para eles era investimento, mas que ele achava que o que faltava era uma palavra forte, mas verdadeira: "vergonha na cara". Ele questionou quantas pessoas havia ali dentro e se eram apenas as que estavam presentes que queriam produzir. Ele pediu que, ao chegarem em casa, chamassem os vizinhos para irem às reuniões. Heitor se colocou à disposição para tirar qualquer dúvida, dizendo que sua luta era a mesma que a deles, pois eram vizinhos. Sarah perguntou quem pescava, já que Heitor tinha falado sobre pesca. Maria de Nazaré, moradora de Manchete, respondeu que gostava muito de pescar, e citou alguns tipos de peixe que pescava, como piau, surubim, pirarara (pontuou sobre a solta também dos peixes). Ela relatou que na maioria das vezes as pessoas diziam que não pode pescar, mas que vem gente de longe, pesca e leva para fora. Ela afirmou que pescava apenas para o seu consumo e que não vendia. Ela também disse que tem sua chácara e planta feijão. Maria de Nazaré explicou que na época de “alagar as terras” é a maior dificuldade porque “é difícil os tratores”. Sarah perguntou se alguém pescava para vender. Arnardino Gabriel disse que iria fazer uma observação como produtor, dizendo que tinha certeza de que havia muita gente que gostava de pescar e caçar, mas que tinha vergonha de falar. Ele parabenizou o apicultor e concordou com ele sobre a organização das abelhas. Arnardino Gabriel afirmou que os humanos eram desorganizados e um pouco preguiçosos e provocou, perguntando qual era o desejo dos presentes, o que eles queriam produzir. Ele disse que a diversificação de atividades era o que fazia a comunidade ficar em equilíbrio, pois se todos cuidassem apenas de abelhas, iriam quebrar. Ele contou que havia conversado com uma pessoa em outro assentamento que trabalhava com vários produtos e que, se ela tivesse assistência técnica e financiamento, estaria exportando com selo de qualidade. Ele afirmou que a agricultura familiar, por ter um espaço de terra limitado, precisava de recurso, assistência técnica e, antes disso, de segurança jurídica, mencionando a fala de Rosimar. Arnardino Gabriel disse que o momento era para parar de procurar culpados, e sim para "se abraçarem" e buscarem uma saída. Ele mencionou que, em Caseara, haviam comentado sobre o produtor grande, e ele afirmou que era preciso parar com isso, pois todos eram iguais, proporcionalmente. Ele explicou que estavam tentando duas coisas: a legalização da área da APA Cantão, seguindo o código florestal, e entender quais atividades os moradores desejavam praticar, para que pudessem fazer um plano de manejo que de fato ajudasse. Ele reconheceu que a falta de recurso e de segurança jurídica eram problemas reais, mas perguntou se faltava algo mais, como água, e quais mecanismos os pequenos produtores

entendiam que a comunidade podia usar para trabalhar coletivamente e produzir. Arnardino Gabriel ressaltou que não adiantava produzir uma dúzia de ovos e ir vender em Palmas. Ele destacou que eram necessários programas sociais que fossem de fato sociais e que trouxessem dignidade para as famílias. Ele contou sobre uma região no Paraná que tinha o assentamento mais antigo do estado e que era parecida com a deles, mas que a diferença era o tempo em que foi criada e a assistência que o governo deu. Ele descreveu casas bonitinhas, filhos na faculdade com carro e perguntou como uma família ia se desenvolver em um lote de terra se não tinha renda. Ele concluiu que era isso que Sarah queria saber: "quero fazer isso, mas não consigo por conta disso". Arnardino Gabriel alertou para que não culpassem o Naturatins ou o governo, pois a culpa não era deles, e sim da população, e que era necessário se mobilizar. Ele afirmou que o comércio na cidade só vivia por causa deles. Ele citou o exemplo de pessoas que começaram a criar galinhas e porcos e aproveitavam os restos da produção dos grandes produtores. Arnardino Gabriel chamou isso de parceria e disse que, quando ia à feira, comprava os produtos da agricultura familiar. Ele disse que o que ia para sua mesa não era só o que ele produzia. Ele explicou que a soja que produzia serve para alimentar toda a cadeia alimentar doméstica. Arnardino Gabriel pontuou que cada um tinha o seu papel e que o que precisavam era parar de dividir as classes, pois ninguém precisava de nada de graça, já que todos eram aptos a trabalhar. Ele declarou que se tivessem um plano de manejo aprovado dentro da APA, dando direito e segurança jurídica para todas as propriedades, independentemente do tamanho, eles teriam as melhores produções para exportar para o mundo. Ele pediu para que não tivessem vergonha, pois ali era apenas um grupo. Dona Rute tomou a palavra e relatou que nas chácaras até as cisternas secavam. Ela disse que já plantou arroz, feijão, já criou galinha e porco, mas que no mês de julho a seca começava. Ela disse que, com água, as pessoas tinham como fazer acontecer. Ela mencionou que havia um poço artesiano na vila, mas que nas chácaras, um poço custava 20 mil reais, então nem todos tinham condição de construir um. Rute contou que no começo foi dito para eles plantarem inhame, pois venderia, mas que na época de vender não havia comprador. Eles tiveram que comer e doar o inhame. Ela disse que o primeiro financiamento era para comprar gado. Ela explicou que a roça comunitária ficava “onde é o Chico Doido”, e que tiveram que tirar o gado e andar cerca de 3 km para que os animais pudessem beber água. Ela relatou que, quando organizavam o pasto, não havia água, e eles tiveram que vender o gado. Ela resumiu as duas principais necessidades: a primeira era a água e a segunda era ter para quem vender. Gilberto concordou, afirmando que a principal necessidade era a água.

Ele disse que eles tinham condições de produzir ali e que produziam de tudo para consumir no local. Ele repetiu que na vila havia um poço artesiano, mas que muitas pessoas, como ele, não tinham condições de construir um em “suas parcelas”. Gilberto sugeriu que a ideia seria um financiamento para que as pessoas tivessem condições de fazer um poço artesiano e pudessem trabalhar em suas parcelas. Ele pontuou que isso ajuda inclusive a preservar a natureza, citando que muita gente, nas condições atuais, usa o gado na reserva, porque não tem como criar nas parcelas, pois a condição não permite abrir um poço para o gado não morrer de sede. Ele concluiu que eles não querem nada de graça, e sim pagar. Wender Rodrigues Martins disse que estava observando o tamanho da área da APA. Ele perguntou se havia algum líder que pudesse responder se havia lógica em a APA abranger uma área tão grande e se não haveria como diminuir esse tamanho. Ele afirmou que não achava muito legal estar na APA, pois onde havia ser humano, mesmo com dificuldade e orientação, ainda haveria degradação. Finalizou reafirmando que achava a área da APA muito grande, e questionando se havia uma possibilidade de diminuir a APA. Sarah respondeu que a equipe do IAC estava ali para fazer o plano de manejo de uma APA que já existia. Ela explicou que a APA foi criada por uma lei estadual e que o trabalho da equipe não tinha o poder de mudar a lei. Ela comparou o trabalho deles ao de uma costureira, que faria uma "roupa" (o plano de manejo) que servisse exatamente para aquela APA. Ela informou que a APA tinha quase 40 assentamentos e várias cidades, e que a ideia do plano de manejo era considerar a realidade como ela era. Ela afirmou que não podiam mexer na lei, mas que tentariam fazer o melhor plano de manejo para atender a maioria da população, embora não pudesse prometer que atenderiam a todos, pois eram muitos. Rosimar retomou a palavra e concordou com a necessidade de se organizarem em grupos, citando o caso das abelhas. Ele disse que não adiantava apenas uma pessoa querer produzir mandioca, e que era preciso se organizar em grupos de 15 a 30 pessoas, onde uns plantariam arroz, outros mandioca e outros criariam porcos. Ele explicou que um trator não seria destinado a apenas uma pessoa, e que ele mesmo tentou criar um grupo de pessoas que quisessem plantar mandioca, e que apareceram apenas oito, e que não adiantaria pedir um trator e um caminhão de farinha para uma só pessoa, pois não viria. Rosimar disse que até para conseguir uma licença eles precisavam de união, e que precisavam do CAR coletivo para financiamento. Ele ressaltou que precisavam de água e, para isso, precisavam de licenciamento ambiental, pois se fizessem uma cacimba seriam multados. Ele lembrou que se fossem multados pelo Naturatins ou pelo Ibama, poderiam até perder a parcela. Ele sugeriu que se organizassem em grupos, pois até

para fazer um poço artesiano seria mais fácil. Rosimar expressou que um poço para cada um talvez nem tivesse licença, porque poderia secar, mas que para dez chácaras em conjunto seria possível. Ele concluiu que, se tivessem quantidade para vender, compensaria para o grande mercado comprar deles e que era preciso se unirem. Isaías agradeceu a todos e parabenizou Rosimar pela mobilização. Ele disse que tinha nascido no assentamento e mencionou Fernando, que conhecia o local há muito tempo. Ele contou que, ao longo da formação do assentamento, eles viveram várias etapas, como dificuldades, implantação, falta de recurso, falta de financiamentos, sem assistência técnica direcionada, e que era importante os moradores falarem sobre tudo isso, sobre o que produzem, principalmente por viverem à margem do parque estadual. Ele mencionou a pergunta feita por uma outra pessoa do porquê não podemos acabar com a APA, e afirmou que pensavam assim, mas que depois entenderam que a APA era como um filho, que não podiam jogar fora, e sim moldar através do plano de manejo de forma que possam ter sustentabilidade e crescimento das suas famílias. Reafirmou que não tem como reduzir a APA, e que o único caminho é fazer o plano de manejo, ressaltando nesse momento a importância das opiniões dos presentes. Ele citou a necessidade dos títulos, e seguiu a sua fala pontuando que o Incra precisava ir até o local, pois há mais de 400 famílias, mas apenas 126 títulos. Ele afirmou que eles precisam do título para que a população possa ter acesso ao CAR individual, produzir e pegar financiamento. Isaías também elogiou a integração entre o grande produtor e o assentado, dizendo que eles estavam vivendo o mesmo problema, e que, com o plano de manejo, teriam segurança, ressaltando o quão é bom “pegar um registro, ter uma escritura”. Ele concordou com Rosimar que eles precisavam se unir para conseguirem desenvolver a região, que está, de acordo com ele, estagnada. Ele disse que o mais importante daquele dia era que as pessoas estivessem ali para ouvi-los e que cada palavra seria analisada. Ele finalizou dizendo que eles precisavam produzir, e produzir com segurança. Fernando, da ADSTO, se apresentou como representante de uma grande empresa do outro lado do rio. Ele contou que a fazenda Manchete, em 1984, tinha uma secadora de arroz de grande escala, uma das maiores da região norte. Ele relatou que em algum momento a fazenda foi dividida em setores, como pimenta do reino, e que nessa mesma época os poços já secavam, e não havia agricultura em grande escala como havia hoje. Ele afirmou que o que causou isso não foi a agricultura, e sim algo específico daquela região. Fernando disse que em Macaúba também secam cisternas, e que se não houvesse apoio para abrir poços, não adiantaria. Ele questionou por que que não deixam os assentados financiarem um poço? Ressaltando o

sofrimento que a ausência disso trás. Ele citou que os dividiram, lembrando que anos atrás os assentados eram vistos como os vilões, e os grandes produtores como os que acabavam com a água. Ele disse que o problema era que eles tinham sido divididos, e que estavam buscando em comum acordo um objetivo comum para todos, pois o que beneficiaria o grande, beneficiaria o pequeno. Ele reconheceu que já tinham deixado claro que a APA não seria alterada. Ele disse que todos estavam pedindo a fala da população, mas que ninguém estava ali para atacar um ou outro. Fernando, que afirmou novamente representar o grande produtor, disse que em sua fazenda o funcionário anda com um celular com coordenadas e que quando vê um animal, tira uma foto e manda para o Naturatins para mostrar que a fauna está ali. Ele mencionou que a época em que mais há onça na região é a da cheia, quando a ilha enche e os animais "vem para cá". Ele afirmou que a biodiversidade se faz presente na região. Ele disse que ninguém vai assumir ali dizendo que caça, que come tatu, mas que a biodiversidade está ali. Fernando citou que, segundo estudiosos, as abelhas não convivem bem com muito agrotóxico, mas que na região, o pessoal consegue produzir abelhas nas lavouras de soja e milho. Por que que as abelhas estão lá? Questionou. Contradizendo os estudos. Ele perguntou para que a necessidade de tanta rigorosidade e restrição em um lugar que não tinha sofrido tanto impacto. Ele esclareceu que ninguém estava falando para desmatar tudo, e que se alguém invadir uma área de preservação permanente, deve pagar, mas que afirmou ter certeza de que a grande maioria obedece ao código florestal. Ele questionou a necessidade de tanta restrição e onde está o poder adquirido. Ele disse que em Macaúba colheriam o mesmo tipo de informação e que não há alteração na biodiversidade ou na chuva, e que o que mudava eram os ciclos. Fernando relatou que "fizeram procedimentos errados, pegou fogo, e as fazendas privadas que estão apagando. Ele disse que foi criado e nasceu ali e que era preciso acabar com o mito de que eles não podiam se expressar ou falar. Ele concluiu que eles tinham que entender que eram "um só". Adailton disse que ele e outras pessoas tinham aptidão para a criação de peixe. Ele se queixou de que via caixas e mais caixas de peixe saindo de Manchete por pessoas de fora, e que precisavam de fiscalização e de tanque escavado. José Evaldo afirmou que não sabia direito o que era APA, mas que pelo que ouviu, era sobre preservação. Ele disse que faltava incentivo social e projetos sociais e que precisavam de técnicos para os orientar e para que tivessem condições de trabalhar. Ele contou que tinha sua chácara, mas que não trabalhava nela, pois não tinha condições e precisava trabalhar na fazenda de outras pessoas. Ele, que é cearense, citou o exemplo da Serra Grande, onde a prefeitura tinha um incentivo com técnicos que

iam em cada chácara e orientavam as pessoas sobre o que queriam fazer, para que pudessem iniciar o trabalho. Ele disse que lá eles plantavam verduras e tomates, e que supriam toda a necessidade do estado do Piauí, e que o pessoal do Seara ia buscar na porta. Isaac também se manifestou, dizendo que a água, como Adailton havia falado, e os tanques eram algo de muita valia que precisavam. Maria do Carmo, presidente de uma associação e moradora do assentamento, disse que precisava muito de ajuda e que também precisavam muito de água. Ela contou que esse ano plantou açafrão e mandioca, e que precisavam de incentivo para que as pessoas comprassem isso deles. Ela expressou a vontade de criar peixes, e exemplificou contanto que pessoas de fora vem e passam a rede na frente dos locais ("passa a rede na sua frente enquanto você está pescando o seu piau"), e que por isso precisavam de uma fiscalização grande do Naturatins. Ela se queixou de que o pessoal de fora pegava tudo e que, e quando os locais reclamam, as pessoas de fora dizem que o rio não é deles. Ela afirmou que, se eles viessem e pescassem com educação, não haveria problema, mas que eles vêm, passam a rede e deixam muito lixo no rio. Ela contou que no ano anterior, quando Isaías era prefeito, ela pediu para ele ir lá com um caminhão para pegar o lixo. Ela pediu ajuda ao Naturatins e ao prefeito. Maria do Carmo relatou que era muito difícil, e contou que quando ela chegou, a divisão era muito grande. Ela disse que os filhos dos assentados não podiam fazer trabalhos com os filhos dos donos de grandes fazendas, e que a discriminação era horrível, e ressaltou "que bom que agora estamos mais unidos". Ela disse que antigamente não aceitavam que eles catassem restos de milho e soja para criar seus animais, mas que agora isso havia mudado. Arnardino Gabriel disse que Dona Maria do Carmo era um exemplo do que iriam construir. Ele disse que havia conversado com inúmeros produtores e explicou que não é que eles não quererem que o pequeno produtor pegue o milho ou a soja, e explicou que eles fazem a palhada e a cobertura do solo com defensivos, e isso custa muito dinheiro. Ele disse que, às vezes, a pessoa vai pegar o milho e entra na lavoura com o escapamento quente, e isso causa um prejuízo de 10 anos. Ele contou que haviam decidido fazer uma parceria para que as pessoas entendessem que, quando fossem pegar o milho, era como se fosse delas, e não podiam entrar com carro ou moto. Arnardino Gabriel disse que a parceria só funcionava quando os dois lados ganham, e ressaltou que é um prazer saber que eles contribuem para esse desenvolvimento. Ele citou que em sua fazenda não havia frango, e que por isso eles precisavam uns dos outros. Ele disse que os filhos dela deviam ter estudado com os dele, e que eles nunca tiveram essa rejeição. Arnardino Gabriel reforçou a responsabilidade que cada um deveria ter em respeito

a si mesmo e ao próximo. Ele fez uma pergunta, questionando quem as pessoas mais amavam na vida, e respondeu que a pessoa que ele mais amava era ele próprio. Ele disse que as pessoas com quem convive depende dele, e que para oferecer algo a elas, ele tinha que se amar. Ele concluiu que as pessoas precisavam se amar e se valorizar, e que a responsabilidade era de respeitar o próprio trabalho tanto quanto o trabalho do outro. Arnardino Gabriel disse que em uma reunião anterior, ele havia afirmado que odiava a pobreza e perguntou aos presentes se alguém a amava. Ele contou que já foi pobre, que chegou na região com uma mochila nas costas, a esposa e um bebê de seis meses, e que sabia a dificuldade de trabalhar e sofrer em um país onde não são valorizados. Ele disse que ninguém gosta da pobreza, e que era preciso dar oportunidade para que as pessoas tivessem uma vida digna. Ele afirmou que eles tem a obrigação de ter filhos melhores do que eles podem ser. Henrique Barbosa, filho de um produtor rural, se apresentou e disse que conhecia bem toda a região, pois morou em Piracema por muito tempo. Ele disse que a revisão do plano de manejo era para discutir técnicas que fossem economicamente viáveis e que não agredissem o meio ambiente. Ele pontuou que o que precisavam discutir era a falta de assistência técnica séria na região há muito tempo. Ele contou que há um tempo o Ruraltins estava presente e que a assistência técnica ajudou a sua mãe a plantar meio alqueire de banana, mas não havia estrada para escoar a produção. Ele disse que não era correto ver apenas a produtividade e não trabalhar a questão da logística. Ele deu o exemplo de quem trabalhava com piscicultura em uma área de terreno arenoso, e sugeriu que trabalhassem com tanques suspensos, pois não perdiam água, o custo-benefício era melhor e o peixe chegava ao ponto de venda muito mais rápido. Ele também sugeriu a reativação de um programa em que o prefeito adquiria a produção a um preço justo para a alimentação escolar. Ele mencionou que em outras regiões, eles estavam muito à frente no cooperativismo. Henrique disse que recentemente a praia da Manchete tinha sido finalizada e que isso evidenciou que a região tinha um forte potencial para a beleza natural e o turismo. Ele questionou por que não trazer formação sobre turismo e implantar pontos turísticos para aproveitar a beleza natural do Rio do Coco para gerar renda. Ele citou a questão do meio ambiente, dizendo que nas margens do rio havia uma enorme quantidade de lixo deixada pelas pessoas que acampavam. Ele concluiu que a região precisava de assistência técnica e orientação, e que os governos federal e estadual deveriam apoiar, pois o município sozinho não conseguirá. Ele pediu para que houvesse um olhar diferenciado para a pequena produção e para que as coisas funcionassem como funcionavam antigamente. Humberto

comentou que a palavra "assistência técnica" tinha sido bastante mencionada. Ele disse que não adiantava dar uma terra para as pessoas e não dar assistência, e que isso era primordial. Ele afirmou que, da mesma forma que estar dentro da APA parece as vezes ser uma "pedra no sapato", por outro lado, na construção do plano de manejo, eles poderiam incluir que os grupos dentro da APA receberiam assistência técnica e condições especiais para financiamento. Ele disse que às vezes as pessoas têm a sensação de que é uma maldição estar dentro da APA, mas que é o contrário, é uma bênção. Ele reforçou que não ter o plano de manejo sim é um problema muito ruim. Ele citou a possibilidade de linhas de financiamento diferenciadas, mas alertou que não adianta dar uma linha diferenciada se o pequeno produtor, que tem uma parcela pequena, ver o grande produtor criando gado e pensa em fazer o mesmo, mas não tem espaço. Ele disse que, nesse caso, o que poderia ser algo para melhorar a vida da pessoa, virará um prejuízo, e que se ela investisse em outra atividade, talvez tivesse mais sorte. Humberto explicou que o plano de manejo também serve para isso. Ele usou a metáfora de que o mapa é um grande barco, e que todos estavam ali dentro. Ele disse que não adianta ter um segmento próspero e outro em dificuldade, pois isso aumentará a desigualdade social e a criminalidade. Ele reafirmou que dentro do plano de manejo eles poderiam incluir, por exemplo, assistência técnica e pontuar que quem estar dentro de uma APA precisa de linhas de financiamento diferenciadas. Ele relatou que haviam feito outro estudo que mostrava que o desmatamento fora da área de proteção foi muito maior. Ele concluiu que estavam em uma área que preservava, e que percebeu que quem fazer “faz tudo direitinho” participa das reuniões, ressaltando que o problema geralmente está em quem não vinha para as reuniões. A professora Vera disse que não era apenas professora, e que havia chegado em 2000, e que sabia a dificuldade de estar em um assentamento, e que ali não era diferente dos demais. Ela afirmou que a maior dificuldade era a falta de união do grupo. Ela contou que, no começo, nas associações, ela havia passado por todas elas, e que no início eles tiveram dois tratores e uma caminhonete à disposição. De acordo com ela, infelizmente, quando foram fazer o reparo das máquinas, não havia recurso suficiente para cobrir as despesas, e no final, 197 famílias se reuniram e optaram por vender o maquinário para quitar as dívidas. Ela disse que, em relação às lavouras, no começo eles tentaram criar gado, mas que o espaço e a estrutura não deram certo. Eles também tentaram plantar arroz, mas não tiveram sucesso. Ela afirmou que, naqueles 20 e tantos anos, eles precisavam, em primeiro lugar, de uma escola agrícola para preparar os jovens para o manejo na agricultura. Ela disse que muitos assentados já haviam ido embora

por não ter esse suporte. Ela explicou que quando há rotatividade de proprietários nas parcelas de terra, fica difícil até para o órgão maior trabalhar no local. Ela reconheceu que tiveram apoio das instâncias municipais, estaduais e federais, mas que o problema era a estrutura de cada um. Ela disse que também precisam de estudo para o manejo de tudo o que é produzido ali, porque se todos produzissem apenas para consumir, como ficaria a renda? Questionou. Ela destacou que a esperança de cada um é extrair a renda da própria terra que possuem. Ela pediu para que pensassem nos jovens, que na época do ensino superior tem que ir para fora, e reforçou o pedido justificando para que eles não se percam para as drogas e bebidas. Fernando, da ADSTO, complementou a fala de Humberto sobre a assistência técnica. Ele disse que no dia anterior havia ouvido sobre a possibilidade de trazerem ONGs para auxiliar, mas que ninguém quer ONG dentro da APA. Ele afirmou que não queriam ONGs, e continuou falando: que venha o Ruraltins, o Itertins, o Sebrae, Senar, mas ONG não. Ele disse que ONGs recebiam milhões de dólares lá fora e vinham aplicar dezenas, e que, como alguém que foi criado ali dentro, e que achava que a maioria pensa o mesmo: ONG dentro da APA não. O prefeito Saulo retomou a palavra para falar sobre o início do assentamento Manchete. Ele disse que o assentamento começou com uma produção de arroz muito grande, e que ele tinha visto o primeiro presidente, Tonhão, plantar a lavoura comunitária. Ele afirmou que eles foram grandes produtores de arroz. Ele expressou a importância de pegar a opinião de todos para ver a real necessidade do que precisava ser feito. Ele lembrou que em 2012, quando o plantio de soja começou, a região se desenvolveu 200 vezes mais e as terras se valorizaram muito. Ele relatou que hoje eles têm dificuldade de encontrar operadores de máquina e motoristas por causa da força do agronegócio, e que eram barrados pela APA. Sua preocupação, de acordo com ele, é que as terras, que tem uma certa situação hoje, podem não ter valor nenhum daqui a alguns anos, dependendo do que o plano de manejo definisse. Ele disse que era preciso pensar mais à frente. Ele perguntou se conseguiriam produzir em toda a parcela, já que quando as parcelas foram divididas, já haviam sido tiradas as reservas. Ele reconheceu que a questão da água era um problema grande não só ali, mas também em Piracema e Raio de Luz. Ele afirmou que estavam trabalhando em um projeto de forma sustentável, e que, como o presidente tinha citado, não podiam furar um poço em cada parcela, mas sim em grupos. Ele disse que entendia que a situação na vila era difícil e que acreditava que até o final do mês conseguiriam furar mais um poço e trazer mais um reservatório. Ele se colocou à disposição

e disse que as discussões eram muito importantes. Ele agradeceu a todos e deixou o convite para a próxima oficina.

3.11. Assentamento Macaúba (Pium)

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 13.08.2025
Início: 09:00h
Fim: 12:00h
Local: Escola Vereador José Pinto

Histórico:

Em 13 de agosto de 2025, foi realizada a Oficina de revisão do plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão no Projeto de Assentamento Macaúba no município de Pium. O cerimonial deu início ao evento, agradecendo ao IAC/ UFT, a ADSTO, ao Naturatins, aos pecuaristas, produtores rurais e a todos os cidadãos presentes. O Prefeito Padre Fernando agradeceu e destacou a importância do trabalho, afirmando que as oficinas estavam sendo realizadas com grande êxito graças à participação dos presentes. Ele enfatizou a necessidade de participação, especialmente para os moradores do assentamento, pois o projeto de reforma agrária foi criado para que eles pudessem plantar, produzir e sobreviver em suas parcelas. O Prefeito alertou que a sobrevivência na área poderia estar ameaçada e ressaltou a importância da participação de todos. Ele também parabenizou o fato de a reunião ter sido realizada tanto na cidade quanto no assentamento e considerou que a oficina é um momento importante para ser realizada com muita atenção. O Presidente do assentamento, Valdir Alves de Mesquita, agradeceu a Deus e às autoridades presentes, como o IAC e o Naturatins. Ele expressou preocupação com a fala do prefeito de que a sobrevivência na área poderia estar ameaçada. Ele explicou que, quando foram assentados, possuíam um Projeto de Desenvolvimento (PDA) que lhes dava o direito e a obrigação de explorar as parcelas, sob risco de perderem a terra. Valdir afirmou que nunca sonharam que teriam sua área restrita e, embora agradecesse por estarem dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), que considerava uma riqueza, ele afirmou que a APA não poderia penalizá-los. Ele também mencionou que o pequeno produtor dá sustentabilidade ao grande, e o grande sustenta o pequeno. Valdir questionou o fato de a reunião ser chamada de "oficina", cujo propósito

seria "consertar o que está errado". Ele expressou preocupação com o "diagnóstico" que estava sendo feito, temendo que a "doença fosse feia". Ele explicou que, por estarem dentro da APA, produziam sob autorização do INCRA. O presidente tinha uma grande expectativa e solicitou que os responsáveis explicassem o futuro da comunidade para que eles pudessem ter a mente mais organizada. Ele também perguntou se poderiam parar de plantar e começar a criar gado nas áreas já cultivadas. Valdir questionou ainda a possibilidade de instalar uma agroindústria no assentamento, com apoio do Estado e do meio ambiente, para a produção de farinha e derivados. Ele pediu que, se possível, os palestrantes indicassem alguma "luz" sobre o futuro da produção no zoneamento, pois isso já seria uma bênção para a comunidade. Valdir mencionou que a área já era uma APA quando a receberam, e o INCRA sabia disso. Eles levaram oito dias para fazer o PDA do projeto, e tanto o INCRA quanto o Ruraltins tinham conhecimento da existência da APA na região. Eles foram orientados a desmatar até 4 hectares por ano e, ao longo de 19 anos, não exploraram nem 10% do projeto total. Ele afirmou que a área já era consolidada como fazenda, documentada desde 1964, com escritura de posse. Valdir argumentou que uma lei deveria servir para reforçar, e não para desmanchar. Ele acreditava que a comunidade deveria ser mantida em uma zona de desenvolvimento econômico, pois possuíam 35 hectares abertos para trabalhar. Ele finalizou agradecendo a presença de todos e afirmando que o povo de Macaúba era brasileiro e não tinha invadido a área, mas sim sido colocado ali por um órgão federal, que deveria ser mais competente que os outros. Ele expressou o medo de serem penalizados por falta de conhecimento, o que os assustava. Em seguida, Victor Moreto, do Naturatins, saudou a todos e agradeceu a presença maciça. Ele disse que era a sua primeira visita desde que assumiu a gerência de unidades no ano em questão e que estava ali em nome do presidente Cledson. Victor afirmou que estava ali para tentar esclarecer os questionamentos feitos pelo presidente da associação, pois a ideia da oficina era justamente conhecer as necessidades dos assentados, vizinhos e proprietários rurais do entorno. Com 12 anos de experiência em unidades de conservação, ele reconheceu, como técnico do Naturatins, um entendimento que a eles tem dessa divergência dos usos que estão na zona de conservação com a proposta do assentamento. Ele admitiu a dificuldade dos assentados em obter licenças e acesso a crédito, e explicou que a revisão do plano de manejo vinha justamente para sanar essa deficiência. Ele afirmou que os técnicos do Naturatins entendiam a situação e que, com a vontade do governo, a solução estava acontecendo. Victor reiterou que a ideia era ouvir as demandas dos presentes para incluí-las no próximo plano de manejo. Ele ficou satisfeito

com a apresentação de Valdir, que já havia levantado os questionamentos, e disse que os professores da UFT conduziriam as oficinas. Ele concluiu que o objetivo era ouvir as demandas para que fossem encaixadas, de forma tecnicamente possível e dentro da lei, em um plano que proporcionasse desenvolvimento sustentável, bem-estar social e proteção ambiental para todos. O cerimonial reforçou o objetivo da reunião de ouvir as pessoas e incentivou a formulação de perguntas. O professor Humberto Xavier iniciou sua fala agradecendo a participação de todos e expressando a satisfação de levar um pouco de esperança àqueles que estavam presentes. Ele explicou que o objetivo da universidade era sempre trazer para a sociedade o que eles ensinavam em sala de aula. Ele elogiou Valdir, dizendo que sua fala lhe deu um novo significado que levaria para as próximas reuniões. Humberto afirmou que a ideia era ouvir as "dores" dos participantes, que foram levados para o local e, de repente, se depararam com restrições. Ele fez uma analogia com o plantio de mandioca, destacando que tudo na vida precisa de planejamento. Ele mostrou em um banner a área verde da APA, ressaltando a necessidade de planejar como viver e se sustentar sem agredir o meio ambiente. Ele se incluiu no contexto da população local, dizendo que, embora morasse em Palmas, ele consumia os produtos como os produzidos no assentamento Macaúba, e que a dor da comunidade era a sua dor. Ele ressaltou a importância de achar um ponto de equilíbrio entre pessoas, produção e meio ambiente. Humberto disse que Valdir havia feito perguntas importantes que estavam no coração de todos, e fez uma analogia com uma ida ao médico, ressaltando que algumas perguntas ainda não tinham respostas. Ele explicou que o objetivo da reunião era justamente ouvir as dores e os sentimentos dos presentes, e que uma equipe já estava trabalhando no plano para equilibrar a relação entre as pessoas e o ambiente. Ele agradeceu ao Naturatins e ao Victor, que representava o presidente. Ele mencionou que a região foi criada como APA por uma lei de 20 de maio de 1997 e que a maioria dos presentes chegou depois dessa data, ou seja, a APA já existia. Ao perguntar quem achava bom e quem achava ruim estar dentro de uma APA, ele constatou que a maioria achava ruim, mas afirmou que estar em uma APA era um "presente" e que o problema era a falta de regras, ou seja, a ausência de um plano de manejo. Ele observou que a dificuldade existe porque as pessoas tem também diferentes entendimentos sobre as regras, e que o plano de manejo, com regras claras, precisa ser revisado porque a vida das pessoas muda, pontuando que a realidade que temos hoje não é a mesma de 1997. Vagner questionou a revisão, argumentando que a imposição de novas regras estaduais sobre as federais poderia ser um problema, pois eles obedeciam às leis federais, que considerava as

mais rigorosas do mundo. Ele lembrou que todos entraram pacificamente na área, colocados por instituições federais (INCRA), e os grandes proprietários foram colocados pelo estado de Goiás. Vagner afirmou que a comunidade é a favor da APA, desde que sejam colocados como prioridade, pois nem mesmo os vizinhos originais conseguem se auto sustentar (Ilha do Bananal). Ele ressaltou que o código florestal é o maior do mundo e que eles, mesmo sendo pequenos em termos de área, são a favor da APA, mas querem ser prioridade. Ele disse que trabalham apenas nas áreas permitidas e que preservam a fauna, tanto que se encontra muitos animais na região, pontuando que todos os animais do banner são preservados. Ressaltou que ao se andar pela região se via anta, catitu e muitos bichos. Ele exemplificou a produção da comunidade, que plantava mais do que o necessário para o próprio consumo, pensando nos animais. Heleniel relatou que a APA Cantão foi criada em 1997 e o Projeto de Assentamento (PA) em 2007. Ele afirmou que, como a reserva já havia sido retirada de sua área, todos tinham o direito de usar seus pedaços de terra como quisessem. Ele reiterou que a prioridade é de quem está ali, colocado pelo governo federal, e que não poderiam ser prejudicados. Ele alertou que era impossível comercializar em qualquer lugar as áreas dentro da APA Cantão e que, se a situação continuasse, a população seria prejudicada e a área se tornaria um deserto. Ele disse que o extrativismo não funciona na região e que ele está ali para crescer, não para coletar frutos. Ele questionou a imposição de restrições por países estrangeiros, que já haviam desmatado suas próprias terras, e afirmou que o INCRA deveria resolver a situação. Humberto reafirmou que o objetivo era ouvir os moradores, pois eles viviam ali. Ele explicou que a universidade agia como mediadora e era imparcial. Ele apresentou a equipe do IAC/UFT e falou sobre os questionários que estavam sendo aplicados, que não tinham como objetivo fiscalizar ou julgar. Ele reafirmou que algumas perguntas já tinham respostas, mas outras não, por isso a reunião era importante. Ele informou sobre o site do projeto e afirmou que disponibilizaria o telefone para aqueles sem acesso à internet. Humberto concluiu que o objetivo é criar um plano sustentável que compatibilize pessoas, produção e ambiente, valorizando, acima de tudo, as pessoas. Humberto concluiu afirmando que todos estavam no mesmo barco. Sarah, em seguida, apresentou o guia do participante e falou sobre o grupo de informes no whatsapp, também do Instagram do projeto (@apacantao) e a lista de presença. Ela agradeceu a Valdir e ao Diego, ressaltando que Valdir havia lutado pela realização da oficina no assentamento Macaúba. Ela observou que as pessoas que participavam repetidamente dos eventos estavam aprendendo muito. Ela mostrou um mapa, indicando a localização do

assentamento Macaúba, que estava na borda da APA, ao lado do Parque Cantão. Ela explicou a diferença entre unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável e mencionou que as atividades estavam sendo realizadas nos nove municípios que compõe a APA Cantão. Ela ressaltou que, ao falar de sustentabilidade, não se devia pensar apenas no meio ambiente, mas também na sobrevivência da vida no local, e que a importância das pessoas estava sendo considerada. Sarah retomou a analogia da "oficina", dizendo que, além de consertar, na oficina também "fabricava". Ela afirmou que eles estavam fabricando o plano de manejo para entender em quais lugares cada atividade vai funcionar melhor. Ela destacou a importância de encontrar um equilíbrio, pois não adiantava definir um local para determinada plantação se ela não for viável. Ela pediu para que as pessoas presentes falassem sobre a vida na comunidade, o que criavam, o que estava faltando e o que gostariam de produzir no futuro. Sarah explicou que o objetivo da reunião era ouvir a população para que as informações fossem analisadas e usadas na organização do zoneamento. Ela disse que, no final de novembro, eles voltariam aos nove municípios com a proposta de zoneamento, e, no final de fevereiro, entregariam o plano de manejo detalhado. Valdenir, Presidente do PA Barranco do Mundo, saudou a todos. Ele afirmou que a conciliação entre assentados e fazendeiros era sua principal pauta, pois todos precisa urgentemente do plano de manejo para viver de forma sustentável. Ele disse que, apesar de serem pequenos, não queriam ser pequenos para sempre. Afirmou que eles têm direito adquirido sobre as terras. Valdenir relatou que estava difícil para a comunidade, pois as informações na TV sobre financiamento e licenças são diferentes das que eles encontram na prática. Ele chamou a atenção do Naturatins, dizendo que o órgão não é bem-vindo pelos assentados porque só visita as áreas para aplicar multas, e não para orientar. Valdenir concordou com Vagner que o extrativismo não funciona na região, que não possui frutos como açaí, pupunha, cupuaçu, cacau ou mesmo seringueiras (coisas, que segundo ele, ajudam para as pessoas viverem de forma integral com a natureza, e que essa não é a realidade deles). Ele explicou que eles lutam pelo plano de manejo para poder abrir áreas e produzir mandioca, batata e outros alimentos que o pequeno produtor podia enviar para as cidades. Ele afirmou que o plano de manejo também era benéfico para os fazendeiros. Ele lembrou que, antes da chegada da agricultura (em 2010), a região vivia na miséria, sem estradas, educação ou saúde de qualidade, e que a união com os fazendeiros dá mais força para reivindicar melhorias, citando o exemplo de uma escola na região. Valdenir reiterou que o plano de manejo seria bom para todos. Ele disse que, como a APA era para preservação

da fauna e flora, era obrigação fazer um levantamento dos animais da região. Ele se ofereceu para ajudar, filmando os animais com armadilhas, e citou vários exemplos de animais presentes, como: lobo guará, seriema, ema, onça pintada, preta, jaguatirica, raposa, vários tipos de ave. Ele finalizou agradecendo à sua equipe por ter comparecido à reunião. Valmir Taboca, do PA Toledo, afirmou que a lei de criação da APA era de 1997, mas o governo federal os assentou em 2000, já começando o processo de forma errada. Ele enfatizou que eles não invadiram a área, mas foram assentados em um local onde já não era permitido. O governo os assentou e disse que poderiam trabalhar na área, e a reserva já foi retirada à parte, dando direito a todos de explorar suas parcelas. Ele comparou a situação com a dos fazendeiros, que mantinham bem suas reservas, e afirmou que o Naturatins era quem concedia as licenças de desmatamento, concluindo que eles só desmatam o tanto que é permitido. O Vereador Diego Babilônia expressou sua preocupação com o pequeno produtor, que vive do plantio de mandioca e arroz. Ele disse que muitos o procuraram para intervir e que todos estavam preocupados, pois vivem, por exemplo, da criação de gado e da roça de arroz. Ele pediu que o plano seja feito com critério e que as autoridades se sensibilizem, lembrando que a lei foi criada 10 anos antes do assentamento ser colocado ali, e os assentados não tem culpa. Ele, como vereador, representante do povo, pediu que pensem no pequeno produtor e afirmou que a reunião é de grande importância. Ele estava certo de que, com a reunião, o governo teria a sensibilidade de dar a eles o que era de direito, já que a reserva já havia sido retirada quando a terra foi concedida. Jonas Gomes parabenizou Vagner e incentivou as pessoas com vergonha de falar a fazerem perguntas. Ele afirmou que não há erosão (a região é plana) ou degradação ambiental na região, e que a fauna se multiplica a cada ano (“nasce milhares a todo ano”). Ele questionou quem garante que o que for decidido na oficina realmente seria incluído no plano final e não seria mudado depois. Haverá incentivo, apoio, assistência técnica e crédito rural para a produção sustentável? Ele perguntou se o novo zoneamento permitirá o uso contínuo das áreas já abertas para plantar e criar, ou vai ter que mudar? Ele agradeceu a Deus e à família pelo apoio para se mudarem para a área, destacando as melhorias como estradas e escolas, e expressou a satisfação de poder levar os insumos para casa no final do mês. Sarah respondeu a Jonas, explicando que os estudos de campo, incluindo a parte técnica e o levantamento da fauna, já havia sido feito. A UFT entrou no projeto para a parte comunitária, que estava sendo realizada naquele momento. Ela explicou que o diagnóstico, incluindo documentos, leis, imagens de satélite e a fala da população, seria usado para compor o zoneamento, que

seria o desenho do plano. Ela disse que o objetivo era que o zoneamento fosse o melhor possível e que as informações coletadas contribuiriam para o resultado. Ela deu um exemplo de como as demandas da população, como a necessidade de mais poços, poderiam ser incluídas nos programas do plano. Ela reafirmou que o que está sendo escutado nas oficinas vai contribuir para a elaboração do zoneamento, e finalizou a sua fala afirmando que não podia dizer como seria o zoneamento final, pois ainda não havia sido feito, e que a atualização do plano de 2000 para 2025 era necessária. Ela perguntou se o processo havia ficado mais claro para todos e encorajou que continuassem fazendo perguntas. Teomira, que chegou em 2009, quando a área já era um assentamento, questionou por que o diagnóstico estava sendo feito somente agora, se o processo começou em 1997 e o assentamento foi criado em 2007. Ela relatou que, como professora, via muitas melhorias, como estradas e escolas. A pergunta que não queria calar, segundo ela, é porque o governo federal deu essa propriedade para o assentamento, sabendo que era uma APA, e porque agora o diagnóstico parece negar o direito de plantar nas parcelas, já que a maioria vive disso e não tem salário fixo. Ela questionou se havia a possibilidade de terem que deixar as parcelas e se o governo federal daria algum respaldo, como indenização, para o que as famílias construíram. Teomira também reclamou que não conseguiam licença para desmatar no Naturatins e que, se as famílias preservavam o que era para ser preservado, por que não podiam produzir em suas parcelas, um direito que lhes foi dado. Ela expressou a angústia da comunidade, que estava com o coração na mão por causa dessas dúvidas, e perguntou se o diagnóstico traria essa garantia. A Professora Maria Carolina, do IAC/UFT, explicou que a revisão do plano de manejo estava sendo construída em parceria com o IAC/UFT e o Naturatins. Ela esclareceu que o plano de manejo não é estático e que, por lei, precisava ser revisado periodicamente. Ela assegurou que não havia a possibilidade de remoção de ninguém da área. Ela disse que a equipe não poderia resolver os erros do passado, como a lei de criação da APA, e que o objetivo era organizar a área com um documento que daria segurança jurídica para que todos pudessem viver e trabalhar. Ela reforçou mais uma vez que a possibilidade de tirarem as pessoas da região não existe, e que a equipe precisa entender como a comunidade vive para adaptar o plano de manejo de maneira sustentável. Victor, do Naturatins, reforçou a fala de Maria Carolina, reconhecendo os erros do passado na criação do assentamento sobre a área da APA e garantindo que a remoção não aconteceria. Ele disse que o objetivo era ouvir a população para que a situação não se repetisse. Ele falou que não sabia como seria feito ainda, mas que que estavam trabalhando para criar uma zona de

assentamento específica para que a produção fosse permitida nos assentamentos, que era o sentido deles existirem. Ele incentivou que as pessoas permanecessem na APA e reafirmou que a remoção não era uma possibilidade. Ricardo, um produtor da região, apresentou uma lista de questionamentos de seus vizinhos: 1) quais critérios técnicos serão usados para definir zonas produtivas e zonas restritivas no novo plano? 2) O novo plano permitirá abertura de novas áreas de uso, considerando imóveis com vegetação além da reserva legal e APP preservadas? 3) A decisão sobre permitir ou não novas aberturas pode ser influenciada pela participação popular, ou depende exclusivamente do órgão gestor? 4) Haverá alguma restrição para conversão de áreas de pecuária para agricultura dentro de zonas de uso consolidado? 5) Atividade agroindustriais de médio porte, como fábricas de ração ou processamento de grãos, serão consideradas compatíveis em zonas produtivas? 6) O que a participação popular aqui realmente pode mudar? Existe possibilidade de decidirmos que não haverá nenhuma restrição de uso, ou que as restrições serão máximas? 7) Qual será a política do plano em relação à instalação e manutenção de drenos agrícolas? O plano reconhecerá o papel dos drenos na viabilização e aumento da área? 8) Existe previsão de ressarcimento de custos ou indenização por perda de produção caso uma área tenha que ser recuperada por exigência do plano? 9) Como será garantida a segurança jurídica para propriedades que já têm licenciamento e produção consolidada? 10) O plano prevê algum mecanismo para compatibilizar recuperação ambiental com expansão produtiva em áreas antropizadas? 11) Há previsão de incentivos fiscais ou acesso a recursos para propriedades que se adequarem às novas diretrizes? Ele expressou satisfação em ouvir por parte da Professora do aprendizado que as oficinas estavam proporcionando, e disse que esperava que isso sensibilizasse a todos, especialmente o IAC, para que produzissem uma minuta "não perfeita, mas muito justa". Sarah disse que usaria as perguntas para ouvir mais a população. Ela lembrou que a primeira fala na primeira oficina foi de Valdir, sobre a importância das pessoas, e que depois veio uma senhora, e fez uma fala muito emocionada. E Sarah afirmou que naquele momento pegou o microfone e disse "eu estou com a senhora". Ela explicou que quando fez essa fala mencionada anteriormente, por ser especialista em participação social, ela quis dizer que faz parte da obrigação dela lembrar os técnicos do que foi dito ali. Ela disse que a equipe buscará um equilíbrio, mas que não poderia prometer que tudo o que fosse falado estaria no plano final. Ela usou as perguntas para incentivar a população a expressar seus desejos, mencionando a pergunta da fábrica: é interesse de vocês? Como deveria ser? Sobre a pergunta da irrigação (drenos) Sarah, para estimular a

participação popular, pediu para que a próxima pessoa que fosse ali a explicasse o papel dos drenos e qual era o desejo da população. Ricardo sugeriu que o esclarecimento das perguntas fosse feito em outro momento para economizar tempo, mas disse que estava aberto a um diálogo imediato. Maria Carolina concordou com Ricardo, mas fez duas importantes ressalvas. Ela explicou que nem o IAC nem a comunidade tinham o poder de aprovar o plano de manejo e transformá-lo em lei. A proposta construída seria submetida a outra entidade, o conselho gestor da APA, presidido pelo Naturatins. Ela disse que o que era falado na reunião seria analisado tecnicamente para verificar a viabilidade antes de ser colocado como proposta no plano. Ela afirmou que a pergunta sobre a abertura de novas áreas ainda não podia ser respondida porque o zoneamento não havia sido finalizado. Sarah completou a fala, citando a composição do conselho da APA, que inclui prefeitos, órgãos governamentais e associações. Jonny agradeceu o espaço concedido por Valdir e a presença do prefeito e do secretário do meio ambiente, Diego. Ele disse que tinha perguntas técnicas, mas que não faria por não ser o momento adequado, mas compartilhou algumas indagações. Ele explicou que a região era consolidada há muitos anos, aberta nas décadas de 70, 80 e 90, e foi uma das maiores produtoras de banana, arroz e criação de gado. Ele disse que as fazendas onde os assentamentos foram criados, como, Barranco do Mundo, Toledo e outras, foram fazendas de pecuária, inclusive a Macaúba, vendida ao INCRA. Ele mencionou que a região possui títulos de posse desde 1959 e 1960 e que o governo federal, na época de Goiás, investiu em projetos de desenvolvimento na área (citou empresas). Ele afirmou que a primeira energia elétrica do interior do Tocantins se deu dentro do município, na Ouro Verde. Ele relatou que está na região desde 1984 e que havia feito parte do conselho no início do processo do plano, que nunca foi construído ou aprovado. Ressaltou que teve uma época que pensaram em diminuir ou extinguir o plano. Ele disse que hoje, pela indefinição do plano de manejo, que se arrasta por 25 anos, há muitas fazendas grandes da época que foram averbadas em cartório da forma que a lei de 2000 permitia. Ele disse que tem muita área consolidada. Ele criticou a falta de consideração dessas áreas consolidadas, e disse que ninguém veio aqui olhar e perguntar sobre a região. Ele disse que tem dados da ANA que mostram que o regime de chuva não se altera desde 1985. Jonny afirmou que a falta de um plano de manejo deixa todos, naquele momento, ilegais, sem segurança jurídica. Como produtor de soja, milho e gado, que emprega 120 funcionários, ele disse que sua fazenda, embora não seja a maior, gera renda para a sede do município. Ele afirmou que não é contra os pequenos produtores e que muitos deles eram bem-sucedidos, que tinha muita gente que

planta melancia, arroz, mandioca. que vai para Paraíso ou Pium, ou ajudar a abastecer escolas dos municípios. Ele questionou a maneira como a lei foi criada, dizendo que havia interesse do "mundo lá fora" que já havia "detonado todo o país dele". Ele disse que o Brasil é o país que mais preserva no mundo. Ele afirmou que os assentamentos receberam suas reservas, e o restante poderia ser explorado. Falou que a burocracia do país é muito pesada, exigindo mais de 50 licenças para legalizar um empreendimento. Ele desafiou os presentes a apresentarem um inventário florestal, e afirmou possuir um em sua fazenda. Ele convidou a equipe do IAC para conhecer a sede da fazenda e os 11 programas que ele cumpre junto ao Naturatins, trabalho que ele considera árduo. Ele elogiou o número de pessoas presentes, que demonstrava a preocupação com o futuro da região, e pediu que olhassem para a região e para os assentamentos com carinho, ressaltando que os assentados não escolheram estar ali. Ele pontuou que já se passaram 25 anos da primeira tentativa de plano, que a tecnologia havia mudado e que os órgãos como Naturatins e Ruraltins tinham condições de ajudar os assentamentos, mas que isso nem sempre acontecia. Ele mencionou as dificuldades com a aprovação do CAR e a obtenção de financiamentos e disse que a luta precisava ser feita com as mãos unidas para que todos prosperassem. Silto Marques, proprietário de fazenda, disse que veio para a região com o intuito de crescer, pensando em sua família. Ele se declarou a favor da APA, mas defendeu a criação de normas. Ele disse que sua fazenda é produtora há mais de 60 anos (citou outras na mesma situação), e ele afirmou que veio acreditando que poderia produzir, já que quando chegou mais de 2.000 hectares de pastagem já existiam na área. Ele mencionou que a divisa de sua propriedade está dentro do Cantão. Pediu um olhar atento a isso: produtor está há mais de 60 anos na região. Ele disse que, ao olhar para o povo dos assentamentos, vê pessoas marcadas pelo sol e não acha justo que não possam produzir. Ele concordou que ninguém deveria ser removido. Ele expressou orgulho por ter no município produtores como a Jan, que gera 120 empregos. Ele defendeu que aqueles que estão produzindo tenham a oportunidade de produzir mais, pois é necessário ter alimento na mesa. Ele disse que o Brasil e o setor agropecuário são os que mais preservam no mundo. Ele questionou que se não puderem mexer em suas áreas, o governo precisa avaliar e indenizar. Ele disse que há pessoas que precisam pedir emprego porque não podem fazer nada, sem acesso a financiamentos ou licenças. Ele pediu que olhassem para a situação de cada um, pois os produtores, que eram humildes e calejados, trabalham seriamente para se sustentar e estão sem segurança jurídica. Ele pediu que o plano fosse melhorado para atender às necessidades da população. Victor, do Naturatins, explicou que o zoneamento de 2000

foi feito com imagens de satélite de baixa qualidade e que a ideia, naquele momento, era usar imagens com uma qualidade muito melhor. Ele afirmou que os "programas" do plano poderiam resolver situações específicas. Ele ressaltou que a intenção do Naturatins não é: "pá, área consolidada, e agora você tem que reflorestar". Reafirmou que essa não é a ideia, especialmente as que estão consolidadas há muito tempo. Ele disse que, em sua experiência como técnico, já havia casos de sobreposição de zonas no zoneamento. Ele garantiu que, se houvesse alguma alteração nessas situações, ela seria discutida e teria um prazo de adequação. Jonatan apresentou uma lista de perguntas e apontamentos. Ele disse que a ameaça inicial era a extinção do assentamento, mas que já tinha a resposta de que ninguém sairia. Ele questionou quais eram as verdadeiras restrições atuais, pois qualquer investimento em uma terra pode ser perdido se não for permitido. Ele perguntou qual era a proposta inicial do plano de manejo (se justificando que acredita que muitos nunca souberam suas reais obrigações e reais direitos), e qual é a proposta atual. Ele destacou a necessidade de informações em tempo real e de forma mais dinâmica, pois pessoas mais idosas não tem acesso fácil como os demais. Com a evolução do plano, ele pediu treinamento e capacitação para que os produtores pudessem entender e se adaptar, se necessário, a novos ramos, por exemplo. Ressaltou a necessidade desses treinamentos serem sempre atualizados porque as coisas mudam constantemente (citou exemplos falando que o que determinado produtor fazia esse ano ou há dois anos, ele já não faz mais, evidenciando a necessidade de treinamentos constantes e atualizados). Ele ressaltou a necessidade de investimento público em infraestrutura, como estradas, saneamento, postos de saúde e educação. Ele disse que é preciso mais facilidade para acesso a crédito, citando como exemplo que muitos produtores não podem extrair madeira para fazer cerca, e de onde tiram o dinheiro para comprar arame? Alegou que tem muito produtor que troca mão de obra porque ainda não tem a renda da terra. Ele perguntou há quanto tempo o levantamento de dados iniciais havia sido feito, e se um novo está sendo realizado (pontuando que pela progressão do assentamento o impacto ambiental que teve não é relevante), questionou se o plano de manejo tem uma data de conclusão, se existirá uma cartilha para o proprietário com orientações do que ele pode e do que ele não pode, e se o plano de manejo será personalizado para cada área (afirmando que cada região está em uma região diferente). Sarah respondeu a Jonatan, dizendo que havia um zoneamento de 2000, mas que a equipe decidiu não o usar para não confundir a população, já que muitas questões administrativas e judiciais haviam surgido desde então. Ela disse que havia estudos de 2019, que geraram

uma nova proposta de zona de manejo que não foi aprovada, e mencionou que a ADSTO contratou outra empresa, a partir de 2021, para realizar levantamentos também. Ela explicou que o IAC/UFT foi convidado a intermediar o processo, usando os estudos anteriores para agilizar o trabalho em dez meses. Ela reafirmou que o plano, uma vez pronto, passará pelo conselho para ser aprovado e que precisará ser revisado novamente no futuro. Ela disse que a participação da população nas discussões tinha um papel educativo. Fernando, falando em nome da ADSTO, parabenizou a todos, dizendo que a presença maciça era resultado de um trabalho de "formiguinha" e que isso daria peso ao plano perante o Ministério Público, afirmando que o município de Pium estava de parabéns. Ele disse que Pium tinha dois representantes diretos no conselho e que nenhuma decisão final seria tomada sem a participação de todos. Ele lamentou a divisão histórica entre os produtores pequenos, médios e grandes, e disse que a luta, que era antiga, só ganhou força com a ADSTO. Ele pediu que a união fosse fortalecida, convidando a população a trazer mais pessoas para as próximas oficinas e a se unirem pelo objetivo comum de prosperar. Ele afirmou que acabou o tempo de “olhar político A e político B”, ressaltando novamente que precisam se unir. Afirmou o tanto que é legal o fato de “ninguém ter atirado pedra em ninguém”, e reafirmou que é disso que precisam: de união para mostrar para quem os representa que estão unidos pela mesma causa. Ele citou que já ouviu pessoas duvidando do projeto, e quando questionou, essas pessoas não haviam participado das oficinas e não acompanhavam as informações nas redes sociais. Agradeceu a todos, e pontuou que a decisão final não seria tomada apenas pelo IAC ou pelo Naturatins, mas também por advogados e ambientalistas da ADSTO, e afirmou que a ADSTO representa os assentados também. Fernando falou que quem tem mais peso de falar são os governantes com as cadeiras no conselho. Ele expressou sua felicidade por ver a união da comunidade e sua crença em um resultado positivo. Sarah informou que os documentos para as oficinas são liberados normalmente com 20 dias de antecedência para que todos possam estudar e se preparar. Heleniel perguntou o que poderia ser feito atualmente em suas áreas, considerando a zona de amortecimento. Ele questionou por que as áreas de desenvolvimento estavam nos lados, e eles, no meio, eram uma zona de proteção. Ele disse que veio para a área com vontade de crescer e que não veio para plantar apenas mandioca, mas para criar gado e aprender a plantar soja. Afirmou que veio porque gosta da região, e que tem 17 anos que está ali. Finalizou dizendo que a responsabilidade do que acontecesse a partir daquele momento era de todos. Victor, do Naturatins, explicou que a zona de amortecimento do parque era outra situação e que ela continuaria, pois fazia

parte do plano de manejo do parque. Ele disse que a zona de amortecimento permitia algumas atividades, como a agropecuária, mas tinha restrições, como o uso de agrotóxicos por avião. Ele disse que seria necessário analisar cada caso no plano de manejo do parque. Ele informou que o Naturatins tem, hoje, uma instrução normativa que permite a regularização de áreas que já estão abertas para preencher a lacuna entre o zoneamento antigo e o novo. Ele explicou que a pessoa, mesmo em zona de conservação, pode obter um termo de compromisso para manter sua atividade até que o novo plano seja aprovado. Ele disse que o proprietário se comprometeria a se adequar ao novo zoneamento assim que ele sair, e que a medida visa evitar que todos fiquem irregulares. Jonatan expressou sua preocupação com os investimentos, como os feitos em pastagem, que poderiam ser perdidos se o novo plano, com previsão da versão final em março, proibisse a atividade. Victor respondeu que os programas do plano viriam com essa finalidade, e deu exemplo de prazos consideráveis, como de 5 ou 10 anos, para a adequação, reafirmando que não será algo imediato. Sarah reforçou que, com a informação disponível, eles conseguem considerar as necessidades da população. Ela citou as equipes técnicas que compõem o convênio, e disse que o difícil é tentar imaginar o que a comunidade quer. Ela disse que, se uma atividade não for ambientalmente possível, outra opção seria dada. Adriano, morador de Macaúba há 10 anos, perguntou quais critérios seriam usados para definir as zonas restritivas e produtivas. Ele perguntou se poderia mudar uma área de pastagem que já existia para lavoura. Sarah respondeu que a APA foi criada para conservar a fauna, o solo, a vegetação e a água. Ela disse que a equipe consideraria as diferenças entre os assentamentos e a questão social para chegar a um zoneamento que atendesse a maioria. Juacy, funcionário da fazenda Jan, disse que pessoalmente preparou a vaca que foi fornecida para o almoço daquele dia, para todos na oficina. Ele questionou por que a lei que criou a APA, que já tinha quase três décadas, não poderia ser alterada para favorecer os pequenos e grandes produtores (citando que poderiam correr atrás de emenda para essa modificação). Ele sugeriu que a comunidade se associasse a vereadores e prefeitos para buscar emendas à lei. Ele disse que muitos deputados poderiam aderir à causa. Carmelo fez duas perguntas. Ele questionou a situação de pequenos e grandes proprietários que teriam que mudar de atividade, com tantas benfeitorias já realizadas. E o segundo ponto ele iniciou comentando que os 3 assentamentos juntos somam mais de 200 famílias, então, de acordo com ele, se for fazer o plano de manejo há necessidade de abertura de cacimba, ainde que seja coletiva. Ele mencionou que a região de Macaúba é muito seca por seis meses. Bras Rodrigues relatou que chegou à região em

1977, antes de Macaúba existir. Ele disse que tem uma pequena propriedade de 8 alqueires e uma terra boa, onde quer plantar 10 mil pés de café. Ele pediu emendas para consertar as estradas. Sarah agradeceu a Valdir, ao prefeito e ao Diego, secretário de meio ambiente de Pium, e a todos os presentes e passou a palavra a Valdir. Valdir recomendou que aqueles que tivessem o título procurassem o contador da associação (ccrtr) e finalizou a oficina.

3.12. Marianópolis do Tocantins

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 13.08.2025
Início: 15:00h
Fim: 18:00h
Local: Centro de Convenções - Marianópolis do Tocantins

Histórico:

Em 13 de agosto de 2025, foi realizada a Oficina de revisão do plano de manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão no Centro de Convenções no município de Marianópolis do Tocantins. O cerimonial deu boas tarde e iniciou com a definição do plano de manejo. Em seguida, fez a composição da mesa, que incluiu o prefeito Saulo Barbosa; o secretário do Meio Ambiente, Sebastião de Oliveira; Arnardino Gabriel, representando a ADSTO; o vice-presidente da câmara, representando o Sr. Valmir, o presidente da câmara; Victor, do Naturatins; Cleber Cavalcante, gestor do parque Cantão; e Humberto, presidente do IAC. O cerimonial convidou todos os secretários e vereadores a fazerem uso das primeiras cadeiras no auditório e, por fim, agradeceu a participação dos alunos das escolas e da presidente da associação do assentamento, Maria das Neves (Piracema). O prefeito Saulo Barbosa deu boas tarde a todos e agradeceu à equipe pela organização do evento. Ele ressaltou a importância daquelas oficinas na região do Vale do Araguaia, explicando que a APA, que existia desde 1997, havia se tornado uma preocupação real a partir de 2017, e que muitos produtores estavam preocupados. Ele frisou a importância da participação de todos — comerciantes, chacareiros — para que pudessem colocar suas opiniões, pois a partir disso o plano seria montado. Victor Moreto afirmou que era muito bom estar ali e agradeceu a presença de todos. Ele explicou que aquele era o momento oportuno e que havia vindo para representar o presidente. Ele reforçou que agora era o momento de a população expor sua vontade, já que a APA impactava não apenas os produtores rurais, mas todos que estavam na área. Ele disse que tudo o que estava sendo discutido era muito importante também para os estudantes que estavam presentes. Ele pediu que a população conversasse e não se

sentisse envergonhada de tirar dúvidas, pois o plano de manejo visa atender ao máximo o desejo da população, buscando os três pilares do desenvolvimento. Arnardino Gabriel deu boas tarde e cumprimentou a todos. Ele disse que o que eles estavam construindo era um legado para que a população pudesse assumir com responsabilidade. Ele agradeceu a mesa e afirmou que o trabalho era uma construção entre as pessoas que tinham residência e participação nos nove municípios da APA: o comerciante, o produtor, o prestador de serviço, a dona de casa. Afirmou que é uma construção coletiva para que possam, em primeiro lugar, sanar a necessidade de segurança jurídica, definindo territórios de produção e de conservação. Em respeito às pessoas que haviam vindo com seu suor, depois de 27 anos de espera, eles poderão construir algo para auxiliar no desenvolvimento. Ele disse que todos os membros que estavam naquela casa estavam preocupados com o desenvolvimento, independentemente de ser pequeno, médio ou grande produtor. Afirmou que todos precisam de desenvolvimento, respeito e segurança em suas atividades, e que é isso o que eles buscam. Ele lamentou que a APA do Cantão estivesse "fadada ao atraso" por falta de ação, e pediu que não atacassem os membros do Naturatins, pois eles estavam ali para ajudar a resolver o problema. Ele disse que esse legado de problemas vinha de mandatos anteriores, desde 1997 até três anos atrás. Ele reforçou que iriam ter a oportunidade de falar, e que os professores estariam ali para ouvir, e pediu que as pessoas se preocupassem com aquilo que realmente as incomodava e que tirassem suas dúvidas, porque juntos eles construiriam uma família para o desenvolvimento no vale do Araguaia. Ele finalizou dizendo que ninguém era melhor que ninguém, que todos estavam construindo juntos, e que era importante tirar todas as dúvidas, pois haviam esperado 27 anos por esse momento. Humberto Xavier cumprimentou os colegas da mesa e fez um cumprimento especial a quem saiu de sua casa para comparecer. Ele afirmou que era uma alegria para a universidade estar ali para desatar um nó que já durava muitos anos. Disse que, como universidade, eles são imparciais, com um olhar técnico buscando um equilíbrio entre produção, pessoas e meio ambiente. Ele expressou o desejo de trazer um pouco de esperança, para que as pessoas entendessem que estar na APA não é uma maldição, mas um privilégio. Ele enfatizou que todos estavam no mesmo barco e que a realidade da APA os impactava mesmo morando em Palmas, já que consumiam os produtos da região. Mencionou que a região também é muito rica por ser o encontro entre o Cerrado e a Amazônia, e que por isso é preciso ter um cuidado importante. Ele disse que a equipe não queria que, no futuro, as pessoas olhassem para eles e dissessem que haviam acabado com o desenvolvimento da cidade, nem ser culpados por nascentes que

secaram ou rios que sumiram. Ele ressaltou que é uma responsabilidade muito grande e que o plano só aconteceria de forma segura e sustentável se todos participassem. Após isso, perguntou se a plateia sabia o que era uma APA, respondendo em seguida que era uma área de preservação ambiental que exigia cuidados diferentes e, para ser sustentável, precisava de um plano de manejo. Ele explicou que o problema de estar dentro de uma APA era a falta de regras claras. Ao se fazer um plano de manejo, ele afirmou que eles estão planejando como a área poderá desenvolver suas atividades ao longo dos anos. Ele agradeceu muito, frisando que tudo o que os produtores e assentados faziam impactava a vida na cidade. Ele pediu aos estudantes que ficassem, falassem o que observavam e o que entendiam, e que a equipe queria ouvir a dor e os motivos do sono que perdiam à noite. Finalizou dizendo que não estavam ali como salvadores da pátria, mas para construírem juntos um futuro melhor. Maria Carolina se apresentou e apresentou a equipe. Ela explicou que a equipe estava ali porque havia uma APA na região, e que essa APA precisava de um documento específico para funcionar corretamente, que era o plano de manejo. Ela disse que a APA foi criada por uma lei estadual em 1997 e que, naquele momento, eles estavam fazendo a proposta de revisão do plano de manejo. Ela explicou que o primeiro plano era de 2000, e que depois houve uma nova proposta em 2019, mas que com o passar dos anos era preciso fazer revisões porque o tempo não parava. Ela disse que estavam ali para conversar sobre a importância da população nesse trabalho. Ela perguntou à plateia se alguém sabia o que era um plano de manejo, e explicou que "manejar" significava poder usar algo, nesse caso, o solo, os rios e a região como um todo. Ela disse que a APA precisa de um plano de manejo que seja sustentável e participativo, e que eles precisam compatibilizar as três "perninhas": meio ambiente, pessoas e desenvolvimento econômico. Afirmou que para que o plano de manejo tenha validade perante a justiça e possa ser colocado em prática, eles precisam da ajuda da população. Ela questionou se seria possível pegar um plano de manejo da bacia do Rio Tietê, em São Paulo, para ser usado ali, e a plateia respondeu "não". Ela disse que a professora Sarah e Humberto fazem uma analogia importante sobre a costureira, e que eles precisam "costurar" um plano de manejo para a população daquela região. Por isso, eles queriam saber como era morar ali, o que as pessoas faziam e se tinham alguma dificuldade, pois a equipe precisa entender a realidade local para trabalhar em um plano adequado. Ela disse que o plano tinha uma parte técnica e uma parte comunitária. A parte técnica já havia sido feita, e a plateia poderia ver um resumo dela no guia do participante que seria distribuído. Ela disse que precisavam da leitura comunitária, que era ouvir as pessoas e ver

se o que a equipe havia considerado atendia às suas necessidades, ou, principalmente, o que não haviam considerado. Ela explicou que o plano de manejo começou quando o convênio foi assinado, em 31 de março, em uma feira em Marianópolis, durante uma audiência do Dr. Wellington na Cejuscaf, onde foi assinado um convênio para que o Naturatins, a ADSTO e o IAC trabalhassem juntos na elaboração da nova proposta do plano de manejo. Desde então, eles fizeram todo o levantamento dos dados técnicos. Já haviam feito a audiência de abertura, uma reunião com o conselho, o guia do participante, e estavam realizando 14 oficinas para que a leitura da reunião fosse concluída. Ela explicou que só conseguiria dizer como usar a água e o solo se os conhecesse, comparando o processo a uma consulta médica, na qual o médico faz um exame (leitura técnica) e perguntas (leitura comunitária). Ela informou que eles estavam na fase de diagnóstico, e que na fase de zoneamento voltariam a apresentar o zoneamento. Depois disso, começariam a fazer os programas e projetos para a área, como programas sobre escassez de água em assentamentos ou a necessidade de técnicos especializados. A previsão era de que tudo fosse concluído no início de março, e que depois o plano precisaria ser aprovado pelo conselho gestor da APA para ser usado como documento do Naturatins. Ela finalizou chamando a atenção para a responsabilidade da população, dizendo que sem a participação deles o plano deixava de ser participativo e que era de suma importância que todos falassem. Sarah iniciou sua fala mostrando o banner do mapa e observou que as pessoas não estavam muito acostumadas a ver tantos mapas. Ela apontou a área da APA em verde no mapa. Ela explicou que o Brasil tem suas leis que organizam a forma como as pessoas vivem, e que uma delas era o Código Florestal, que era uma lei federal e, portanto, válida para todo o país. Ela disse que o Código Florestal definia o que era uma APP (Área de Preservação Permanente), que era a área ao lado do rio que não podia ser desmatada. Explicou que o tamanho da APP dependia do tamanho do rio. Mencionou que a lei também tinha uma obrigação chamada reserva legal, que era uma porcentagem de uma propriedade rural que precisava ser preservada para futuras demandas. Outra lei federal criou as UCs (Unidades de Conservação). Ela mostrou no mapa, em verde escuro, o Parque do Araguaia, onde ficava a Ilha do Bananal, que era um parque e uma unidade de proteção integral. Ela explicou o que era proteção integral e mencionou que o Parque do Cantão também foi criado por uma lei estadual, fazendo uma comparação entre APA e parque. A parte verde clara, disse ela, era uma unidade de conservação de uso sustentável, o que significava que as pessoas podiam usar a área. Disse que a cidade de Marianópolis, onde estavam, estava totalmente dentro da APA e que podia haver outras

atividades, como produção e assentamentos. O que diria exatamente o que podia ou não podia fazer era o plano de manejo, o documento que eles estavam construindo. Ela disse que estavam construindo o documento "a muitas mãos". Pela manhã, estavam em Macaúba, e alguém havia comentado que "oficina" era onde as coisas eram "consertadas", e ela disse que a ideia era essa, pois eles estavam corrigindo um plano de 2000, mas que a oficina também servia para construir. Como a área era de uso sustentável, eles entendiam que era necessário ouvir a população que morava nela, pois, como havia algumas restrições e o uso não era livre, era sustentável, era preciso ouvir a população. Ela disse que essa APA também foi criada por uma lei estadual. Mencionou o guia do participante que a professora Carol havia comentado, dizendo que, além da versão impressa, ele também estava disponível em PDF. Ela falou sobre o site e disse que havia reenviado o guia do participante para que as pessoas pudessem estudar, como se fosse para uma prova. Enviou também um link para um grupo maior, um "grupo de informes", onde eles enviavam documentos, a agenda e todas as atividades. Ela mencionou o Instagram. A APA foi criada em 1997, era bem grande e tinha nove municípios, sendo que Marianópolis estava inteiramente dentro da APA. Ela falou sobre a lista de presença e perguntou se todos haviam assinado. Disse que quem tivesse dúvida ou quisesse falar, a ideia era que fosse uma conversa, e que as pessoas poderiam se inscrever para falar, chamando a Érika. O professor de geografia, Henrique, expressou sua preocupação com os estudantes que queriam trabalhar no campo, mas que muitos não tinham esse mesmo interesse e viam como oportunidade trabalhar em empreendimentos na cidade. Ele destacou que muitos colaboradores do agronegócio recebiam um salário maior do que quem tinha graduação, como os professores, o que mostrava o engajamento do setor. Sarah retomou a palavra e disse que havia explicado que a APA foi criada por uma lei estadual e que a lei já dizia o propósito da sua criação, lendo o mesmo. Ela disse que a região tinha um encontro muito importante de dois biomas (Cerrado e Floresta Amazônica), um local de encontro que era muito rico e cheio de diversidade, o que era importante para a conservação. Ela também mencionou os rios da região, mostrando no mapa os principais e dizendo que eram muitos, e que cada um contribuía para os rios maiores. Por isso, toda a área que nascia ali era muito importante não só para o Vale do Araguaia, mas para os outros rios. Ela disse que agora era o momento de chamar as pessoas para contribuírem. A vereadora Elizane perguntou o que havia levado à escolha daquela área para ser a APA. Ela expressou sua felicidade, pois na reunião anterior havia bem menos pessoas, e naquela já havia mais, inclusive os alunos. Ela disse que era um assunto muito importante para todos,

não apenas para os fazendeiros e assentamentos, mas para todas as pessoas que moravam na cidade também. Ela afirmou que o município estava em um momento de crescimento muito grande, e que, sem o plano de manejo, isso os prejudicava muito. Ela disse que, sem dúvida, seria um plano para que eles pudessem melhorar, produzir e continuar produzindo. Thiago Portelinha agradeceu a presença e disse que era um momento importante para explicar, pois era absolutamente normal que as pessoas perguntassem. Ele foi direto ao ponto e explicou por que a área foi escolhida para ser a APA. Primeiro, afirmou que aquela não era a única APA do Estado, e citou o Jalapão como outro exemplo, que também era uma área grande. Disse que a população daquela região foi "agraciada" com aquela unidade de conservação. Explicou que eles escolheram os nove municípios daquela área porque, como a professora Sarah havia comentado, era uma área de ecótono, que era o encontro de biomas (Floresta Amazônica com o Cerrado), e que por isso existiam animais, plantas e características climáticas únicas. Ele disse que essa APA, juntamente com o Parque Estadual do Cantão, forma um mosaico muito importante na região, que é um corredor de unidade de conservação. Explicou todas as fronteiras da APA. Ele disse que era estratégico ter a APA ali, em primeiro lugar, do ponto de vista político e socioeconômico, porque ela trazia a parte de desenvolvimento, mas também tinha um olhar para a natureza. Afirmou que outro ponto muito importante dessa região é a precipitação, pois é uma área que chove bastante, sem deixar de falar da água. Ele afirmou que a região é uma das partes do estado com abundância de água, citando os rios Javaés, Coco, Araguaia e a Ilha do Bananal. Carlos Junqueira se apresentou, dizendo que, assim como os outros, ele também estava interessado na criação do plano de manejo, pois, até então, não existia, e pediu desculpas ao IAC. Ele afirmou que a APA foi imposta, que várias pessoas chegaram antes e, após a chegada delas, a condição de preservação ambiental foi imposta à região. Ele disse que, com um pouco de sorte, eles tinham a questão do desenvolvimento sustentável e que tinham Dino como representante da ADSTO. Junqueira afirmou que estava ali não como produtor rural, mas como representante de todos, pelos interesses tanto na fauna quanto na flora, e no desenvolvimento sustentável da região. Ele disse que a região era a mais rica do Tocantins e incentivou a todos a procurarem no Google o mapa de "água" do Tocantins. Fez uma analogia sobre o plantio de feijão na infância, que precisava de mais água que terra, e disse que era por isso que plantadores de soja e criadores de gado vinham para aquela região, pois a precipitação, como já havia sido citado, era uma das maiores do Tocantins. Ele disse que eles eram "agraciados" sim. Ele continuou falando sobre quem investiu milhões na região, dizendo

que existem fazendas que valem 100, 200 e 500 milhões de reais. Nesses milhões investidos, além de impostos, 40% da área era obrigatória de ser preservada por lei. Ele disse ter certeza de que a maioria da plateia não tinha uma árvore plantada, e questionou sobre o lixo que eles produziam, pois nas fazendas não podia ter lixo. Ele questionou como seria a penalização de quem investiu tanto na região e foi penalizado, e disse ter um vizinho de fazenda que preservou e foi penalizado, enquanto outro vizinho que desmatou foi agraciado. Ele relatou que um vizinho não podia mexer em 90% da sua propriedade, enquanto o outro podia mexer em 65%. Ele também questionou sobre os recursos que o Príncipe Charles investiu na época do Siqueira, perguntando se alguém havia recebido alguma indenização. Sobre a água, ele disse que eles tinham que preservar a água sim, que nas fazendas não podiam mexer na mata ciliar, e que eram feitas curvas de nível para reter a água no solo. Ele disse que eles eram obrigados a preservar. Ele perguntou se alguém sabia quem eram os tuaregues, e explicou que eram povos que viviam no deserto do Saara, criavam cabras e eram nômades. Fez uma comparação com o nordestino que vivia em uma área semiárida, dizendo que eles se adequavam ao meio ambiente, e não plantavam alface esperando que chovesse. Questionou por que os assentamentos tinham tanto problema com água, perguntando se seria uma "superpopulação", pois onde havia um fazendeiro, foram colocadas 200 pessoas, e elas não estavam se adaptando ao meio. Ele enfatizou a questão das indenizações para quem não pudesse dar continuidade ao seu negócio. Ele disse que quem conhecesse alguém de fazenda, que perguntasse o valor que eles investiram para que as pessoas pudessem ter uma noção. Afirmou que as fazendas geravam empregos para a cidade, inclusive para fábricas de tratores e oficinas, e que a economia dependia do agronegócio. Ele disse que as pessoas sabiam o valor de uma colheitadeira, em torno de 2 a 5 milhões de reais, e que nunca havia visto ninguém de colheitadeira ostentando em um shopping. Finalizou dizendo que os investimentos eram altíssimos e que nem sempre havia retorno, pois dependia do tempo e das políticas. Sarah disse que queria tentar explicar e deixar claro o papel deles de fato. Ela reforçou que a APA foi criada há muito tempo, que em 2000 houve o primeiro plano, e em 2019, uma segunda proposta que não foi aprovada. Em 2021, novos estudos foram realizados, e foi nesse momento que a UFT foi chamada para contribuir. Ela explicou que a contribuição deles era conferir a documentação produzida anteriormente e realizar a parte comunitária, que eram aquelas oficinas, e que depois haveria nove oficinas na fase de zoneamento e mais nove no plano de manejo completo. Ela disse que o trabalho deles era de dez meses e que depois seria encerrado. Ela

considerou importante dizer isso porque, segundo ela, existiam muitas ansiedades, e a equipe não conseguiria dar conta de todo o período histórico até ali, embora o considerasse. No entanto, havia muitas situações que não cabiam na revisão, no sentido de conseguir chegar a uma proposta viável. Ela disse que sempre gostava de falar que, quando se falava em plano, eles estavam planejando o futuro, desde o dia seguinte até as etapas que aconteceriam. Depois de o plano ser feito, era preciso gerenciá-lo para que desse certo. Ela informou que, no final de fevereiro ou início de março, quando o plano de manejo estivesse concluído, ele iria para o conselho gestor para ser aprovado. Imaginando que fosse aprovado, seria a hora de o órgão, por meio da chefia da APA, colocar o plano em execução, fazendo com que ele fosse cumprido, assim como os programas e as metas. Ela disse que mais de 1000 pessoas estavam construindo o plano juntas. Sarah reconheceu que algumas falas do senhor Carlos fugiam da capacidade deles de responder naquele momento, mas, para tranquilizá-lo, disse que a equipe estava ciente de todas aquelas questões. Ela afirmou que estavam trabalhando para fazer um plano de manejo que olhasse para a realidade e que, mesmo que o resultado não fosse o que cada pessoa achasse o melhor, seria um plano equilibrado, que seria o melhor possível para todos. O professor Henrique agradeceu a presença dos estudantes, que já precisavam ir embora, e expressou que era uma pena. Ele agradeceu novamente a presença de todos. Sales Lopes relatou que acompanhava a APA desde o princípio e pediu para que os alunos ficassem. Ele fez um breve relato, afirmando que acompanhava a APA desde a sua criação e que havia visto o desenvolvimento do município. Mencionou que, em 2018, quando era Secretário do Meio Ambiente, eles foram atrás de soluções e "pelejaram", mas o Naturatins havia retirado todas as cadeiras. Ele disse que foi vice-presidente do parque por 12 anos e que, quando a discussão sobre a APA começou, ele não foi solicitado e ficou de fora. Ele se apresentou como empresário no município e disse que tinha um representante. Afirmou que eles sabiam do impacto, e que algumas pessoas falavam para acabar com os "sojeiros", mas que, se isso acontecesse, as pessoas parariam de se alimentar e perderiam empregos, pois o agronegócio era quem os gerava. Ele disse ser nascido ali e que queria poder contribuir mais. Mencionou que esses acontecimentos e discussões acaloradas já haviam levado a enfrentamentos físicos em 2010, porque cada um queria defender seus interesses, o que resultou na neutralização da APA em 2010, e que o problema voltou em 2018. Finalizou desejando um bom trabalho e se colocando à disposição. Sarah falou sobre os questionários, explicando que não se tratava de fiscalização, e que podiam ser respondidos de forma anônima. O objetivo era apenas

conhecer mais sobre as questões do cotidiano da população. O vereador de Marianópolis, Luiz Jonata, fez uma pergunta relacionada à resposta do professor Thiago. Ele mencionou que o professor havia dito que havia mais de uma APA no estado e questionou qual era o número da população na APA local e na do Jalapão. Ele acreditava que a população da APA do Cantão era maior, já que as pessoas vieram para a região por ser uma área de produtividade. Sarah respondeu que em área a APA do Cantão era a maior e que perguntaria ao professor Fernando se ele já tinha esse número, e que o chamaria de novo para dar a resposta. Victor complementou, falando sobre as nove APAs que existiam no estado do Tocantins. Disse que todas foram criadas em áreas de importância ecológica e que, como o Carlos havia colocado, obviamente houve interesses ao longo da criação, e que eles tinham ciência disso. Citou, por exemplo, a APA das Nascentes de Araguaína, que era bem menor, e disse que a APA do Cantão era "absurdamente maior" e protegia muitas nascentes. Mencionou também a APA da Serra do Lajeado, no entorno de Palmas, cuja ideia era proteger os mananciais e a ocupação desordenada, para que não ocorresse uma ocupação de morros como no Rio de Janeiro. Falou ainda sobre a APA para proteção dos lagos (Peixe e São Salvador) e a do Lago de Palmas e Santa Isabel. Ele disse que a APA de Santa Isabel não tinha motivo de existir e que sabiam disso, mas que para extingui-la, era preciso um estudo técnico e, posteriormente, uma lei. Sobre as áreas consolidadas, que era uma pergunta recorrente dentro do plano de manejo, ele explicou que a ideia não era mudar as áreas que já estavam consolidadas, a não ser em situações muito específicas, que seriam resolvidas com um prazo. Ele disse que a ideia do Naturatins não era bloquear a atividade, mas sim que as pessoas se adequassem. Afirmou que eles precisavam construir isso com o tempo, que o plano de manejo era só o começo, mas que já tinham que pensar na adequação conforme as coisas cresciam. Ele disse que era um pouco "utópico" pensar em algo a longo prazo, mas que a ideia era não fazer modificações drásticas nas áreas consolidadas e, em situações especiais, fazer adequações. Mencionou que eles precisavam trabalhar com macrozoneamentos e situações específicas dentro deles. Ele admitiu que nem o Naturatins nem o IAC sabiam como seria o plano de manejo, mas que tinham ciência das áreas consolidadas. Sarah informou ao vereador que os números haviam chegado. Ela disse que a APA do Jalapão tinha mais ou menos um terço da área, e que a população lá era de aproximadamente 27 mil pessoas, enquanto na APA do Cantão era de aproximadamente 45 mil. Cleber Cavalcante, gestor do Parque do Cantão, afirmou ser gestor do parque há vinte dias, ser morador de Caseara e estar na agenda. Ele disse que o evento era muito importante,

pois o órgão recebia muitas cobranças, mas na hora de se reunirem para ouvir a população, ela permanecia em silêncio. Ele frisou que as pessoas precisavam falar e procurar ajuda, já que aquela era uma oficina que não acontecia todos os dias e contava com a presença da agricultura familiar e do agronegócio. Ele disse que era um momento importantíssimo e muito rico, e pediu que as pessoas aproveitassem, fizessem perguntas e procurassem, porque o conhecimento estava com a equipe, que era formada por universitários que responderiam com mais clareza. Ele afirmou que eles estavam lá no parque para trabalhar e fazer o melhor, e que o Naturatins não era repressão, mas parceria. Disse que o Naturatins queria ouvir todos que moravam e dependiam da APA. Por fim, questionou se era difícil, respondendo que não, bastava sentar-se e dialogar. Bruno Crispim disse que chegou à região com cerca de quatro anos de idade, era produtor na Fazenda Nova Olinda e consultor, e que desde que chegaram, eles se depararam com problemas por a área estar na APA, principalmente em relação aos parceiros comerciais. Ele mencionou que quando se queria vender, havia entraves, e algumas empresas deixavam de fornecer produtos químicos justamente por conta do impasse em que se encontravam. Disse que era a primeira vez que participava de uma daquelas oficinas e que esperava, de coração, que o evento "não fosse para inglês ver", mas sim que fosse levado para que decisões pudessem ser tomadas em prol das pessoas que viviam e dependiam daquela região. Ele informou que tinha algumas considerações a fazer, pois havia olhado o site e visto as áreas dos pesquisadores e professores que faziam parte da equipe, como Economia, Zoologia e Arquitetura. Ele afirmou que eram áreas de total importância, mas acreditava que faltavam outras que poderiam somar ao grupo para englobar todas as realidades presentes. Mencionou que, como engenheiro agrônomo formado pela UFV, deveriam ter no corpo técnico profissionais agrônomos, veterinários e zootecnistas, pois eles conheciam o contexto. Ele disse que, por isso, seria importante ter essa visão dentro da equipe técnica. Confessou que, quando estava na faculdade, participou muito do meio acadêmico, e que percebia que cada área tinha uma visão específica sobre um determinado ponto, e que a inclusão dessas outras áreas ajudaria a ter uma visão melhor para um plano de manejo que pudesse se adequar e atender de forma equivalente a todos que estavam no processo. Ele disse que não sabia se havia um motivo para a ausência desses profissionais, mas que deixava ali sua crítica. Finalizou dizendo que não estava discordando de quem estava ali, pois todos eram muito importantes, mas que achava que as áreas que ele mencionou deveriam fazer parte da equipe. Sarah interveio para ampliar a abordagem, explicando que o trabalho que estavam fazendo era um convênio entre a ADSTO, a UFT e

o Naturatins, e que havia mais pessoas envolvidas além daqueles currículos que o Bruno havia visto. Darci Dário fez três colocações. Em primeiro lugar, agradeceu à equipe e os parabenizou pela condução. Ele reconheceu o trabalho sensacional de Arnardino Gabriel, que, segundo ele, havia encabeçado a iniciativa, largado seus compromissos e, graças a Deus, havia conseguido a parceria. Ele disse que o presidente do Naturatins, referindo-se à FAET, também "vestiu a camisa". Afirmou que falava em nome de Arnardino Gabriel, mas também em nome de toda a ADSTO, e que quem havia recebido as "pancadas" foi o próprio Arnardino Gabriel. A previsão, segundo ele, era que a situação fosse resolvida até março, e que com certeza será uma "bênção". Ele disse que Marianópolis havia estagnado por três anos por causa da questão da APA, pois investidores e compradores de fazendas não vieram justamente por não haver uma posição para resolver o problema. Finalizou dizendo que, pela situação atual, o IAC estava de parabéns pelo excelente trabalho. Ele continuou sua fala, mencionando que 1,6 milhão de hectares foram impactados, uma área que, se levada em consideração, seria talvez do tamanho de Portugal. Ele levantou três questões: a primeira, sobre como ficaria a situação dos drenos já existentes; a segunda, sobre o lixo, questionando se todo município teria que fazer um aterro sanitário; e a terceira, sobre qual tipo de indústria poderia vir para a região. Ele mencionou que perderam uma empresa, que foi para Miranorte, a qual geraria 300 vagas de emprego, e que a perda foi justamente por conta da APA. Maria Carolina respondeu às três colocações feitas por Darci Dário. Sobre a questão dos drenos, ela afirmou que era necessário um estudo de viabilidade e que não poderia dizer se "podia" ou "não podia", pois estaria mentindo em ambos os casos. Disse que era preciso fazer uma avaliação da análise do impacto para, em seguida, fazer uma proposta de como, onde e como executar o uso. A segunda questão, sobre o lixo, foi respondida com a afirmação de que o aterro sanitário era responsabilidade de toda prefeitura, obrigatório pelo plano nacional. Afirmou que o aterro podia ser individual ou consorciado, mas que era obrigação do gestor do município garantir a existência dele. Ela disse que tinha 100% de certeza de que um dos programas do plano seria a inclusão de um aterro individual ou consorciado nos municípios, porque, quando não havia aterro, o meio ambiente era poluído, e essa era uma obrigação por lei. Para a terceira questão, sobre quais indústrias poderiam se instalar na região, ela usou o exemplo de uma indústria de fabricação de couro que quisesse se instalar. Explicou que se a intenção fosse se instalar a 30 metros do Rio do Coco, seria um problema, mas se fosse em outro local, poderia ser considerado. A mesma coisa se aplicava a uma indústria de tomate. Ela disse que o plano de manejo diria

quais áreas poderiam receber o quê, e que só conseguiria responder com mais assertividade na fase de zoneamento. Mencionou que o IAC já trabalhava com resíduos de solo e já havia feito planos para Paraíso e Redenção, totalizando quatro municípios. Arnardino Gabriel se manifestou dizendo que tentaria participar como presidente da ADSTO, produtor e morador. Ele entrou no assunto, primeiramente, em relação à equipe técnica, afirmando que, como a professora Sarah havia falado, eles eram três equipes multidisciplinares (IAC, Naturatins e ADSTO). Ele disse que o IAC não era apenas aquela equipe, mas que havia outra equipe por trás para que o objetivo fosse alcançado com segurança, o mesmo ocorrendo com o Naturatins. A ADSTO também tinha uma equipe jurídica e técnica que incluía agrônomos, veterinários, ambientalistas e "toda essa cadeia". Ele disse que era impossível construir o plano sem a qualificação profissional dessas pessoas, e que as discussões seriam levadas a elas, e que buscariam um entendimento comum entre as três participações técnicas. Os três grupos, disse ele, eram coordenados pela PGE e pelo Dr. Wellington. Ele disse que eles não estavam construindo individualidades, mas sim um plano de manejo para uma sociedade grande e crescente. Afirmou que a APA do Cantão era a maior do Tocantins e a primeira que o próprio governador Wanderlei Barbosa colocou como projeto piloto para buscar um melhor processo de desenvolvimento. Ele disse que as pessoas ficavam procurando o que não existia, ou um culpado. Para ele, os culpados eram os governos anteriores que criaram a APA. Como o colega havia dito, o Príncipe Charles veio, criou a APA, o recurso da época sumiu, os planos de manejo não foram criados, e eles estavam ali há 27 anos esperando por isso. Ele disse que, como produtor, percebeu em 2019 como a situação os impactaria, pois não tinham segurança jurídica sobre o que estavam fazendo, embora pensassem que seriam donos das propriedades que compraram. Ele disse que era preciso abandonar todas as mágoas, e que ele se propôs a sair de seu conforto e de sua família, mesmo que muitos dissessem que ele queria ser candidato. Ele afirmou que era produtor rural e, como produtor, defendia sua classe, incluindo comerciante, farmacêutico, caminhoneiro, professores e seus funcionários, que eram filhos de assentados. Para ele, era uma parceria de todas as classes envolvidas na agricultura familiar e fora dela. Ele disse que havia conversado com Humberto e, apontando para o banner, disse que a parte verde clara era um barco em que todos estavam, e que se afundasse, afundaria todo mundo, por isso, eles precisavam se esforçar para salvar a todos. Em relação à segurança jurídica, ele disse que, conversando com o próprio Victor, eles precisavam ter sensibilidade técnica e humana para encontrar uma maneira de resolver o direito de propriedade e de proteção para o cidadão que veio

quando a APA não existia e que tinha seu dinheiro e suor investidos ali. Ele questionou como iria invadir o espaço de alguém e disse que conhecia pessoas que venderam tudo no Sul e vieram para o estado acreditando nele. Ele mesmo disse que veio de São Paulo para Goiás, e de Goiás para o Tocantins. O ponto principal, segundo ele, é que eles vão lutar para dar respeito e dignidade a quem apostou no estado e está ali lutando para permanecer. Ele disse que está adiantando a discussão, ressaltando que ele é produtor, não juiz, formador ou advogado, mas está lutando para que a equipe respeite o Código Florestal e a atividade de quem comprou a propriedade e precisa de sua área para produzir, não invadir o seu direito de propriedade pois a APA é de uso sustentável. Como Victor havia falado, nós estamos dentro de uma área de alta sustentabilidade e precisam analisar o que realmente impacta o desenvolvimento e que podem contribuir, como a largura de uma APP, as vezes uma encosta que precisa ser sustentada, mas de uma forma que não fira o direito de uso do patrimônio. Se isso for desrespeitado, ele disse que eles brigarão entre as equipes, algo que ele não deseja, e o Judiciário terá que determinar a solução. Ele disse que a equipe do Naturatins tem pouco efetivo e estão sacrificados pela falta de pessoas e de recursos, com agendas apertadas em que precisam se desdobrar. O IAC, segundo ele, está ali há dias e dias, nas estradas. Ele afirmou acreditar no bom senso e que não estão construindo uma "briga", mas que querem um resultado positivo para todos. Lamentavelmente, ele disse que a casa estava cheia e já havia esvaziado, questionando se as pessoas não conseguiam entender que o mínimo que se esperava da sociedade era que ela tivesse interesse e levasse o conhecimento para os que não vieram. Ele disse que estava feliz que os estudantes vieram, e que a coisa mais feliz era ver os filhos se interessarem pelos negócios. Ele então questionou o que eles queriam produzir e, ao falar de indústria, disse que o brasileiro tinha a "síndrome de vira-lata", e que ele se incluía nessa. Eles exportavam ferro para depois comprar 20 ou 30 vezes mais caro; exportavam café para depois comprar 10 vezes mais caro. Ele questionou quantos outros produtos eles suavam sol e chuva para produzir, enquanto quem ganhava 10, 20 ou 30 vezes mais estava fora, para depois devolver para o Brasil. Ele perguntou se era certo proibir aquilo que produziam no quintal de sua casa com apoio técnico, referindo-se a Victor e Carolina, e que eles precisavam trabalhar com dignidade para evoluir. Ele disse que era uma injustiça uma região como aquela, rica e capaz de produzir mais que a maioria do resto do país, não pode evoluir no IDH de seu povo. Ele questionou por que, na União Europeia, se alguém comprasse terra, poderia plantar em 95% da área e ter apenas 5% de reserva, enquanto o governo de lá fazia com que eles fizessem compensação ambiental em países

como o Brasil, para que eles pudessem viver com um IDH maior. Ele pediu para valorizarem a dignidade daquele povo que estava esperando há 27 anos e darem a possibilidade de industrializar e comercializar. Eles tinham regulamentos, e por que lá podia e aqui não? Ele disse que as áreas de sensibilidade ambiental, com estudo comprovado, precisavam ser preservadas, pois o meio ambiente era uma riqueza. Mas questionou se era justo tirar o direito de produzir aquilo que eles começaram com o próprio suor e trabalho. Disse que a China, o país mais populoso do mundo, tinha como principal característica a transformação de produtos, e que a riqueza de lá dependia das mãos do operador, que precisava de alimento, e a do Brasil, produzir. Mas que eles também podiam transformar produtos e industrializar para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Ele finalizou dizendo que eles achavam que tudo de bom tinha que vir de fora, mas o que era bom estava indo para fora. O mercado global era importante, mas a dignidade do povo brasileiro precisava mudar, para gritar contra a ideia de que seriam eternamente "cachorros vira-latas". O texto a seguir foi corrigido e reescrito em terceira pessoa do singular no tempo verbal do passado, mantendo todos os detalhes e sem resumir ou omitir qualquer parte, conforme solicitado. O vereador Luiz Jonata parabenizou o IAC, a ADSTO e o Naturatins por buscarem uma solução para a APA por meio do plano de manejo. Ele se manifestou como morador de Marianópolis, dizendo que antes da chegada do agronegócio, as pessoas ali brigavam para trabalhar na prefeitura, que era a única empregadora. Ele disse que, com a chegada do agro, a condição financeira das pessoas melhorou, e antes podia contar quantas pessoas tinham carro ou moto, pois a maioria não tinha dignidade. Ele expressou sua felicidade ao ver a manchete de notícias recentes, ouvindo as pessoas falando que queriam condições melhores, e que, nos assentamentos, não havia condição de produzir por estarem na APA. Ele afirmou que não era apenas o grande produtor que tinha esse anseio, mas o pequeno, a comunidade de Marianópolis e a de outros municípios também. Ele acreditava que, com a melhoria e a regularização, eles viveriam melhor e teriam condições de dar melhores oportunidades para os filhos. Ele compartilhou que não teve faculdade porque seus pais não tinham condições de ajudar, e que, por isso, fez apenas um curso técnico em administração. Muitos pais ali, segundo ele, queriam condições melhores para os filhos. Ele esperava que as oficinas trouxessem mais esclarecimento a todos, como trouxeram para ele. Ele afirmou que o projeto iria caminhar para que tudo desse certo e para que pudessem melhorar suas vidas, como ele pôde pagar uma faculdade para o seu filho. Disse que queria isso para ele, para que não passasse pelas dificuldades que ele passou. Segundo ele, a oportunidade veio com

o agronegócio, que melhorou a vida de Marianópolis. Depois da oportunidade, ele conseguiu financiar uma casa, e as pessoas também queriam essa oportunidade. Ele esperava que as discussões viessem para solucionar o "gargalo da APA" e que as soluções fossem melhores. Afirmou que as empresas viessem para o município, a vida do povo melhoraria, assim como a dos outros municípios e dos assentamentos. Ele disse que, quando colocaram as pessoas nos assentamentos, parecia que viraram as costas para elas, e que não era isso que elas queriam, mas sim a oportunidade de produzir, de serem sustentáveis com as terras que tinham. Ele concluiu que as pessoas queriam dignidade e viver bem. Maria das Graças disse que o tema era uma grande responsabilidade. Ela afirmou que o Brasil era rico e que tudo o que era plantado, colhia, e que o país tinha muita água doce e salgada. Ela disse que viu notícias e que o presidente Lula e todos estavam dizendo que o Brasil seria obrigado a cuidar de tudo, e que a responsabilidade estava em suas mãos. Os problemas que aconteceram em outros lugares, agora o Brasil tinha que "segurar". Ela disse que eles tinham muitas coisas e uma riqueza em mãos. Disse ser rica e ter um pedacinho de terra em Manchete, que tinha "muita semente". Mencionou uma ONG chamada "Black Jaguar", da qual ela fazia parte, que vendia sementes, e convidou a todos a conhecer Lais, que comprava sementes do Cerrado. Ela disse que descobriu que havia muitas sementes, e que depois de uma reunião em Brasília, o Brasil teria que "responder" por todas as sementes. Ela achava que no Brasil teria até uma lei para que, tudo que as pessoas comessem, tivessem que plantar a sementinha. Ela disse que era importante que os vereadores e todos soubessem o que aconteceria em Brasília, pois eles teriam que "segurar tudo". Ela perguntou para quem a verba do mundo viria, e disse que deveria vir para eles, que eram "donos das sementes". Eles tinham que se lembrar de que iriam participar disso, e que não existia só o "Bolsa Família", mas que tinha que ter o "Bolsa Semente". Ela pediu para que os assentados não fossem esquecidos. Para ela, uma das coisas que faria a região crescer e reflorestar era a semente. Ela disse que tinha plantado mais de 60 pés de caju e mais ou menos um alqueire de mangaba, além de 12 pés de manga. Afirmou que tinha muito murici e muitos frutos do Cerrado. Aonde ela queria chegar, disse ela, era que as pessoas ficavam cansadas de ver TV. Ela queria que todos se lembrassem de que eles moravam ali, e que não podiam desmatar, mas podiam vender as sementes da mata. Disse que era para lembrarem que os pequenos agricultores familiares, na verdade, não conseguiam se sustentar, mas que tinham do que fazer renda. Se o presidente quisesse assumir aquela responsabilidade, era para que se lembrassem deles, os "pequenininhos", para que pudessem contribuir. Ela disse que eles

podiam trazer essa riqueza para o Brasil crescer. Sarah agradeceu a presença de todos e a organização do evento. Ela lembrou do calendário e disse que voltariam para a região no final de novembro.

3.13. Divinópolis do Tocantins

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 14.08.2025
Início: 08:00h
Fim: 11:00h
Local: Centro de Convenções de Divinópolis do Tocantins

Histórico:

O evento iniciou com o cerimonial que agradeceu a presença de todos em nome da secretaria de meio ambiente, prefeitura, ADSTO, IAC, Naturatins. Falou da importância do momento para fortalecer a gestão dessa unidade de conservação. Convidou para uma oração. E depois ressaltou que a APA foi criada em 1997, sendo uma unidade de conservação ambiental com objetivo de proteger a biodiversidade e os recursos ambientais, falou da área que inclui 9 municípios, áreas do cerrado e Amazônia. Mencionou que a APA é uma área de enorme relevância, e que ela abriga ecossistemas unidos e uma biodiversidade. É uma unidade de conservação do Estado e contribui para a manutenção da biodiversidade do parque. Atualmente está em andamento a revisão do plano de manejo com foco em garantir a preservação ambiental e as demandas históricas da população. Na sequência chamou para compor a mesa: Francisco Cardoso (presidente do assentamento mulher cidadã e representante dos pequenos produtores); Maria Ascensão (representante da AMA cantão); representante do Naturatins, Victor Moreto; representante da ADSTO, Renato Reis; a secretária de meio ambiente, Larissa Fátima; Maria do Socorro, do sindicato dos pequenos produtores; o representante do poder legislativo, vereador – Osías; presidente do IAC, Humberto Xavier; e o presidente do sindicato rural, Jonatas Araujo. A cerimonial ainda ressaltou a importância do plano de manejo, pois a APA permite a exploração dos seus recursos naturais de forma planejada, buscando o Desenvolvimento Sustentável da região. O plano de manejo é um passo essencial. Afirmou que hoje discutiremos o diagnóstico, ouviremos sugestões e contribuições, e construiremos a base para a próxima etapa. Por fim, agradeceu a presença de vereadores e secretários, os diretores das escolas estaduais e municipais, e os alunos. Passou a palavra para o Renato Reis (representante da ADSTO),

ele se apresentou como equipe da empresa Cerrados, contratada pela ADSTO em 2022, ressaltou que faz parte da equipe técnica agrônomos, biólogos, arquitetos e que elaboraram o relatório técnico, mas sempre batiam na tecla para que tivesse "esse momento aqui", para a população expor seus conflitos, e que esse momento é o mais importante, ressaltou o papel de uma unidade de conservação intermediária, e de conciliar ocupação humana e o uso sustentável da natureza. Destacou o contexto da APA, suas questões produtivas e a natureza, bem como a participação de todos, reforçou a importância que nas próximas audiências todos continuem ativos nesse processo. Na sequência teve a palavra, Victor Moreto, do Naturatins. Ele cumprimentou a todos destacando o prazer em estar em Divinópolis e a importância da missão. Reconheceu a presença de pessoas que já viu em outras oficinas, e de pessoas novas. Destacou que esse é o momento de questionar, colocar as sugestões, pois tudo está sendo anotado pela equipe técnica da equipe do IAC, e será considerado nas discussões técnicas para que a gente tenha um plano de manejo o mais sustentável possível. Pediu aos presentes que falem mesmo, não fiquem acanhados, com medo de perguntar. Reforçou o caráter da APA como uma unidade de uso sustentável, afirmando que ela é uma área que protege o Parque Estadual do Cantão, e pontuou que são vários fatores que temos que levar em consideração nesse estudo. Desejou que seja bem proveitosa a oficina, para quando voltarmos aqui em novembro todo mundo esteja mais inteirado, para que a gente avance e conclua essa atividade. Agradeceu a participação de todos. A Cerimonial agradeceu também a presença dos pequenos e grandes produtores rurais e passou a palavra a Secretária do meio ambiente, Larissa. Ela demostrou-se feliz de ver o auditório cheio, agradeceu a todos, falou que esse é o momento de falar, de tirar dúvidas, e que esse é um acontecimento histórico, único, que "sabe Deus quando vamos passar por isso de novo". Reforçou a busca do IAC em saber da realidade local, e sugeriu que os presentes aproveitassem esse momento de extrema importância para o Vale do Araguaia. Posteriormente com a palavra, o Vereador Osías (representando legislativo e executivo) disse que esse momento de oficina é muito ímpar, muito importante. Ressaltou a presença de várias entidades que direta ou indiretamente tem interesse nisso, citando os produtores que, de acordo com ele, são muito importantes, pois realmente precisamos nos alimentar, mas claro que temos que lembrar do meio ambiente, ressaltou. Disse que precisamos chegar no melhor possível. E pontuou, mais uma vez, que essa discussão é muito importante porque "nós sabemos" a necessidade que temos de produzir, mas por estamos dentro do Cantão, é muito importante discutirmos. E em seguida levantou um ponto de reflexão: vai chegar a 100%? Ou seja, todo mundo vai

ficar satisfeito? Respondendo em seguida que não, mas que muita gente vai ficar. Ele disse que precisa mudar algumas coisas para facilitar a produção sem deixar de lado a preservação, afirmando que sabemos que anos a anos há mudanças climáticas, e que tudo tem que ser respeitado. Mas, de acordo com ele, dá para se aproximar e fazer o melhor possível. Prosseguiu afirmando que isso só é possível graças a essa forma que está sendo feito, com a participação das pessoas. Desejou que Deus possa abençoar a reunião e trazer frutos, na certeza de que vamos chegar no final com algo que é aquilo que a gente pensa. A Cerimonial apresentou que o objetivo da oficina é validar as informações identificadas no diagnóstico, como um espaço democrático e inclusivo, ressaltando que todas as vozes são importantes para que o plano final seja representativo e eficaz. Passou a palavra para o professor Humberto Xavier, do IAC/UFT, que agradeceu a presença de todos e perguntou quem não sabe o que significa APA? Quem sabe? Quem tem propriedade dentro da APA? (alguns levantaram a mão). Ele continuou questionando se é bom ou ruim estar dentro da APA? Alguém da plateia disse "é péssimo" (todos responderam ruim). Ele continuou dizendo que o motivo que faz a gente ter a sensação de que é péssimo, é quando não tem e não se entende as regras, quando uma hora pode e outra não pode. Continuou afirmando que, quando se tem uma propriedade dentro de uma APA, mas se tem regras bem definidas, se sabe a regra do jogo desde o começo, aí não é péssimo não, que acaba ficando dentro de um lugar diferenciado que as vezes pode ser chamado até de paraíso. Ressaltou que o que acontece hoje dentro da APA, que foi criada em 1997 é que muita gente já estava acostumada com a regra, passou se o tempo, e a realidade nossa não é a mesma de 25 anos atras. Por isso precisamos construir juntos a regra, concluiu. Quando a gente fala plano de manejo, de uma forma bem didática, de acordo com Humberto, é um conjunto de regras de como podemos operar dentro de uma área de proteção ambiental. Quando a gente tem essas regras bem estabelecidas a gente consegue perceber que essa área em relação as demais áreas fora desse contorno (da APA), está mais preservada, tem variedade melhor, tem quantidade de recurso hídrico diferente. Destacou que o grande x da questão é que precisamos equilibrar pessoas, produção e meio ambiente, de tal forma que uma coisa não impacte na outra. Ele questionou se "É fácil ou é difícil?" alguém da plateia respondeu "é possível". Humberto reforçou que essa é a palavra-chave em questão: "é possível". Ele disse que estamos com equipe multidisciplinar de professores, pesquisadores e estudantes da UFT e a exemplo de uma consulta médica, estamos fazendo a etapa do diagnóstico, para somente depois indicar o tratamento. Continuou afirmando que não queremos ser os responsáveis para daqui 10

anos pela destruição do meio ambiente, mas também não queremos ouvir que o povo teve que ir embora por conta do plano de manejo. Reforçou que a palavra-chave da nossa reunião é “equilíbrio” pois precisamos equilibrar meio ambiente, pessoas e produção. Agradeceu aos que estão participando e apresentou equipe do IAC, falou do formulário que está sendo aplicado pelo prof. Fernando, que não é fiscalização e nem investigação e busca entender o que as pessoas fazem. Finalizou destacando que o plano de manejo busca planejar e que qualquer coisa que a gente faz temos que planejar antes. Passou a palavra para a prof. Sarah que apresentou o guia do participante, e comentou que o mesmo já havia sido divulgado há 30 dias, mas naquela época as pessoas não tinham tanta curiosidade sobre ele. Reforçou o convite ao grupo de informes, ao Instagram @apacantao, e ao Site. Na sequência mostrou no mapa impresso em um dos banners onde fica o município de Divinópolis. Passou a palavra ao Prefeito Flávio Rodrigues. Ele disse que é muito importante esse passo que vem acontecendo, “que a gente quer construir no vale do Araguaia”. De acordo com ele, os mais pessimistas, não acreditam, mas concluiu dizendo que “a gente” acredita bastante que vai dar certo. Deu as boas-vindas a todos e repassou a palavra a prof. Sarah. Ela reforçou que faz parte da turma que acredita, e que tem a missão de convencer a todos presentes de acreditar também. Ela voltou ao mapa da localização da cidade na APA e destacou que algumas cidades têm a sede também dentro da APA, e que Divinópolis é o único que está vermelho, pois tem o melhor IDH da APA. Mostrou sobre a população que está no banner. Destacou que os 9 municípios que compõem a APA são diferentes, por isso a equipe está fazendo oficina nos 9 municípios e em mais 5 assentamentos rurais. Explicou o conceito de unidade de conservação e que no Brasil temos leis federais, uma delas é o código florestal que traz regras que serve para todos os lugares. Destacou a diferença entre unidade de conservação de proteção integral e unidade de conservação de uso sustentável. Falou dos parques do Cantão e nacional do Araguaia, explicou suas instâncias de criação por lei. Ressaltou que o uso sustentável vai ser organizado pelo plano de manejo que é o que estamos aqui para fazer a revisão, que vai dizer onde pode e como pode. Explicou que estamos nessa etapa inicial de caracterização e diagnóstico, ressaltou os estudos anteriores, o plano que foi feito e aprovado em 2000 (mas pontuou que o mesmo já tem 25 anos), o de 2019, mas esse não teve a parte comunitária, por isso não foi aprovado, e os estudos recentes 2022/2023. Afirmou que o IAC está fazendo compilação dos estudos anteriores, e precisa confrontar esses estudos que são técnicos com essa parte comunitária. Apresentou que na APA existem mais ou menos 45 mil pessoas, e que não se vai conseguir ouvir todo mundo,

mas por amostragem sim, afirmando que nessa primeira rodada já foram registradas aproximadamente 2000 pessoas nas oficinas. Continuou afirmando que depois vamos confrontar esses dados com dados técnicos e ter uma proposta de zoneamento (segunda rodada). Posteriormente, a gente descreverá de fato o plano com programas, afirmou Sarah. Ressaltou a importância de primeiro fazer um planejamento, e depois executar, e pontuou que depois que for feito o plano de manejo, ele vai para o conselho gestor para ser analisado e aprovado, e aí a implementação não é mais conosco. Enfatizou que se esse plano der certo, logo ele precisará ser atualizado, pois não dá para esperar 25 anos de novo. Primeira participação foi do Sr. Oliveira (associação de amigos da terra). Ele questionou aonde tem mais pessoas: no campo ou na cidade? Sarah respondeu que em Divinópolis a população maior era na cidade. Sr. Oliveira colocou no pensamento dele que o governador não quer ajudar. Destacou as dificuldades de fazer um financiamento, "lá na roça estou precisando fazer um financiamento, me pedem tanta coisa, e não tenho condição de fazer". Ressaltou a dificuldade de produzir, citando que lá produz frango, mel. E ressaltou que não está conseguindo devido à falta de empréstimo. De acordo com Sr. Oliveira apesar dos bancos afirmarem que têm muito dinheiro para os pequenos produtores, "me pedem 30 mil para eu poder pegar empréstimo, se eu tivesse esse dinheiro eu não iria lá". O Sr. Manoel Albertino (PA Consolação) questionou a localização do Projeto de Assentamento Consolação em relação a divisa do Cantão. A prof. Sarah solicitou a Clara, da equipe IAC/UFT, a conferência dessa informação e afirmou que iria mostrar a ele. Maria da Ascenção Ferreira da Silva (AMA Cantão) colocou que está nessa luta do cerrado, que faz muita coisa do cerrado, citando farinha do jatobá, farinha da macaúba, óleo da macaúba, geleia da cagaita, todo tipo de geleia e que é tudo natural. Afirmou que torce pelo cerrado pois tem muita coisa no cerrado que se produz, e são coisas naturais, não tem químico e nem veneno. Ela contou que trouxe para a venda: Óleo da macaúba, farinha da macaúba, vinagre do buriti, café do buriti, vinagre jatobá, licor, farinha da banana verde, tempero caseiro tudo natural. Reafirmando o tanto que o cerrado é importante. Sarah questionou o que que ela precisa para fazer o trabalho dela da melhor maneira? Maria da Ascenção Ferreira da Silva respondeu que chamaria a Socorro para explicar melhor. A Sra. Maria do Socorro (Sindicato dos Pequenos Produtores) expressou sua felicidade ao ver esse auditório cheio e seu pesar com a ausência de mais agricultor familiar. Destacou que para melhorar o trabalho deles, precisa do cerrado em pé, disse que infelizmente os assentados estão plantando para dar continuidade aos frutos nativos. "O cerrado infelizmente está acabando". Ressaltou que

nativo fora dos assentamentos não existe mais. Relatou que quando ia para Caseara, tinha rio, “coisa linda de ser ver”, coco babaçu, piaçaba, enfim, o que tinha de plantas nativas e hoje não se vê mais nada, afirmou que o buriti está acabando. Celebrou a participação de todos e enfatizou que acompanhou desde o dia que a APA chegou no município. Contou que quando surgiu a APA, e todo aquele diagnóstico que foi feito em 2000, nos 9 municípios tinha grupo de mulheres trabalhando com os frutos do cerrado, hoje se tem uns 5 somente, ressaltando que muitos continuam porque plantam. Disse ainda que infelizmente, o cerrado tem acabado, mas que fica feliz em ver esse povo que é a esperança está aqui acompanhando esse novo jeito de fazer a APA, esse novo jeito de viver com qualidade. Destacou que quem tem o cerrado em pé, tem uma vida de qualidade e que talvez se todos colocassem em prática uma vida saudável, os hospitais não estariam cheios. Ela ficou muito grata pelas instituições, ressaltou que a melhor coisa que existe é quando tem a participação da sociedade e do poder público juntos, pois nenhum caminha só. Finalizou afirmando que estavam com produtos para vender (“estamos ali com nossa amostra do cerrado”). A prof. Sarah (IAC/UFT) ressaltou o papel da oficina como local que consertamos as coisas e o lugar de fabricação de um novo plano de manejo equilibrado. O sr. Antônio Pedro, afirmou estar nesta região há 32 anos, que já se sente cidadão daqui, e que está acompanhando essas oficinas desde o início, brincou que já se sente membro do IAC, Naturatins... e que não observa existir mais um embate, afirmando em seguida que todos estão no mesmo barco, e eles estão procurando sanar todo esse problema, que, de acordo com ele, é restritivo. Ele concordou que não é bom estar dentro da APA sem o planjo de manejo, mas que com certeza virá algo para conciliar produção, meio ambiente e bem-estar das pessoas. Relatou uma conversa com uma apicultora que afirmou que sua produção de mel aumentou após a chegada da agricultura na região, relatou sua surpresa sobre o assunto e solicitou um posicionamento dos demais apicultores e técnico do IAC/UFT sobre a convivência entre a apicultura e os defensivos agrícolas. Ele reforçou o que chamou de “mito” sobre os defensivos agredirem a fauna, destacando que no passado isso pode ter acontecido, mas a tecnologia evoluiu muito e consegue acompanhar com a sustentabilidade. A Dra. Elineide Marques (IAC/UFT) em resposta, explicou a importância de não generalizar, afirmando que pode ser que o local que ela esteja, o que está sendo usado, tenha favorecido especificamente essa produção e ponderou que, em contraste, há o relato sobre a lotação das unidades de saúde. Reforçou a grande biodiversidade da vegetação, do solo e das pessoas da APA e a necessidade de compreender suas particularidades para um planejamento adequado. Quando

a gente olha o mapa da APA, dá a impressão que é tudo igual, mas dentro da APA não é igual. Ainda reforçou que bom que as abelhas lá estão indo bem, é interessante conversarmos com a apicultura citada, e estudar como ela está fazendo, pode ser um caso de sucesso e estimulado em outras regiões. A prof. Sarah explicou o encontro dos dois biomas, formando o ecótono entre cerrado e floresta amazônica, com suas vegetações, bichos, relevo. Afirmou que essa mistura dos dois faz a biodiversidade ser muito maior. O sr. Carlos Junqueira produtor rural desde 1992 com propriedades em quatro municípios da APA, confirmou a importância da biodiversidade do cerrado e defendeu o cumprimento de 40% de preservação ambiental, o que na opinião dele seria o suficiente para o extrativismo de frutas e sementes pelos assentados. Disse a extrativista que provavelmente ela não iria fazer igual aos paranaenses e mineiros, que vieram de longe investir milhões nessa área, e afirmou em seguida: a "senhora deve ter ganhado essa área do governo". Pontuou que a fazenda foi instalada em Marianópolis por condições favoráveis a agricultura. Destacou que a região é rica em água, podendo ser conferido no mapa pluviométrico do Tocantins que o clima amazônico favorece isso, pontuando o microclima da região. Afirmou que grandes produtores foram atraídos pela chuva e não pelo preço da terra, já que existe vários locais de terra mais barata no Brasil. Afirmou que eles já têm obrigatoriamente 40% de preservação, e afirmou que a sra que falou sobre plantar as árvores nativas, está certa, pontuando, que por outro lado, eles plantam soja. Reafirmou: vocês têm que plantar mesmo, é o sustento de vocês, não pode só chegar e retirar. Citou uma coisa que o preocupa: zoneamento será feito a partir de novembro, e as propriedades que não puderem fazer nada? Questionando assim sobre indenizações caso o zoneamento restrinja ainda mais as atividades. Perguntou em seguida: cadê o dinheiro que o príncipe Charles injetou aqui? Deu o exemplo que se tirar o agro da região, o borracheiro que arruma carreta, a concessionária Jhon Deere, os assentados: todos ficarão sem trabalho. Ressaltou a importância econômica do agronegócio para a região. Disse que tem países na Europa que a preservação é de 5%, e não eles não estão preocupados, querem é produzir. Na opinião dele o Brasil é uma grande fazenda, não adianta queremos produzir tecnologia pois não há capital para isso. Afirmou que continuamos igual 1530, onde mandamos coisas para a Europa, e eles mandam de volta carro, tecnologia. Falou que se juntasse os 40% de preservação, a extrativista teria que sair para longe para pegar pequi, e que a sorte é que cada fazenda precisa ter 40% de área preservada. Continuou com a sua fala afirmando que como aqui chove muito, as árvores irão crescer mais ("nunca vi aqui uma castanheira"). Aqui tem um microclima sim,

realmente é uma área de entrelaçamento. Se vocês observarem o mapa pluviométrico do Tocantins vão ver que somos privilegiados. Como que vão ser as indenizações para quem tiver a área dentro, questionou novamente? Quem aqui da cidade investe 40% do seu carro, do seu patrimônio no meio ambiente? Perguntou. E que planta pelo menos uma árvore em frente a sua casa? Prosseguiu dizendo que ele plantou pelo menos 60 árvores em frente a sua casa. Concluiu falando que é muito fácil "vim aqui defender o meio ambiente, mas não fazer nada". Concluiu dizendo: "meu salário é mínimo, opa, 40% o resto da minha vida vai ser para o meio ambiente", afirmando que é isso que o fazendeiro faz. E encerrou a fala registrando mais uma vez a sua pergunta a respeito das indenizações. A Prof. Maria Carolina respondeu relembrando a oficina no assentamento Macaúba em que observou uma apreensão geral das pessoas cogitando a possibilidade de serem retiradas da área. Ela socializou a sua resposta na ocasião, afirmando que não tem, dentro do plano de manejo, a possibilidade de se retirar as pessoas da área, mas sim compatibilizar pessoas, meio ambiente e produção. Ela reforçou que isso serve para o pequeno e para o grande, pois se o pequeno não vai ter a sua terra tomada, o grande não vai ter a sua terra tomada. Mas reforçou o entendimento que se estamos em uma APA, ela tem motivo de existir, afirmou que se está em uma zona de transição amazônica para cerrado que vai ter algumas áreas que são um pouco diferentes, áreas sensíveis, área de amortecimento que precisam ser preservadas. Ressaltou que tudo isso a equipe está levando em consideração tecnicamente. Destacou que não há planos de indenização, pois o foco é a compatibilização, afirmando que não é da vontade do IAC, provavelmente não é do Naturatins, e muito menos da ADSTO que isso aconteça. Citou que enxerga que é importante, por conta da configuração das estradas, por exemplo, readequar os limites, mas esclareceu que a redução dos limites da APA é uma questão legislativa e não está em pauta, pois, com a análise técnica, comprova-se que a APA Cantão precisa existir. Ressaltou que a compatibilização é o que vai dar segurança jurídica. Ela destacou que o maior desafio é conseguir fazer com que esses 3 pilares se equilibrem e que a gente consiga provar que isso possa ser feito. Reforçou que a grande maioria das áreas são de uso sustentável, mas também se tem pessoas em assentamentos, tem os extrativistas que estão aqui dentro, e essas pessoas também precisam ser compatibilizadas. Precisa-se entender como que esse quebra cabeça vai funcionar, dar essa resposta é a função do IAC/UFT que está trabalhando muito para que isso aconteça. Finalizou afirmando que quando o zoneamento tiver pronto (em dezembro), vai dar um alívio, e que entende a agonia das pessoas, e que também fica impactada porque percebe que não é uma questão de

dinheiro, é projeto de vida. A Prof. Sarah reforçou que o Código Florestal (lei federal) estabelece a reserva legal, que para cerrado é 35% e a app, área em volta do rio, reafirmando que nada pode ser feito naquele contexto em relação às leis. Pontuou novamente também sobre a lei estadual da APA, que por sua vez, permite a revisão do plano de manejo para organizar o uso e manejo da área, deixando claro que a possibilidade de ação é limitada a dizer como podemos fazer o manejo e uso da área. Destacou a importância da água na região e a disponibilidade hídrica como um dos pontos que tornam a APA especial, evidenciando que não era importante só para a gente, mas para o Brasil. Falou dos recursos de valor: se acabar esses recursos, essa APA deixa de ser importante. A gente está considerando esses pontos, a água é muito importante, mas a população também. Apontou a quantidade de população rural, evidenciando a diversidade/sustentabilidade. Na sequência o sr. Fernando (ADSTO/JAN) afirmou que esta é a 6ª oficina que está participando, pediu aos presentes que permaneçam até o final da reunião, pois é de suma importância. Destacou que a busca é o entendimento sobre essa APA e toda essa demanda, além de UFT/ADSTO/NATURATINS tem todo um corpo técnico para avaliar. Ressaltou que o município de Divinópolis tem cadeira do conselho, e que os presentes devem buscar saber como está, em que pé está. Afirmou que estamos em pleno momento de comunicação, não pode participar dizendo que não sabia. Relembrou a oficina no assentamento Macaúba, e disse que o que fizemos lá foi pegar a comunidade como um todo e nos unir. Hoje, de acordo com Fernando, temos que trabalhar em cima do código florestal, que já é grande, a lei do grande, é a mesma lei do médio, do pequeno. O que que a gente fez em Macaúba e Manchete: não tivemos nenhum atacando o outro, criticando o outro. Se a gente olhar para todos, todos tem os prós e contras, mas a segurança jurídica é pra todos. Afirmou que não se vive só do meio ambiente. Ele citou os regimes de chuvas e secas e a questão das abelhas (já abordadas) que devem ser estudadas dizem que é um termômetro, se existe abelha dentro do agro, é top, é bom. Pontuou que agora iria falar como representante da fazenda Jan, afirmando que o que eles vieram buscar foi a segurança jurídica. Ressaltou que todas as áreas de assentamento que participou já foram área de pastagem, áreas consolidadas, que já existem. Reforçou a importância de as pessoas trazerem seus anseios sem rivalidades e com união. Citou os assentamentos Macaúba, Barranco do Morro e Toledo, e afirmou que são assentamentos grandes em Pium, e que foram explicar a eles como funciona. Afirmou que muitas vezes a assistência técnica que chega para o "pequeno", chega com alguma informação totalmente distorcida. Destacou que assessoria ambiental é de suma importância

para qualquer área, seja pelo Ruraltins, seja pelo SEBRAE. Sugeriu aos presidentes dos assentamentos, os que representam extrativistas, chamarem autoridades do município e conversarem para que quando se chegar em um lugar conseguir um crédito igual o grande consegue. Afirmou que o conhecimento é aberto para todo mundo. Reforçou as conquistas em Pium como algo legal, unidos colocaram quase 300 pessoas na oficina com objetivo de todos usufruir do melhor que está nessa área. Afirmou que o Naturatins não está ali para multar ninguém, e que o IAC está para contribuir com a população. Reforçou que nas 6 oficinas que foi ninguém reclamou da fauna pois ela é rica e próspera. Citou lugares que vê há 40 anos afirmando que secam, que as cabeceiras secam, e que isso é normal, não sendo culpa do desenvolvimento. Finalizou comentando sobre o desenvolvimento da cidade, com lojas novas, fruto do desenvolvimento de todos. A sra. Maria Detiane questionou sobre quando o Fernando usou a fala que não vive só da natureza o que ele queria dizer? Ressaltou que ela mora perto de uma app e quando o vizinho gradeou em cima tampou a nascente, afirmou que ela é uma pequena produtora, um grão de areia, que mora bem perto da app, e lá precisa muito da natureza, como é pequena trabalha manualmente, e quando o vizinho gradeou e tampou toda a nascente, acontecem alguns problemas para os pequenos, disse que vive praticamente da natureza, e que um grande plantador, sabe que precisa da chuva. Fernando (ADSTO) colocou que se o vizinho gradeou e assoreou a terra, hoje temos os órgãos fiscalizadores, se tem algum produtor que faz errado, ele não pode ser considerado a maioria. A maioria cumpre rigorosamente as regras, tem a licença. Ressaltou que se for olhar quem não cumpre, não tem todas as licenças. Ele julga injusto colocar todo mundo em uma regra geral. A prof. Sarah falou que vai organizar a lista de fala novamente. O sr. João disse que vê muito que está se jogando pessoas contra pessoas, acha que Deus também deixou a terra para ser explorada e para a gente viver dela, ressaltou que é filho de um pequeno produtor, com sonho de produzir no Tocantins, tem dois filhos e quer que eles vivem disso. Destacou que hoje se o filho falar que vai terminar o segundo grau e trabalhar na fazenda vai ser muito feliz. Demostrou alegria com a presença dos estudantes e esclareceu que a agricultura, pecuária e natureza vivem em harmonia. Citou pessoal que vendem os produtos, fabriquem, “eu uso, eu compro, se vão viver disso, vender para nós para as pessoas da cidade”. Enfatizou que se os agricultores, produtores não existissem, talvez não teria para quem vender os produtos. Falou que no Jalapão vendem capim dourado, e que é maravilhoso. Evidenciou que ninguém falou em queimadas que há 13/14 anos atrás tinham muitas queimadas, e que hoje tem reduzido muito, e quem está preparado

para cuidar das queimadas, de acordo com ele, são os produtores. Informou que eles têm grupos no whatsapp, que a qualquer sinal de fogo já se comunicam. Contou que esses dias atrás aconteceu um caso para o lado de Paranã, e que todo mundo estava preocupado onde era aquilo e se disponibilizando a ir lá com maquinários e caminhões pipas para apagar. Afirmou que hoje o governo não tem condição de cuidar disso e os produtores têm cuidado de uma forma muito efetiva. Colocou que é preciso desmitificar que o produtor vem para atrapalhar, e que no Brasil somos basicamente agropecuários, não são pessoas más que querem destruir natureza. Ressaltou que todo mundo que está aqui mora, vive, e investe aqui. Disse que é filho de produtor, tem dois filhos e quer que eles cresçam aqui. Afirmou que gosta muito daqui e vê que tem potencial para todo mundo viver em harmonia. E ele perguntou como fica a situação da terra dele desmatada anteriormente, há 30 anos, pelo antigo proprietário. O Vitor, do Naturatins, explicou que as áreas que já foram abertas há muito tempo, não têm o propósito de alterarmos, a não ser que tenha uma situação muito específica. Reforçou que se tudo isso acontecer em alguma situação será mediante programa ambiental, com tempo, para que as pessoas se adequem. Destacou que o Naturatins como órgão gestor da unidade, não quer chegar e implantar uma coisa de hoje para amanhã, em situações especificas que isso venha a ocorrer, isso será com prazo. Ele entende também que o produtor fez o investimento, nada vai ser alterado de uma vez. Ele explicou ainda a questão da instrução normativa, que regulamenta atividades que já estão em áreas consolidadas. Pontuou que o Naturatins fez em maio uma instrução normativa que na situação que está o proprietário consegue se regularizar, até que o novo plano de manejo venha, como uma autorização temporária. Uma pessoa não identificada disse que está vindo em várias reuniões e a ideia nunca foi pequeno x médio x grande, mesmo ainda se falando muito de grande produtor, e assentado, tem chacareiros, comerciantes, pessoal da cidade. Ressaltou que a busca é ideias de todo mundo, para que a se possa equilibrar. Falou que olhando Divinópolis tem um raio de 3 km em volta do município, mas no restante tem zona de desenvolvimento econômico, e tem chacareiro que também tem seus anseios. Destacou que se fala muito de assentamento, que é algo que temos que considerar, mas não só neles, os pequenos que estão nas margens dos rios também, no entorno da cidade que o pessoal produz leite, capiaçu, frutas, porco, galinha. Reforçou que não se pode ficar só entre grandes e assentados, afirmando que tem outros atores na região que a gente tem que considerar. O sr. Claudio disse que hoje estamos passando por insegurança jurídica muito grande. Afirmou que cada um falou um tópico interessante, e que o problema está para todos nós, ou nos

abraçamos e vamos para cima, ou vamos morrer abraçados. Relembrou aqueles que não conseguem financiamento e outros que a APA corta o assentamento no meio. Enfatizou que são coisas que foram impostas e que estão sofrendo muito com isso, reafirmando que a insegurança jurídica é muito grande. Destacou que se nós não tivermos sabedoria muito grande na hora de executar o plano, essa área aqui está fadada ao fracasso, afirmando que meio ambiente e produção tem que estar junto, pois igual o produtor, no zelo do meio ambiente, não tem. Reforçou que a região é rica em água, e aqui temos que zelar pelas APPs, como dos rios do coco e Javaés que nascem fora da APA. Sugerindo que quando essa APA foi criada, foi criada de forma errada, pois fizeram um desenho aí, pegaram um dinheiro...finalizou ressaltando que esse momento é ímpar, e que os que estão com a caneta precisam pensar muito, pois a vida de muita gente está em jogo nesse momento. Paulo Roberto, de Marianópolis, questionou qual que é o país que mais preserva? boa parte do Auditório respondeu “o Brasil”, na sequência manifestou o receio de que a criação de áreas de proteção em biomas produtivos fosse uma estratégia de concorrentes internacionais para limitar a produção brasileira, continuou afirmando que tem muito medo disso acontecer pois é um jeito de limitar nosso país. Ressaltou que o equilíbrio não deveria ser só no nosso bioma, caatinga por exemplo também deveria ter isso. Prof. Sarah esclareceu que uma senhora perguntou para ela sobre a continuidades das atividades desenvolvidas na parcela dela do assentamento, a prof. Respondeu que não é que “não vai poder fazer mais nada...” afirmou que nesta etapa do trabalho busca-se entender como que é a atividade para ordenar, para que se continuem tendo uma vida sustentável. A Sra. Olga, moradora de Divinópolis, disse que vê uma briga que não vai levar ninguém a lugar nenhum, ressaltando a possibilidade que haja o equilíbrio, manifestou-se ofendida com uma falta de respeito e com a forma como uma extrativista foi tratada por um grande produtor. Afirmando que essa atitude reflete a visão que muitos moradores têm dos grandes investidores, que se preocupam com seus "milhões" sem se importar com a população local. Ela afirmou que sabe que precisamos nos alimentar, e que Divinópolis melhorou, mas ressaltou que é necessário ter limites. Colocou que não sabia que tinha essa regra de 30% 40% (de área de reserva) e que na prática, olhando, não se vê esse tanto de preservação. Contou que até cinco anos atrás se via muito mais mata, e que agora se vê animais que não eram presentes na nossa cidade, e que agora é muito comum, vendo arara cortando os fios, estamos tendo que alimentar araras que não é o indicado, pois estamos vendo animais aqui. Reforçou que até alguns anos atras, a maior parte dos fazendeiros mexiam com gados, mas disse que esses

fazendeiros deixavam visivelmente vegetação nativa como: mangaba, pequi e isso meio que trazia conforto para a comunidade. Enfatizou que em contraste, vem as pessoas que produzem soja, "vão lá e faz um limpa", frisando que isso assusta os moradores. Bem como a forma como os produtores lidam com quem é pobre, dizendo "ah investi milhões", "é a nossa casa", entretanto ela ressaltou que aqui é onde eles nasceram. Disse ainda que os milhões dos produtores cabem a eles. Finalizou afirmando acreditar que o IAC/UFT e os presentes estão aqui para entrar num consenso e para que isso aconteça é necessário que todo mundo se respeite. Disse que não sabia dessa porcentagem de preservação pois olhando não se vê. E que acredita inclusive que os fazendeiros que estão aqui para defender diminuição sejam as pessoas que já façam isso, ressaltou crer que quem não segue, não está presente. Finalizou dizendo que é necessário entrar em consenso, respeitar ambas as partes, e que tem que fazer de uma forma que haja desenvolvimento sustentável. A Sra. Vilmar Cunha, agricultora familiar e extrativista afirmou morar na área há 28 anos. Elogiou a fala anterior afirmando que sua voz não era de quem pede, mas de quem exige. Exigiu respeito e responsabilidade. Ressaltou que os extrativistas já fazem o manejo e que estão aqui para conversar de igual para igual. Afirmou que ela não se sente "tadinha", por não ter milhões de hectares, milhões de soja, mas que é agricultora familiar e sobrevive da terra, e ela se alimenta, então não é tadinha. Comentou que existe essa pressão para desmatamento, lucro rápido e questionou que lucro é esse que nos deixa sem água? Contou que há 28 anos atrás em Marianópolis se escolhia o peixe para comer e que hoje não tem mais. Enfatizou que no rio Caiapó é possível fazer fogueira dentro dele pois está assoreado e isso não é dentro do assentamento. Responsabilizou os grandes desmatamentos que acontecem. Destacou recentemente observar a presença de onças no plantio que antes não tinha. Colocou que não está aqui para atirar pedra para ninguém, que quer trabalhar com respeito e responsabilidade. Quando vemos assoreamento, peixes acabando, drones, e a pulverização que está acabando com as coisas. "Enquanto vocês falam em progresso, lutamos contra o veneno (...) isso mata as abelhas, chega na nossa mesa, no nosso prato". Responsabilizou os grandes produtores de soja pelo impacto dos defensivos em sua chácara e em seus pés de bacaba. Contou que a AMA Cantão ganhou o prêmio "guardiões da floresta", e que é a voz de muitas mulheres que estão dentro da APA do cantão que precisam viver, criar os filhos/netos, com saúde. Ressaltou precisar do desenvolvimento, mas com responsabilidade e cuidado. Relatou sua história de perda de terras na infância e o medo de que isso se repita, afirmando a necessidade de um freio na degradação para que possam viver com dignidade.

Ressaltou a necessidade de se pensar na APA com respeito, pois a base de tudo na vida do ser humano é o respeito e a coexistência um pelos outros. Pediu que ninguém diga que se desmatar não vai assorear, e que se possa ter responsabilidade e respeito. A maioria "dos grandes" tem contrato, e quando acabar o contrato, eles podem ir embora, e vamos ficar com uma APA com os rios secos, só poeira. Finalizou pedindo ao IAC que olhe com cuidado e carinho, afirmando que não são inimigos de ninguém, e que só querem viver com dignidade. A sra. Maria Detiane, feirante, afirmou ser parte das mulheres extrativistas, "somos água, somos frutos do cerrado" sintetizou sua fala dizendo para os grandes produtores que quer união, e que somos 100% natureza, somos vida, e que é muito doído observar na natureza e ver que algumas coisas já não são como antes. O sr. Álvaro explicou sobre as aplicações aéreas de defensivos agrícolas, pontuando que as vezes, a senhora que fez o comentário, não saiba, mas o produto que está sendo aplicado lá é um produto natural. Ressaltou que várias fazendas têm desenvolvido na parte técnica o conhecimento em aproveitar os produtos naturais na floresta e aplicar na roça. Convidou as senhoras a conhecer como não há nenhum dano ao meio ambiente. Concordou com a fala que somos todos natureza, e colocou que quando se planta arroz, feijão, gergelim, é natureza. Destacou o gergelim ser muito florido, e comentou que quem sabe não está aí a explicação das abelhas. Afirmou ainda observar nas plantações de soja e gergelim, muitas abelhas. Explicou que há muitos anos os defensivos têm regras de aplicação, e que todo produto químico tem regras, bula, regras fiscalizadas... não é aplicado assim de forma errônea e indiscriminada, inclusive para não afetar abelhas, joaninhas, enfim, entre outros sistemas. Afirmou que muitas vezes fica um contra o outro, e ressaltou que temos que nos unir. Falou da importância econômica, citando fazendas menores que há 10, 15 anos atrás, empregavam 18 funcionários e assim foram crescendo. Destacou que "Somos todos natureza" e que quando chega no almoço comemos arroz, carne, feijão e que o trabalho é muito digno. Reforçou que os três pilares são muito importantes: ambiental, social e econômico. Quando vem os investimentos para a região, os fazendeiros produzem e geram riqueza. O prefeito de Divinópolis precisa de recurso para manter escola, saúde, e isso vem de impostos e de trabalho. Não tem como depender só de um lado. Comentou que todos os pilares são muito importantes, não podem ser desrespeitados, mas também não pode travar o desenvolvimento dos 9 municípios, pois somente com bacaba, por exemplo, não conseguimos dar sequência. Ele relembrou que uma pessoa citou aqui que as vezes não vê área preservada, é muito mais fácil ver a área aberta do que a fechada, mas que os produtores mantêm mais de 35% de

suas áreas em preservação. Qual casa, cidade ou morador tem 35% do seu lote, do seu apartamento protegido para o meio ambiente? Questionou. Citou a importância das nascentes, pois não adianta protegermos todos os rios se não protegermos as nascentes. Finalizou dizendo que cabe a nós estudarmos o que é melhor, e espera que tenha cooperado, agradeceu a participação de todos. O sentimento da senhora é que temos que nos unir, todo mundo está no mesmo barco. Todo mundo é importante na sociedade, seja ele o funcionário, seja ele sua família que está no assentamento. O sr. Marco Antonio parabenizou os organizadores. Concordou com o Álvaro sobre os assuntos serem conversado, para que se tenha um ambiente mais fraterno. Reforçou a questão das aplicações de produto nas lavouras, e disse que antigamente era muito mais complicado, a gente fazia sem nenhuma tecnologia, não observava humidade do ar, forma de aplicação, o que vai fazer com as embalagens, hoje, de acordo com ele, se leva a embalagem perto de Natividade, então é um processo bastante interessante. Sobre a questão das áreas de preservação, afirmou que quem está de olho nu, e quem não acompanha, acha que não tem esse percentual, mas quem está no campo sabe, muitas aqui ficam 50% ou mais. Ressaltou que a conta para o lado do agricultor, pequeno, médio ou grande é muito pesada. Essa questão da abelha, eles dizem que chega a aumentar 13% a produtividade do solo com a abelha, é importante esse tipo de debate, a região não pode deixar de se desenvolver por conta de ideologia. Destacou existirem trabalhos fantásticos da EMBRAPA que falam das abelhas, e seus sistemas. Ressaltou a importância do trabalho em trazer os assuntos para a realidade local, pediu cautela e cuidado para não penalizar toda uma região, e sugeriu, para quem tem dúvida do percentual de preservação, que sentem com o Naturatins para que isso seja apresentado. É importante a contribuição do pequeno, o grande, e o médio produtor. Pontuou sua opinião da necessidade de haver no grupo técnico do IAC/UFT um eng. Agrônomo. O Renato, representante da ADSTO, explicou que o IAC está conciliando os apontamentos da sociedade com a parte técnica, que, por sua vez, foi feita pela ADSTO juntamente com a empresa “Cerrados”, e que na equipe existem agrônomos acompanhando. A prof. Sarah: falou da próxima rodada das atividades, convidou a todos para a oficina de Monte Santo a tarde. Explicou sobre as informações que serão divulgadas. Agradeceu imensamente a Ana Paula, a Larissa e a prefeitura. Sem o apoio das prefeituras não conseguiríamos viabilizar estes eventos, e a Lucilene que fez o cerimonial do evento. Por fim, chamou a sra. Maria do Socorro para finalizar o evento. Maria do Socorro afirmou que essa socialização é muito boa, o agro, o extrativista, a agricultura familiar, o assentado, educadores, esses meninos

que estão fazendo as coisas são as nossas esperanças. Agradeceu ao Deus da vida, da esperança, pediu as bençãos sobre cada um que está trabalhando nesse processo, demostrou seu contentamento com o evento e nessa forma de socialização que essas coisas acontecem, e só vivemos bem quando nos colocamos no lugar do outro. Agradeceu novamente.

3.14. Monte Santo do Tocantins

Ata da oficina de Caracterização/Diagnóstico
Data: 14.08.2025
Início: 15:00h
Fim: 18:00h
Local: Centro de Convenções de Monte Santo do Tocantins

Histórico:

A mesa foi composta pelas seguintes autoridades e representantes: Antônio Neto (Secretário de Agricultura), Wilker Goiano (Vereador), Professora Carla Patrícia (vice representante do município no conselho), Victor Moreto (Naturatins), Renato Reis (representante da ADSTO), Humberto (Presidente do IAC), Cabeludo Benício (Vice-Prefeito) e Enfermeira Nezita (Prefeita de Monte Santo). A oficina iniciou com uma oração conduzida pelo Pastor Edivaldo Dias. Em seguida, as alunas da Escola Tocantins fizeram uma apresentação intitulada “As Meninas da Pecuária”. O vereador Rogério Rezende também passou a compor a mesa em um momento posterior. O vice-prefeito Cabeludo Benício agradeceu a Deus, parabenizou a todos e ressaltou a grande importância do evento para o município. A prefeita Nezita, por sua vez, também agradeceu a Deus e a presença de todos, em especial o público da zona rural. Ela pediu que as pessoas que vivem em assentamentos e na área da APA se aproximassem, pois a participação delas era importante. A prefeita disse que há quatro anos e meio luta por uma solução que beneficie os produtores rurais sem prejudicar o meio ambiente. Ela afirmou que a APA é exatamente isso e que eles têm tentado legalizar as terras para que os produtores, como ela, que também é produtora rural, possam utilizá-las de maneira adequada. Nezita agradeceu aos vereadores presentes, ao Secretário de Agricultura, à engenheira ambiental, ao advogado de Paraíso que estava representando a cidade, à equipe e ao seu parceiro Cabeludo Benício. Ela destacou a luta pela APA e expressou sua confiança de que o plano de manejo será concluído, uma vez que se trata de mais de 20 anos de luta. A prefeita enfatizou que o objetivo é produzir e “matar a fome do mundo”. Ela mencionou que, embora o município de Monte Santo tenha a

menor área dentro da APA, a diferença é imensa. Nezita citou o caso de um produtor rural que foi multado por plantar uma horta. Ela pontuou que o município é pequeno, e que a única renda dos produtores é o "fundo de quintal", ressaltando que quando vê o produtor sendo punido por estar plantando "uma alface, tomate", fica triste. Por fim, a prefeita expressou sua certeza de que a situação será resolvida e os produtores poderão plantar com segurança. Victor Moreto, do Naturatins, relatou que essa foi a última oficina da etapa e agradeceu o trabalho intenso do IAC, mencionando as entrevistas realizadas com os participantes através do Professor Fernando. Ele agradeceu em nome do presidente Cledson. Mencionou a presença de Renato (ADSTO) que compõe a parte técnica. Victor destacou que a casa estava cheia, assim como em todas as oficinas anteriores, e que a equipe tem sido bem recebida, tem gerado boas discussões, e todas com assuntos relevantes. Ele ressaltou a importância de criar um plano que atenda aos anseios da população, permitindo a produção nas terras, chácaras e assentamentos, mas sempre respeitando o meio ambiente, que possui extrema importância biológica para o Tocantins. Victor incentivou o público a fazer perguntas e sanar todas as dúvidas. Renato Reis, da ADSTO, expressou sua gratidão ao ver a casa cheia e enfatizou que o trabalho da equipe técnica não daria certo sem a participação da comunidade. Ele mencionou que os planos anteriores geraram conflitos com os produtores e assentados e que, apesar da equipe técnica ser multidisciplinar, a participação da população é essencial para identificar as potencialidades e conflitos. Ele afirmou que o IAC, ADSTO e Naturatins estão alinhados no mesmo objetivo, para criar o melhor e mais sensível plano. Ele pediu que todos se manifestassem e apresentassem suas opiniões para um melhor resultado. O Professor Humberto, do IAC, expressou sua alegria em poder contribuir com a sociedade por meio da universidade. Ele explicou que o papel da universidade não se limita a ensinar, mas também a melhorar a vida das pessoas. Ele comparou a oficina a uma oficina mecânica, que serve para consertar ou ajustar algo, e disse que o objetivo é trabalhar no plano de manejo da APA Ilha do Bananal. O professor perguntou aos presentes se alguém sabia o que era APA e explicou que se tratava de uma Área de Proteção Ambiental. Ele afirmou que a presente APA tem um "ecótono", ou seja, um encontro de dois biomas, o Cerrado e a Amazônia, resultando em uma área rica em fauna e flora. Em seguida, ele perguntou aos presentes se morar ou ter uma propriedade na APA era algo bom ou ruim, e notou que a resposta foi dividida. O professor concordou que é ruim quando não há regras claras sobre o que pode ou não ser feito, o que causa insegurança. Ele afirmou que, para que a área seja uma "bênção", é preciso haver regras claras, e essa regra é o plano de manejo que está sendo construído. Ele informou que esta era a 14ª oficina, realizada em nove municípios e vários

assentamentos, e que o plano deve ser construído em conjunto. Humberto destacou que não adianta ter o levantamento de especialistas se a população não for ouvida. Ele reforçou a necessidade de os moradores expressarem suas dores, dificuldades e observações, e comparou o processo de revisão do plano de manejo com uma ida ao médico. Comentou que pode ser perguntado alguma coisa, que a equipe ainda não saberá responder se justificando que estão ainda na fase de diagnóstico. Apresentou cada um da equipe do IAC. Mencionou a importância do questionário do Professor Fernando, e afirmou que todos estão "no mesmo barco" e que o momento não era para acusações. Citou que mais de 2000 pessoas já participaram das oficinas. E questionou: vocês acham que o negócio vai ficar do jeito que todo mundo quer? Respondendo em seguida que não ficará. Ele explicou que, em um planejamento, é preciso ceder para se chegar a um consenso e a um equilíbrio entre pessoas, produção e meio ambiente. Professora Maria Carolina, da equipe do IAC, apresentou exemplos de como o plano de manejo está sendo construído. Ela explicou que o processo começou em Marianópolis no dia 31 de março de 2025, com uma audiência pública para assinatura do convênio entre UFT, ADSTO e Naturatins. Ela disse que, embora a equipe tenha uma boa quantidade de dados técnicos, eles não são suficientes para um diagnóstico correto sem a perspectiva das pessoas que vivem na região. Ela pediu que a comunidade compartilhasse suas impressões, dificuldades e vantagens de morar ali para melhorar a leitura da situação da região. Professora Maria Carolina afirmou que se trata de um trabalho feito a muitas mãos e que, no final, o plano será aprovado pelo conselho gestor da APA. Ela informou que eles estavam na fase de diagnóstico e que a equipe voltaria em dezembro para discutir o zoneamento, e ressaltou mais uma vez que para discutir zoneamento, precisa diagnosticar. Após o zoneamento, de acordo com Professora Maria Carolina, a equipe passará para a fase de programas e ações, que é a de desenhar as soluções. Ela deu um exemplo: nos assentamentos está faltando água, qual é a solução possível para resolver? Ela encorajou o público a conversar com a equipe para garantir o sucesso do projeto. E falou sobre o guia do participante. Sarah, também da equipe técnica, apresentou o guia do participante e falou sobre o grupo de informes no whatsapp, sobre o Instagram e site. Ela mostrou no mapa onde Monte Santo se localizava e explicou que a APA foi criada por lei. Ela mencionou também que no Brasil existe o Código Florestal, que estabelece regras para todo o território nacional, como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal. Sarah explicou sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que divide as unidades de conservação em dois tipos: uso sustentável e proteção integral. Ela detalhou que a APA é uma unidade de uso sustentável, o que permite a existência de cidades, produção agrícola e assentamentos, desde

que o uso seja sustentável. Sarah mencionou que a APA foi criada para conservar a fauna, a flora, o solo e a água, tanto em quantidade quanto em qualidade. Ela mencionou que o Tocantins tem 9 APAs estaduais e 4 municipais. Disse que a APA Ilha do Bananal/Cantão foi criada em 1997, mas o plano de manejo feito nos anos 2000 precisa de atualização, pois o mundo muda muito em 25 anos. Ressaltou que o plano de manejo é um documento que precisa ser constantemente atualizado para dar conta das mudanças. O representante do PA Grota da Pedra, Valmir, agradeceu a prefeita e as demais autoridades. Ele convidou o pessoal de Grota da Pedra a se levantar para se apresentarem. Valmir disse que eles plantam arroz e milho para sustentar suas famílias e criam gado. Ele expressou a necessidade de ajuda para cultivar mais a terra e agradeceu o apoio da prefeita, mencionando que tem um trator lá para os ajudar. Valmir mencionou que a região é seca e que, embora os poços não sequem, as cisternas sim, e que eles precisam de muitas melhorias. Benedito, conhecido como Bigode, contou que há 40 anos, quando chegaram, não havia pasto, e que eles faziam queimadas controladas que não prejudicavam o meio ambiente. Ele relatou a dificuldade de conseguir financiamento no Banco do Brasil, mesmo com toda a documentação, porque as terras estão dentro da APA. Sarah concordou que a falta de um plano de manejo causa essa insegurança. Ela explicou que o plano de manejo é aprovado pelo conselho gestor, do qual a prefeita Nezita faz parte. Ela disse que o plano, depois de aprovado, precisa ser colocado em gestão e que essas oficinas servem para que todos fiquem informados e possam cobrar a execução. Victor Moreto falou sobre a recente lei de política integral do fogo e como o Naturatins atua nesse manejo. Ele disse que o Estado conta com defesas civis municipais, Corpo de Bombeiros e brigadas particulares. Victor mencionou que o Naturatins “ajuda quando consegue”, ressaltando que tem brigadas florestal em 9 das 13 unidades de conservação do Estado. Afirmou que a brigada trabalha tanto na prevenção, quanto no combate ao incêndio. Afirmou que tem a lei da autorização de queima controlada. Prosseguiu afirmando que o Naturatins faz uma parceria da forma como pode, mencionando a extensa área X a quantidade limitada de servidores (cerca de 20 servidores para a área toda). Citou o uso de satélites nesse trabalho de proteção para delimitar áreas que tem quantidade de matéria orgânica muito grande (material combustível), que, por sua vez, torna a área muito suscetível a incêndios de potencial causador de dano muito grande. De acordo com ele, a brigada vai fazendo o controle do fogo para reduzir o material orgânico, como um trabalho preventivo. Ele explicou que próximo de acabar a chuva, o fogo vem menos danoso a vegetação, e que se acontece um incêndio em agosto e setembro, a vegetação já está muito seca e tende a matar elas. Ele ressaltou que nem todas as árvores do cerrado se dão bem com o fogo. Comentou mais uma vez que

incêndio florestal em época em setembro/agosto vai matando a vegetação, e que algumas espécies não vão mais existir naquele local. Finalizou dizendo que a brigada tem esse trabalho de manejo. Sarah complementou, dizendo que o manejo busca aprender com quem tradicionalmente já faz isso, como as comunidades indígenas. A prefeita Nezita interveio, incentivando os produtores rurais a fazerem perguntas. Ela questionou o que significa "corredor ecológico". Perguntou: o que que ele representa para nós como produtores rurais? Mencionou um exemplo: tenho propriedade de 10 alqueires, o que que vai acontecer comigo? Posso gradear a minha terra? Posso roçar essa terra? Posso plantar nessa terra? Pediu para mostrar dentro do corredor ecológico o que pode ser feito na sua propriedade. Questionou: quando for implantar o manejo, o que vou poder fazer dentro da minha propriedade que está na área da APA? Ressaltou que esses eram os tipos de perguntas que as pessoas deveriam fazer. Mencionou que as pessoas do assentamento têm locais que não podem nem furar poço artesiano. Questionou novamente: o que que eu posso fazer dentro da minha propriedade? Deu outro exemplo: propriedade já comprada, que já tinha áreas abertas, que que eu vou fazer? Até que ponto vou ser punido em relação a isso? Pediu que se alguém tivesse dúvidas como essas, que ela acreditava que seria a dúvida da maioria dos presentes, que era para questionarem. Deu outros exemplos de perguntas: eu vou poder colocar capim nessa área? Eu vou poder colocar gado nessa área? Finalizou afirmando que a maioria dos grandes produtores estão com problemas: "não vou plantar mais, corro risco de não colher, ou corro risco de não vender porque preciso de autorização de alguém para isso". Sarah explicou que o plano de manejo de 2000 tinha um zoneamento, e ressaltou que a gente, para facilitar o entendimento, iria se referir a ele como "antigo zoneamento", e pontuou que com essa nova revisão teremos um novo zoneamento. Ela disse que a equipe ainda não podia responder o que seria permitido no novo zoneamento, pois a equipe está seguindo as etapas do processo, e que a fase atual era de ouvir a comunidade. Mencionou o comparativo da ida ao médico que o Humberto fez. Ressaltou que a equipe acredita muito no processo, garantindo que o novo plano não seria feito "da cabeça" da equipe. Comentou sobre a equipe técnica do IAC, Naturatins e ADSTO, e falou sobre as mais de 2000 pessoas que participaram da etapa das oficinas, afirmando que o novo plano de manejo dará conta de responder mais perguntas. Sarah mencionou a fala da prefeita sobre os assentamentos que estão dentro da APA (relembrando que são quase 40 assentamentos nessa situação), e afirmou que a gente precisa olhar para essas situações e entender a realidade delas. Sarah continuou a sua fala afirmando que a APA, por conta principalmente do seu tamanho, tem vegetações diferentes. Ela disse que a diferença da natureza, do uso que já existe, do que as

pessoas em cada lugar estão nos dizendo, não nos permitir entender essa realidade para propor um novo zoneamento. Continuou a sua fala dizendo que quando a prefeita fala de áreas já consolidadas/abertas, de uso que já acontece há décadas, a gente já tem um processo muito consolidado que é a realidade, essa parece ser a regra. Ressaltou que não pode dizer que isso será aplicada em todas (não podemos generalizar) porque podem ter casos especiais que merecem diferentes ações. Sarah pontuou que o Naturatins tem a instrução normativa que possibilita um termo de compromisso com a atividade que está sendo desempenhada, para que a gente entenda que esse processo está em andamento, e ele ter uma licença provisória, sendo algo que é "ok", ele continua. De acordo com ela, sendo algo muito fora da realidade (que a gente acredita que seja exceção, pontuou Sarah), virão programas e ações. Relembrou as próximas etapas (zoneamento e plano de manejo). E finalizou dizendo que algumas respostas a gente não tem agora, mas frisou que as perguntas são muito importantes. A engenheira ambiental Milene questionou se a normativa ajudaria a dar entrada em processo de financiamento. Mencionou também o conflito do CAR, e perguntou: quem tem problema de conflito de CAR? Finalizou dizendo que o CAR estando ok, gostaria de saber se a normativa vai os ajudar a ter acesso ao financiamento, ressaltando que conseguir entrar com o processo de licença, as pessoas conseguirão entrar com o processo de financiamento. Victor Moreto (Naturatins) respondeu que a instrução normativa foi criada para cobrir essa lacuna enquanto o plano de manejo está em construção, permitindo que o produtor regularize uma área que já está em uso, exemplificando, por exemplo, um produtor que tem um pasto, e não estava conseguindo regularizar por algum motivo, consegue tirar a autorização via essa instrução normativa. Ele explicou que a normativa não permite ampliar a atividade ou mudar o tipo de atividade, mas sim regularizar o que já existe, inclusive em áreas de conservação. A solicitação para abertura de novas áreas não será permitida. Victor pontuou que para seguirem o processo normal: solicitação da LP, ressaltando que vai ter que ter o CAR legal. Victor esclareceu que a autorização é válida por um ano, pois a previsão é que o plano esteja pronto em março, e que por isso não poderia "esticar a licença demais", porque o produtor poderia ficar irregular por 4 anos, por exemplo. Deu o seguinte exemplo: entrou com o processo hoje, foi autorizado em novembro, você terá essa licença até novembro do ano que vem. A engenheira ambiental Milene questionou: se caso o plano de manejo não for aprovado (pior das hipóteses, que a gente não quer). Qual a previsão? Victor Moreto disse que, se o plano não for aprovado nesse prazo, não sejamos pessimistas, o produtor pode pedir a renovação da Licença de Operação (LO). Só que ele vai fazer com um ano. Victor finalizou ressaltando que p prazo de um ano foi estabelecido

para que houvesse pressão da sociedade para que o plano avançasse, pois isso é um problema para o Naturatins também. Sarah reforçou que o plano precisa ser aprovado, ressaltando que estamos há anos com o plano desatualizado. Frisou que o pior cenário é não ter um plano, como Humberto falou no início. Ela comentou que estão mobilizando muitas pessoas para participarem, e que serão um total de 35 eventos participativos. Comentou que em março a gente termina o plano, e ele vai para o conselho gestor ser aprovado. Ela falou sobre a reunião que a equipe técnica teve com o conselho gestor, e comentou que a prefeita estava presente, afirmando que naquele momento foi falado para o conselho que precisaríamos do grupo de trabalho para que ele fosse acompanhado e conhecendo o processo para que o plano seja aprovado. Leu para os presentes quem faz parte do conselho gestor, e afirmou que cabe ao conselho gestor o processo de aprovar o plano de manejo, reafirmando que cabe a todos nós pressionar o Estado e o Conselho para que a gente consiga terminar esse processo, e ressaltou novamente a importância de cobrar para que posteriormente seja de fato implantado. Ela finalizou, afirmando que os eventos têm um papel educativo e de envolvimento da população, afirmando que quando a gente termina esses 14 eventos, todo mundo sabe um pouco mais. Lembrou que todos estamos no mesmo barco e que precisamos trabalhar em conjunto. O vereador Rogério Rezende expressou que os outros prefeitos deveriam estar presentes nas oficinas, porque a prefeita do presente município, de acordo com ele, anda em todas as outras cidades. Ele se identificou como pequeno produtor há mais de 30 anos e incentivou as pessoas a aproveitarem a oportunidade para falarem. Ele agradeceu a Deus o fato de Monte Santo ter apenas uma pequena parte da APA em seu território. Deu o exemplo que tem propriedade que não pode “tirar uma vara para pescar”. Citou o fato de seu pai ter propriedade em Marianópolis e estar sendo prejudicado. Ele citou municípios que fazem parte da APA, e falou que se alavancaram por causa do produtor rural, e afirmou que conhece muitos produtores que foram embora. O vereador que produtores rurais e as pessoas do assentamento estão sendo prejudicados, e ressaltou que se o produtor rural for embora do município a cidade acaba. Mencionou que Marianópolis perdeu muito com isso. Continuou a sua fala dizendo que as pessoas do Vale do Araguaia têm que preocupar muito com isso, e disse, que se não se engana, a APA começou quando Príncipe Charles andou aqui no mandato do Siqueira Campos, e de lá para cá “vem se protelando” e nunca foi feito o plano de manejo adequado. Agradeceu a todos os envolvidos porque sabe da necessidade do “nosso” Vale do Araguaia. Ressaltou os 35% do código florestal mais a APP. Ele pontuou os casos de pessoas que comprava terras anos atrás e não se falava nisso, e hoje não podem plantar, e estão sendo muito prejudicados pois não

conseguem tirar financiamento, não conseguem escoar sua produção. Ele afirmou que tem que deixar a área do produtor (pequeno ou grande) produzir. Deu parabéns aos envolvidos, e disse que já participou de outras oficinas. Ele disse que é também corretor, e relatou que, desde o início da APA, os cartórios estão parados e não há mais compra e venda de terras, pois as pessoas evitam comprar propriedades na região. Rogério agradeceu a Universidade por estar ali, finalizou sua fala dizendo que era um desabafo porque é produtor rural e depende disso. Concluiu dizendo que o Vale do Araguaia, por ser a região que mais chove no Tocantins, é um lugar muito procurado, ressaltando que o povo procura o Vale do Araguaia porque é o lugar de crescer e criar suas famílias. Lançonio, um participante, questionou sobre a situação dos lixões públicos, que de acordo com ele, é um problema crônico no município e que afetam outras cidades da mesma forma. Professora Maria Carolina respondeu que a legislação federal exige que os municípios se adequem e tenham aterros sanitários e planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos. Ela afirmou que as vezes não é possível um município construir seu próprio aterro porque é algo que demanda custo alto, mas pontuou que existem alternativas, e que isso provavelmente virá no plano de manejo porque na APA não pode ter esse lixo dessa forma. Ela deu um exemplo de solução possível: a união de vários municípios e construir aterro em consórcio. Finalizou reafirmando que isso irá aparecer nos projetos do plano de manejo, e afirmando que a gente precisa pensar nesse plano, e ajudar os municípios a pensarem em como resolver esse problema. O vereador Wilker Goiano agradeceu a prefeita pela força que ela tem dado à causa da APA, destacando que ela não mede esforços para resolver a situação. Ele também agradeceu à universidade e ao Secretário de Agricultura. Wilker reconheceu que, embora Monte Santo tenha uma pequena parte na APA, muitos companheiros que têm propriedades em outras regiões sofrem com o problema. Neusa, uma participante, comentou que o uso de drones para jogar veneno deveria ser proibido, pois prejudica os vizinhos. Sarah respondeu que este é o tipo de assunto que o plano de manejo deve abordar, estabelecendo formas adequadas de produção, como o tipo de defensivo e como ele pode ser aplicado. Por fim, Sarah agradeceu a todos e encerrou a reunião.

4. LISTA DE PRESENÇA DAS OFICINAS DE REVISÃO

O público total que registrou presença via assinatura nas listas de presença, conforme pode ser visto em resumo na figura a seguir, foi de 2158 pessoas distribuídas nas 14 oficinas.

Figura 40 – Quadro resumo da participação popular

Data	Município	Registros de presença
03.08.2025	Assentamento Onalício Barros (Caseara)	109
04.08.2025	Caseara	64
04.08.2025	Araguacema	150
05.08.2025	Assentamento Santa Clara (Araguacema)	51
05.08.2025	Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins)	110
06.08.2025	Dois Irmãos do Tocantins	351
06.08.2025	Abreulândia	84
11.08.2025	Chapada de Areia	148
11.08.2025	Pium	169
12.08.2025	Assentamento Manchete (Marianópolis)	164
13.08.2025	Assentamento Macaúba (Pium)	256
13.08.2025	Marianópolis do Tocantins	196
14.08.2025	Divinópolis do Tocantins	129
14.08.2025	Monte Santo do Tocantins	177
	Total de pessoas que registraram a presença	**2158**

4.1. Assentamento Onalício Barros (Caseara)

No dia 03.08.2025, às 14h, aconteceu a oficina em Onalício Barros (Município de Caseara), aonde 109 pessoas assinaram a lista de presença.

1

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 23/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Assentamento Onalício Barros - Caseara

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Paulo Azevedo do Vale		Ass Onalicio Barros	
Maria Eni Alves do Vale		Onalicio Barros	
Erika Miranda [illegible]		Onalício Barros	
Antonio Alves		Onalício Barros	
Francisco Medeiros		Onalício Barros	
Valter R. Bueno		Onalicio Barros	
Maria de Jesus		AGRICULTOR	
Erilan Gonçalves Silva		Onalício Barros	
Maria do Socorro Rodrigues Bezerra		Onalicio Barros	
Ulisses Fragoso Alves Menezes		ONALICIO BARROS	
José Luiz Borges		Onalício Barros	
Domingos Matos de Oliveira		Onalício Barros - AMA	
Wellyson Dalton dos S. Monteiro		Onalicio Barros -	
Cristiane L. Gomes da Silva		Assentado Onalício Barros	
Raimunda Vieira de Melo		Onalício Barros	
Luiza Melo de Araujo		Onalício Barros	
JOSÉ BATISTA		ONALISIO BARROS	
Maria Santos Bastos		Naturalista	
TACYANO KOTUSKI		ADSTO	
Joely Pereira Nascimento		ONALICIO	

2

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 23/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Assentamento Onalício Barros

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Vanilton da Silva Barros		63 25745	
Naia P. Barros		65784	
Onalicio Barros			
Maria Lucia Pereira de Siqueira		159.295	
[illegible]		Fazenda Vale Verde	
Valmir Paulo da Silva		Toledo II	
Joana Dark Pereira de Siqueira		Toledo II	
[illegible]		PA. Mocoroa	
Valdir Alves de Medeiros		Associação do agricultor F	
Maria da Paixão Alves da Silva		MST	
Mary Rodrigues dos Santos		ASS. Dideus	
José Pereira Bastos			
Mariana Alves Barbosa			
Marian Conceição dos Santos			
Luciana Rodrigues dos Santos		CDHC	
[illegible]		AAFB	
Maria Angela [illegible]		AMA - Centro	
Anatercia Augusto Oliveira			
[illegible]			
Catarina Ramos Ramos			

5

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 23/4/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Assentamento Onalício Barros

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Anderson Ribeiro Silva		NATURATINS	
Paulo Victor maquis martins		NATURATINS	
Gustavo Diego Vicente		Naturatins	
Jose Maria Ribeiro		2 Chacara 46	
Alessandra Dantas Bata		Naturatins	
Gustavo B. da Silva Vicino		Fazenda RINCON	
Wellington Martins Ramos		Chacara a nossa Senhora	
Sandra Ferreira		Rancho Vitoria	
Maria da Conceição Rodrigues Reis		Chacara Moraes	
Luciene Rodrigues		chacara canarinho	
MAILSON LIMA SILVA			
Eleonora B. da Silva.		CHACÁRA MUNDIAL 20	
Rita R.M. da Silva		Assentamento	
Maria Leonarda da Silva		moradora	
Julio Cesar da Paixão		FAZENDA	
Wesley Alves de Paula		STTA DE COSENA	
Lilian Vidrin de Araújo			
Antonio Vieira Neto			
João Afonso F. Neto			
José Neris Batista			

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

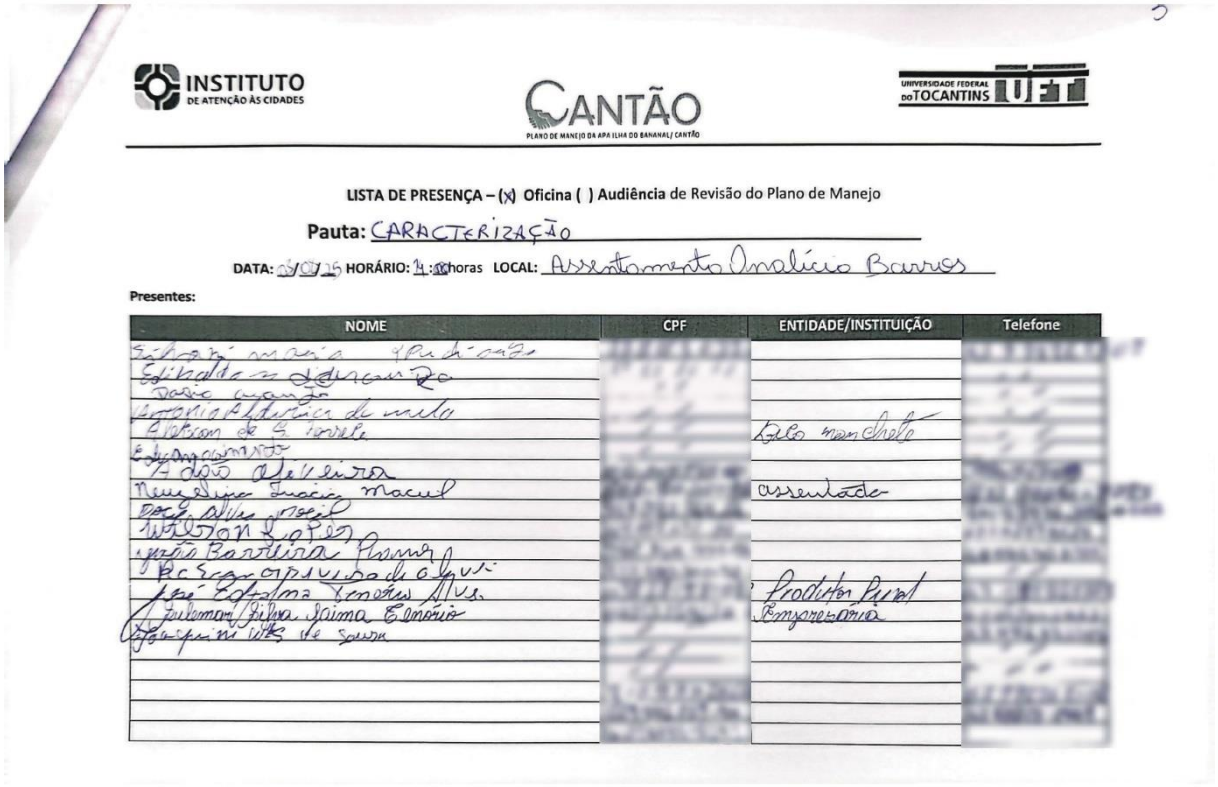
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 30/8/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Assentamento Onalício Barros

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Valdeci dos Santos		04 Morador	
Adriane Moura de Souza		moradora	
Cosmelita Rodrigues dos Santos		33-20 = Moradora	
Caio Cesar Pedro		FAZ. Agua Boa	
Rosa Maria Ferreira dos Santos			
Maria Arlete Pereira dos Anjos			
Maria Aparecida V. Santos		Onalicio Barros	
Silvana [illegible]		FAZ SAVANA	
Ronaldo Fonseca Costa		Agricultor	
Edio Augusto [illegible]		Assentado	
[illegible]		DOIS IRMÃOS DO TO.	
Marcelo [illegible]		ADOTO	
[illegible]		REG AGRO	
João José de Ribeiro		Agricultor DOIS IRMÃOS TO	
Manoel Rodrigues Matos		Morador	
Agenicio José A. [illegible]		Naturatins	
Hugo Silva Lima		Naturatins	
Simão Lacerda		Naturatins	
CLEBER PINTO ANALISTA TE		PEC NATURATINS	
Raimundo dos Anjos Silva		NATURATINS	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

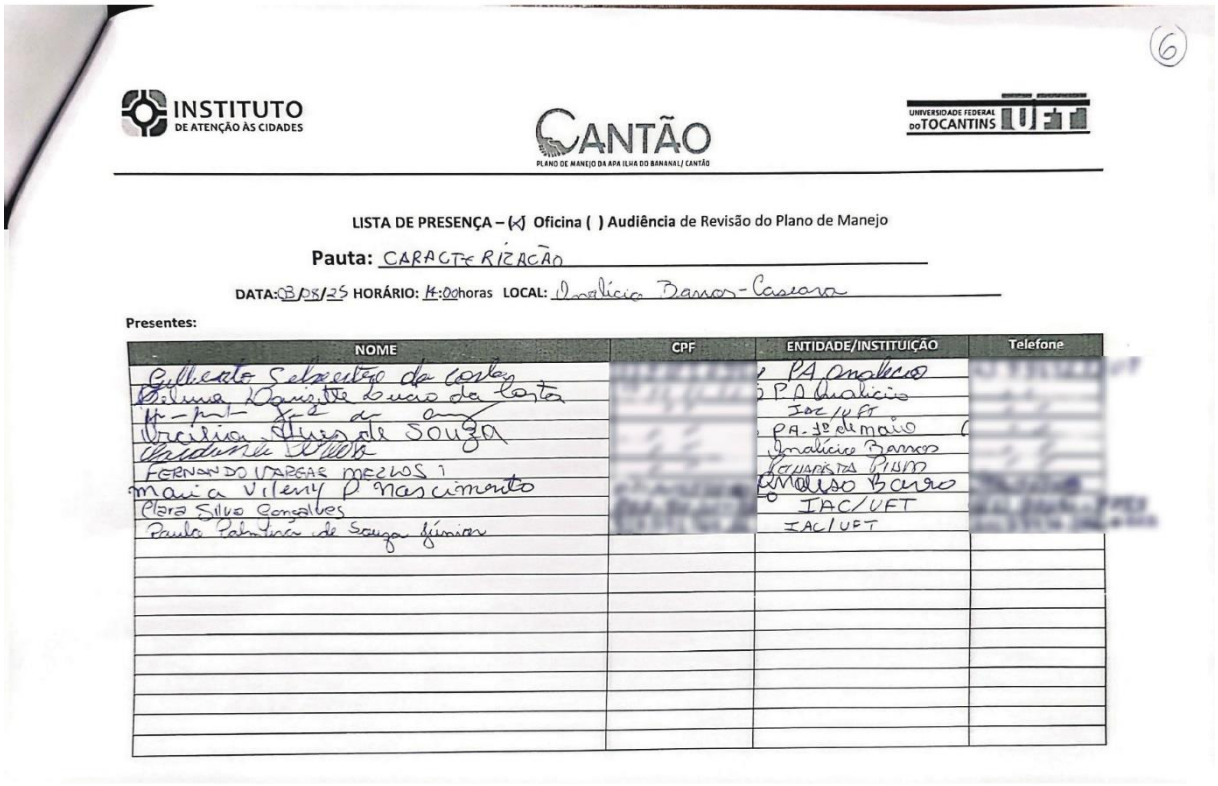
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 27/09/25 **HORÁRIO:** 14:00horas **LOCAL:** Assentamento Inalício Barros

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Edivaldo [illegible]			
[illegible]		Bela manchete	
[illegible]		assentado	
[illegible]		Produtor Rural	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

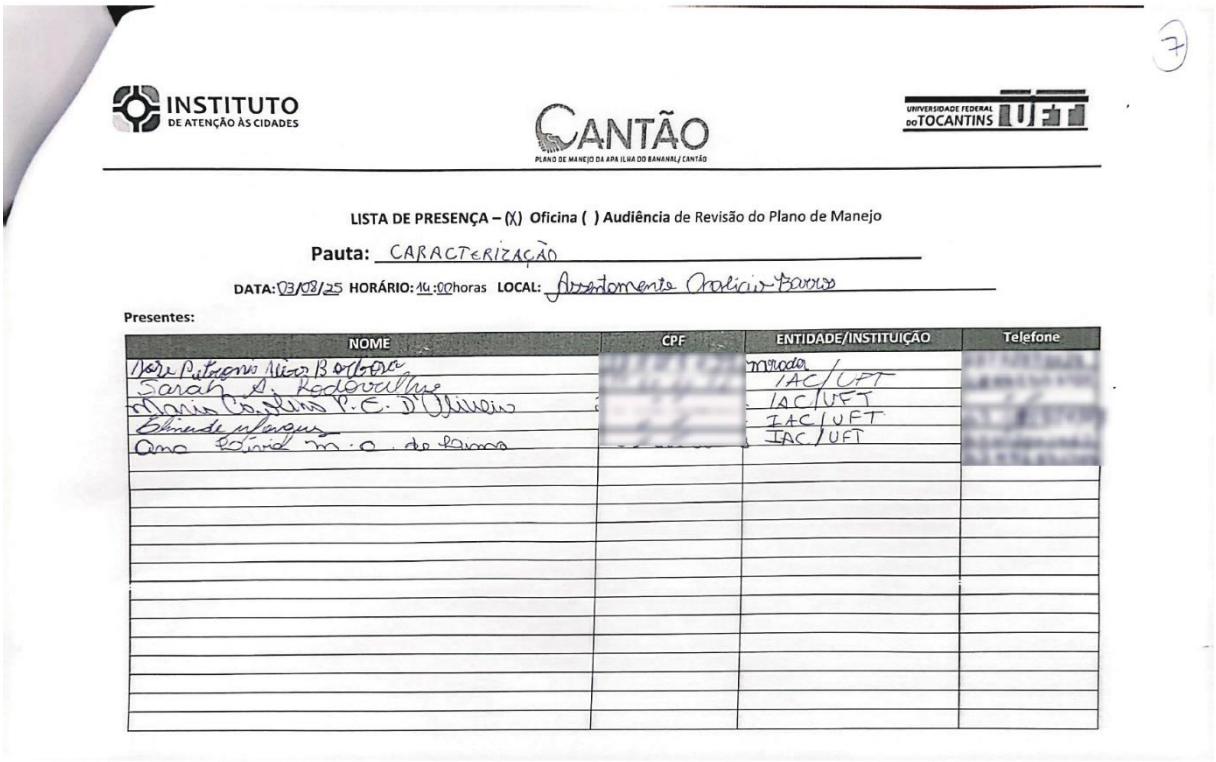
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 03/08/25 **HORÁRIO:** 14:00horas **LOCAL:** Inalício Barros - Cassara

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]		PA Inalício	
[illegible]		PA Inalício	
[illegible]		IAC/UFT	
[illegible]		PA 1º de maio	
[illegible]		Inalício Barros	
[illegible]		ASSENTADA PIUVA	
[illegible]		Inalício Barro	
[illegible]		IAC/UFT	
[illegible]		IAC/UFT	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

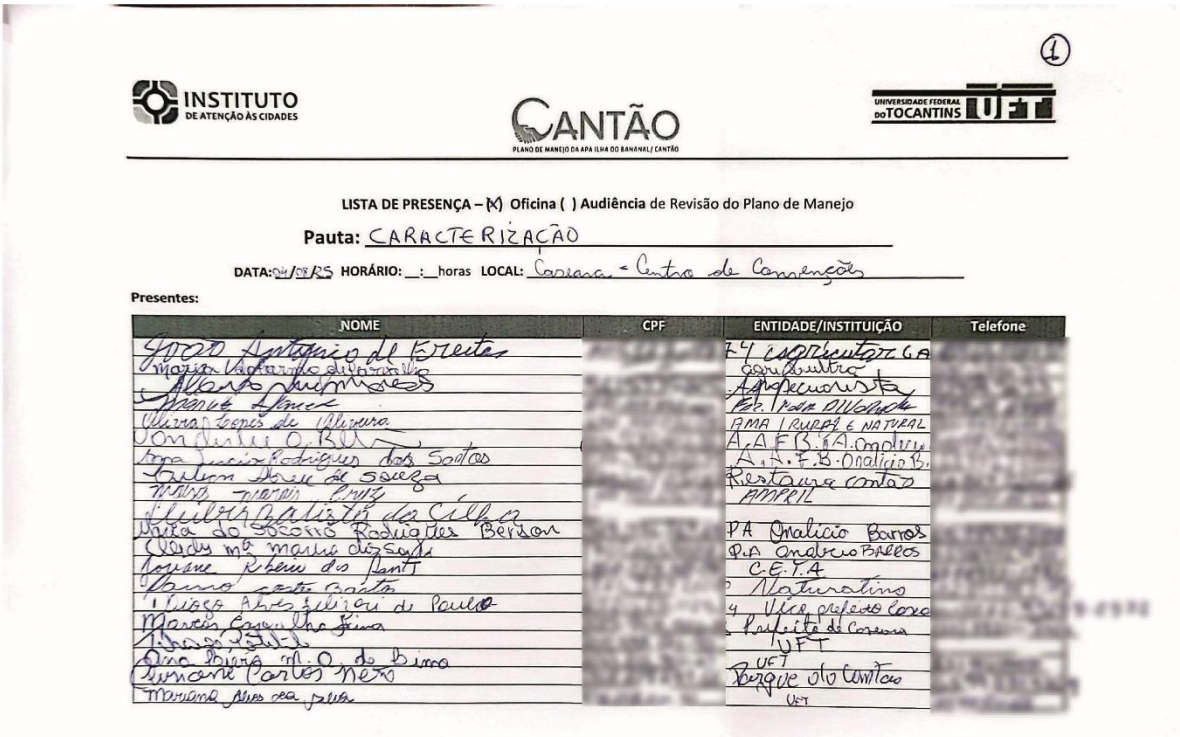
DATA: 03/08/25 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Assentamento Osvaldina Barros

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]	[illegible]	[illegible] IAC/UFT	[illegible]
[illegible]	[illegible]	IAC/UFT	[illegible]
[illegible]	[illegible]	IAC/UFT	[illegible]
[illegible]	[illegible]	IAC/UFT	[illegible]

4.2. Caseara

No dia 04.08.2025, às 08h, aconteceu a oficina em Caserara na Câmara Municipal (64 pessoas assinaram a lista de presença).



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

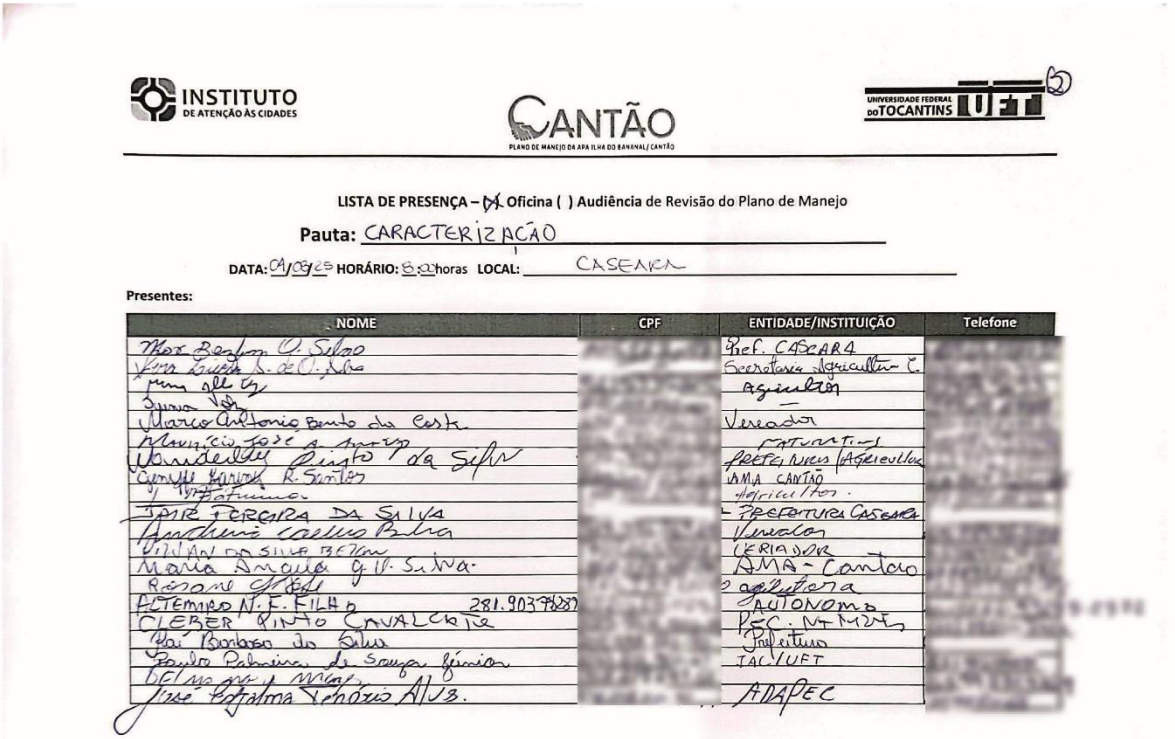
Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/08/15 HORÁRIO: __:__ horas LOCAL: Caseara - Centro de Convenções

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
João Antonio de Freitas		Z4 Representação GA	
Maria Valdenice Oliveira		Agricultora	
Alberto Guimarães		Agricultor	
Manoel Lemes		Pesc. Rosa Oliveira	
Ulisses Lopes de Oliveira		AMA Ilha do Bananal e Natural	
Jon Justino O. Bell		A.A.F.B.I.A. Ondicio	
Ivone Lucia Rodrigues dos Santos		A.A.F.B. Ondicio B.	
Gilson Jose de Souza		Restaurante contão	
Maria Tereza Pinto		AMAPIL	
Luiz Galdino da Silva			
Maria do Socorro Rodrigues Berton		PA Ondicio Barros	
Cleuda Maria Martins		PA Ondicio Barros	
Josiane Ribeiro dos Santos		C.E.T.A	
Bruno Costa Costa		Naturalino	
Thiago Alves Silveira de Paula		4 Ulica prefeito Coxe	
Marcio Gomes Pinheiro		Prefeitura de Caseara	
[illegible]		UFT	
Ana Maria [illegible] do Bispo		UFT	
Bernard Portes Neto		Parque do Cantão	
Mariana Alves da Silva		UFT	

Digitalizado com CamScanner



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

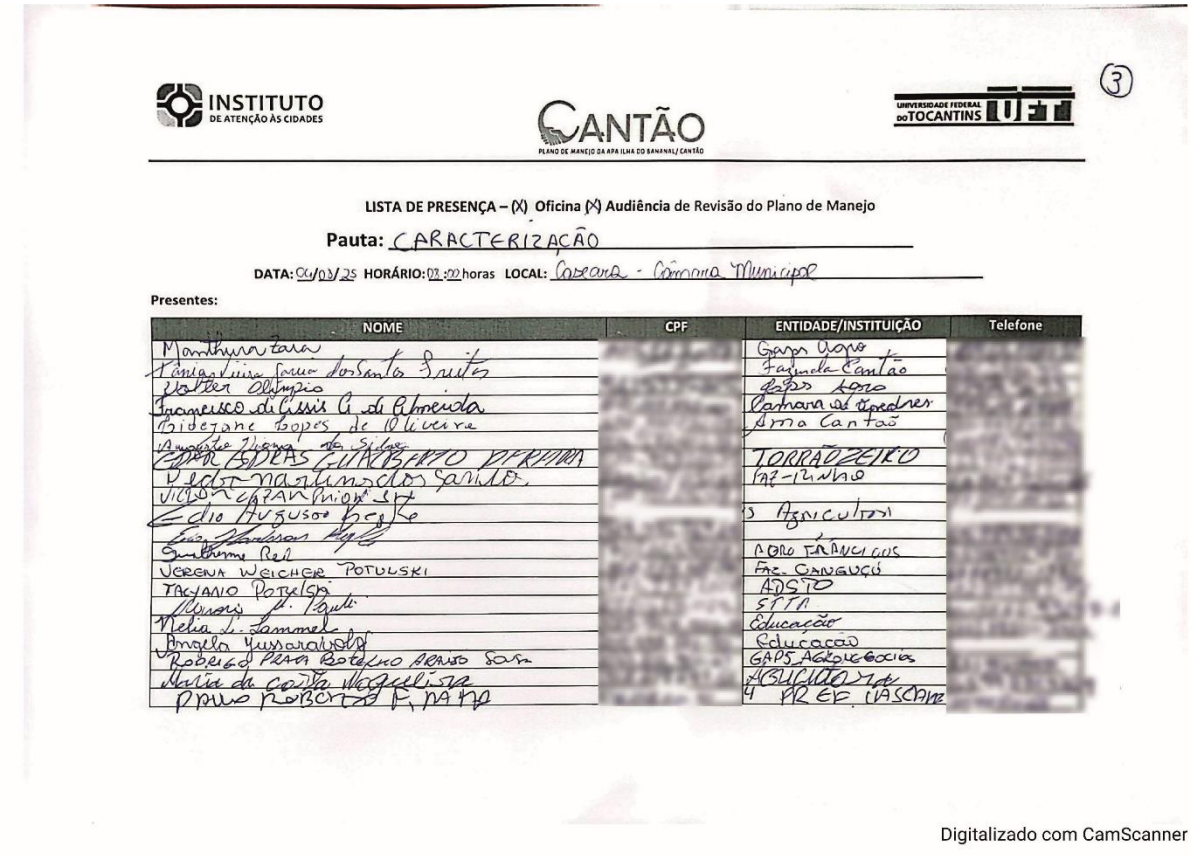
Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/08/15 HORÁRIO: 8:00 horas LOCAL: CASEARA

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Max Benson O. Silva		Pref. Caseara	
Vera Lucia L. de O. Reis		Secretaria Agricultura C.	
[illegible]		Agricultor	
Sueia Vaz			
Mario Antonio Bento da Costa		Vereador	
Mauricio Jose S. Sousa		Cativeiro	
Marinelda Pinto da Silva		Prefeitura Agricultor	
Cynthia Patricia R. Santos		AMA Cantão	
Fatima		Agricultor	
Jair Ferreira da Silva		Prefeitura Caseara	
Andreia Carlos Brito		Vereador	
Liliane da Silva Bezerra		Vereadora	
Maria Angela G. V. Silva		AMA - Cantão	
Roseane [illegible]		Agricultora	
Alteminio N. F. Filho 281.903.788-87		Autonomo	
Cleber Pinto Carvalho		PSC - Nt Miranda	
Rai Barbosa da Silva		Prefeitura	
Paulo Pereira de Souza Júnior		IAC/UFT	
[illegible]			
Jose Rafalma Tenório Alves		ADAPEC	

Digitalizado com CamScanner



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT (3)

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina (X) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

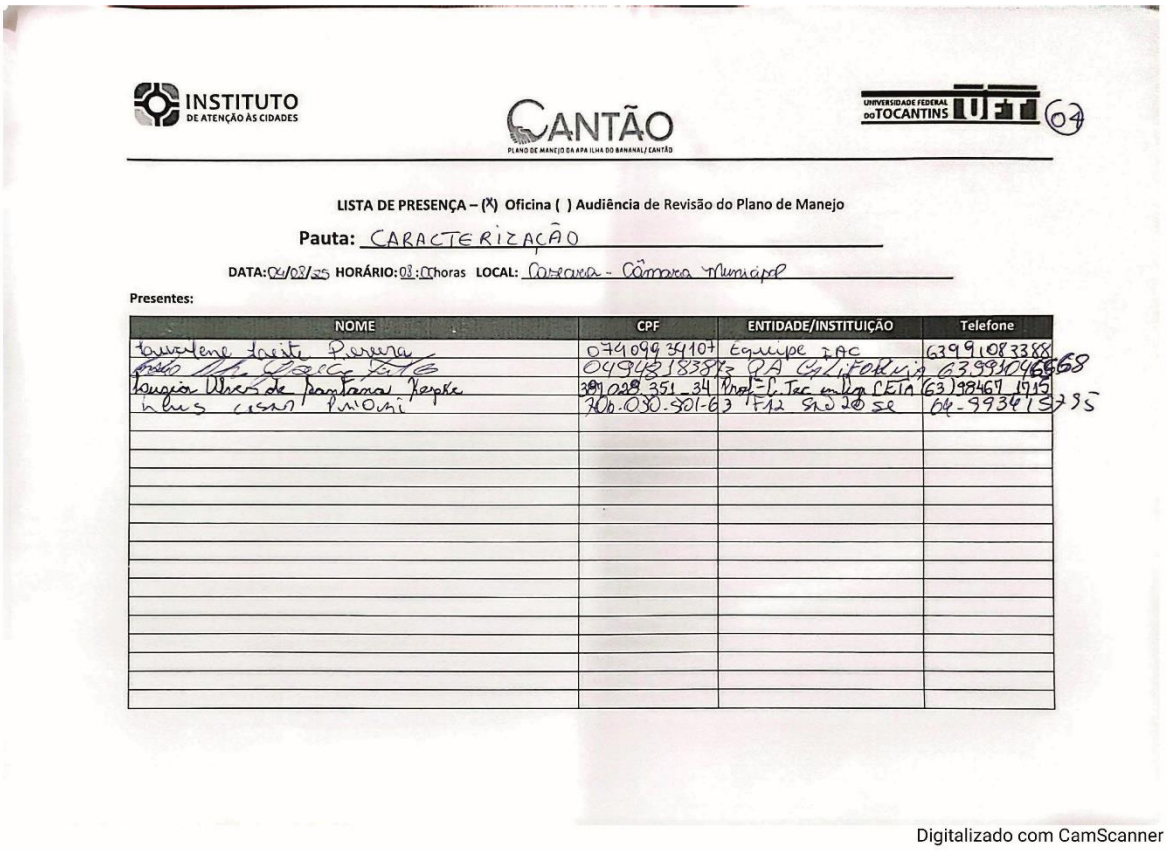
Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/03/25 **HORÁRIO:** 02:00 horas **LOCAL:** Cabeceira - Câmara Municipal

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Manthuria Tavares		Gaps Norte	
Mariazinha Soares dos Santos Santos		Fazenda Cantão	
Walter Olímpio		GAPS Sede	
Francisco de Assis G. de Almeida		Câmara de Vereadores	
Bidejane Lopes de Oliveira		Área Cantão	
[illegible]			
[illegible]		TORRÃOZEIRO	
[illegible]		Faz-12 Irmãos	
[illegible]		[illegible] Agricultor	
[illegible]			
[illegible]		AGRO FRANCISCO	
VERENA WEICHER POTULSKI		Fac. CANGUÇU	
TAYANO POTULSKI		ADETO	
[illegible]		SEMA	
Melia L. Lammel		Educação	
[illegible]		Educação	
[illegible]		GAPS_AGROECOLOGIA	
[illegible]		AGRICULTOR	
[illegible]		4 PREF. ITACAJÁ	

Digitalizado com CamScanner



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT (04)

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/02/25 **HORÁRIO:** 03:00 horas **LOCAL:** Cabeceira - Câmara Municipal

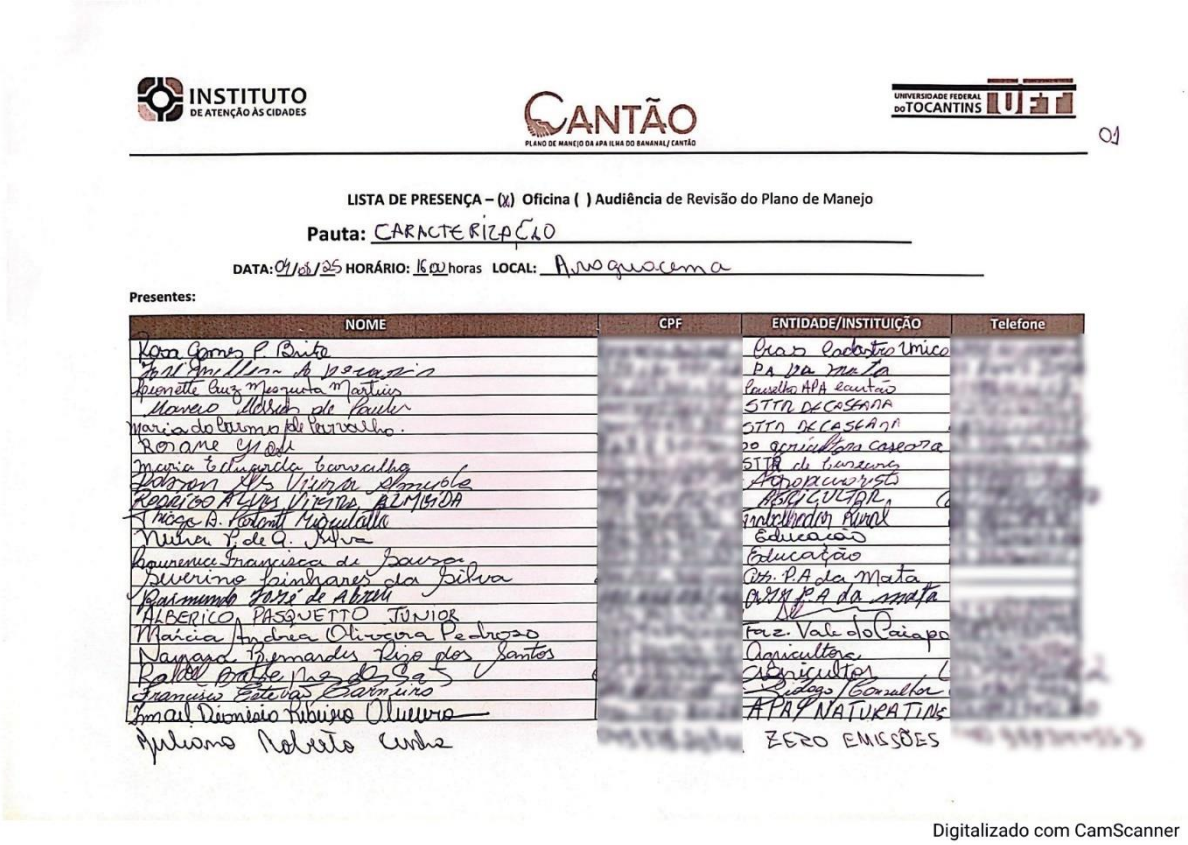
Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Lourdene Lopes Pereira	074 049 341 07	Equipe ZAC	63991083388
[illegible]	049 481 833 83	QA California	63 99304 6668
Jorgina Alves de Santana Araújo	391 028 351 34	Prof. Inst. ensino CETA	(63) 98469 1915
Luis [illegible]	706.030.901-63	TF12 SND 20 SE	04-99341 5795

Digitalizado com CamScanner

4.3. Araguacema

Às 16h do dia 04.08.2025, no Centro de Eventos Cabo Chico, em Araguacema, aconteceu a oficina de caracterização (150 pessoas assinaram a lista de presença).



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT — 01

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Araguacema

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Kaza Gomes P. Brito		Grupo Ecoturismo Unico	
[illegible]		PA Da Mata	
Jeanette Cruz Mesquita Martins		Conselho APA Cantão	
Marcio [illegible] de Paula		STTR DE CASEARA	
Maria do Carmo de Carvalho.		STTR DE CASEARA	
Roriane [illegible]		[illegible] agricultura caseira	
Maria Eduarda Carvalho		STTR de Caseara	
Adriana [illegible] Vieira Gonçalves		Apicultor	
Rogerio Alves Vieira ALMEIDA		Agricultor	
Thiago A. Portela Magalhães		Coordenador Adjunto	
Nubia P. de O. Silva		Educação	
Laurence Francisca de Souza		Educação	
Severino Tainhares da Silva		Ass. PA da Mata	
Raimundo José de Abreu		ASSPA da mata	
ALBERICO PASQUETTO JUNIOR			
Maicia Andrea Oliveira Pedroso		Faz. Vale do Paiapo	
Nayara Bernardes Rios dos Santos		Agricultora	
Rafael [illegible]		Agricultor	
Francisco Esteban Barrueto		Pedagogo/Conselho	
Ismael Dionisio Ribeiro Oliveira		APA/NATURATINS	
Juliano Roberto Cunha		ZERO EMISSÕES	

Digitalizado com CamScanner

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

02

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Araguacema - Cidade

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Sonia Rodrigues de Sousa Bacarin		PA da mata M.	
Nubia R. Ribeiro		Sindicato Araguacema	
Rejane P. Oliveira		Sindicato Araguacema	
[illegible]		Mata Mata	
[illegible]		NATIVOS TINS	
Amarildo do N. Nascimento		VEREADOR Araguac	
Gilmar da S. S. Moraes		Servidor Publico	
Rosilene S. de Souza Oliveira		Assentado	
[illegible]		ASSENTADO	
Maria Ponto [illegible]		Fazenda São Sebastião	
Romildo P. da Silva		Fazenda	
[illegible]		PA NOVA CANAÃ	
[illegible]		PA NOVA CANAÃ	
Antônio José Pereira Lima		PA Nova Canaã	
José Carlos do Santos		CASA MOTA	
Vereador Wanderlei Monteiro		Vereador	
Silvania Souza S. da Silva		Vereadora	
Pedro da Silva Santos		Nova Canaã	
Maria Bom Fim de Souza		Nova Canaã	
Marinete Pereira de Souza		Nova Canaã	

Digitalizado com CamScanner

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

03

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Araguacema - cidade

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Edson João R. Oliveira Neves		PA Nova Canaã	
Antonia da Silva Rodrigues		Secretaria de Educação	
Paula Bruna Quimarães Sousa		PCF	
Arthur Vinicius Menezes Mal Medeiros		PCF	
Ricardo Romanelli		Vereador Araguacema	
Geovanna A. da Silva		DIRETORIA	
Roberto de Vasconcelos Costa		Faz. Sta Rita	
Cleuzy P. dos SANTOS		Faz. SANTA RITA	
Adilson [illegible]		[illegible] Agricultura	
Natalia de Almeida Xavier		Agricultora	
Cleide Santos Moura		Hospital Araguacema	
Igor Carvalho de Andrade		Schmidt Agricola	
Heller Andrade dos Santos		Diretor Hospitalar	
Carlos da S. Oliveira		Secretaria Agricultura	
Gardy Sabrina de S. [illegible]		NATIVOS TINS	
Cristiano P. Pereira		Naturatins	
Engellany Gomes de Sá		Naturatins	
Sonia da Silva e Sousa Araujo		naturatins	
Kellen Moreira Santana		Naturatins	
Francisca Mª Moreira Santana		Servidor Araguacema	

Digitalizado com CamScanner

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo 04

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 24/08/25 HORÁRIO: 16:00 horas LOCAL: Araguacema

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Veronica Dionisio Matos		Diretoria Turismo	
Weslley Lyra Valadão		Agricultura	
Joe Raimundo Paiva			
Raimundo Rodrigo do Carmo		71.87	
Ipiranga Ribeiro de Alcântara		Sec. de Agricultura	
Ana Paula De Sousa Silva		Coord. Extensionista	
Raimundo de Almeida Tavares			
Raimundo Nobre da Silva		PA NOVA CANAÃ	
Rosalina Dias de Castro		PA NOVA CANAÃ	
Maria de Nazaré Sousa Lima		PA nova Canaã	
João Evangelista Lima Brito		PA nova Canaã	
Rosanivania Alves dos Anjos		Prefeitura	
Sidiane Ferreira de Oliveira		Sec. Turística Social	
Emiliana Oliveira Nogueira		Sec. Assistência Social	
RAFAEL NADAL NASCIMENTO		FAT. PARANAÍ	
Maria da Penha Silva		CRAS Assistência	
FABIO DIAS PEREIRA		APACANTÃO/NATURATINS	
Edilson da Silva Rodrigues		APACANTÃO/Naturatins	
Caio Rodrigo M da Silva		APA CANTÃO/NATURATINS	
Paulo Victor Nogueira Martins		APA CANTÃO/NATURATINS	

Digitalizado com CamScanner

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo 05

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 24/08/25 HORÁRIO: 16:00 horas LOCAL: Araguacema

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Flidiane do Nascimento		Secretaria de Educação	
Veronica Araujo Ferreira		CRAS	
Edilene Reis de Souza		CRAS	
Gabriela Pereira do Santo		CRAS	
Paulo Santos Reis		Sec. Turismo	
Ana Maria Rocha Fernandes		Sec. Turismo	
Jandelina Gomes da Silva		SCFV	
Maria Lopes Lima		PREFEITURA ARAGUACEMA	
Ewerton Silva Rodrigues		Sec. TURISMO	
Kelly de Angelis Batista		Prefeitura	
Fabio Sousa Lima		13ª SCFV	
Margarida Gonçalves Cunha		SCFV	
[illegible]		PREFEITURA	
José Roberto Rodrigues de Oliveira		PREFEITURA ARAGUACEMA	
Marcos Costa Pinto		PREFEITURA ARAGUACEMA	
Guilherme Batista da Silva		ESPORTE	
Suzana M. de Jesus Prazeres		Prefeitura de Araguacema	
Daniele dos Reis de Sá		Acolhimento	
Andreia Cleiza da Silva Batista		Pescadores	
Aires Reis de Sá		Acolhimento	

Digitalizado com CamScanner

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

0[illegible]

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/08/25 **HORÁRIO:** 16:00horas **LOCAL:** Araguacema

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Jandeilson Teles Pereira de Sousa		CRAS	
Catalia Martins dos Santos		Barqueiro	
Vagner do Lopes		Pagante Narro. reserva AP.	
Zidiquiel da S. Oliveira		Legenda Abaixo assinado AP	
Rafael Gomes da Silva		Testa Marca Dobra apoio	
Mirlene Moreira de Jesus			
Fabio Mayko dos Reis Oenecke		Conservatória	
Débora Bomfim Moraes Seda		Assistente Social/CRAS	
Edson Carvalho das M. Costa		CRAS	
Carlos Eduardo Lemos Xavier		PAIF. COCAL	
Adriana Carvalho do Cabo		Assist. Soc. Saúde	
Joana Dark da Silva	36396[illegible]		
Geraldo Ferreira da Silva		CRAS	
Vania Vasco Araújo dos Santos		Assistência Social	
Adriana Dalyra Ribeiro Dama		Assistência Social	
Marlenne Bruno dos Santos		Prefeitura Municipal	
Wanderleia Reis Mesquita		Creche Mun. Gleia Estrutiva	
Graziella Alves Lima		Pat. Agente de Observância	
Ana Sandra Rosa			
Gerliane da Silva Lima			

Digitalizado com CamScanner

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

0[illegible]

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

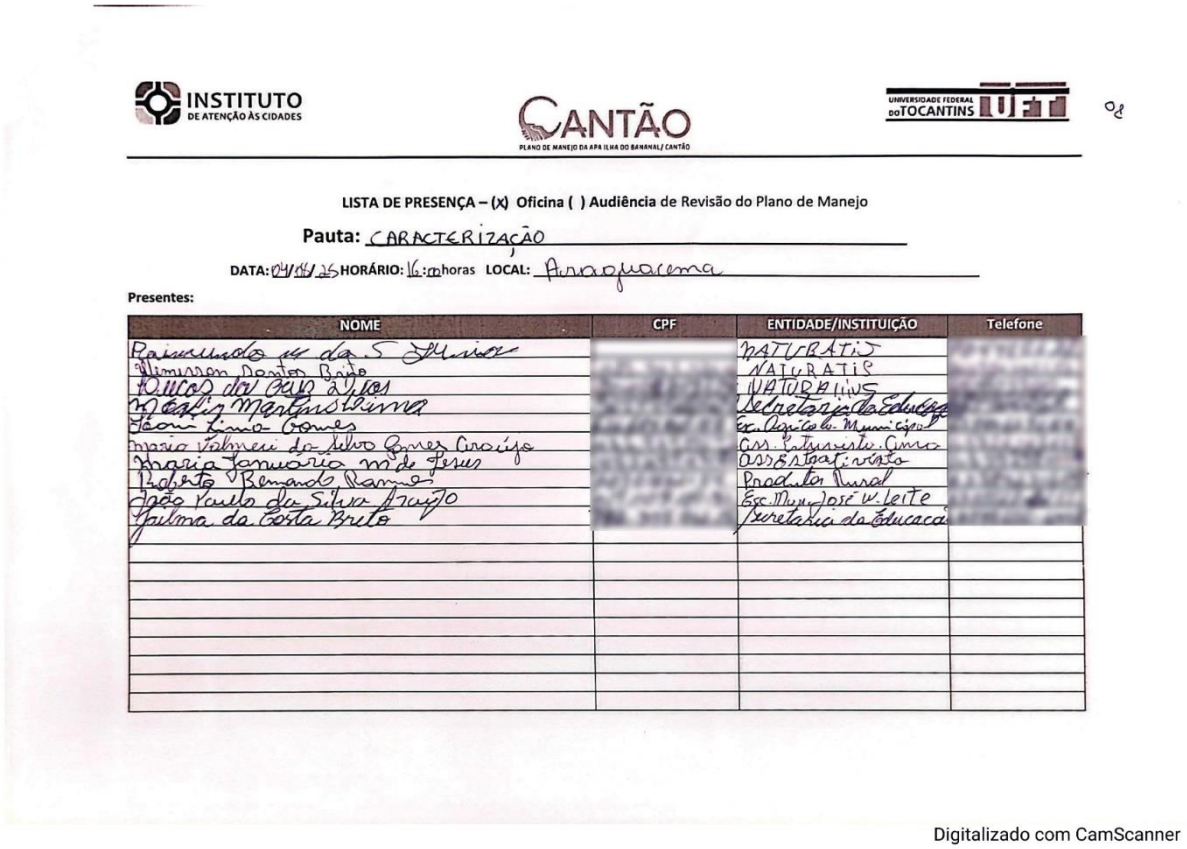
Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/08/25 **HORÁRIO:** 16:00horas **LOCAL:** Araguacema - cidade

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Rivaldo Freitas Cunha		Motorista	
Weglison de Sousa Costa		Agricultor	
Emerson Pereira Dias		NATURATINS	
Gustavo Leite Resende		Naturatins	
Samuel Dias de Gomes		Naturatins	
Sandra Maria Rosa Paula		Naturatins	
Wendel Gustavo Coelho de Souza		NATURATINS	
Ana Francisca Carvalho Nascimento		Dsec. Centro Ident. Ensino Cidadania	
Dárcio Reis de Sá		OSC	
GILBERTO BARBOSA SANDOVAL JUNIOR		ADS-TO	
Eduarda Rizal dos Santos			
Alexandre Nascimento de Souza		Fiz. Ambiental	
Emerson Dias de Sousa		Fiz. Ambiental	
Francisco Rafael Oliveira de Almeida		Secretaria Educação	
Remilson Pereira da Silva		Secretaria Educação	
Pedro Paulo de S. Nunes		TOALGA AGRONEGÓCIO	
Moreglices Antonio do P. Junior		Fun. Público	
Alexsandro L. S. Magalhães		Fun: Rio Araguaia	
MARCUS VINICIUS MORAES MARTINS		Prof. DE ARQUIVEMA	
Marcio José [illegible]		NATURATINS	

Digitalizado com CamScanner



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 04/08/25 HORÁRIO: 16:00 horas LOCAL: Araguacema

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Raimundo [illegible]	[illegible]	NATURATINS	[illegible]
Ailmisson Dantas Baia		NATURATINS	
Diego dos Reis Dias		NATURATINS	
Mariz Martins Lima		Secretaria da Educação	
Joan Lima Gomes		Ex. Agente Mun. Cipó	
Maria Valmeri da Silva Gomes Araújo		Ass. Intervente. Cima	
Maria Januária de Jesus		Assistente Social	
Roberto Bernardo Ramos		Produtor Rural	
João Paulo da Silva Araújo		Esc. Mun. José V. Leite	
Jailma da Costa Brito		Secretaria da Educação	

Digitalizado com CamScanner

4.4. Assentamento Santa Clara (Araguacema)

No dia 05.08.2025, às 9h, aconteceu a oficina no Assentamento Santa Clara em Araguacema (51 pessoas assinaram a lista de presença).

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Assentamento Santa Clara (Caracterização)

DATA: 05/08/25 **HORÁRIO:** 9:00 horas **LOCAL:** Assentamento Santa Clara

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Eduardo Ricardi			
Marlisa G. P. Rufieri			
Jonatan Eduardo Muller		Assessoria Franciscus	
[illegible]		[illegible]	
Gaudenor Marques Ferreira		Lavrador	
Juandeirma Moraes Souza		Assentada	
Thiago A. Vedroni Miquelitto		Engenheiro Florestal	
Rodrigo Alves Vieira Almeida		Agricultor	
Rogério Pereira Pinheiro		Agricultor	
Elson Ferreira da Silva		Agricultor	
Pedro Ribeiro de Moraes		Trabalhador Rural	
Domingos da Silva Alves			
Maria Ribeiro D. Alves			
Israel F. Pinheiro			
Manoel [illegible] Pereira de Sousa		Agricultor familiar	
Zilmara Fernandes de Araújo			
Zilmara Daniele Gomes Santos Souza		Supervisora pedagógica	
Ermelinda Alves de Almeida		Professora	
Cesar de Miranda Silva		Agricultor	
Cleiton Ribeiro Soares		Produtor	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

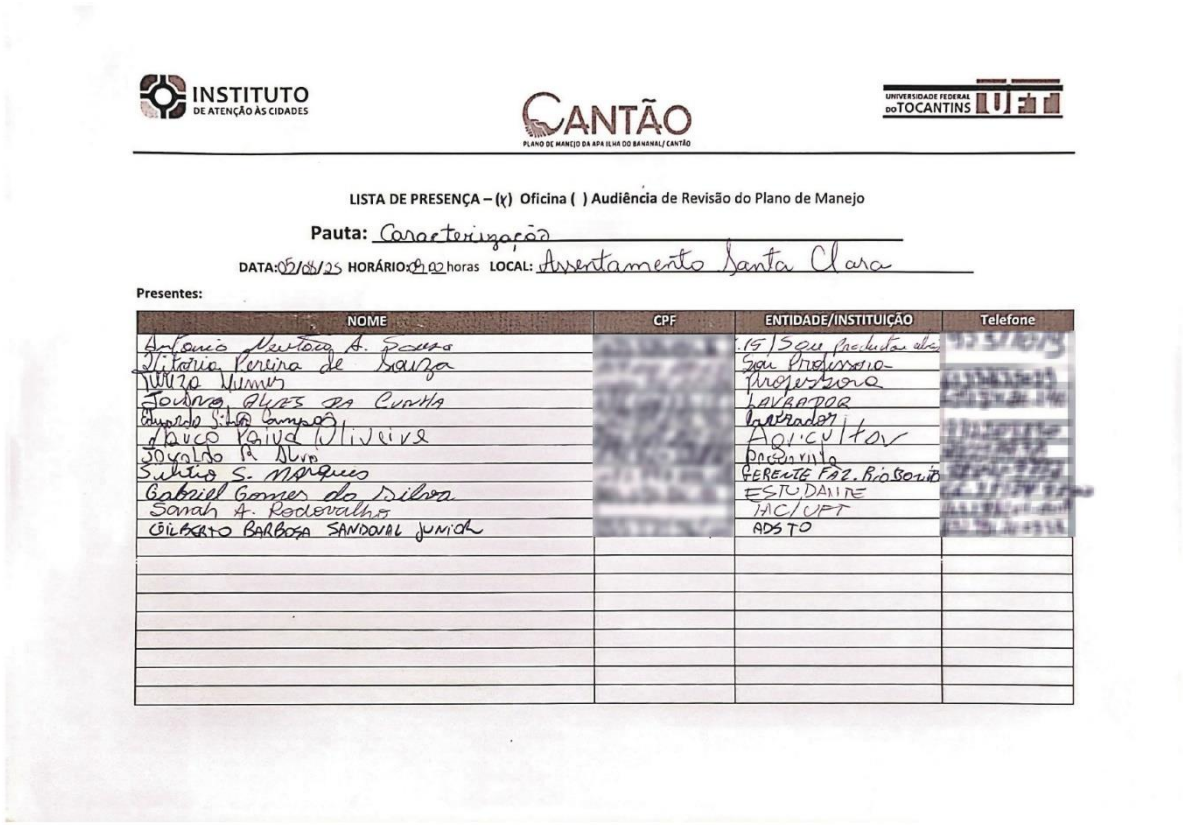
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 05/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Assentamento Santa Clara

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Socorro Chamyres de Sousa Ribeiro		Professora	
Fernanda Patrícia Borges Siqueira		Professora	
Georgina Rodrigues Pereira		Professora	
Maria da Paz M. Lima		Coordenadora	
Raiana Marcelo Pereira		Professora	
Maria Pamella Marques de Paula		Professora	
Marlene Chazeres Pereira Rodrigues		Coordenadora	
Eni Martins Lima		Professora	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
Rogerio Monteiro do Prado Junior		Adv. Público	
Suzana R. do Sol do Prado		Prefeitura de Araguacema	
[illegible]			
Valdeir Alves da Silva Gomes			
João Ferreira Lima		PA. Sta Clara	
Maria R. Gonçalves			
Meriele Borges da Silva Santiago			
Tania Alves Pereira			
Antonio Jose Nunes Barros		11-53 Produtor	
José Afonso Pereira da Silva		Assentado	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 05/08/25 HORÁRIO: 16 horas LOCAL: Assentamento Santa Clara

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Antonio Ventura A. Souza		Agr. Produtor rural	
Vitoria Pereira de Souza		Agr. Professora	
Julio Nunes		Professor	
Joana Alves da Cunha		LAVRADOR	
Eduardo Silva Campos		Lavrador	
Paulo Paiva Oliveira		Agricultor	
Joaquim [illegible]		Produtor	
Silvio S. Marques		GERENTE FAZ. Rio Sono	
Gabriel Gomes da Silva		ESTUDANTE	
Sarah A. Rodevalho		TAC/UFT	
GILBERTO BARBOSA SANDOVAL JUNIOR		ADSTO	

4.5. Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins)

No dia 05.08.2025, às 16h, foi realizada oficina no Assentamento Salomira em Dois Irmãos do Tocantins (110 pessoas assinaram a lista de presença).

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

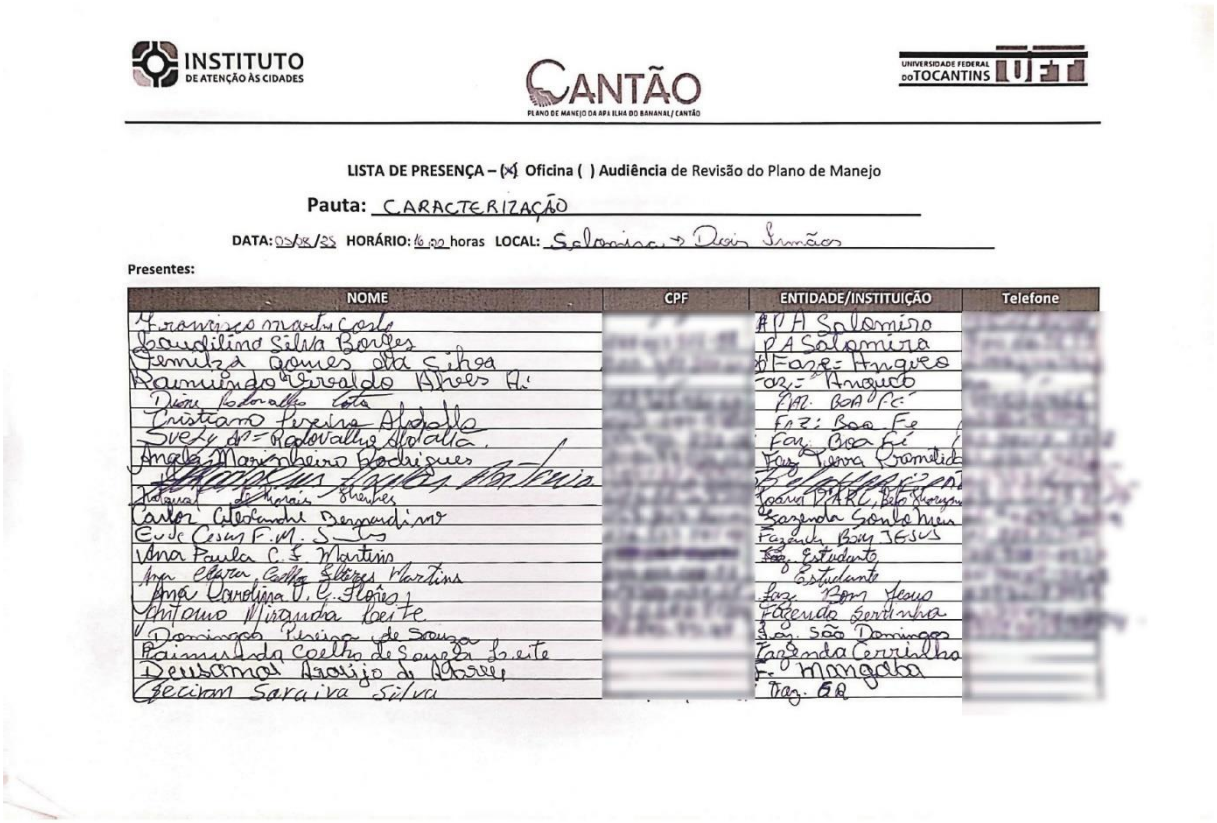
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 05/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Salomira - Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Francisco Marta Costa		APA Salomira	
Claudilino Silva Borges		APA Salomira	
Jemuza Gomes da Silva		Faz: Angico	
Raimundo Gerardo Alves Fi		Faz: Angico	
Dias Salomão Lata		AM: BOA FÉ	
Cristiano Pereira Abdalla		Faz: Boa Fé	
Sueli da Rocha Abdalla		Faz: Boa Fé	
Angela Maria Ribeiro Rodrigues		Faz Terra Prometida	
[illegible]		[illegible]	
Natural de Minas		[illegible]	
Carlos Celestrine Bernardino		Fazenda Sonho Meu	
Eu Jc Cesar F. M. S		Fazenda Boa JESUS	
Ana Paula C. F. Martins		Faz. Estudante	
Ana Clara Costa Fleres Martins		Estudante	
Ana Carolina O. C. Flores		Faz Bom Jesus	
Antonio Miranda Coelho		Fazenda Serrinha	
Domingos Pereira de Sousa		Faz. São Domingos	
Raimunda Coelho de Sousa Coelho		Fazenda Cerrinha	
Deusamar Araújo da Costa		Fazenda Mangaba	
Geciran Saraiva Silva		Faz. BR	



CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

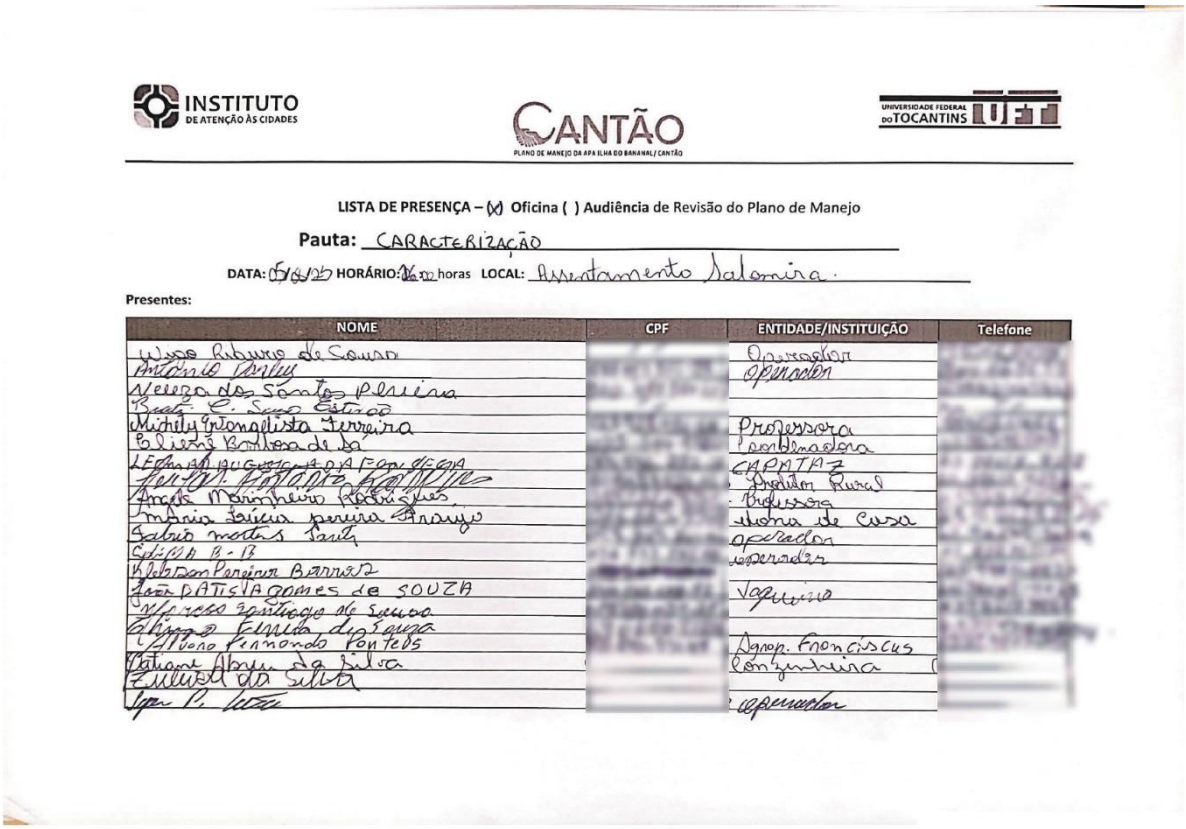
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 07/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Assentamento Salomira.

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Wesley Ribeiro de Sousa		Operador	
Antonio Carlos		operador	
Neleza dos Santos Pereira			
Beata C. Sousa Estrela			
Michely Granadista Ferreira		Professora	
Poliana Bonfim de Sá		Pedagoga	
Edmar Rodrigues de Oliveira		CAPPTAZ	
Fernanda Rodrigues Rodrigues		Produtor Rural	
Angela Maria Ribeiro Rodrigues		Professora	
Maria Luiza Pereira Araujo		dona de Casa	
Sabrina Martins Santos		operador	
Edilson B. B.		operador	
Walterson Pereira Barreto			
Jose PATISTA Gomes de SOUZA		Vaqueiro	
Francisco Rodrigo de Sousa			
Thiago Ferreira da Silva			
Marcelo Fernando Pontes		Agrop. Franciscus	
Natiane Araujo da Silva		Pedagoga	
Edilson da Silva			
Ivan P. Lima		operador	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 05/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Assentamento Salamina

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
RODOLFO RIBEIRO VALADARE JR.		FAZ. BREU.	
[illegible]			
[illegible]		FAZ. SOMMO	
[illegible]			
[illegible]		PREFEITURA	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		Câmara / Adapec	
[illegible]		FAZ. SANTA ANA	
[illegible]		FAZ. SANTA ANA	
[illegible]		Q. CHACARA UNIÃO, 82	
[illegible]		Chacara Dona [illegible]	
[illegible]		CHACARA MORIA	
[illegible]		Chacara Bom Viver	
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		AGRICULTOR	
[illegible]		FAZ. SÃO LUIS	
[illegible]		[illegible]	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 05/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Assentamento Salamina

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]		Faz Conquista - Arrend.	
[illegible]		Fazenda Conquista	
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]		Fazenda Santamaria	
[illegible]			
[illegible]		Chacara N. Senhora Aparec.	
[illegible]		Chacara Sitio Conquista	
[illegible]		FAZ. SÃO JOSÉ	
[illegible]		Sec. Meio Ambiente	
[illegible]		PREFEITURA	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 05/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Salomira - Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Denilson Pinheiro do Carmo		PA Salomira	
Adriana Feijão Costa		Faz: Olho Verde	
Claudio Ribeiro da Silva		PA Salomira	
Rozilene P. Brito		Assentamento Sacaria	
Neide da Silva Santos		P.A. Salomira	
Lucia Helena Carvalho do Santos		Faz Salomira	
Maria Jonita Ribeiro Dias		P.A. Salomira	
Wanderlan Pinheiro Dias		P.A. Salomira	
Marco Paiva Oliveira		Faz Agro	
Damião de Silva Lima		Dois Irmão - TO	
Balome Neves Xavier		Faz: Boa Fé	
Fabio Sanzio Bruto		Faz: Boa Fé	
Glenna P. Barbosa	CPF: 930.372.871-87	FUP2	
Raimundo Ribeiro Leite		FAL	
Ana Lucia Alves Pereira		Assentado	
Daniel Rodrigues da Silva		Assentado	
Rosineia Barbosa Silva		Assentado	
Amauri Gilberto			
Maria Lucinda Nunes Rocha			
Nelson Santos Lima			

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

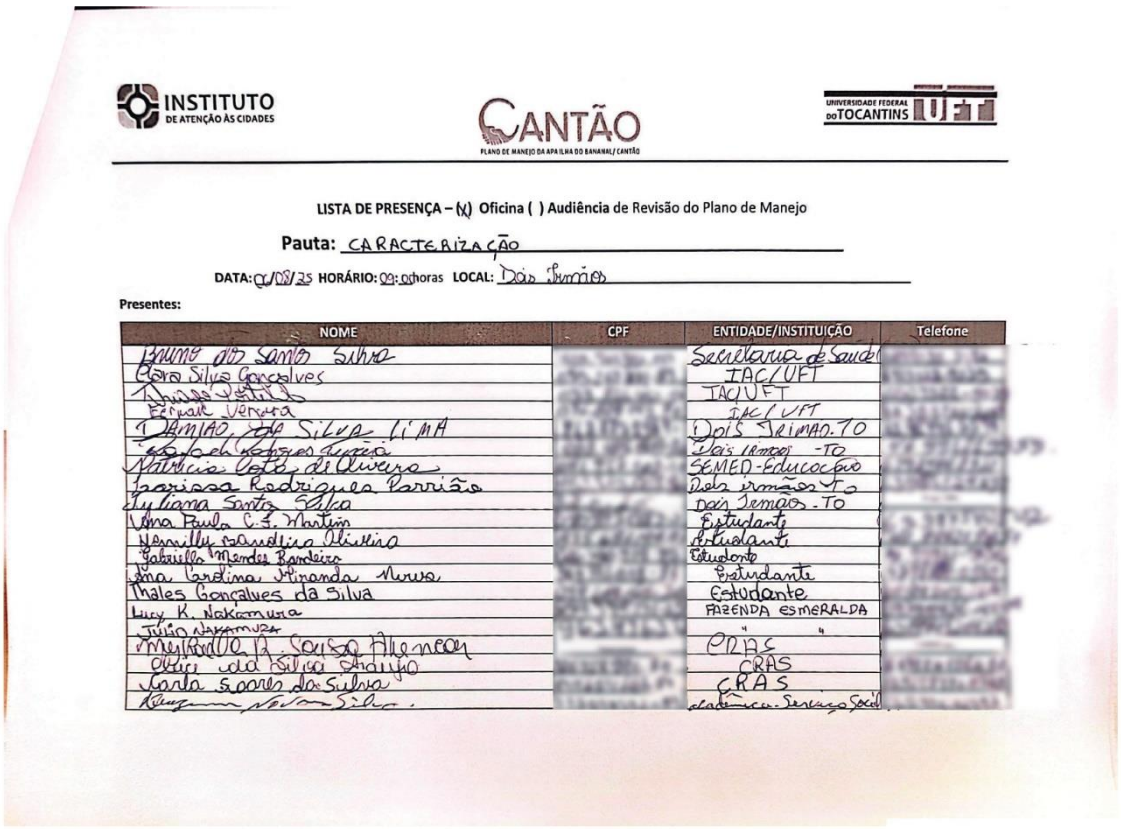
DATA: 05/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Assentamento Salomira

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Marcio da Cruz		Produtor	
Domingos O. Luz		Bunaltins	
José Carlos Coelho Martins		Produtores	
Dulcineia Antonia Ferreira		Ass. Salomira	
Darcy Jardim da Cruz		24.348	
Rodrigo Santos Lopes		Produtor	
Eva Maria da Silva		27161@	
Sandalva da Conceição Barbosa Varga		Produtora	
Rolanda Bruto Silva		Presidente	
Fabio Boa			

4.6. Dois Irmãos do Tocantins

No dia 06.08.2025, às 09h, foi realizada oficina em Dois Irmãos do Tocantins, onde assinaram a lista de presença 351 pessoas.



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 HORÁRIO: 09:00horas LOCAL: Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Jaime dos Santos Silva		Secretaria de Saúde	
Gean Silva Gonçalves		IAC/UFT	
[illegible]		IAC/UFT	
Edmar Ferreira		IAC/UFT	
Damião [illegible] Silva Lima		Dois Irmãos-TO	
[illegible]		Dois Irmãos -TO	
Patrícia Costa de Oliveira		SEMED-Educação	
Larissa Rodrigues Barrião		Dois Irmãos-TO	
Tyliana Santos Silva		Dois Irmãos - TO	
Ana Paula C. S. Martins		Estudante	
Wemilly Sandino Pereira		Estudante	
Gabrielle Mendes Bandeira		Estudante	
Ana Carolina Miranda Nunes		Estudante	
Thales Gonçalves da Silva		Estudante	
Lucy K. Nakamura		FAZENDA ESMERALDA	
Julio Nakamura			
Maykelle T. Sousa Alencar		CRAS	
Alice [illegible] Silva [illegible]		CRAS	
Carla Soares da Silva		CRAS	
[illegible]		Academica - Serviço Social	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Rozivonio Francisco da Silva		Secretaria de Educação	
Claudiana da Silva Moreira		SEMED	
Rosilene Lopes Pereira da Luz		SEMED	
Clarinda T. Coelho		Semed	
Erika Pereira dos Santos		SEMED	
Juliana da Silva Alves		SEMED	
Fabricio da Silva Caneiro		SEMED	
João Pires		produtor rural	
Terezinha Soares de Oliveira			
Oilson Cesar Rosa		Agricultor e pol	
Cristina G. Cola		STTR. FETAET.	
Marcio Tavares Teixeira		Motorista Rural	
Raimundo Pereira Pinto		Visitante	
Gracia de Aguiar Belem		produtor rural	
Maria de Jesus Macedo		FRISIA	
Thiago Henrique A. de S. Ribeiro		SEMED	
Francisco M. da C. Pereira		ADAPEC	
Iona Lopes Luz		ADAPEC	
Katia Aparecida Silva		ADAPEC	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Adonis Clementino Filho		produtor rural	
Tatiana da Mota Ramalho		Otimus Eng. Associados	
José Heluzardis Fonseca Ambrósio		Otimus Eng. Associados	
Rafael [illegible] Caetano de Brito		Produtor rural	
[illegible]		RGO AGRO	
Pedro Fernando Bortes		Agricultor Franciscos	
LUIZ ANT. LUIZ VALENCIA		FAZ DIAMANTE	
Alexandre J. Valencia		FAZ. DIAMANTE	
[illegible] Sephora			
Evide Cesar Elias Martins dos Santos		FAZ SÃO JOSÉ	
CLAUDIO GIOVANI PACE		FAZ. UNIÃO	
Fernanda Gracielli Pace		Faz. UNIÃO	
Marcia Maria Lamarti		FRISIA	
Raquel Bezerra		SEMED	
Adriano Santana		SEMED	
Aliete Alburquerque Barros		TI - SEMED	
Vanderleya R. Sousa			
Nayara Pereira Silva		Semed	
Marilene Montelo Miranda Neves		Semed	
Priscilla Oliveira Marinho		Secretaria Saúde	

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ilmatha Pinheiro Cavalcante		Estudante	
Ivon de Paiva Medrado		produtor rural	
Dorivan Dias Leite		Produtor Rural	
Isabo Alves Coelho		Produtor rural	
Sebastião Neto Silva Vieira		Estudante	
Erik Fagundes Araújo		Estudante	
Guilherme Macedo Miranda		Estudante	
João Hortêncio Vasconcelos		PAZ BRFV	
Maria Gleide [illegible]		Agricultor	
Marina Dias de Oliveira		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		=	
Adriana Vieira Mota Jácome			
Maria de O. F. Ribeiro		agricultora	
Madalena Souza Ribeiro		=	
Vilmar Alves Ramos			
Nilza Maria Bandeira			
Maurício Souza Nunes			
Mary dos Santos França			

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES
CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

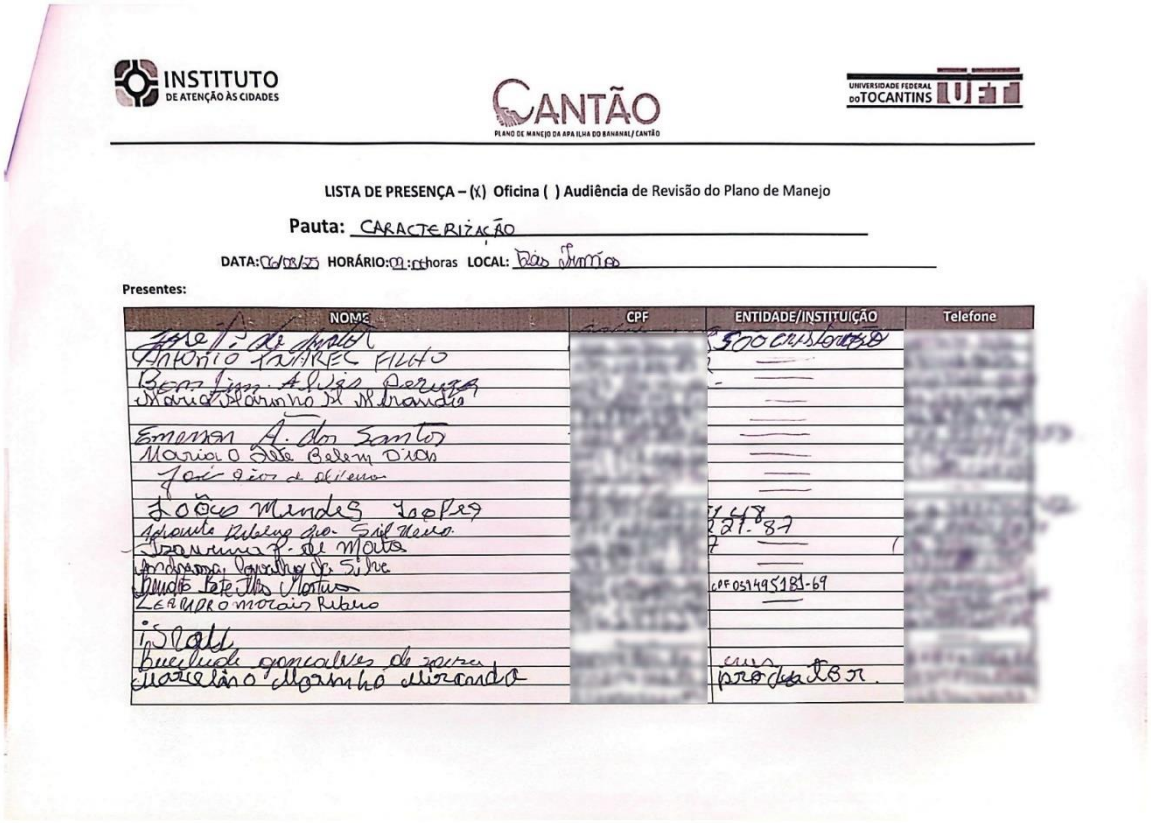
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Katiane Reis da Cunha		—	
Gabriel Silva Correia de Sousa		—	
Jaqueline Araújo Paulo		—	
Hugo Ribeiro de Sousa		Apoiador	
Hugo Felipe Carneiro Mesquita		Jovem Trabalhador	
Katiane Pereira da Silva		Cadastro Único	
Mauro Augusto Pereira Santos		Cadastro Único	
Suzeni Alves Morello		Beneficiária do Proa	
[illegible] Paiva		PRODUTOR	
Rosanita M. Paim		PRODUTOR	
[illegible] Rodrigo Ribeiro Walas			
Eduardo N. d. C. Vieira		Estudante	
Antonio Darley		Operador	
Mariana Hugo Araújo Alencar		Estudante	
Maria Sousa Freitas		EP. Rural	
José Maria Dias Coelho Neto		—	
João Paulino Miranda		—	
MANUEL VASCONCELOS DE MEDEIROS		Produtor	
Brenna Abreu Alves		Estudante	
Camilly Hitalla Alves Pereira		Estudante	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

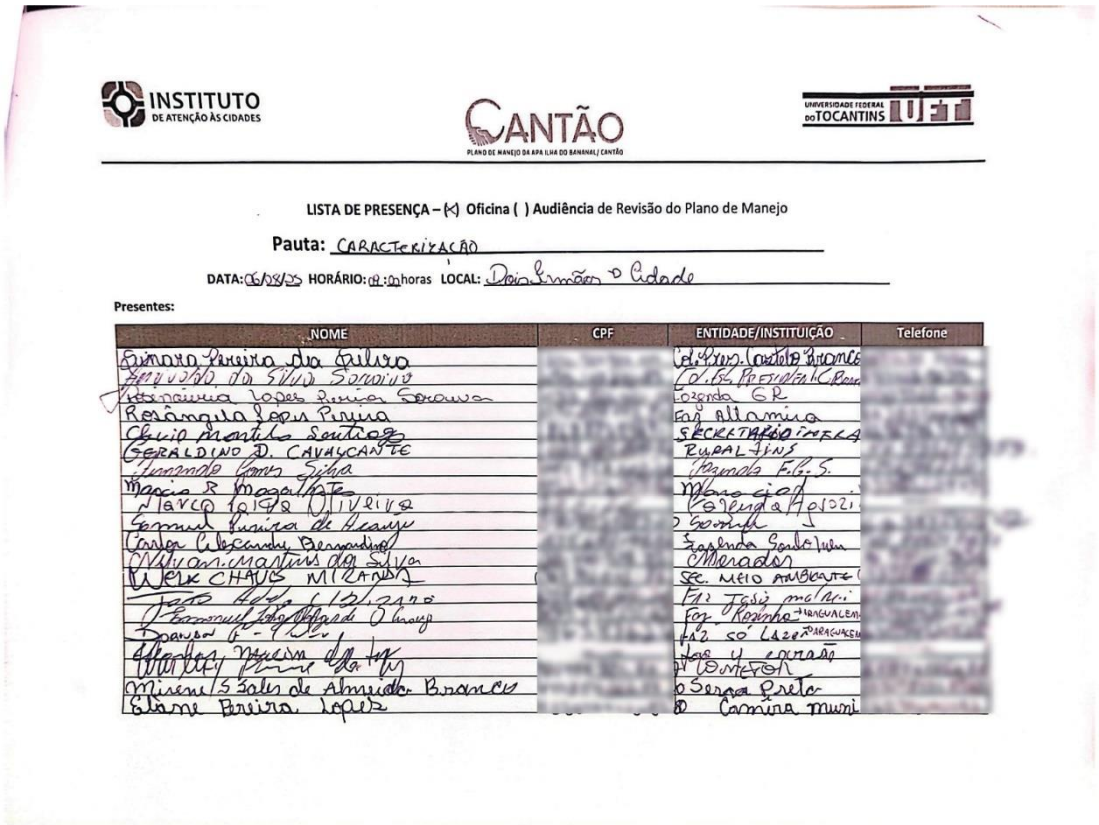
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Boas Uniões

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

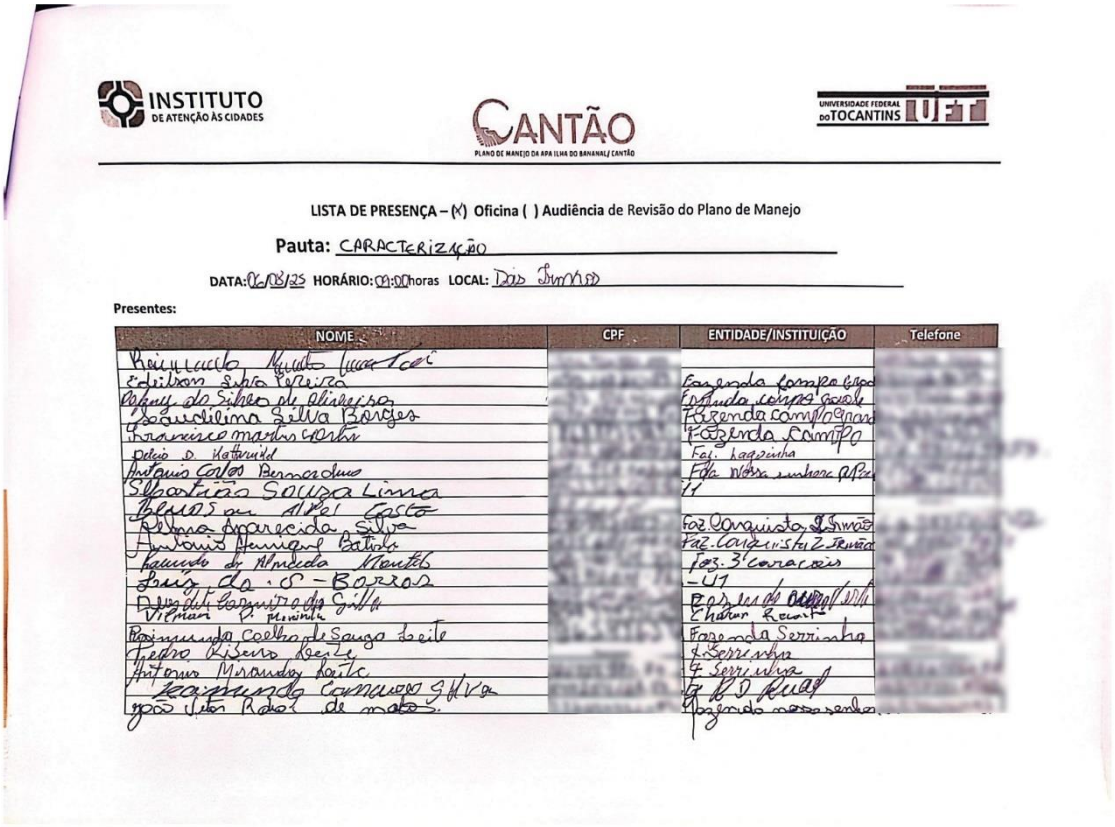
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Boas Uniões - Cidade

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

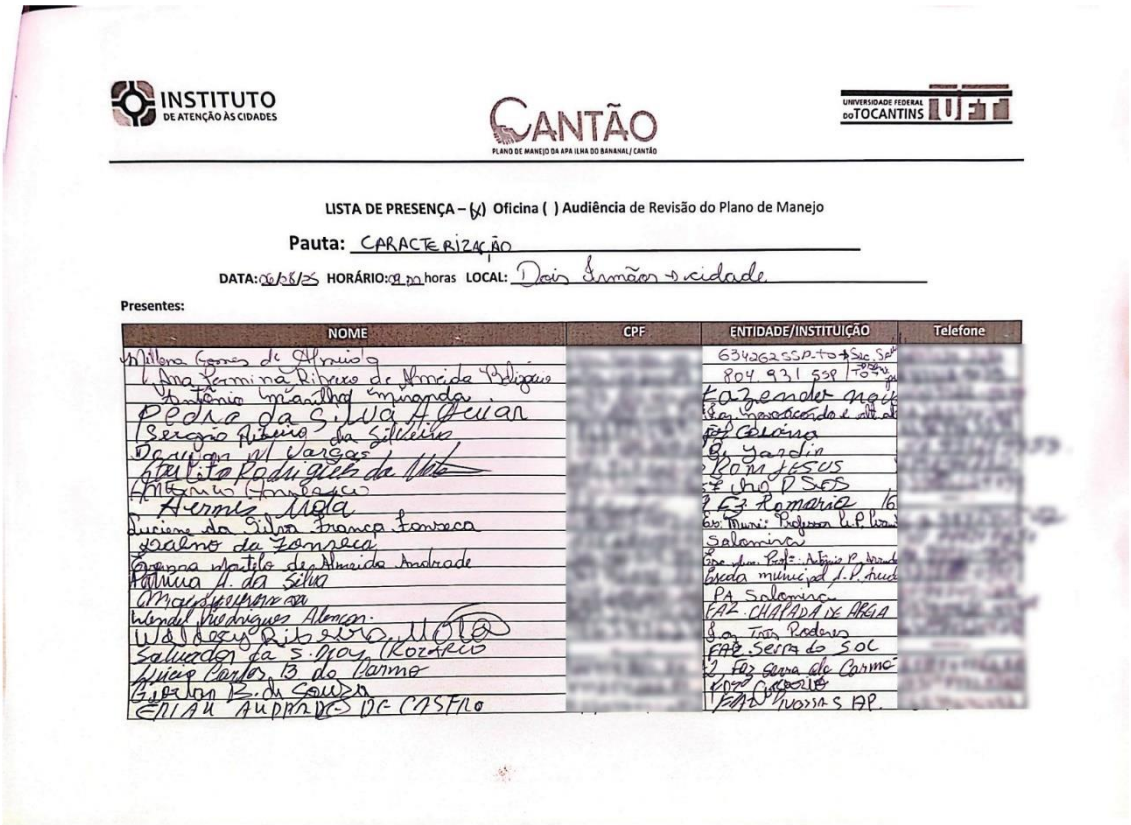
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/03/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Reinaldo Muniz Lucena			
Edilson Silva Pereira		Fazenda Campo Grande	
Johny do Sinho de Oliveira		Fazenda campo Grande	
Jocicleima Silva Borges		Fazenda Campo Grande	
Francisco Martins Costa		Fazenda Campo	
Pedro D Katarina		Faz. Lagoinha	
Antonio Carlos Bernardino		Fda Nova Aurora APA	
Sebastião Souza Lima		11	
Bento [illegible] Costa			
Adriana Aparecida Silva		Faz Canavieira Irmão	
Antonio Manuel Batista		Faz. Canavieira Irmão	
Raimundo de Almeida Mendes		Faz. 3 Corações	
Luiz do S - Borges		-U1	
[illegible]		Faz [illegible] APA	
Hernan Guzmito da Silva		Chacara Recanto	
Raimunda Coelho de Sousa Leite		Fazenda Serrinha	
Pedro Ribeiro Leite		Fazenda Serrinha	
Antonio Miranda Leite		Fazenda Serrinha	
Raimundo Cardoso Silva		Fazenda [illegible]	
João Vitor Rosa de Matos		Fazenda [illegible]	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

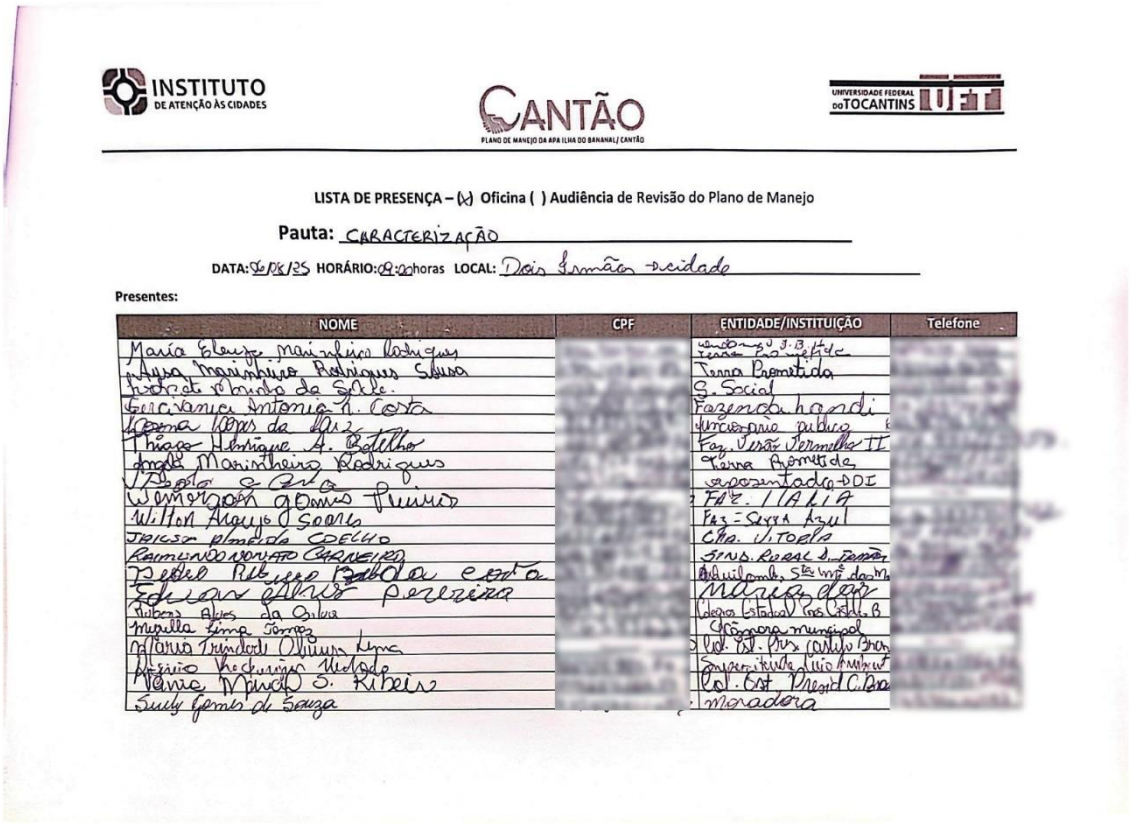
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/03/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: Dois Irmãos - cidade

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Milena Gomes de Almeida		63402550-TO Sec Saú	
Ana Jemima Ribeiro de Almeida Rodrigues		804 931 559 TO	
Antonio Martins Miranda		Fazendeiro	
Pedro da Silva Alencar		Fazendeiro produção	
Sergio Ribeiro da Silveira		Fazendeiro	
Davison [illegible] Vargas		Fazendeiro	
Estelita Rodrigues de Melo		Fazendeiro	
Antonio Gonçalves		Fazendeiro	
Hermes Mota		Fazendeiro	
Luciene da Silva Franca Fonseca		Fazendeiro	
Joaleno da Fonseca		Fazendeiro	
Fabiana Natalia de Almeida Andrade		Fazendeiro	
Patrícia A. da Silva		Fazendeiro	
Maria [illegible]		Fazendeiro	
Wendel Rodrigues Alencar		Fazendeiro	
Waldeci Rito Rios		Fazendeiro	
Salvador da S. Moraes Rosário		Fazendeiro	
Silvio Carlos B. do Carmo		Fazendeiro	
Gleiton B. da Souza		Fazendeiro	
ENILAU AUPRANDES DE CASTRO		Fazendeiro	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

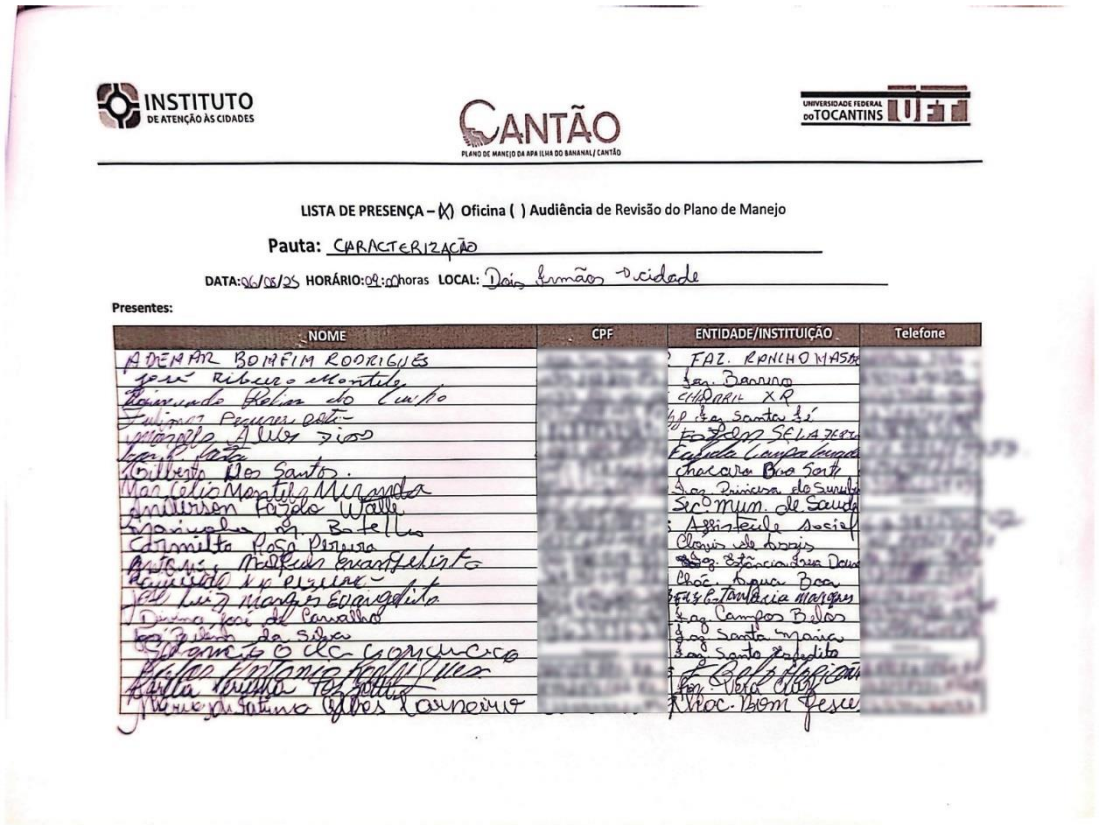
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 26/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos - cidade

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Maria Eleuza Marinho Rodrigues			
Ayra Marinheiro Rodrigues Silva		Terra Prometida	
Patrícia Pereira da Silva		S. Social	
Francisca Antonia A. Costa		Fazenda Nandi	
Joana Lopes da Luz		Vereador público	
Thaisa Henrique A. Botelho		Faz. Terra Vermelha II	
Angela Marinheiro Rodrigues		Terra Prometida	
Paulo e Silva		Representado DDI	
Wemerson Gomes Freires		FAZ. ITÁLIA	
Wilton Augusto Soares		Faz - Serra Azul	
Jorge Coelho		Cha. J. Todos	
Raimundo Monteiro Carneiro		SINDI. Rural S. Terezinha	
Pedro Ribeiro Batista e esta		Quilombola, Ste Mª da Mo	
Edson Alves Pereira		Maria das	
Nubia Alves da Silva		Líder Estadual Pnc Estad. B	
Mirella Lima Torres		Agente municipal	
Maria Trindade Oliveira Lima		Pol. Est. Pres (Carlito Bra	
Francisco Rodrigues Mendes		Sargento Exército Brasileiro	
Maria Maria S. Ribeiro		Pol. Est. Presid C. Bra	
Suely Gomes de Souza		Moradora	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

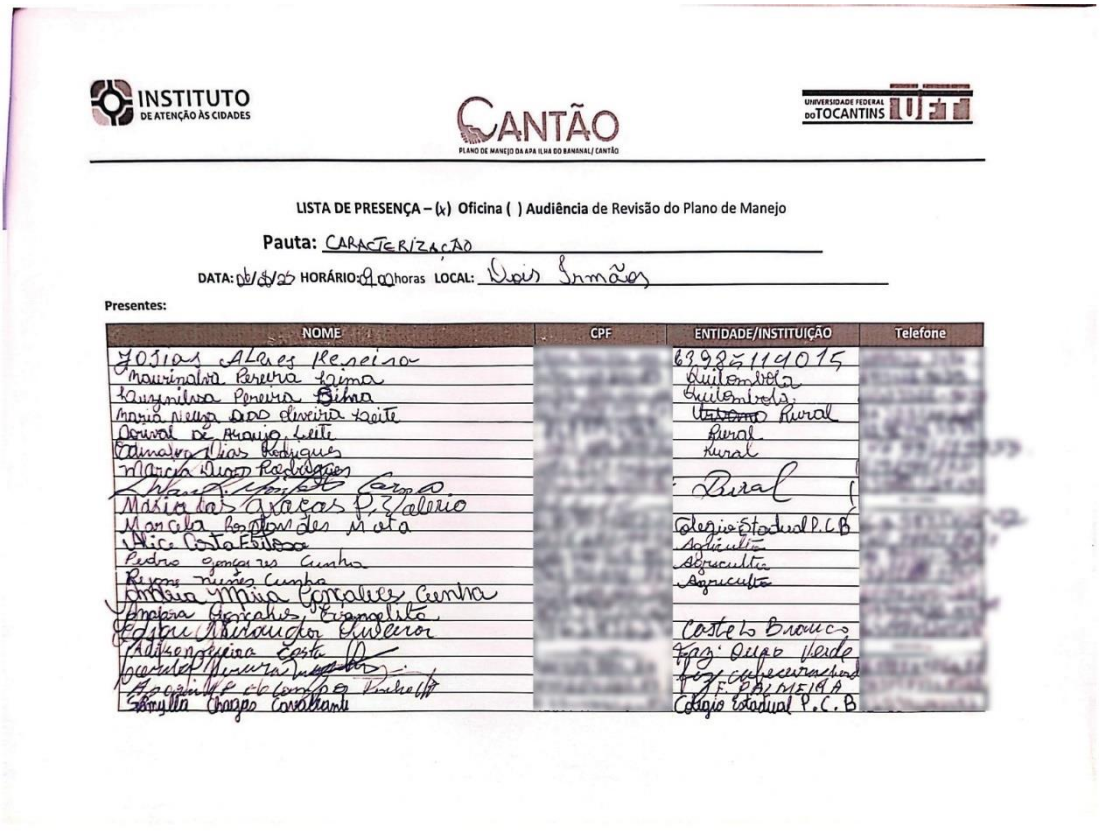
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 26/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos - cidade

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
ADEMAR BOMFIM RODRIGUES		FAZ. RANCHO MASSA	
José Ribeiro Montes		Faz. Barreiro	
Reinaldo Pelos do Carmo		CHÁCARA XR	
Fabiano Pereira Costa		Faz. Santos Sá	
Marcelo Alves Dias		Faz. SELVA VERDE	
Igor Costa		Fazenda Campo Largo	
Gilberto dos Santos		Chacara Boa Sorte	
Marcelo Montes Miranda		Faz. Princesa do Sul	
Anderson Pereira Valle		Sec. Mun. de Saúde	
Raimundo M. Botelho		Assistente Social	
Edmilta Rosa Pereira		Chacara de Lourdes	
Antonio Marques Evangelista		Fazenda Boa Esperança	
Emilio [illegible]		Chác. Lagoa Boa	
José Marques Evangelista		Faz. Fortaleza Margaça	
Dorvalino José do Carvalho		Faz. Campos Belos	
Raimundo da Silva		Faz. Santa Maria	
Francisco Alves Gonçalves		Faz. Santo Expedito	
Rosita Antonia Rodrigues		Faz. Boa Esperança	
Maria de Fátima Alves Carneiro		Assoc. Bom Pesce	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

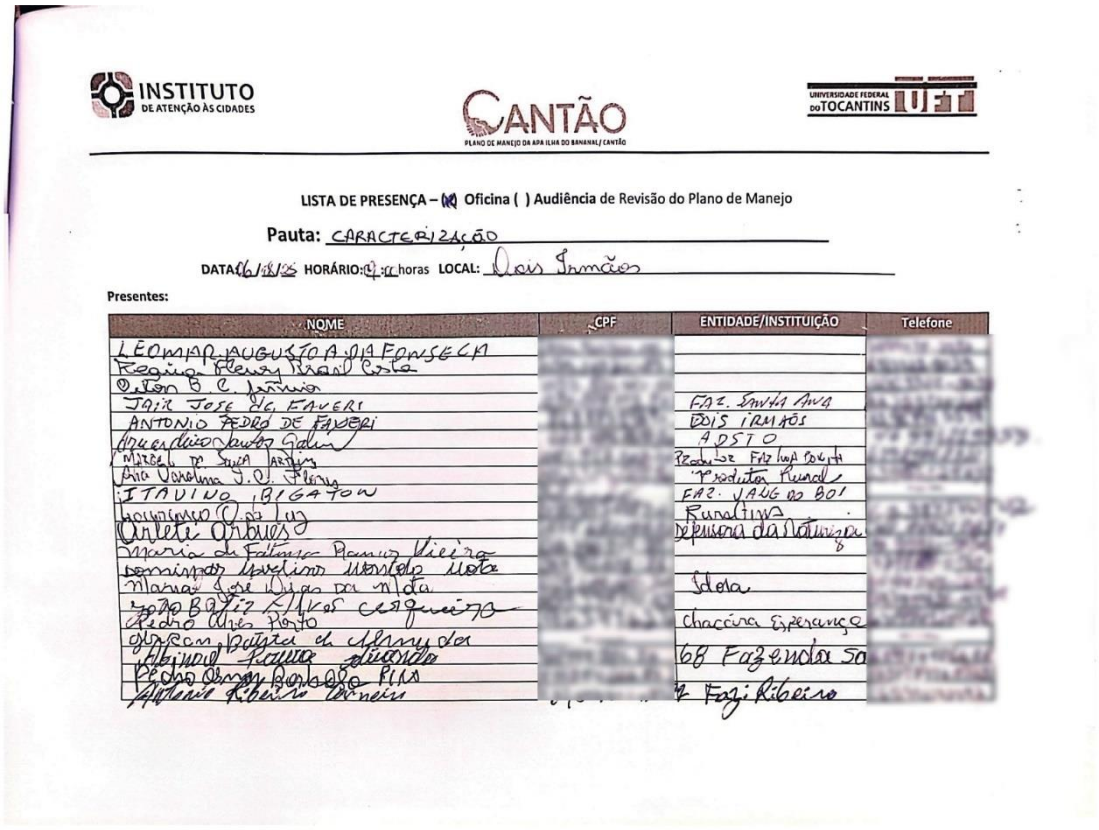
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/8/25 **HORÁRIO:** 9:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Josias Alves Pereira		63992114015	
Mauricelia Pereira Lima		Quilombola	
Luzinilva Pereira Lima		Quilombola	
Maria Nilva dos Oliveira Leite		Rural	
Osmar de Araújo Leite		Rural	
Osmarina Dias Rodrigues		Rural	
Marcia Dias Rodrigues		Rural	
[illegible] Carvalho		Rural	
Maria das Graças P. Valério			
Marcela Rodrigues de Mata		Colegio Estadual P.C.B	
Alice Costa Pereira		Agricultor	
Pedro Gonçalves Cunha		Agricultor	
Ryan Nunes Cunha		Agricultor	
Emilia Maia Gonçalves Cunha			
Amara Gonçalves Evangelista			
Edgar Alexandre Ribeiro		Castelo Branco	
Adriana Pereira Costa		Faz: Olho Verde	
[illegible]		Faz: [illegible]	
[illegible]		F. PALMEIRA	
Rayla Borges Carvalho		Colegio Estadual P.C.B	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

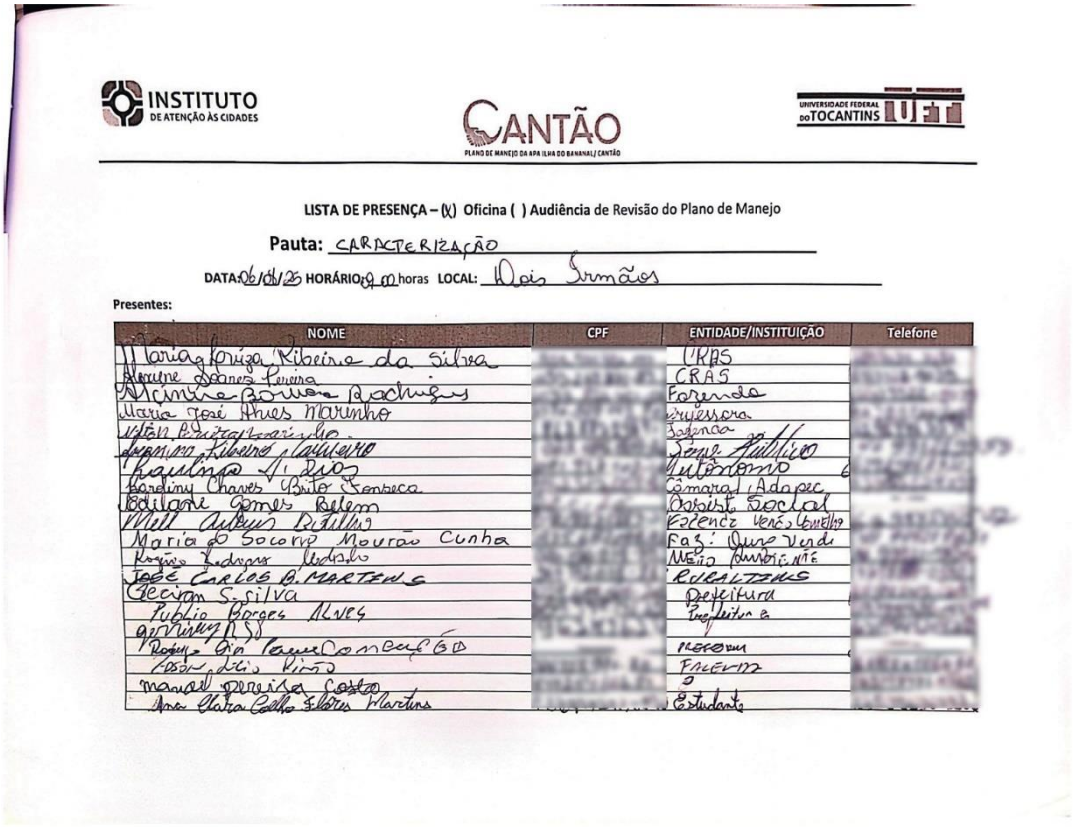
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 6/8/25 **HORÁRIO:** 9:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
LEOMAR AUGUSTO DA FONSECA			
Regina Flavia Brasil Costa			
Dilton B. C. Farias			
JAIR JOSE DE FAVERI		FAZ. SANTA ANA	
ANTONIO PEDRO DE FAVERI		DOIS IRMÃOS	
Aguerdino Santos Sales		ADSTO	
Maicon da Silva Martins		Produtor Faz Lagoa Comprida	
Ana Carolina J. C. Pereira		Produtor Rural	
ITAVINO BIGATON		FAZ. JANG DO BOI	
Raimundo [illegible] da Luz		Ruralina	
Carlete Arruda		Depósito das Natureza	
Maria de Fátima Pereira Vieira			
Dominga Avelino Mendes Mota		Sdora	
Maria José Dias da Mata			
João Batista Alves Cerqueira		Chacara Esperança	
Pedro Alves Porto			
Gracon Bezerra de Oliveira		68 Fazendas	
Abigail Ferreira Miranda			
Pedro Henrique Barbosa Reis			
Adriano Ribeiro Barreiro		Faz: Ribeiro	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

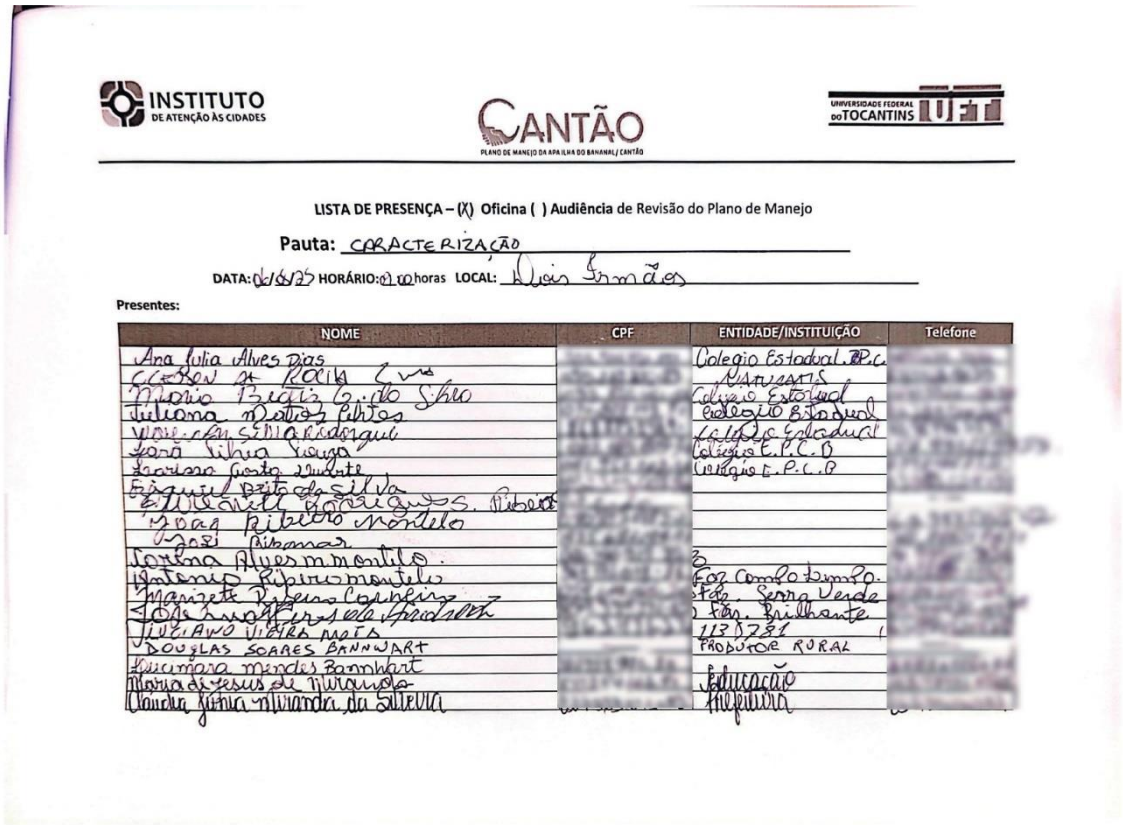
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/06/25 **HORÁRIO:** 9 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Maria Luiza Ribeiro da Silva		UKAS	
Marcine Soares Pereira		CRAS	
Vicentina Bonfim Rodrigues		Fazenda	
Maria José Alves Marinho		Professora	
[illegible]		Roça	
[illegible]		Serv. Público	
[illegible]		Autônomo	
[illegible]		Câmara / Adapec	
Rosilany Chaves Brito Fonseca		Assist. Social	
Edilaine Gomes Belem		Escola Vereador Cometa	
Mell Aubyes Ribeiro		Faz: Quiz Verde	
Maria do Socorro Moura Cunha		Meio Ambiente	
[illegible]		RURALTINS	
JOSÉ CARLOS B. MARTENS		Prefeitura	
Geovan S. Silva		Prefeitura	
Publio Borges Alves			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
Manoel Pereira Costa		Estudante	
Ana Clara Calho Soares Martins			



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

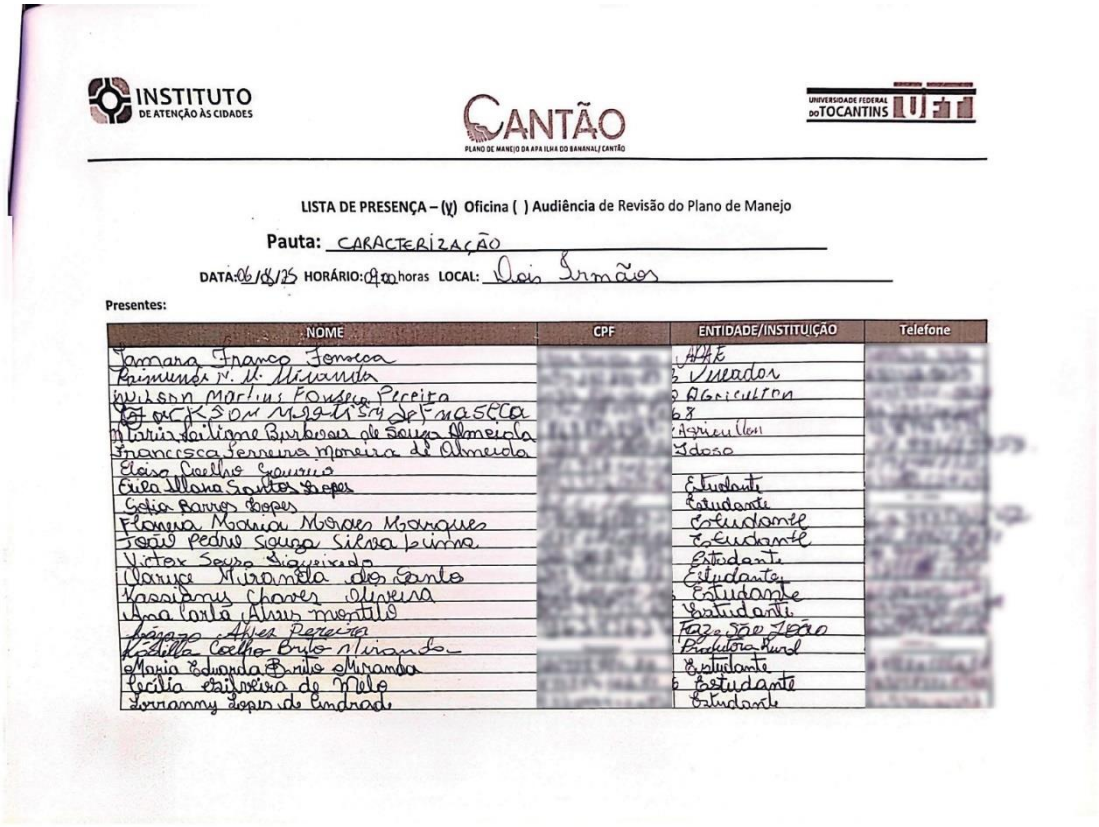
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/06/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ana Julia Alves Dias		Colegio Estadual P.C.	
[illegible]		[illegible]	
Maria Brasil Cunha Silva		Colegio Estadual	
Juliana Pereira Freitas		Colegio Estadual	
[illegible]		Colegio Estadual	
Sara Silva Souza		Colegio E.P.C.D	
Larissa Costa Student		Colegio E.P.C.D	
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

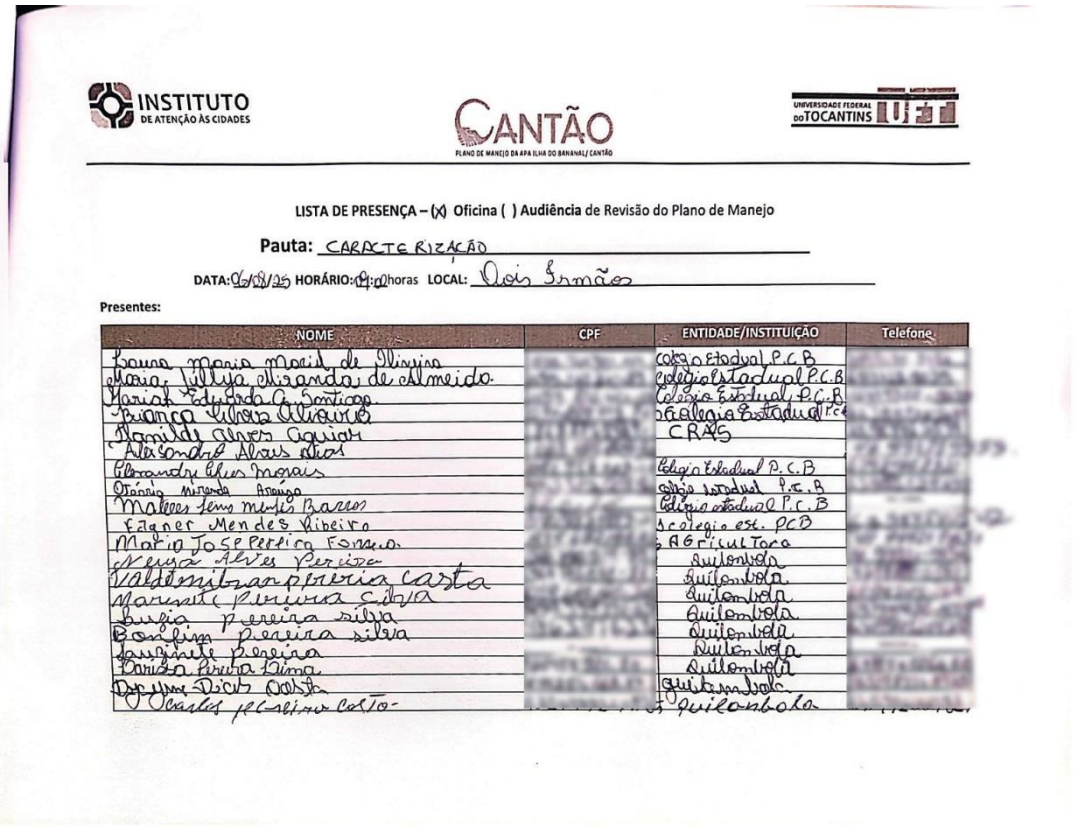
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 9:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Tamara Franco Fonseca		AMAE	
Raimunda N. M. Miranda		Vereador	
WILSON MARTINS FONSECA PEREIRA		AGRICULTOR	
JACKSON MARTINS DE FONSECA		Agricultor	
Maria Aziliane Barbosa de Souza Almeida		Agricultora	
Francisca Ferreira Moreira de Almeida		Idosa	
Elosa Coelho Soares			
Eula Illana Santos Lopes		Estudante	
Gelia Barros Lopes		Estudante	
Flavia Maria Moraes Marques		Estudante	
Joel Pedro Souza Silva Lima		Estudante	
Victor Sousa Siqueira do		Estudante	
Janice Miranda dos Santos		Estudante	
Kassianys Chaves Oliveira		Estudante	
Ana Carla Alves Montalo		Estudante	
Thayssa Alves Pereira		Faz. São João	
Estella Coelho Brito Miranda		Produtora Rural	
Maria Eduarda Brito Miranda		Estudante	
Cecília Caixeira de Melo		Estudante	
Lorranny Lopes de Andrade		Estudante	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

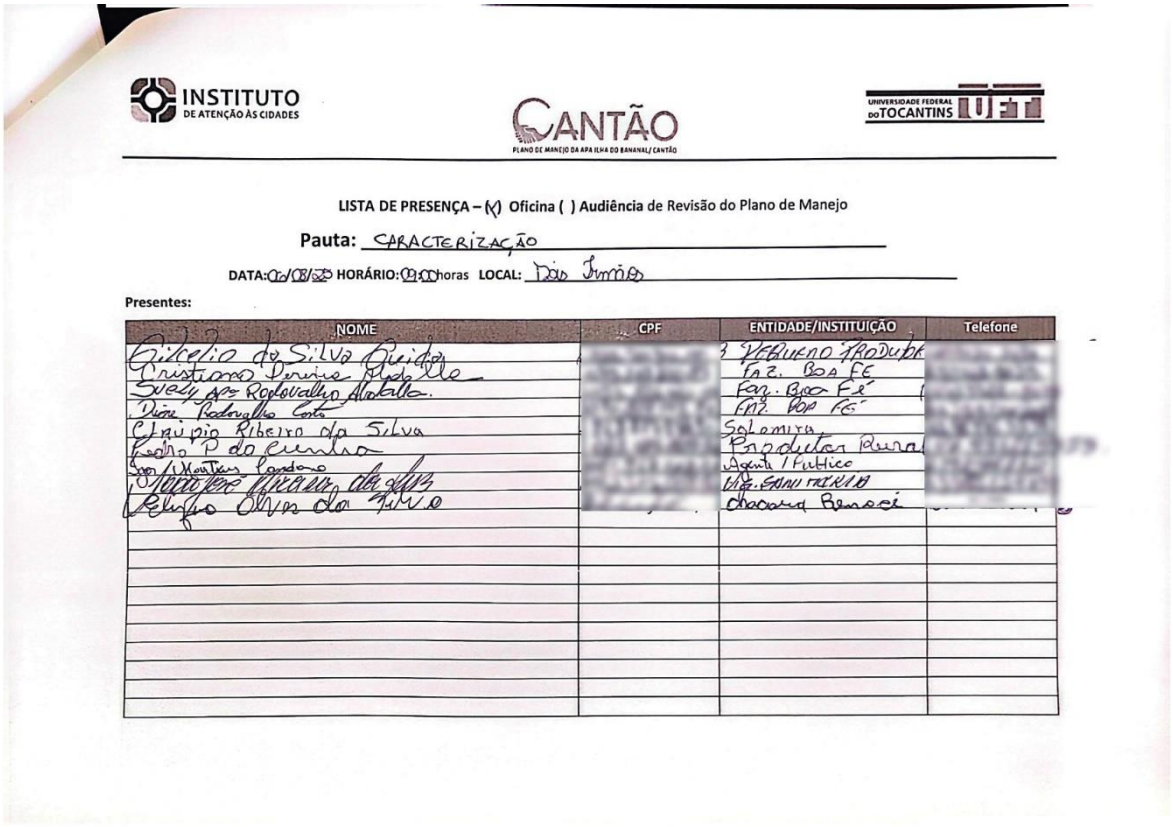
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Joana Maria Moreira de Oliveira		Colégio Estadual P.C.B	
Maria Lilya Miranda de Almeida		Colégio Estadual P.C.B	
Mariah Eduarda C. Santiago		Colégio Estadual P.C.B	
Bianca Lopes Oliveira		Colégio Estadual P.C.B	
Danilo Alves Aguiar		CRAS	
Alessandra Alves Dias			
Alexandre Alves Morais		Colégio Estadual P.C.B	
Otaniel Miranda Araujo		Colégio Estadual P.C.B	
Maiker Fernando Barros		Colégio Estadual P.C.B	
Ezgner Mendes Ribeiro		Colégio est. PCB	
Mario José Pereira Fonseca		AGRICULTOR	
Jessica Alves Pereira		Quilombola	
Valdemiro Pereira Costa		Quilombola	
Marisete Pereira Costa		Quilombola	
Lucia Pereira Silva		Quilombola	
Benedita Pereira Silva		Quilombola	
Josinete Pereira		Quilombola	
Damiana Pereira Lima		Quilombola	
Josiane Dias Costa		Quilombola	
Cleiton Pereira Costa		Quilombola	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

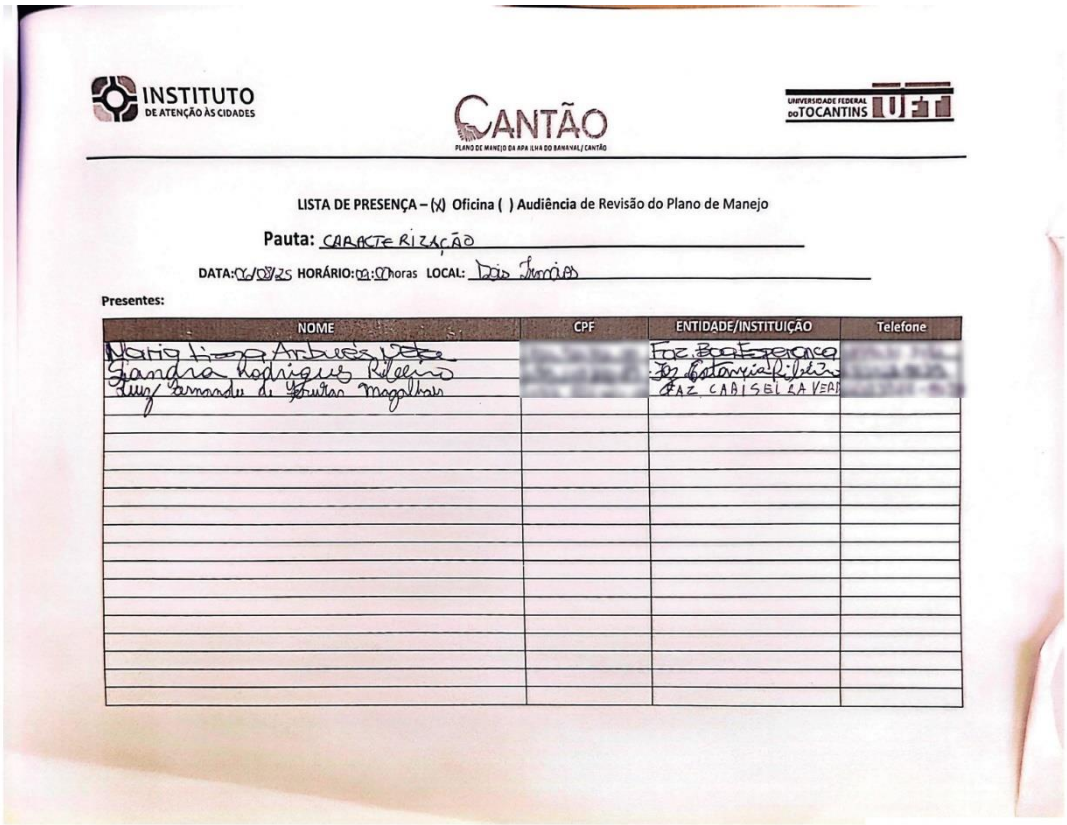
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 06/08/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Cirlelio da Silva Freitas	[illegible]	PRODUTOR PRODUTOR	[illegible]
Cristiano Denise Rabelo		FAZ. BOA FÉ	
Suely dos Rodovalho Abadia		Faz. Boa Fé	
Diva Rodovalho Costa		FAZ. BOA FÉ	
Cláudio Ribeiro da Silva		Solomira	
Pedro P. do Prado		Produtor Rural	
Jose Moreira Landino		Agente Público	
Maria Aparecida de Jesus		FAZ. SANTO ANTÔNIO	
Edilson Alves da Silva		Chacara Bonsai	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

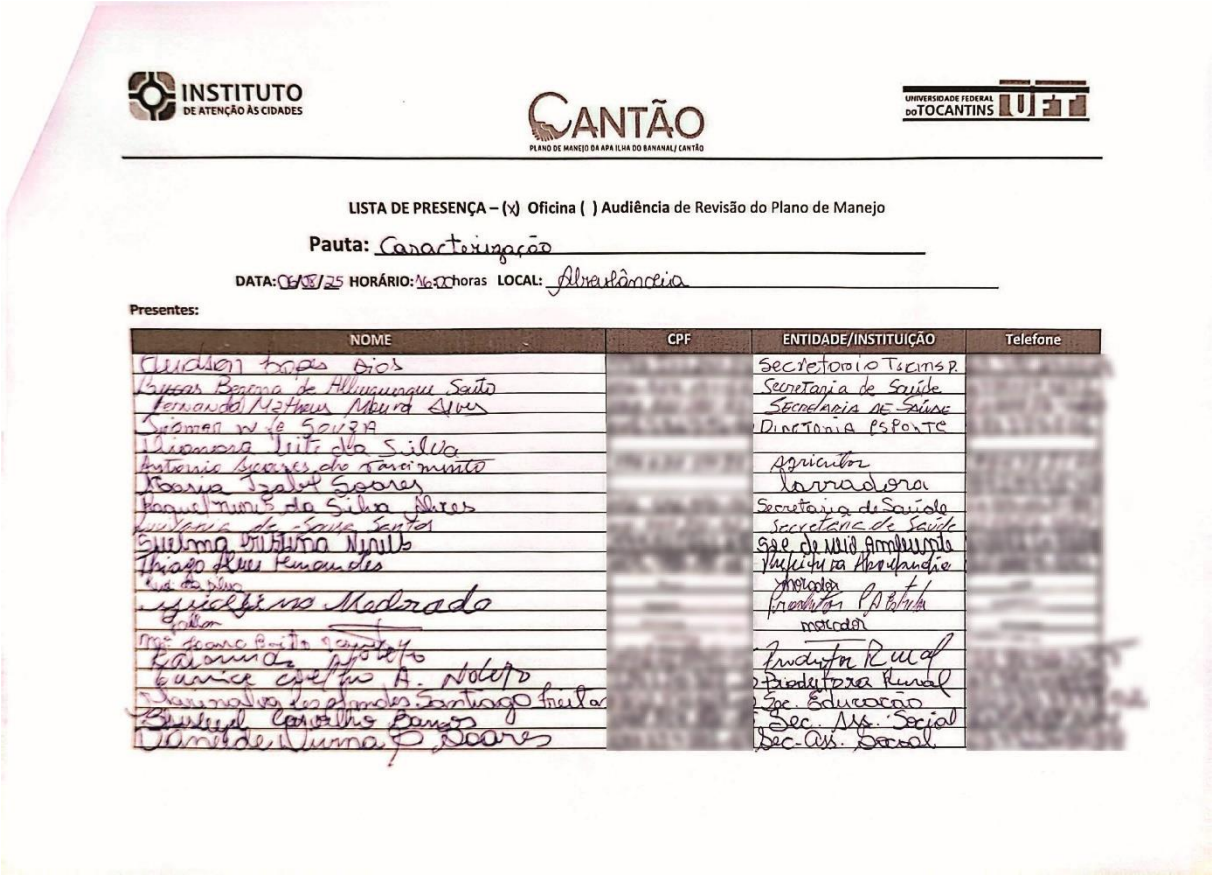
DATA: 06/08/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: Dois Irmãos

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Mariangela Andrade Lobo	[illegible]	Faz Esperança	[illegible]
Sandra Rodrigues Ribeiro		Fazenda Liberdade	
Luiz Fernando de Freitas Magalhães		FAZ CABISBELA VEADO	

4.7. Abreulândia

No dia 06.08.2025 foi realizada a oficina na cidade de Abreulândia (84 pessoas assinaram a lista de presença).



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

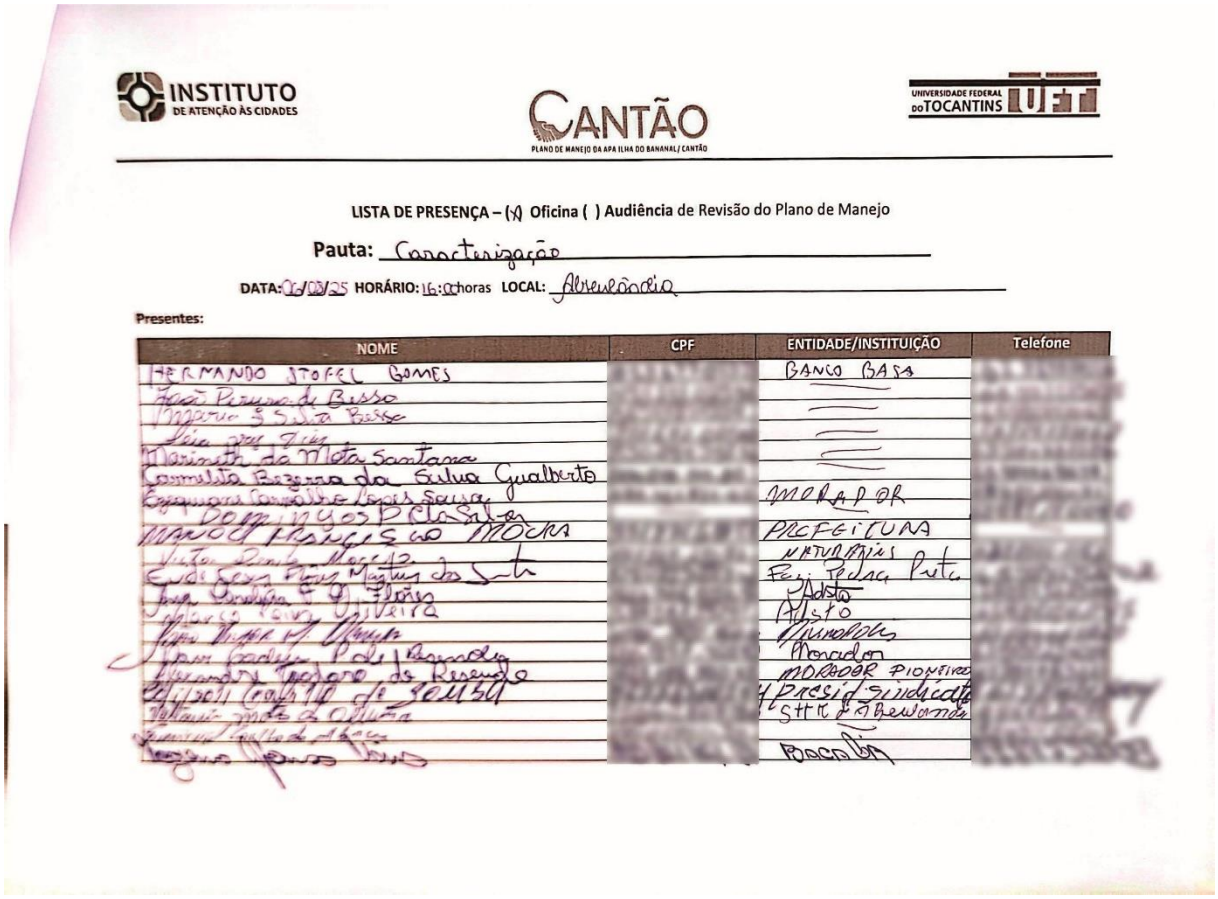
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 06/08/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Abreulândia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Claudia Lopes Dias		Secretaria Tocantins	
Lucas Barbosa de Albuquerque Santos		Secretaria de Saúde	
Fernando Matheus Moura Alves		Secretaria de Saúde	
Jaisman W de Souza		Diretoria Esporte	
Vanessa Leite da Silva			
Antonia Soares do Nascimento		Agricultora	
Maria Izabel Soares		Lavradora	
Raquel Nunes da Silva Flores		Secretaria de Saúde	
Luciana de Sousa Santos		Secretaria de Saúde	
Silvana Ribeiro Nunes		ESF de Vila Ambiental	
Thiago Alves Fernandes		Auxiliar de Farmácia	
Ivanilde Silva Madrada		Motorista Prefeitura PA Bahia	
Maria Soares Santos		Motorista	
Raimunda Pereira		Produtora Rural	
Eunice Coelho A. Nolêto		Produtora Rural	
Raimunda Rodrigues Santiago Freitas		Sec. Educação	
Isabel Carvalho Barros		Sec. Ass. Social	
Domingos Nunes Soares		Sec. Ass. Social	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

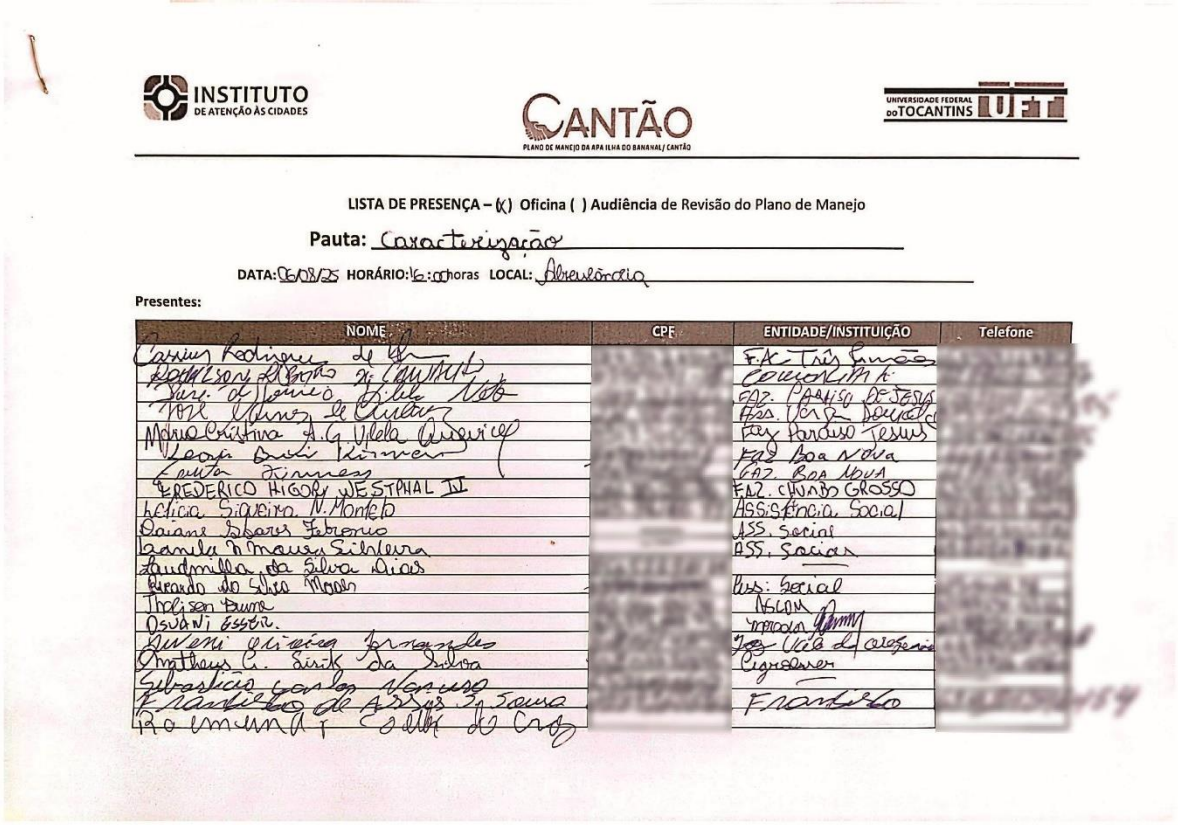
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 26/03/25 **HORÁRIO:** 16:00 horas **LOCAL:** Abreulândia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
HERMANDO JTOFEL GOMES		BANCO BASA	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

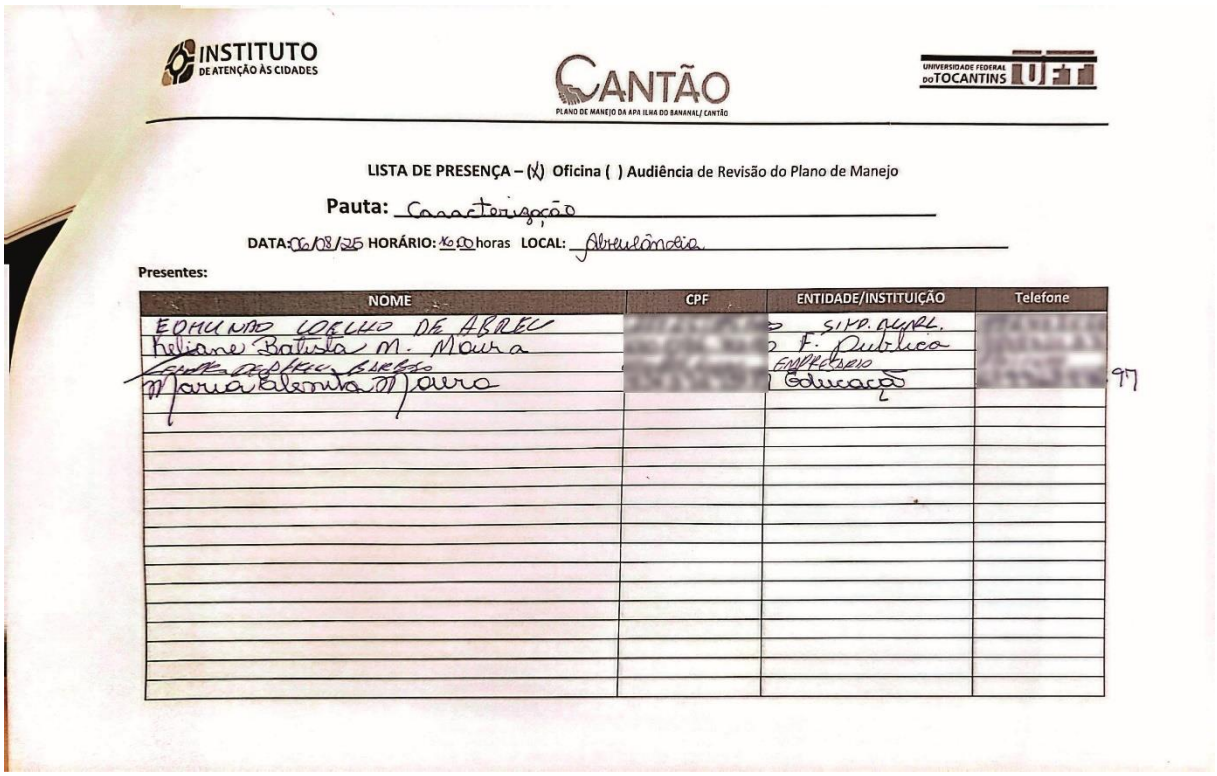
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 06/08/25 HORÁRIO: 16:00 horas LOCAL: Abreulândia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Carlos Rodrigues de Sá		F.A. Três Irmãos	
Jurandir Lima Nobre		Colônia Z-1	
Maria Cristina A. G. Vilela Queiroz		FAZ. Paraíso de Jesus	
Leoja Dutra Linneu		Ass. Terra Prometida	
Louita Linneu		Fazenda Paraíso Jesus	
FREDERICO HIGOR WESTPHAL II		FAZ Boa Nova	
Heloica Siqueira N. Monteiro		FAZ. Boa Nova	
Daiane Soares Fabronio		FAZ. Chapadão Grosso	
Camila Maria Silveira		Ass. Sindical	
Claudinilla da Silva Dias		Ass. Social	
Ricardo da Silva Moura			
Thalison Bueno		Ass. Social	
Osvani Esser		Agrop	
Juceni Oliveira Fernandes		Produtora	
Matheus C. Sirtoli da Silva		Vice Presidente	
Sebastião Carlos Vieira		Agricultor	
Francisco de Assis Sousa		Francisco	
Ivo Emerenciano Coelho do Carmo			



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 06/08/25 HORÁRIO: 10:00 horas LOCAL: Abreulândia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
EDMUNDO LOCUCO DE ABREU		SIND. RURAL	
Heliane Batista M. Moura		F. Pública	
[illegible]		Empresário	
Maria Helenita Moura		Educação	

4.8. Chapada de Areia

No dia 11.08.2025, às 9h, a oficina foi realizada no Centro de Eventos Osvaldo Martins, em Chapada de Areia (148 pessoas assinaram a lista de presença).

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ana Clara Araújo Barros Lima		Estudante	
Anny Gabrielly P. F. Rodrigues		Estudante	
Cristiane da Silva Navarro		Estudante	
Marcos Vinicius Campos Dias		Estudante	
Valderlan da Silva Andrade		estudante	
Raul Rodrigues Almeida		estudante	
Vanderlucia Moura da Silveira		Empresária Autônoma	
[illegible] de Oliveira dos Santos		estudante	
Victor Moniz Oliveira		estudante	
Thauan Abadia [illegible]		[illegible]	
Emanuel Rodrigues Moraes		estudante	
Wemerson Menezes Dias		estudante	
Lucas Eduardo		estudante	
Maria Luiza Navarro		estudante	
Heleno Gabriel Silva Lima		estudante	
Joyce Gabrielly Almeida Dias		estudante	
Adriana Almeida Brito		Estudante	
Isabella Gomes Dias		Estudante	
Rafael Ismael Dias Lucas		Gestão de Educação	
Thiago Barbosa Menezes		Estudante	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 9:00 horas **LOCAL:** Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Wesley Pereira de Souza		Prestador de Serviço	
Joi Moura de Souza		Prestador de Serviço	
Edmares Gomes de Souza Coelho		Empresário	
[illegible]		[illegible]	
Marcia S. de Oliveira		Agricultura	
Daniella Marinho Silva		Prefeitura	
Elizângela Barbosa Pereira		Prefeitura	
Vanessa Lopes de Souza		Prefeitura	
Reidson Pereira		Prefeitura	
Maria Silva S. Prado		Prefeitura	
Suzanne Costa Silva		Prefeitura	
[illegible]		[illegible]	
Priscila Freitas		[illegible]	
Ana Cristina Ribeiro de Souza		Produtor	
Natielly Soares de Sousa		Fa. Artesanal	
[illegible]		Prefeitura	
Daniela [illegible] Ferreira		[illegible]	
Cristian Silva de Almeida		[illegible]	
Shely [illegible] Silva		Gestora de Empresa	
Adailton [illegible] da Silva		[illegible]	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 09 horas **LOCAL:** Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Erion Gabriel Alves Lourenço		Estudante	
Jonathan Eduardo Muller		Divinópolis do Tocantins	
[illegible]		[illegible]	
Emanuelly Pereira Teixeira		Estudante	
Bruna Raquel Santos Dias		Estudante	
Ana Alice Moraes Dias		Estudante	
Kauilly Barroso Tavares Sousa		Estudante	
Brigida Ly Soares Moreira		Estudante	
Profa. Cristiana Alves da Silva		Estudante	
Lima Luiza Rocha Santos		Estudante	
Sophia Barbosa Rodrigues Santos		Estudante	
Yara Paula L. dos Santos		Estudante	
Gallen Vitoria Souza Batista		Estudante	
Eduarda Vitoria Marinho Salgado		Estudante	
João Lucas Vieira Silva		Estudante	
Maximiliano Pereira Dias		Estudante	
Ana Jessica Fernandes		Tec. em Agrimensura	
Renata dos Reis Barros		Agrimensora	
Jessica Rodrigues Barbosa		Consultor ambiental	
Pedro Macedo Barbosa			

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 09 horas **LOCAL:** Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ivan Henrique Guerra Soares		Secretaria de Turismo	
Eunidy D. Reis Dalla		Morador	
Leonardo Alves Barros		Estudante	
Raianne Mendes de Medeiros		Professora	
Diomilton Coelho de Sousa		Professora	
Gilberto João da Silva Neto		Vereador	
Ana Maria C. Silva		Pedagoga - Saúde	
Rosa M. Guimarães		Mentalidade - UBS	
Sara Paulino Silva		Fisioterapeuta	
Mistel Moraes de Oliveira		Eng. Catarina	
Isaac Pinho		Morador	
Tuany P. de Sousa		Chácara Encantada	
Celso P. Rodrigues		Loja ALVORADA	
Ignez Gomes Sousa		TURISMO	
Nadia Batista de Freitas		TURISMO	
Bruno Marinho de Souza		CHAPADA DE AREIA	
Alison Ramos de Oliveira		Chapada de Areia	
Valdi Dias da Silva		Vereador	
Suzana Correia Siqueira		Empreendedora	
Raelma Santos Oliveira		Chapada de Areia	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 09 horas **LOCAL:** Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Edilson Malhomem de Sousa		Sindicato Rural/Areia	
Silvano Alves dos Santos		Produtor Rural	
Pedro Gomes Aires			
Gabriely N. de Sousa Lima		MPTO	
Rosilete Lucas da Silva Escalheira		MPTO	
Katia Santana do Silva		Assistência Social	
Daiane Alves Teixeira		Assistência Social	
Jemima Fatima de Almeida		CRAS	
Ana Paula Alfredo		ASSIS. Social	
Alexia de Vasconcelos Costa		Faz. Santa Rita	
Marcia [illegible]		Horário Florida	
Maria Vitoria Neto Rolando		Cras	
Maria Clara Neto Rolando		Cras	
Rauira Lucimeide Soares		Assistência Social	
Eliane Barbosa dos Santos		Cras	
Gianna Beatriz Calixto Farias		estudante	
FERNANDO VARGAS MELLO		APOSTOLO	
João Victor Sa Vaz		Paraíso-To	
Hugo da Mata Coelho		Roberto Marques	
Victor Hugo Gomes		ze Bento	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

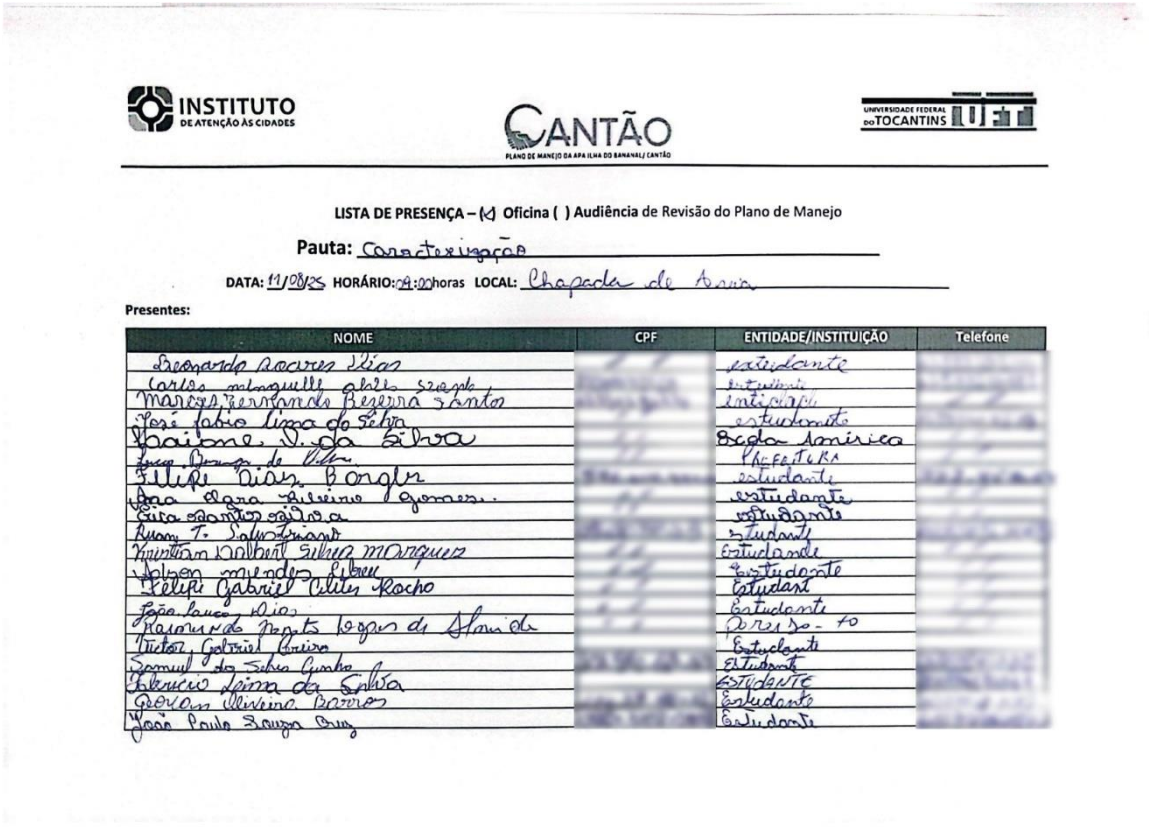
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 09 horas **LOCAL:** Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Luisa Barros Pedrosa		Zé Bento Empreendimentos	
Anne Vitoria Barbosa Vieira		Colegio Idalina	
Geolane pereira carvalho			
Josefa Andrade Monteiro			
Ozilaine Benfica Vieira Gonçalves			
Marilene Mendes de Oliveira Ferreira		Assistencia Social	
Adelio de Sousa da Mata		Produtor rural	
[illegible]		[illegible]	
Lucia Batista Gonçalves Silveira		Professora	
Vanessa Gomes da Silva			
Kilvany Mendes Lopes		Colegio Idalina	
Julieta Carneiro Alves		Colegio Idalina	
Raimunda de Sousa Costa		Colegio Idalina	
Eunice Diangio dos Santos		Colegio Idalina	
Maria Dizangela G. Blanco		Produtor rural	
PEDRO SILVA DE OLIVEIRA		Zé Bento Empreendimentos	
Elizangela da S. Cunha		Comercio Silva Cavalcante	
Marcus V. Barros Pereira		Colegio Idalina	
Kamilly L. Soares		Colegio Est. Idalina	
Maria Paulla Loureno mendes		Colegio Est. Idalina	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

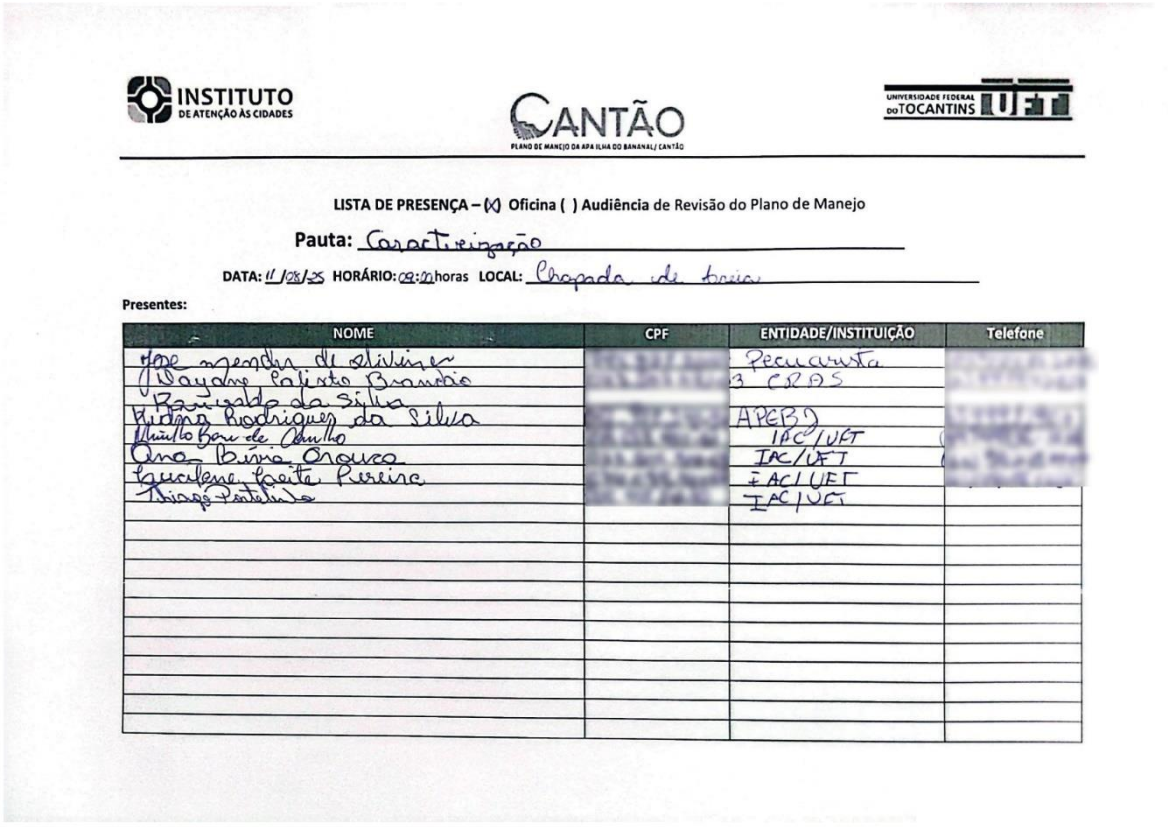
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Leonardo Soares Dias		estudante	
Carlos Marquelle Alves Araújo		estudante	
Marcos Fernando Bezerra Santos		Anticarpa	
José Fabio Lima da Silva		estudante	
Jaime. D. da Silva		Escola Municipal	
Jucy Barros de Oliveira		PREFEITURA	
Felipe Dias Bonfim		estudante	
Ana Clara Ribeiro Gomes		estudante	
Luiz Carlos Oliveira		estudante	
Ryan T. Salvi Araujo		Estudante	
Kauan Dalbert Silva Marques		Estudante	
Nelson Mendes Ribeiro		Estudante	
Felipe Gabriel Alves Rocha		Estudant	
João Lucas Dias		Estudante	
Raimundo Nonato Lopes da Silva		Professor	
Victor Gabriel Moura		Estudante	
Samuel da Silva Cunha		Estudante	
Ezequiel Lima da Silva		ESTUDANTE	
Geovan Oliveira Barros		Estudante	
João Paulo Souza Cruz		Estudante	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

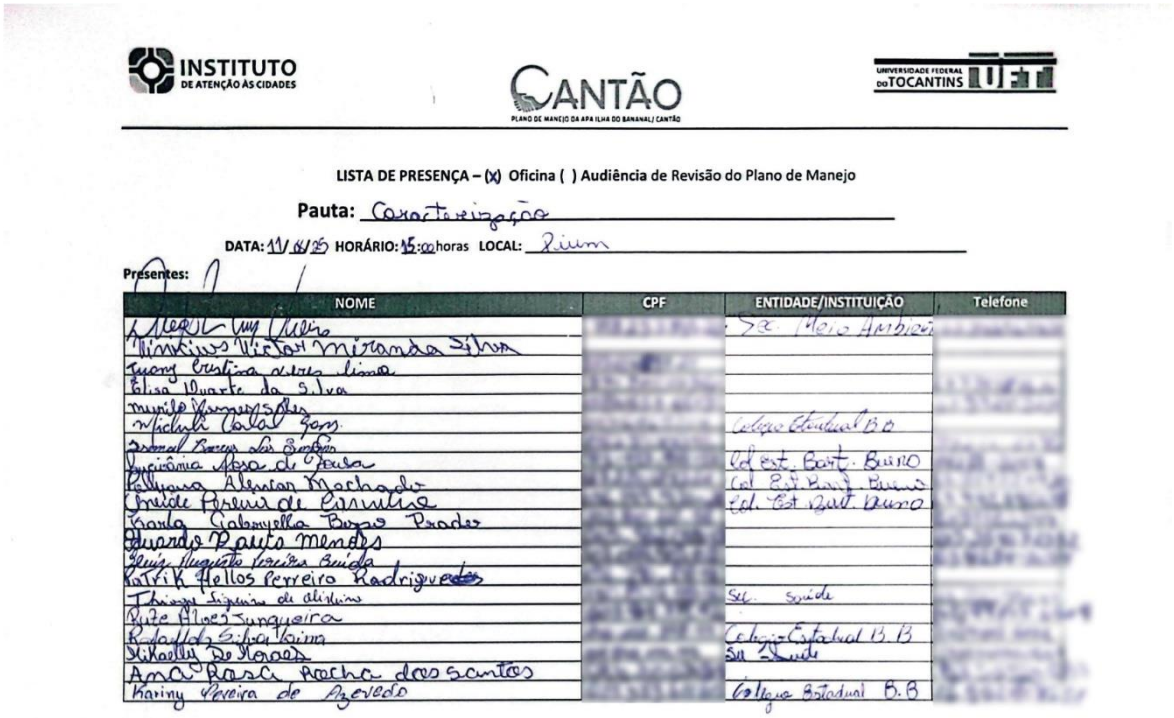
DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** Chapada de Areia

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
José Mendes de Oliveira		Pescadora	
Dayane Batista Brandão		3 CRAS	
Raimunda da Silva			
Vitória Rodrigues da Silva		APEBJ	
Murilo Boni de Andrade		IAC/UFT	
Ana Bima Orquea		IAC/UFT	
Lucilene Coelho Pereira		IAC/UFT	
Thiago Fontenele		IAC/UFT	

4.9. Pium

No dia 11.08.2025, às 15h, no Auditório da Prefeitura de Pium, aconteceu a oficina de caracterização. Na ocasião, 169 pessoas assinaram a lista de presença.



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 HORÁRIO: 15:00 horas LOCAL: Pium

Presentes: 1 /

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]			
Tiantiwa Victor Miranda Silva			
Yuony Cristina Alves Lima			
Talisa Duarte da Silva			
[illegible]			
Michelli Costa Gomes		Colégio Estadual B.B	
[illegible]			
Luciânia Maria de Sousa		Col est. Bart. Bueno	
Pollyana Alencar Machado		Col Est Bart. Bueno	
Emilde Pereira de Carvalho		Col. Est Bart. Bueno	
Gracia Gabrielle Bezerra Prado			
Eduardo Pauto Mendes			
Luiz Augusto Ferreira Brito			
Katrik Mellos Ferreira Rodrigues			
Thaiany Siqueira de Oliveira		Sec. Saúde	
Rute Alves Junqueira			
Rafaella Silva Vieira		Colégio Estadual B.B	
Mikaelly Dos Reis		Sec Saúde	
Ana Rosa Rocha dos Santos			
Karine Pereira de Azevedo		Colégio Estadual B.B	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
MAX LUAN JOSE SOUZA		SINDICATO RURAL	
ROBERSON TOMAZ DE MENDONÇA		PRODUTOR	
LUIZ FELIPE GOMES CRUZ			
GABRIELA SILVA ARAUJO			
Sávio Renan Barros Assunção			
Luiz Antonio da S. Blaszczyk		Sítio Mãe Bonita	
Edimi Inácio S. Blaszczyk		Produtor Rural	
Vivian M. Blaszczyk		Produtor	
RICARDO BRAGA da SILVA		VEREADOR PECUARISTA	
Gustavo Araújo da Silva			
Davi Barroso de Sousa Paiva		—	
Ana Júlia Silva Costa			
Sara Vitoria Vieira Aguiar		—	
Erica Ribeiro da Silva		—	
maria jose ferreira dos santos			
Regina Bezerra			
Melissa Nicodemo Salioni			
Dimitro Bursol			
José Maria Oliveira Sousa			
Valmor Miotto		Faz. Sto. Antonio	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

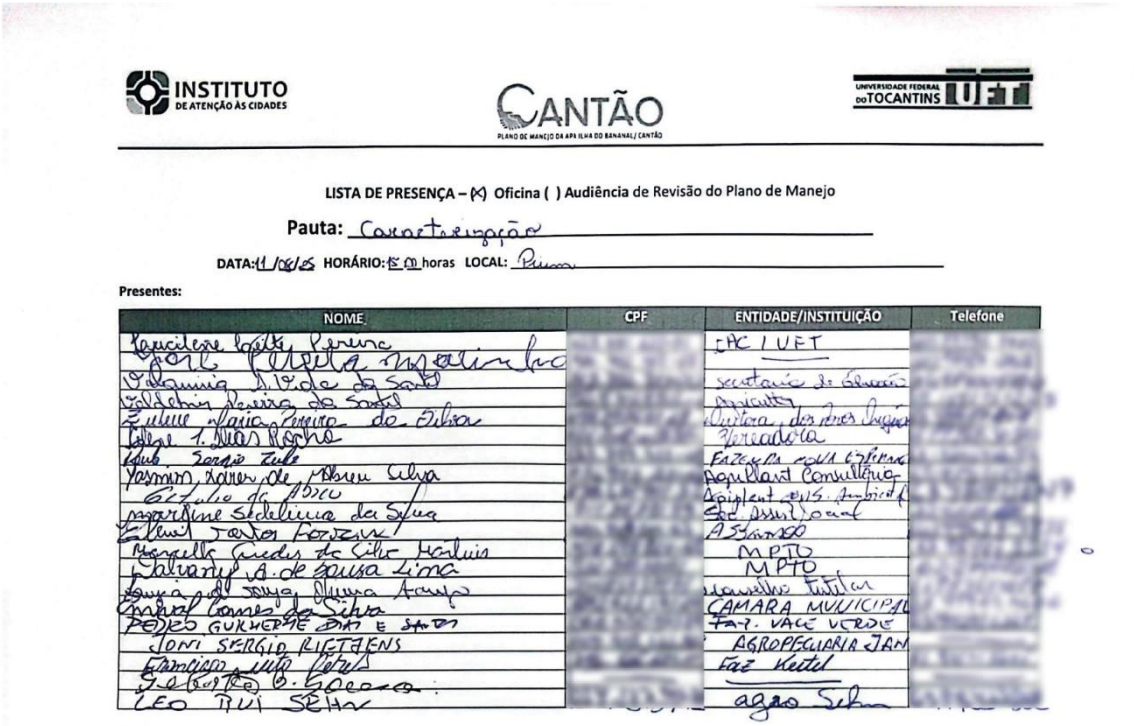
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Marcelo Zanon Miotto		Faz. Santo Cristovão	
RICARDO LUIZ BARROS OLIVEIRA		UFAZ. RANCHO ALEGRE	
Paulo Sérgio Dias Lima		REFEITUDS PIUM	
Maria Luiza Barros		Vereadora	
Jean de Jesus da Mata		Produtor Rural	
João Manoel Pinto de Sá		Pium	
Abdiel Siqueira de Queiroz Andrade		Câmara Municipal	
Diego Matos Borges Carneiro		CÂMARA MUNICIPAL	
Raimundo Siqueira de Paiva		Equipe Mujeiro	
Maria [illegible]		Gestão Vereadora	
PEDRO GUILHERME DIAS E SANTOS		FAZ. VALE ULTIMO	
TOMI SERGIO RICHTENS		AGROPECUARIA JAN	
FERNANDO VARGAS MELLOS		ADEPEC	
Cassiano dos Reis Nunes Ferreira		Fazenda Alvorada	
Paulo da Silveira Ferreira		Gestão Rei	
Flavia Silva Gonçalves		IAC/UFT	
[illegible]		IAC/UFT	
[illegible]		IAC/UFT	
Euclides Ferreira Lima			
Joaquinema Pereira Barbosa		Conselho Tutelar	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

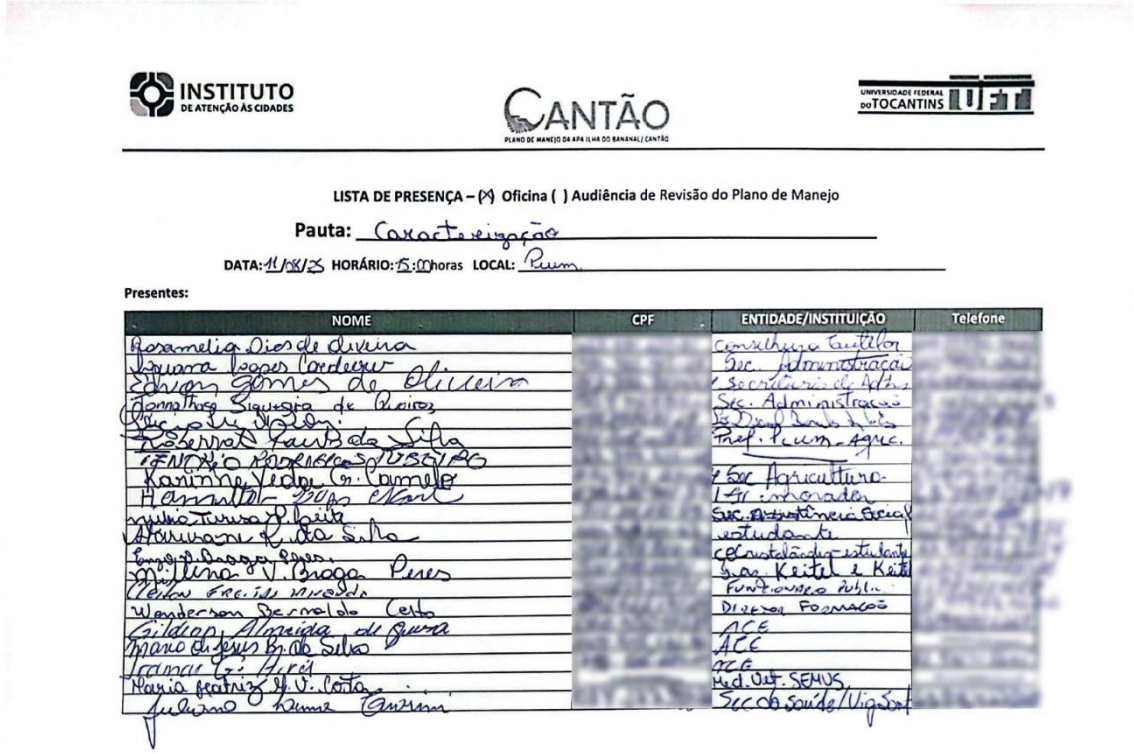
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 15 horas **LOCAL:** Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Geraldene Leite Pereira		CPC / UFT	
Prof. Gilberto Martins Ivo		Secretário de Educação	
Vilmara N. Lima da Silva		Advogada	
Valdenir Pereira da Silva		Auxiliar de Serviços Gerais	
Eulene Maria Pereira de Sibra		Vereadora	
Edna T. Dias Rocha		Fazenda Rolli Extrema	
Carla Sergio Zuba		Aquiplant Consultoria	
Yasmin Xavier de Moura Silva		Aquiplant EMS Ambiental	
Graziele da Silva		Sec. Assistência Social	
Josefina Sidelucia da Silva		Assessor	
Elenil Jatos Forzini		MPTO	
Marcelle Guedes de Sibr Mendes		MPTO	
Adriane A. de Sousa Lima		Vereadora Turiaçu	
Maria de Jesus Alves Araujo		CAMARA MUNICIPAL	
Ismael Gomes da Silva		Fam. VALE VERDE	
PEDRO GUILHERME DIAS E SILVA		AGROPECUARIA JAM	
JONI SERGIO RIGITANS		FAZ Keitel	
Francisco Luiz Neres			
Gilberto B. Barcelos		agro Silva	
LEO RUI SEHN			



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

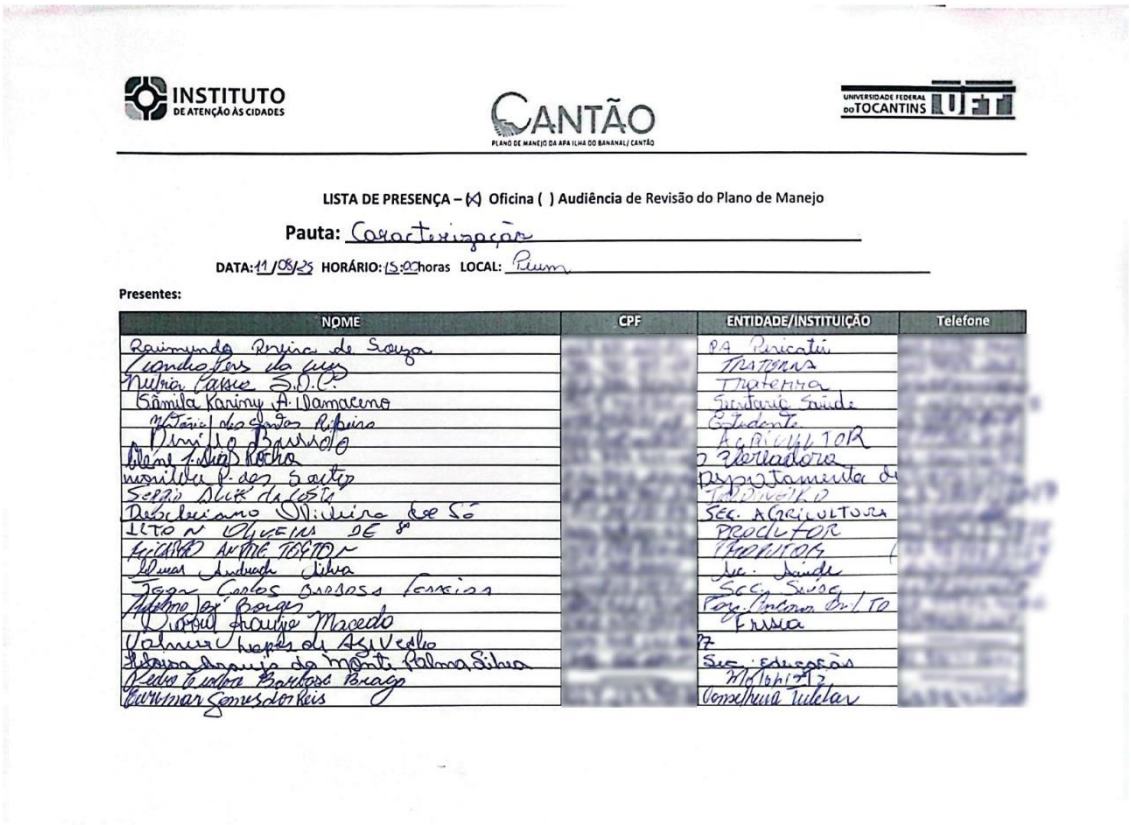
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Roseneliza Dias de Oliveira		Conselheira Tutelar	
Iguara Lopes Cardoso		Sec. Administração	
Edvan Gomes de Oliveira		Secretário de Agric.	
Jonathas Siqueira de Barros		Sec. Administração	
Eduardo Vieira		Diretor Escola Mista	
Deborah Paula da Silva		Prof. Pium - Agric.	
VENÂNCIO RODRIGUES GUSTAVO			
Karinne Vieira Carneiro		Sec. Agricultura	
Hamilton Lopes Neri		IFTO inovador	
Julio Tunisa Pereira		Sec. Administração Geral	
Marivone R. da Silva		estudante	
Emp. Braga Lopes		Coordenadora estudantil	
Milena V. Braga Peres		Sra. Keitel e Keitel	
Nelson Fac. Ilha Nova		Funcionário Público	
Wanderson Bernaldo Costa		Diretor Formação	
Gildiop Almeida de Sousa		ACE	
Maria de Jesus Brito Silva		ACE	
Ivanar Cr. Alves		ACE	
Maria Beatriz M. V. Costa		Med. Ref. SEMUS	
Juliano Lima Barros		Secr. de Saúde/Vig. Sanit.	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

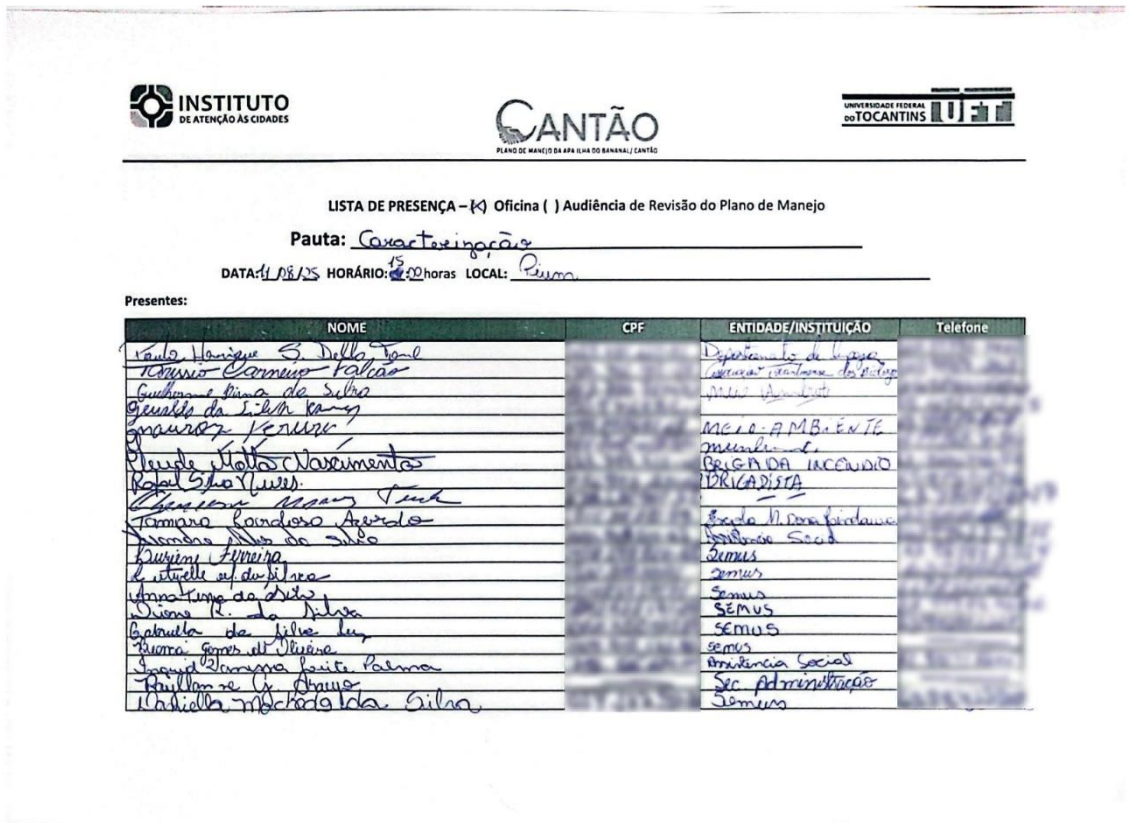
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Raimunda Pereira de Souza		PA Piraicatu	
Vanderlei da Cruz		Pescadores	
Nubia Cassia S.D.C.		Pescadora	
Camila Karimy A. Damaceno		Secretaria Saúde	
Mariane dos Santos Ribeiro		Estudante	
Divino Bandeira		AGRICULTOR	
Elane Dias Rocha		Vereadora	
Marinilda P. dos Santos		Departamento de	
Sergio Alves da Costa		Pescador	
Deusdeirismo Oliveira dos Sós		Sec. Agricultura	
Elton N. Oliveira de Sá		Produtor	
Edivaldo Andrade Tavares		Pescador	
Elmar Andrade Silva		Sec. Saúde	
Jean Carlos Barbosa Ferreira		Sec. Saúde	
Antonio José Borges		Pesc. Artesanal do TO	
Daniel Coutinho Macedo		Pesca	
Valmir Lopes de Azevedo		P7	
Silvana Araujo da Mata Palma Silva		Sec. Educação	
Pedro Carlos Barbosa Braga		Motorista	
Germar Gomes dos Reis		Conselheira Tutelar	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

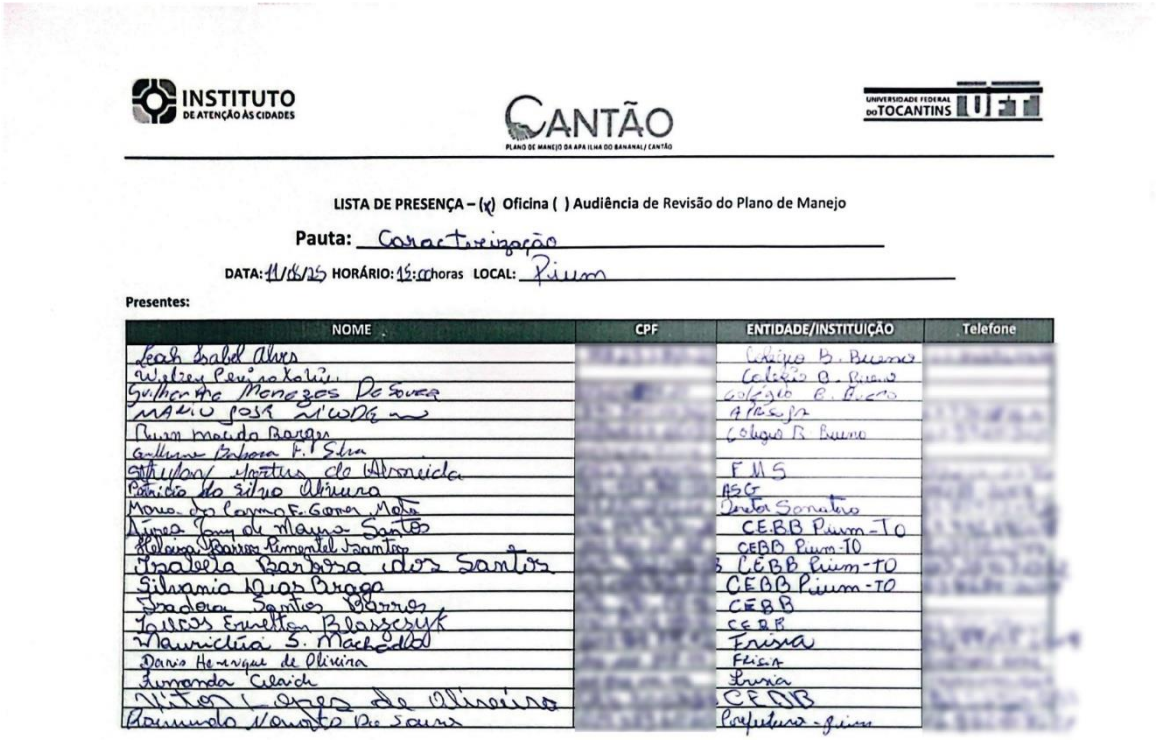
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Paula Henrique S. Della Togna		Departamento de Pesca	
Marcio Carneiro Falcão		Conselheiro Tutelar	
Guilherme Pina da Silva			
Geraldo da Silva Ramos			
Jonatas Ferreira		MEIO AMBIENTE	
Claudia Mota Nascimento		Membro	
Rafael Silva Neves		BRIGADA INCÊNDIO	
Geovana Assis Teixeira		BRIGADISTA	
Tamara Pandoso Azevedo			
Vanessa Alves da Silva		Escola N. Sra Perpétuo Socorro	
Bruna Ferreira		Semus	
Estivelle A. da Silva		Semus	
Ana Tereza da Silva		Semus	
Diana R. da Silva		SEMUS	
Gabriela da Silva Lima		SEMUS	
Bianca Gomes de Oliveira		Semus	
Joana D'Arca Sousa Leite Palma		Assistência Social	
Thyllanne C. Araujo		Sec. Administração	
Gabriella Machado da Silva		Semus	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

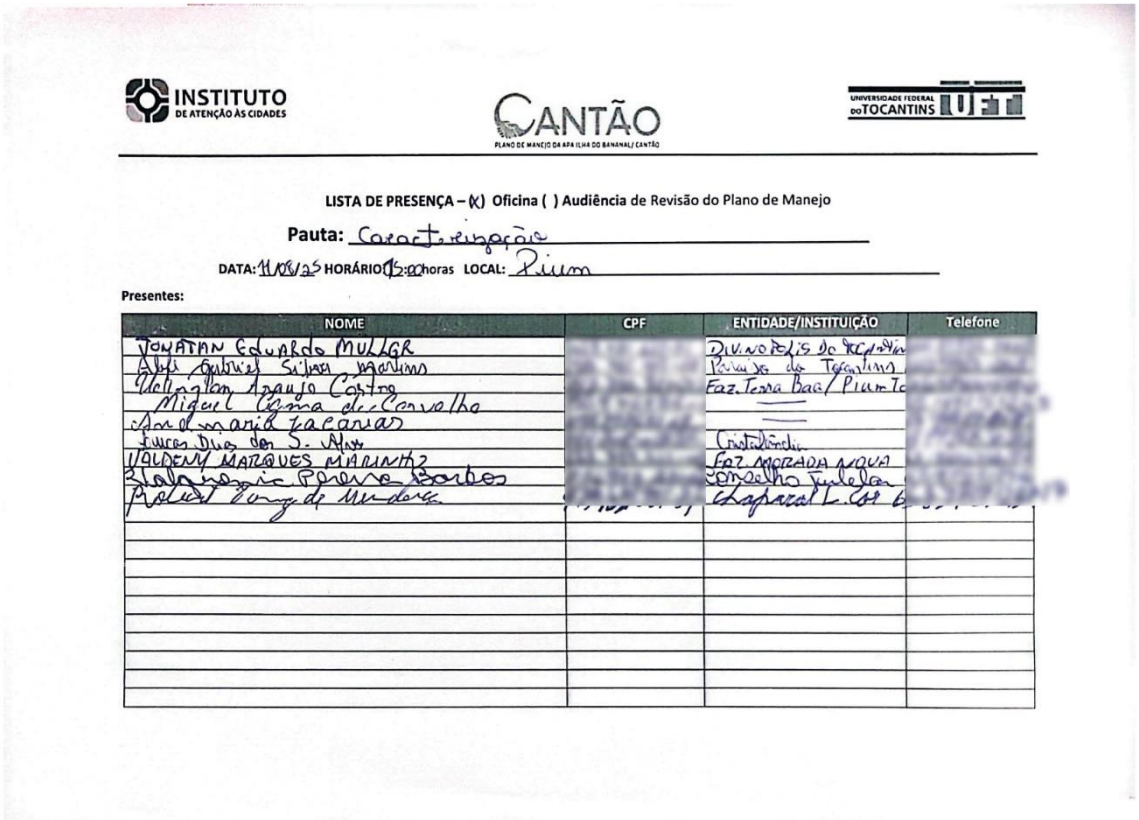
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 11/06/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Leah Isabel Alves		Colégio B. Buriti	
Weliton Pereira Lobo		Colégio B. Buriti	
Guilherme Menezes De Sousa		Colégio B. Buriti	
MARIO JOSE M'UDE		ATASJA	
Ruan morais Borges		Colégio B. Buriti	
Guilherme Barbosa F. Silva			
Gilvan Martins de Almeida		FMS	
Patrícia do Silva Oliveira		ASG	
Maria do Carmo F. Gomes Mota		Diretor Sanitário	
Nívea Tany de Moura Santos		CEBB Pium-TO	
Rebeca Barros Pimentel Santos		CEBB Pium-TO	
Izabela Barbosa dos Santos		CEBB Pium-TO	
Silvania Dias Braga		CEBB Pium-TO	
Isadora Santos Barros		CEBB	
Lucas Evelton Blaszczyk		CEBB	
Mauricleia S. Machado		Frisa	
Dario Henrique de Oliveira		FRISA	
Fernanda Cleide		Frisa	
Victor Lopes de Oliveira		CEBB	
Raimundo Nonato De Sousa		Prefeitura - Pium	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

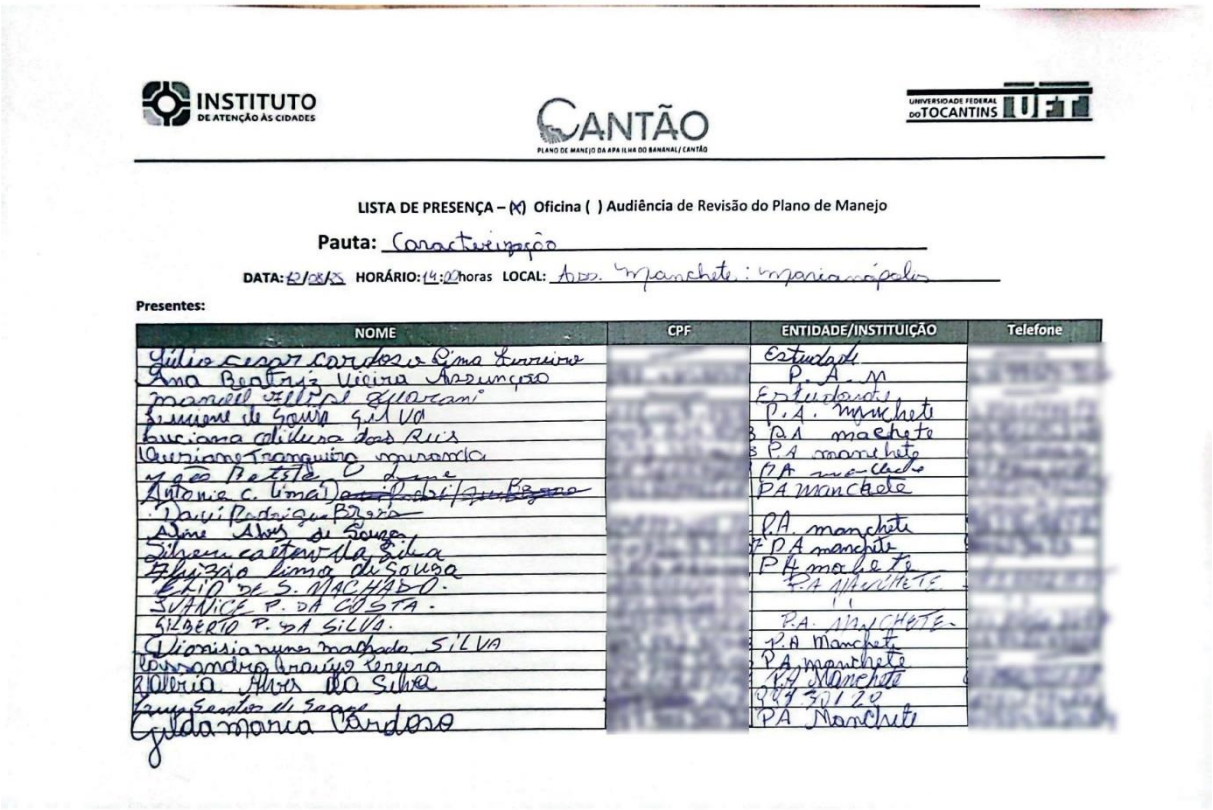
DATA: 11/06/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
JONATAN Eduardo MULLER		Divinópolis do Tocantins	
Abel Gabriel Silva Martins		Pium-TO	
Wellington Araujo Castro		Faz. Terra Boa / Pium-To	
Miguel Lima de Carvalho			
Ana Maria Zacarias			
Lucas Dias da S. Alves		Coordenador	
VALDENY MARQUES MARINHO		Faz. Morada Nova	
Wallyson Pereira Bastos		Conselho Tutelar	
Raquel Lima de Miranda		Chapadal L. Cel	

4.10. Assentamento Manchete (Marianópolis do Tocantins)

No dia 12.08.2025, às 14h, em Manchete (Município de Marianópolis) aconteceu a oficina de caracterização, aonde 164 pessoas assinaram a lista de presença.



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Assentamento Manchete - Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Júlio Cesar Cardoso e Silva Ferreira		Estudante	
Ana Beatriz Vieira Assunção		P. A. M	
Manoel Filho Gil Moreira		Estudante	
Emanuel de Sousa Silva		P.A. Manchete	
Luciana Oliveira dos Reis		PA manchete	
Luciane Franquine Miranda		PA manchete	
Yago Batista Lopes		PA manchete	
Antonio C. Lima		PA MANCHETE	
David Rodrigues Braga			
Aline Alves de Souza		P.A. manchete	
Silvan caetano da Silva		PA manchete	
Elijania lima de Souza		PA manchete	
KELIO DE S. MACHADO.		PA MANCHETE.	
SILVIO P. DA COSTA.			
GILBERTO P. DA SILVA.		PA. MANCHETE.	
Dionisia nunes machado SILVA		P.A Manchete	
Leonardo Araújo Ferreira		PA manchete	
Valeria Alves da Silva		PA Manchete	
Luan Santos de Sousa		999 311 20	
Gilda maria Cardoso		PA Manchete	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** MANCHETE MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ivanes Candido Ferreira		Chacara Santa	
Mª da Gloria do Nascimento Marcel e Cunha		Chacara Cunha	
Lucinea Alves S. S. de Moura		estudante	
Wanderson Ribeiro Silva		estudante	
Rute Lima de Resende		Chacara Campestre	
Ruth Kelly Soares da Mota			
Karine Pereira da Silva		Profª Escola Jesus Branco	
Raudinea Lopes da Silva		PREFEITURA	
Marquisley Ribeiro Nascimento		Chacara Santa Expedita	
Elvisley Costa e Silva		Assentamento Manchete	
Dionisio Vieira dos Santos		Assentamento manchete	
Jose Rodrigues Gonçalves			
JAILTON BARROS FARIAS		CHACARA CANTO DA CERRA	
[illegible]		Chacara Deus é Fiel	
Meliane Cecote Fonseca		Chac Fonseca	
Jose Waldo dos Santos		Chacara 307	
Marcio Vieira Pereira		Rua Rua 09	
Ellemerson Joaquim Dias		Alameda Sul 152	
José Milton Mota		Chac. Jimmy	
Raimundo P. de Almeida		Ch. Lucia	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

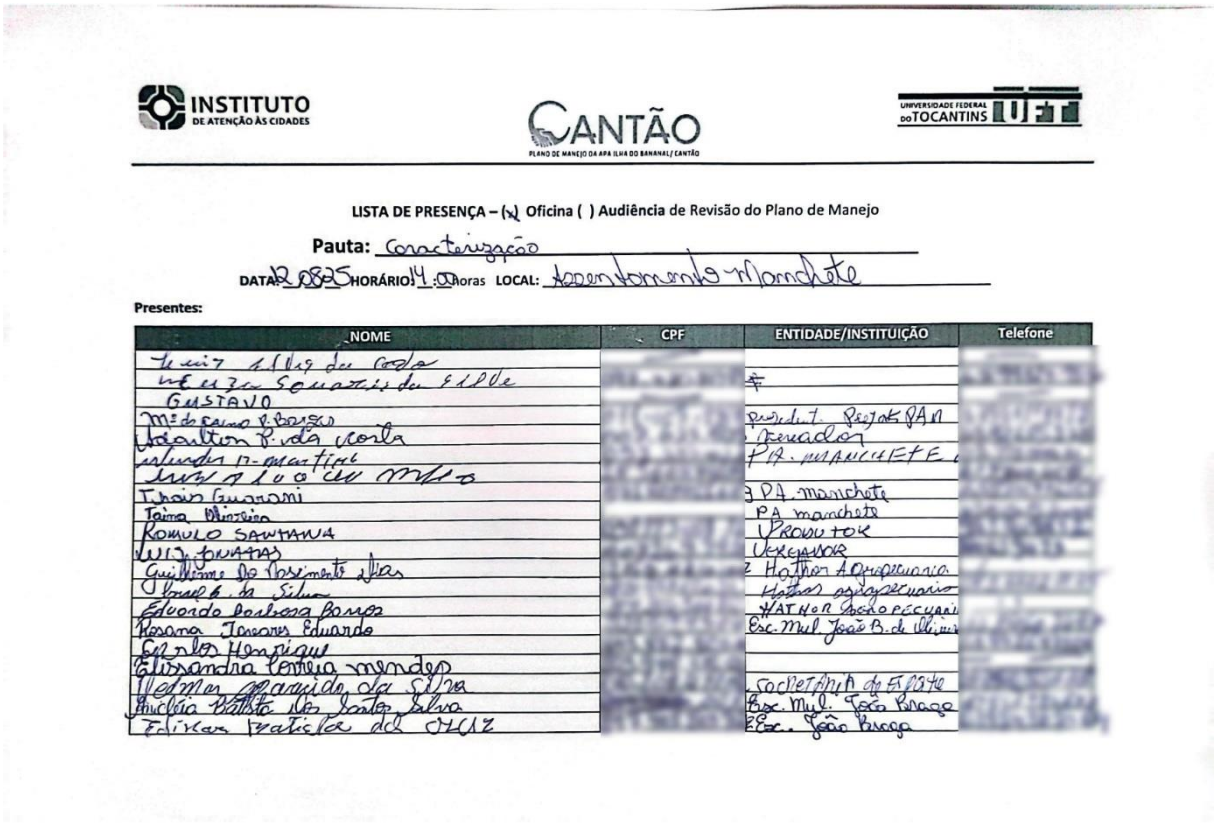
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** __:__ horas **LOCAL:** MANCHETE MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Rosevaldenia da Silva		AAPAM - Chácara Moreira	
Eduardo de Oliveira Lima		Chacara	
Josimar Carneiro Rodrigues		Chacara Falzoni Verde	
Edinelson Borges da Silva		EHS GESTÃO AMBIENTAL	
Marcelo Silva dos Santos		Chacara	
Cidilia Ferreira dos Santos		Chacara Aguas Bod	
Maria de Jesus Alves Barroso		Chacara Sitio Rosa	
Murilo Bruno de Carvalho		IAC - UFT	
Rodson Campelo da Silva		EDUCAÇÃO	
Maria da Conceição Cardoso		Assent. Manchete 239	
Douglas Barros Pereira		Ass. Manchete	
Myres da Conceição dos Santos		Manchete	
Deniomar Silva da Cruz		Manchete	
Dayane M. Ferreira		Manchete	
Fabiana Dias Gomes Andrade		Chacara Sant Francisco 125	
Francisco Ribeiro do Nascimento		Fazenda Agropecuaria Fra	
Elias Martins		Assentamento Manchete	
Edilene Milagres Vieira Nunes			
Nadlene Costa			



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

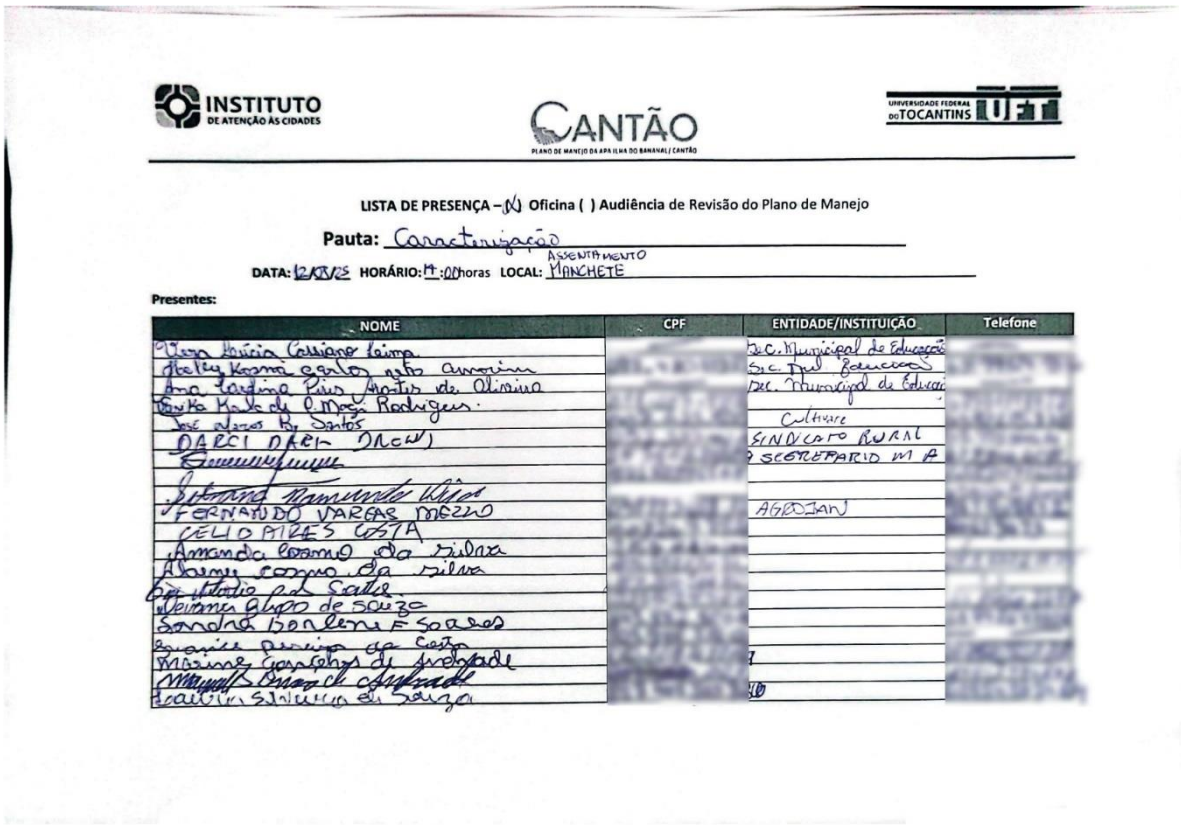
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Assentamento Manchete

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Luiz [illegible] da Costa			
Meire Siqueira de Freitas			
GUSTAVO			
Marcelino P. Barbosa		Presidente Projeto PAN	
Idealton P. da Costa		Gerador	
Eduardo P. Martins		PA. MANCHETE	
[illegible]			
Thais Guaranni		PA manchete	
Taina Oliveira		PA manchete	
ROMULO SANTANA		PRODUTOR	
LUIZ PINHAS		VEREADOR	
Guilherme do Nascimento Dias		Hathor Agropecuaria	
Ismael da Silva		Hathor Agropecuaria	
Eduardo Barbosa Borges		HATHOR AGROPECUARIA	
Roseana Tenorio Eduardo		Esc. Mul. João B. de Oliveira	
Carlos Henrique			
Alessandra Correia mendes			
Wellmer Macedo da Silva		SECRETARIA DE ESTADO	
Aurelina Batista dos Santos Silva		Esc. Mul. João Braga	
Edivan Batista de CRUZ		Esc. João Braga	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** ASSENTAMENTO MANCHETE

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Vera Lucia Caetano Lima		Esc. Municipal de Educação	
Keley Kesmi carlos [illegible] Amorim		Esc. Mul. Educação	
Ana Carina Pires Mestre de Oliveira		Esc. Municipal de Educação	
Maria Karla do Nasci Rodrigues			
José alves Ro Santos		Cultivare	
DARCI DARCI DARCI		SINDICATO RURAL	
[illegible]		SECRETARIO MA	
[illegible]			
FERNANDO VARGAS MEZZO		AGRODAN	
CELIO PIRES COSTA			
Amanda Cosmo da Silva			
Abimar Cosmo da Silva			
[illegible]			
Deivison Glayd de Souza			
Sandra Bonfim F Soares			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Manchete - Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Kenia martins Cardoso Nunes		PA Manchete	
Estelia maria Sousa nunes		PA Manchete	
Ipsen Moreira		[illegible]	
Vanessa Ribeiro Alves		PA manchete	
Alexsandra Martins		PA Manchete	
Waldimir A. Camargo		PA Manchete	
Paulo Fernando correia da silveira		Estudante	
Maria Cleia Dias Vieira		Estudante	
Karla Maria Cardoso Cruz		Estudante	
Maria Clara Carvalho da Silva		Estudante	
Raimundo Barroso Silveira		Estudante	
Kadhija Victória B. Pereira		Estudante	
Gisele do nascimento da silva		Estudante	
Leticia Batista de Sousa		PA manchete	
Francisca do nascimento Barros sousa		PA manchete	
Universidade federal do [illegible]		PA manchete	
maria solange do nascimento Barros		PA manchete	
Caio Evellyn Aguiar Rocha		Estudante	
Emanuelly Vitória Cosmo Reis		Estudante	
Evellyn Vitoria martins Nunes		Estudante	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

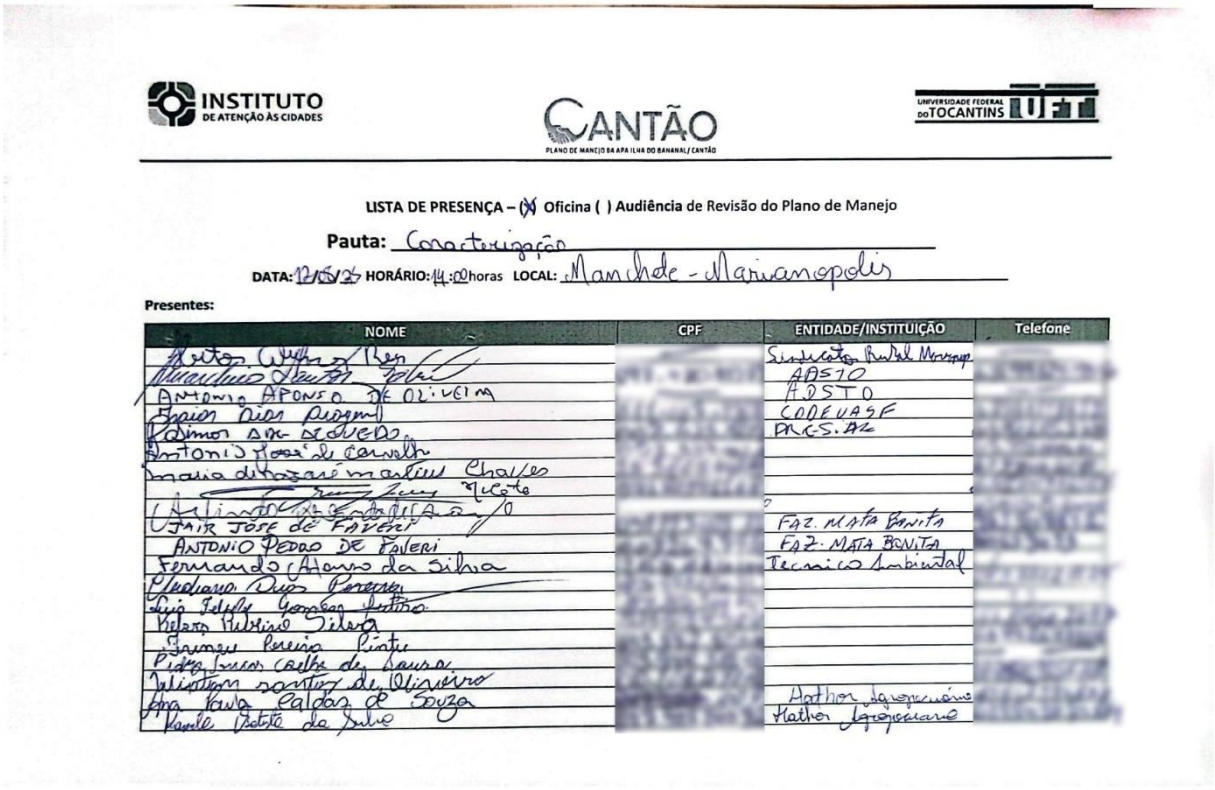
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Manchete - Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Edi - ALEXANDRE De [illegible]		VEREADOR	
[illegible]		vice - PREFEITO	
KLEBER PINTO CAVALCANTE		PSC	
Saulo Costa Morais		PREFEITURA	
Priscila S. Reis		PROFESSORA	
Vanessa Almeida Azevedo Navarro		PROFESSORA	
Evellyn Vitoria martins silva		aluna	
Raiane dos Santos Souza		aluna	
maria alba oliveira dos santos		aluna	
Paulo Kauan Franca Farias			
ALEXSANDRA SILVA SILVEIRA			
[illegible]		comer Manchete	
Agilton Rodrigues de Sousa		Chácara Santa Luzia 138	
Ruth Gomes Vieira		Chácara Dia Vista	
Raimunda Barbosa de Carvalho		Chácara Jerusalém	
Jaci AP Silva		Chácara São Sinai 187	
Waldimir Nunes		Marianópolis	
maria Arlinda B. de C. Sousa		Sítio Recanto	
Luiz Ribeiro de Souza		"	
Antonio Pereira de Andrade		chacara mutum	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

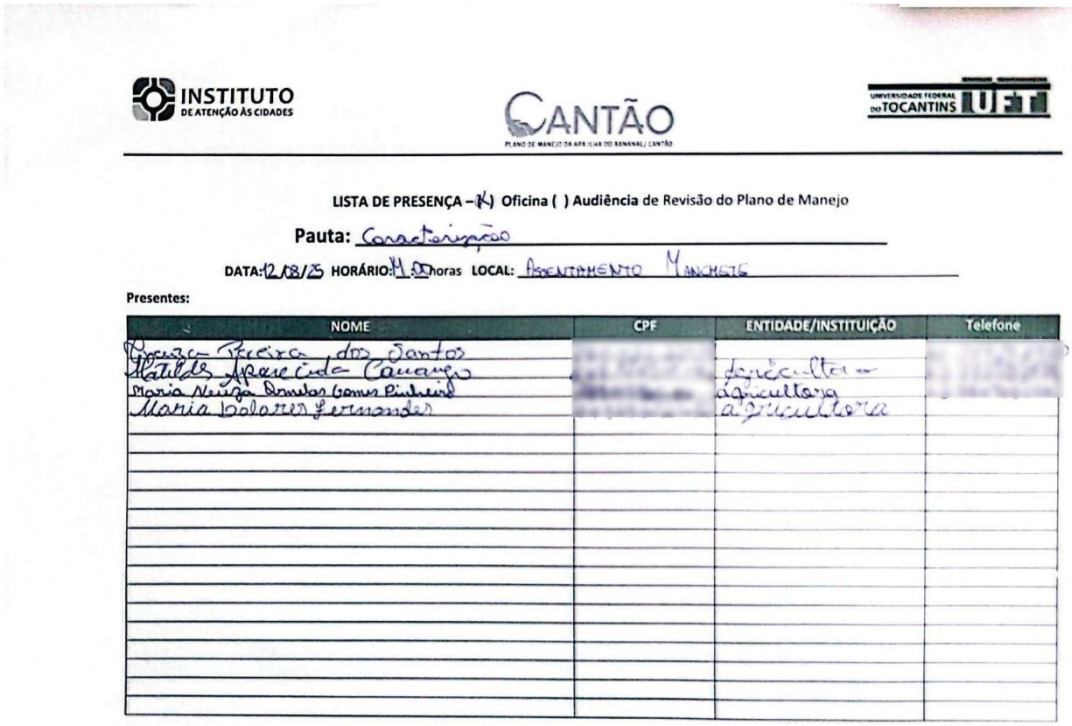
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 14:00 horas **LOCAL:** Manchete - Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Heitor Cunha de Ben		Sindicato Rural Mun	
Marcelino Neto Feitosa		ADSTO	
Antonio Afonso de Oliveira		ADSTO	
Jairo Dias Aragão		CODEVASF	
Ramos da Silveira		PRCS. AL	
Antonio José de Carvalho			
Maria do Rosário Martins Chaves			
[illegible]			
[illegible]			
Ubair José de Faveri		FAZ. MATA BONITA	
Antonio Pedro de Faveri		FAZ. MATA BONITA	
Fernando Afonso da Silva		Técnico Ambiental	
Gledisvane Dias Pereira			
Luiz Felipe Gomes Pontes			
Helena Rubrino Silveira			
Jairon Pereira Pinto			
Pedro Lucas Costa de Sousa			
Wilson Santos de Oliveira			
Ana Paula Caldas de Souza			
Paulo Batista da Silva		Mathon Agropecuária	
		Mathon Agropecuária	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

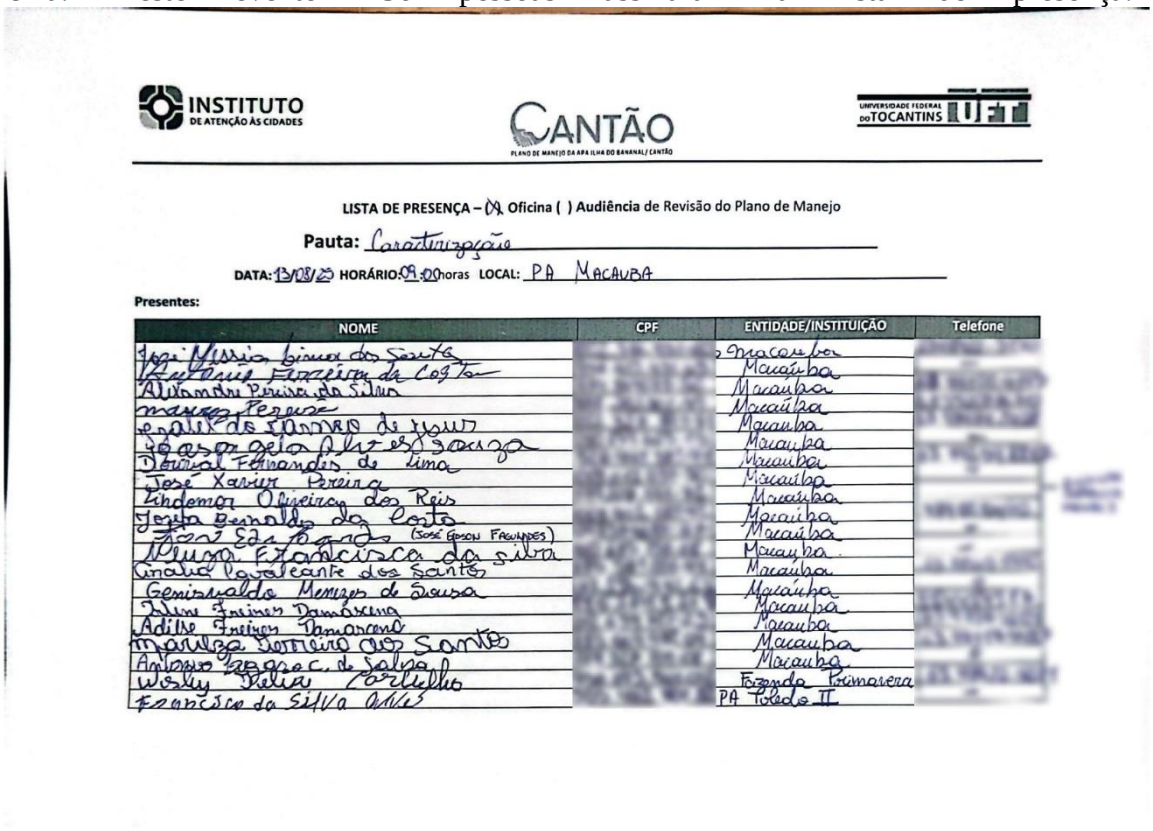
DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 11:00 horas **LOCAL:** ASSENTAMENTO MANCHETE

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Gonçalo Ferreira dos Santos		Agricultora	
Matilde Aparecida Caetano		Agricultora	
Maria Neuza Dantas Gomes Pinheiro		Agricultora	
Maria Dolores Fernandes			

4.11. Assentamento Macaúba (Pium)

No dia 13.08.2025, às 9h, na escola Vereador José Pinto, município de Pium, aconteceu a oficina. Neste evento 256 pessoas assinaram a lista de presença.



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

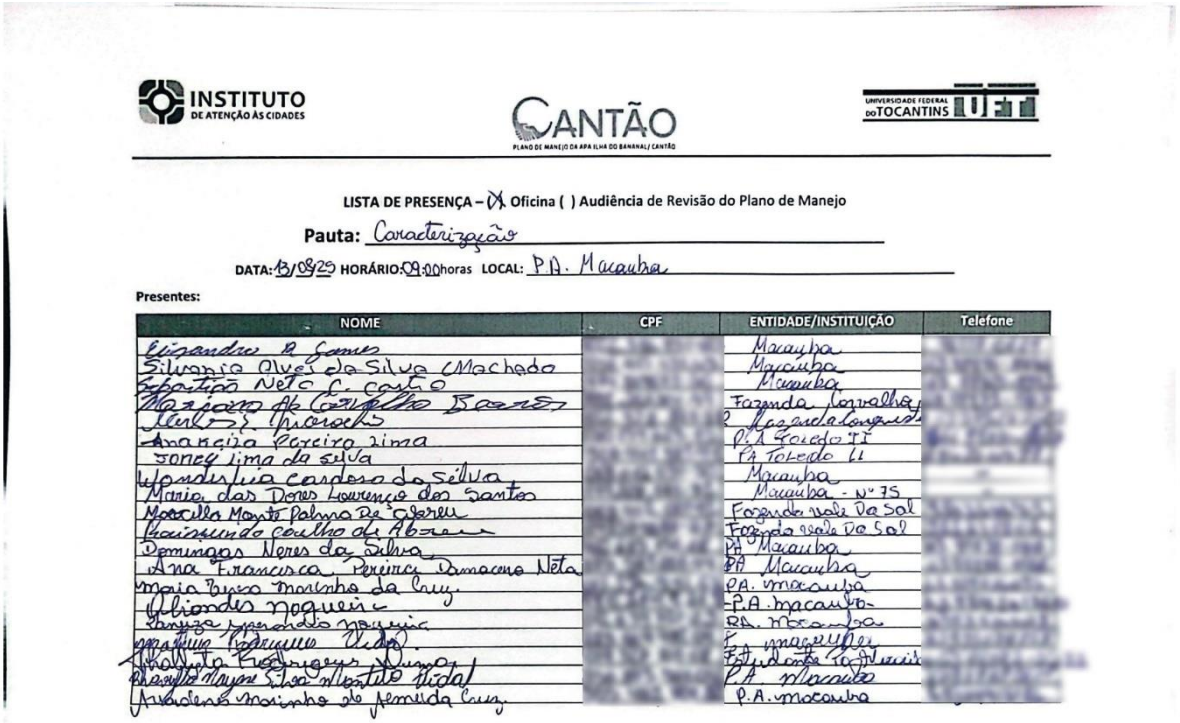
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/08/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: PA MACAUBA

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Yoji Missia Kimura dos Santos		Macauba	
Antonio Ferreira da Costa		Macaúba	
Alexandre Pereira da Silva		Macaúba	
Maria Pereira		Macaúba	
Paulo de Tarso de Jesus		Macaúba	
Joaquim Gomes de Souza		Macaúba	
Denival Fernandes de Lima		Macaúba	
José Xavier Pereira		Macaúba	
Lindomar Oliveira dos Reis		Macaúba	
Josefa Bernalda da Costa		Macaúba	
José Edson Gomes (José Edson Fenandes)		Macaúba	
Maria Francisca da Silva		Macaúba	
Cinaldo Valdevante dos Santos		Macaúba	
Genivaldo Menezes de Sousa		Macaúba	
Aline Freires Damasceno		Macaúba	
Adilde Freires Damasceno		Macaúba	
Maruza Teixeira dos Santos		Macaúba	
Antonio Eugenio C. de Salvo		Macaúba	
Wesley Dalia Carvalho		Fazenda Primavera	
Francisco da Silva Alves		PA Toledo II	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

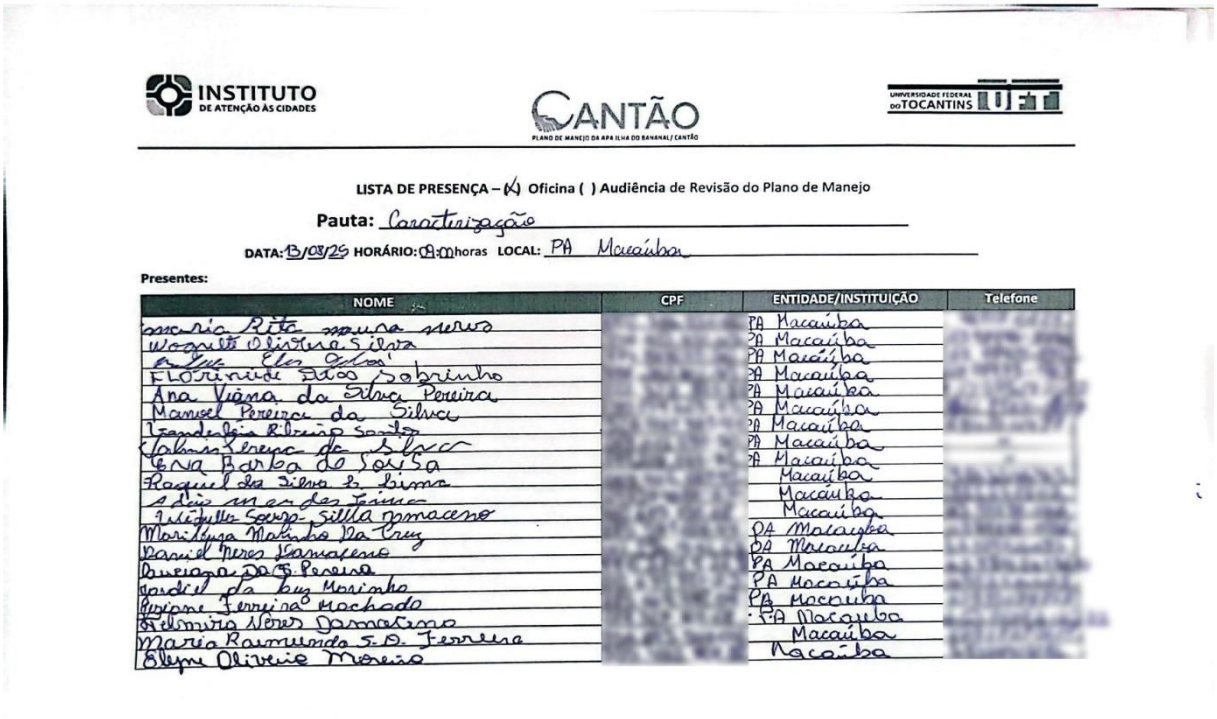
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/08/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: P.A. Macaúba

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Elisandra R Gomes		Macaúba	
Silvania Alves da Silva Machado		Macaúba	
Sebastião Neto C. Carlos		Macaúba	
Marcos Aparecido Barros		Fazenda Carvalho	
Nelson S. Moraes		Fazenda Longuist	
Francisca Pereira Lima		P.A Toledo II	
Joneg Lima da Silva		PA Toledo II	
Wanderlucia cardoso da Silva		Macaúba	
Maria das Dores Lourenço dos Santos		Macaúba - Nº 75	
Marcilia Monte Palma De Oliveira		Fazenda Vale Do Sol	
Raimundo Coelho de Abreu		Fazenda Vale Do Sol	
Domingas Neres da Silva		PA Macaúba	
Ana Francisca Pereira Damasceno Neta		PA Macaúba	
Maria Lucia Marinho da Cruz		PA. Macaúba	
Wilsondes Nogueira		P.A. Macaúba	
Francisca Ferreira Nogueira		PA. Macaúba	
Francisco Ferreira Neto		P.A. Macaúba	
Francisco Rodrigues Nunes		Fazenda Vale do Sol	
Marcilia Maria Silva Monteiro Vidal		P.A. Macaúba	
Arivaldene Marinho de Jesus da Cruz		P.A. Macaúba	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

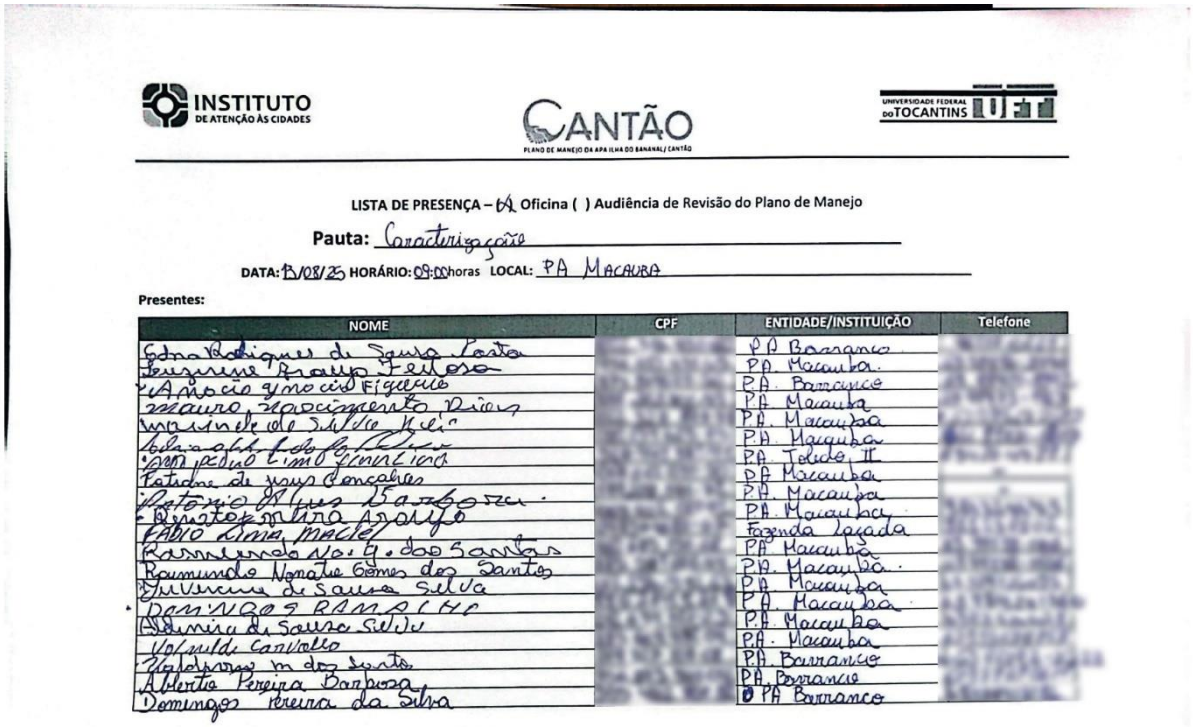
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/08/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: PA Macaúba

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Maria Rita Moura Neres		PA Macaúba	
Wagnete Oliveira Silva		PA Macaúba	
Elen Silva		PA Macaúba	
Florindo Reis Sobrinho		PA Macaúba	
Ana Viana da Silva Pereira		PA Macaúba	
Manoel Pereira da Silva		PA Macaúba	
Leandro Bruno Santos		PA Macaúba	
Fabiana Pereira da Silva		PA Macaúba	
Eva Barbosa de Sousa		PA Macaúba	
Raquel da Silva e Lima		Macaúba	
Edinaldo Ferreira Lima		Macaúba	
Leticia Sousa Silva Damasceno		Macaúba	
Marilene Marinho Da Cruz		PA Macaúba	
Daniel Neres Damasceno		PA Macaúba	
Luciana da S. Pereira		PA Macaúba	
Jardiel da Cruz Marinho		PA Macaúba	
Luciane Ferreira Machado		PA Macaúba	
Edemilio Neres Damasceno		PA Macaúba	
Maria Raimunda S.O. Ferreira		Macaúba	
Alexia Oliveira Moreira		Macaúba	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

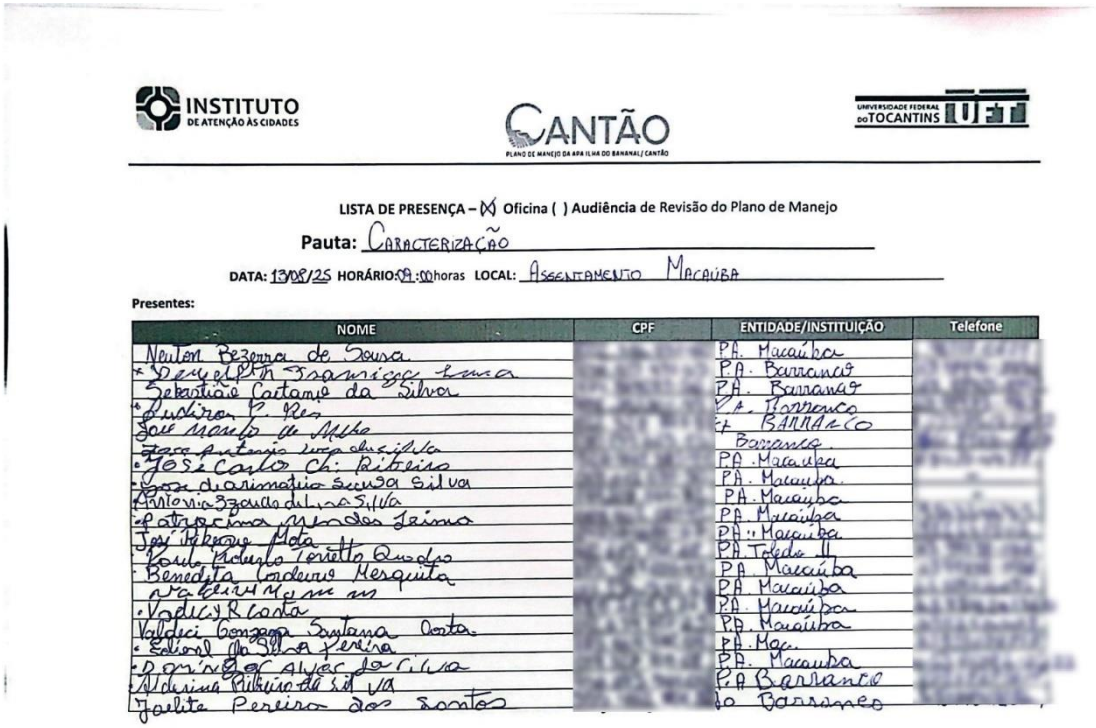
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/08/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: PA Macaúba

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Edna Rodrigues de Sousa Costa		PA Barranco	
Jeuzirene Araujo Feitosa		PA. Macauba.	
Antonio Ymacio Figueiro		PA. Barranco	
Mauro Nascimento Dias		PA Macauba	
Marinete de S. Nunes Reis		PA. Macauba	
Edvaldo Lima de Oliveira		PA. Maquiba	
Geraldo Limoeiro		PA. Toledo II	
Fatima de Jesus Goncalves		PA Macauba	
Antonio Alves Barbosa		PA. Macauba	
Benedita Pereira Araujo		PA. Macauba	
Fabio Lima Mace		Fazenda Jacada	
Raimundo No. G. dos Santos		PA Macauba	
Raimundo Nonato Gomes dos Santos		PA. Macauba.	
Genivania de Sousa Silva		PA Macauba	
Domingos Ramalho		PA. Macauba	
Valmira de Sousa Silva		PA. Macauba	
Rosinaldo Carvalho		PA. Macauba	
Raimundo Nonato Gomes dos Santos		PA. Barranco	
Alberto Pereira Barbosa		PA. Barranco	
Domingos Pereira da Silva		PA Barranco	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 13/08/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: ASSENTAMENTO MACAÚBA

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Neuton Bezerra de Sousa		PA. Macaúba	
Sebastião Caetano da Silva		PA. Barranco	
Ludiran P. Reis		PA. Barranco	
Jose Manoel de Melo		PA. Barranco	
Joao Antonio Nogueira		PA. BARRANCO	
Jose Carlos Ch. Ribeiro		Barranco	
Jose Raimundo Silva		PA. Macaúba	
Antonia Azevedo da Luz Silva		PA. Macaúba	
Catarina Mendes Faima		PA. Macaúba	
Jose Ribeiro Mota		PA. Macaúba	
Paulo Roberto Toretta Quadro		PA. Macaúba	
Benedita Cardoso Mesquita		PA. Toledo II	
Valdeci Costa		PA Macaúba	
Valdeci Gonzaga Santana Costa		PA Macaúba	
Edinaldo da Silva Ferreira		PA. Macaúba	
Domingos Alves da Silva		PA. Macaúba	
Adriana Ribeiro da Silva		PA. Mac.	
Joelita Pereira dos Santos		PA. Macauba	
		PA Barranco	
		do Barranco	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** P.A. MACAÚBA

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Mayara Barbosa Oliveira		P.A Macaúba	
Claudia Santana Barbosa		2 macaúba	
Zilda da Silva Pereira		Macaúba	
Josiel Rodrigues		Macaúba	
Rosinei Rodrigues de Sá		Macaúba	
Joaquim Evangelista de Almeida		Macaúba	
Adair Ribeiro Araujo Ribeiro		Macaúba	
Marilene Ferreira de Almeida		Macaúba	
Cristina M. Marques		Macaúba	
Eunice Pereira		1 Macaúba	
Bruno de Souza RS b		Macaúba	
Luis Gonzaga de Souza		Macaúba	
Antonio CE (ANTONIO DA SILVA)		PA Toledo II	
Odete do Santos Leal (ODILA DOS SANTOS)		PA Toledo II	
Raquel dupeux Lima		Macaúba	
Kristian Lira de Oliveira		Macaúba	
Braz Rodrigues Junior		Toledo II	
Joao Fernandes Ramos		Macaúba	
Jose Carlos da Silva		Macaúba	
Raimundo Nonato da Rosa		Macaúba	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

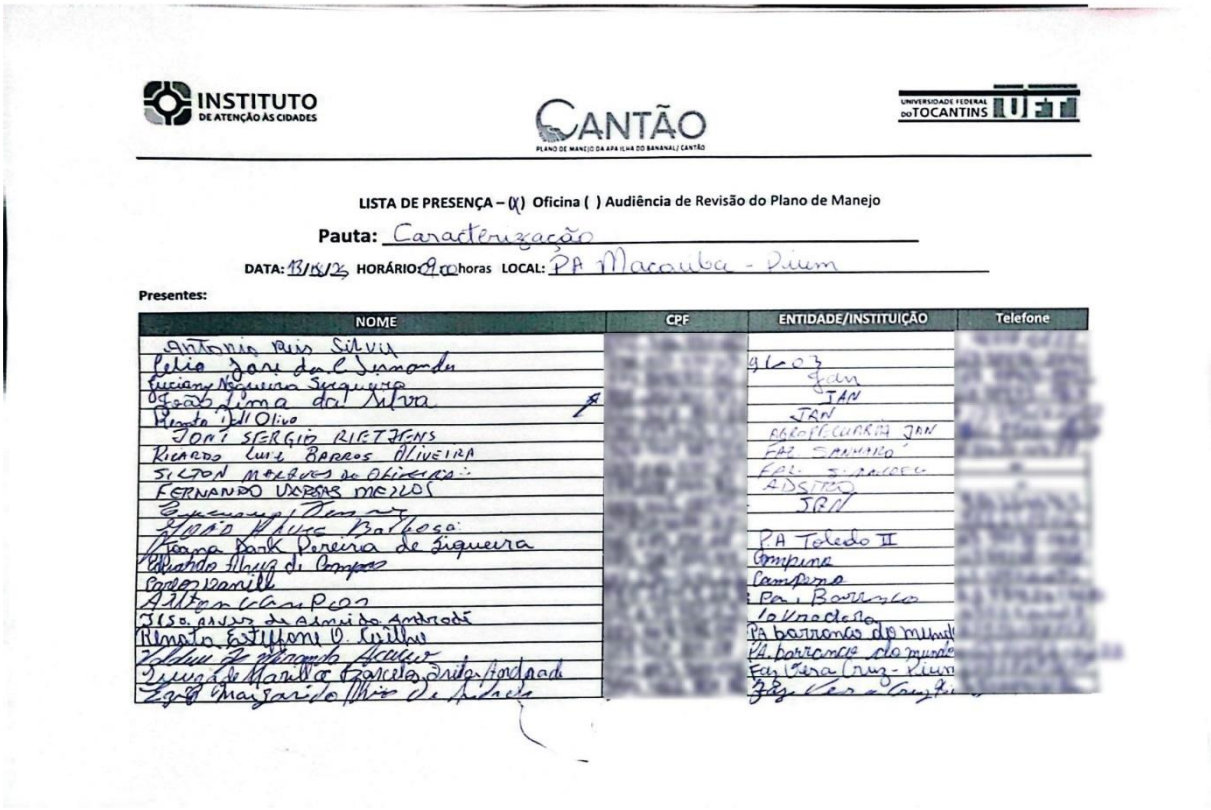
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 15/08/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** PA Macaúba - Pleno

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Wagner Oliveira Silva		macaúba	
Wesley Sousa Silva Damasceno		Macaúba	
Mateus Rosseli A Lacio		Paraíso	
Valdivo dos Santos Reis		Barroncão	
Jose Nilson Soares dos Santos		macaúba	
Leonardo Pires da Silva		PA Macaúba	
Hildes Ferreira Cardoso		PA Toledo	
Jose Monteiro Medeiros		PA Toledo II	
Wellington Neves Damasceno		Toledo - PA Macaúba	
Mauricio Ferreira		MACAÚBA	
Valdivino Garcia Alves		PA Macaúba	
Francisco Dias Sobrinho		PA Macaúba	
Edionel da Silva Pereira		PA Macaúba	
Jose Moraes Sousa Franca		PA Macaúba	
Romulo Alves Ferreira		Vale Verde	
Ulisses Dantas Brito		—	
Edgar Vasconcelos Lima		NATURATINS	
Wilson Martins A de Sousa		Naturatins	
Lucia Rodrigo M. da Silva		Naturatins	
Jairo Nunes dos Santos Marinho		PA Macaúba	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

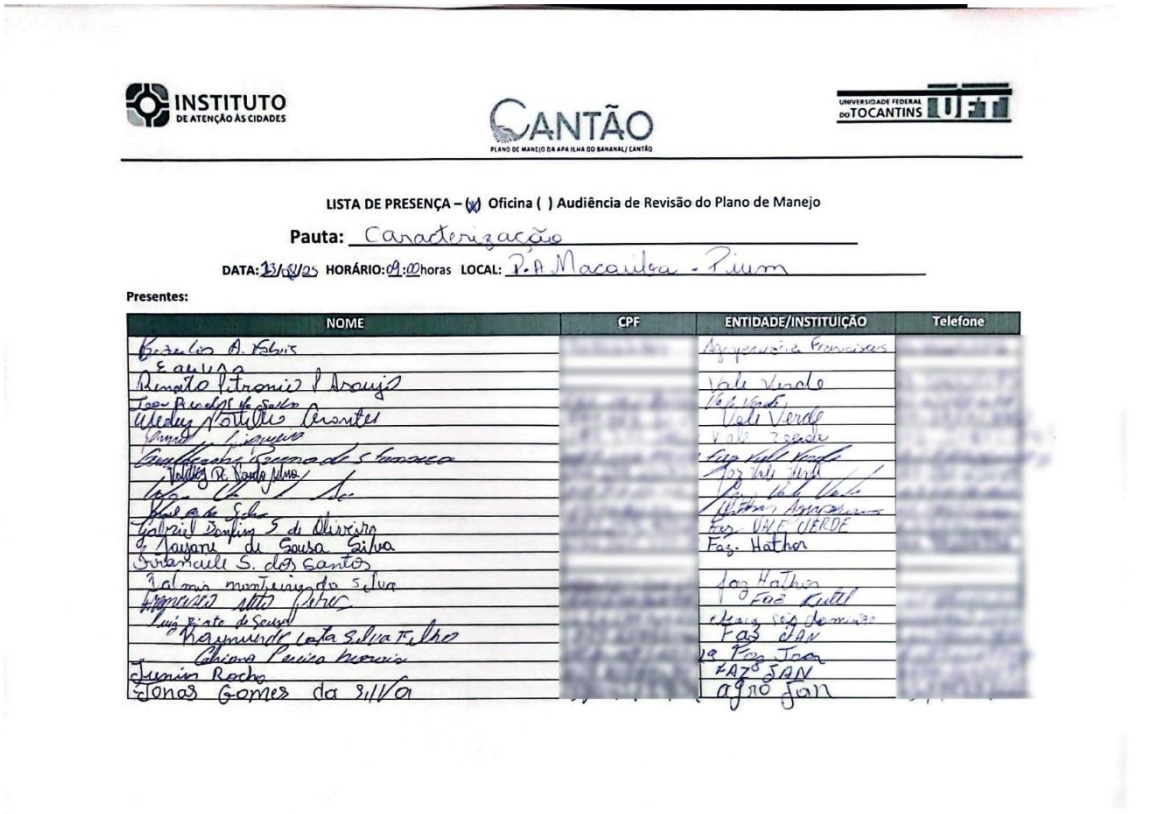
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/8/25 **HORÁRIO:** 9:00 horas **LOCAL:** PA Macaúba - Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Antonio Reis Silva			
Celio José do Nascimento			
Luciano Nogueira Nogueira			
José Lima da Silva			
Renato Dal Olivo			
JONI SERGIO RISTOWS			
RICARDO LUIZ BARROS OLIVEIRA			
SILTON MOLARES DE OLIVEIRA			
FERNANDO VARGAS MELLO			
[illegible]			
JOÃO PAULO Barbosa			
Joana Dark Pereira de Siqueira			
Ricardo Maya di Campos			
Carlos Daniel			
Adilson Caspers			
JOSÉ ALVES DE ARAUJO ANDRADE			
Renato Estiffani D. Cirillo			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/8/25 **HORÁRIO:** 9:00 horas **LOCAL:** P.A Macaúba - Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ezequias A. Alves			
[illegible]			
Renato Antonio J. Araujo			
[illegible]			
Wesley Portilho Arantes			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
Gabriel Serafim S. de Oliveira			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/06/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** PA Macaúba - Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Rita Barbosa Pereira		Faz. Vera Cruz	
Raimunda dos Santos		PA Toledo	
Ilmara Borges Paulista		PA. Toledo	
Ana Maria Pereira Lima		PA. Toledo II	
Jonas Lima da Silva		PA. Toledo II	
Valmir Paulo da Silva		PA Toledo II	
Gustavo Silva Leite		PA Toledo II	
Rita S.O. (Andorinha)		Pium - TO	
Arlenes Almeida Freitas		Pium-TO	
Abel Soares de Queiroz Andrade		Diretor Mun. Pium-TO	
Helio Alves de Oliveira		Prof. Pium	
Rosi da Silva		Pium-TO	
Diego Matos Borges Carneiro		Campo Municipal	
R. Fernandes da Silva		Prefeitura - Pium	
Neusa [illegible] Nunes		Séc. Meio Ambiente	
Vanda Cristina de Jesus Menezes		PA Macaúba	
Edivania Viana de Souza		PA macaúba	
Carla Barbosa de Sousa			
Ronaldo de Souza Menezes			
Francisco S. dos Santos		Matheus Agropecuária	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/06/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** PA Macaúba - Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Cleiton Vieira Freire		Chacara Vieira	
Marinha Alexandre Vieira		Chacara Vieira	
Denisina Correia de Castro		Chacara Fortaleza	
Rute Meira Alves Oliveira		PA Macaúba	
Aldenisia da Silva Santos		Chacara S. Raimundo Lima	
Silvercina de Sousa Silva		Chacara Santo Antonio	
Aldenisia de Sousa Silva		Bom Jardim	
Valdenir Carvalho		Bom Jardim	
Domingos Ramalho		Chacara Santo Antonio	
Francisco Eliomar Lista de Almeida		PA Macaúba	
Maria Pereira		PA Macaúba	
Mauricina Pereira de Almeida		PA Macaúba	
Vilma B. Lima Silva		PA macaúba	
Maria José Barbosa da Silva		PA macaúba	
Raimundo Coelho da Silva		PA macaúba	
Nilza Maria Cabral		P.A Macaúba	
Odila dos Santos Leal		Toledo II	
Maria Raimunda S.D. Ferreira		Macaúba	
Edson Silva Souza		PA Macaúba	
Edvel Ferreira Rosa		PA Macaúba	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/09/25 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** PA Macaúba

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Roberto Coutinho Oliveira		Macaúba	
Antonio Lobo Vidal		Macaúba	
[illegible]		Macaúba	
Nilma Barbosa Costa		Macaúba	
Rosilda de Sousa Santos		Macaúba	
Noel Martins Damasceno		Macaúba	
Edvaldo Cardoso Maia		Macaúba	
Graciele Oliveira Alves		Macaúba	
Ivanildo Dantas Moreira		Macaúba	
Edvânia [illegible]		Macaúba	
Valdirene da Conceição Carvalho		Macaúba	
Maria Augusta dos Santos Rodrigues		Macaúba	
Amelia Ferreira Gomes		Macaúba	
Maria da Conceição [illegible]		Pium	
Vanessa Caporali Azevedo		Pium	
Patrícia Gomes Martins		Macaúba	
Ilustrissimo [illegible]		Macaúba	
Jozé F Gomes		Macaúba	
[illegible] Rodrigues Nobre		Macaúba	
Bonifácio Alves Barbosa		Macaúba	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

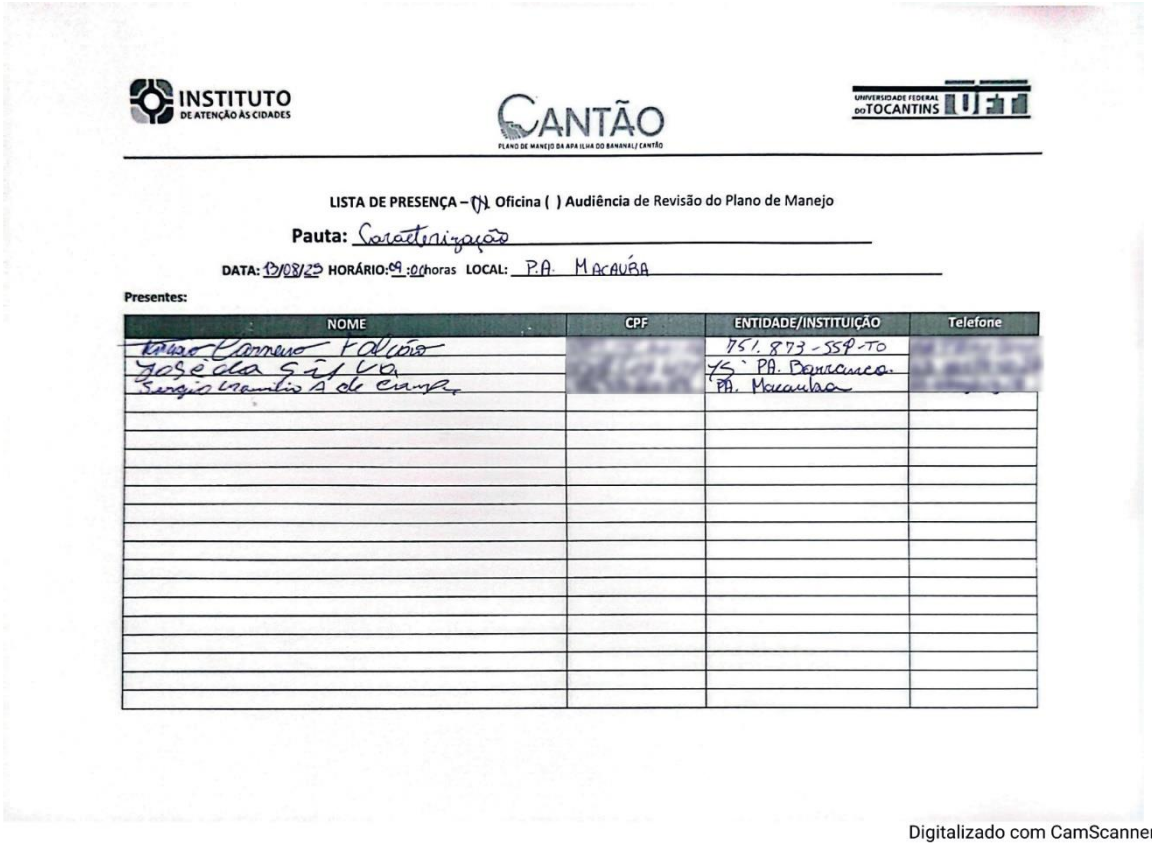
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/06/26 **HORÁRIO:** 09:00 horas **LOCAL:** PA Macaúba - Pium

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Luciene Ferreira Machado		PA Macaúba	
Bernarino Cavalcante Rodrigues		PA Bananal do meio	
Bartolomeu [illegible]		—	
Marcone Cavalcante dos Santos Caetano		PA Bananal do meio	
Raimundo Rocha Alencar Neto		Contador - Macaúba	
Marilia Sousa da Silva		PA Macaúba	
Daniella Alves da Costa		Pium	
Wagner Rodrigues Borges		PA Macaúba	
Mylan Araújo Costa		Faz Terra Boa	
Ismael Gomes		Faz Terra Boa	
Victor Davi de Moura		Intruntins	
Daniel Alves [illegible]		PA Macaúba	
Fernando Cândido Viana		FAZ. TERRA BOA	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/08/25 HORÁRIO: 09:00 horas LOCAL: P.A. MACAÚBA

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]	[illegible]	751.873-559-TO	[illegible]
[illegible]		YS - PA. Barranco.	
[illegible]		PA. Macaúba	

Digitalizado com CamScanner

4.12. Marianópolis do Tocantins

No dia 13.08.2025, às 15h, foi realizada oficina de caracterização no Centro de Convenções de Marianópolis. Nesta oficina, 196 pessoas assinaram a lista de presença.

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 15/08/25 **HORÁRIO:** __:__ horas **LOCAL:** MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Carlos Gabriel	-	Estudante	
Fabrício Bispo do Silva	-	Estudante	-
[illegible]	-	Estudante	-
Adriano Alexandre C. da Silva	-	Estudante	-
Gleiverk de Oliveira Soares	-	Estudante	-
Samuel Miranda Dias	-	Estudante	-
Weslyne F. da Silva	-	Estudante	-
Barbara Maria Portes		Estudante	
Kauã Junio		Estudante	
Lucas Alves Ferreira	-	Estudante	
Luciana Guimarães do Nascimento		Estudante	
Andria Karolyne Cabral Medrado		Estudante	
Maria Sonia Veloso		Estudante	
Hais Sousa Reis	-	Estudante	-
Luiz Andre Silva Oliveira		Estudante	
Maria [illegible]		Estudante	
Erica Blumer Fernandes de Morais	-	Estudante	
José Dan Silva Ribeiro		VEREADOR	
Presidente Lima Magalhães Barbosa		Cartório	
Vilani Reis Nunes		Cartório	

Digitalizado com CamScanner

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 15/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ryan Lima Cruz		estudante	
Wagner Pires Nascimento		estudante	
Eliane Pereira do Carmo		Professora	
Emanuelly Reis Filgueira Ramos		Prof	
Raynner Ferreira Rodrigues		Professor	
Linda Paula de Araújo da Silva		Estudante	
Maria Aparecida Soares Silva		Estudante	
Laura Henriques de Oliveira		monitora	
Carlos Bruno Reis		Estudante	
Alice De França Vieira		Estudante	
Jhonathan Barbosa Marinho		estudante	
Júlia Barbosa Marinho		Estudante	
Luana Tatiana Aragão Lopes		Estudante	
Carlos Eduardo Agrícola Barreto		ESTUDANTE	
Alex Alves dos Santos		Estudante	
Paulo Cristiano Lopes Silva			
Jaime Hoch Beagea		Produtor	
Yuri da Rosa		Agropecuarista	
Adriano Pereira Amaral		ACADEMICO	
Fabiana Costa Moura Melo		Ref. Municipal	

Digitalizado com Scanner

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/08/25 **HORÁRIO:** 15 horas **LOCAL:** Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Ludmilla R. Lima		Saúde	
Jorge [illegible]		Saúde	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

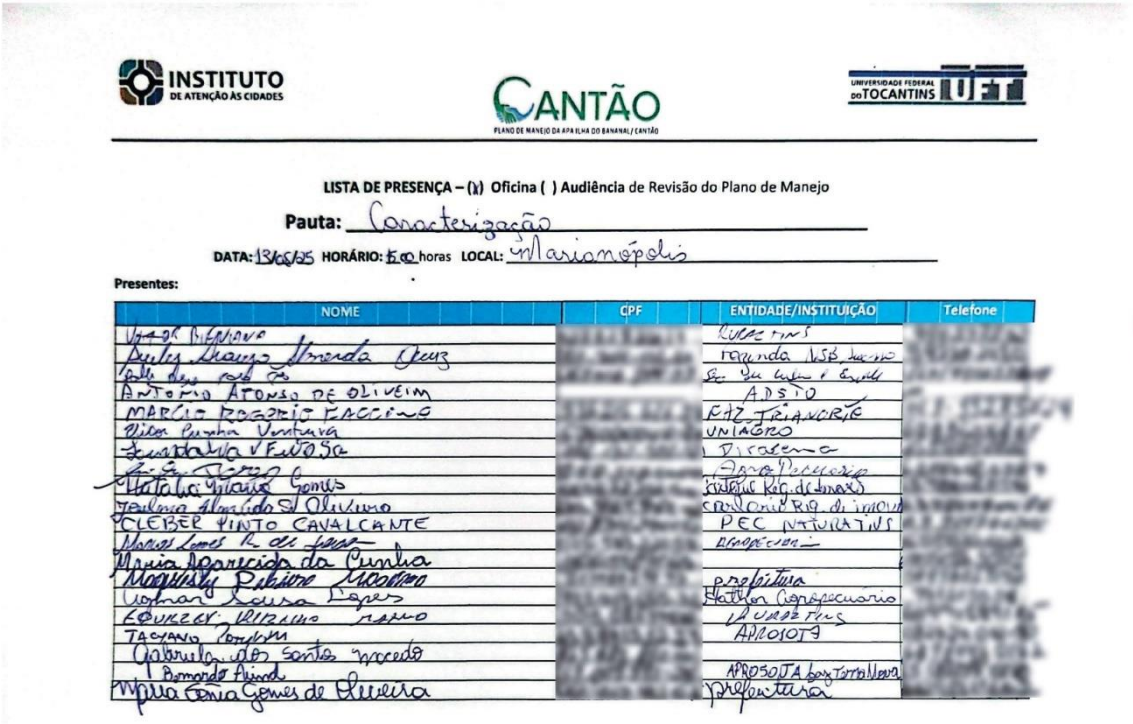
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/08/25 **HORÁRIO:** 15 horas **LOCAL:** Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Shelea Silva da Conceição		Saúde	
Maria Pereira da Silva		Saúde	
Maria Ribeiro Massino		UNIAGRO	
Maria Carneiro			
Maria das Neves S. Machado		Piracema	
Sebastião Cezário da Silva		Piracema	
Charlene Macedo Pereira		Saúde	
José Eduardo Oliveira Gomes		Secretário de Recursos Hídricos	
Mariana Pedroso		Educação Amb. Cantão	
Paula Maida de Oliveira		Saúde	
Alice de Souza Pinto		P.A Manchete	
[illegible]		VEREADOR	
[illegible]		Agric. Familiares	
[illegible]		Saúde	
[illegible]		TURÍSTICA	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		Saúde	
[illegible]		ACOM	
[illegible]		[illegible]	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

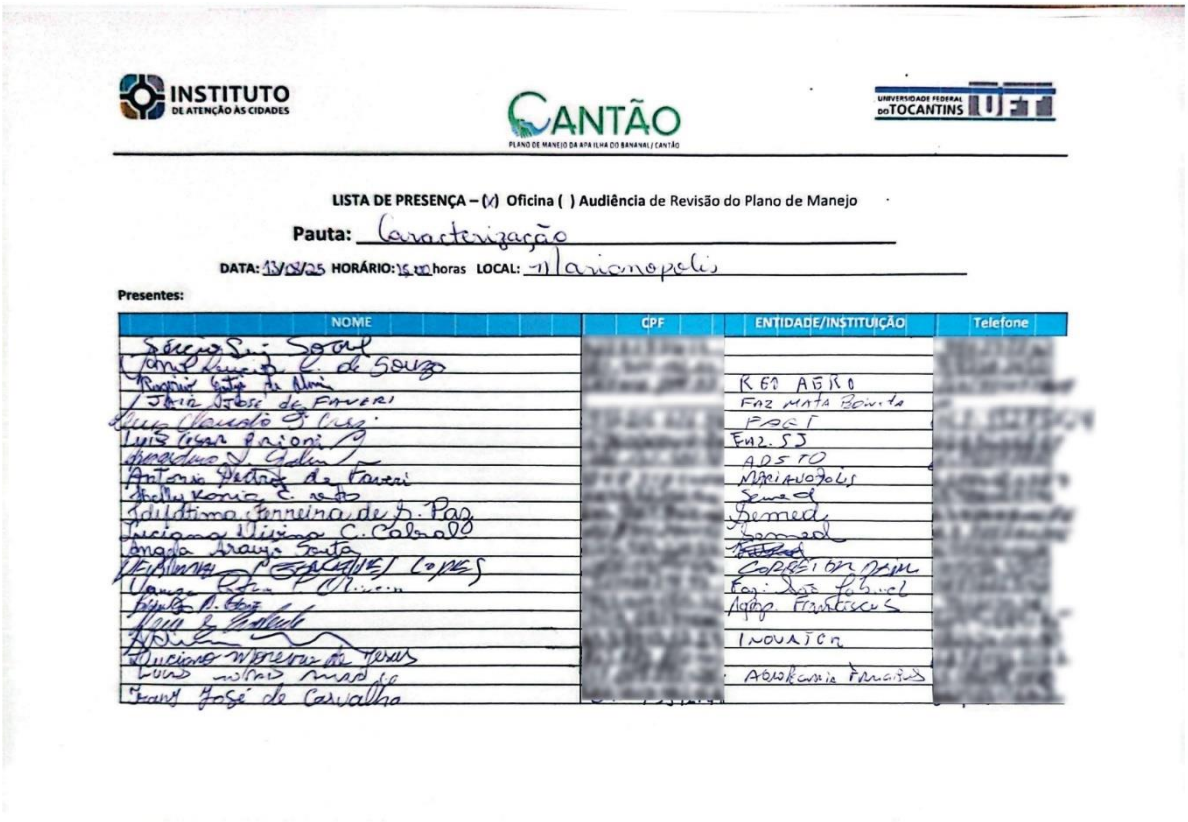
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/05/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
ANTONIO AFONSO DE OLIVEIRA		ADSTO	
MARCIO ROGERIO FACCINO		FAZ. TRIANGULO	
[illegible]		UNIAGRO	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
CLEBER PINTO CAVALCANTE		PEC NATURATINS	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

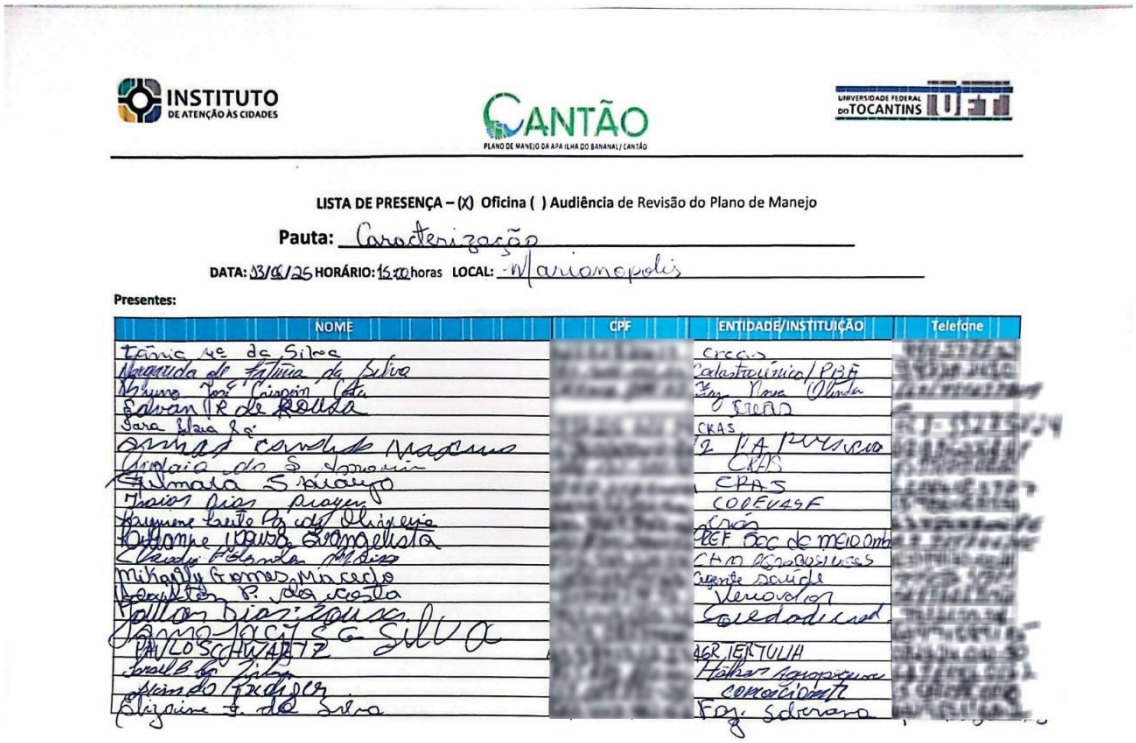
LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/05/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]		KEI AGRO	
[illegible]		FAZ MATA BONITA	
[illegible]		FAGT	
[illegible]		FAZ. SJ	
[illegible]		ADSTO	
[illegible]		MARIANÓPOLIS	
[illegible]		Semad	
[illegible]		Semad	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		CORRETOR RURAL	
[illegible]		Fazenda Rural	
[illegible]		Agro. Franciscos	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		INOVAÇÃO	
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		AGROPECUÁRIA FRANCISCO	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

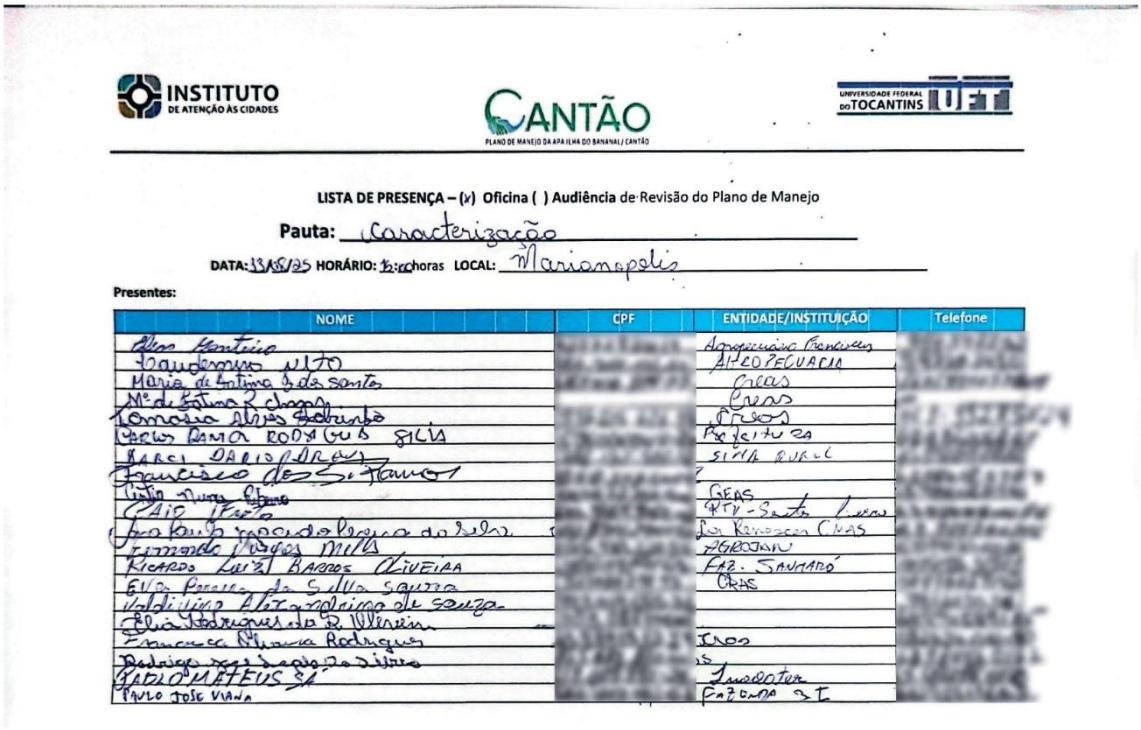
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/05/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Tânia Mª da Silva		CREAS	
Izaqueida de Fátima da Silva		Cadastro único / PBF	
Nilson José Faissolin		Faz. Nova Aliança	
Edvan P de Sousa		SEMAD	
Sara Maia S		CRAS	
Osmar Candido Magalhães		I2 UAPS Marianópolis	
Cristiane da S. Ferreira		CRAS	
Gilmara S Araújo		CRAS	
Maria Dias Pereira		CODEVASF	
Adrienne Leite Rodrigues Oliveira		CRAS	
Ottoniel Lopes Evangelista		REF Soc de Meio Amb	
Claudia Fernandes Dias		CAM Marianópolis	
Mikaelly Ramos Macedo		Agente Social	
Geovanna P. da Costa		Vereadora	
Jailton Dias Sousa		Coordenador	
Jaime Jaci Silva			
PAULO SCHWAPP		AGRICULTURA	
Israel da Silva		Filhos Acompanhamento	
Fernando Gonçalves		comerciante	
Brigitte S. de Silva		Faz. Soberana	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 13/05/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Alice Ferreira		Agricultora Familiar	
Raimundo Neto		AGROPECUARIA	
Maria de Fátima S. da Santos		CREAS	
Mª de Fátima P. Campos		CRAS	
Tomazia Alves Sobrinho		CREAS	
Carlos Roma Rodrigues Silva		Prefeitura	
Raci Carlos Pires		Sitio Rural	
Francisco dos Santos			
Julia Nunes Ribeiro		CREAS	
Caio Prado		RTV - Santa Luzia	
João Batista Rocha de Paula da Silva		Sec Assistencia CRAS	
Fernando Borges Melo		AGRICULTOR	
Ricardo Luiz Barros Oliveira		Faz. Sanharó	
Eva Pereira da Silva Souza		CRAS	
Valdivino Alves Medeiros de Souza			
Elia Rodrigues de Oliveira			
Francisca Silvania Rodrigues		INSS	
Rodrigo Rodrigues da Silva			
Raidi Mateus SA		Instalador	
PAULO JOSE VIANA		FAZENDA SI	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 12/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** MARIANÓPOLIS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Weverton Alves de Novais		Estudante	
Dione Nascimento Santos		Estudante	
Ellen Fernanda Soares		Estudante	
Ana Julia Barbosa Martins		Estudante	
Glenda Alves de Almeida		Estudante	
Myrella Pereira do Nascimento		estudante	
João Vitor Batista		estudante	
Maycon Rodrigues de Sales		estudante	
Michelly Jorge Rogério		estudante	
Maria Rita S. Silva		estudante	
Khaley Vitória Silva Dias		estudante	
Ivanildo Pedro Vitor Carvalho Silva		estudante	
Ellen Silva Carvalho		estudante	
Juan Pablo Rodriguez Guida		professora	
Maria Rita M. Medeiros Schaffer		Estudante	
Emilli Rodrigues Caetano da Silva		Estudante	
Yasmin Vitoria Santos		Estudante	
Alice Maria Santos Sauba		Estudante	
Ana Flavia Braz Guimarães		Estudante	
sarah castro Silva		estudante	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

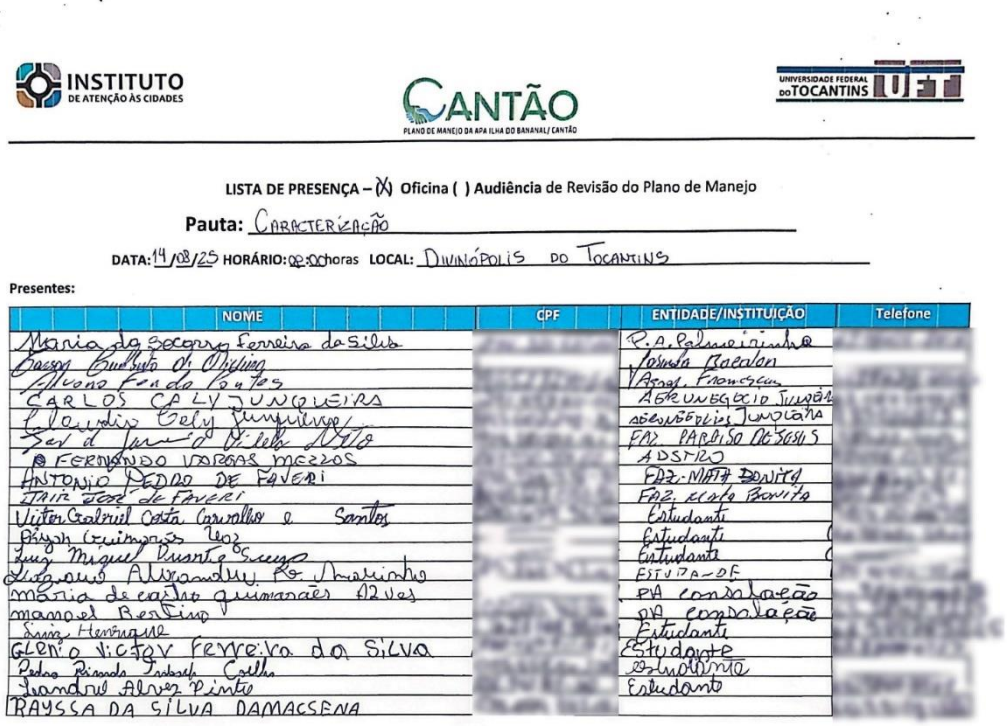
DATA: 13/8/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Marianópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Aline Fonseca de V. Dilmaghiri Silva		Sec. da Saúde	
Maria das Graças Vieira da Silva Araú		13-72 PA Manch	
Jessica Nogueira de Souza			
Ramon Augusto T. de Sousa			
Adriana Soares da Cruz		Sec. da Saúde	
Nehanna Adrielly da Silva Santos		Conselheira Tutelar	
Nayara Guedes			
Gisele Maria M. Sena		Sociedade	
Ruth Alves Ramos			
Rosson Campelo da Silva		EDUCAÇÃO	
Paulo Sérgio de Sousa			
Antonio Vieira da S. Neves		Vereador	
Jefferson Oliveira			
Edvan Alves			
Agnaldo dos Santos			
Vicente da Costa Neto		ASSISTENTE SOCIAL	

4.13. Divinópolis do Tocantins

No dia 14.08.2025, às 8h, no Centro de Convenções de Divinópolis, foi realizada oficina de caracterização (129 pessoas assinaram a lista de presença).



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

DATA: 14/08/25 HORÁRIO: 08:00 horas LOCAL: DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Maria da Socorro Ferreira da Silva		P.A. Palmeirinha	
Socorro Evaldo Oliveira		Jovens Bacalon	
Elvan Fonseca Gomes		Assoc. Francisco	
CARLOS CELY JUNQUEIRA		AGRONEGÓCIO JUNQUEIRA	
Claudio Cely Junqueira		ASSENTADOS JUNQUEIRA	
Sra. Francisca Vieira Alves		FAZ. PARAISO ASSENTADOS	
FERNANDO VARGAS MENDES		ADSTRO	
ANTONIO PEDRO DE FAVERI		FAZ. MATA BONITA	
IRAIR JOSÉ DE FAVERI		FAZ. LAGO BONITO	
Victor Gabriel Costa Carvalho e Santos		Estudante	
Bruna Cruvinel Reis		Estudante	
Luiz Miguel Pimenta Souza		Estudante	
Leonardo Alexandre Rodrigues Martinho		ESTUDA-DF	
Maria de Lourdes Guimarães Alves		PA consolação	
manoel Benício		PA consolação	
Luiz Henrique		Estudante	
Gleiciane Victor Ferreira da Silva		Estudante	
Pedro Ricardo Trabuco Coelho		Estudante	
Leandro Alves Pinto		Estudante	
RAYSSA DA SILVA DAMACSENA			



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

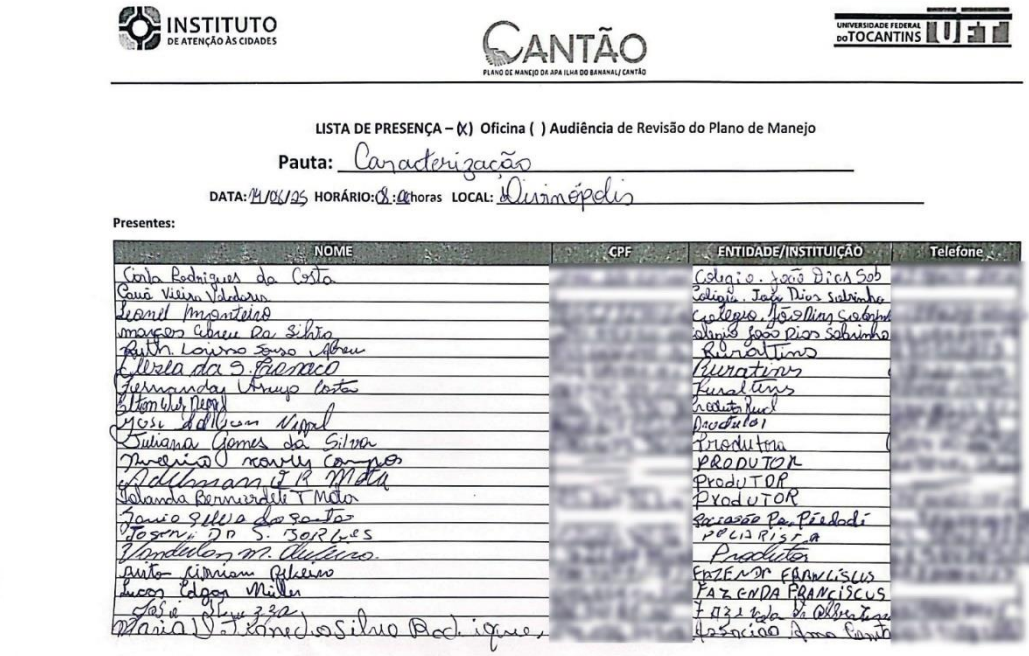
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** Divinópolis do Tocantins

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Alice Galvão Mendes Dias		Servidor	
[illegible]		Estudante	
Gracielmino Neto		AGRO - FRANCISCUS	
Ana Flávia S. Moraes		Diretora Escolar	
Magdalena B. de Sousa		Substituta de turma	
Coordenação de Turmas		Coordenação de Disciplinas	
Robson de Andrade Amorim		Gerente Administrativo	
Wilton Pereira Dias		FAZ. AURORA	
Andressa Zillmer		Inovatec	
[illegible]			
Eduarda A. Dutra			
ANDRE F. LUIZ VALENCIA		FAZ. DIAMANTE	
João Fabio A. Boa		Faz. São Gabriel	
Nona Silva Prudêncio		Prefeitura Municipal	
Nom. conselheiro Zona		Associação Piedade	
Divino Aparecido Dolizete Bovo		Divinópolis	
Ana Paula Faria Bezerra		Prefeitura municipal	
Waldson Batista Faria		Faz. gameleira	
Flavia o Flavio Rodrigues		PREFEITO	
Anderson Germano de Oliveira		Sessd. Mun. Educação	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** Divinópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Carla Rodrigues da Costa		Colegio. João Dias Sob	
Cauã Vieira Valadares		Colegio. João Dias Sobrinho	
Leandro Monteiro		Colegio. João Dias Sobrinho	
Marcos Abreu da Silva		Colegio João Dias Sobrinho	
Ruth Louro Sousa Abreu		Ruralturs	
Gilvela da S. Barroco		Ruralturs	
Fernanda Araujo Costa		Ruralturs	
[illegible]		Produtor	
Josi Dall Bon Nogal		Produtor	
Juliana Gomes da Silva		Produtora	
Marcio Roney Campos		PRODUTOR	
Adilmar J R Mota		Produtor	
Iolanda Bernardelli Mota		Produtor	
Jonio Silva dos Santos		Associação Pa. Piedade	
Joseni Dos S. Borges		Policia	
Vanderlon M. Alencar		Produtor	
Anita Miriam Ribeiro		Fazenda Franciscus	
Lucas Edgar Miller		Fazenda Franciscus	
Jose Luiz [illegible]		Fazenda [illegible]	
Maria V. Fonseca Silva Rodrigues		Assessoria Ana Paula	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/05/25 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** Divinópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Kaiqui Santos Araujo		CAED AGRO CONSULTO	
Paulo Cesar Fox		PRESTAÇÃO DE SERV.	
Antonio Carlos Nunes		AGRICULTOR	
Adriana dos S. Fernandes		COMERCIANTE	
Ana Paula		SICOOB	
Priscilla Rothely Coelho		SICOOB	
Fabiana Gusmão de Deus		Identificação	
Maria Carol Barros		Assistente Administrativo	
Flavia Cristina de Oliveira		ZONA DE ESTRUTURA	
Claudio J. de Brito		FAL ROCK RIO	
Tulio de Vargas Ribeiro		FAZ. MANIVA	
Arnor Airi marinho		Vereador	
VANDERLEI ASSUNÇÃO		FAZ. TERRA NOVA	
Gean Oliveira Coelho		Colégio Est. João Dias	
Cristine Ribeiro Fonseca		Colegio Est. João Dias	
Kaiqui Araújo Fernandes		Faz. Cambraia	
Kamilinha Pereira Costa		Colegio Est. João Dias	
Maria Luiza Medeiros Abreu		Colegio Est. João Dias	
Fabiana Ribeiro do Nascimento		Colegio Est. João Dias	
Guilherme modesto Dias		COLEGIO Est. João Dias	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/05/25 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** Divinópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Dinamário P. dos Santos		Prefeitura	
Victor Davi Moraes		Natividade	
Marinho Pinto de Oliveira		Câmara municipal	
Lucelene S. Marinho		Sec. Mulher - Divinópolis	
Carolina S. Dale		Sec. Turismo	
Arnor Airi marinho		Vereador	
Oliveira da Costa Vieira		ex chac. Bom Jesus	
Kaio Bato			
Adecilia Dias Freitas		Professora	
Jaqueline Dias		vereador	
Claudia Vanessa F. de Jesus		Sec. Mulher divinop	
Eduarda Conceição dos Santos		Prefeitura	
Tayssa Rute Custódio		Sec. mulher	
Kaio J. Reis		Correios / ADATO	
Clara Silva Gonçalves		TAC/UFT	
Lendy Lopes Malesto		NATURATINS	
Silvia Peluzzo		João Dias	
Olga Thays de Almeida		João Dias	
Samia Rodrigues Vasconcelos		João Dias	
Karolla Santos Cruz		João Dias	

58

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** Divinópolis

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]	[illegible]	Sindicato Rural	[illegible]
[illegible]	[illegible]	CÂMARA	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Saúde	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Cultura	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Infraestrutura	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Infraestrutura	[illegible]
[illegible]	[illegible]	AMA cantões	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Biblioteca	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Serviços Gerais	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Educação Estadual/João	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Educação Estadual João	[illegible]
[illegible]	[illegible]	IHA Insumos Agrícolas	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Secretaria da Agricultura	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Evagril PRODUTOR	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Seagro -	[illegible]
[illegible]	[illegible]	IAC - UFT	[illegible]
[illegible]	[illegible]	IAC – UFT	[illegible]

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: CARACTERIZAÇÃO

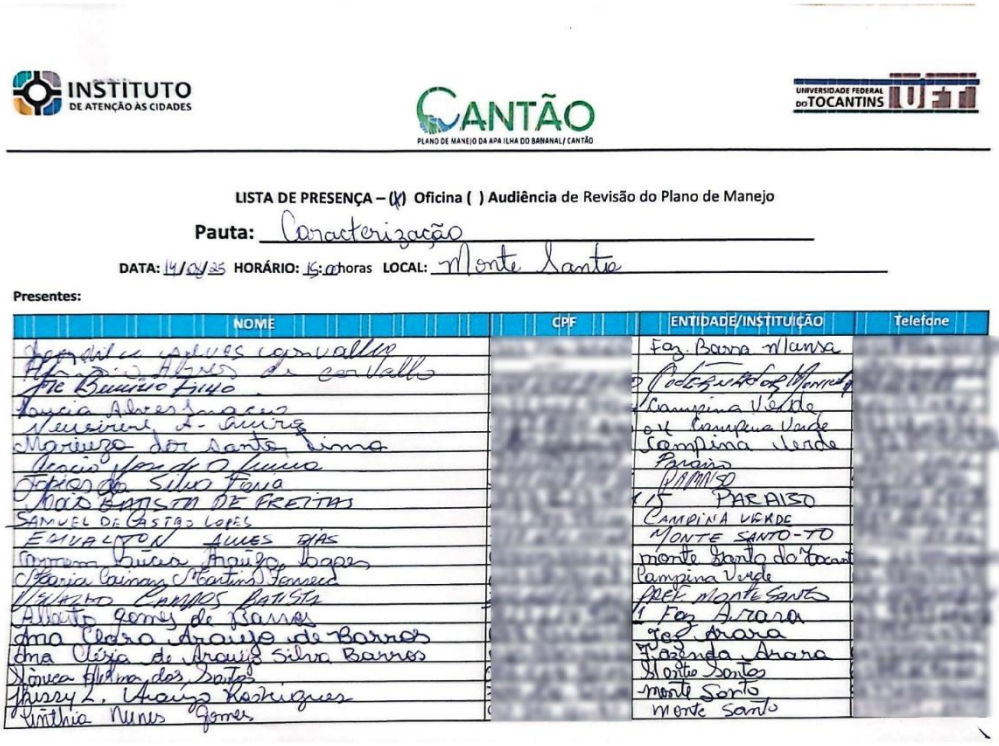
DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 08:00 horas **LOCAL:** DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]	[illegible]	FAZ NOVA OLINDA	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Sec. de Esportes	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Sec. [illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Sec. Agricultura e Pecuária	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Sec. Infraestrutura	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Col. Est. João [illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Sec. Meio Ambiente	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Sec. Agricultura	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Sec Meio Ambiente	[illegible]

4.14. Monte Santo do Tocantins

A última oficina de caracterização foi realizada às 15h do dia 14.08.2025, no Centro de Convenções de Monte Santo (177 pessoas assinaram a lista de presença).



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 HORÁRIO: 15:00 horas LOCAL: Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
[illegible]	[illegible]	Faz. Barra Mansa	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Campina Verde	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Campina Verde	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Campina Verde	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Paraíso	[illegible]
[illegible]	[illegible]	PARAÍSO	[illegible]
[illegible]	[illegible]	CAMPINA VERDE	[illegible]
[illegible]	[illegible]	MONTE SANTO-TO	[illegible]
[illegible]	[illegible]	monte Santo do Tocantins	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Campina Verde	[illegible]
[illegible]	[illegible]	PREF. MONTE SANTO	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Faz. Arara	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Faz. Arara	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Fazenda Arara	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Monte Santo	[illegible]
[illegible]	[illegible]	monte Santo	[illegible]
[illegible]	[illegible]	monte Santo	[illegible]

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 6:00 horas **LOCAL:** Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Luciana Ribeiro Cunha		Monte Santo	
Francisca de Jesus Brito Alves		Monte Santo	
Marizia Bezerra de Oliveira		Monte Santo	
Maria Debora Barbosa Leite		Monte Santo TO	
Janaci Paz da Silva		Monte Santo TO	
Aldenora Dias Santos Costa		Monte Santo TO	
Belcinea Alves Carneiro da Costa		CRAS	
Paula Mudesto Miranda		Esc. Municipal TO	
Sidenei Pereira Alves		Esc. municipal - TO	
Maria do Espirito Santo Sousa de Oliveira		Esc. Municipal - TO	
Irany da Silva Ferreira		Conselho Tutelar	
Ana Paula Cunha Ribeiro		Pref. Monte Santo	
Ozenilda Maria da Silva		Monte Santo	
Francisca Cardoso de Oliveira		monte Santo	
Luciangela Ferreira Dias		Monte Santo - TO	
Luana Soares Camargo		Monte Santo - TO	
Oliveni Dias Barros		Esc. Muni. José Benicio Moraes	
Neuberam Sandes de O. Silva Martins		Es. Mun. José Benicio Mor	
Dilma Cristina Jose da Silva		Esc. Mun. José B. Morais	
Maria Campelo dos Reis		Esc. Mun. José Be Morais	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Cleudiane Monte dos Santos		Monte Santo	
Cristiane Dias da Silva		Monte Santo	
Brigid Maria de Oliveira		Monte Santos	
Marcos Fernando Lopes		Agric. Familiar	
Cilaide Benicio de O. Lopes		Monte Santo	
Cantilene Ferreira de Jesus Borges		Monte Santo	
Daiane Gomes de Moraes		Monte Santo	
Francinete Alves de Souza		Monte Santo	
Edilio Barbosa da Silva		MONTE SANTO	
Silvia Aparecida d. S. Dias		Monte Santo	
Cicero Ronildo do Nascimento		Monte Santo	
Vanuza A. Gomes		Monte - Santo	
Gilcivan P. dos Santos		MONTE SANTO	
Elilton Ferreira dos Santos		Gruta de Pedra	
Vanessa Cardoso Ferreira		Pt. Gruta de pedra	
Daiane Ribeiro de Abreu		Monte Santo	
Pedro Gomes Teixeira		MONTE SANTO	
[illegible]		MONTE SANTO	
Andreia Rita Bonor de Abreu Cardoso		Monte Santo	
Daniel Luis D. Carvalho		Monte Santo	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Natalia Gonçalves Silva		Enfermeira	
Evilene Vieira Pinheiro		Assistente Social	
Renata Silva de Paula Martins		Cirurgiã dentista	
Emanuela Luiz Oliveira		Nutrição	
Mariane Rupp Freitas		Enfermeira	
" " "		Enfermeira	
Vanessa da Silva Rodrigues		Auxiliar Administrativo	
Liviane Soares Gurgel		ASG	
Ana Paula Alves Gama		Recepcionista	
Rosenide Barros de Abreu		Téc. Enfermagem	
Rosilene Gomes Dias de Sousa		ACE	
Diana Wagner Lima Costa		Regulação	
Carla Patrícia Ribeiro Guida Barros		Enfermeira	
Antonio Francisco S. Neto		SEC Agricultura M. Santo	
Ednelson Batista Fragoso		Comunicação	
Jose D. Andrade Lazar			
Edna Henrique da S. Dias		Fisioterapeuta	
Karina de Paula de Sousa Silva Rodrigues		Professora	
Josiane Alves dos Santos		Vigilante	
Ronaldo M S Jesus		Secretário	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Victor Daniel Martins		NATURATINS	
ANDREAS MELLO		3 AGRO	
Linda F. Lima		4 AGRO	
Manuel Messias Benicio		VICE PREFEITO	
Maria Monica P. C. Barreto		Educadora	
Nathália Ferreira Benicio		Prefeitura	
Eliana Costa Ferreira		Brasil	
Samuel Lopes Dias de Sousa		Cras	
Joaquim de Paula Dias		Cras	
Tania Lopes de Brito de Miranda		Cras	
Maria de Fatima Ramiro dos Santos		Cras	
Sheilla Nunes Mendes		Cras	
Gabriela Gomes Miranda		Cras	
Abiul Rodrigues dos Santos		Cras	
Paulina da Silva Mendes Santos		ACS	
Hermogenes Dias de Sousa			
Paula Ubaldo Barreto		SAUDE	
Luis Fabio Pereira de Souza		ACS	
Marcelene Dias da Silva		A.C.S	
Olivia Mendes da Silva		Téc. Enfermagem	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 HORÁRIO: 6 xx horas LOCAL: Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Nezita Martins Neta		Prefeita	
Milene P. de Sousa		RT do Prof. Eng. Ambiental	
Dreanmara Silva M. de Sousa		DER. PSS	
Jaziel Rodrigues Barroza		SEC. PARAISO	
Marilúcio Pereira dos Santos		HG Paraíso	
[illegible]		Paraíso - ASO Arbo	
[illegible]		Prof. Ens.	
[illegible]		Prof. Geraf	
[illegible]		Cid. Oficio	
[illegible]		Campina Verde	
Pedro B. S. Morais		Monte Santo	
Sayna Cláudia de Sousa		Monte Santo	
Reinaldo Ribas Pimentel		FAZ MINA BONITA	
Selinda Borges de Freitas		FAZ. STA. ANA	
Jair José de Faveri		Gruta de Pedra	
Antonio Pedro de Faveri		Gruta de Pedra	
Bruna Pereira da Silva		Chac. Recanto do Sabiá	
Elena Lucia Miranda de Sousa		Escola São João	
José Lima de Sago Oliveira		Gruta de Pedra	
Ana Paula Nunes M. Menezes			
Maria Aparecida Alves da Silva			

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 HORÁRIO: 6 :xx horas LOCAL: Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Mariene Medeiros Miranda Morais		Gruta de Pedra	
Antonio P. Nogueira		CANTO BOM	
Nilcilio Alves Borba		CHAC. BOA VISTA MONTE SANTO	
Valdeny Lima de Oliveira		Monte Santo	
Maria de Fátima Araújo Silva			
Viviane Lopes Fonseca		Monte Santo	
Ruth Rolemberg Silva		Monte Santo	
Wanderléa Machado Reis		Campina Verde	
Antonia de Lima Leite		Campina Verde	
Paulo V. de Paula		Prefeitura Municipal	
Eva Azevedo B. Gloria		Campina Verde	
Jesuita da F. S. Borges		Monte Santo	
Rafaela Cristina Reis Cardoso		Campina Verde	
Flavia de Souza Dias		Campina Verde	
Lucia F. Dias Moreira		Campina Verde	
Luiza Pereira da Costa		Gruta de Pedra	
Manoel Luiz Matos Costa		Gruta de Pedra	
Wanderlei P. de Souza Martins		Gruta de Pedra	
Wilmin Nunes Siqueira		Chacara Boa Esperança	
Neuza Ribeiro Guisa			

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 8:00 horas **LOCAL:** Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
LONGINO DIAS ALVES		SECRETÁRIO	
Mauricio de Sá Nt		ELETRICISTA	
Franco Müller Ferreira dos Santos		Diretor de Esportes	
Pedro Henrique Ferreira Costa		Fomentador de Esportes	
maria Lúcia Coelho Carvalho			
maria de Fátima S. Araújo			
Marcos Leite Pereira		MOTORISTA	
Patrícia Rodrigues Machado		Digitadora	
Osvaldo Pereira Sousa		Secretário escolar	
Sandra Vieira Gomes		Diretora Escolar	
Jussilene de Souza Ferreira			
Maria de Nazaré Soares			
Sirlei Suplicy de Souza e Martins		Secretária	
Pedro Martins dos Santos		Educação	
Maria Martins Nunes		Enfermeiras	
Jerime Lopes Ribeiro		Contabilidade	
Marilene Aurora dos S. Conceição		Professora	
Maria Eduarda da Silva Mesquita		Projecionista Auxiliar	
Ivanilza Alves de Souza		Zeladora	

INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES — CANTÃO — PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

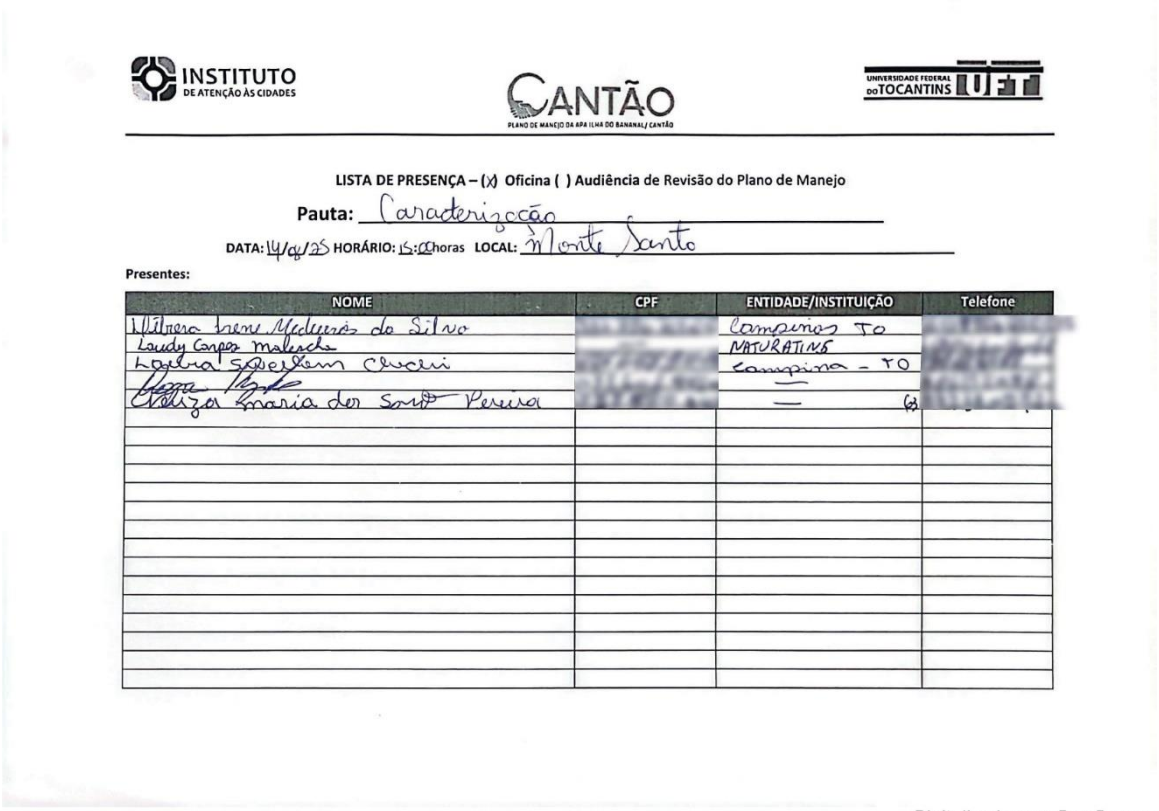
LISTA DE PRESENÇA – (X) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/08/25 **HORÁRIO:** 8:00 horas **LOCAL:** Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Renato T. Reis		Cerrados Florestal / ADISTO	
João Divino Monteiro Miranda		MONTE SANTO	
Iuri Miranda Moraes		Monte Santo - TO	
Ael de Sales Gois		Monte Santo - TO	
FERNANDO VARGAS MEZZOS		ADISTO	
Rodrigo Ferreira Costa		Monte Santo	
Marcos Cavalcante Dos Santos		Monte Santo	
Sivaldo Miranda da Silva		Monte Santo	
Pedro Paulo C. Queiroz		Mt Monte Santo	
Cecilma G. Macedo		monte santo	
Fernanda Chaves da silva		Monte Santo	
Evaldo Pimentel da Silva		MONTE SANTO	



INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES

CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT

LISTA DE PRESENÇA – (x) Oficina ( ) Audiência de Revisão do Plano de Manejo

Pauta: Caracterização

DATA: 14/04/25 **HORÁRIO:** 15:00 horas **LOCAL:** Monte Santo

Presentes:

NOME	CPF	ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Telefone
Hilbrea Irene Medeiros da Silva	[redacted]	Campinas TO	[redacted]
Laudy Carpa Malheiros		NATURATINS	
Leyliane Soares Cruvinel		Campinas - TO	
Eliza Maria dos Santos Pereira		—	

Digitalizado com CamScanner

5. REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS OFICINAS DE REVISÃO

5.1. Assentamento Onalício Barros (Caseara).






CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
E1FERA




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO






CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO












CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
21


MEIO FÍSICO
Existem áreas com erosão ou voçoroca?
Quais áreas são consideradas boas para roçados, pastagens ou plantios?
Quais áreas costumam alagar na época das chuvas? Isso gera problemas?
GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA
INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO




INSTITUTO




OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

5.2. Caseara


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
Mãe do Agro


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO




Plenário
Adão Batista Nogueira


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
1990


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
1990


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
APA Ilha do Bananal/Cantão
Vamos conversar?
PROPÓSITO
SIGNIFICÂNCIA
RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS
• POR QUE A APA FOI CRIADA?
• QUAL SUA RAZÃO DE EXISTÊNCIA?
Garantir a conservação da fauna, da
e proteger a qualidade das águas e as
mananciais da região.
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO
DO PLANO DE MANEJO
MEIO SOCIAL
MEIO BIÓTICO
DECLARAÇÕES
DE SIGNIFICÂNCIA
ADSTO


EVOLUÇÃO DO DESM
2020
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


Plenário
Adão Batista Nogueira


SAÍDA
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
APA Ilha do Bananal/Cantão
Vamos conversar?
PROPÓSITO
SIGNIFICÂNCIA
RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS
DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA
MEIO SOCIAL


EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO


1995
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
CANTÃO
O QUE É UMA APA?
PARQUES
Unidade de Conservação (UC) de proteção integral
Restrição alta



5.3. Araguacema




4 de ago. de 2025 16:57:25
918 Rua Tapirapés
Araguacema
Tocantins




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
MEIO BIÓTICO
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA
• POR QUE A APA É ESPECIAL?
• O QUE TORNA ESSA APA ÚNICA?
• O QUE ELA REPRESENTA NOS CONTEXTOS REGIONAL, NACIONAL OU GLOBAL?
Encontro dos biomas Amazônico e Cerrado
Função no mosaico de Unidades de Conservação
Muitas comunidades rurais
Imensa Biodiversidade
Alta disponibilidade de água




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


NÃO DEIXE NADA ALÉM
DE PEGADAS.




BRIGADISTA
BRIGADISTA
BRIGADISTA
BRIGADISTA
BRIGADISTA


4 de ago. de 2025 17:25:45
730 Rua Tapirapés
Araguacema
Tocantins




OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
CANTÃO




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

5.4. Assentamento Santa Clara (Araguacema)








CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO




5 de ago. de 2025 10:10:50
40 Rua Baronesa
Araguacema
Tocantins


5 de ago. de 2025 09:52:29
40 Rua Baronesa
Araguacema
Tocantins


5 de ago. de 2025 09:52:52
40 Rua Baronesa
Araguacema
Tocantins


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO






3/16
4/16
-TARTARUGA
-PEIXE

5.5. Assentamento Salomira (Dois Irmãos do Tocantins)






5 de ago. de 2025 16:19:21
Estrada Sem Nome
Dois Irmãos do Tocantins
Tocantins






5 de ago. de 2025 16:19:00
Estrada Sem Nome
Dois Irmãos do Tocantins
Tocantins






5 de ago. de 2025 18:26:22




CANTÃO
MEIO BIÓTICO

5.6. Dois Irmãos do Tocantins










Estadual
Estadual


FAPTO










CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


Colégio Estadu
Pres. Castelo Bra


Colégio Estadual
Pres. Castelo Branco
Colégio Estadual
Pres. Castelo Branco
Colégio Estadual


Colégio Estadual


Colégio Estadual
Pres. Castelo Branco
Colégio Estadual
Pres. Castelo Branco
6 de ago. de 2025 09:31:16
2 Rua Três
Dois Irmãos do Tocantins
Tocantins


06/08/2025, 10:38
S 9° 15' 23", W 49° 4' 1"
Dois Irmãos Do Tocantins, TO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


06/08/2025, 10:38
S 9° 15' 23", W 49° 4' 1"
Dois Irmãos Do Tocantins, TO



5.7. Abreulândia










CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


OFICINAS DE REVISÃO
O PLANO DE MANEJO
• POR QUE A APA É ESPECIAL?
• O QUE TORNA ESSA APA ÚNICA?
• O QUE ELA REPRESENTA NOS CONTEXTOS REGIONAL, NACIONAL OU GLOBAL?
Encontro dos biomas Amazônico e Cerrado
Função no mosaico de Unidades de Conservação
Muitas comunidades rurais
Imensa Biodiversidade
Alta disponibilidade de água
ADASTO
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO
DO PLANO DE MANEJO
MEIO FÍSICO
GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA
POTENCIALIDADE
MEIO FÍSICO


CANTÃO


6 de ago. de 2025 16:22:03
1 Avenida João Francisco de Abreu
Sede
Abreulândia
Tocantins




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
POTENCIALIDADE
FRAGILIDADE
MEIO FÍSICO
Encontro dos biomas Amazônico e Cerrado
Função no mosaico de Unidades de Conservação
Muitas comunidades rurais
Imensa Biodiversidade
Alta disponibilidade de águas


CANTÃO
GUIA DO PARTICIPANTE DAS OFICINAS
RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS
MEIO FÍSICO

5.8. Chapada de Areia

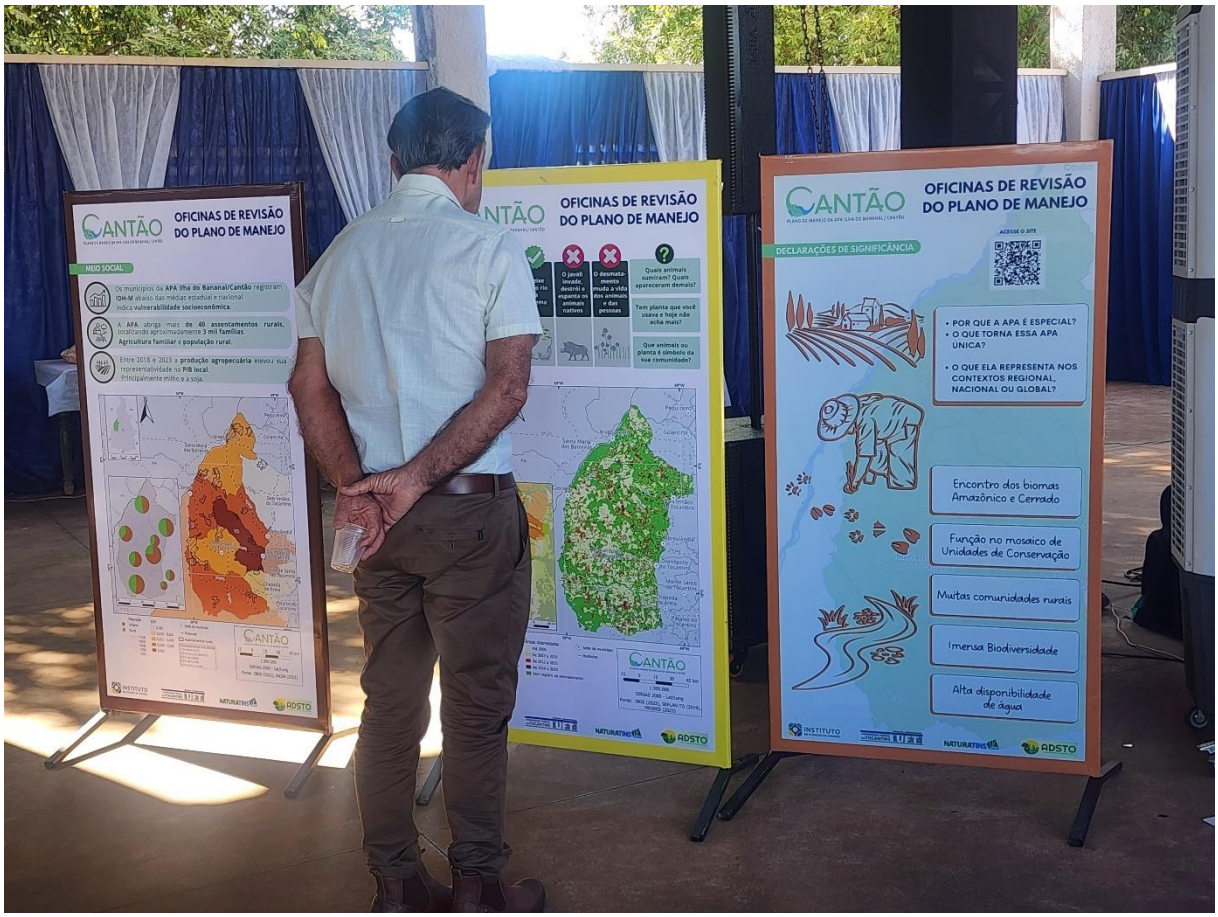






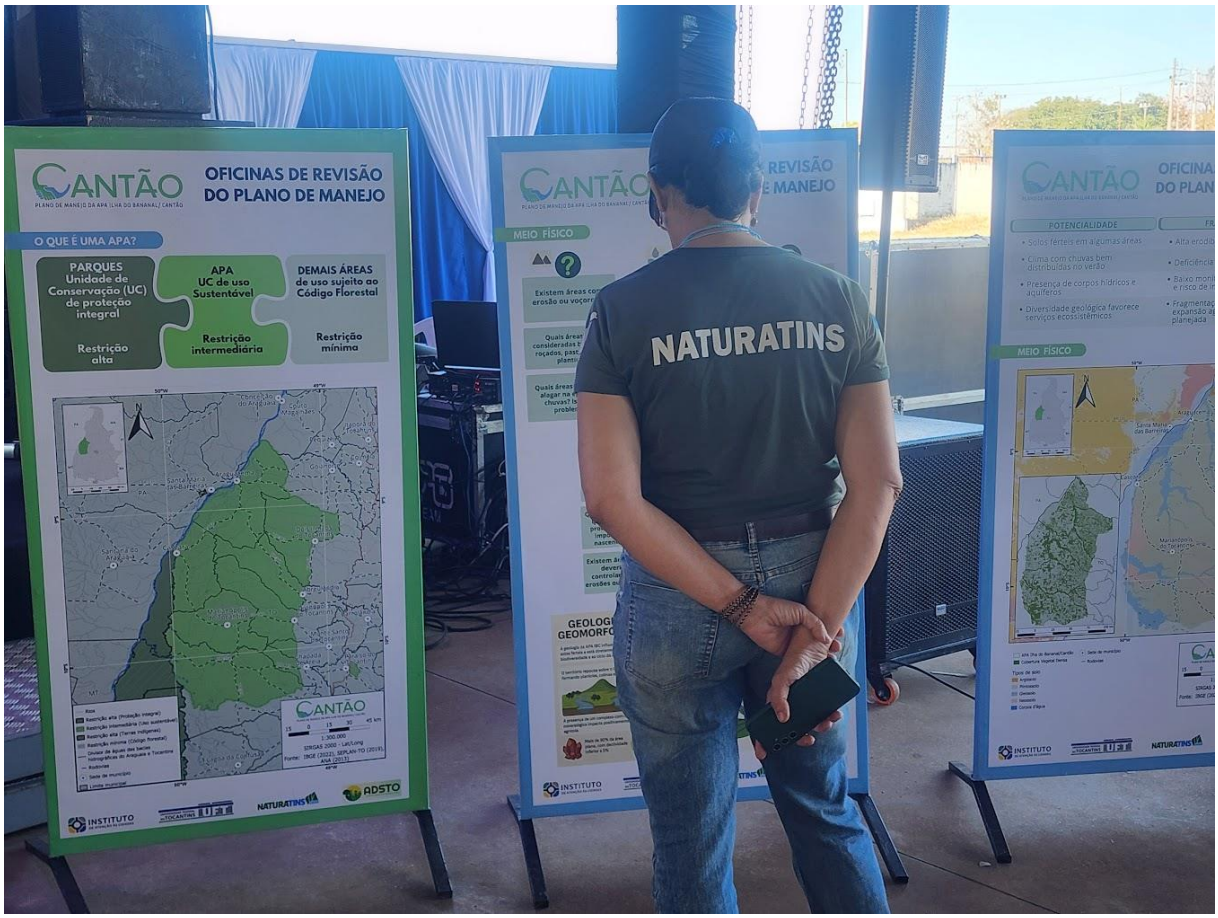

MEIO AMBIENTE
Kamilly Tannes




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
MEIO SOCIAL
Os municípios da APA Ilha do Bananal/Cantão registram IDH-M abaixo das médias estadual e nacional. Indica vulnerabilidade socioeconômica.
A APA abriga mais de 40 assentamentos rurais, totalizando aproximadamente 3 mil famílias. Agricultura familiar e população rural.
Entre 2018 e 2023 a produção agropecuária elevou sua representatividade no PIB local. Principalmente milho e a soja.
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
O jacaré invade, destrói a espanta os animais nativos
O desmatamento muda a vida dos animais e das pessoas
Quais animais sumiram? Quais apareceram demais?
Tem planta que você usava e hoje não acha mais?
Que animais ou planta é símbolo da sua comunidade?
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA
ACESSE O SITE
• POR QUE A APA É ESPECIAL?
• O QUE TORNA ESSA APA UNICA?
• O QUE ELA REPRESENTA NOS CONTEXTOS REGIONAL, NACIONAL OU GLOBAL?
Encontro dos biomas Amazônico e Cerrado
Função no mosaico de Unidades de Conservação
Muitas comunidades rurais
Imensa Biodiversidade
Alta disponibilidade de água
INSTITUTO
UFT
NATURATINS
ADSTO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
POTENCIALIDADE
FRAGILIDADE
• Solos férteis em algumas áreas
• Clima com chuvas bem distribuídas no verão
• Presença de corpos hídricos e aquíferos
• Diversidade geológica favorece serviços ecossistêmicos
• Alta erodibilidade de solos
• Deficiência hídrica no inverno
• Baixo monitoramento hidrológico e risco de inundações
• Fragmentação da paisagem e expansão agropecuária não planejada
MEIO FÍSICO
ADASTO




CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
O QUE É UMA APA?
PARQUES Unidade de Conservação (UC) de proteção integral
Restrição alta
APA UC de uso Sustentável
Restrição intermediária
DEMAIS ÁREAS de uso sujeito ao Código Florestal
Restrição mínima
NATURATINS
MEIO FÍSICO
POTENCIALIDADE

5.9. Pium






CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


SEMMATUR
11 de ago. de 2025 16:49:27
290 Rua Doze
Pium
Tocantins


INAS DE REVISÃO
LANO DE MANEJO
DEMAIS ÁREAS
de uso sujeito ao
Código Florestal
Restrição
mínima
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO
DO PLANO DE MANEJO
MEIO SOCIAL
Os municípios da APA Ilha do Bananal/Cantão
IDH-M
vulnerabilidade socioeconômica
A APA abriga mais de 40 assentamentos rurais,
totalizando aproximadamente 3 mil famílias
Agricultura familiar e população rural
produção agropecuária
PIB local
Principalmente milho e a soja




OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


11/08/2025,
S 10° 26' 36", W 49° 10' 46"
Pium, TO
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
APA Ilha do Bananal/Cantão


Lustosa

5.10. Assentamento Manchete (Marianópolis do Tocantins)

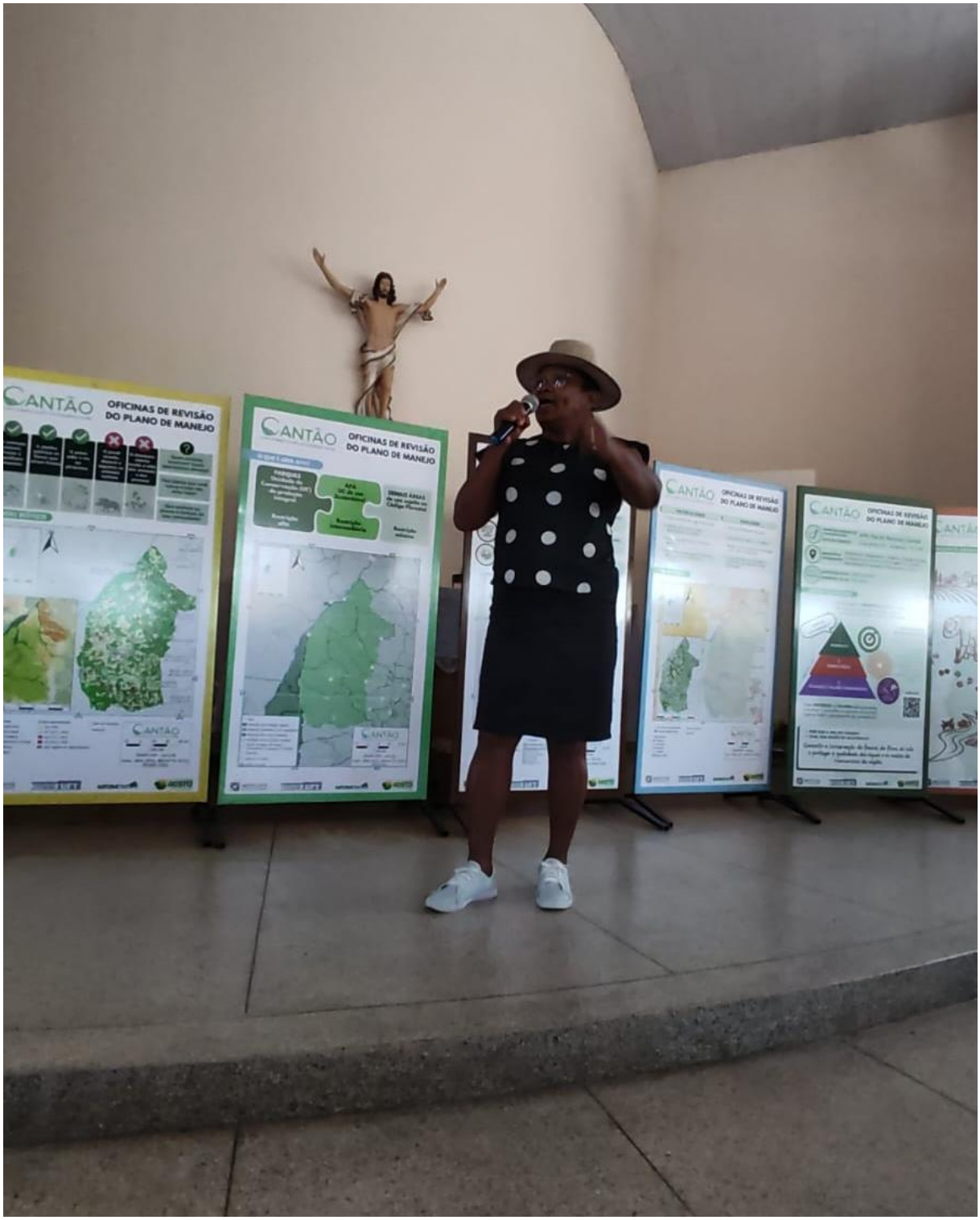





CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


CANTÃO
MEIO FÍSICO
GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA
alta dependência das chuvas
regiões críticas para inundações
fragilidade nas áreas de uso intensivo da terra


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
CANTÃO
CANTÃO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO


OFICINAS DE REVISÃO
DO PLANO DE MANEJO
OFICINAS DE REVISÃO
DO PLANO DE MANEJO
DEMAIS ÁREAS
de uso sujeito ao
Código Florestal
Restrição
mínima
CANTÃO
ADASTO
OFICINAS DE REVISÃO
PLANO DE MANEJO
CANTÃO
ADASTO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO
DO PLANO DE MANEJO
PARQUES
APA
OFICINAS DE REVISÃO
O PLANO DE MANE
CANTÃO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

5.11. Assentamento Macaúba (Pium)






CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
MEIO SOCIAL
Os municípios da APA Ilha do Bananal/Cantão registram IDH-M abaixo das médias estadual e nacional. Indica vulnerabilidade socioeconômica.
A APA abriga mais de 40 assentamentos rurais, totalizando aproximadamente 3 mil famílias. Agricultura familiar e população rural.
Entre 2018 e 2023 a produção agropecuária elevou sua representatividade no PIB local. Principalmente milho e a soja.


DRONE É AGRO


CANTÃO
PLANO DE MANEJO DA APA ILHA DO BANANAL/ CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
O QUE É UMA APA?
PARQUES Unidade de Conservação (UC) de proteção integral
APA UC de uso Sustentável
DEMAIS ÁREAS de uso sujeito ao Código Florestal
Restrição alta
Restrição intermediária
Restrição mínima
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
NATURATINS
ADSTO


CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
O QUE É UMA APA?
PARQUES Unidade de Conservação (UC) de proteção integral
APA UC de uso Sustentável
DEMAIS ÁREAS de uso sujeito ao Código Florestal
Restrição alta
Restrição intermediária
Restrição mínima
CANTÃO
INSTITUTO DE ATENÇÃO ÀS CIDADES
UFT
NATURATINS
ADSTO





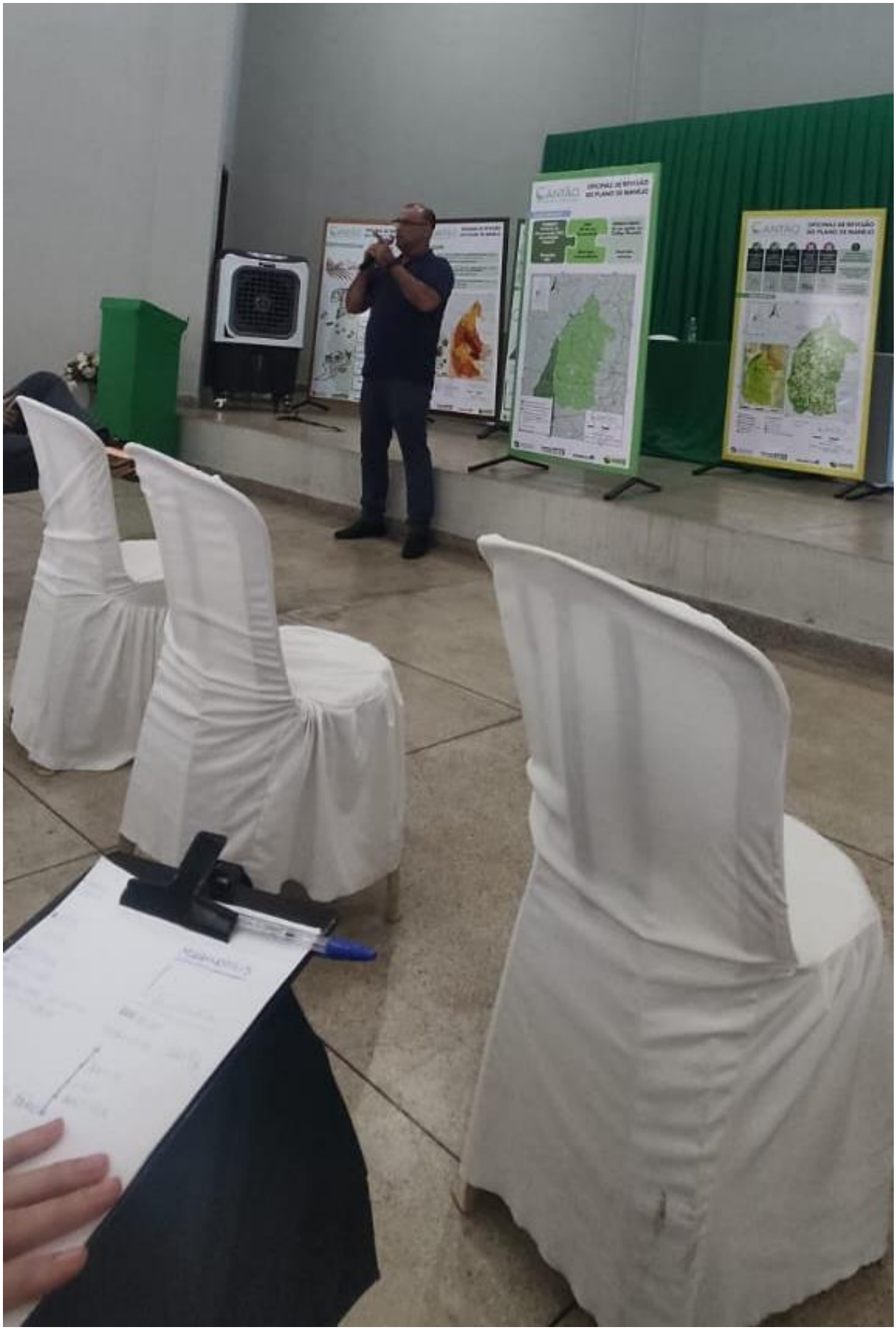
5.12. Marianópolis do Tocantins

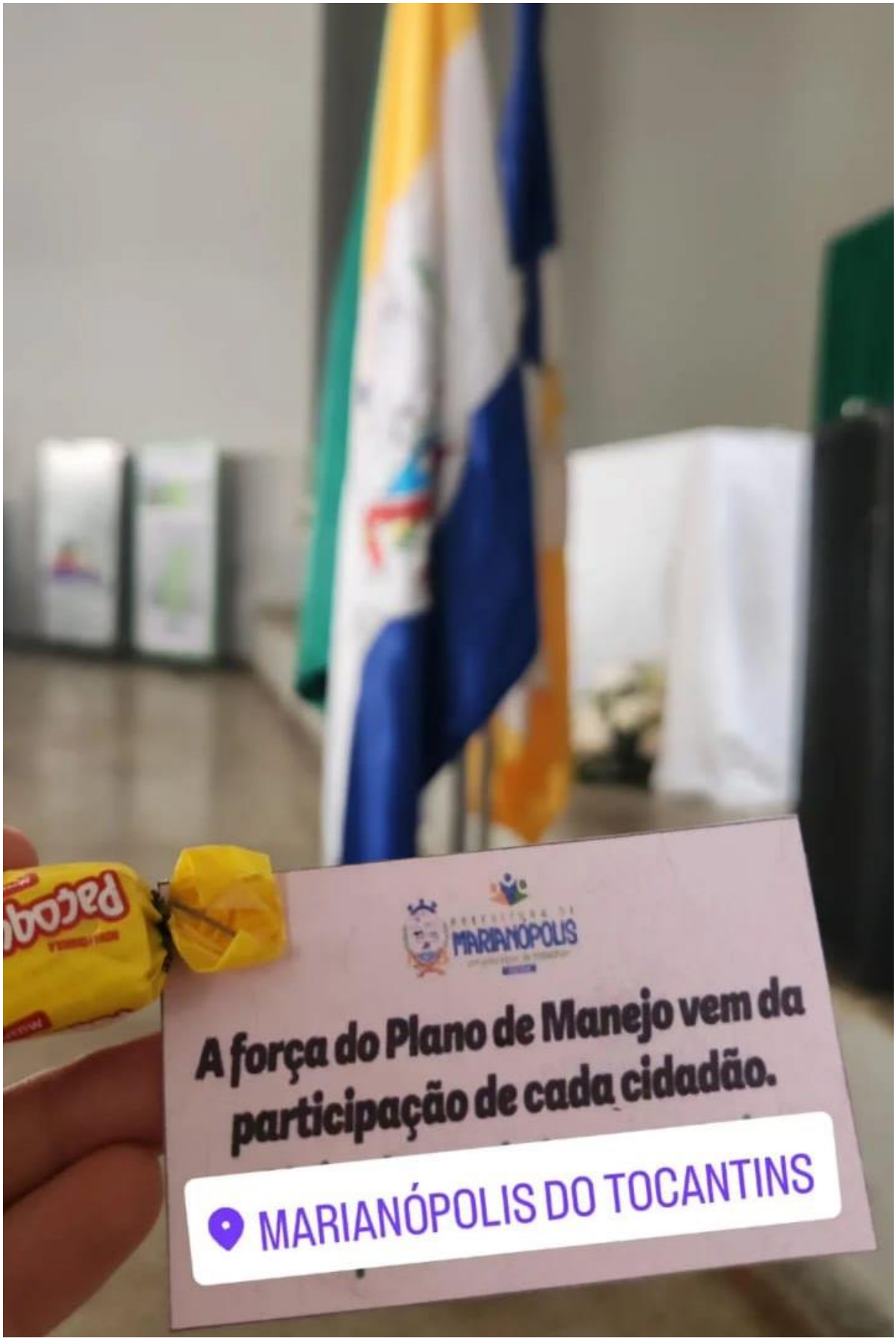











MARIANÓPOLIS
A força do Plano de Manejo vem da participação de cada cidadão.
MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS


OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
CANTÃO

]



5.13. Divinópolis do Tocantins






CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO
DO PLANO DE MANEJO


CANTÃO


OFICINAS DE REVISÃO
DO PLANO DE MANEJO


NAS DE REVISÃO
NO DE MANEJO
CANTAO

5.14. Monte Santo do Tocantins








OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO
CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO




OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO










CANTÃO
OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

5.15. Registros da repercussão nas páginas oficiais após as oficinas

Após a realização das oficinas, as páginas oficiais dos atores envolvidos postaram vários registros da efetivação das oficinas, o que já auxilia também para a mobilização das pessoas para as próximas etapas. Abaixo, da Figura 41 a Figura 49 mostram algumas evidências disso, sendo que na Figura 41, cada QRcode redireciona a um vídeo elaborado e postado pelos respectivos autores mencionados.

Figura 41 – Vídeos postados pelas prefeituras após a realização das oficinas

Oficina em Monte Santo do Tocantins **Fonte: @montesantopref**	
Oficina em Salomira **Fonte: @prefeitura_dedoisirmaos**	
Oficina em Araguacema **Fonte: @prefeituradearaguacema**	
Oficina em Pium **Fonte: @prefeituradepium**	
Oficina em Santa Clara **Fonte: @prefeituradearaguacema**	
Oficina em Divinópolis **Fonte: @prefeituradivinopolisto**	
Oficina em Macaúba **Fonte: @prefeituradepium**	

Figura 42 – Matéria postada na página oficial do Naturatins após a realização das oficinas



Figura 43 – Matéria postada no Instagram da Prefeitura de Abreulândia após a realização das oficinas



Figura 44 – Fotos publicadas no Instagram da Prefeitura de Dois Irmãos do Tocantins



Figura 45 – Matéria postada no site oficial da Prefeitura de Abreulândia após a realização da oficina



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Abreulândia

Figura 46 – Matéria postada no site oficial do Naturatins após a realização das oficinas



Fonte: Fonte: Site oficial do Naturatins

Figura 47 – Matéria postada após a realização das oficinas em Dois Irmãos do Tocantins



Fonte: Site Surgiu

Figura 48 – Matéria postada no site Caseara News após finalização das oficinas

Geral \ Tocantins

Governo do Tocantins encerra oficinas participativas do Plano de Manejo da APA Ilha Bananal/Cantão

Atividades conduzidas pelo Naturatins reuniram mais de 2 mil pessoas em nove municípios, fortalecendo a construção coletiva para a gestão sustentáv...

18/08/2025 08h58

Por: CasearaNews \ **Fonte:** Secom Tocantins



O Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) participou do encerramento das oficinas do Plano de Manejo da APA Ilha Bananal/Cantão. As oficinas foram realizadas na quinta-feira, 14,e marcaram a fase de consulta sobre o diagnóstico da Unidade de Conservação (UC). Outras

Figura 49 – Fotos de todas as oficinas postadas no site oficial da Revisão do Plano de Manejo

itao.iacuft.com.br/agosto-2025/

CANTÃO

GALERIA DE FOTOS DOCUMENTOS EQUIPE IAC/UFT AGENDA PARTICIPE! O QUE É?

Página inicial > Agosto/2025

Agosto/2025

A última oficina de caracterização foi realizada às 15h do dia 14.08.2025, no Centro de Convenções de Monte Santo. (177 pessoas assinaram a lista de presença).

